





G. R. BOXER

OS HOLANDESES NO BRASIL

1624-1654



Edição ilustrada

BRASILIANA

VOLUME 312

BRASILIANA

Direção de

AMÉRICO JACOBINA LACOMBE

★

Últimos volumes publicados:

- 282 — THALÉS DE AZEVEDO: *As Elites de Cór*, um estudo de ascensão social.
- 283 — HERMES VIEIRA e OSWALDO SILVA: *História da Polícia Civil de São Paulo*.
- 284 — EDUARDO GALVÃO: *Santos e Visagens* — Um estudo da vida religiosa de Itá, Amazonas.
- 285 — ESTEVÃO PINTO: *Etnologia Brasileira (Fulniô, os últimos Tapuias)*.
- 286 — R. MAGALHÃES JR.: *Três Panfletários do Segundo Reinado*.
- 287 — CLADO RIBEIRO DE LESSA: *Viagem de África em o Reino de Dahomé*.
- 288 — J. F. DE ALMEIDA PRADO: *O Brasil e o Colonialismo Europeu*.
- 289 — CLOVIS CALDEIRA: *Mutirão* (formas de ajuda mútua no meio rural).
- 290 — CHARLES WAGLEY: *Uma Comunidade Amazônica* (estudo do homem nos trópicos). Tradução de Clotilde da Silva Costa.
- 291 — J. CRUZ COSTA: *O Positivismo na República* — notas sobre a história do positivismo no Brasil.
- 292 — ANÍSIO JOBIM: *O Amazonas — sua história*.
- 293 — JOÃO DORNAS FILHO: *O ouro das Gerais e a civilização da Capitania*.
- 294 — MIGUEL DO RIO-BRANCO: *Correspondência entre D. Pedro II e o Barão do Rio Branco*.
- 295 — ALUÍSIO NAPOLEÃO: *Santos-Dumont e a conquista do ar*.
- 296 — MILTON SANTOS: *Zona do Cacau*.
- 297 — JOSÉ ANTÔNIO SOARES DE SOUZA: *Honório Hermeto no Rio da Prata*.
- 298 — CAIO DE FREITAS: *George Caning e o Brasil* (em dois volumes).
- 299 — MARCOS CARNEIRO DE MENDONÇA: *O Marquês de Pombal e o Brasil*.
- 300 — ALCEU MAYNARD DE ARAÚJO: *Medicina Rústica* (prêmio "Brasiliana", 1959).
- 301 — MARCOS CARNEIRO DE MENDONÇA: *O Intendente Câmara*.
- 302 — EDISON CARNEIRO: *O Quilombo dos Palmares*.
- 303 — ESTEVÃO PINTO: *Murarrabis e Balções — e outros ensaios*.
- 304 — RODRIGO SOARES JÚNIOR: *Jorge Tibirigá e sua época* (em dois volumes).
- 305 — R. BASTIDE e F. FERNANDES: *Branços e negros em São Paulo* (2.^a edição).
- 306 — JOSÉ A. TEIXEIRA: *Folclore Goiano* (2.^a edição).
- 307 — OCTAVIO IANNI e F. H. CARDOSO: *Cór e mobilidade social em Florianópolis*.
- 308 — JOÃO CAMILLO DE OLIVEIRA TORRES: *A formação do federalismo no Brasil*.
- 309 — NELSON LAGE MASCARENHAS: *Um jornalista do Império* (Firmino Rodrigues Silva).
- 310 — OSWALDO R. CABRAL: *João Maria — interpretação da Campanha do Contestado*.
- 311 — PAULO CAVALCANTI: *Éça do Queiroz, agitador no Brasil*.
- 312 — C. R. BOXER: *Os holandeses no Brasil. (1624-1654)*. Tradução de Olivério de Oliveira Pinto.
- 313 — ROGER BASTIDE: *O candomblé da Bahia*. Tradução de Maria Isaura Pereira de Queiroz.

EDIÇÕES DA

COMPANHIA EDITORA NACIONAL

SEDE: Rua dos Gusmões, 639 — São Paulo

OS HOLANDESES NO BRASIL

(1624-1654)

Exemplar **Nº** **466**

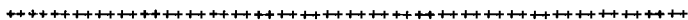
Obra executada nas oficinas da
São Paulo Editora S. A. — São Paulo, Brasil



João Maurício de Nassau, 1647
De uma estampa de T. MATHAM

BRASILIANA

VOLUME 312



C. R. BOXER

*Professor de Português camoneano no King's College
da Universidade de Londres*

OS HOLANDESES
NO BRASIL

1624-1654

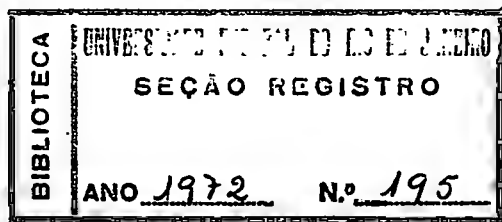
Tradução do

Dr. Olivério M. de Oliveira Pinto

COMPANHIA EDITORA NACIONAL
SÃO PAULO

Do original inglês
The Dutch in Brazil
1624 — 1654

publicado em 1957
pela
OXFORD UNIVERSITY PRESS, Londres



1961

Direitos para a língua portuguesa adquiridos pela
COMPANHIA EDITORA NACIONAL
Rua dos Gusmões, 639 — São Paulo
que se reserva a propriedade desta tradução

Impresso nos Estados Unidos do Brasil
Printed in the United States of Brazil

A memória de

J. C. M. WARNSINCK,

historiador naval

“welckers gelycke de aerde niet veel heeft
gedragen, ende mogelyck niet lichtelyck
in't toekomende sal syn te vinden”.

ÍNDICE

<i>Lista das ilustrações</i>	XI
<i>Abreviaturas</i>	XIII
<i>Prefácio</i>	XV
<i>Agradecimentos</i>	XIX

I — Primeiros movimentos (1621-1629)..... 1

O assalto holandês ao mundo colonial ibérico — Usselinck e a formação da Companhia das Índias Ocidentais — A trégua de doze anos e suas repercussões — A carta-patente da Companhia das Índias Ocidentais em junho de 1621 — Organização e natureza da Companhia das Índias Ocidentais — Judeus e Brabantinos — Dificuldades para levantar o capital — Atividades preliminares — Decisão de atacar o Brasil — Brasil, colônia açucareira — Comércio holandês clandestino, via Portugal — Expedição de Willekens e Piet Heyn — A reação da Europa — Retomada da Bahia por Don Fadrique de Toledo — Operações de Piet Heyn e Bondewijn Hendrickszoon — O desastre de Elmina — Façanhas de Piet Heyn em 1626 e 1627 — A captura, por êle, da frota mexicana da prata, em 1628 — Decisão de renovar o ataque ao Brasil.

II — A luta pela posse de Pernambuco (1630-1636).... 45

Pernambuco e o comércio do açúcar — A expedição de Loncq e Wandenburgh — Matias de Albuquerque e a defesa das capitanias do Nordeste — Tomada de Olinda e Recife — A luta de guerrilhas no interior — A reação da Espanha e de Portugal — Dificuldades experimentadas pelos holandeses — Batalha entre Pater e Oquendo — Evacuação de Olinda — Deserção de Calabar e seus resultados — Tapuias e Tupis — Tomada de Pontal e da Paraíba — Repercussões na Espanha

VIII — OS HOLANDESES NO BRASIL

e em Portugal — Uma guerra de exaustão — O problema religioso no território ocupado — Apostasia do Padre Manuel de Moraes — Pôrto Calvo e o *Arraial do Bom Jesus* — A expedição de Don Luís, de Rojas e a batalha de Mata Redonda — Recrudescimento da luta de guerrilhas e política sem piedade — Desvantagens da divisão do comando — Decisão de nomear João Maurício de Nassau-Siegen governador-geral.

III — As conquistas feitas por João Maurício (1637-1641) 94

Um sobrinho-neto de Guilherme, o Taciturno — Primeiras impressões — Campanha de Pôrto Calvo — Limpeza das Estrebarias de Augias, em Recife — Livre-comércio limitado, ou estrito monopólio? — O comércio negreiro e a tomada de Elmina — A expedição à Bahia — “O auxílio da Espanha chega tarde, ou nunca” — A armada do Conde da Torre — Queda de Arciszewski — Derrota da armada — A marcha de Barbalho — A questão do quartel — Restauração de Portugal — Negociações entre Portugal e as Províncias Unidas — Repercussões no Brasil — Conquista de Sergipe, Luanda, São Tomé e do Maranhão — Reconhecimento tardio da trégua — Um império holandês em perspectiva no Atlântico.

IV — Um príncipe humanista no Nôvo Mundo (1637-1644) 157

“O homem mais notável entre os que jamais se envolveram na indústria do açúcar” — Vrijburg e Boa Vista — O “Santo Antônio” dos moradores — A primeira assembléia legislativa da América do Sul — O subórno e a corrupção no Recife e na Bahia — Torneio entre calvinistas, católicos-romanos e judeus — Vinho e mulheres — Os mercenários da Companhia das Índias Ocidentais — Os empregados da Companhia e os cidadãos livres — A comunidade judaica — Os ameríndios, mansos e selvagens — A política dos holandeses nas “Índias”, em confronto com a dos espanhóis e portugueses — Os negros escravos — A indústria do açúcar — Holandeses citadinos e portugueses rurícolas — Esforços feitos para incrementar a imigração — Concentração, consolidação e expansão — Importação e exportação. — Custo alto da vida — João Maurício como Mecenas da ciência e das artes — Regresso dêle à pátria, a chamado — O relatório que apresenta de sua gestão — Um magnífico Nôvo Mundo holandês?

V — A “guerra da liberdade divina” (1645-1648)..... 223

A posse é nove pontos da lei — Origens da revolta de junho de 1645 — Negociações entre a Bahia e o Recife — Descobre-se o plano — Batalha das Tabocas — Vitórias dos portugueses em terra e êxito de Lichthart no mar — “Crimes de guerra” — A reação em Haia e Lisboa — Intrigas de Sousa Coutinho — Libertação de Recife — João Fernandes Vieira e dissensões no campo revoltoso — Atitude do rei D. João IV — Nomeação de Francisco Barreto como comandante-chefe — Operações terrestres em 1646 — Von Schoppe em Itaparica — A frota de Witte de With e a armada do conde de Vila-Pouca — Portugal conquista a raça — A paz de Westphalia e a rejeição das propostas de paz portuguesas — Witte de With chega a Recife — Evasão de Francisco Barreto — A primeira batalha dos Guararapes — Perda de Luanda — Batalha naval ao largo da Bahia — Saque do Recôncavo — Depredações praticadas pelos piratas holandeses.

VI — “O mar domina o Brasil” (1649-1654)..... 286

O Padre Antônio Vieira, S. J., e a Companhia do Brasil — Segunda batalha dos Guararapes — As Províncias Desunidas — A vida em Recife durante o bloqueio — Franqueado o comércio com Recife — Witte de With vai-se embora “à francesa” — A primeira frota da Companhia do Brasil — Pessimismo em Recife, discrição em Lisboa, e crise na Bahia — Ainda uma vez a questão do quartel — As frotas de Blake e do Brasil, no ano de 1650 — Regressam à pátria os navios de Haulthain — Empate entre a Bahia e o Recife — Irrupção da guerra anglo-holandesa — A armada da Companhia do Brasil em 1653 — A capitulação de Taborda — Os “Jewish Pilgrim Fathers” — Vencedores e vencidos.

VII — Epílogo diplomático (1655-1669)..... 347

Reação dos holandeses e portugueses à perda do Brasil neerlandês — Irrupção da guerra e bloqueio do Tejo, em 1657 — Intervenção diplomática da França e da Inglaterra — O rei Carlos II e “a filha de Portugal” — Downing e o tratado luso-holandês de agosto de 1661 — Tratado suplementar de julho de 1669 — Amsterdam e o “menosprezado Brasil”.

X — OS HOLANDESES NO BRASIL

APÊNDICE I: *Personalia*

(I) *Holandeses*

Witte Cornelisz. de With — Jorge Marcgrave — João Maurício de Nassau-Siegen — Cornelis van den Brande — Adriaen van der Dussen — Michiel van Goch.

(II) *Luso-brasileiros*

Manuel de Moraes — Gaspar Dias Ferreira — Padre António Vieira, S.J. — João Fernandes Vieira..... 366

APÊNDICE II:

Tentativa de balanço das contas do Brasil e da Costa Ocidental Africana neerlandesa em 1644 395

APÊNDICE III:

Lista dos navios mercantes portugueses utilizados no comércio com o Brasil e capturados pelos holandeses em 1647 e 1648..... 398

APÊNDICE IV :

Notas bibliográficas 408

Lista dos autores principais 426

ÍNDICE ANALÍTICO 441

LISTA DAS ILUSTRAÇÕES

João Maurício de Nassau, 1647 (de um quadro de T. Matham, existente no Museu Britânico – Reprodução obsequiosamente autorizada pela instituição). Frontispício.

MAPAS (no fim)

1. Capitânicas do Brasil, 1630.
2. Brasil neerlandês, 1643.
3. Recife e cercanias, 1648.
4. Império da Companhia das Índias Ocidentais no Atlântico Sul, 1643.

Os mapas 2-4 baseiam-se nos desenhados por S.P. L'Honoré Naber pelas fôlhas 7-10 do *Geschiedkundige Atlas van Nederland* (Haia, 1931), com permissão do editor Martinus Nijhoff.

ABREVIATURAS

AHU	Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa.
BM. Add. MSS.	Museu Britânico, Manuscritos Adicionais, Londres.
BNRJ	Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro.
BPE	Biblioteca Pública, Évora.
HAHR	<i>Hispanic-American Historical Review.</i>
JHMS	José Higinio Duarte Pereira: transcrições de manuscritos de arquivos holandeses, Recife.
RIAGP	<i>Revista do Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano, Recife.</i>
RIHGB	<i>Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Rio de Janeiro.</i>
VOC	Companhia Holandesa das Índias Orientais.
WIC	Companhia Holandesa das Índias Ocidentais.

Prefácio

ENTRE 1896 E 1900, apareceu na *The English Historical Review* uma série de artigos intitulados "The Dutch Power in Brazil, 1624-1654", sob a assinatura do historiador G. M. Edmundson, de Oxford. Não foi Edmundson além de 1632, havendo muita divergência entre os autores subseqüentes no tocante ao valor dêsse trabalho. Apesar do volume considerável e importância do material tornado acessível nos últimos cinquenta anos, não existe ainda, em inglês, nenhuma exposição adequada sobre êsse curioso episódio colonial. O presente trabalho é uma tentativa feita para preencher esta lacuna.

Poderão achar alguns leitores que já existindo sobre o assunto um excelente livro escrito em alemão, como é o de H. Wätjen, *Das holländische Kolonialreich in Brasilien* (Haia e Gotha, 1921), não havia necessidade de outro, em inglês. Abstraindo mesmo do fato de estar o livro de Wätjen esgotado já há bastante tempo e ser muito difícil adquiri-lo, ousou pensar que o aparecimento do presente livro se justifica por duas razões. Em primeiro lugar, porque fizera Wätjen pouco uso das fontes de consulta portuguesas (tidas como distintas das brasileiras), e só depois de escrever êle o seu livro haver sido trazida a lume uma importantíssima fonte em

XVI — OS HOLANDESES NO BRASIL

holandês (o diário de Hendrik Haecxs). Em segundo lugar, por haver êle se concentrado, coisa fácil de compreender, no período governamental do Conde João Maurício de Nassau (1637-1644), de modo que, sob muitos aspectos, o que êle diz sôbre os últimos dez anos do Brasil Holandês é superficial e inexato. Em compensação, o estudo de Wätjen sôbre as condições financeiras e econômicas da colônia pode ter-se como definitivo. O autor desejoso de informações mais precisas sôbre êsse assunto deverá recorrer sempre a Wätjen, pois não tenho a pretensão de ultrapassar o trabalho dessa competente autoridade alemã, mas apenas suplementá-la. Esforcei-me por encarar os fatos com o espírito livre de preconceitos, procurando combinar, em escala maior do que fôra possível a Wätjen, os relatos dos holandeses com os dos portugueses.

Como observara Roberto Southey em sua volumosa *History of Brazil* (3 vols., Londres, 1810-19), “há muitas fontes, boas e copiosas, sôbre a guerra holandesa”, o que não impediu que o uso por êle feito dêsse material fôsse severamente atacado por um crítico hostil, no *Blackwood's Edinburgh Magazine* (fevereiro de 1824): “Sua *History of Brazil* é a mais indigesta das produções de nossa época. Dois ou três elefantes *in-folios* sôbre uma simples colônia portuguesa! Qualquer minúsculo coronel, capitão, bispo, ou frade é estudado tão minuciosamente como se se tratasse de outros tantos Cromwells ou Loyolas”. No presente trabalho procurei isentar-me dessa pecha; mas, uma vez que o Brasil holandês estêve em guerra durante tôda a sua existência, salvo uns poucos meses, as “old, unhappy,

far-off things” ali relatadas conterão inevitavelmente muita coisa concernente às “battles long ago” e aos homens que nelas combateram.

A meu ver, o principal defeito de Southey não é o espaço por êle despendido em discutir personalidades portugêsas — fôsem elas escocesas, ou mesmo inglêsas, o crítico de *Blackwood* não teria certamente nenhuma objeção a fazer — mas sim a sua violenta prevenção contra os holandeses. Essa prevenção, oriunda da longa e ferrenha rivalidade existente entre as duas grandes potências marítimas situadas num e noutro lado do Mar do Norte, custou muito a arrefecer, não tendo até hoje desaparecido de todo. A venenosa observação de Southey, “Os holandeses foram sempre um povo cruel. . . não havendo nenhuma outra nação cuja história colonial tenha sido tão indesculpável e imperdoavelmente fatal à natureza humana”, refletiu-se durante muito tempo em muitas obras inglêsas de história, sobrevivendo alguns traços dela ainda em nossos dias. Minha intenção não é inocentar o procedimento da Companhia das Índias Ocidentais, que em verdade era alvo das mais acerbas censuras nos Países-Baixos, sem excluir os seus próprios empregados; porém mostrar que a questão oferecia outro lado a ser considerado. Se os direitos da Companhia não raro se mostravam cúpidos e vorazes, havia também entre êles espíritos de escol, como o erudito Johannes de Laet. A obra de João Maurício, a quem ela atribuiu o cargo de governador-geral do Brasil, pode ser posta em paralelo com a de qualquer outro administrador colonial, quer do levante, quer do ocidente. Seria, de fato, difícil men-

cionar outro nome capaz de com o d'êle competir no empenho de transmitir ao outro lado do mundo conhecimentos tão precisos e científicos sôbre a região a seu cargo.

A que espécie de leitores é êste livro destinado? Em primeiro lugar, a todos quantos se interessam pelos caminhos ínvios (ou mesmo pelos becos sem saída) da história colonial. Mas poderá merecer também a atenção dos que estejam interessados em assuntos mais vastos, tais como as lutas entre raças e religiões, ou a influênciã do poder marítimo na guerra colonial. Seja como fôr, espero que o leitor, seja êle especialista, eventual, ou crítico, encontrará nêle (para usar as expressões do *Amsterdams Dam-praetje*), "algo velho, algo nôvo, e algo surpreendente"¹.

C. R. B.

(1) *Amsterdams Dam-praetje, van wat outs en wat nieuws en wat vreemis* (Amsterdam, 1649).

Agradecimentos

Convindo com Mr. W. S. Lewis em que “a tarefa do colecionador só em parte se acha concluída quando tenha êle completado a sua coleção, que parecerá um bricabraque enquanto não fôr utilizada”, escrevi o presente livro com os recursos quase só de minha biblioteca. Tôdas as vêzes que recorri ao auxílio de outras pessoas, bibliotecas e arquivos, sempre fui atendido com generosidade, pelo que grato me é registrar a dívida contraída para com os que se seguem: Dr. Rodrigo de Melo Franco de Andrade, Senhor Godofredo Filho e Senhor Ayrton de Carvalho, pela oportunidade que me deram de visitar muitos dos locais e cenários relacionados com a história dos holandeses no Brasil, por ocasião de minha primeira visita a êsse país, em 1949. A Comissão do Congresso comemorativo do terceiro centenário da Restauração Pernambucana, em 1954, que me habilitou a visitar novamente o Nordeste do Brasil em julho e agôsto do referido ano, e a desfrutar ainda uma vez a hospitalidade tradicionalmente franca daquela formosa região. Sua Excelência Embaixador Joaquim de Sousa Leão, Professor G. J. Renier, Professor Philip Coolhaas, e Senhorita Rose Macaulay, que conferira algumas de minhas citações e elucidara alguns termos difíceis. Professôra D. Virginia Rau, que me dera acesso antecipado ao seu valioso Catálogo de manuscritos relativos ao Brasil pertencen-

centes aos arquivos de Cadaval, atualmente em curso de impressão. A Real Biblioteca de Haia, pelo empréstimo da Leben des Fürsten Johann Moritz von Nassau-Siegen (Berlim, 1849) numa época em que não me foi possível encontrar na Inglaterra um exemplar suscetível de ser utilizado por mim. O Dr. W. J. van Hoboken, do Amsterdam Gemeente Archief, não me favoreceu apenas com inúmeras transcrições dos arquivos holandeses, mas ainda com um exemplar impresso de sua tese, ricamente documentada, Witte de With in Brazilië, 1648-49, surgida quando o presente livro se achava no prelo. Esse trabalho não se limita a lançar um feixe de luz sobre as atividades daquele almirante no Brasil, mas ainda evidencia com clareza a importância da atitude de Amsterdam no que tange ao problema brasileiro. Os doutôres José Honório Rodrigues, autor da bibliografia definitiva dos Holandeses no Brasil, e José Antônio Gonsalves de Melo, neto, cujo irrealizado conhecimento do "Tempo dos Flamengos" é atestado por quantos tenham lido os seus trabalhos, estiveram sempre dispostos a prestar-me o seu auxílio. Dar-me-ei por mais que satisfeito caso o livro que acabo de escrever venha contribuir para despertar a atenção para a obra destas doudas autoridades.

I

Primeiros movimentos

1621 – 1629

Ao findar-se a primeira década do século XVII, formavam as Províncias Unidas dos Países-Baixos uma nação independente e próspera, conquanto não verdadeiramente unificada. A trégua de doze anos assinada com a Espanha em 1609 era o reconhecimento tácito de derrota por parte desta última. Verdade é que, até 1648, não havia a monarquia espanhola abandonado formalmente as suas pretensões à soberania sobre a Holanda setentrional; mas de há muito não eram elas mais levadas a sério pelo resto do mundo. Se a luta ao longo da fronteira de Flandres se havia atolado num empate sem decisão, a expansão fenomenal que a partir de 1598 levava a efeito a Holanda através dos oceanos mostrava claramente que uma nova força, e de primeira ordem, despontava nos Países-Baixos, junto ao Mar do Norte.

O orgulho pelos feitos memoráveis dos aventureiros da época de Elizabeth (com a exaltada admiração que hoje cerca a nova era elisabetana) não nos deve deixar cegos para o fato de ter sido a Holanda, e não a Inglaterra, que no curso da primeira metade do século XVII fêz dobrar a espinha ao poder marítimo das nações ibéricas. Os assaltos aos estabelecimentos espanhóis da costa caraiba podem ter produzido irritação e criado dificuldades ao rei Filipe; mas não abalaram seriamente o

poderio da Espanha. No ano de 1600, nem uma polegada sequer de território colonial havia sido arrebatada ao domínio da Espanha e de Portugal, que formava em tórno do Globo um cinturão intato, desde Macau, na China, até Callao, no Peru. Não foram os corsários e flibusteiros da Rainha Virgem que solaparam os verdadeiros alicerces da expansão colonial da Inglaterra, mas sim os puritanos descontentes que começaram a afluir às terras ultramarinas do reino do seu sucessor, aquêlê escocês abjeto, "the minion-kissing King", como foi chamado com muita razão, e quiçá descaridosamente, o rei Jaime I e VI. A colonização da Nova Inglaterra foi, sem dúvida, facilitada pela preocupação da Espanha com a ameaça contida na expansão do domínio colonial da Holanda durante as primeiras décadas de seu século áureo. Em 1604 cessara a Inglaterra a luta contra a Espanha; mas a Holanda prosseguiu na sua com recrescente energia, destruindo em 1606 uma poderosa esquadra portuguêsã ao largo de Malaca e, em 1609, uma espanhola, em frente de Gibraltar. Nem a trégua assinada em 1609 conseguira deter a agressividade e a expansão dos holandeses no mundo tropical. O maior tropêço nas negociações que precederam a dita trégua foi a insistência da Holanda no tocante aos direitos que lhe cabiam no comércio com as Índias orientais e as Antilhas. Essa dificuldade foi finalmente vencida pelo disposto na quarta cláusula do tratado, a qual, deixando a Holanda com as mãos relativamente livres nas Índias, implicava caberem mais estritamente aos espanhóis a América e as Antilhas¹.

(1) As versões francesa e holandesa do texto da trégua de doze anos assinada em abril de 1609 podem ser encontradas nos panfletos catalogados por Knuttel, *Catalogus Pamphletten*, vol. I, nos. 1586-95. Sobre a rivalidade existente nessa época entre holandeses e espanhóis, por causa do mundo colonial, veja-se o excelente e sucinto trabalho de E. Sluiter, "Dutch Maritime Power and the Colonial Status Quo, 1585-1641, in *Pacific Historical Review*, XI. 29-41.

Uma das principais razões que forçaram a Espanha a aceitar um acôrdo foi ter a Companhia das Índias Orientais (incorporada em 1602) conseguido romper o monopólio exercido pelas nações ibéricas no mundo colonial, triunfo êste que havia de sugerir naturalmente a idéia de que métodos semelhantes poderiam ser usados côm relação ao Ocidente. A iniciativa do movimento de que resultou a fundação da Companhia das Índias Ocidentais deve-se a Willem Usselinx (1564-1647), filho de Antuérpia e prolífico panfletário na causa que tanto havia tomado a peito defender². Em muitos pontos, as suas idéias eram cheias de originalidade; porém em alguns eram impraticáveis, e noutros demasiado avançadas para a época. Muito acertada era a idéia central, qual seja a de que se deveriam fundar colônias agrícolas holandesas em alguma parte do Novo Mundo, e de que o desenvolvimento dessas colônias, se inteligentemente administradas, ofereceria à mãe-pátria um crescente e valioso mercado de exportação.

Usselinx criticava a concepção popular de que a riqueza colonial da Espanha procedia quase inteiramente das minas de ouro e de prata das Américas Central e do Sul. Demonstrava que os produtos naturais do Novo Mundo, tais como o açúcar, o anil, a cochoilha, a salsaparrilha, os paus de tinta, os couros, as pérolas, etc., tinham, em conjunto, muito mais valor, ao mesmo tempo que a América constituía importante escoadouro para os produtos da indústria e do artesanato da Espanha³. Insistia em que era o Brasil o melhor exemplo para as

(2) Há dois estudos biográficos bem documentados sôbre Usselinx: J. F. Jameson, *Willem Usselinx, founder of the Dutch and Swedish West India Companies* (New York, 1887) e C. Ligtenberg, *Willem Usselinx* (Utrecht, 1915). Importantes informes podem ser encontrados também em O. van Rees, *Geschiedenis der Staatshuishoudkunde in Nederland tot et einde der achttiende eeuw* (Utrecht, 1868), vol II.

(3) Cf. B. W. Diffie, *Latin-American Civilization. Colonial Period* (Harrisburg, 1947), p. 144.

suas teorias. Não fornecia essa colônia portuguêsas metais preciosos; mas produzia, com abundância, açúcar, algodão, pau-brasil etc. Esses artigos, negociados e vendidos em Portugal, bastavam quase por si sós para sustentar o reino, o qual, convém lembrá-lo, de 1580 a 1640, formava com a Espanha uma dupla monarquia. Conforme os seus cálculos, só o açúcar brasileiro lhe proporcionava um lucro anual mínimo de 4 800 000 florins.

Não advogava necessariamente Usselinx a tomada das colônias aos portuguêses e espanhóis; mas concitava os Estados Gerais a insistirem junto à coroa da Espanha para que, enquanto durasse a trégua, permitisse o comércio e os estabelecimentos dos holandeses na América, particularmente em lugares como a Guiana (chamada então "Costa Selvagem"), e na região ao sul do Rio da Prata, não ainda efetivamente ocupada, quer pelos espanhóis, quer pelos portuguêses. Imaginava êle que, à custa do temor, ou graças a um jeitoso tratamento, deveriam os ameríndios voltar-se para o lado dos holandeses, tanto mais quanto muitos dêles se sentiam desassossegados sob o jugo dos espanhóis, e outros não tinham ainda a êstes se submetido. Através do contato com os colonos holandeses, iriam os ameríndios sentindo também a necessidade dos artigos europeus, e concorrendo assim para o incremento do comércio colonial com os Países-Baixos. Pensava Usselinx que os próprios crioulos espanhóis e os mestiços haveriam de ficar contentes de comerciar com os hereges recém-vindos, uma vez que tinham mais a América como pátria do que a península ibérica. Argumentava que a Holanda poderia melhor supri-los de artigos importados, e por preços muito mais baixos do que os negociantes espanhóis e portuguêses.

Como todos os seus contemporâneos, Usselinx encrava as colônias, antes de tudo, como fornecedoras de materiais em bruto para a mãe-pátria, e como mercados

de exportação exclusivos para os produtos e manufaturas desta última. Por isso, era de opinião que nelas não se devia permitir o desenvolvimento de nenhuma indústria, a não ser as essenciais à vida dos habitantes etc. Insistia em que se devia estimular mais a emigração de trabalhadores agrícolas do que a de operários hábeis e artesãos. A Alemanha e os países do Báltico (pensava êle) poderiam fornecer largo contingente de famílias de camponeses cujos baixos salários não lhes permitiam qualquer esperança de melhoria social, ao passo que uns poucos anos de trabalho honesto no solo fértil da América do Sul habilitá-los-iam a ganhar o suficiente para terem uma velhice sossegada. Deixava claro que uma vez que não se ia consentir o desenvolvimento de qualquer indústria nas colônias, nenhum incentivo haveria para que emigrassem da Holanda operários altamente qualificados, com prejuízos assim para o seu poderio econômico.

Embora tivesse vivido alguns anos nos Açores, Usse-
linx nunca estivera na América, de maneira que subestimava os efeitos do clima tropical sobre os trabalhadores agrícolas nascidos na Europa. Argumentava engenhosamente que muitos trabalhos pesados (tais como a moagem da cana nos engenhos) poderiam ser feitos à noite, ou senão ao raiar do dia e durante o crepúsculo, quando o calor do sol não faz sentir muito fortemente os seus efeitos. Finalmente, mostrando-se neste ponto muito avançado para a sua época, encarecia êle as vantagens do trabalho livre sobre o braço escravo. Lastimava o regime da escravidão como antieconômico e desumano, insistindo em que os trabalhadores brancos haveriam de produzir muito mais quando estivessem aclimatados. Supunha também que não faltariam no devido tempo ameríndios voluntários para trabalhar mediante salário, dependendo isso de se acostumarem melhor os nativos com os holandeses.

Era Usselinckx um ardoroso calvinista, havendo em seus planos forte influência religiosa. Ocorre repetidamente em seus escritos a idéia de transplantar para o Novo Mundo a “verdadeira religião de Cristo”, e de combater os erros do papismo anticristão. Embora, como ficou dito, preferisse a ocupação pacífica das regiões não ainda colonizadas da América, com a permissão tácita (ou explícita) da Espanha, compreendeu Usselinckx que isso poderia não ser conseguido. Opinava que nesse caso a trégua devia restringir-se à Europa, prosseguindo a luta além da linha equinocial, de modo que, sendo necessário, pudesse a Holanda, a ponta de espada, povoar as suas colônias americanas.

Graças à ambígua redação da quarta cláusula do tratado de 1609, a paz estava virtualmente confinada à Europa; mas o partido que a defendia, tendo à frente o venerando estadista Johan van Oldenbarnevelt, utilizava-a como justificativa para pôr de lado os planos ambiciosos de Usselinckx. Procuravam os adeptos de Oldenbarnevelt mostrar que a Holanda podia agora obter nos portos espanhóis e portugueses todos os produtos da América, e com muito mais facilidade e segurança do que rumando para o mar das Caraíbas. A oligarquia burguesa que advogava os interesses da Holanda não estava interessada em fundar colônias agrícolas em terras de além-mar, nem tampouco em difundir a “Religião Cristã” entre os “obsecados pagãos” do Novo Mundo. Argumentavam que a Holanda já tinha muito com que comerciar e pelear nas Índias Orientais, onde a trégua nunca foi posta em execução, dando lugar a que a expansão holandesa fôsse acelerada, em detrimento do claudicante “Estado da Índia” português.

Embora o maior esforço da Holanda durante os anos de 1609 a 1621 tivesse sido nos mares asiáticos, as suas atividades no Atlântico não foram absolutamente des-

prezíveis. Empresários holandeses começaram a explorar o comércio de peles na região do rio Hudson, fundando em 1614 Forte Orange, o Albany dos nossos dias. Consolidaram-se as pequenas feitorias holandesas que existiam na Guiana, entre os rios Essequibo e Amazonas. Por meio de troca, tanto o tabaco como o algodão e os paus-de-tinta eram obtidos dos índios locais, que viviam em boa amizade com os holandeses, como foi mais tarde admitido pelos portuguezes. Estes estabeleceram-se a princípio na região do Amazonas, fundando em 1616 Belém do Pará; mas, entre 1623 e 1630, conseguiram destruir todos os postos de comércio e colônias incipientes das “nações do Norte” que existiam naquela área. Entrementes, durante os anos de trégua, e por motivos que serão explanados depois, o comércio holandês com o próprio Brasil experimentara grande impulso. Foi porém ao longo do Gôlfo de Guiné e na África ocidental que os mercadores e navegantes dos Países-Baixos conseguiram os seus mais brilhantes êxitos.

Não chegaram até nós dados relativos aos primeiros anos do comércio holandês com o oeste da África; mas, das alusões encontradas em trabalhos e manuscritos da época, claramente se conclui que os holandeses haviam suplantado os portuguezes ali, tornando-se os maiores traficantes na Costa do Ouro, de onde exportavam grandes quantidades de ouro e marfim. Tinham ainda os portuguezes em seu poder o castelo de São Jorge da Mina (St. George of the Mine, ou Elmina, como era mais comumente chamado no norte da Europa) e alguns fortes costeiros; mas grande parte do seu anterior comércio com os negros havia passado para as mãos dos holandeses. Dos seus quartéis-generais de Forte Nassau, ou de Mouree (fundado em 1612), supriam os neerlandeses os negros de artigos de Nuremberg e de outras utilidades, e por preços mais convidativos do que os dos portuguezes.

No comêço da trégua, dispunha a Holanda de cêrca de vinte navios ocupados em comerciar com a Guiné, fazendo nisso um movimento anual equivalente a 2 000 libras de ouro (Amsterdam). Ao terminar a trégua, aquêlê número havia quase dobrado, e as cargas eram proporcionalmente de maior valor, de modo que todo o ouro cunhado nas Províncias Unidas procedia virtualmente de Guiné⁴.

A execução, em 1619, de Oldenbarnevelt, sob a forjada acusação de alta traição, assinalou o triunfo do príncipe Maurício de Nassau e dos calvinistas militantes (ou “contra-remonstrantes”), partidários da guerra. Tanto o príncipe como os “predicantes” estavam ansiosos que recomêçasse a guerra com a Espanha, embora as razões invocadas não fôsem precisamente as mesmas. Os espanhóis, de seu lado, mostravam-se inteiramente dispostos a aceitar o desafio decorrente da expiração da trégua de abril de 1621. Os últimos doze anos lhes haviam dado bastante tempo para respirar em Flandres; a guerra dos Trinta Anos, que acabava justamente de irromper na Alemanha, estava indo muito bem para êles e para os seus aliados austríacos, sendo também óbvio que os príncipes protestantes alemães seriam de pouca utilidade para a Holanda. Além disso, a agressão holandesa às colônias havia-se revelado tão danosa durante os anos da trégua, que o govêrno de Madrid alimentava a esperança de que o recrudescimento da guerra na Europa faria com que os seus inimigos hereges se distraíssem de prosseguir em larga escala os projetos que tinham além dos mares⁵. Os acontecimentos logo mostraram a Oli-

(4) “Consideratien van handelaars over het belang van den handel op de kust van Guinca”, em *Kroniek Historisch Gnootschap Utrecht*, XXVII. 260-5; J. K. De Jonge, *Oorsprong van Nederlands Begittingen of de kust van Guinea* (The Hague, 1871), pp. 10-17.

(5) J. Cuvelier e J. Lefèvre (eds.), *Correspondance de la Cour d'Espagne sur les affaires du Pays-Bas au XVIIe siècle* (Brussels, 1923), vol. II, doc. 567, p. 176. As referências daqui por diante dirão respeito unicamente às páginas.

vares e aos conselheiros quão errados eram os seus cálculos neste último ponto.

Quando, com a morte de Oldenbarnevelt, se tornou mais que provável o recrudescimento da guerra, as propostas de Usselinx e outros relativamente à criação de uma Companhia das Índias Ocidentais foram reexaminadas e ardorosamente discutidas pelos mercadores e burgueses oligarcas da Holanda setentrional. O clero calvinista defendeu o projeto com calor, de modo que, após vivos debates, a Companhia das Índias Ocidentais foi formalmente incorporada por uma carta-patente datada de 3 de junho de 1621. A companhia agora constituída diferia radicalmente da sonhada por Usselinx, visto que em princípio não era uma corporação visando à colonização pacífica e ao intercâmbio comercial, mas, pelo contrário, tinha confessadamente como objetivo a colonização e o comércio mediante a conquista. Em muitos pontos era ela moldada pela Companhia das Índias Orientais, mas o lado comercial de suas atividades estava subordinado aos interesses navais e militares. Não que a Companhia das Índias Ocidentais fôsse, como se tem dito muitas vêzes, uma organização votada meramente à pirataria. Pois o comércio e a colonização estavam claramente dentro dos seus objetivos, como se depreende dos têrmos da carta original, cujas disposições principais podem ser sumariadas como se segue⁶:

A *Concessão* de 3 de junho de 1621 (ulteriormente várias vêzes ampliada) dá à Companhia, durante vinte e quatro anos, o monopólio do tráfico e da navegação, e bem assim da conquista e do comércio, em tôdas as

(6) A concessão da Companhia das Índias Ocidentais tem sido muitas vêzes reimpressa depois das edições originais de 1621 (Knuttel, *Catalogues Pamphletten*, n.os 3 229-32), mas a melhor versão é de S. P. L'Honoré Naber em sua edição de Joannes de Lact, *Iaerlyck Verhael van de Verrichtigen der Geotroyeerde West-Indische Compagnie*, vol. I, pp. (6) — (23), Haya, 1931, a qual foi colada pelo original manuscrito do Rijksarchief.

terras situadas, num lado do Atlântico, entre a Terra Nova e o Estreito de Magalhães, e, no outro lado, entre o trópico de Câncer e o cabo da Boa Esperança. No oceano Pacífico a esfera de ação da Companhia estendia-se da costa ocidental da América à extremidade oriental da Nova Guiné. Ao conferir esta carta de 1621, depois da concedida em 1602 à Companhia das Índias Orientais, davam os Estados Gerais uma resposta à famosa bula do papa Alexandre VI, dividindo em 1493 o mundo não europeu entre a Espanha e Portugal. No respeito tão-sòmente à Holanda protestante, havia agora uma partilha semelhante entre as duas Companhias. Abrira-se uma exceção para o florescente comércio com as salinas de Punta Araya, que continuariam abertas a todos os negociantes das Províncias Unidas (de conformidade com as instâncias de Usselincx); mas isso não durou muito. A despeito da oposição de Hoorn e de outras cidades do norte da Holanda, que se haviam especializado nesse comércio, o monopólio da Companhia foi ampliado no ano seguinte de modo a abranger Punta de Araya. A razão dêste ato foi tornar o monopólio mais proveitoso aos que nêle hesitavam em fazer investimentos.

Autorizou-se a Companhia a contrair alianças com os naturais da África ocidental, da América, e das ilhas do Pacífico situadas a leste de Nova Guiné; a construir fortificações; a nomear governadores, funcionários e juizes; possuir tropas, guarnições e navios. Foram conferidos também poderes à Companhia para “estabelecer colônias nas regiões despovoadas e férteis, e fazer tudo quanto fôsse necessário para bem servir à nação, incrementar o seu comércio e torná-lo mais lucrativo”⁷. As tropas e o material de guerra necessários à ocupação e defesa das colônias em projeto seriam fornecidos pelos

(7) Artigo II da *Concessão* original de 1621.

Estados Gerais, porém pagos e mantidos pela Companhia. O pessoal naval e militar deveria prestar um juramento tríplice de fidelidade à Companhia, aos Estados Gerais e ao capitão-general (“stadtholder”), ou comandante-chefe das fôrças armadas. No que toca ao pessoal civil, tinham os mais velhos de jurar fidelidade aos dois primeiros podêres. Além disso, devia a Companhia receber do govêrno o subsídio de um milhão de florins, sendo a metade desta soma repartida entre os Estados Gerais e os outros participantes nos lucros. Se (como òbviamente se esperava) as operações da Companhia os levassem a uma guerra franca, deveriam os Estados Gerais contribuir com uma fôrça de dezesseis navios e quatro iates, completamente tripulados, equipados e aprovisionados, sob a condição de responsabilizar-se a Companhia pela sua manutenção, e de contribuir com uma igual parcela de seus próprios recursos. Foi concedida também à Companhia uma grande quantidade de isenções em matéria de taxas, inclusive o direito de importar e exportar livremente.

A Companhia, considerada como um todo, foi dividida em cinco câmaras (*kamers*) regionais, entre as quais as açõs eram distribuídas, nas seguintes proporções:

Amsterdam	quatro nonos
Zeeland (Middelburg)	dois nonos
Maas (Rotterdam)	um nono
Zona-Norte (Hoorn e Friesland ocidental)	um nono
Friesland, com o distrito de Groningen (“cidade e território”) ⁸	um nono

Cada câmara regional tinha os seus diretores próprios, escolhidos pela magistratura das províncias e das

(8) *Stadt en Landen*, ou *Stadt en Ommelanden*, como tem sido muitas vêzes chamado,

principais cidades, entre os acionistas mais importantes⁹. A administração central era constituída de um corpo de dezenove diretores (chamados daqui por diante Heeren XIX), dezoito dos quais seriam escolhidos entre os diretores regionais, nas proporções seguintes: oito para Amsterdam, quatro para Zeeland, dois para o Maas, outros tantos para a Zona-Norte e mais dois para Friesland, juntamente com Groningen. O décimo nono era nomeado pelos Estados Gerais, como seu representante direto. Os Heeren XIX deviam reunir-se alternativamente em Amsterdam, durante seis anos, e em Middelburg, durante dois. Na primeira instância deviam os diretores prestar serviços durante seis anos, retirando-se depois em lotes equivalentes a um têrço, com intervalos de dois anos. Seriam então substituídos por outros escolhidos entre os principais acionistas (subscrição mínima de 4 000 florins), mediante consulta às autoridades provinciais e municipais.

Não se faria nenhuma divisão de lucros antes de alcançarem êstes 10% do capital; mas, cada seis anos dever-se-ia fazer um balanço geral para informação dos acionistas, discriminando-se claramente os lucros (ou perdas) provenientes do comércio, dos da guerra. Nenhum subscritor poderia retirar a sua contribuição antes de expirar a carta, em 1645, ocasião em que ou seria feito um geral e último ajuste de contas, ou se daria aos subscritores opção para retirar os seus fundos, renovando-se a carta outorgada à Companhia. Durante o intervalo, as ações podiam ser compradas e vendidas na bôlsa de Amsterdam.

Contrariamente aos desejos de Usselincx e seus adeptos, a gestão dos negócios da Companhia não foi confiada aos Estados Gerais, nem aos acionistas, mas

(9) A contribuição mínima dêstes últimos era de 6 000 florins para Amsterdam, e de 4 000 florins para cada uma das outras quatro câmaras.

(como no caso de sua irmã, a Companhia das Índias Orientais) aos diretores, e especialmente ao órgão dirigente dos Heeren XIX. As disposições concernentes à revisão periódica e à inspeção dos livros da Companhia, bem como a publicação dos balanços nunca foi pròpria-mente posta em execução, em consequência do que muito se ampliaram os podêres conferidos pela carta aos diretores. Desde que êstes eram escolhidos pelas autoridades municipais, ou com a consulta a estas últimas, conclui-se que os burgueses-oligarcas situados à testa das cidades, tinham também em suas mãos a efetiva administração da Companhia. Teòricamente, os acionistas desta última tinham muito mais possibilidades de verificar o que estava sendo feito com o seu dinheiro do que os da Companhia das Índias Orientais, podendo em certa medida os Estados Gerais exercer uma ação diretiva e de supervisão, por intermédio do diretor por êles escolhido entre os Heeren XIX; todavia, as duas grandes Companhias eram, na prática, realmente administradas pelas suas respectivas juntas governativas, a saber, os Heeren XIX para a ocidental e os Heeren XVII para a oriental. Como era de esperar, a comparação dos nomes dos diretores da Companhia das Índias Ocidentais dados por De Laet, com os dados por Valentyn para a Companhia das Índias Orientais mostra que nos órgãos diretivos de ambas estavam representadas algumas famílias governantes bem conhecidas, como os Bickers de Amsterdam e os Lampsens de Zeeland¹⁰. Contudo, considerando em globo, parece que diferentes camadas da população fizeram inversões volumosas em ambas as companhias, sem que houvesse tantas interpenetrações quantas se poderiam supor. Os pequenos acionistas parece terem sido fator mais impor-

(10) Cf. as listas dos diretores das duas companhias publicadas em De Laet-Naber, *Yaerlyck Verhael*, I (33)-(37), e F. Valentyn, *Oud en Nieuw Oost-Indien*, I, 301-16 (Dordrecht, 1724).

tante na Companhia das Índias Orientais do que na das Índias Ocidentais.

Baseando-se em escritores ibéricos ignorantes e cheios de preconceitos, outros historiadores mais capacitados repetiram durante muito tempo que o cérebro, o capital e a indústria dos judeus foram grandemente responsáveis pela fundação dessas duas grandes corporações em que se combinava de maneira tão notável o uso da espada com o dos livros comerciais. Sombart foi talvez o maior culpado na divulgação da lenda de que os "marranos", ou cripto-judeus ricos exilados de Espanha e de Portugal, convergiram para Amsterdam, pondo à disposição da Holanda o dinheiro e os recursos necessários à guerra contra a Espanha. As pesquisas feitas nos arquivos por Wätjen e Van Dillen mostraram quanto essa asserção é grosseiramente exagerada, como se apresentaria óbvio a qualquer um que lesse com cuidado as crônicas e a volumosa bibliografia panfletária do século XVII, ou os trabalhos fundamentais de Asher e Van Rees, na parte que se refere ao assunto¹¹.

Além do total de cerca de 3 000 000 de florins subscritos pelos cidadãos de Amsterdam para o capital inicial da Companhia das Índias, entraram os judeus apenas com 36 000 florins, sendo que destes israelitas somente cinco contribuíram com mais de 2 000 florins. Até 1630 havia apenas cerca de mil judeus morando em Amsterdam, e destes unicamente vinte e um eram pessoas verdadeiramente ricas. Precisamente em 1658, numa lista de 169 grandes acionistas (subscritores de mais de 4 000 florins) figuram apenas onze nomes de judeus. Verdade é que a partir de 1630, como veremos adiante, cresceram substan-

(11) G. M. Asher, *A Bibliographical and Historical Essay on the Dutch books and pamphlets relating to New Netherland and to the Dutch West-India Company and its possessions in Brazil, Angola etc.* (Amsterdam, 1864-67); O. Van Rees, *Geschiedenis der Staat-Luishoudkunde in Nederland* (2 vols., Amsterdam, 1865-8).

cialmente a participação e o interesse dos judeus no Brasil holandês; mas o papel desempenhado pelos últimos na formação das duas companhias das Índias foi virtualmente desprezível. Mudança verdadeira deu-se a partir de 1680, quando a participação dos judeus na Companhia das Índias Orientais aumentou enormemente¹².

A explicação muito melhor nos leva à consideração de que a Companhia das Índias Ocidentais foi em grande parte obra dos calvinistas emigrados de Flandres. Willem Usselinx cometeu grande exagêro ao escrever em 1627 que “antes dos Brabantinos, Flamengos e Valões” haverem levado o seu comércio aos Países-Baixos setentrionais, e iniciado as suas transações com a “Índia, as Índias Orientais, a África, o Oriente e a Itália”, as Províncias Unidas apenas dispunham de meios para manter os seus diques¹³. Mas permanece o fato de que muitos dos que mais ativamente interferiram na origem e no desenvolvimento das duas grandes Companhias das Índias, e muito particularmente da Companhia das Índias Ocidentais, eram calvinistas militantes, corridos dos Países-Baixos espanhóis. Le Maire, De Moucheron, Usselinx, Plancius, De Laet e Barlaeus são apenas alguns entre os muitos flamengos famosos cujos nomes vêm prontamente à lembrança, ao passo que seria difícil recordar um único judeu que estivesse no mesmo caso. O número dos calvinistas emigrados da porção meridional dos Países-Baixos pode ter sido exagerado

(12) H. Wätjen, *Das Judentum und die Anfänge der modernen Kolonization. Kritische Bemerkungen zu Werner Sombarts “Die Juden und das Wirtschaftsebens,”* (Berlin, 1914), pp. 32-34; I. G. van Dillen, “Vreemdelingen Amsterdam in de eerst helft der zeventiende Eeuw. De Portugeesche Joden”, *Tijdschrift voor Geschiedenis* (Groningen, 1935), I. 4-35. Cf. também V. Barbour, *Capitalism in Amsterdam in seventeenth century* (Baltimore, 1950), p. 25. H. J. Bloom, *The Economic Activities of the Jews of Amsterdam in the 17th and 18th centuries* (Williamsport, 1937) é demasiado crítico para servir de guia seguro sobre o assunto.

(13) Van Rees, *Staathuishoudkunde*, II, p. 86.

por Asher, um dos primeiros escritores modernos a mostrar a importância que tiveram; mas é inegável que foi muito grande a influência sobre eles exercida pelos mercadores e pelos intelectuais, influência aliás fora de proporção com o número dos últimos¹⁴.

Embora a Companhia das Índias Ocidentais tivesse sido formalmente incorporada em junho de 1621, os subscritores não se apresentaram com a presteza que se esperava, donde não se aventurar ela a empreender qualquer operação de grande envergadura antes que mais capital tivesse sido subscrito. Os Estados Gerais, que tanto se haviam comprometido a ajudar a Companhia, fizeram tudo para animar os subscritores, insistindo junto aos membros dos governos das províncias e dos municípios para que dessem o bom exemplo, e subscrevendo eles próprios, com liberalidade. Muitos atenderam a este apêlo, mas a comunidade mercantil, em geral, resistiu. Havia muitos motivos para essa hesitação. Em primeiro lugar, muita gente, como Usselinx, estava desapontada com o fato de não poderem os acionistas interferir de qualquer maneira na política dos diretores e na gestão dos dinheiros dos investidores comuns. Em segundo, não poucos pensavam que a Companhia era aquilo que nos dias de hoje chamaríamos uma igreja, para “dar emprego aos rapazes”, sob a forma de gordas pepineiras e macias almofadas para os diretores e seus aparentados, às expensas dos pequenos acionistas. Outros ainda receavam que as finalidades econômicas e comerciais da Companhia fôsem sacrificadas aos objetivos políticos e militares que se tinham em vista alcançar. Por fim, o cerco de Bergen-op-Zoom pelos espanhóis (julho-out. de 1622) fez com que não pouca gente hesitasse em lançar mão de

(14) Cf. V. Barbour, *Capitalism in Amsterdam in the 17th century*, pp. 23-24, e as fontes aqui citadas em rodapé.

suas economias, enquanto não se visse para que lado a guerra ia caminhando¹⁵.

Tanto mais pêso tinham estas dúvidas com relação aos prospectos da Companhia das Índias Ocidentais, quanto, por motivos semelhantes, vinha a Companhia da Índia, mais velha do que ela, sendo severamente criticada por muitos de seus mais influentes acionistas. Êsses subscritores descontentes eram conhecidos como *dolerende participanten*, ou acionistas dissidentes. Queixavam-se êles de que os Heeren XVII tinham feito o que bem quiseram com os dinheiros dos acionistas, não prestando dêles quaisquer contas, distribuindo ou retendo a seu talante os dividendos anuais, e prevalecendo-se de sua posição para influir no preço das ações, enquanto enchiam o bôlso fazendo concessões ao comércio privado, e assim por diante. Outra queixa dos acionistas dissidentes era a de que os seus diretores, por insistência dos Estados Gerais, haviam subscrito um milhão de florins para o capital da Companhia das Índias Ocidentais, sem consultá-los e sem levar em conta que a nova companhia podia ser encarada, de algum modo, como firma rival¹⁶.

Essas alegações impressionaram tanto os Estados Gerais, que êstes ordenaram aos diretores da Companhia da Índia que dessem qualquer satisfação aos seus *dolerende participanten*, fazendo disso uma condição para a renovação da carta original de 1602, cuja validade devia expirar em 1621. A vista disso, muito a contragosto,

(15) Anônimo "Advies tot aanbeveling van de verovering van Brazilij door de West-Indische Compagnie", d. 12 set. 1922, impresso em Kron. Hist. Gen. Utrecht, XXVII, pp. 228-56. Êsse projeto é freqüentemente, embora sem razão, atribuído a Usselincx; mas êle tem muito mais coisas em comum com o panfleto de J. A. Moerbeek, citado abaixo na p. 14, nota 2. Cf. J. Honório Rodrigues, *Historiografia e Bibliografia do domínio holandês no Brasil* (Rio de Janeiro, 1949), pp. 181-2.

(16) Sôbre os *dolerende participanten* da Companhia da Índia e os panfletos da luta travada entre êles e os Heeren XVII, veja-se Van Rees, *Staathuishondkunde*, II, pp. 125, 144-72.

concordaram os Heeren XVII em deixar que os seus livros fôsem inspecionados por auditores nomeados expressamente para êste fim; mas essa permissão foi suspensa pouco depois. O levantamento do cerco de Bergen-op-Zoon (2 de out. de 1622) deu um piparote nos investidores tímidos, de modo que graças a essa e outras razões conseguiram os Estados Gerais obter o apoio financeiro de que necessitavam para a Companhia das Índias Ocidentais¹⁷. Nem circunscreveram êles o seu esforço ao próprio país. Deram ordem aos seus agentes no estrangeiro para publicar os estatutos da nova companhia, garantindo aos possíveis subscritores que seriam tratados em pé de igualdade com os da Holanda¹⁸. Não foi em vão que se fizeram êstes esforços, visto como durante o verão de 1623 um refôrço substancial de subscrições foi obtido na França, em Genebra e em Veneza¹⁹. A perspectiva de piratarias rendosas motivou também o afluxo de novos investigadores, especialmente na Zeeland, onde tinham fôrça os calvinistas militantes, ou “contra-remonstrantes” partidários da guerra, acrescentando a circunstância de que os subscritores zelandeses parece terem sido, na sua maioria, de recursos modestos. Seja como fôr, o capital recebido pela Companhia atingiu em novembro de 1623 o total de 7 108 106 florins, dos quais 2 846 582 tinham sido subscritos em Amsterdam. Êste total de mais de sete milhões podia ser vantajosamente confrontado com o capital inicial da Companhia da Índia, que foi de seis e meio milhões de florins. A Companhia das Índias Ocidentais dispunha por essa época de quinze navios,

(17) *Gedenkschriften van Jonkheer Alexander van der Capellen*, 1621-1654 (Utrecht, 1777-8, 2 vols.), I, pp. 99, 125, 138-9.

(18) Há no Museu Britânico (Pressmark, 1029. c. 5) uma tradução inglesa da carta original de 1621, *Orders and Articles granted by the High and Mightie Lords the States General of the United Provinces concerning the erecting of a West-Indies Compagnie, Anno Dom. MDCXXI*.

(19) N. Wassenacr, *Historisch Verhael alder ghedenckweerdichtste geschiednissen, die hier en daer... voorgevallen syn*, V. (1623), pp. 102-3.

operando a maioria dêles na África ocidental e no delta do rio Amazonas; pouco depois, o primeiro dêesses navios nacionais, o *Grypende Arend*, voltava com um rico carregamento²⁰.

Os primeiros navios lançados ao mar pela Companhia tinham finalidades puramente comerciais, donde se apresentar o problema do primeiro grande golpe a ser assutado. Usselinckx contava ainda com adeptos para a sua opinião de que se devia começar estabelecendo colônias onde os espanhóis exercessem pequena ou nenhuma atuação, tais como a Guiana ou o Chile; mas a maioria do povo mostrava disposições mais combativas. Advogavam alguns a tomada da "península" do Panamá, cortando desta maneira em dois o império hispano-americano, e facilitando a interceptação das barras de prata provenientes do México e do Peru. Aconselhavam outros que se tomasse Havana, ou outro qualquer lugar na ilha de Cuba, como sendo os pontos mais indicados para o apresamento dos navios e seus tesouros, em trânsito pelos estreitos da Flórida e de Iucatã. Outros ainda mais ousados (ou mais irresponsáveis) sugeriam a captura de algum pôrto da península Ibérica capaz de ser fortificado e postado contra quantos ali viessem, antecipando-se à ocupação de Gibraltar pela Inglaterra. Propusera-se, mas sem resultado, que a Companhia das Índias Ocidentais cooperasse com os Estados Gerais e a Companhia da Índia no armamento da "Armada de Nassau", que atacava os estabelecimentos espanhóis da costa pacífica da América do Sul, retornando pelo caminho das Índias Orientais²¹.

(20) Wassenaer, *Historisch Verhael*, VI (1623-4), pp. 38, 58 e 61.

(21) Isto e o que se segue foi tirado principalmente dos "Advies tot aanbeveling van de verovering van Brazilië (12 de set. de 1622)," citados páginas atrás, e de J. A. Moerbeek, *Redenen waeromme de West-Indische Compagnie dient te trachten het landt van Brasilia den Coninck van Spagnien te ontmachtigen, en dat ten eersten*, apresentado aos Estados Gerais em abril de 1623, mas impresso somente depois da tomada da Bahia em 1624. Cf. também de Laet-Naber, *Yaerlick Verhael*, I, pp. 4-8.

Mas a proposta que logrou maior apoio dos Heeren XIX e dos Estados Gerais foi a de um plano para a conquista do Brasil. Muitos e variados foram os argumentos em favor d'êste empreendimento, mas podem ser sumariados da seguinte maneira. Sendo o Brasil colonizado pelos portuguezes, sabidamente indiferentes ou hostis aos soberanos espanhóis, deveria êle ser mais fácil de conquistar do que qualquer colônia da Espanha, mormente tendo-se em vista que os portuguezes eram inferiores aos espanhóis como soldados, e muito menos experimentados do que êles. Além disso, muitos dos portuguezes eram marranos de quem se devia esperar boa acolhida aos invasores, havendo ainda grandes probabilidades de os negros escravos se revoltarem. Conquistado o Brasil, os lucros provenientes da próspera indústria do açúcar deveriam ser suficientes para pagar a conquista e a ocupação da colônia, pôsto que os lavradores portuguezes não dessem nenhuma oportunidade ou pretexto para justificar uma política opressora, e fôsem propiciados por um tratamento benigno. No caso de fugirem os plantadores, ou de serem os engenhos danificados durante a peleja, deveriam aquêles ser substituídos por colonos holandeses e pelos soldados que tivessem baixa das guarnições. Calculava certo otimista que a colônia deveria render anualmente nas mãos dos holandeses cêrca de oito milhões de florins (dos quais 4 795 000 sòmente do açúcar), ao passo que o custo da conquista e da defesa não iria muito além de dois milhões e meio. Afora o aumento das oportunidades de emprêgo e de trabalho advindos para o povo da Holanda em consequências da posse do Brasil, para o desenvolvimento da colônia tinha a Companhia das Índias Ocidentais necessidade de muito capital, fôsse de procedência nacional, ou estrangeira. Havia, além disso, muita gente "de recursos modestos disposta a ir tentar fortuna e a viver lá alguns anos, ocupando-se com o

plântio e a moagem da cana, cultivando fumo, montando pequenas lojas ou oficinas, ou fazendo fôsse o que fôsse para conseguir algum pecúlio e voltar então para a pátria, justamente como faziam todos os dias os emigrantes da Espanha e de Portugal. Mais ainda, é nossa intenção ter nas mãos o tráfico de Cabo Verde, Guiné e Angola, pois queremos tirar proveito do comércio negroiro com o Brasil, que deve ser muito lucrativo”²². Por outro lado, poderia a Companhia das Índias Ocidentais contentar-se com o tráfico e as taxas impostas a quantos emigrassem para o Brasil, deixando aos últimos o encargo de fazê-la desenvolver-se com os seus próprios recursos. A posse do Brasil, ou mesmo de uma parte d’êlé, deveria dar à Holanda uma excelente base de operações, tanto para interceptar os navios transportando tesouros dos espanhóis, ou dos portugueses da Índia, quanto para, eventualmente, atacar as fontes de riqueza que as minas do México e do Peru representavam para a Espanha. Finalmente, a perda do Brasil deveria enfraquecer grandemente a coroa espanhola, desde que Portugal não poderia subsistir sem os recursos oriundos de sua mais florescente colônia. Ou os espanhóis despenderiam enormes somas para amparar Portugal, ou êste reino se revoltaria, em franco desespêro.

Não faltavam opositores ao projeto de expedição ao Brasil. Willem Usselinx, a quem desagradava o caráter belicoso da nova companhia (embora nunca houvesse explicado como poderia a Holanda fundar colônias na América tropical sem dar combate à Espanha), achava que a conquista do Brasil era projeto por demais ambicioso, e superior aos meios de que dispunha a Companhia. Ponderava que as probabilidades de auxílio por parte dos marranos era illusória, e estava também convencido

(22) “Advies” de 12 de setembro de 1622, em *Kron. Hist. Gen. Utrecht*, XXVII, p. 237.

de que não se devia depositar nenhuma confiança na colaboração dos portugueses, nem na revolta dos negros escravos. Previam outros críticos que a Espanha reagiria com violência, por isso que, embora fôsse o Brasil apárgio da coroa portugueza, êle se achava situado no Novo Mundo. A Ásia portugueza era considerada pelo rei da Espanha "como uma concubina que no caso de necessidade poderia ser deixada à sua própria sorte; quanto à América, porém, não fazia êle conta de quanto fôsse necessário gastar para mantê-la, pois via nela a sua espôsa legal, de que tinha o maior ciúme, estando firmemente resolvido a mantê-la inviolada"²³.

Não tinham êstes argumentos maior pêso aos olhos dos Heeren XIX do que aos dos que advogavam o ataque ao Brasil. Podiam os últimos alegar em seu favor (como de fato alegavam) o testemunho de prisioneiros holandeses da Bahia, os quais afiançavam que a comunidade dos marranos locais preferia ver duas bandeiras de Orange à visita de um inquisidor²⁴.

Por isso foi o Brasil escolhido como cenário para as atividades iniciais da Companhia, e, como primeiro objetivo, a cidade do Salvador, capital da colônia, na baía de Todos os Santos. Fizeram-se grandes esforços para guardar segredo sôbre o destino da expedição, partindo a esquadra com ordens seladas de que só era permitido tomar conhecimento após a passagem das ilhas do Cabo Verde. Esforços aliás bastante fúteis, porquanto, tratando-se de um país em que a imprensa era relativamente livre, largo curso tiveram a discussão e a especulação

(23) *Tweede Nootwendiger Discours afte Vertooch aan alle Lantlievende, van de Participanten der Oost-Indisch Compagnie, tegens Bewinthebbers* (1622), p. 22.

(24) Dierick Ruiters' narrative of his captivity in Brazil, na edição que deu em 1914 S. P. L'Honoré Naber de seu *Toortse der Zeevaert* (1623), p. 35.

a respeito. O govêrno de Bruxelas foi logo avisado de que o Brasil, de modo geral, era o principal objetivo, mas continuava incerto o lugar contra o qual precisamente se dirigia o ataque.

Era o Brasil, sem dúvida, uma prêsa apetecível. Para nós nenhuma importância tem saber se a região havia sido descoberta pelo espanhol Pinzon, ou pelo português Cabral, em 1500. O fato é que foram os portugueses que, no curso do século XVI, tentaram colonizar a costa estendida do Amazonas ao Rio de Janeiro. Baseavam êles as suas pretensões à Terra de Vera Cruz, como a princípio a chamaram, no Tratado de Tordesilhas (1494), o qual, com o assentimento do Papa, repartira efetivamente as terras do Nôvo Mundo entre as duas coroas. A posição exata da linha divisória das respectivas esferas de influência, que teòricamente, corria ao longo de um meridiano traçado 370 léguas a oeste das ilhas do Cabo Verde, ficou sendo objeto de disputa no próprio solo americano. Mas, no decurso dos dois séculos que se seguiram, em tôda a parte por onde passava a linha de Tordesilhas os portugueses impeliram resolutamente para oeste as fronteiras não demarcadas de seu domínio. Assim, quando, em 1580, Filipe II, de Espanha, fêz valer as suas pretensões à coroa de Portugal, eram ainda os dois impérios coloniais entidades distintas, tanto em teoria, como de fato²⁵.

As tentativas feitas pelos portugueses para colonizar a região costeira do Brasil foram, a princípio, dificultadas pela escassez de população da mãe-pátria (cêrca de um milhão de almas), pela atração mais forte exercida pelas fabulosas riquezas do Oriente (os *fumos da Índia*) e pelos decididos esforços dos franceses para firmar o pé

(25) Para um retrospecto do desenvolvimento do Brasil e a situação da colônia sob o govêrno espanhol, cf. B. W. Diffie, *Latin-American Civilization. Colonial Period*, pp. 633-73, e C. R. Boxer, *Salvador de Sd and the struggle for Brazil and Angola 1602-1682* (Londres, 1952), pp. 1-39, ambos baseados nos trabalhos mais autorizados de portugueses e brasileiros.

na baía do Rio de Janeiro, ou alhures. O desenvolvimento da colônia americana foi muito cedo confiado a donatários, ou fidalgos-próprietários, a quem a coroa doou largas extensões de terra denominadas *capitanias*, em troca da obrigação de colonizar e desenvolver as respectivas regiões. Houve originariamente quinze dessas capitanias hereditárias, cada uma com cinqüenta léguas de costa, e extensão indefinida para o interior inexplorado. A maioria dos donatários não dispunha de recursos para povoar e desenvolver de modo efetivo as respectivas capitanias, motivo pelo qual, com o correr do tempo, algumas delas foram abandonadas, enquanto outras revertiam à coroa, e umas poucas criavam raízes.

O estabelecimento, em 1549, de um govêrno-geral em Salvador (Bahia) e a chegada de uma turma de missionários jesuítas marcaram uma era nova e decisiva. Depois de algumas duras refregas, foram os franceses expulsos do Rio de Janeiro, ao mesmo tempo que o desenvolvimento da colônia experimentava um novo impulso graças ao cultivo da cana-de-açúcar, trazida de São Tomé e da Madeira, por volta de 1520. Produtos outros, dignos de referência, eram o pau-brasil (que fornecia uma tinta muito estimada, e havia dado o nome ao país), o algodão e o fumo, sem falar na importância que em alguns pontos adquiria a criação de gado. Não obstante, pode-se dizer que no período de que nos estamos ocupando era o açúcar o principal produto da colônia, e a procura cada vez maior dêste artigo na Europa refletia-se diretamente no crescente desenvolvimento e prosperidade do Brasil. Em 1623 havia em funcionamento mais de 350 engenhos, isto é, plantações e a maquinaria necessária à moagem da cana.

Naquele ano tinha a coroa portuguesa sob sua jurisdição tôda a região costeira estendida do delta Amazônico à baía de Paranaguá, conforme se verá a seguir.

As três capitanias mais setentrionais, situadas entre a ilha de Marajó e o cabo São Roque (Pará, Maranhão, Ceará), acabavam de ser desanexadas do resto do Brasil, para formar uma colônia separada, com sede principal em São Luís do Maranhão, de onde os franceses tinham sido expulsos em 1615. Essa vasta região, chamada também muitas vezes “Costa Leste-Oeste”, era ainda muito pouco povoada e de pequena importância. Do cabo São Roque a Paranaguá a faixa marítima tinha sido dividida em doze capitanias, cujos nomes e situação podem ser procurados no mapa colocado no fim do presente volume. Os centros populosos mais importantes agrupavam-se: em torno da cidade de Olinda, no nordeste da capitania de Pernambuco; em volta da cidade do Salvador, capital da colônia, em posição central, à margem da baía de Todos os Santos; nos arredores do Rio de Janeiro e, finalmente, no planalto de São Paulo de Piratininga, situado no extremo sul. Destas zonas, a mais florescente era a de Pernambuco, cabendo um bom segundo lugar à Bahia, e o terceiro, a muito custo, ao Rio de Janeiro. Nas regiões interpostas a estas a colonização era incipiente e sempre muito dispersa. Pode-se, com alguma probabilidade, avaliar em cêrca de sessenta ou setenta mil o número de colonos europeus (incluindo nestes os mestiços de sangue europeu) que existiam no Brasil e no Maranhão em 1623. Quase a metade dêles concentrava-se na capitania de Pernambuco, de tôdas as regiões produtoras de açúcar a mais rica.

Por êsse tempo, já os aborígenes haviam sido em grande parte exterminados, enquanto os restantes estavam reduzidos ao cativoiro, ou repelidos para longe dos principais estabelecimentos europeus, excetuando-se apenas os que viviam nos aldeamentos, sob a proteção e administração dos missionários jesuítas. Do ponto de vista dos colonizadores, repartiam-se os ameríndios em dois grupos raciais mais importantes. O primeiro constituído (na sua

grande maioria) pelos Tupis habitantes da costa, que pertenciam à família linguística dos Tupis-Guaranis e falavam a *língua geral*, língua cujos dialetos eram muito aproximados, como o são o português e o espanhol. O segundo grupo era formado pelos Tapuias do interior chamado *sertão*, antropófagos e muito mais ferozes, vivendo em guerra permanente com os Tupis, e falando as línguas ditas *travadas*. Eram êstes grupos constituídos de tribos selvagens, vivendo ainda na Idade da Pedra e sempre em guerra umas contra as outras, guerras em que os prisioneiros eram habitualmente comidos com grande cerimonia, depois de engordados. Os Tupis mantidos em cativeiro pelos colonos, ou reduzidos e aldeados pelos jesuítas, eram chamados "índios mansos". Quanto aos Tapuias, com raras exceções, haviam resistido a tôdas as tentativas feitas para escravizá-los ou domesticá-los. Nas lavouras de cana os trabalhos eram quase inteiramente feitos pelos negros escravos trazidos de Angola, origem de cerca de 8 000 dos escravos recebidos anualmente pelo Brasil, ou seja quase tantos quantos pela América espanhola. O grosso do tráfico negreiro e do comércio do açúcar estava em mãos dos contratadores portugueses e dos negociantes de origem judaica.

A Bahia era a sede de um govêrno-geral, de um bispado e de um supremo tribunal colonial, enquanto que as outras capitánias eram administradas por governadores nomeados não raro pelos donatários, mas quase sempre pela coroa. Nos núcleos coloniais muito distantes, tais como São Paulo, o *Senado da Câmara* local, ou concelho municipal, detinha as principais atribuições administrativas, e até em lugares como a Bahia, Olinda e Rio de Janeiro tinham não raro êstes concelhos muita influência. Gozava assim o govêrno da colônia de uma larga autonomia. Podiam as linhas gerais da política ter sido traçadas em Lisboa ou Madri; mas os métodos de ação eram

deixados inevitavelmente aos governadores, com a colaboração (ou a hostilidade) dos concelhos municipais.

Eram os jesuítas, de muito, entre as diversas ordens religiosas, a mais influente e a mais respeitada. A educação dos colonos estava virtualmente em suas mãos; mas em certos lugares se tinham tornado impopulares por causa da oposição feita ao cativo dos ameríndios. Não faziam os colonos a mesma censura às outras ordens religiosas, fôsem elas de franciscanos, beneditinos ou carmelitas, visto que estas, excetuando-se em parte a primeira, bem pouco se ocupavam com a evangelização do gentio e a educação dos cristãos. O Santo Offício da Inquisição tinha muito menos influência no Brasil do que na mãe-pátria e nas colônias asiáticas. Essa temida (e quiçá popular, sob certos aspectos) instituição, ao passo que tinha ramificações em Lisboa e em Goa, no que toca ao Brasil contentava-se em enviar de vez em quando os seus visitantes. Tal era, em breves traços, nas vésperas do assalto holandês, o estado da colônia mais florescente de Portugal.

Não eram os holandeses estranhos para o Brasil. Suas ligações comerciais com a colônia datam da primeira metade do século XVI; foi porém durante a trégua de 1609-21 que o seu tráfico com o Brasil tomara grande impulso, isso a despeito das explícitas e reiteradas proibições baixadas pela coroa espanhola no tocante ao comércio dos estrangeiros com a colônia. A maneira pela qual se conseguiu chegar a essa invejável situação vem explicada numa representação que a respeito desses negócios fizeram em 1622 os mercadores holandeses aos Estados Gerais. O comércio holandês com o Brasil prosperava sempre graças ao papel de intermediários desempenhado por "muitos bons e honestos portugueses, na sua maioria moradores de Viana e do Pôrto", os quais, depois da formal proibição baixada em 1594 contra a participação

da Holanda no comércio com a colônia, espontâneamente se ofereceram para continuá-lo, sob a proteção de seus nomes e de sua bandeira. Isso fizeram êles com lealdade e fidelidade exemplares, “tal como se fôssem os nossos próprios pais e vivessem aqui em nosso meio”. O prefeito de Viana do Castelo, muito particularmente, havia sempre instruído os feitores holandeses do lugar e os seus agentes sôbre como poderiam pôr-se de guarda contra os danos causados pelos espanhóis. Em abril de 1621, três dias antes de expirar a trégua, exigia aquela digna autoridade, em proclamação pública, o pagamento de tôdas as dívidas por saldar com os mercadores holandeses e seus agentes locais, fazendo assim com que muitos neerlandeses recebessem integralmente o que não tinham podido reembolsar no devido tempo legal²⁶. Muitos dêsses “bons e honestos portugueses”, se não a maioria dêles, descendiam de cristãos-novos, ou marranos.

Graças a essa cumplicidade oficial dos portugueses na desobediência às leis do rei de Espanha, calculavam os comerciantes holandeses haverem chamado a si a metade, senão os dois terços, do comércio marítimo entre o Brasil e a Europa. Ao expirar a trégua, construíam-se anualmente na Holanda quinze navios para o uso exclusivo dêsse comércio, ao mesmo tempo que se importavam, via Portugal, 50 000 caixas de açúcar, afora pau-brasil, algodão, couro etc. A maioria dêsses produtos brasileiros era expedida para o Pôrto e Viana, onde eram mais baixos os impostos de importação e exportação, impostos que eram ainda muitas vêzes reduzidos mediante o subôrno das

(26) “Deductive vervaetende den oorspronck ende progres van de vaert ende handel op Brasiluijt dese landen over het coninkrijck Portugael,” d. 1622, impresso na edição de J. W. Ijzerman do *Journal van de reis naar Zuid-Amerika door Hendrik Ottsen* (Haia, 1918), pp. 98-106. Para confirmação pelo lado ibérico, cf. J. J. Andrade e Silva (ed.), *Collecção chronologica da legislação portugueza 1620-1627* (Lisboa, 1855), pp. 115, 150-1; J. Cuvelier e J. Lefèvre, *Correspondance de la Cour d'Espagne*, II, 123 e 155.

autoridades. Ao passo que em 1595 existiam na Holanda setentrional apenas três ou quatro refinarias de açúcar, êsse número ascendia a vinte e nove em 1622, vinte e cinco das quais em Amsterdam. Boa parte dêsse açúcar refinado era reexportado para a França, a Inglaterra e os Países Bálticos, proporcionando à Holanda novos lucros, ao mesmo tempo que o Brasil constituía um valioso mercado de exportação para as linhas e tecidos holandeses. Desnecessário é dizer que os interessados nesse próspero comércio de contrabando encaravam com susto a idéia de um ataque às colônias ou aos navios luso-americanos, o que exporia a represálias os seus próprios barcos e bem assim os seus agentes no Pôrto e em Viana. O memorial mostra também que muitos navegantes e marinheiros holandeses estavam perfeitamente familiarizados com os portos brasileiros. O que nos dá mais uma prova de que as expedições de 1624 e 1630 não necessitavam, para guiá-las, dos judeus renegados, muito embora se esperasse contar com a cooperação dos cristãos-novos da colônia.

A expedição para a conquista da Bahia, num total de vinte e seis navios com 3 300 homens e 450 bôcas-de-fogo, partiu da Holanda dividida em dois destacamentos. Fizeram-se êstes ao mar em dezembro de 1623 e janeiro de 1624, respectivamente, reunindo-se ambos ao largo das ilhas do Cabo Verde no seguinte mês de março. Ia como almirante Jacob Willekens, que começara a vida em Amsterdam como comerciante de peixe, e arvorou sua bandeira na Zeelândia. O comando das tropas foi confiado a Jan Van Dorth, soldado experimentado, mas, no dizer de um dos seus contemporâneos que o tinha em pouca simpatia, “pouco versado em expedições militares, embora homem de coragem. Dificilmente posso admitir que êle realize algo duradouro, e receio que a inveja venha interpor-se entre êle e o almirante”²⁷. O vice-almi-

(27) Van der Capellen, *Gedenkschriften*, I, 221-2.

rante foi Piet Heyn, marinheiro (“tarpaulin”) que comandava o pôrto de Delfshaven, perto de Rotterdam. Quando môço, tinha servido na Companhia da Índia (1608-12), e estava destinado a ser um dos maiores navegantes de todos os tempos, como o provam as suas façanhas na Companhia das Índias Ocidentais, a que serviu durante os cinco anos subseqüentes.

Em São Vicente, no arquipélago do Cabo Verde, depois de uma espera inútil de algumas semanas pelo navio *Hollandia*, que levava o coronel Van Dorth, e se havia separado dos seus companheiros, prosseguiu Willekens a viagem com o restante da esquadra, chegando em frente da Bahia em 8 de maio. Van Dorth havia efetivamente, quase um mês atrás, surgido diante da entrada da baía, ao largo de cuja barra estava bordejando (embora fora do alcance da vista) quando chegaram os companheiros.

O governador da Bahia, Diogo de Mendonça Furtado, recebera de Madrid o aviso de que era o Brasil o destino visado pelo inimigo, e o aparecimento prematuro do *Hollandia* confirmava a suspeita de que era a Bahia o primeiro objetivo. Mas o bispo, Dom Marcos Teixeira, e bem assim os plantadores de cana das redondezas (conhecidas como *Recôncavo*), pensaram que o governador não tinha razões para estar alarmado. Por conseqüência, o aparecimento do resto da esquadra ocasionou-lhes profundo abalo, abatendo-lhes logo o moral. A 9 de maio, pela manhã, enquanto a esquadra fazia o bombardeio do pôrto e dos navios fundeados no pôrto, desembarcavam as tropas holandesas a poucas milhas da cidade, sem encontrar oposição. O seu avanço através da vegetação e dos matagais poderia ter sido detido por uns poucos homens decididos; entretanto, não lhes foi oferecida a mais leve resistência. “Tal foi o pânico, e tão genera-

lizado foi êle”, escreveu um jesuíta testemunha ocular dos acontecimentos, “que nem os brancos nem os índios serviram para alguma coisa, cada qual procurando lugar seguro, sem pensar em dar combate”. À noitinha os soldados holandeses já haviam alcançado o convento dos beneditinos, nas cercanias da cidade, onde bivaquearam para passar a noite, na mais desordenada bebedeira. Enquanto isso, o bombardeio naval não deu a princípio nenhum resultado; mas ao cair da tarde tripulava Piet Heyn os seus botes e fazia cortar as amarras ou incendiar tôdas as embarcações ancoradas no pôrto, coroando esta ação com o assalto à fortaleza defensora da baía. A desmoralização dos defensores tornou-se então geral, e assim que caiu a noite começaram a abandonar a cidade, a despeito de todos os esforços do governador para detê-los. Ao entrarem os holandeses, entre nove e dez horas da manhã do dia 10 de maio, estava ela vazia, exceção feita de uns poucos cristãos-novos, de alguns negros escravos, e do governador, com cêrca de quinze desesperançados companheiros de governança. A princípio Diogo de Mendonça Furtado recusou-se a render-se; mas decidiu-se a fazê-lo quando Piet Heyn foi à sua procura, prometendo bom alojamento para êle e os mais. Os que haviam desertado na defesa da Bahia procuraram mais tarde justificar o seu procedimento responsabilizando pela perda da cidade a traição dos cristãos-novos e a covardia do governador. A primeira destas alegações teve eco em *El Brasil Restituído* de Lope de Vega, uma de suas comédias mais imparciais; mas não encontra nenhum apoio nos relatos dos jesuítas, testemunhas oculares fidedignas, nem nas copiosas narrativas dos holandeses²⁸.

(28) As principais fontes relativas à campanha da Bahia em 1624-5 foram por mim alistadas em meu *Salvador de Sá*, onde se encontra uma descrição mais pormenorizada do que ali aconteceu.

A acusação feita ao governador era também inteiramente falsa, como o testemunhara da maneira mais convincente o próprio Piet Heyn. perante o Provincial dos jesuítas, padre Domingos Coelho. Este digno informante teve oportunidade plena para descobrir o que havia exatamente acontecido no desastre de 9 e 10 de maio, escrevendo poucos meses depois: "...o próprio almirante holandês me disse muitas vêzes, falando sôbre o assunto, que o governador se houvera valorosamente e cumprira muito bem com sua obrigação, que assim o testemunharia se fôsse necessário, e que se alguém dissesse o contrário seria para encobrir o mêdo com que havia fugido e desamparado a Cidade. E tanto mais crédito merece esta sua informação quanto houve uma ocasião em que êle se desaviara com o governador, ambos trocando palavras pesadas, e me haver dito o mesmo almirante que só tolerara o governador por se tratar de um prisioneiro"²⁹.

A notícia da queda da Bahia trouxe grande júbilo para as Províncias Unidas e forte desânimo às nações ibéricas. Madri e Lisboa entraram desta vez em cooperação cordial e uníssona. Os espanhóis ficaram sèriamente alarmados por suspeitarem que o objetivo final dos holandeses "era não tanto o açúcar do Brasil, mas a prata do Peru". Os portugueses, êstes, ficaram ainda mais apavorados, compreendendo que, se os holandeses firmassem o pé na Bahia, a perda do resto do Brasil seria disso a inevitável consequência³⁰. De seu lado, os holandeses sabiam que o inimigo haveria de fazer todo o esfôrço para retomar a praça, sendo necessário que uma poderosa

(29) Carta do Padre Provincial Domingos Coelho, S.J., escrita de sua prisão na Holanda, em 24 de outubro de 1624, e publicada em S. Leite, S.J., *História da Companhia de Jesus no Brasil*, V, 34-48: -

(30) Van der Capellen, *Gedenkschriften*, I, p. 312; carta interceptada de Matias de Albuquerque e publicada em Wassenaer, *Historisch Verhael*, VIII(1624), pp. 61-63.

frota viesse em socorro dos invasores para consolidar a nova conquista. As notícias foram recebidas em Lisboa um mês antes de chegarem à Holanda; mas esta demora não teria sido fatal aos holandeses se não fôsse o mau tempo reinante durante o inverno de 1624-25, que reteve nos portos a esquadra de socorro não apenas por algumas semanas, mas durante meses a fio³¹.

As Províncias Unidas receberam informações por-menorizadas sôbre a mobilização ibérica, o mesmo acontecendo com Madri, que teve conhecimento dos preparativos dos holandeses, por intermédio do govêrno da arquiduquesa Isabel, de Bruxelas. De um e de outro lado os espíões forneciam copiosas informações, sendo interessante observar como os "intelligence services" daquele tempo funcionavam tal qual como hoje em dia. Causaram muita impressão às autoridades de Madri os volumosos relatórios enviados das Províncias Unidas pelo judeu português de nome Manuel Soeiro, o que as levou a insistir repetidamente junto à arquiduquesa para que se pagassem àquele homem as grandes somas por êle solicitadas. Retrucava essa dama com acrimônia, alegando que os informes de Soeiro eram destituídos de importância, ou senão de conhecimento geral, porque extraídos dos *corantos* holandeses, que tinham circulação livre em todo o norte da Europa. Mas, a despeito de seus incessantes protestos de que o dinheiro gasto com Soeiro era dinheiro jogado fora, e de que, se Madri precisava pagar àquele homem alguma soma, esta devia ser remetida diretamente da Espanha, enviava-lhe a coroa em novembro de 1624 ordem categórica para que lhe fôsem pagos mil ducados em ouro. Ela isto fêz, com relutância, mas deve ter sorrido à socapa quando, um ano depois, os fundos de Soeiro sofriam uma queda desastrosa

(31) Van der Capellen, *Gedenkschriften*, I, pp. 330, 335, 338.

em Madri por não haver êle prevenido o ataque traiçoeiro da Inglaterra contra Cadiz³².

Em carta dirigida a Isabel pouco após o recebimento da notícia da perda da Bahia, insistia o rei Filipe IV sôbre a necessidade de manter-se a Holanda ocupada na fronteira de Flandres, "visto como a principal razão que nos levou a reiniciar a guerra com os holandeses assim que expirou a trégua, foi que era necessário fazer com que as suas fôrças estivessem sempre ocupadas em terra, impedindo-se dêste modo que pudessem ser utilizadas no mar, a serviço de grandes emprêsas como essa".

Em resposta, fê-lo a arquiduquesa sabedor do comêço do cêrco de Breda por Spinola, o qual, como se lembrãõ todos os admiradores de Velasquez, teve o seu feliz epilogo em 1625. Referindo-se (com muito mais segurança do que Soeiro) aos esforços dos holandeses para equipar uma armada que fôsse em socorro da Bahia, acrescentava ela que a única coisa que o rei Filipe devia fazer era conseguir que a sua própria esquadra chegasse ali primeiro.

Isso o monarca espanhol, ou melhor, o comandante supremo de stas fôrças navais, estava apto a fazer. Com inaudito esforço, e graças ao entusiasmo despertado em tôdas as classes e raças da península pela "expedição dos vassalos", como a chamavam em Portugal, a armada hispano-portuguêsa surgia ao largo da Bahia, na véspera da Páscoa de 1625³³. Essa fôrça era composta de cinquenta e dois navios, transportando 12 566 homens e 1 185 bôcas-de-fogo, sendo a maior e a mais poderosa de tôdas as esquadras que haviam cruzado a linha equatorial até então. A D. Fradique de Toledo foi a tarefa muito mais fácil do que esperava. Não havia qualquer

(32) J. Cuvelier e J. Lefèvre, *Correspondance de la Cour d'Espagne*, II, pp. 191, 194, 198, 200, 226, 234, 242-3. Manuel Soeiro nasceu em Antuérpia em 1597, e era filho de Francisco Lopes Soeiro, natural de Loulé, no Algarve.

(33) J. Cuvelier e J. Lefèvre, *Correspondance de la Cour d'Espagne*, II, pp. 176, 182-3.

sinal de uma esquadra holandesa de socorro, achando-se a guarnição sob o comando de um oficial beberrão e incompetente, de nome Willem Schouten, que acabava de suceder a seu irmão Alberto, muito mais competente do que êle, mas que morrera de tanto beber. O coronel Van Dorth, em que pese às críticas de Capellen, era um chefe capaz e popular, imbuído da preocupação de conciliar os portugueses do lugar. Mas fôra morto numa emboscada um mês apenas após a sua chegada, dando lugar a que a desmoralização se instalasse sob o governo dos irmãos Schouten, embora não a ponto de prejudicar a capacidade de resistência e a fortificação da cidade. Os portugueses se haviam restabelecido do pânico que dêles se apossara em maio do passado ano, e sob a direção, a princípio do bispo, e depois do fidalgo Dom Francisco de Moura, brasileiro de nascença, impediam a guarnição holandesa de se aventurar além da linha traçada pelo alcance de seus canhões. Além disso, tinham os holandeses enfraquecido gravemente as suas próprias posições, enviando em 28 de julho de 1624 Willekens de volta à Holanda, com onze navios, e despachando em 5 de agosto Piet Heyn para Angola, com sete. Os onze navios restantes não estavam em condições de se opor à armada luso-espanhola quando ela entrou majestosamente na baía de Todos os Santos, no dia de Páscoa de 1625.

O êrro dos holandeses em dispersar as suas forças navais nasceu da suposição, aliás correta em outras circunstâncias, de que deveriam chamar a si as rédeas do principal comércio negreiro na África ocidental. Os Heeren XIX encaravam com ceticismo compreensível a defesa que fazia Usselinx do emprêgo de lavradores brancos nos trópicos. Compreendiam que sem os prêtos escravos para fazer o trabalho duro nas lavouras de cana, quer sob o domínio dos holandeses, quer sob o dos portugueses, o Brasil não pôderia prosperar. Por outro lado,

os métodos que usaram para atingir a meta foram defeituosos e inadequados.

Pouco antes da partida da frota de Willeken em 1623, uma pequena esquadra de três navios havia sido enviada a Angola sob o comando de Philips van Zuylen; mas essa força era demasiado exígua para realizar algo de importância. Quando Piet Heyn chegou ao largo de Angola, verificou que Van Zuylen se tinha ido, e que os portugueses ali montavam guarda, de modo que também nada mais pôde fazer do que cruzar ao longo da costa e saquear alguns navios. Atravessou então de novo o Atlântico, indo atacar o pequeno estabelecimento da Vitória do Espírito Santo, em março de 1625. Graças à chegada casual de Salvador Correia de Sá e Benevides, filho do governador do Rio de Janeiro, que rumava para o Norte levando reforços para os sitiados da Bahia, foi Piet Heyn batido, perdendo mais de cem homens, após uma semana de confusa batalha fluvial. Diante disso, voltou ele para a Bahia (18 de abril); mas, encontrando ali a armada luso-espanhola, viu-se forçado a continuar a viagem mais para o norte, e a voltar para a Holanda, onde chegou no fim do mês de julho³⁴.

Quando Piet Heyn chegou de volta com a notícia de que a Bahia estava cercada por uma esquadra inimiga, os diretores tomaram-se de susto, mas não ficaram muito alarmados. A despeito dos ventos contrários e das más condições do tempo durante o inverno de 1624-5, não haviam eles feito pela metade o que lhes cabia, de modo que já por esse tempo três novas esquadras se tinham feito ao mar. Duas delas, comandadas por Boudewijn Hendricks, burgomestre de Edam, e Andries Veron, destinavam-se a socorrer a Bahia. A terceira, que não ia além de uns poucos navios, quando afinal partiu sob o comando

(34) Para mais pormenores, veja-se De Laet-Naber, *Yaerlyck Verhael*, I, pp. 30-31, 50-74, e C. R. Boxer, *Salvador de Sá*, pp. 57-60.

de Jan Dirkszoon Lam, tinha como objetivo a conquista de São Jorge da Mina, mais conhecida como Elmina, ou seja a mais antiga fortaleza da África ocidental, e a tomada das praças fortes portuguesas da costa de Guiné. Imaginavam os Heeren XIX que, mesmo no caso de a armada ibérica alcançar primeiro a Bahia, razões havia para supor que a guarnição holandesa haveria de sustentar-se até a chegada da frota salvadora, que afinal zarpou do Canal Inglês em meados de março de 1625³⁵.

Como as coisas houvessem experimentado uma reviravolta, amotinou-se a desmoralizada guarnição holandesa, capitulando a 30 de abril, para grande alívio dos sitiados. Ao entrarem em 1.º de maio na cidade fortemente fortificada perceberam os seus comandantes que era muito difícil tomá-la de assalto, a não ser por elevado preço. Hendricks e Veron chegaram a 26 de maio com uma frota de trinta e quatro veleiros, mas embora as esquadras rivais se tivessem movimentado, como se quisesse cada qual oferecer combate à outra, nenhum dos lados estaria verdadeiramente ansioso por atacar. Após algumas escaramuças sem nenhum resultado decisivo, deixaram os almirantes holandeses a baía de Todos os Santos, seguindo para o norte ao longo da costa, até a baía da Traição, na Paraíba. Durante algum tempo, diante das disposições amistosas dos índios, acariciaram a idéia de fundear ali; mas chegaram finalmente à conclusão de que não eram suficientemente fortes para fazê-lo. Assim, a 4 de agosto, fêz-se Veron à vela com onze navios, para juntar-se a Lam no ataque a Elmina, ao passo que Hendricks largava algum tempo depois com dezoito navios, para tentar a tomada de São João de Pôrto Rico. Como fôsse repellido no ataque a essa praça, passou então Hendricks a cruzar no mar das Antilhas, na esperança de interceptar algum carregamento espanhol de metais preciosos, entre

(35) Van der Capellen, *Gedenkschriften*, I, p. 366; De Laet-Naber, *Yaerlyck Verhael*, I, pp. 32-35 e 85-86.

a península de Iucatã e a Flórida; mas ainda aqui viu frustrados os seus cálculos. Em junho de 1626, morria êle na altura da costa de Cuba, trazendo como consequência a volta de sua esquadra para a Holanda, sem nada ter feito, a não ser a captura de alguns navios mercantes³⁶.

Mais infelizes ainda foram Lam e Veron em sua expedição à costa da Guiné. Em 26 de agosto, concentraram êles as suas forças ao largo da Serra Leoa, ancorando dois meses mais tarde diante de Elmina, com treze navios. Para atacar o castelo, onde havia apenas os restos de uma guarnição, foi desembarcada uma força de 1 200 homens. O governador português, Dom Francisco Souto Maior, tinha pôsto de emboscada nos matos dos arredores grande número de negros, prometendo-lhes substancial recompensa por cada cabeça de soldado holandês que lhe levassem. Pouco antes do pôr do sol, precipitaram-se os negros sobre a soldadesca holandesa, que em sua maioria descansava do calor, deitada na praia, enquanto os oficiais mais idosos, de uma elevação situada nas proximidades, faziam o reconhecimento do castelo. O almirante Veron e alguns companheiros morreram combatendo com bravura; mas o grosso da tropa tomou-se de irrefletido pânico. Nenhuma tentativa fez de resistência, deixando que os negros a trucidassem, como a ovelhas. A força teria sido totalmente destruída não fôsse o fato de os negros cobiçarem as roupas dos brancos e não quererem sujá-los de sangue. Escolhiam os homens mais bem vestidos que passavam cambaleando, agarravam-nos, despiam-nos, e então os decapitavam. Isso tomava muito tempo, dando margem a que muitos escapassem; ainda assim, ao cair da noite, jaziam na areia 442 corpos de europeus, sem as respectivas cabeças³⁷.

(36) De Laet-Naber, *Yaerlyck Verhael*, I, pp. 87-104.

(37) Wassenaer, *Historisch Verhael*, XII (1626-7), pp. 54-56; De Laet-Naber, *Yaerlyck Verhael*, I, pp. 104-9.

Sem embargo, o epílogo desastroso da expedição de Elmina não afetou a prosperidade crescente do comércio holandês na Costa do Ouro. Wassenaer faz freqüentes referências a grandes carregamentos de ouro e de marfim, chegados de Guiné, ao passo que, pelos cálculos de De Laet, entre 1623 e 1636 foram importados da mesma região nada menos de 40 461 marcos de ouro, avaliados em 11 733 890 florins, e de 1 137 430 libras de marfim, valendo 1 178 688 florins³⁸. Estas cifras não levam em conta as importações feitas de contrabando, mas são suficientes para mostrar o valor e a extensão daquilo que ficou sendo conhecido como “o tráfico do ouro”.

Como observou Alexander van der Capellen em março de 1626, os desastres sofridos em 1625 pelos holandeses na Bahia, em Pôrto Rico e em Elmina constituíram, em seu conjunto, um golpe desmoralizante para a Companhia das Índias Ocidentais; mas ela procurou se consolar, considerando que, se os investidores holandeses haviam perdido o seu dinheiro, era mais que provável que o rei da Espanha tivesse também passado por grandes aflições³⁹. Acresce que, embora houvesse sido contrariada em seus ambiciosos planos de conquista e colonização pelo inesperado ímpeto da reação ibérica, possuía ainda a Companhia algumas reservas de combatividade. Em fins de maio de 1626, fêz-se Piet Heyn novamente ao mar, com uma frota de quatorze veleiros, transportando 1675 homens e 312 peças de artilharia, para reforçar Hendricks no mar das Antilhas e ajudá-lo no apresamento de alguma frota carregada de prata.

Quando Piet Heyn alcançou a sua estação de corso, no estreito de Iucatã, soube que Hendricks tinha morrido

(38) De Laet Naber, *Yaerlych Verhael*, IV, pp. 295-6; J. K. De Jonge, *Oorsprong*, pp. 16-17.

(39) *Gedenskschriften*, I, p. 394.

e sua esquadra voltado para a pátria. Como consequência, embora ulteriormente, a 9 de setembro, no estreito da Flórida, se houvesse encontrado com um grande carregamento de prata, constituído de quarenta navios bem armados e fortemente escoltados, não se sentiu suficientemente forte para atacá-los. As instruções que levava previam a eventualidade de Hendricks não ser encontrado, determinando que nessa hipótese deveria êle dirigir-se para as costas do Brasil, e cruzá-las até novas ordens. Para consegui-lo, obrigaram-no os ventos dominantes a cruzar duas vêzes o Atlântico, de modo que não foi senão depois de uma viagem tediosa, via Açôres e Serra Leoa, que êle surgiu ao largo da Bahia, na noite entre 2 e 3 de março de 1627.

Na manhã seguinte, a despeito do violento fogo das baterias da costa, fêz-se à vela Piet Heyn até o pôrto, capturando ali, ou incendiando, vinte e seis navios mercantes, muitos dos quais oriundos do Báltico. O fruto do saque ascendeu a 2 565 caixas de açúcar, sem falar na grande quantidade de especiarias, fumo, couro, algodão e pau-brasil. Tudo isso foi remetido para a Holanda em alguns dos navios capturados, ficando assim a Companhia das Índias Ocidentais habilitada a “tomar o seu segundo fôlego e manter-se de pé”, como disse De Laet. Posteriormente, a 10 de junho, depois de cruzar ao largo da costa entre a Bahia e o Rio de Janeiro, voltou o almirante holandês à baía de Todos os Santos. Apesar das precauções defensivas tomadas pelo governador geral, Diogo Luís de Oliveira, que se havia revelado “um monstro de engenhosidade”, Piet Heyn realizou outro bem sucedido ataque aos navios que haviam dado entrada no pôrto durante o intervalo. Finalmente, quando em outubro de 1627 chegou de volta à Holanda com carregamentos saqueados de açúcar e fumo, foi êle presenteado pelos Heeren XIX com uma medalha de ouro e respectiva

corrente, em reconhecimento pela sua coragem e excepcional comportamento⁴⁰.

O ano de 1627 trouxe larga compensação para os desastres e decepções experimentadas em 1625 e 1626. Abstraindo dos grandes lucros proporcionados pelo “tráfico do ouro” com a Guiné, e dos trinta e oito apresamentos feitos por Piet Heyn em águas do Brasil, mais dezessete navios ibéricos haviam sido aprisionados no Atlântico pelos corsários da Companhia das Índias Ocidentais. Em fins de maio de 1628, os Heeren XIX estavam aptos a lançar ao mar uma frota de trinta e um veleiros, com 4 000 homens e 689 bôcas-de-fogo, sob o comando de Piet Heyn (promovido agora a “general”) e com o fito de tentar novamente um encontro com os carregamentos de prata no mar das Antilhas.

Pela primeira e última vez, essa operação, tantas vêzes tentada antes por navegadores holandeses, inglêses e franceses, foi coroada de pleno êxito. Na noite entre 7 e 8 de setembro de 1628, graças à competente chefia e à boa marinagem, ajudadas pela sorte favorável, pôde Piet Heyn cercar no pôrto cubano de Matanzas a frota mexicana da prata, capturando-a intacta e sem ter dado mais do que um ou dois tiros. Era essa frota digna do nome e da fama que possuía. Cento e setenta e sete mil libras de prata, valendo 8 milhões de florins, constituíam a parte principal dos despojos que entraram para os cofres da Companhia das Índias Ocidentais, quando Piet Heyn, em 10 de janeiro de 1629, ancorou defronte

(40) Para as façanhas de Piet Heyn em 1626-7, cf. De Laet-Naber, *Yaerlyck Verhael*, II, pp. 1-16, e os documentos originais publicados por S. P. L'Honoré Naber em *Piet Heyn en de Zilvervloot* (Utrecht, 1928), pp. 1-51; o relatório de Piet Heyn datado de 11 de agosto de 1627, em *Bijdragen en Mededeelingen van het Historisch Genootschap Utrecht*, LI; as cartas de Céspedes Xeria datadas de 13 de julho de 1627 e 23 de março de 1629, em *Anais do Museu Paulista*, I, pp. 167-9; II, pp. 18-19; Wassenaer, *Historical Verhael*, XIV, pp. 53-56.

de Hellevoetsluys, depois de uma longa e tormentosa viagem de volta. E nem se diga que o resto da prêsa era “quirera para pintos”. O inventário oficial consigna apenas 66 libras de ouro; mas figuram na lista, além de “muitas outras raridades”, cêrca de mil pérolas, quase dois milhões de couros e grandes quantidades de sêda, almíscar âmbar e bezoar⁴¹. Não admira que as Províncias Unidas ficassem loucas de alegria, e que Piet Heyn se tornasse o homem de maior popularidade no país.

A grande proeza de Piet Heyn foi o mais espantoso e lucrativo dos feitos da Companhia das Índias Ocidentais durante o ano de 1628; mas não foi o único. Por Alexander van der Capellen, sabemos que em agôsto daquele mesmo ano outros navios da Companhia, fazendo o curso no Atlântico sul, conseguiram tantas prêsas que no curso de poucas semanas deram entrada nos portos da Holanda 2 178 caixas de açúcar, afora grande quantidade de couros, fumo e pau-brasil⁴². Dêstes aprisionamentos fêz parte a barçaça portugêsa *Nossa Senhora da Guia*, capturada em 1628 por Dirck Symonsz, após duro combate, quando ela voltava da Índia com um rico carregamento⁴³.

Tão carregados voltavam os seus navios, que sem dúvida os Heeren XIX sentiram que lhes sobrava dinheiro para queimar. Pois só o produto do saque da frota da prata rendeu um total de cêrca de 12 milhões de florins, dos quais uns 7 milhões ficaram para a Com-

(41) A lista do material contido na frota da prata foi publicada in *extensu* por Naber, *Piet Heyn en de Zilvervloot*, pp. 128-158.

(42) *Gedenkschriften*, I, pp. 478 e 505.

(43) Há exagêro da parte de G. Edmundson (*English Historical Review*, XIV, p. 676) quando, referindo-se a êsse aprimoramento, o qualifica de “uma frota portugêsa que voltava de Goa, com um rico carregamento de produtos do Oriente”. Se êsse fôsse o fato, a captura teria sido comparável à da frota da prata; mas, pelos pormenores fornecidos por De Laet (*Yaerlyck Verhael*, II, pp. 52-53) e outros escritores da época, torna-se patente que se trata apenas da referida barçaça da carreira da Índia e de cinco pequenos barcos mercantes do Brasil.

panhia, depois do pagamento das dívidas atrasadas e do custo da expedição. Os acionistas receberam um dividendo de 75% (em duas prestações, de 50 e 25%, respectivamente), ao passo que ao príncipe de Orange couberam 700.000 florins, ou seja, os 10% da moeda arrecadada, consoante o direito que legalmente lhe assistia, na qualidade de Capitão-general e almirante. Os diretores tiveram de se contentar com a gratificação de 1% (7 000 florins), a mesma quantia sendo concedida a Piet Heyn. Os outros oficiais e o pessoal da equipagem receberam dezessete mensalidades extras. É evidente que Piet Heyn não pôde ficar satisfeito com o tratamento que lhe dispensaram, visto como apresentou umas tantas exigências extravagantes, como condição para renovar o seu contrato com a Companhia. Como fôsem elas rejeitadas pelos Heeren XIX, afastou-se dela, indo prestar serviços aos Estados Gerais, na qualidade de comandante-chefe (de fato, embora não titular) da esquadra holandesa, por nomeação do governador ("stadtholder"). De uma só vez, fêz êle uma porção de reformas tendentes a reforçar e aperfeiçoar a disciplina dos serviços em questão; mas, logo em 18 de junho de 1629, a sua carreira foi cortada pela morte, durante um combate contra três piratas de Ostende.

Passados o tumulto e as ovações motivadas pela distribuição do produto do saque da frota da prata, decidiram os Heeren XIX o que deveria ser feito com o saldo do dinheiro (cêrca de meio milhão de florins). Uma das coisas que fizeram foi contribuir com homens, dinheiro e material para a campanha de Veluwe, relacionada com o cêrco de Den Bosch. Em boa parte, foi graças a essa contribuição que o referido cêrco teve um feliz desfêcho, em 14 de setembro⁴⁴. A nova tentativa de conquista no

(44) Van der Capellen, *Gedenkschriften*, I, pp. 524-7, 530 e 540.

Brasil já fôra decidida, após madura reflexão. Perdera-se a Bahia, mas isso se dera principalmente em conseqüência do procedimento irregular, mas evitável, dos irmãos Schouten, e do rigoroso inverno de 1624-5, êste inevitável. Mesmo que a capital da colônia estivesse agora demasiado fortificada para ser tomada tão fàcilmente como em 1624, outros pontos havia no Brasil mais expostos ao ataque, e capazes de oferecer as mesmas tentadoras possibilidades. Resolveram os Heeren XIX que desta vez o primeiro objetivo seria a capitania nordestina de Pernambuco, que era em todo mundo a região onde se produzia maior quantidade de açúcar e, ao mesmo tempo, a parte mais próspera do império colonial português.

II

A luta pela posse de Pernambuco

1630 — 1636

A DECISÃO DE ATACAR Pernambuco foi das mais fáceis, por isso que os holandeses estavam singularmente bem informados sobre as condições em que se encontrava aquela capitania. Pelas cartas do governador, Matias de Albuquerque, interceptadas durante a campanha da Bahia, ficaram êles conhecedores de que as fortificações de Olinda e Recife estavam desaparelhadas¹. Albuquerque dava também conhecimento de que a milícia local não excedia a 400 homens pouco experimentados, na sua maioria cristãos-novos, em que se não podia depositar confiança. Os holandeses ficaram também sabendo que as três capitanias do Nordeste possuíam 137 engenhos de açúcar, cuja produção montava a cêrca de 700 000 arrôbas em média, nos anos bons. Esse açúcar era transportado em caixas de vinte arrôbas, calculando-se a exportação anual em, mais ou menos, 35 a 40 mil caixas. Os *dízimos* pagos pelo açúcar exportado de Pernambuco eram avaliados em 70 000 cruzados pelos portugueses, e em 1 050 000 florins pelos holandeses. Os grandes engenhos, que tinham a aparência de pequenas povoações à vista das suas numerosas dependências e instalações de serviços, empregavam de quinze a vinte portugueses e

(1) A tradução holandesa das referidas cartas vem em Wassenaer, *Historisch Verhael*, VIII (1624), pp. 61 e 63.

uns cem negros escravos; os de tamanho médio davam trabalho a uns dez portugueses e cinquenta negros; os pequenos (ou *engenhocas*, como eram às vêzes chamados), a cinco ou seis portugueses e uns vinte negros. Cada um dos engenhos maiores produzia anualmente cêrca de sete ou oito mil arrôbas; os médios cinco ou seis mil, e os menores cêrca de três mil². Todos êstes pormenores, e ainda muitos outros, relativos à indústria do açúcar no Nordeste do Brasil, tornaram-se conhecidos dos holandeses graças não só aos seus contratos anteriores com Viana, Pôrto e Lisboa, como também aos muitos aprisionamentos, feitos depois do reinício da guerra, em 1621. Conta-nos Nicholas van Wassenaer, em fins de 1626, que dos vinte e nove navios mercantes que saíam habitualmente de Viana para o Brasil, restavam apenas três³. No ano seguinte, queixava-se Matias de Albuquerque de que os holandeses nos dois anos de 1625 e 1626 haviam aprisionado oitenta dos navios empregados no comércio com o Brasil, sessenta dêles na viagem de volta e vinte na de ida⁴. Não foram sòmente os holandeses que cobraram êsse tributo à quase indefesa navegação para o Brasil⁵. Os saqueadores “bárbaros” capturaram em 1623-4 “quatorze ou mais” navios carregados de açúcar; e quando Matias de Albuquerque, em 1627, foi de volta para Por-

(2) Relatórios de Matias de Albuquerque a Dom Antônio de Ataíde, Conde de Castro-Daire, 1627-8, em Hélio Viana, *Estudos de História Colonial* (São Paulo, 1948), pp. 240-51, dos originais existentes na Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, seção de Manuscritos, Codex Pernambuco, I, I, 2, 44; *Lyste van 'tghene de Brasil jaerlijcks can opbrengen* (sem data, mas as estatísticas dadas af relacionam-se com o ano de 1623), raríssimo folheto holandês pela primeira vez descrito e reproduzido por J. H. Rodrigues (*Bibliografia*, n.º 720, p. 345); De Laet, citado por R. C. Simonsen, *História Económica do Brasil, 1500-1820* (São Paulo, 1944), p. 127, mas cujo original não pude encontrar em De Laet.

(3) Wassenaer, *Historisch Verhael*, XII (1627), p. 77.

(4) Relatório de 29 de dezembro de 1627, em H. Viana, *Estudos de História Colonial*, p. 243.

(5) Wassenaer, *Historisch Verhael*, VI (1623-4), p. 68.

tugal, a sua feliz chegada a Caminha, a bordo de uma caravela veloz, isso foi considerado como exemplo raro de boa fortuna⁶.

Essas catastróficas perdas marítimas alarmaram naturalmente Lisboa e Madri, que fizeram esforços esporádicos com o fito de conjurar a situação, cada vez mais grave. Desde 1612 que se havia sugerido que os navios portadores de açúcar deviam viajar em comboios bem armados, à maneira das frotas espanholas do mar das Antilhas⁷; mas nada foi feito enquanto durou a trégua. Quando o reatamento da guerra fêz aumentar o número de perdas, e particularmente depois das façanhas de Piet Heyn na Bahia, fizeram-se algumas tentativas para prover de meios de defesa os navios da carreira do Brasil. Mas essas tentativas foram quase tôdas natimortas, não indo além da legislação e do papel⁸. Isso, em grande parte, porque os mercadores e mariantes que fretavam ou possuíam as caravelas (e a maioria dos barcos usados no tráfico eram dêsse tipo) não se achavam em condições de contruir navios maiores e mais bem armados, sem uma subvenção substancial do govêrno; e esta nunca aparecia. Assim, muito do açúcar produzido no Brasil em geral, e em Pernambuco em particular, caiu em poder dos corsários da Companhia das Índias Ocidentais. Não admira pois que os lavradores de cana do Brasil se queixassem amargamente de que, virtualmente, estavam trabalhando de graça para os holandeses.

Por mais estranho que pareça, essas perdas, que se diriam ruinosas, não afetavam a prosperidade de Pernambuco. Antes pelo contrário, segundo todos os depoimentos, a situação dessa capitania em 1630 era ainda

(6) Fr. Vicente do Salvador, *História do Brasil* (ed. 1931), p. 616.

(7) "Região do Estado do Brasil", ed. E. Sluiter, *Hispanic American Historical Review*, XXIX (1949), p. 525. Cf. também Ch. VI, pp. 206-7, embaixo.

(8) Andrade e Silva, *Collecção Chronologica*, 1627-1633, pp. 117-135; Varnhagen, *História Geral* (ed. 1948), II, pp. 50, 94-95.

muito florescente. Se compararmos a descrição que com os próprios olhos nos deu desta região o jesuíta padre Fernão Cardim em 1584, com a de frei Manuel Calado, frade residente, feita nas vésperas da invasão holandesa, notaremos entre ambas notável semelhança. Assim escreve Cardim, falando dos moradores de Pernambuco daquela época⁹:

“A gente da terra é honrada: há homens muito grossos de 40, 50 e 80 mil cruzados de seu: alguns devem muito pelas grandes perdas que têm com escravaria de Guiné, que lhes morrem muito, e pelas demasias e gastos grandes que têm em seu tratamento. Vestem-se, e as mulheres e filhos de tôda a sorte de veludos, damascos e outras sêdas, e nisto têm grandes excessos. As mulheres são muito senhoras, e não muito devotas, nem freqüentam as missas, pregações, confissões, etc.; os homens são tão briosos que compram ginetes de 200 e 300 cruzados, e alguns têm três, quatro cavalos de preço. São mui dados a festas. Casando uma môça honrada com um vianês, que são os principais da terra, os parentes e amigos se vestiam uns de veludo carmesim, outros de verde, e outros de damasco e outras sêdas de várias côres, e os guiões e selas dos cavalos eram das mesmas sêdas de que iam vestidos. Aquêlê dia correram touros, jogaram canas, pato, argolinha, e vieram dar vista ao colégio para ver o padre visitador; e por esta festa se pode julgar o que farão nas mais, que são comuns e ordinárias. São sobretudo dados a banquetes, em que de ordinário andam comendo um dia dez ou doze senhores de engenho juntos, e revezando-se desta maneira gastam quanto têm, e de ordinário bebem cada ano 50 mil cruzados de vinhos de Portugal; e alguns anos beberam 80 mil cruzados dados em rol. Enfim em Pernambuco se acha mais vaidade do que em Lisboa. Os vianeses são senhores de Pernam-

(9) *Tratados da Terra e gente do Brasil* (ed. Rio, 1925), pp. 334-5.

bucu, e quando se faz algum arruído contra algum vianês dizem em lugar de: *ai que d'el rei, ai que de Viana, etc*".

Mesmo que só se conceda meio crédito à colorida descrição de frei Manuel Calado, vê-se que ainda nas vésperas da invasão holandesa, e a despeito das depredações dos corsários holandeses e dos salteadores berberes, não eram os mercadores de Pernambuco menos amigos dos prazeres¹⁰:

"Era aquela república antes da chegada dos Holandeses, a mais deliciosa, próspera, abundante, e não sei se me adiantarei muito se disser a mais rica de quantas ultramarinhas o Reino de Portugal tem debaixo de sua coroa, e cetro. O ouro, e a prata eram sem número, e quase não se estimava: o açúcar tanto que não havia embarcações para o carregar, que com entrarem cada dia, e saírem de seu pôrto grandes frotas de naus, navios e caravelas; e se andarem as embarcações encontrando umas com as outras, em tal maneira, que os Pilotos faziam mimos e regalos aos senhores de engenhos e lavradores, para que lhes dessem suas caixas, não se podia dar vasão ao muito que havia. As delícias de mantimentos, e licores, eram todos os que se produziam assim no Reino, como nas ilhas. O fauto, e aparato das casas era excessivo, porque mui pobre, e miserável se tinha o que não tinha o seu serviço de prata. Os navios que vinham de arribada, ou furtados aos direitos do Peru, ali descarregavam o melhor que traziam¹¹. As mulheres andavam

(10) Fr. Manuel Calado, *Valeroso Lucideno e triumpho da Liberdade* (Lisboa, 1648, pp. 9-10). Nota do trad.: págs. 39 e 40 da edição "Cultura" (São Paulo, 1943).

(11) Isso se refere aos navios de Buenos Aires carregados de prata das minas peruanas de Potosi, os quais desafiando as ordens baixadas pelo rei e pelos vice-reis, teimavam em visitar os portos brasileiros, a fim de obter provisões e negros escravos, em troca de prata. Aos navios espanhóis, quando forçados pelo mau tempo, era permitido tocar em portos brasileiros tão-só para receber reparos; mas essa escapatória da lei fêz naturalmente com que aumentassem enormemente os chamados *navios de arribada*. Cf. A. P. Canabrava, *O Comércio português no Rio da Prata, 1580-1640* (São Paulo, 1944), págs. 68-131.

tão louças e tão custosas, que não se contentavam com tafetás, chamalotes, veludos, e outras sêdas, senão que arrojavam as finas telas, e ricos brocados; e eram tantas as jóias com que se adornavam, que pareciam chovidas em suas cabeças, e gargantas as pérolas, rubis, esmeraldas, e diamantes. Os homens não haviam adereços custosos de espadas, e adagas, e vestidos de novas invenções, com que se não ornassem os banquetes quotidianos, as escaramuças, e jogos de canas, em cada festa se ordenavam, tudo eram delícias e não parecia esta terra senão um retrato do terreal paraíso.”

Havia decerto outra face nesse quadro idílico das delícias da vida na colônia. Se Pernambuco era um paraíso terrestre para os extravagantes lavradores de cana, era também (como aliás todo o resto do Brasil) um inferno para os negros escravos, importados de Angola à razão de mais ou menos 4 000 por ano¹². Calado silencia sobre este assunto, mas tanto êle como Cardim estão de acôrdo em denunciar a corrupção dos costumes e a venalidade da justiça da terra. Ficaram provavelmente sem publicidade os casos de usura, adultério, roubo, duelos e assassinatos, pois algumas caixas de açúcar acomodavam a situação, vigorando “assim uma justiça de compadrio.” Conclui Calado a sua colorida descrição de Pernambuco, renovando a profética ameaça feita por um frade dominicano, num sermão pregado poucos dias antes da chegada dos holandeses. “De Olinda a Holanda não há aí mais que a mudança de um *i* em *a*. Esta vila de Olinda se há de mudar em Holanda, e há de ser abrasada por os holandeses antes de muitos dias; porque pois falta a justiça da terra, há de acudir a do céu”¹³.

Nem os elogios, nem as denúncias dos moralistas católicos precisam ser tomados ao pé da letra; o retrato

(12) De Lact-Naber, *Yaerlyck Verhael*, II, p. 139.

(13) Os portugueses escrevem indiferentemente Holanda e Olanda, e daí o trocadilho.

de Pernambuco feito por Calado é evidentemente exagerado, quer compare o lugar ao paraíso terrestre, quer a Sodoma e Gomorra. Ressalta de outras fontes coevas que Pernambuco desfrutava realmente de grande prosperidade, e que os holandeses tinham muito boas razões para supor que êle seria uma prêsa ainda mais pingue do que a Bahia. Era Olinda uma cidade bem edificada, notável por suas ricas igrejas, uma só das quais possuía 120 lâmpadas de prata¹⁴. Informara Matias de Albuquerque que os dízimos do açúcar haviam sofrido uma queda de 20 000 cruzados, como consequência dos estragos infligidos pelos corsários holandeses; mas, se muitos navios foram aprisionados, não poucos lograram escapar. Se os holandeses haviam tido contacto com os cristãos-novos, é isso matéria discutida¹⁵; em todo o caso, êsses pretensos quinta-colunistas pouca coisa lhes poderiam ter contado que já não soubessem.

A decisão de atacar Pernambuco deve ter sido tomada pelos Heeren XIX nos fins de 1628 ou começos de 1629; mas a mobilização da expedição viu-se adiada pela crise experimentada pela Holanda quando os espanhóis e os imperialistas invadiram Veluwe. Durante o verão crítico de 1629, como já foi dito, a Companhia das Índias Ocidentais prestou largo e oportuno concurso em homens e dinheiro; mas essa diversão fêz adiar de alguns meses o ataque a Pernambuco. Parte da expedição estava preparada para sair em maio ou junho; mas o resto não pôde seguir antes de outubro ou novembro. O comando da

(14) Wassenauer, *Historisch Verhael*, VI (1624), p. 68.

(15) Fr. Manuel Calado fêz esta asserção em 1648 (*Valeroso Lucideno*, p. 10), mas é êle uma testemunha muito pouco fiel em tudo quanto diga respeito aos judeus e marranos. Não se encontra o menor vestígio do fato nos escritos dos holandeses da época e tampouco nos trabalhos publicados. O argumento em que escritores modernos, como Bloom, Adler e Roth se baseiam é uma patranha contada à Inquisição em 1634 por um certo Estêvão Aires da Fonseca, mas a que se deu tão pouco crédito que nenhuma tentativa foi feita para prosseguir nas indagações.

esquadra foi confiado a Hendrick Corneliszoon Loncq, que fôra o imediato de Piet Heyn no comando dos navios que capturaram a frota da prata. As tropas de desembarque e a guarnição de serviço foram comandadas pelo coronel Jonckheer Diederick van Waerdenburgh, tendo sob suas ordens três tenentes-coronéis. Para exercer as funções de membro do conselho governamental, que deveria entrar em exercício tão logo se firmassem os pés no Brasil, foram nomeados três comissários civis¹⁶.

Loncq, cuja partida se deu a 27 de junho de 1629, precisou esperar vários meses pelo restante da esquadra, cruzando ao largo das ilhas do Cabo Verde. A 23 de agosto, quando apenas oito de seus navios estavam em companhia, deu êle com uma armada espanhola de quarenta navios comandados por D. Fradique de Toledo, que seguia para as Antilhas. Houve uma pequena refrega, mas nenhum dos dois lados quis empenhar-se a fundo nela, pelo que a armada retomou a viagem no dia seguinte. Na semana de Natal o grosso da frota de Loncq tinha chegado ao largo de São Vicente, podendo então prosseguir a rota através do Atlântico, com os seus sessenta e sete navios, entre grandes e pequenos, a sua equipagem de mais de 7.000 homens e as suas 1 170 bôcas-de-fogo.

(16) A campanha pernambucana de 1630 está muito bem documentada de ambos os lados, do que é prova a lista das fontes primárias dada por I. H. Rodrigues, na sua *Historiografia e Bibliografia* (1949), n.os 387-99, 409-12, 415-19. Entre as muitas contribuições secundárias, fornecem bons subsídios Nettscher, *Les Hollandais au Brésil* (Haia, 1853), pp. 39-51 e Varnhagen, *História das Lutas* (1872), pp. 45-73; mas, no que respeita aos leitores ingleses o melhor trabalho é o de G. Edmundson, dado a lume na *English Historical Review*, XIV (1899), pp. 679-699, onde se encontra uma síntese muito pormenorizada das fontes holandesas e ibéricas. Aqui, tenho-me baseado principalmente nos despachos oficiais de Matias de Albuquerque datados de 18 e 22 de fevereiro de 1630; em Duarte de Albuquerque, *Memórias Diárias* (Madri, 1654) e respectiva tradução brasileira (Recife, 1944); e em De Laet-Naber, *Yaerlyck Verhael*, II, pp. 102-58.

A grande demora em mobilizar a expedição holandesa permitiu ao inimigo saber alguma coisa sôbre o destino que lhe fôra traçado. De Bruxelas remetera a Infanta em devido tempo o aviso de que o seu objetivo era o Brasil; mas, abstraindo das instruções enviadas ao governador-geral com relação ao refôrço das fortificações da Bahia e de Pernambuco, nada mais foi feito por Madri. Por essa época achava-se em Madri Matias de Albuquerque, irmão de Duarte de Albuquerque, donatário da capitania de Pernambuco; fazia dois anos que êle regressara da capitania que com grande êxito havia governado de 1620 a 1627. Em vista da experiência adquirida e das suas ligações com a gente da terra, foi Matias de Albuquerque nomeado governador e comandante supremo das quatro capitanias nordestinas — de Pernambuco, Itamaracá, Paraíba e Rio Grande. Ordens lhe foram dadas para seguir imediatamente para Olinda e organizar a defesa da referida região contra o ataque dos holandeses.

Asseguraram-lhe as autoridades de Madri que os seus colegas de Lisboa deveriam ajudá-lo com reforços substanciais; entretanto, não puderam (ou não quiseram) os seus compatriícios fornecer-lhe mais do que três caravelas, com algumas tropas e munições, destinadas quase tôdas à Bahia e ao Rio de Janeiro. Foram inúteis os seus veementes protestos contra a insuficiência dêsses reforços, pelo que a 12 de agôsto partiu êle de Lisboa, para desembarcar nas proximidades de Recife, em 4 de outubro de 1629. Sendo Matias de Albuquerque o protagonista dêste capítulo, não ficará deslocado aqui um perfil de sua personalidade moral, tal como o traçara o frade franciscano Vicente do Salvador, que era natural do Brasil e pôde conhecê-lo muito de perto. Sabemos, por muitas publicações e pinturas da época, como eram Piet Heyn, Hendrick Loncq e muitos outros figurões holandeses. Mas os portugueses foram singularmente mudos a êste

respeito, de modo que o retrato de Albuquerque dado por frei Vicente do Salvador é de todos o melhor¹⁷.

“Foi Matias de Albuquerque, todo o tempo em que serviu como capitão-mor de Pernambuco e como governador-geral do Brasil, que foram sete anos, sempre muito limpo de mãos, não aceitando coisa alguma de quem quer que fôsse, nem tirando a outros os seus empregos para dar aos seus adeptos. Em tempo de guerra e quando a serviço de Sua Majestade, foi sempre mui diligente, não se poupando de dia nem de noite ao trabalho. Nunca quis andar em rêde, como no Brasil se costuma, senão a cavalo ou em barcos e, quando nestes entrava, não se assentava, mas em pé os ia êle próprio governando. Tinha grande memória, e conhecimento dos homens, ainda que só uma vez os visse, e ainda dos navios que uma vez vinham àquele pôrto, tornando outra daí a muito tempo, antes de chegar o mestre, dizia cujos eram, e vez houve que, vindo um com o masto mudado, vendo-o de mui longe com o óculo, disse: aquêle é tal navio, que aqui veio há um ano, mas traz já outro masto. E assim o afirmou o mestre depois que chegou, sendo perguntado”.

Tendo chegado em outubro de 1629, Matias de Albuquerque tudo fêz para reforçar as defesas locais; verificou porém que muitas delas estavam desmanteladas e que os moradores da terra se mostravam grandemente

(17) Vicente do Salvador, *História do Brasil*, 1627 (ed. 1931), p. 616 (p. 464 da ed. de 1954). Em nenhuma autoridade de confiança pude encontrar a confirmação da assertiva, feita por Oliveira Lima, Hélio Viana e outros autores modernos, de que Albuquerque havia servido anteriormente em Flandres, sob o comando de Spinola. Essa asserção parece destituída de fundamento, visto que êle tinha apenas quinze anos quando fôra assinada a trégua de doze anos, em 1609, e de 1620 a 1627 estêve em serviço no Brasil. Matias foi nominalmente governador-geral do Brasil entre 1624 e 1626, mas nunca foi à Bahia assumir as suas funções, motivo pelo qual o seu nome é habitualmente omitido na lista dos governadores-gerais. Cf. também o despacho de Lanier datado de 27 de julho de 1643, em *Miscelânea científica e literária dedicada ao Dr. J. Leite de Vasconcelos* (Coimbra, 1931), pp. 13-17 da separata.

apáticos. A princípio dispunha êle apenas de 200 soldados e 650 milicianos; mas conseguiu arrebanhar uns 2 000 homens, na sua maioria mal armados e sem nenhum tirocínio. Havia no pôrto de Recife cinqüenta e seis navios mercantes; dezoito foram mandados sem demora para Portugal, completamente carregados de açúcar, enquanto que dezesseis dos trinta e oito restantes foram convertidos em navios de guerra. Tentou construir baterias em algumas das praias mais expostas, mas verificou que lhe faltavam homens e armas para torná-las eficientes. Acusam-no alguns de seus contemporâneos de haver desperdiçado muito tempo em celebrar a notícia do nascimento do infante Baltazar Carlos, dando festas a que os pernambucanos, dados à folgança, afluíam com mais entusiasmo do que às tarefas penosas de cavar e abrir trincheiras¹⁸. Seja como fôr, nenhum progresso importante foi feito no que se refere ao fortalecimento das defesas locais, com exceção do pôrto de Recife, por ocasião da chegada, em 9 de fevereiro de 1630, de uma barçaça mandada por João Pereira Côrte-Real, governador das ilhas do Cabo Verde, com a notícia de que a esquadra holandesa havia partido de São Vicente, com destino a Pernambuco. Albuquerque procurou acelerar os seus preparativos, mas poucos dias depois surgiam à vista os navios holandeses, que se lançaram ao ataque a 15 de fevereiro.

Os holandeses atacaram em dois pontos diferentes. Enquanto Loncq, com a maior parte da esquadra, forçava a entrada no pôrto de Recife, Waerdenburgh desembarcava com o grosso das tropas na baía de Pau-Amarelo, seis milhas ao norte de Olinda. O ataque de Loncq foi repellido, mas Waerdenburgh não encontrou qualquer resistência digna de nota. No dia seguinte, apressou-se Matias de Albuquerque a sair de Recife, na esperança de

(18) Calado, *Valeroso Lucideno* (1648), p. 10.

deter o avanço dos holandeses, mas não pôde induzir os seus homens a resistir durante muito tempo. Ao cair da tarde de 16 de fevereiro estavam os holandeses senhores de Olinda, com cinqüenta ou sessenta perdas apenas.

Compreendendo que a queda de Recife se mostrava inevitável, visto como a maioria de seu pessoal não obedecia ao comando, às primeiras horas do dia 17 de fevereiro ateava Matias de Albuquerque fogo em todos os navios e armazéns de açúcar existentes no pôrto. Variam as opiniões no que respeita ao que se destruíra desta maneira; mas, segundo o próprio Albuquerque, lograra êle com isso privar os holandeses de uma prêsa equivalente a 1 600 000 cruzados¹⁹. Os fortes de Recife, além de tôda expectativa, conseguiram resistir durante uma quinzena; mas a 3 de março tôda resistência cessou, celebrando os holandeses com uma ação de graças a captura de Olinda, Recife e da vizinha ilha de Antônio Vaz.

Eram porém prematuras essas manifestações de regozijo. A semelhança do que acontecera na Bahia em 1624, os moradores (ou a sua maioria) libertaram-se do pânico que dêles a princípio se apossara, permitindo a Matias de Albuquerque organizar contra os invasores uma campanha de guerrilhas altamente eficiente. Instalou êle o seu quartel-general na casa de um colono situada vantajosamente em terreno alagadiço, coberto de vegetação, e equidistante de Olinda e Recife cêrca de três milhas. Com o nome de *Arraial do Bom Jesus*, construiu aí um campo fortificado dominando os caminhos e os rios que conduziam ao interior, e, ao mesmo tempo, em virtude de

(19) Duarte de Albuquerque, nas *Memórias Diárias*, e em data de 17 de fevereiro de 1630, alteia êste total para "quatro milhões". Uma carta de Gil Correia de Castelo Branco, interceptada pelos holandeses, avaliava a perda em cêrca de 2 milhões de ducados. De qualquer maneira, a destruição não foi completa, tendo os holandeses encontrado algo de que se apoderar ao entrar em Recife (De Laet-Naber, *Yaerlyck Verhael*, II, pp. 132-3).

sua posição natural, bastante garantido contra qualquer ataque de surpresa. Era o *Arraial* simplesmente o maior e o mais bem fortificado dos muitos postos de resistência instalados por Albuquerque em tórno de Olinda, Recife e Antônio Vaz. Os holandeses não tardaram a verificar que haviam sido encurralados nestes três lugares e que até a intercomunicação entre êles não oferecia segurança. Matias de Albuquerque organizou também *capitanias de emboscada*, que eram patrulhas fortemente armadas sob a chefia de homens que conheciam cada polegada do terreno. Armavam elas tocaias aos grupos de holandeses que saíam em busca de provisões, ou investiam dia e noite contra os seus postos avançados e vias de comunicação. O próprio Loncq escapou de ser morto ou aprisionado por uma destas patrulhas, ao atravessar a língua de praia situada entre Olinda e Recife, o mesmo tendo sucedido depois ao almirante Ita. Em ambas as ocasiões os comandantes holandeses iam fortemente escoltados, mas tanto numa como noutra as escoltas foram virtualmente liquidadas antes que lhes pudesse chegar qualquer auxílio.

Tão eficaz se mostrou esta tática de guerrilhas que Albuquerque se atreveu a lançar ataques frontais às defesas erguidas pelos holandeses em tórno de Olinda e Recife; todavia, êstes esforços redundaram em custosos desastres. Em compensação, haviam sido também os holandeses mal sucedidos num ataque levado a efeito ao Arraial, em 14 de março. A isso pode acrescentar-se que nem todos os moradores mostravam boa vontade para combater nas guerrilhas, ou aceitavam sem queixa a dura tarefa de pelejar metidos no mato. Os homens convocados para o serviço pela manhã tinham a permissão para abandonar à noite o campo de ação, tornando-se cada vez mais difícil substituir os valentes chefes que tombavam, ou eram feridos na luta.

Chegara-se assim a um empate, em que cada uma das partes era incapaz de sobrepujar a outra, esperando ambas a vinda dos reforços instantemente reclamados das respectivas metrópoles. Não afeitos à luta em clima tropical, grassava entre os holandeses grave disenteria, não lhes sendo possível obter na região circunjacente qualquer provisão de bôca, como carne ou frutos, pois até a lenha para queimar tinha de ser importada da Holanda. Os portugueses, êstes, estavam praticamente desabrigados e desesperados com a falta de quase tôdas as utilidades, havendo Matias de Albuquerque se apoderado de todo o chumbo das rêdes de pescar para o fabrico de balas. Ambos os lados sofriam gravemente com a escassez de alimentos, e houve uma ocasião em que os holandeses se viram na contingência de comer gatos e ratos, ao passo que os portugueses recebiam como ração diária para cada pessoa uma simples espiga de milho. Sendo esta, em Pernambuco, a situação dos combatentes durante os anos de 1630 e 1631, podemos voltar agora a nossa atenção para o exame das reações das pátrias respectivas.

A notícia da queda de Olinda chegou a Madri em fins de abril. Ao contrário do que geralmente se afirma, o govêrno espanhol ficou seriamente alarmado, fazendo os maiores esforços para socorrer os defensores de Pernambuco. A primeira reação de Olivares foi ordenar imediatamente a mobilização de uma esquadra conjunta pelas duas coroas, à semelhança da poderosa frota que tão rapidamente havia reconquistado a Bahia. cinco anos antes²⁰. Mas, no que respeita ao poderio ibérico, as con-

(20) A notícia da queda de Olinda chegou a Madri em 29 de abril de 1630, sendo as ordens para a mobilização da esquadra combinada dadas no dia seguinte. Cf. *Carta régia* de 30 de abril de 1630, publicada em Freire de Oliveira, *Elementos para a história do município de Lisboa*, III (Lisboa, 1887), pp. 340-5. Essa carta tem passado despercebida aos historiadores modernos, os quais supõem que a notícia chegou primeira-

dições haviam mudado muito para pior a partir de 1625. Enquanto que até entre 1624 e 1625 a Espanha respirara desafogamento durante uma trégua de doze anos, os que depois se sucederam foram cheios de desastres para a dupla monarquia. Chuvas torrenciais e grandes inundações haviam devastado nos primeiros meses de 1626 grandes extensões da Espanha e de Portugal, ao mesmo tempo que muitos navios da esquadra combinada haviam afundado ou sofrido danos em sua viagem de volta. Em começos de 1627, uma armada portuguesa onde viajava a flor da nobreza de Portugal foi vítima de um naufrágio na baía de Biscaia, em que muitos perderam a vida, sem falar no afundamento, na mesma ocasião, de duas carracas com grandes carregamentos provenientes da Índia. Houve quem dissesse ter sido êsse o maior desastre experimentado por Portugal depois de 1578, quando se deu a derrota e a morte do rei Dom Sebastião, às mãos dos mouros, no campo de Alcácer-Quebir. Pondo de lado o estrondoso sucesso de Piet Heyn em 1627-8, que teve como resultado o aprisionamento da esquadra mexicana da prata, haviam os corsários da Companhia das Índias Ocidentais infligido grandes estragos à navegação atlântica das nações ibéricas. Tais eram as apreensões motivadas pelo progresso dos holandeses na Ásia às expensas do “Estado da Índia” português, que Olivares inaugurou em 1628 um dispendioso plano de seis anos, tendo por objetivo o envio de poderosos reforços de Lisboa para Goa. Finalmente, a tomada de Breda em 1625, por Spinola, tinha sido contrabalançada pela conquista de Den Bosch em 1629, feita por Frederik Hendrik²¹.

mente a Lisboa, em 29 de abril (cf. Varnhagen, *História Geral*, II, pp. 264, 309-10), e que a primeira reação da corte de Espanha foi a *carta-régia* de 11 de maio, que ordenava orações e penitências públicas, bem como a punição pela imoralidade reinante.

(21) Com referência às reações de Portugal aos desastres de 1626-8, cf. M. Lopes de Almeida (ed.), *Memorial de Pero Rôiz Soares* [1565-1628]

Quando, em maio de 1630, Madri se dirigiu a Lisboa solicitando a sua ajuda na mobilização de uma armada conjunta para o Brasil, a resposta dos portugueses foi necessariamente menos entusiástica do que em 1624. O senado de Lisboa, ou conselho municipal, declarou que o mais que se podia fazer era desviar para a armada em projeto o dinheiro já votado para o envio de reforços à Índia, consoante o plano sexenal de Olivares. Sugeriu também que a taxa do *consulado* então em vigor deveria ser majorada em 3 ou 4 por cento²², e que o rendimento dela passaria a ser aplicado totalmente no auxílio ao Brasil. Fêz, porém, objeção formal à imposição de uma taxa impopular sobre a carne e o vinho, conhecida pelo nome de *real de água*²³, e bem assim a qualquer aumento nos direitos sobre o sal e o açúcar, medidas estas sugeridas pelo governo espanhol, ao lado de outras. Retrucaram as autoridades de Madri que as sugestões feitas pelo conselho municipal eram absolutamente inadequadas, insistindo na necessidade da imposição do *real de água*, e de outras medidas fiscais igualmente impopulares.

A despeito das ordens categóricas e reiteradas de Madri, só com muita dificuldade e lentidão conseguiu

(Coimbra, 1935), pp. 482-508. O plano de seis anos relativo ao fortalecimento da Ásia portuguesa foi traçado nas cartas-régias de 31 de maio e 6 de junho de 1628, ambas publicadas por Andrade e Silva na *Collecção Chronologica, 1627-1633*, pp. 132-3, 173-5. Cf. também Freire de Oliveira, *Elementos*, pp. 295-306.

(22) A taxa do *consulado* recaía sobre tôdas as importações e exportações, devendo teóricamente o produto dela ser aplicado na defesa das frotas e comboios da costa, com o fim de proteger a marinha mercante. Imposta primeiramente por Portugal em 1592, a arrecadação dela proveniente não tardou a ser desviada para outras aplicações, apesar das queixas incessantes dos negociantes e pescadores.

(23) O *real de água*, taxa originariamente de aplicação apenas local e relacionadas com o suprimento da água por Elvas, foi ulteriormente, estendida a muitas outras utilidades. No presente caso era ela uma taxa de um real sobre cada arrátel (16 onças) de carne, ou cada canada de vinho (3 pintas inglesas), na venda a retalho. Cf. o "Regimento do Real de Água" de 31 de outubro de 1636, em Andrade e Silva, *Collecção Chronologica, 1634-1640*, pp. 101-9.

Lisboa navios, homens e dinheiro. O projeto de enviar uma poderosa esquadra combinada ao Brasil teve de ser afastado; somente algumas caravelas largavam do Tejo, sem regularidade e a largos intervalos, com suprimentos em homens e munições destinados a Pernambuco²⁴. As autoridades de Lisboa e Madri discutiram obstinadamente em tórno da quota de sacrifícios que devia caber às respectivas coroas, muito tempo se perdendo nessas mútuas recriminações. Queixavam-se os espanhóis de que os portugueses pouco ou nada estavam fazendo para ajudá-los, deixando tudo a cargo da coroa de Castela, embora estivesse em causa a mais importante de suas colônias. Replicavam os portugueses que já eram demasiadas as taxas a que se viam obrigados, e que se não fôsse a união de Portugal com a Espanha não teriam chamado sobre si a hostilidade dos holandeses. Queixavam-se de que Portugal tivesse sido relegado ao esquecimento, ao passo que se faziam concessões a regiões como Aragão e Valência, que nem sequer haviam feito sacrifícios pela causa comum dos países ibéricos. Quando na Espanha se criavam novas taxas, seu pêsco era de alguma sorte atenuado pela redução ou abolição de outras, ao passo que em Portugal (queixavam-se os portugueses) novas taxas constantemente eram criadas, sem que se tocasse nas antigas. Por fim, mostravam que a Espanha devia ter ainda mais interêsse do que Portugal na recuperação de Pernambuco, visto como os holandeses encaravam o Brasil apenas como um passo no sentido de alcançar as riquezas da América espanhola, seu último e real objetivo²⁵.

(24) Sobre a insuficiência desses suprimentos, cf. Albuquerque, *Memórias Diárias*, 4 de março e 18 de julho de 1630; Van der Capellen, *Gedenkschriften*, I, p. 160.

(25) Cf. os documentos dados a público por Freire de Oliveira, em *Elementos*, III, pp. 344-50, 375-8, 439-42, 451-7, 460-8, 470-81; Andrade e Silva, *Collecção Chronologica*, 1627-1633, pp. 176-7, 185, 202-3, 205-7, 225-6.

O principal orador de Portugal era Dom Jorge Mascarenhas, conde de Castelo-Nôvo e presidente do Conselho Municipal de Lisboa. Em outubro de 1630 informava êle ao rei que a imposição de taxas adicionais à empobrecida população de Lisboa equivaleria a exigir dela o impossível e trazia o risco de uma revolta declarada. A situação da cidade e respectivos habitantes, afirmava êle, era de tal modo lastimável que não saberia descrevê-la a Sua Majestade. Os poucos negociantes que possuíam ainda algum dinheiro trataram de sair quanto antes e os poucos que ficaram estavam demasiado empobrecidos para que pudessem entrar com alguma coisa. Um ano depois, escrevia êle que a proposta majoração do preço do sal, além de significar grande sobrecarga para a pobreza, levaria os mercadores estrangeiros a ir procurá-lo em outras partes, “tal como aconteceu quando se aumentou o preço da pimenta e outras especiãrias, aumento que foi a razão de irem os mercadores buscá-las por via marítima na Índia, privando esta coroa do comércio dessas utilidades, com prejuízo para nós, conforme nos ensinou a experiência”. Da mesma maneira, qualquer aumento nos impostos sôbre o açúcar redundaria na morte de seu comércio, já onerado de taxas até o último limite²⁶.

Prolongou-se pela década seguinte a troca acrimoniosa de correspondência entre as autoridades de Lisboa e Madri; mas, embora se houvesse pôsto em prática, por imposição da última, o equivalente a um levantamento de câpital, além de outros vexames fiscais, nunca pôde

(26) Cf. as cartas de 1.º de outubro de 1630 e dezembro de 1631, em *Elementos*, III, pp. 375-8, 465-8, 470-81. Alguns daqueles argumentos haviam sido já expendidos pelos tecelões de Lisboa na notável exposição que o seu representante fêz em 3 de junho de 1628, denunciando o mau govêrno da Espanha e o desvio dos recursos de Portugal para atender interesses dos espanhóis (publicado primeiramente no *Archivo Pittoresco*, III [Lisboa, 1860], pp. 147-9, 159-60, 167-8).

(ou não quis) Portugal entrar com o total de suas quotas. O montante dos dinheiros arrecadados veio de taxas semelhantes ao odiado *real de água*, que pesava principalmente sobre as classes mais pobres, e de empréstimos compulsórios lançados sobre a comunidade dos cristãos-novos negociantes²⁷.

A soma proveniente do capital levantado e de outros subsídios foi entregue a uma *junta* criada especialmente para organizar o financiamento e o envio de socorro a Pernambuco²⁸. Apesar de tudo, e em que pese às alegações em contrário feitas pelos historiadores portugueses, o fato é que foi a coroa de Castela que chamou a si a maior parte dos auxílios enviados ao Brasil.

Não ficaram só nisso os sacrifícios suportados pela Espanha. Tentativas e negociações indiretas foram feitas em 1629 visando a uma nova trégua com as Províncias Unidas, e com muito maior instância pelo lado espanhol, depois da queda de Olinda. A princípio, reclamaram os negociadores espanhóis (ou melhor, os flamengos que falavam em nome deles), como condição, para assinatura da trégua, a restituição incondicional de Olinda e Recife; mas muito em breve mudavam de tom. Em outubro de 1631, mostraram-se dispostos a dar em troca Lingen, e

(27) Cf. o documento publicado na *Revista de História*, I (Lisboa, 1912), pp. 181-3; J. L. de Azevedo, *História dos Cristãos Novos portugueses* (Lisboa 1921), pp. 211-12. Hélio Viana, *Estudos de História Colonial*, pp. 298-9, falseia a fonte em que se baseia (os escritos de Dom Antônio de Ataíde) quando se alonga sobre o patriotismo dos portugueses de todas as classes sociais, os quais teriam oferecido dinheiro para a recuperação de Pernambuco. A lista por ele reproduzida, datada de 13 de novembro de 1632, mostra de maneira concludente que os maiores contribuintes foram, sem termo de comparação, os marranos (ditos *gente da nação*), os quais subscreveram muito mais do que todos os prelados, juntamente com os nobres e a municipalidade de Lisboa, acrescentando ainda a circunstância de ter sido compulsório o empréstimo feito pelos marranos.

(28) O "Regimento" dessa junta traz a data de 26 de junho de 1631 e foi publicado por Andrade e Silva, na *Collecção Chronologica*, 1627-1633, pp. 205-7.

alguns meses mais tarde chegaram a oferecer Breda. Com o risco de fazer antecipações, cabe referir que em fins de 1635 ofereceram por Pernambuco, além de Breda, mais 200 000 ducados, com o consentimento ainda de fechar-se o Escalda. Em outras palavras, o govêrno de Madri estava preparado para sacrificar os interêsses vitais das *Provincias Obedientes* de Flandres, a fim de apaziguar os seus súditos portugueses²⁹.

Do lado dos holandeses não se havia chegado a uma situação de tamanho desespero; mas, ainda assim, muito longe estavam as coisas de correr suavemente. As ordens baixadas de princípio a Loncq com respeito à expedição de Pernambuco estipulavam não só a rápida ocupação de todo o Nordeste do Brasil, mas também, ao que parece, a conquista do Rio de Janeiro, e até, se tudo corresse bem, a da Bahia e de Buenos Aires³⁰. Por consequência, ficaram os diretores muito contrariados ao saber que, em vez de terem conquistado tôda a capitania de Pernambuco, estavam os holandeses encurralados em Olinda e Recife, onde apenas podiam jactar-se de haver feito a ocupação de “dois montões de areia e pedras”. Explicavam Waerdenburgh e seus colegas que os colonos portugueses e seus aliados ameríndios eram guerrilheiros formidáveis, sendo necessário o envio de grandes reforços

(29) Cf. a correspondência entre o rei Filipe IV e a arquiduchessa Isabel, em J. Cuvelier e J. Lefèvre, *Correspondance de la Cour d'Espagne*, II, pp. 592, 603, 625, 628, 694, 701; III, 7, 83, 90, 299. Com respeito às tentativas para a negociação de uma trégua em 1629-33, e os esforços inúteis feitos então para reunir as províncias neerlandesas do norte com as do sul, veja-se P. Geyl, *The Netherlands Divided* (London, 1936), pp. 94-109. Para a atitude assumida pela Companhia das Índias Ocidentais, veja-se o documento publicado em *Bijdr. Med. Hist. Gen. Utrecht*, XXI, pp. 343-62.

(30) As instruções ministradas a Loncq, datadas de 18 de agosto de 1629, foram pela primeira vez utilizadas (ao que eu saiba, pelo menos) por J. A. Gonsalves de Mello, *Tempo dos Flamengos* (Rio de Janeiro, 1947), pp. 47-48, havendo passado despercebidas a Netscher, Wätjen, Edmundson e outros.

para Recife, se se quisesse ampliar a área em que se tinha conseguido firmar o pé. Advogavam também a retirada de Olinda, visto a dificuldade de fortificar a encosta esburacada e abrupta em que foi edificada, sugerindo que se deveria concentrar a guarnição num ponto de fácil defesa e fortemente fortificado como Recife. Recusaram-se os Heeren XIX a concordar com o abandono de Olinda, prometendo enviar reforços à altura das necessidades. Instigavam vivamente os comandantes a desencadear uma ofensiva vigorosa, em vez de se conservarem em indolente defensiva, uma vez que os portugueses “não eram um inimigo que se devesse levar a sério”³¹.

Embora Loncq e Waerdenburgh se queixassem da insuficiência dos reforços enviados, na verdade os holandeses receberam da Europa auxílios muito mais substanciais e regulares do que os portugueses. Mostrava Matias de Albuquerque que ao passo que três navios holandeses chegavam mensalmente a Recife, com gente para a substituição pelas perdas sofridas, afora artigos de toda espécie para o uso da guarnição, as caravelas enviadas por Portugal vinham a intervalos irregulares, devendo ainda efetuar o descarregamento em portos situados a uma distância do *Arraial* que oscilava entre 80 e 180 milhas, visto que os holandeses tinham em suas mãos o domínio do mar. Boa parte do material trazido perdia-se inevitavelmente durante o transporte até o campo, por entre florestas e matagais³². Assim, nessa guerra de mútuo esgotamento, as vantagens a longo prazo pendiam para o lado dos holandeses. Estes tinham evidentemente conhecimento disto, porquanto, a despeito do desapontamento causado pelo fato de continuarem ainda em mãos dos

(31) Cartas dos Heeren XIX datadas de 17 de julho de 1630 e 31 de outubro de 1631, publicadas por Wätjen, em *Das holländische Kolonialreich in Brasilien* (Gotha e Haia, 1921), pp. 54, 58-59.

(32) Albuquerque, *Memórias Diárias*, 4 de março e 8 de dezembro de 1630.

portuguêses as zonas ocupadas pelas plantações de cana (*várzea*), rejeitaram (depois de alguma hesitação) todos os oferecimentos espanhóis relativos à troca de Olinda e Recife por alguma localidade dos Países-Baixos.

Parecia que o emperramento da luta em Pernambuco deveria cessar quando, em 1631, ambos os lados receberam reforços substanciais. Entre dezembro de 1630 e abril de 1631 chegou a Recife uma poderosa esquadra, que havia deixado os portos da Holanda em vários corpos sucessivos, sob o comando de Pater e Thijssen. No começo de maio, partia do Tejo para o Brasil uma grande armada ibérica, comandada por Dom Antônio de Oquendo, navegador biscainho com excelente passado no mar. A despeito das constantes alfinetadas dadas nos portugueses por Madri, a coroa de Portugal não entrou com mais do que cinco navios pequenos, num total de vinte e um vasos de guerra; pelo que nenhuma verdade existe na afirmação, feita por Edmundson e outros historiadores, de que o custo da expedição pesou exclusivamente sobre Portugal. Trouxe a referida armada uns 2 000 soldados de reforço para o Brasil, 800 dos quais destinados à Bahia, 1 000 a Pernambuco e 200 à Paraíba. Oquendo desembarcou os reforços na Bahia, sem nenhum incidente, velejando em seguida para o norte, rumo a Pernambuco. Sua frota era agora constituída de 20 navios de guerra (inclusive 16 galeões), comboiando 12 caravelas de transporte e 24 navios mercantes, ou seja, ao todo 56 navios.

A 12 de setembro, algumas milhas ao sul de seu destino, foi Oquendo atacado por Pater, que desastrosamente subestimara o poderio da armada espanhola, e tinha então consigo apenas 16 navios. Entraram na refrega, de cada lado, menos de uma meia dúzia de navios, o resto das duas frotas ficando de parte, a salvo de qualquer dano. Antes de começar a ação, Oquendo foi instado para que retirasse das caravelas alguns soldados para

reforçar os galeões; recusou-se porém a fazê-lo, não dando importância ao inimigo, considerado por escárnio como *poca ropa*³³. A ação assumiu a forma de um duelo homérico entre as respectivas capitânicas, duelo que terminou com o incêndio do navio do próprio Pater (*Prins Willem*) e do *Provincie Utrecht*, enquanto a armada perdia o *Almiranta* e mais dois outros navios, afundados ou aprisionados. Pater, que não sabia nadar, tentou salvar-se pendurando-se por um cabo à proa do *Prins Willem* em chamas; mas como ninguém viesse em seu auxílio, acabou por perder as fôrças, caindo no mar e afogando-se.

A êssa altura, a nau capitânia de Oquendo não era mais que um casco ingovernável, e tão danificado que só não afundou graças aos esforços dos marujos holandeses que os espanhóis haviam recolhido do mar. Tinham os holandeses perdido cêrca de 500 homens, e os espanhóis um pouco mais, subindo a 250 os acidentes fatais só para o *Santiago*. Nenhum dos lados se mostrava ansioso de reiniciar o combate, retirando-se os holandeses para Recife, e permitindo que Oquendo desembarcasse os seus reforços em Barra Grande, tomando logo em seguida 300 homens com o fim de preencher os claros abertos em suas fileiras. Isso feito, fêz-se à vela em direção à pátria, deixando novamente aos holandeses o domínio exclusivo das águas costeiras do Brasil³⁴.

(33) Oito anos mais tarde cala êle no mesmo êrro de subestimar o inimigo, usando das mesmas palavras para obrigar o Lt.-Almirante M. H. Tromp ao largo de Beachy Head, com uma pequena esquadra (16 de setembro de 1639). Cf. C. R.

(34) Há muitas descrições dos encontros havidos entre Oquendo e Pater, mas nós nos temos baseado principalmente nos que foram compendiados em: Duarte de Albuquerque, em *Memórias Diárias*, com a data de 12 de setembro de 1631; De Laet-Naber, *Iaerlyck Verhael*, III, pp. 14-24; e C. Fernandez Duro, *Armada Española*, IV, pp. 121-8. G. Edmondson, incurável romântico, engole a lenda segundo a qual Pater, ao ver seu navio incendiado prestes a afundar, "enrolou o corpo com a

Os reforços chegados uma vez por outra ao arraial somavam 700 homens, 300 dos quais eram napolitanos, comandados por Giovanni Vincenzo de San Felice, conde de Bagnuolo. Se dermos crédito a alguns de seus camaradas portugueses, êsses italianos provaram mais tarde servir mais de estôrvo do que de auxílio, não passando o próprio Bagnuolo de um comandante covarde e incapaz³⁵. Com os referidos reforços chegou o nôvo donatário de Pernambuco, Duarte de Albuquerque, irmão de Matias e autor das *Memórias Diárias*, onde se contém quase tudo que sabemos sôbre os fatos ocorridos no arraial. Alguns dos "lavradores barrigudos", como os chama frei Manuel Calado, ficaram desanimados ao verificar que os reforços enviados eram relativamente muito pequenos, continuando assim os holandeses senhores do mar. Apesar de tudo, ora à custa de ameaças, ora por meio de agrados, teve Albuquerque a habilidade de forçar os seus homens a continuar o cêrco de Olinda e Recife. Assim, em outubro de 1631, a situação era muito parecida com a de um ano atrás, retendo os holandeses o domínio pleno do mar e conservando os portugueses o seu predomínio nas praias.

✍ A partir de março de 1630, Olinda e Recife passaram a ser governados por um conselho político (*Politick*

bandeira, vestido na armadura com que estava, e atirou-se no mar. O espírito brioso do marinheiro invicto preferira o oceano como túmulo a ver-se escravizado pelos seus inimigos" (*English Historical Review*, XV, p. 44). Essa história foi inventada por Fr. Manuel Calado (*Valeroso Lucideno*, p. 13), que a escreveu em 1645, e desmentida explicitamente por testemunhas de vista utilizados por De Laet, e pelo depoimento dos marinheiros recolhidos do mar pela capitânia de Oquendo. Cf. Varnhagen, *História Geral* (ed. 1948), II, pp. 311-12.

(35) Fr. Manuel Calado, no *Valeroso Lucideno*, é um crítico muito escarninho de Bagnuolo. Seu relato é sem dúvida exagerado em muitos pontos, mas reflete fielmente a opinião corrente dos portugueses que tomaram parte na campanha de Pernambuco. Bagnuolo prestou bons serviços à expedição que retomou a Bahia, em 1624-5 e à reconquista de Nevis e St. Kitts por Don Fradique de Toledo (1629-30).

Raad), de conformidade com as instruções baixadas em 1629 pelos Heeren XIX, com vistas ao govêrno da projetada colônia. Êste conselho era constituído a princípio por comissários civis, aos quais vieram depois juntar-se mais dois. Depois da partida de Loncq, em maio de 1630, o comando das fôrças de terra e mar passou para as mãos do mais velho dos oficiais do exêrcito, o coronel Diederick van Waerdenburgh. A êle foi conferido o título de governador, bem como assento e voto no conselho político; mas não lhe foi permitido assumir a presidência, que devia recair nos comissários a serem revezados mensalmente. Waerdenburgh era ainda assistido por um conselho militar, parecendo no final das contas que os elementos militares trabalharam sempre em boa harmonia com os civis³⁶.

Finalmente, concordaram ambos em que Olinda não podia ser defendida, e que o melhor a fazer era concentrar tôdas as fôrças em Recife. Isso de fato foi feito em novembro de 1631, quando a revista geral das tropas acusou um total de 7 000 homens em condições de prestar serviços, incluindo soldados, marinheiros e negros escravos. A região ocupada em Pernambuco pelos holandeses limitava-se agora a Recife, Antônio Vaz, e uma ilhota situada na altura do limite meridional da capitania de Itamaracá, ocupada sete meses antes. Nesse lugar construíram êles um forte chamado Orange, ao qual se deu uma guarnição de 366 homens, sob o comando de um capitão polonês de nome Crestofle d'*Artischau Arciszewski*, pessoa excep-

(36) Os regulamentos de 13 de outubro, atinentes à *Politick Raad* e ao govêrno da colônia, foram publicados por Aitzema, *Saken van staet en oorlogh* 1621-1632, p. 1 055 e também no *Groot Placcaet-Boeck* de 1658. Comete S. P. L'Honoré Naber um de seus raros erros quando escreve (De Laet-Naber, *Iaerlyck Verhael*, III, p. XIX) que Waerdenburgh tinha o título de comandante-chefe e governador "zonder zitting in den Raad!" A relevante passagem que se encontra nas instruções originaes, afirma categoricamente que Waerdenburgh "sessic ende stem in de politieke raedet soude hebben".

cionalmente dotada de inteligência, coragem e espírito de iniciativa³⁷.

Uma das razões invocadas pelo conselho em favor da evacuação de Olinda foi libertar muitos dos homens da respectiva guarnição, o que possibilitaria o seu aproveitamento em operações ofensivas onde melhor conviesse. Tentou-se alargar a área ocupada enviando expedições contra o forte de Cabedelo, na Paraíba, e também contra o Rio Grande, o rio Formoso e, finalmente, o cabo de Santo Agostinho. Em todos estes pontos estiveram os portugueses de prontidão, conseguindo Matias de Albuquerque impedir ou frustrar os ataques, mediante o oportuno envio de tropas do arraial. Dir-se-ia que este empate prometia prolongar-se indefinidamente, cada um dos lados não se julgando com forças para expulsar o adversário das posições escolhidas, quando inesperado acontecimento veio alterar completamente a face das coisas.

A 20 de abril de 1632, um mulato de nome Domingos Fernandes Calabar desertava das fileiras portuguesas, passando-se para os holandeses. Não era o primeiro que assim desertava, possuindo já os holandeses em seu serviço muitas centenas de negros, a maioria dos quais eram escravos fugidos das plantações. Mas Calabar era pessoa muito mais importante e influente do que qualquer deles. Natural de Pôrto Calvo, conhecia palmo a palmo toda a região, havendo êle próprio se distinguido na defesa do arraial, onde fôra ferido. Homem muito ativo e inte-

(37) Arciszewski (1592-1656) era um nobre polonês que havia assassinado um advogado desonesto, autor da ruína financeira de sua família. Em consequência disto, tinha êle sido condenado ao banimento perpétuo da Polónia, sentença todavia revogada em 1625. De 1624 a 1629 serviu como soldado de emergência na Holanda e na França, alistando-se em seguida no serviço da Companhia das Índias Ocidentais. Cf. J. C. M. Warnsinck, em sua introdução a *De Laet-Naber, Iaelryck Verhael*, onde às pp. XXV-LXXXIII há um resumo de sua carreira e de suas desavenças com Johan Maurits. De várias formas tem-se-lhe escrito o nome, entre as quais Artichewski, Arquixoffe, Artichoke, etc.

ligente, não poderiam os holandeses ter achado melhor guia e informante para lhes indicar os pontos fracos do inimigo. Era forte como o boi do provérbio, correndo muitas histórias sôbre a prodigiosa fôrça física de que dava provas na perseguição do gado, afora outros indícios de grande resistência. Não se conhecem as razões que o levaram a desertar, e os holandeses a princípio não depositavam nêle muita confiança; mas não tardou que ficasse provado para quanto êle prestava³⁸.

Na noite de 30 de abril, por sugestão de Calabar, e guiado por êle próprio, fêz Waerdenburgh avançar uma coluna através das trilhas lamacentas e pouco freqüentadas que iam ter à pequena cidade de Igarçu, onde chegaram na manhã de 1.º de maio. Achando-se os portugueses completamente desprevenidos, os holandeses se apoderaram de abundantes despojos, infligindo ao mesmo tempo pesadas perdas aos adversários. Antes de saquear a praça, teve Waerdenburgh o cuidado de destruir 200 pipas de vinho que ali encontrou, para evitar que os seus homens se embebedassem e praticassem as mesmas desordens verificadas por ocasião da tomada de Olinda. Mandou também recolher na igreja tôda a população feminina, da qual faziam parte muitas formosas raparigas, pondo na porta do templo um guarda para impedir que fôssem molestadas. Este triunfo, a que se sucederam muitos outros planejados e orientados por Calabar, tanto encorajaram os holandeses quanto levaram os portugueses ao desânimo. Convenceram-se agôra os últimos de que não mais poderiam as suas patrulhas impedir a pene-

(38) Com referência a Calabar cf. De Laet-Naber, *Iaerlyck Verhael*, IV, p. 171, e os trabalhos citados por J. H. Rodrigues em sua *Bibliografia*, n.os 962-5. As alusões de Fr. Manuel Calado feitas a Calabar não são necessariamente fidedignas, embora se tenha acusado aquêle frade (e, ao que parece, não sem razão) de violar o sigilo da confissão ao descrever as últimas horas do mestiço em questão (*Valeroso Lucideno*, pp. 14, 21-22).

tração dos holandeses na várzea, aproximando-se o dia em que a ascendência moral dos defensores entraria em colapso.

Ao findar-se o ano de 1632 chegaram reforços substanciais das Províncias Unidas, vindo com êles para substituir Waerdenburgh na direção dos negócios, e a pedido dêle próprio, dois dos dezenove diretores da Companhia, a saber Matias van Ceulen, da câmara de Amsterdam, e Johan Gijsselingh, da Zelândia. Os novos chefes não tiveram tempo a perder dando imediatamente início a uma ofensiva mais vigorosa, em que se aproveitava o incomparável conhecimento que tinha Calabar das condições locais do terreno. Em rápida sucessão, e quase sempre tendo Calabar como guia, muitos lugares bastante distanciados uns dos outros e até então imunes de qualquer ataque, foram então devastados pelos destacamentos armados e pelas colunas volantes dos holandeses. Em fevereiro de 1633 foi tomado de assalto um reduto no rio Formoso, tendo sido previamente aniquilada, até o último homem, a sua guarnição de vinte soldados. Em março tomaram os holandeses aos portugueses o pôsto de Afogados, construindo no lugar um forte, que dava para o arraial e facilitava aos destacamentos holandeses a entrada na várzea. Em junho, a ilha Itamaracá foi tomada por Sigismund von Schoppe, que deu seu nome ao estabelecimento então fundado. Sem falar em várias operações subsidiárias, outra vitória importante obtiveram os holandeses quando Van Ceulen capturou o bem defendido forte dos Reis Magos, situado na entrada do rio Grande, que foi por êle rebatizado com o próprio nome³⁹.

(39) Informações minuciosas sobre as operações de 1631-3 poderão ser procuradas em Duarte de Albuquerque, *Memórias Didrias* e em De Laet-Naber, *Iaerlyck Verhael*, III. Cf. também o artigo de Edmundson na *English Historical Review*, XV, pp. 38-57, embora êle não vá além do mês de outubro de 1632.

Tinham os holandeses feito várias tentativas para entrar em contacto com os tapuias antropófagos do interior do Ceará, que eram, entre os ameríndios, os inimigos mais temidos pelos colonos portugueses. Depois da tomada do Rio Grande, estabeleceu-se estreito contacto com êstes selvagens, cujo principal chefe, de nome Nhanduí, prontificou-se a colaborar sinceramente com os invasores, a cujas propostas correspondiam com o imediato massacre de alguns dos moradores locais. Contudo, nem todos os tapuias se mostravam tão amigos. Muitos continuaram fiéis ao seu velho aliado Martim Soares Moreno, entre os portugueses, um dos mais famosos dos chamados índios-combatentes. Em môço, tinha Moreno vivido entre os tapuias, e não só falava fluentemente a língua dêles, como também em certas ocasiões se metia nas suas guerras, inteiramente nu como êles, mas sem as pinturas guerreiras. Foi êle que levou um contingente dêstes selvagens, cuja aparência feroz tinha impressionado os holandeses, para dar combate aos franceses que invadiram o Maranhão entre 1613 e 1615; bem como um outro, para ajudar os defensores do arraial, em 1630. Todavia, encarando os fatos em globo, pode-se dizer que daí por diante os tapuias se tornaram aliados prestantes dos invasores, enquanto que a maioria dos tupis continuava a ajudar aos portugueses, graças em boa parte à influência de um chefe potiguar chamado Poti pelos índios, mas a quem os portugueses deram o nome de Dom Filipe Camarão, garantindo-lhe ao mesmo tempo, pelos seus assinalados serviços, o pôsto de cavaleiro na cobiçada Ordem de Cristo⁴⁰.

(40) Para a interessante carreira do valente guerreiro Martim Soares Moreno (1586-1650?), que entre outras coisas foi fundador do Ceará, vejam-se os trabalhos citados na *Bibliografia de J. H. Rodrigues*, n.os 991-3. Com referência ao chefe ameríndio, D. Antônio Filipe Camarão (1601-48), há uma vasta bibliografia, a história definitiva de sua vida tendo sido escrita por J. A. Gonsalves de Mello, *D. Antônio Filipe Camarão* (Recife, 1954).

As coisas não iam para os holandeses inteiramente de acôrdo com a expectativa, e os portuguezes lhes davam combate com valentia. Em março e agôsto de 1633 foram repellidos dois ataques ao arraial, o mesmo acontecendo com uma segunda expedição enviada ao forte de Cabedelo, na Paraíba, em fevereiro de 1634. Compensaram os holandeses êsses reveses repelindo um ataque noturno a Recife (1.º de março de 1634), bem planejado, porém mal executado; e conquistando também, no mesmo mês, uma posição no Pontal do cabo de Santo Agostinho. Era êste a chave do melhor e mais seguro ancoradouro para as caravelas que chegavam de Portugal com homens e suprimentos para o arraial, bem como o ponto mais conveniente para o embarque do açúcar que elas levavam na volta. Matias de Albuquerque lançou sem demora um vigoroso contra-ataque, mas não pôde desalojar os holandeses de sua posição. O mais que conseguiu foi manter estreita vigilância sôbre o Pontal por meio do forte de Nazaré, que ficava no tope de uma elevação situada nas proximidades, e que foi possível conservar em seu poder durante quase um ano. Todavia, não puderam mais os portuguezes utilizar o ancoradouro, que ficou à disposição dos invasores. Contavam êstes com tôdas as vantagens nas operações, visto poderem movimentar as suas fôrças por mar, com grande rapidez e facilidade. Em contraposição, viam-se os portuguezes forçados a seguir com grande risco por terra, através de cerrados, matagais, brejos, florestas, sem falar nos muitos rios e lagoas que precisavam atravessar a vau. Além disso, tendo Calabar como guia, os holandeses iam-se tornando agora melhores guerrilheiros. Dois de seus chefes, o polonês Arciszewski e o alemão Von Schoppe, estavam em condições de competir com o que de melhor possuíam os portuguezes.

Van Ceulen e Gijsseling partiram para a Holanda em setembro de 1634, confiando a direção dos negócios

no Brasil a um conselho de cinco membros: Servatius Carpentier, Willem Schotte, Jãcob Stachouwer, Balthasar Wyntgens e Ippo Eyssens. O coronel Sigismundo von Schoppe assumiu o comando das fôrças terrestres, visto como o mais velho dos oficiais de campo, Arciszewski, que durante curta visita à Holanda fôra promovido ao mesmo pôsto, ao voltar renunciou desinteressadamente a êle, em favor de seu colega alemão. Como houvessem recebido grandes reforços no correr do ano, resolveram os chefes holandeses fazer uma nova tentativa de conquistar a Paraíba, e desta vez com bom resultado. Após um cerco de curta duração, seis dias antes do Natal rendia-se o forte de Cabedelo, e com êle, poucos dias depois, a capital da província. Por êsse tempo, havia Matias de Albuquerque despachado Bagnuolo, com uma coluna de socorro; mas, se dermos crédito ao maldoso Fr. Manuel do Salvador, o comandante italiano "se deteve onze ou doze dias no caminho, e não chegou a tempo, sendo que quando se tornou para o nosso arraial, depois da Paraíba ganhada, não pôs mais que três dias no caminho, metendo em cabeça, aos que o acompanhavam, que o inimigo ia em seu alcance"⁴¹.

A posição dos portugueses tornou-se agora desesperadora, pois os holandeses tinham nas mãos tôda a faixa costeira, desde o Rio Grande do Norte até o cabo de Santo Agostinho. As poucas caravelas que escapavam dos corsários holandeses não mais dispunham de qualquer baía ou enseada pouco freqüentada em que pudessem desembarcar o magro suprimento que traziam. Muitos moradores começaram a não acreditar que a guerra pudesse ter um desfecho favorável, preferindo entrar em

(41) Fr. Manuel Calado do Salvador, *Valeroso Lucideno*, p. 15. Descrição pormenorizada da campanha da Paraíba pode ser encontrada em Duarte de Albuquerque, *Memórias Didrias*, 7 de nov. a 30 de dez., e em De Laet-Naber, *Iaerlyck Verhael*, IV, pp. 71-92, 119-27.

acôrdo com os invasores a deixar que a sua sorte ficasse na dependência da piedade dos tapuias. Pouco depois da tomada de Igarapé, haviam os holandeses lançado um manifesto “aos proprietários das plantações e aos moradores de Pernambuco”, mostrando-lhes o insustentável de sua posição, e prometendo-lhes (entre outras coisas), respeito à propriedade, liberdade de consciência e redução dos impostos que sôbre êles pesavam⁴². Isso, na ocasião, teve pouco efeito; mas, depois da queda da Paraíba, foram oferecidas mais vantagens (janeiro de 1635) aos colonos, e agora com bons resultados. Em troca do juramento de lealdade ao nôvo govêrno, garantia-se agora aos moradores não apenas a liberdade de consciência, mas a liberdade de culto, com a permissão de terem alguns padres e frades para atender às necessidades do serviço religioso. Como fôsem feitas ao mesmo tempo outras concessões vantajosas, no que se refere, por exemplo, à segurança da propriedade e à permissão para porte de armas, a maioria dos moradores da Paraíba resolveu submeter-se, exemplo que foi logo seguido pelos do Rio Grande e Goiana⁴³.

Os instantes pedidos de auxílio feitos por Matias de Albuquerque refletem a situação cada vez mais precária em que se achavam os defensores de Pernambuco; mas, embora estivessem as autoridades de Madri e Lisboa cientes dessas dificuldades (ao contrário do que muitas vêzes se tem dito), pouco lhes foi possível fazer. Não era o Brasil a única dor-de-cabeça para Olivares e seus conselheiros. O avanço do exército sueco na Alemanha, a perda, em consequência de um furacão, do mais rico de

(42) Este manifesto (em tradução holandesa) foi publicado por De Laet-Naber em *Iaerlyck Verhael*, III, pp. 101-4. Nessa ocasião garantiu-se sômente a liberdade de consciência, e não, como errôneamente informa Edmundson (*English Historical Review*, XV, p. 36), a liberdade de culto.

(43) O texto das concessões feitas aos moradores da Paraíba acha-se publicado em De Laet-Naber, *Iaerlyck Verhael*, IV, pp. 132-4.

todos os carregamentos de prata saídos do México (novembro de 1631), o desbarato e a morte de Constantino de Sá em Ceilão, e ainda três anos consecutivos de sêca e fome em Portugal (1630-2), não foram senão alguns dos desastres sofridos então pelos súditos e aliados dos Reis Católicos. Não era sòmente de Pernambuco que chegavam urgentes pedidos de socorro, mas também das Antilhas, da Índia, de Flandres, da Itália e da Alemanha. Foram êsses múltiplos cometimentos em outras frentes, e não a indiferença e apatia da Espanha, que impediram durante tanto tempo que se enviassem para Pernambuco reforços à altura das necessidades.

A correspondência trocada entre as autoridades de Lisboa e de Madri revela claramente as dificuldades em que se viam. Em dezembro de 1631 o rei escreveu a Portugal ressaltando as contribuições que a coroa de Castela havia feito, estava fazendo, e continuaria a fazer, em homens e dinheiro, para salvar o Brasil, e lamentando ao mesmo tempo o fato de achar-se ainda Portugal em atraso com as suas quotas. Anunciava o rei a sua intenção de enviar Dom Fradique de Toledo com uma esquadra de quantos navios fôsse possível dispor, e ordenava aos portugueses o preparo de uma armada de vinte galeões até, o mais tardar, o solstício do verão de 1632. Deixava aos portugueses o encargo de descobrir o melhor meio de conseguir o dinheiro, que em qualquer hipótese precisava ser arranjado⁴⁴.

Nada dêste grandioso esquema se tornou realidade. Em abril de 1632, chamava D. Fradique de Toledo a atenção para o fato de não terem sido ainda pagos os homens da armada de Oquendo, apesar de todos os sofrimentos e sacrifícios que lhes custara a mobilização, em

(44) *Carta-Régia* de 1.º de dezembro de 1631, em Andrade e Silva, *Collecção Chronologica*, 1627-1633, pp. 231-2; Freire de Oliveira, *Elementos*, III, 471-3.

1629. No momento em que escrevia faltava até com que atender às suas necessidades diárias de alimentação. Respondeu o governador de Portugal, D. Antônio de Ataíde, conde de Castro-Daire, que não havia no tesouro real um só *maravedi* para pagar os marinheiros esfomeados — quanto mais para preparar uma frota de vinte galeões⁴⁵. Não dispondo de meios para preparar uma esquadra de alto mar, deu a coroa ordens para que se enviassem a Pernambuco 1 400 homens, utilizando-se para isso caravelas, que deveriam partir à razão de duas cada mês, pelo menos. Até este modesto programa não pôde ser obedecido por Portugal, pois a 24 de junho de 1633 voltava o rei a escrever, num tom de indignação e desespero raramente encontrado em documentos oficiais. Acentuava êle que ninguém da boa sociedade de Portugal havia mostrado boa vontade para servir em Pernambuco — em flagrante contraste com o entusiasmo manifestado por ocasião do alistamento das fôrças destinadas à recuperação da Bahia. Determinava então que a partir daquela data nenhuma promoção se faria, nem se daria qualquer recompensa, a não ser por serviços prestados na Índia ou em Pernambuco. Se fôsse aberta exceção em favor de algum *fidalgo*, caberia a êste o dever de entrar com a soma de 1 000 cruzados, numa única parcela, a fim de atender às despesas com um ou mais substitutos naqueles teatros de guerra. Outros editos foram promulgados pela coroa para obter mais dinheiro, ou cobrar as contribuições em atraso, no todo ou em parte. A 16 de setembro de 1633, enviou ela circulares a todos os governos locais de Portugal, queixando-se amargamente de sua relutância em contribuir para as despesas com o equipamento de uma armada poderosa — remédio único para a preservação das

(45) Original da correspondência entre D. Fradique de Toledo e D. Antônio de Ataíde em abril de 1632, conservada no Codex Castel-Melhor, I-1-2, n.º 45, Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro.

conquistas. Nem êste, nem tampouco muitos outros apelos semelhantes deram melhor resultado, revidando os portuguezes com protestos de extrema pobreza e conseqüente incapacidade para pagar o que dêles se exigia⁴⁶.

Assim, a guerra de exaustão no Nordeste do Brazil ia, lentamente, mas com segurança, pendendo para o lado dos holandeses. Afora a submissão dos moradores da Paraíba, de Goiana e Rio Grande, outros estímulos receberam êles para perseverar em sua política de terror, que aliava à devastação das lavouras de cana a oferta de tratamento generoso para os colonos que se entregassem. Através das cartas interceptadas, ficaram sabedores do andamento de todos os negócios relativos ao *Arraial*, tais como o desagrado que a administração de Albuquerque causava aos agricultores e as suspeitas que alguns soldados tinham de Bagnuolo.

Outra fonte de informação, conquanto habitualmente menos fidedigna, era constituída pelos desertores; mas êstes não seguiam uma única direção. Soldados católicos em serviço na Companhia passavam-se às vêzes para os portuguezes, e certa ocasião ambos os lados começaram a espalhar folhetos em inglês e francês, com o fito de atrair para o campo oposto as pessoas que falavam essas línguas. Houve algumas que mudaram de lado mais de uma vez, tendo Albuquerque feito enforcar um desertor inglês que havia sido capturado pela segunda vez.

A garantia de liberdade de culto conferida pelos holandeses aos moradores da Paraíba provocou uma reação do bispo do Brazil, com sede na Bahia. Parece que a pedido de Matias de Albuquerque, deu êle a ordem de mudar-se para o território portuguez a todos os mem-

(46) Andrade e Silva, *Collecção Chronologica*, 1627-1633, pp. 361-6, 369; Freire de Oliveira, *Elementos*, IV, 2-4, 63-65; Varnhagen, *História das Lutas* (Lisboa, 1872.) pp. 97-106.

bro do clero católico que se haviam utilizado das vantagens oferecidas pelos holandeses para que permanecessem com os seus fiéis nas zonas ocupadas. Quando essa decisão do bispo foi comunicada às autoridades de Lisboa para confirmação, a *Mesa de Consciência e Ordens*, que, como o seu nome indica, desempenhava as funções de guardião da consciência da Coroa, condenou peremptoriamente a ação do bispo.

Ponderava a Mesa que, se os moradores fôsem privados de seus pastôres espirituais, encarariam isso como a prova tácita de que o govêrno de sua pátria havia perdido a esperança de reconquistar o território perdido, cabendo-lhes por conseguinte submeterem-se de vez aos holandeses. Na realidade, muito embora a Mesa disso não soubesse, na Paraíba tinha acontecido exatamente o contrário. Conta-nos de Laet que, depois da rendição de Cabedelo, dois monges que estavam no forte aconselharam aos holandeses o embarque da guarnição para as Antilhas, garantindo que com isso os moradores se tornariam mais fáceis de tratar e mais dispostos a prestar a sua cooperação. Relembrava a Mesa ao rei as somas consideráveis despendidas em subvencionar as missões católicas em regiões habitadas por hereges e pagãos, fazendo ressaltar que os clérigos, nas regiões ocupadas, deviam trabalhar sob disfarce, caso necessário. Razões de Estado e da Igreja exigiam que, “em vez de serem removidos os que lá estivessem, novos ministros da Religião deveriam ser enviados para elas. Se êstes viessem a sofrer fome, sêde e outras privações, nada havia nem podia haver de melhor em que se empregassem, e que estivesse mais dentro de seus deveres... visto como perigos e privações muito maiores sofriam os missionários na China e no Japão, com o fito de propagar a Fé”. Essa calorosa exortação ao martírio feita pelos burocratas de Lisboa foi plenamente

aprovada pela Coroa, recebendo os párocos a ordem de permanecer em seus postos, no território ocupado⁴⁷.

Não estenderam os holandeses aos jesuítas o seu oferecimento de tolerância, recusando-se a admiti-los fôsem quais fôsem as condições. A Companhia de Jesus era anatematizada pelos protestantes em geral e muito particularmente pelos calvinistas. Acrescia ainda a circunstância de haverem êses valentes representantes da Igreja militante dado um trabalho particular aos holandeses no Brasil, chefiando, ou pelo menos encorajando, os ameríndios de suas *aldeias* a combater contra os invasores hereges. Os holandeses que, pelo menos a partir de 1635, toleravam a presença de padres seculares, e às vêzes até frades franciscanos e beneditinos, deportaram todos os jesuítas que caíram em suas mãos. Essa discriminação teve também o seu reflexo na atitude assumida pelo clero católico. Muitos padres, frades e monges permaneceram na zona ocupada, com os seus fiéis; alguns houve, como Fr. Manuel Calado, que colaboraram ativamente com os invasores. Os jesuítas, por outro lado, decidiram que dos dois males o menor seria evitar que ficassem comprometidos, quaisquer que fôsem as circunstâncias. Em maio de 1635, receberam êles do Provincial ordens para evacuar todos os membros da Companhia que estivessem em território ocupado, praxe que foi mantida mesmo depois de haver a Coroa revogado a ordem original do bispo, de acôrdo com a qual todos os membros do clero católico deveriam sair.

Não há, decerto, regra sem exceção, e os próprios jesuítas algumas vêzes caíram das graças. Tôda vez que isso se deu, como costuma ser o caso em se tratando de

(47) Consulta da Mesa de Consciência e Ordens, 5 de setembro de 1635, e *Carta-Régia* de 17 de outubro de 1635, e Andrade e Silva, *Collecção chronologica*, 1634-1640, pp. 66-67. Com referência aos monges colaboracionistas da Paraíba, veja-se De Laet-Naber, *Iaerlyck Verhael*, IV, p. 84.

gente de alto nível, a queda foi grande. No Brasil, o exemplo clássico e notório foi o do padre Manuel de Moraes. Natural de São Paulo, filho de pai português e mãe paulista, havia êle feito à Companhia os três votos do costume e, ordenado padre, era missionário de certo aldeamento ameríndio, quando os holandeses invadiram Pernambuco. Durante perto de quatro anos instigara os fiéis contra os invasores hereges, distinguindo-se êle próprio em muitas guerrilhas e escaramuças. Por isso, grande foi a surpresa quando, em janeiro de 1635, êle se rendeu voluntariamente aos holandeses, na Paraíba. Tendo chegado a êsse extremo, é óbvio que estava decidido a ir até às últimas. Mais tarde, muitas testemunhas foram unânimes em afirmar que êle ajudava por diversos modos os hereges contra os seus compatriotas, além de conviver abertamente com os calvinistas, assistindo-os em seus serviços, comendo carne durante a quaresma, etc.⁴⁸ Fr. Manuel Calado, cuja antipatia pela Companhia de Jesus é de conhecimento geral, chega a achar que a colaboração prestada aos holandeses por aquêle renegado jesuíta foi-lhes mais prestadia do que a de Calabar. Há nisso grande exagêro, mas é fora de dúvida que êle lhes prestou muitas informações valiosas com respeito à terra e aos habitantes⁴⁹.

Em 1.º de março de 1635, instigados por Calabar, que era filho do lugar, e diante também da notícia de que seriam bem recebidos pelos moradores, os holandeses

(48) Carta do padre Provincial Domingos Coelho, S. J., a Matias de Albuquerque, datada de 14 de maio de 1635 e publicada nos *Anais da Academia Portuguesa de História*, VII, pp. 127-8. Cf. também S. Leite, *História da Companhia de Jesus no Brasil*, V, pp. 371-3, 375-6, 379.

(49) De Laet-Naber, *Iaerlyck Verhael*, IV, pp. 128-31 e as provas testemunhais constantes das atas da Inquisição contra Manuel de Moraes, dadas à publicidade na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* (que daqui para diante será referido como *RIHGB*), LXX (1907), parte I, pp. 1-65. Cf. também S. Leite, S. J., *História*, VI, pp. 363-9, 581-2 e Apêndice, I, pp. 267-9, embaixo.

atacaram Pôrto Calvo. Bagnuolo, comandante da defesa da região, foi derrotado após ter oferecido pouca resistência, fugiu para o sul, rumo a Alagoas. Os holandeses tudo fizeram para chamar a si os moradores do lugar, garantindo-lhes até maiores concessões do que as que tinham sido feitas aos habitantes da Paraíba; e, graças à hábil cooperação de Fr. Manuel do Salvador, as suas propostas obtiveram resposta favorável. Segundo o que conta o próprio frade, o almirante Lichthart, comandante dos holandeses, tinha vivido algum tempo em Lisboa e falava bem o português. Calado diz também que o almirante lhe havia declarado ser criptocatólico. Não se pode dar crédito a esta assertiva, mas é claro que Lichthart prejudicou os seus propósitos de conciliar os moradores, executando sumariamente três soldados, que haviam furtado um boi⁵⁰.

Chegou agora a vez do *Arraial* que foi atacado por Arciszewski e capitulou em 8 de junho, após um cerco de três meses suportado com grande bravura pelos seus extenuados defensores. De acôrdo com os termos da rendição, a guarnição local foi mandada para as Antilhas; mas os moradores foram forçados a se resgatar mediante soma considerável em dinheiro, antes de ser dada a cada qual a permissão de seguir o seu destino. Conforme Arciszewski, êsse resgate em dinheiro não foi distribuído entre os soldados holandeses, a quem ostensivamente se destinava, mas repartido entre o conselheiro Stachouwer e seus comparsas. O polonês acusou também Stachouwer de haver extraviado a fortuna pertencente a Pantaleão Monteiro, ricoço português. Enterrara êste último o seu tesouro no mato, mas o esconderijo foi revelado pelo seu próprio secretário, um mulato filho da ilha da Madeira, chamado João Fernandes Vieira, a res-

(50) Fr. Manuel Calado, *Valeroso Lucideno*, pp. 18-19. Cf. De Laet-Naber, *Iaerlyck Verhael*, IV, 150-7.

peito do qual ouviremos ainda muita coisa. Impressionado com a habilidade e falta de escrúpulos dêsse homem, Stachouwer fêz dêle o seu confidente⁵¹. Ambos muito breve amealhavam grande fortuna, conjugando-se o conhecimento que tinha Fernandes Vieira das condições locais com a autoridade de Stachouwer para explorá-las.

A queda do *Arraial* seguiu-se, quase um mês após, a do forte de Nazaré, no cabo de Santo Agostinho, cuja guarnição capitulou depois de haver resistido a vários assaltos, aceitando a rendição em têrmos semelhantes. Como a Várzea caísse afinal nas mãos dos holandeses, estabeleceu-se uma corrida entre os especuladores para a compra das plantações de cana, esperando êles fazer fortuna quando os engenhos voltassem novamente a trabalhar. Grande número de moradores resolveram submeter-se, mas muitos outros seguiram para o sul, acompanhando Matias de Albuquerque. Calcula-se em mais de 7 000 o número de pessoas que emigraram assim, sem distinção de sexo, idade, raça ou côr. Enquanto durou a resistência do Arraial e de Nazaré, o comandante português ficou em Serinhaém, muito embora pouco auxílio pudesse prestar aos sitiados, uma vez que a êle se antepunha Von Schoppe, com uma fôrça mais considerável.

Sua posição tornara-se então insustentável, não lhe restando outra alternativa senão retirar-se para a região pantanosa conhecida pelo nome de Alagoas, nos limites meridionais extremos da capitania de Pernambuco. A única estrada praticável por carros de boi atravessava Pôrto Calvo, que estava em poder do major Picard e de Calabar, com 500 homens sob seu comando, motivo pelo qual Albuquerque se viu forçado a atacar a praça. Graças

(51) De Laet-Naber, *Iaerlyck Verhael*, IV, pp. 142-50; "Memorie door den Kolonnel Artichofsky bij zijn vertrek uit Brazilië in 1637 overgeleverd etc.", em *Kronick van het Historisch Genootschap Utrecht*, XXV, pp. 263-349. especialmente as pp. 330-5; RIHGB; LXXV, pte. II (1912-13), pp. 37-38.

à traição de um dos moradores do lugar, chamado Sebastião do Souto, que implicitamente inspirava confiança aos holandeses, mas punha Albuquerque a par de todos os seus movimentos, pôde o último investir contra uma posição-chave das defesas, compelindo desta maneira Picard a pedir paz. Fêz êste último alguns esforços (estrênuos, segundo disse êle próprio, porém fracos, a acreditar em Frei Manuel do Salvador), para obter a garantia de que a vida de Calabar seria poupada; mas Albuquerque apenas prometeu que o “mulato” devia “ficar à mercê del Rei”. Viu-se todavia que isso não passou de breve remissão. Um tribunal militar decidiu sumariamente que Albuquerque com os seus poderes de comandante-chefe representava a pessoa do rei, à vista do que foi Calabar condenado ao garrote, sendo arrastado e esquartejado como traidor. A sentença foi cumprida em 22 de julho, ao cair da noite, e poucas horas após os portugueses evacuavam a cidade, prosseguindo a retirada para o sul e levando consigo cêrca de 300 prisioneiros holandeses.

Quando, em 24 de julho, as fôrças combinadas de Von Schoppe e Arciszewski ocuparam novamente Pôrto Calvo, ficaram enfurecidas ao encontrar os restos mortais de Calabar empalados sôbre as fortificações. Tendo dado sepultura a êstes despojos com tôdas as honras militares, a primeira reação delas foi tirar vingança sumária sôbre os moradores. Mas disso as dissuadiu o ubíquo Fr. Manuel do Salvador, que conseguiu convencê-las de que uma política generosa conciliaria os habitantes, redundando isso no fim de contas em vantagem para os seus interêsses. Além de manter relações cordiais com Lichthart, o frade vivia também às boas com Arciszewski, por êle considerado “bom latinista, que falava o latim com desembaraço e eloquência”. Estas gentilezas foram retribuídas pelo coronel polonês, para quem Fr. Manuel “parece antes

de tudo um político inteligente e homem de educação, sendo assim bastante estimado por nós”. E isso fez com que acreditasse num punhado de mentiras que lhe impingira o frade português relativamente à existência de ricas minas de prata no interior⁵².

Socorro de España ó llega tarde ó nunca. “Socorro da Espanha chega tarde ou nunca”, diz um provérbio espanhol, que no presente caso provou mais uma vez ser verdadeiro. É de admitir-se que razões poderosas motivaram a demora havida em mobilizar a “Grande Armada para a restauração do Brasil”, que o governo de Madrid desde maio de 1630 tentava reunir no Tejo. A vitória de Nördlingen, ganha pelos espanhóis e imperialistas sobre os suecos e protestantes alemães em setembro de 1634, e o decorrente perigo de restauração da supremacia da Espanha na Europa, induziram Richelieu a fazer com que a França entrasse em guerra contra a Espanha no mês de fevereiro do ano seguinte. A partir de então tiveram os espanhóis de combater em duas frentes na Flandres, e a lutar não só contra as frotas francesas no Atlântico e no Mediterrâneo, como também contra as dos holandeses, nos sete mares. Como ficou dito, depois da volta de Oquendo, fôra Don Fradique de Toledo nomeado comandante-chefe da expedição em projeto. Era escolha acertada, tendo-se em vista o triunfo por êle alcançado em 1625, não falando na popularidade de que gozava em Portugal, por ter permitido que os navios holandeses trouxessem cereais para Lisboa durante a fome de 1631-2. Achando que nem homens nem navios lhe seriam fornecidos na medida que achava necessária — solicitara êle um corpo expedicionário de 12 000 homens — recusou-se a assumir o comando. Em consequência

(52) Fr. Manuel do Salvador, *Valeroso Lucideno*, pp. 19-25; De Laet-Naber, *Jaerlyck Verhael*, IV, pp. 161-72; Duarte de Albuquerque, *Memórias Diárias*, 25 de junho — 23 de julho de 1635; *Kron. Hist. Gen. Utrecht*, XXV, pp. 343-4.

disso caiu imediatamente das graças de Olivares, que, fôsse como fôsse, tinha inveja de suas superiores capacidades, e mandou-o para uma prisão, onde veio a morrer⁵³.

O comando dos reforços para o Brasil foi entregue finalmente a Don Luís de Rojas y Borgia, veterano das guerras da Flandres, que fôra pouco tempo antes governador do Panamá. Largou êle do Tejo em setembro de 1635, com uma armada de trinta navios, inclusive transporte, comandada por Don Lope de Hoces y Córdoba. Levavam êstes navios para Pernambuco um total de 2 500 soldados, entre espanhóis, portugueses e italianos, e ainda o nôvo governador-geral, Pedro Silva, para ficar no lugar de Diogo Luís de Oliveira, que durante dez anos ocupara aquêle cargo na Bahia. Essa armada surgiu diante de Recife em 26 de novembro, no momento mais inesperado e impróprio para os holandeses, que haviam mandado para o sul quase todos os seus homens e navios. Tivessem De Hoces e Rojas se arriscado a atacar Recife, como alguns oficiais insistentemente aconselharam, e seriam possivelmente bem sucedidos, pois os moradores das cercanias estavam prontos a se revoltar assim que os soldados ibéricos pusessem os pés em terra. Para grande alívio dos holandeses, os comandantes espanhóis resolveram não arriscar, velejando ao longo da costa e indo desembarcar os seus homens em Jaraguá, lugarejo de Alagoas. Após desembarcar com os seus homens,

(53) "Cartas de algunos PP. de la Compañia de Jesús sôbre los sucesos de la Monarquía entre los años de 1634 y 1648", em *Memorial Histórico Español*, XIII (Madrid, 1861), pp. 79-81, 105-106, 108, 110, 114-15; Antonio Rodriguez Villa, *La Corte y Monarquía de España en los años de 1636 y 1637* (Madrid, 1886), pp. 82-83, 115-124, 175; Andrade e Silva, *Collecção chronologica*, 1627, 1633, pp. 251, 258-306, 314, 361-9; *ibid.*, 1634-1640, pp. 40, 51, 63, 64; Freire de Oliveira, *Elementos*, III, pp. 469-81, 527-9, 563, 571-6, 580-2; *ibid.*, IV, pp. 2-4, 63-65, 66-70, 75-85, 107-10, 116, 135; C. Fernandez Duro, *Armada Española*, IV, pp. 128-9, 141-3.

seguiu Don Lope de Hoces para a Bahia, deixando aí o nôvo governador-geral e voltando no ano seguinte para Lisboa, com a frota transportadora de açúcar.

Don Luís de Rojas recebeu então o comando das mãos de Matias de Albuquerque, que se retirou para a Bahia, antes de ir para Portugal. Embora nem êle nem o irmão fôsem muito estimados pelos moradores, a sua partida foi sinceramente lamentada por muitos de seus compatriotas. Não era êle um grande comandante, mas se havia saído bem em circunstâncias singularmente difíceis e desanimadoras. Nada é mais desmoralizante, mesmo para tropas bem aguerridas, do que uma constante retirada, ou uma sucessão de recuos diante de inimigo mais poderoso, que enfileira vitórias umas após outras. E essa era verdadeiramente a posição de Albuquerque, desde a queda da Paraíba, em janeiro de 1635. Em tais circunstâncias, não devia ser nada fácil para êle comandar as suas fôrças, em que aos soldados ibéricos e italianos se juntavam auxiliares ameríndios e negros. De suas qualidades de soldado fala eloqüentemente o fato de ter conseguido que os seus homens enfrentassem de nôvo o inimigo após cada um dos sucessivos reveses, e de haver obtido depois da perda do *Arraial* uma vitória tão decisiva como a de Pôrto Calvo.

Contrariando a opinião do cauteloso (ou covarde) Bagnuolo, Don Luís de Rojas não perdeu tempo, tomando logo a ofensiva. No começo de janeiro de 1636 avançou contra Pôrto Calvo com uma coluna de 2 600 homens, aí incluídos os auxiliares ameríndios, deixando o general italiano em Santa Lusía, com o restante da tropa. Tendo Von Schoppe evacuado Pôrto Calvo assim que percebeu a sua aproximação, reocupou Don Luís a cidade com uma guarnição de 1 000 homens, continuando depois o avanço. Arciszewski, que ignorava a derrota de seu superior, mudou a sua posição para Peripueira e esbarrou

com o avanço dos espanhóis na noite de 17 de janeiro. A batalha travou-se no dia seguinte em Mata Redonda, sob a forma de um rápido e violento entrechoque, que terminou com a derrota e a morte de Don Luís de Rojas, seguidas da fuga precipitada de suas tropas. Arciszewski não tirou muito partido da vitória, visto como eram poucos os seus suprimentos e havia muitos feridos a acudir; por isso o resultado alcançado teve mais importância moral do que qualquer outra. “O sol voltou a brilhar, e com mais intensidade”, foi a frase do próprio polonês; mas, mesmo depois de haver juntado as suas forças às de Von Schoppe, não se julgaram os comandantes holandeses bastante fortes para atacar Pôrto Calvo, nem mesmo para conservar Barra Grande, recuando assim para Serinhaém^{53 bis}.

Durante os três meses seguintes ambos os lados permaneceram inativos, e embora Arciszewski estivesse ansioso para marchar novamente sobre Pôrto Calvo, foram os portugueses que tomaram a ofensiva, em meados de abril. Bagnuolo, que havia assumido o comando depois da morte de Rojas, não se aventurou a desafiar em campo aberto Von Schoppe e Arciszewski, preferindo intensificar as guerrilhas que se haviam mostrado tão eficientes nos anos anteriores. Colunas volantes e poderosas patrulhas comandadas por chefes veteranos nessa espécie de combate, tais como o português Francisco Rebêlo (apelidado Rebelinho por causa de sua pequena estatura), o índio Filipe Camarão e o negro Henrique Dias, assolaram o território ocupado em tôda a sua extensão, aventurando-se a distanciar-se muito para o norte, até a Paraíba. Em certas ocasiões conseguiram os holandeses pegar desprevenidos os seus inimigos, como quando Stachouwer, a 23

(53 bis) Para a expedição de Don Luís de Rojas e a batalha da Mata Redonda, cf. Fr. Manuel do Salvador, *Valeroso Lucideno*, pp. 26-34; Duarte de Albuquerque, *Memorias Diarias*, 20 de out. 1635-19 de jan. 1636; De Laet-Naber, *Iaerlyck Verhael*, IV, pp. 176-81, 207-21; *Kron. Hist. Gen. Utrecht*, XXV, pp. 274-5; Fernandez Duro, *Armada Española*, IV, pp. 129-31.

de abril, surpreendeu e derrotou Rebelinho, ou quando, a 21 de agosto, Arciszewski fez outro tanto a Camarão; mas, de modo geral, as guerrilhas eram demasiado traiçoeiras para os adversários, muito mais vagarosos em seus movimentos.

Os holandeses tinham feito nos últimos cinco anos muitos progressos na guerra de emboscada; mas estavam ainda longe de poder competir em igualdade de condições com os filhos da terra, acostumados desde a infância aos rigores do clima tropical. A taxa de morbidade era muito mais elevada no lado dos holandeses, sendo a estes necessário regime alimentar melhor e mais variado do que o dos seus espartanos oponentes. Mesmo um velho guerreiro como Arciszewski queixava-se de não poder ficar perfeitamente em forma sem uma ração diária de vinho, coisa impossível de conseguir nas matas do Brasil⁵⁴. O inimigo, pelo contrário, podia sustentar-se com um punhado de farinha de mandioca e uma pouca d'água. Serviam-se ambos os lados dos ameríndios, como escoteiros e guias; mas, de modo geral, os chefes das guerrilhas podiam contar mais com a cooperação e os informes dos moradores do que os holandeses. Outra vantagem com que contavam os guerrilheiros era a de utilizarem os negros escravos no transporte de munições e suprimentos. Podiam assim movimentar-se em distâncias maiores e com mais segurança do que os holandeses, cujo raio de ação era limitado pelo fato de só poderem os seus soldados transportar em suas mochilas ração para oito dias. Arciszewski criticava acerbamente aos conselheiros civis de Recife o porem êles à venda as centenas de negros capturados dos navios negreiros de Portugal, em suas viagens

(54) "den mage sonder wijn sijnde (sulcx tractement angement), helpte oock niet weymich daertoe", escreveu Arciszewski aos Heeren XIX, em 4 de novembro de 1635 (De Laet-Naber, *Iaerlyck Verhael*, IV, p. XLII). Cf. também a "Memorie" de Arciszewski, de março de 1637, em Kron. Hist. Gen. Utrecht, XXV, especialmente pp. 278-311, 315-17, 325-6, para tudo que se relacione com as empresas da luta no Brasil.

de Angola para o Brasil, ao invés de utilizá-los como carregadores nos destacamentos punitivos dos holandeses.

Nessa luta de guerrilhas eram os infelizes moradores as maiores vítimas. Estavam sujeitos a ser tratados como traidores por ambos os lados, caso tentassem conservar-se neutros; ao passo que, se se mantivessem fiéis a um dos lados, se exporiam às mais selvagens vinganças dos do lado oposto. No comêço, os guerrilheiros só atacavam os holandeses ocupados nas plantações de cana; mas não tardou que levassem mais longe a sua impiedosa tática, saqueando e incendiando as propriedades de quantos fôsem suspeitos de ter trato com os invasores, mesmo contra a vontade. Muitos moradores rumavam para o sul através dos matagais e metidos em seus carros de boi, para se juntarem aos compatriotas de Pôrto Calvo, onde estava Bagnuolo, ou de Alagoas. Os que se deixavam ficar sofriam cada vez mais os efeitos dessa guerra de represálias, que era conduzida (consoante escreveu Fr. Rafael de Jesus em seu *Castrioto Lusitano*) “como se cada lado aspirasse a ficar dono de um império deserto”.

O coronel Arciszewski fêz ver repetidamente aos seus superiores que os esforços dos soldados holandeses, pesadamente equipados, para encurralar e destruir os guerrilheiros adversários, não davam virtualmente nenhuma esperança de resultado. Insistia em que a única maneira de fazer cessar essas acometidas era retomar Pôrto Calvo e forçar o inimigo a afastar-se para o sul, além do rio São Francisco. Essa proposta era ostensivamente aceita pelos conselheiros de Recife, mas achavam sempre pretextos para adiar a expedição em projeto. A razão habitualmente alegada era a falta de provisões e de mantimentos; mas Arciszewski, que havia feito em julho de 1636 uma inspeção minuciosa dos armazéns em Recife, achou essa escusa improcedente. Verificou a existência em depósito de quantidades abundantes da maioria dos artigos, sendo de parecer que as poucas provisões de que

havia falta poderiam ser substituídas por outras susceptíveis de serem obtidas na região. Segundo seus cálculos havia ao todo rações para 10 000 homens e para uma frota de quarenta e sete navios; mas a maior parte dos navios e dos soldados havia sido desviada de seus deveres navais e militares para atividades meramente mercantis e comerciais⁵⁵.

Todavia, o maior inconveniente estava na divisão da chefia e na falta, em Recife, de uma cabeça coordenadora à testa do govêrno; porque Von Schoppe de governador tinha apenas o título. Um dos cinco comissários do conselho político civil acompanhava sempre as fôrças no campo de operações a fim de sustentar o princípio da direção civil. Outro supervisionava a exportação do açúcar e o aprovisionamento das tropas, prestando habitualmente maior atenção à primeira em detrimento do último. Os outros três conselheiros superentendiam a administração de diferentes regiões nas capitânicas conquistadas, havendo um dêles, Ippo Eyssens, governador da Paraíba, sido morto pelo pessoal de Rebelinho, numa guerrilha travada em 14 de outubro⁵⁶. Êsses conselheiros viviam por isso muito atarefados, e só de vez em quando podiam reunir-se em Recife, para deliberar conjuntamente. Como escreveu Arciszewski, quando se lhes apresentava alguma sugestão, "realizavam-se dez conferências e vinte trocas de cartas", nada se fazendo afinal. Desde 1631 vinha êle reclamando a nomeação de um governante supremo e investido de amplos podêres, opinião que estava sendo agora partilhada por muitos, inclusive Von Schoppe e os próprios comissários civis.

Tinham os Heeren XIX outras razões, afóra as mencionadas por Arciszewski, para estarem decididos a intro-

(55) Arciszewski "Memorie" de março de 1637, em *Kron. Hist. Gen. Utrecht*, XXV, pp. 280-4, 313-19.

(56) De Laet-Naber, *Iaerlyck Verhael*, IV, pp. 248-9; *Kron. Hist. Gen. Utrecht*, XXV, pp. 296-7, 328-338.

duzir uma modificação drástica no governo de sua colônia no Brasil, oficialmente chamada Nova Holanda. Embora a guerra corresse agora favoravelmente para os holandeses, tanto em terra como no mar, era má a situação financeira da Companhia. Entre 1623 e 1636 haviam os seus 806 navios aprisionado 547 barcos ibéricos, num valor aproximado de quase 7 milhões de florins, ao passo que o fruto do respectivo saque foi além de 30 milhões de florins. Mas o custo das frotas, tropas e suprimentos a que tiveram de atender durante o mesmo período excedeu a mais de 45 milhões de florins, sem falar nos gastos com a ocupação das costas. Excediam êstes últimos ao lucro proveniente da venda do açúcar, do pau-brasil e outros produtos coloniais, muito embora não fôsse de maneira nenhuma insignificante a renda assim obtida. O fato é que as dívidas da Companhia eram da ordem de uns 18 milhões de florins, e que os subsídios anuais devidos aos governos das províncias iam ficando cada vez mais em atraso⁵⁷.

Os diretores estavam agora convencidos de que se a sua devastada colônia fôsse consolidada e obrigada a manter-se às próprias custas, a administração de seus negócios deveria ser confiada a um governador-geral com poderes semelhantes aos da pessoa que de seu quartel-general de Batávia dirigia com tanto êxito as operações da Companhia da Índia. Não sabemos em quantas pessoas teriam pensado os Heeren XIX na presente conjuntura antes de fazer a escolha final; sabemos porém que após haverem consultado os Estados Gerais e o "stadtholder" (= governador) a escolha recaiu em Johan Maurits, conde de Nassau-Siegen.

(57) De Lact-Naber, *Iaerlyck Verhael*, IV, pp. 280-97; Netscher, *Les Hollandais au Brésil*, pp. 80-82.

III

As conquistas feitas por João Maurício

1637 — 1641¹

FÔSSEM QUAIS FÔSSEM as razões que levaram os Heeren XIX a escolher João Maurício como seu primeiro (e último, como ficou provado) governador-geral no Brasil, os fatos vieram mostrar que dificilmente se poderia ter feito melhor escolha. Verdade é que êle não possuía nenhuma experiência colonial, mas era o rebento de uma das famílias mais famosas da Europa, tendo recebido educação tão esmerada quanto podiam permitir aquêles tumultuosos tempos e a sua iniciação prematura na carreira das armas. Seu pai, chamado “Jan de Middelste”, para distingui-lo do próprio pai e do filho mais velho, que tinham o mesmo nome, foi o prolífico conde de Nassau-Siegen (1561-1623), homem fidalgo e calvinista zeloso, que tivera vinte e três filhos de suas duas mulheres. Era João Maurício o primeiro filho de Jan Middelste com sua segunda mulher, Margaretha, princesa de Holstein-Sonderburgh (1583-1638). Fôra seu avô paterno Jan de Oudste (1536-1606), irmão mais velho de Guilherme,

(1) Das várias biografias de João Maurício de Nassau-Siegen (1624-79) as duas melhores são provavelmente a primeira e a mais recente: L. Driessen, *Leben des fürsten Johan Moritz von Nassau-Siegen* (Berlim, 1849) e D. J. Bouman, *Johan Maurits van Nassau, de Braziliaan* (Utrecht, 1947). Para outras cf. J. H. Rodrigues, *Historiografia e Bibliografia*, pp. 431-4, Wätjen é também muito esclarecedor sobre o governo de João Maurício em *Das Holländische Kolonialreich in Brasilien, passim*.

o Taciturno, e chefe do ramo da família Nassau cuja sede era o pitoresco castelo de Dillenburg, onde nasceu João Maurício em 17 de junho de 1604.

O rapaz freqüentara escolas, sucessivamente em Herborn, Basileia e Genebra, mostrando evidentemente maior pendor para os estudos humanísticos do que para a seqüidão da teologia calvinista, apesar de conservar-se durante tôda a vida protestante convicto. Quando estalou a guerra dos Trinta Anos, teve de interromper os seus estudos, sendo enviado para a companhia de um tio, Willem Londewyck, *estatouder* (= lugar-tenente) da Frísia. Dois anos após, alistava-se como voluntário no exército dos Estados Gerais, combatendo em muitas das campanhas dos verões subseqüentes, e cada vez com maior destaque. Passava os invernos no ambiente culto e cosmopolita da côrte do *estatouder* Frederick Hendrik, de Haia, onde o seu apuradíssimo senso estético foi ainda mais estimulado pelo estreito convívio com artistas, poetas e homens de letras. Com a mesma facilidade falava o holandês, o francês e o alemão, podendo também manter conversação em latim.

A carreira militar oferecera-lhe oportunidades várias para distinguir-se, ao mesmo tempo que as suas sucessivas promoções foram tão proveitosas para o seu próprio mérito como cabo de guerra, quanto para a sua família, no que respeita à consideração social. Tomara parte preeminente no cêrco de Den Bosch, em 1629, e na tomada de Maastricht, em 1632, quando repeliu uma tentativa de Pappenheim para levantar o bloqueio da fortaleza. Foi obra principalmente dêle a recaptura de Schenckenshans, em abril de 1636, após longo e penoso cêrco, o que lhe valera reputação européia. Estava agora em pleno viço, possuidor de um físico privilegiado e de uma jovialidade de temperamento que o tornava popular em tôdas as classes sociais. Não sabemos se teria vacilado em aceitar o oferecimento do cargo de governador-geral do Brasil holandês;

mas é mais provável que não tenha. Sempre mãos-abertas, e já a êsse tempo patrono generoso de arquitetos e pintores, havia começado a construir em Haia uma luxuosa casa e também um jardim, que se estavam tornando grande pêso para a sua bólsa. A perspectiva de um pôsto bem pago nas colônias e mesmo de emolumentos mais atraentes tê-lo-ia feito segurar logo o oferecimento, que em qualquer hipótese foi formalmente aceito em agôsto de 1636.

As condições oferecidas pela Companhia das Índias Ocidentais apresentavam decerto muitos atrativos. O mandato seria provisoriamente de cinco anos, recebendo êle o título de governador-geral, capitão e almirante, ou seja governador e comandante-chefe das possessões da Companhia no Brasil. João Maurício era também presidente do recém-fundado "Alto e Secreto Conselho" (*Hoogen en Secreten Raad*), o qual era constituído de mais três outros membros, além dêle. Êstes outros membros eram Van Ceulen e Gijsselingh, que entre 1632 e 1633 haviam dado tão boas contas de si no Brasil, e Adriaen van Dussen, homem competente. mas de poucos escrúpulos, que fôra demitido pela Companhia da Índia. Êsses conselheiros partilhariam da suprema responsabilidade executiva com João Maurício; mas a supremacia dêste estava assegurada pelo direito de ter dois votos no Conselho, de modo que, mesmo no caso de um só dos outros conselheiros votar com êle, prevaleceriam os seus pontos de vista. Foi-lhe atribuído o salário, principesco para a época, de 1 500 florins mensais, além de uma ajuda de custo de 6 000 florins para as primeiras despesas, e verba de representação para êle e mais alguns membros de sua comitiva. A Companhia ficava também responsável pelo salário dos capelães, médicos e secretários. Afora tudo isso, continuava João Maurício no pôsto que lhe cabia no exército dos Estados Gerais, inclusive o respectivo sôldo, assistindo-lhe ainda o direito de perceber

2 por cento de todo dinheiro a ser confiscado no Brasil. O conselho político de Recife seria reforçado com novos membros da Holanda, funcionando todavia daí por diante como tribunal de justiça, com jurisdição no cível e no crime. Nos assuntos financeiros seria o governador-geral assistido por dois peritos do conselho político, os quais tinham o título de tesoureiro^{1 bis}.

No calor do entusiasmo inicial pör esse "new deal", falaram os diretores em mandar João Maurício com uma força expedicionária de 7 000 ou 8 000 homens. Ficou porém provado que esse esquema era por demais dispendioso, pelo que não tardou a ceder o lugar a pretensões mais modestas, contentando-se com doze navios e 2 700 homens. Os historiadores muitas vèzes censuram os Heeren XIX pela sua suposta somiticaria e parcimônia em relação a João Maurício, mas a verdade é que a situação financeira da Companhia não lhe permitia outra alternativa senão restringir os seus ambiciosos projetos. Vimos no último capítulo que as dívidas da Companhia iam além de 18 milhões de florins; mas isso não era tudo. A província da Holanda, só ela, devia à Companhia quase um milhão de florins pelos subsídios anuais correspondentes aos anos de 1633 a 1635, ao mesmo tempo que as demais províncias estavam ainda muito mais atrasadas nas suas respectivas quotas, algumas havendo que não tinham feito pagamento algum. Com os governos provinciais assim faltosos em suas obrigações, concluíram os diretores pela impossibilidade de equipar uma frota de trinta e dois navios, encontrando mesmo grandes dificuldades em aprontar os doze do projeto.

Cansado de esperar pelos navios todos, largou João Maurício do Texel a 25 de outubro de 1636, chegando

(1 bis) O original das instruções ministradas a João Maurício, e da nova forma de governo para o Brasil acha-se conservado nos arquivos de Haia (WICOC, n.º 48) e foi resumido por Wätjen, *Holländische Kolonialreich in Brasilien*, pp. 184-6.

a Recife com dois dêles a 23 de janeiro de 1637². Mal pusera o pé em terra e já se tomou de amôres pelo Brasil. Em sua primeira carta aos diretores, escrita em 3 de fevereiro de 1637, descrevia o país como “*un de plus beaux du monde*”, e daí por diante sua afeição pelo Nôvo Mundo tropical nunca mais conheceu desfalecimentos. Dizia em seu relatório ter encontrado em bom estado tanto a guarnição como os negócios locais, e estar decidido a remover sem detença Bagnuolo de sua base em Pôrto Calvo³. A maior dificuldade estava em arranjar provisões suficientes para as fôrças sob seu comando, compostas de 3 000 soldados brancos, 1 000 marinheiros e 1 000 aliados ameríndios. As gentes do norte da Europa, que constituíam o grosso das tropas mercenárias, necessitavam de rações mais sólidas e substanciais do que as com que se contentavam as procedentes de regiões áspers e pobres como Portugal e o sul da Itália, onde a subnutrição congênita era encarada como mal inevitável.

Vencida essa dificuldade, graças a um misto de astúcia e engenhosidade, seguiu João Maurício por terra com o grosso de suas fôrças, perlongando a costa, enquanto a artilharia e as munições foram por mar, até Barra Grande, em vinte e quatro navios, comandados pelo almirante Lichthart. Recomendaram a Bagnuolo que procurasse retardar o avanço dos holandeses, armando emboscadas no espaço cheio de mato que havia de permeio; mas êle rejeitou o conselho, preferindo oferecer batalha em campo aberto, diante de Pôrto Calvo. Quando, na manhã de 18 de fevereiro, se lançou João Maurício ao ataque, o coman-

(2) Barlaeus-Naber, *Nederlandsch Brasilië onder het bewind van Johan Maurits Grave van Nassau, 1637-1644*, (Haia, 1923), pp. 38-41, onde há uma informação completa sobre a expedição ao Brasil. Preferi sempre utilizar êsse trabalho, de preferência à edição latina original de Barlaeus, *Rerum per octennium in Brasilia etc.* (Amsterdam, 1647).

(3) Carta de João Maurício datada de 3 de fevereiro de 1637, publicada na íntegra por Netscher em *Les Hollandais au Brésil*, pp. 86-87.

dante italiano ficou inteiramente desorientado, começando a “cavalgar para baixo e para cima, sem dar própria-mente quaisquer ordens”, conforme foi asseverado por Fr. Manuel Calado (cujo testemunho é sabidamente pouco benévolo). Como é natural, não tardou que os defensores perdessem tôda coragem para resistir, debandando e fugindo para o sul na maior confusão, e perdendo na fuga cêrca de 400 homens. João Maurício não os perseguiu até muito longe, chamando os seus homens para investir contra o forte da povoação, que capitulou ao cabo de uma quinzena de assédio. Nesse combate foram poucas as perdas holandesas, mas no número delas está a de um sobrinho de João Maurício, morto a 25 de fevereiro por uma bala de canhão, quando dirigia o fogo das baterias sitiadas⁴.

Voltou então João Maurício a perseguir Bagnuolo, mas não chegou a tempo de capturar-lhe as últimas fôrças, antes que elas atravessassem o rio São Francisco. Fr. Manuel Calado, que sem dúvida não tinha nenhuma estima pelos lavradores “pançudos”, como freqüentemente os chama, conta maldosamente quantos dentre êles fugiram para o sul com Bagnuolo, levando consigo as mulatas concubinas repimpadas no silhão dos cavalos, enquanto as menosprezadas espôsas, despenteadas e de pés no chão, lutavam contra o mato e os lodaçais⁵. Depois de saquear o vilarejo de Penedo, situado a cêrca de dezoito milhas da foz, num ponto em que o rio se estreita (“tendo a largura do Maas holandês em Delfshaven”), fundou aí João Maurício um forte, a que deu o seu nome. A região situada na margem meridional foi devastada, recebendo os habitantes a ordem de se mudarem para o

(4) Barlaeus-Naber, *Nederlandsch Brazilië*, pp. 42-43. Para os pormenores da campanha de Pôrto Calvo, cf. *ibid.*, pp. 43-48; Albuquerque, *Memórias Diárias*, 21 de janeiro a 31 ou março de 1637; Calado, *Valeroso Lucideno*, pp. 35-41; Varnhagen, *História das Lutas*, pp. 165-70.

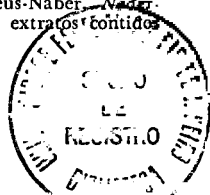
(5) Calado, *Valeroso Lucideno*, pp. 39-40.

norte do rio, com o respectivo gado. Travaram-se relações amigáveis com os tapuias do lugar, embora não se encontrasse ninguém que conhecesse a língua dêles. “Todavia, por meio da mímica, ou de desenhos, foi possível a uns e outros se comunicarem, sendo a recomendação principal não consentir que os portugueses atravessassem o rio, devendo ser mortos todos que tentassem fazê-lo. Êles entenderam as ordens terríveis que lhes dávamos, mostrando-se de acôrdo com elas.”

Tôda a capitania de Pernambuco estava agora livre do inimigo, que se retirara para Sergipe, onde João Maurício não fêz nenhuma tentativa para persegui-lo. A desistência de prosseguir a marcha, atacando a Bahia, é atribuída geralmente à falta de provisões suficientes e de homens. Não obstante, em seu relatório oficial não faz João Maurício nenhuma asserção neste sentido, declarando ter ficado plenamente satisfeito com o que já havia conseguido. Supunha êle que o rio São Francisco, com tôda a sua largura, e tendo despovoada a sua margem sul, seria uma divisa fácil de defender entre o Brasil português e o holandês^{5 bis}.

Quanto mais ia João Maurício conhecendo o país, tanto mais crescia a sua estima por êle. No relatório enviado de Penedo ao príncipe de Orange, encarecia êle a fertilidade e o futuro promissor desta parte da colônia. “Não posso imaginar que exista parte alguma de clima mais suave e temperado. De modo geral, durante a marcha, o calor sentido de dia não é mais intenso do que o frio que faz à noite, embora às vêzes se trema um pouco. Suaves planícies banhadas por águas correntes e vagarosos rios sucedem-se umas após outras, numa extensão de mais de dez milhas, vendo-se a pastar, aqui e ali, rebanhos de 500, 5 000 ou 7 000 cabeças de gado.

(5 bis) Longas citações dêste despacho em Barlaeus-Naber, *Nederlandsch Brazilië*, pp. 52-55, de onde foram traduzidos os extractos bonitados no texto.



Fiquei maravilhado com êsse espetáculo, e nêle não acreditaria se não o houvesse visto com os próprios olhos. O solo não necessita senão de habitantes e clama por colonos que povoem e cultivem estas solidões. Escrevi aos Heeren XIX pedindo que nos mandem refugiados alemães, que tenham sido tangidos de sua pátria e privados de seus bens⁶; êles virão encontrar uma excelente região para cultivar e serão acolhidos por um govêrno brando. Recomendo a mesma sugestão à consideração benévola de Vossa Excelência, visto como sem colonos estas terras não terão nenhuma utilidade para a Companhia, nem poderão ser por nós defendidas das incursões inimigas. Se êste projeto não puder ser realizado, desejaria que se abrissem as portas das cadeias de Amsterdam e que se soltassem os presos condenados a trabalhos forçados, a fim de que aqui viessem trabalhar na enxada, esquecessem o mau comportamento, expiando honrosamente as culpas passadas, e tornando-se úteis a si próprios, em vez de membros perigosos da sociedade.”

Em abril, com a chegada da estação chuvosa, voltou João Maurício para Recife, onde foi achar mais do que o suficiente com que se ocupar. Barlaeus, amigo imoderado de alusões e comparações clássicas, fêz o confronto inevitável entre Recife e as estrebarias de Augias⁷, lembrando o trabalho de Hércules que foi necessário para limpá-las; mas o seu clichê não estava muito fora da medida. Três colegas civis de João Maurício haviam dado um primeiro impulso durante a sua ausência no sul, mas foi êle que continuou e ampliou a sua boa obra. A atmosfera de Recife era a de uma cidade portuária que atraía bandos de aventureiros, de que faziam parte não só respeitáveis homens de negócio e empresários, como também pessoas de mau caráter. As tropas mercenárias da Companhia incluíam indivíduos de espírito inconstante

(6) Isto é, durante a Guerra dos Trinta Anos.

(7) Barlaeus-Naber, *Nederlandsch Brazilië*, p. 59.

e capazes de se desmandarem quando fora de suas obrigações, ao passo que os portugueses moradores da terra que se haviam submetido aos invasores não primavam pela integridade, nem pela lealdade para com qualquer dos dois lados⁸. Assegura-nos Barlaeus que dominava ali a crença de que “não existia pecado além do equador”, em antecipação assim ao aforismo de Kipling, relativo à inexistência dos dez mandamentos a leste de Suez. Talvez não devamos levar muito a sério as acusações dos pregadores calvinistas; mas os antecessores de João Maurício se haviam queixado de que o Recife parecia ser tratado pelos diretores como uma cloaca em que se deviam despejar todos os refugos da sociedade holandesa⁹. Mais ainda, embora a Companhia das Índias Ocidentais, de modo geral, pagasse melhor os seus empregados do que a das Índias Orientais, ainda assim os salários dos mais moços se mostrava de todo insuficiente. Sem ir mais longe, basta dizer que as casas em Recife custavam de 5 000 a 14 000 florins, e os aluguéis eram seis vezes mais elevados do que em Amsterdam, ao mesmo tempo que os vencimentos mensais dos empregos comuns eram apenas de cerca de sessenta florins. Por tudo isso, a corrupção e o suborno eram não somente inevitáveis, mas largamente praticados; o que todavia não é nenhuma novidade no mundo das colônias. Condições semelhantes se verificavam, *mutatis mutandis*, em Goa, Batávia, Havana e Bombaim.

(8) Salvador Correia de Sá e Benevides escreveu o seguinte a respeito dos moradores que se haviam submetido aos holandeses: “a gente de Pernambuco não he da mais escolhida deste Reyno e ainda dessa se retirou a melhor no tempo da guerra e a que ficou com os olandezes é amiga de novidades” (*Parecer* de 17 de fevereiro de 1647, em RIHGB, LXXV, pte. ii [1912-1913], p. 48). Cf. as observações de Arciszewski citadas adiante (p. 75).

(9) Conselho político para a Câmara de Zelândia, 20 de dez. de 1635, em Wätjen, *Hollandische Kolonialreich in Brasilien*, p. 250. Para minúcias referentes à população cosmopolita do Recife durante esse período, e suas reações ao meio brasileiro, vide J. A. Gonsalves de Mello, *Tempo dos Flamengos*, pp. 56-59, 64, 144-9.

João Maurício fêz muito depressa sentir sua presença, todos os informes sendo unânimes a respeito do considerável progresso por êle realizado em tempo notavelmente curto¹⁰. Restabeleceram-se e reforçaram-se a disciplina, sendo recambiados para Holanda os transgressores mais perigosos. Nomearam-se juizes regionais e oficiais de justiça para decidir sumariamente sôbre os pequenos crimes, revendo-se e aperfeiçoando-se a administração da justiça. Os portuguezes foram submetidos à lei romano-holandesa, garantindo-se-lhes porém igualdade de direitos com os súditos das Províncias Unidas, e bem assim tratamento equânime no que se refere aos impostos. Todos os moradores que prestassem juramento de fidelidade à Companhia tinham a permissão de andar armados para se protegerem contra os bandidos. Foi-lhes também permitido ocupar novamente as suas terras e reedificar em Olinda as casas desmanteladas, concessão todavia mais tarde revogada. Afirmava João Maurício que a sua maior preocupação era fazer felizes os moradores, prometendo-lhes que o seu conselho deveria dedicar dois dias da semana às petições que fôsem apresentadas por êles à justiça. Foram aumentadas as rações de todos os empregados civis e militares da Companhia, fazendo com que se observasse nisso uma distribuição mais equitativa, a despeito da impopularidade dessas medidas. Declarou-se que todos os engenhos abandonados passavam a ser propriedade da Companhia, que os venderia em leilão pelo maior lance, os pagamentos podendo ser feitos a longo prazo, em dinheiro ou açúcar. A receita proveniente destas vendas atingiu, no papel, a mais de dois milhões de florins; mas muitos compradores ficaram em falta com os seus pagamentos, a maior parte dessa soma estando

(10) Para uma descrição minuciosa (e demasiado otimista) das reformas introduzidas por João Maurício consulte-se Barlaeus-Naber *Nederlandsch Brazilië*, pp. 58-64, de onde se extraiu o resumo contido nas páginas que se seguem.

ainda por pagar quando estourou a revolta de 1645¹¹. A despeito de tudo, imprimiu-se grande impulso a êsse ramo de atividade, de modo que a indústria do açúcar em 1637-9 estava perfeitamente firmada. As fortificações foram cuidadosamente inspecionadas, demolindo-se tôdas as construções desnecessárias, ao mesmo tempo que outras eram melhoradas ou reforçadas.

De uma tolerância excepcional para a sua época e a sua geração, deu João Maurício à igreja católica, e também aos judeus, a liberdade não só de consciência como de culto, isso a despeito da oposição dos *predikants* e outros calvinistas fanáticos. É bem verdade que não consentiu que os moradores recebessem um delegado do bispo da Bahia; mas, em compensação, permitiu a entrada de alguns capuchinhos franceses na colônia, além de explicitamente dar licença à igreja católica para celebrar os seus officios e fazer as suas procissões. Essa esclarecida atitude contrasta vivamente com intolerante estreiteza de vistas dos Estados Gerais para com os habitantes católicos de Den Bosch e de Meierij, após a rendição dos últimos em 1629, o que tornou muito difícil conciliar ali os portugueses. Podemos acrescentar que os frades franceses foram mais ferinos no denunciar a ignorância e corrupção do clero e dos religiosos do lugar; mas eram de opinião, ainda assim, que isso não parecia solapar o catolicismo fervoroso dos moradores¹².

Demonstrara João Maurício tato especial para lidar com os ameríndios de quem captara a confiança, e cuja

(11) Para as quantias nominalmente pagas por cada engenho em 1637, como para o montante das dívidas ainda existentes nos últimos anos, confrontem-se os documentos publicados na *Rev. Inst. Arch. e Geogr. Pernamb.* (que abreviaremos doravante como *RIAGP*), n.º 34 (1887), pp. 197-8, e também J. A. Gonsalves de Mello em sua edição de *Adriaen van Dussen, Relatório sobre as capitanias conquistadas no Brasil pelos Holandeses* (Rio de Janeiro, 1947), pp. 157-63.

(12) Carta de Fr. Colombe de Nantes, O. F. M., Cap., 25 de agosto de 1643, em *Brasilia*, IX, p. 89.

lealdade conseguira conquistar com êxito notável. Tampouco se esquecera da classe mais baixa, mas nem por isso menos essencial, dos negros escravos, da qual em última análise dependia a prosperidade da colônia. Em atenção às representações feitas pelos agricultores, permitia que se restituíssem aos seus antigos donos os escravos fugidos, pôsto que isso acontecesse depois de haverem aquêles hipotecado a sua submissão aos holandeses; mas recusava-se lisamente a reconduzir os que houvessem desertado anteriormente para o lado dos últimos e lhes prestado ajuda nas suas campanhas.

Excelentes resultados deram tôdas essas medidas, e mais ainda as óbvias determinações para que se fizesse justiça às pessoas de tôdas as classes e condições. Barlaeus decerto exagera quando diz que João Maurício, “a despeito da mistura de várias raças, de que faziam parte neerlandeses, portugueses e brasileiros, procedeu como se se tratasse de uma nação homogênea, lançando assim sôbre firmes alicerces o florescimento da nascente comunidade”. As coisas não tinham progredido a tal ponto, mesmo quando João Maurício deixou a colônia, sete anos depois. Mas não há dúvida que êle trilhava caminhos certos, e que, se a política de mútua tolerância e de respeito pelos direitos de tôdas as raças e classes fôsse mantida depois, talvez se tivesse chegado a resultados mais duradouros.

Arciszewski, que seguiu para a Holanda em fins de março de 1637, de lá endereçou a João Maurício um extenso *aide-mémoire*, onde escreveu: “Decerto achamos que a nação portuguesa dá provas de um caráter difícil, traiçoeiro e obstinado; mas devemos também convir que ela não tem poucas razões para assim proceder”¹³. Se

(13) “Missive van den Kolonnel Artichofsky aan graaf Maurits en den hoogen raad in Brazil, Amsterdam, 24 de julho de 1637,” *Kron. Hist. Gen. Utrecht*, XXV, pp. 222-48, de onde foram extraídas as citações, do texto.

mais não tivesse realizado, podia João Maurício, pelo menos, ufanar-se de haver feito o possível para evitar tal censura, dando a vencedores e vencidos as mesmas possibilidades de viver em pé de igualdade.

Por êsse tempo, uma das maiores preocupações de João Maurício, e das principais razões da exaltação de ânimo que dominava em Recife, era a luta entre os que advogavam a liberdade do comércio e os defensores do monopólio da Companhia das Índias Ocidentais. Êsse monopólio fôra rompido em 16 de outubro de 1630, quando o tráfico com Olinda e Recife fôra provisòriamente franqueado a todos os habitantes das Províncias Unidas, e portanto a todos os habitantes do Brasil sujeitos ao govêrno holandês, com a condição porém de só se usarem no transporte os navios cargueiros da Companhia, a quem se devia pagar o frete, a taxa de comboio e outras obrigações. Aos que quisessem emigrar para o Brasil prometeu-se passagem livre, com todos os haveres, garantindo-se-lhes sob condições módicas terras boas para a cultura. Dava-se-lhes também a garantia de que não seriam molestados por motivos de religião, contanto que não dessem escândalo, nem fizessem provocações, com palavras ou atos. Concederam-se também algumas vantagens especiais aos acionistas da Companhia, tais como a redução de 5% nos fretes, em comparação com os cobrados aos demais comerciantes¹⁴.

A despeito destas tentadoras condições poucos foram os homens de negócio que se interessaram em comerciar com o Brasil durante os quatro anos que se seguiram à tomada de Olinda, pois nas cercanias de Recife a campanha selvagem de guerrilhas não dava margem ao comércio pacífico. Com a tomada da Paraíba e a limpeza

(14) *Articulum... over het hopen ende vry stellen van den handel en negotie opstadt Olinda de Pernambuco, ende custen van Brasil* (Amsterdam, 1630).

da *Várzea*, melhoraram as perspectivas. A nova declaração em que a Companhia prometia uma forma limitada de comércio livre foi promulgada em 1634, sendo acolhida da maneira mais favorável. A principal diferença entre os editos de 1630 e 1634 estava em que sob o novo arranjo cabia à Companhia o privilégio da exportação de provisões e munições para o Brasil, e bem assim o monopólio do pau-de-tinta. Esperava-se que os candidatos à emigração pagassem a alimentação e a bebida durante a viagem, embora lhes fôsem ainda concedidas passagens livres. Por outro lado, baixaram-se substancialmente os fretes para o Brasil, renovando-se a garantia de tolerância em matéria de religião¹⁵. Arciszewsky chamou a atenção para o fato de que, pouco antes da promulgação do último edito, ninguém pagava 2 000 florins pela melhor casa em Recife, ao passo que uns poucos meses depois não se podia comprar uma boa casa ali nem por dez vêzes aquela importância. A efervescência que dominava a atmosfera de Recife causou impressão não só a quantos ali aportavam pela primeira vez, como também aos antigos moradores que vinham de volta¹⁶.

Negociantes houve cujas fortunas se fizeram importando da Europa provisões e artigos manufaturados, que vendiam ou trocavam por açúcar; mas a maioria dessas fortunas foram obtidas por mercadores particulares, embora alguns empregados da Companhia também enriquecessem. Os Heeren XIX recebiam queixas por causa dos lucros auferidos pela "gente livre" (*vrijluiden*), ou seja, os livres-mercadores, como eram chamados os negociantes independentes, enquanto a Companhia estava sendo sèria-

(15) *Narder Ordre ende Reglement... over het opan ende vry stellen van den handel ende negotie op de Stadt Olinda de Pernambuco ende custen van Brasil* (Haia, 1634).

(16) *Kron. Hist. Gen. Utrecht*, XXV, pp. 236-7, Cf. também os testemunhos de Lichhart e Gijsselingh em Gonsalves de Mello, *Tempo dos Flamengos*, pp. 59, 63, 84, 93.

mente arruinada pela guerra dispendiosa movida contra os portugueses e os espanhóis. Insistiam os defensores do monopólio em que, já que a Companhia havia sofrido tanto derramamento de sangue e despendido tanto dinheiro na conquista do Nordeste do Brasil, cabia-lhe agora o direito de beneficiar-se com exclusividade dos lucros dela provenientes. Como era possível que a Companhia das Índias Ocidentais arcasse com a totalidade das despesas da guerra e da ocupação, enquanto os comerciantes livres e os contrabandistas se locupletavam com todos os lucros? Não viam razão para que se honrasse o compromisso assumido com os moradores que haviam concordado em se submeter, sob a condição de lhes ser garantida a liberdade de comerciar com as Províncias Unidas, tal como faziam antes em relação a Portugal. Isso favorecia os lavradores portugueses, papistas e traiçoeiros, em detrimento dos investidores holandeses, protestantes e leais. Quanto aos possíveis emigrantes, não podiam admitir que, como particulares, atentos só aos seus interesses, pudessem cultivar a terra como convinha, de modo a proporcionar vantagens à Companhia. Os adeptos do monopólio eram particularmente influentes na Zelândia, onde eram mais fortes os sentimentos calvinistas e, conseqüentemente, mais acirrado o sentimento anticatólico; mas, disposições semelhantes de ânimo dominavam também entre os diretores e acionistas das câmaras de Rotterdam e de Groningen¹⁷.

A defesa do tráfico livre tinha à sua frente a câmara de Amsterdam, podendo os seus argumentos ser resumidos

(17) O caso referente aos adeptos do monopólio faz parte da petição dos acionistas de Utrecht (10 de fevereiro de 1637), publicada em *Kron. Hist. Gen. Utrecht*, XXV, p. 197-9; os argumentos dos zelandeses encontram-se em J. P. Arend, *Algemeene Geschiedenis des Vaderlands*, 1581-1795, Deel III, stuk 5, p. 48. Cf. também os panfletos citados por: Knuttel, *Catalogus*, n.os 4425, 4515; J. H. Rodrigues, *Historiografia e Bibliografia*, n.os 725, 728; Aitzema, *Saken van staet en oorlogh*, 1633-1644, p. 445.

como se segue: em qualquer hipótese, a Companhia não poderia atender a tôdas as importações necessárias ao Nordeste do Brasil, nem comprar todo o açúcar destinado à exportação, visto como para isso não dispunha de capital suficiente. Se se mantivesse o sistema de tráfico livre limitado, a Companhia não tardaria a auferir maiores proventos das taxas, impostos, arrendamentos, etc. por ela cobrados do que os que podia esperar chamando a si todo o comércio, sem dispor de bastantes recursos para isso. O Brasil holandês só alcançaria prosperidade duradoura se fôsse convenientemente colonizado; e nenhum colono emigraria para uma região em que não se pudesse comerciar livremente, e se estivesse à mercê de um monopólio rígido e açambarcador. Se para uma colonização adequada se estava na dependência de holandeses e alemães, a existência da indústria do açúcar dependia da cooperação dos moradores portugueses. E isso somente seria possível honrando as condições aceitas por ocasião de sua rendição, a saber, a permissão de venderem o seu açúcar a quem lhes aprovesse, e pelos preços capazes de satisfazer ambas as partes, em vez dos que lhes fôssem impostos por um monopólio¹⁸.

Aos olhos dos seus opositores e dos Estados Gerais, as razões de Amsterdam eram enfraquecidas pelas ligações estreitas que havia entre os livres-mercadores e aquela cidade, bem como pela notória tendência que tinham os amsterdamses para comerciar com o inimigo. Essas atitudes criavam naturalmente ressentimentos entre os investidores, que haviam ficado com as suas ações e viam minguar cada vez mais qualquer esperança de receber dividendos. Os Estados Gerais tomaram o partido dos

(18) Correspondência da Câmara de Amsterdam com os acionistas de Utrecht (janeiro a março de 1637), em *Kron. Hist. Gen. Utrecht*, XXV, pp. 191-7, 200-3; Knuttel, *Catalogus*, n.º 4514; J. H. Rodrigues, *Historiografia e Bibliografia*, n.º 727.

monopolistas, baixando em 27 de dezembro uma resolução que autorizava a Companhia das Índias Ocidentais a restabelecer e fortalecer imediatamente o monopólio original. Todos os navios com destino ao Brasil, ou que transportassem cargas a êle destinadas, deveriam ser confiscados, com todo o carregamento. Essa resolução draconiana provocou naturalmente uma tempestade de protestos da parte dos navegantes e mercadores por ela atingidos, os quais queriam que se concedesse aos navios e carregamentos que houvessem deixado os portos antes de dezembro de 1636, a permissão de completar as viagens, de acôrdo com o que se havia originalmente combinado. Os Estados Gerais rejeitaram essa pretensão, mas deram à Companhia a ordem de desapropriar navios e cargas mediante justa avaliação. Verificando tardiamente que não dispunham de dinheiro para pagar soma tão considerável, nem tampouco qualquer possibilidade de arranjar com presteza, e às suas custas, as importações necessárias à colônia, viram-se os Heeren XIX forçados a pedir aos Estados Gerais que concordassem com o que pretendiam os livres-mercadores. Discordaram ainda desta vez os Estados Gerais; mas foram finalmente persuadidos pelos governos provinciais da Holanda de que deveriam consentir, com relutância embora, à solicitação feita, pois de outro modo a Companhia ver-se-ia envolvida em litígios intermináveis com as partes prejudicadas¹⁹. A luta entre monopolistas e livres-mercadores prolongou-se por todo o ano de 1637, refletindo-se nos panfletos da época. Deu margem à disputa a opinião emitida por uma comissão imparcial nomeada pelos Estados Gerais com o fim de estudar e apresentar relatório sôbre o problema, e a confusão não fêz senão aumentar à vista das infor-

(19) *Resolutien* dos Estados Gerais, de 27 de dezembro de 1636, e 3, 5, 6 e 7 de janeiro de 1637, *apud* Arend, *Algemeene Geschiedenis*, Deel III, st. 5, p. 47.

mações contraditórias recebidas do Brasil. Arciszewski, que chegou à Holanda no momento em que a discussão chegara ao auge, endereçou a João Maurício, em Recife, um relatório completo da situação, a certa altura do qual dizia: "Foram recebidas aqui, no mesmo dia, duas cartas separadas do Senhor Van der Dussen. Na carta geral, escreveu que se deve franquear o comércio a todos que cheguem de fora; mas na carta de caráter privado, endereçada à sua própria Câmara (Rotterdam), escreveu que o comércio devia ser reservado exclusivamente à Companhia. Isso não só tem despertado má vontade entre o povo, como feito com que êle se sinta também perplexo e desanimado. Alguns dos diretores e muitos acionistas, indignados com essa confusão, disseram-me com incontida revolta que a Companhia e tôdas as suas conquistas não valiam dois vinténs"²⁰.

A câmara da zona norte tomou agora o partido de Amsterdam (Hoorn nunca perdoou à Companhia das Índias Ocidentais o haver monopolizado em 1622 o comércio do sal em Punta Araya), a ponto pelo menos de recomendar o adiamento de qualquer decisão final, até que se soubesse a opinião de João Maurício. Entrementes, resolviam novamente os Estados Gerais (30 de março e 14 de abril) abolir de uma vez para sempre o sistema de livre comércio; mas os Estados da Holanda ficaram do lado de Amsterdam, sustando com uma tática protetatória a execução do que fôra reiteradamente resolvido. Arciszewski, ardente defensor do sistema de tráfico livre, não teve o ensejo de expor a sua opinião aos Estados Gerais, mas manifestou-a longamente em sua supracitada carta a João Maurício. Fêz ver ao governador-geral que a política escorchante praticada por ambos os lados no Brasil trouxe como resultado a ruína da maioria dos

(20) "Missive" de 24 de julho de 1637, em *Kron. Hist. Gen. Utrecht*, XXV, pp. 222-48, de onde foram extraídas as citações do texto.

engenhos. Embora as câmaras adeptas do monopólio houvessem calculado a produção do açúcar em 14 000 caixas, asseverava que ela na realidade não passaria de cerca de 2 000 caixas. Como a vinda de novos emigrantes para os trabalhos do campo dependia do norte da Europa (para os quais havia abundância de espaço no interior, “até às cordilheiras do Peru”), a Companhia precisava acomodar os moradores da terra e tratá-los com lealdade. “Corei de vergonha ao ler a alegação feita pelas câmaras de que não tínhamos a obrigação de usar de lealdade para com êles, pois é sabido que às vêzes não foram leais para conosco. Verdade é que muitos dêles não raro se mostraram desleais, porém não todos; alguns foram sempre leais conosco e nunca nos deram qualquer razão de queixa, visto como nunca cometeram faltas, e não raro se mostraram úteis a nós. Não é delicado perguntar agora, pela primeira vez, se os conselheiros²¹ estavam autorizados a assumir tais compromissos. Êles foram para lá enviados pela Companhia das Índias Ocidentais e tudo quanto fizeram será em seu nome. Se errarem no caso em questão, a Companhia é que sofrerá as conseqüências, visto como é ela responsável pela ida dos que se mostraram faltosos. Nunca se deve brincar com o que diz a Sagrada Escritura: “Não uses o santo nome de Deus em vão.”

As vantagens do tráfico livre, argumentava Arciszewski, evidenciavam-se não só pelo impulso experimentado pelo Recife depois do edito de 9 de janeiro de 1634, mas também, principalmente, pelo exemplo brilhante da própria União Neerlandesa. “Que podêres, que meios encontrariam os Países-Baixos dentro só de seu território, e às custas somente da fortuna pública? E como poderão êles pagar a assombrosa dívida contraída, a não ser pela

(21) Do *Politiek Raad*, ou conselho político de Recife. Cf. p. 49, anterior.

multidão dos comerciantes independentes? A que é que se deve o esplendor da cidade de Amsterdam, em confronto com tantas outras? Não é à multiplicidade de comerciantes livres, entre os quais não havia somente neerlandeses, mas homens de negócios de tódas as nações do mundo, aos quais era facultado comerciar livremente na cidade, de acôrdo com o seu bel-prazer?"²².

A isso respondiam os monopolistas que a Companhia das Índias Ocidentais devia seguir o exemplo da Companhia da Índia, mais velha do que ela, mantendo o monopólio; mas Arciszewski pôs por terra tal argumento, observando que se a Companhia da Índia permitisse o livre tráfico, este seria dez vêzes mais intenso, e acrescentando que uma boa parte de sua riqueza provinha da livre competição com outras nações no comércio entre os portos da Ásia. Mais ainda, a Companhia da Índia podia efetivamente manter o seu monopólio sôbre as especiarias porque êle estava concentrado em algumas pequenas ilhas do arquipélago das Molucas, ao passo que a Companhia das Índias Ocidentais nunca podia esperar fazer a mesma coisa com o seu açúcar. Caso esta companhia quisesse aumentar os preços do monopólio, "deveriam então os neerlandeses importar o açúcar da Espanha, das capitâneas portuguesas do Brasil, da ilha de São Tomé ou da Índia, vendendo-o depois em Hamburgo ou em Dantzig, de modo a deixarem a Companhia de olhos compridos para o seu dinheiro."

É evidente que a exposição de Arciszewski causou impressão em João Maurício, visto como muitos de seus argumentos foram utilizados no despacho enviado pelo último aos Heeren XIX em 16 de janeiro de 1638²³.

(22) *Kron. Hist. Gen. Utrecht*, XXV, p. 237. Cf. V. Barbour, *Capitalism in Amsterdam in the 17th century*, pp. 17-42.

(23) *Kron. Hist. Gen. Utrecht*, XI, pp. 62-70.

Encareciam-se aí as vantagens do tráfico livre, a necessidade de acoçoar a emigração em larga escala e a imprescindibilidade de tratar com brandura os moradores, atendo-se às promessas que lhes haviam sido feitas. Prevenia aos diretores que o restabelecimento do monopólio seria “o caminho para a ruína” da Companhia. Fazia ver que a idéia de desapropriar os estoques existentes em mãos dos mercadores livres seria absolutamente impraticável, como, o era a alternativa, sugerida à Companhia, de chamar a si o comércio por atacado e deixar aos particulares o comércio a retalho. Em maio de 1637 os moradores de Pernambuco haviam escrito a João Maurício protestando contra a proposta de restabelecimento do monopólio, que consideravam um rompimento com a palavra empenhada, e ameaçando abandonar as plantações de açúcar caso êle viesse a se tornar efetivo²⁴. João Maurício prevenia então os diretores de que os moradores não estavam de modo nenhum fanfarronando, preferiam abandonar a região “a trabalhar para os outros sujeitos a um comércio fechado, e derramar o seu suor em benefício da Companhia, sob um regime de escravidão semelhante ao dos negros que mourejavam nos seus engenhos.”

Parece que êsse despacho de João Maurício terá feito pender a balança para o lado dos defensores da liberdade do comércio. Seja como fôr, passado mais de um ano de hesitação, negociações e discussões entre as várias câmaras, os Heeren XIX e os Estados Gerais, chegou-se a um acôrdo cuja promulgação traz a data de 29 de abril de 1638 — ficando a câmara da Zelândia em franca dissidência. Disponha em essência o nôvo ajuste que a Companhia devia chamar a si a parte do comércio com

(24) Petição dos moradores datada de 8 de maio de 1637, publicada na *Kron. Hist. Gen. Utrecht*, XXV, pp. 203-5.

o Brasil referente aos negros escravos, ao pau-brasil e às munições, permitindo-se por outro lado o livre comércio mediante licença a todos os habitantes das Províncias Unidas que fôsem acionistas da Companhia das Índias Ocidentais. Aos moradores das capitanias conquistadas, embora não fôsem acionistas da Companhia, permitir-se-ia comerciar em pé de igualdade com os súditos das Províncias Unidas, desde que houvessem aplicado todo o seu capital nos engenhos. Por outro lado, proibiu-se aos diretores da Companhia e aos seus empregados (distintos que eram dos acionistas) de tomar parte direta ou indireta no comércio particular. Tôdas as importações e exportações feitas no Brasil por comerciantes privados deviam ser declaradas, inspeccionadas, pesadas e registradas em presença dos representantes da Companhia, para o pagamento dos direitos, fretes, taxas portuárias, etc. Cobrar-se-ia um impôsto de 10 por cento sôbre tôdas as importações feitas pelos comerciantes particulares da colônia, os quais deveriam igualmente pagar 20 por cento sôbre todos os produtos exportados, sem falar numa taxa adicional de meio sôldo holandês sôbre cada libra de açúcar. As taxas, o frete, os impostos de ancoragem, etc., deveriam ser pagos em dinheiro ou em açúcar, valendo neste último caso os preços vigorantes no mercado de Recife. Tomaram-se precauções cuidadosas com o fito de impedir o contrabando, ameaçando-se os contraventores com pesadas penalidades; mas, na prática, viu-se que elas sortiam muito pouco efeito. A maioria do pessoal da Companhia era fácil de subornar, verificando-se que os próprios marinheiros e mais membros da equipagem dos navios eram adeptos da defraudação dos impostos alfandegários. Apesar de tudo, o edito de 29 de abril de 1638 foi uma providência benfazeja, dando em geral considerável impulso ao comércio do Brasil com

os Países-Baixos e acabando com a incerteza que pairava quanto às últimas intenções da Companhia²⁵,

Embora a limpeza da Várzea, a venda dos engenhos abandonados e a cessação das guerrilhas houvessem, juntos, concorrido para intensificar as atividades comerciais de Recife durante os anos de 1635 a 1637, um obstáculo maior antepunha-se ainda à recuperação completa da indústria açucareira. Era a falta de número suficiente de negros escravos para o trabalho, visto que os holandeses não haviam ainda começado a fazer em grande escala o tráfico dos negros. No ano remoto de 1596, havia certo traficante trazido uma carga de cem negros para Middelburg; mas os pais da cidade insistiram em que se deveria dar incondicional e imediatamente liberdade a êsses negros²⁶. Devemos lembrar-nos que Usselincx se opunha também ao uso dos negros escravos em suas projetadas colônias sul-americanas, muito embora mais por motivos econômicos do que propriamente religiosos (v., antes, p. 5). Vimos como durante os anos da trégua floresceu extraordinariamente na costa da Guiné o tráfico praticado pelos holandeses; era porém o ouro e o marfim que constituíam o grosso das exportações holandesas na costa da Africa ocidental. Se poucos escravos foram exportados, isso somente aconteceu por não haver mercado para êles nas regiões sujeitas ao governo holandês. Este estado de coisas mudou radicalmente entre 1634 e 1636, com a conquista da Paraíba e de Pernambuco, pois a partir de então tornou-se muito grande a procura de escravos no Nordeste do Brasil.

(25) *Reglement byde West-Indische Compagnie... over het openstellen vanden handel op Brasil* (Haia, 1638). Sumário mais pormenorizado das várias provisões pode ser procurado em Wätjen, *Hollandische Kolonialreich*, pp. 296-8. Com respeito à obstinada oposição da Zelândia cf. Altzema, *Saken van staet en oorlogh*, II, pp. 527, 538-9.

(26) J. K. de Jonge, *Opkomst van het Bederlandsche gezag in Oost-Indië*, I (1862), pp. 38-39.

João Maurício alimentou a princípio a esperança de utilizar no serviço dos engenhos o braço livre do homem branco; mas muito depressa se dissuadiu de que as autoridades da metrópole lhe mandariam em fluxo contínuo emigrantes alemães, duros no trabalho. Provavelmente por essa razão acabou convencendo-se de que “não é possível realizar alguma coisa no Brasil sem escravos... os quais não podem ser dispensados sob quaisquer considerações, sejam elas quais forem: se alguém achar que isso não está certo, será por um escrúpulo fútil”²⁷.

Muito cedo se aperceberam os Heeren XIX das possibilidades de lucro abertas pelo tráfico de escravos na África ocidental mas as suas consciências de calvinistas não se sentiam em paz, motivo pelo qual apelaram para os *predikants*, a fim de que lhes dissessem se o mercado de carne humana era ou não permitido pela autoridade da Bíblia. Com referência a êste assunto os teólogos protestantes provaram ser tão inclinados às acomodações quanto os seus rivais católicos romanos, embora de ambos os lados houvesse exceções. No número das últimas estava o padre espanhol Alonso Sandoval, reitor do Colégio dos Jesuítas, em Cartagena das Índias, o qual deu à publicidade uma violenta denúncia contra o comércio de escravos, denúncia esta de que saíram duas edições antes de ser (ao que parece) suprimida²⁸. Teve assim o tráfico de escravos os seus críticos entre os protestantes, alguns de cujos clérigos o denunciaram abertamente como absolutamente ignominioso e ilícito. Mas a maioria adotou a opinião emitida pelo reverendo Godfried Ude-

(27) “Sommier Discours over den staet vande vier geconquesteerde Capitanias.” (janeiro de 1638), em *Bijdr. Med. Gen. Utrecht*, II, pp. 292-3.

(28) Com respeito à importância da publicação de Sandoval intitulada *De Instauranda Aethiopia Salute*, a qual veio a lume com títulos pouco diferentes, mas sob forma muito diversa, respectivamente em 1627 e 1647, consulte-se C. R. Boxer, *Salvador de Sá*, pp. 237-9.

mans, que achava ser êle legal em certas condições, uma das quais era a de que os escravos não deviam ser vendidos aos espanhóis e portugueses, ficando assim expostos aos perigos do papismo. Dizia ainda que os escravos deviam ser instruídos nos princípios da “verdadeira religião cristã, e só libertados após anos de leais serviços”. Chegava mesmo a proclamar que os escravos que fôsem maltratados deviam ter o direito de fugir de seus senhores cruéis, sem o risco de serem restituídos aos últimos²⁹. Os fatos fizeram caso omisso destas restrições, as quais nunca foram observadas na prática, ou deixaram muito depressa de ser operantes. Os holandeses entraram tardiamente no tráfico de escravos e só com alguma relutância; mas muito depressa descontaram essa demora. Neste setor, o procedimento que adotaram no Brasil não foi dos mais desumanos; mas o que fizeram depois em Surinam é tão horrível quanto o praticado em qualquer época por quaisquer outras nações escravistas.

Pouco após a tomada da Bahia, tentaram os holandeses se apoderar de Elmina e Luanda; mas a perda da Bahia e o malôgro destas tentativas tiraram-lhes durante uma década a coragem de renovar os seus esforços contra aquelas praças fortes. Em 1636, tornando-se aguda a necessidade de escravos no Nordeste do Brasil, os Heeren XIX escreveram ao general comandante de Moure, na Costa do Ouro, pedindo que providenciasse, tão depressa quanto possível, uma remessa regular de escravos para Pernambuco. Naquele mesmo ano, voltaram a considerar a possibilidade de atacar mais uma vez Elmina, visto que os informes que lhes chegavam da Costa do Ouro

(29) G. Udemans, *Tgeestelich Roer van't coopmans schip* (Dortrecht, 1655), pp. 313-19, em que há uma justificação calvinista apresentada na época para o tráfico de escravos, a qual foi pela primeira vez editada em 1638. Cf. também *Staathuishoudekunde*, II, pp. 321-5; K. Ratelband, *Vijf Dagregisters van het kasteel Elmina, 1645-7* (Haia, 1953), p. LXXX n.

acentuavam a debilidade da guarnição portuguesa ali postada, muito embora se tivesse ainda na conta de formidável a fortaleza do velho castelo de São Jorge. Pouco depois de sua volta a Recife, em maio de 1637, decidiu-se João Maurício a enviar uma expedição para atacar Elmina. A expedição, que tinha como comandante o coronel Coen (ou Koin) e incluía em seu efetivo muitos índios brasileiros, deu conta de sua tarefa com inesperada facilidade. Em dado momento, um ataque desferido contra a vanguarda holandesa pelos negros aliados dos portugueses ameaçou reproduzir o desastre sofrido em 1625 por Veron; mas desta vez o grosso das tropas holandesas manteve as suas posições, repelindo o ataque com pesadas perdas para os atacantes. A 28 de agosto, após alguns dias de bombardeio, capitulava a fortaleza de São Jorge, para grande surpresa dos sitiantes. Coen verificou que a fortaleza era muito sólida e bem provida, acreditando talvez que ela jamais seria tomada se a guarnição houvesse sabido cumprir o seu dever³⁰. Em 1636 foram importados de Guiné para Pernambuco cerca de 1 000 escravos, ao passo que em 1637, depois da captura de Elmina, essa cifra subiu a 1 580; mas verificou-se que êles não eram do tipo que se devia preferir, isso pelos motivos que serão expostos no próximo capítulo.

Enquanto Coen se ocupava com a tomada do castelo, que João Maurício qualificava acertadamente como “a chave da Costa do Ouro”, as fôrças holandesas não quedavam inativas no outro lado do Atlântico. O governador havia destacado previamente Lichthart para cruzar ao longo da costa portuguesa do Brasil, e criar assim obstáculos ao comércio e à navegação inimigos. No curso dessas operações o almirante holandês atacou a cidade-

(30) Barlaeus-Naber, *Nederlandsch Brazilië*, pp. 66-77; K. Ratelband, *Vijf Dagregisters van Elmina*, pp. LXVII — LXIX; J. Gonsalves de Mello, *Tempo dos Flamengos*, pp. 204-9.

zinha marítima de São Jorge de Ilhéus, no sul da Bahia, não a saqueando todavia. Por outro lado, dava Bagnuolo mostras de que se ia refazendo da desastrosa derrota sofrida em Pôrto Calvo, expedindo vários bandos de guerrilheiros para atravessar o rio São Francisco e atacar a parte de Pernambuco conhecida por Alagoas. Visando pôr têrmo às ameaças de um recrudescimento das guerrilhas, despachou João Maurício em novembro de 1637 o coronel Von Schoppe, com ordem de invadir Sergipe. Essa capitania foi então devastada pelo comandante germânico com o tradicional *furor teutonicus*, não se sabendo todavia se isso foi feito com a aprovação de João Maurício. A aproximação de Von Schoppe, abalou mais uma vez Bagnuolo em retirada precipitada, distanciando-se desta vez até a tôrre de Garcia d'Ávila, ponto importante que ficava cêrca de quarenta milhas ao norte da Bahia, e onde chegou em 29 de novembro. Cedendo às solicitações dos tapuias da região, ordenou João Maurício a ocupação da capitania do Ceará, que ficava ao norte e tinha a reputação de ser muito rica em âmbar e sal. A ocupação dessa região foi efetuada sem dificuldade em dezembro de 1637, visto que a minguada guarnição de Fortaleza não pôde oferecer mais do que uma fraca resistência aos invasores holandeses e seus selvagens aliados. Com a tomada de Sergipe e Ceará, os holandeses tinham agora sob seu domínio a metade das capitanias do Brasil. Entretanto, estas novas conquistas provaram decepcionantes do ponto de vista econômico, pois verificou-se que, a não ser o gado, elas muito pouca coisa produziam, que tivesse valor³¹.

Em fins de 1637 João Maurício adoeceu gravemente, é provável que de paludismo. Graças à sua forte constituição, sarou depressa, e após uma viagem de inspeção

(31) Barlaeus-Naber, *Nederlandsch Brazilië*, pp. 78-83. Albuquerque, *Memórias Didrias*, 5 de maio a 31 de dezembro de 1637.

que fêz a cavalo à Paraíba e ao Rio Grande do Norte, já em abril de 1638 estava pronto para novos cometimentos. Vários diretores das câmaras provincianas da Holanda e da Zelândia — não porém os Heeren XIX, como é de praxe dizer-se — haviam insistido em correspondência particular para que êle atacasse a Bahia, coisa a que finalmente se decidiu. Tornava-se agora perfeitamente claro que enquanto o Recife estivesse nas mãos dos holandeses, e a Bahia nas dos portugueses, nem uns nem outros poderiam achar-se em segurança nas duas metades do Brasil que tinham respectivamente sob seu poder. Pelas cartas que haviam tomado aos navegantes portugueses, eram os holandeses conhecedores de que em Lisboa se preparava a mobilização de uma esquadra combinada; mas sabiam igualmente que as coisas marchavam com extrema lentidão e que a maioria da população da Península duvidava de que a dita esquadra chegasse um dia a ficar pronta. “Enquanto o nosso rei sai em caçadas, os franceses e flamengos caçam longe dêles as suas cidades e territórios” era o que murmurava na Espanha e em Portugal o povo descontente, consoante os relatórios enviados a João Maurício³². Através de outras cartas interceptadas, sabiam também os holandeses que a situação na Bahia ia de mal a pior. Bagnuolo era de modo geral desprezado e pouco querido; não havia o menor laço de estima entre italianos e ibéricos, assim como entre as suas tropas e os cidadãos; também o governador da Bahia, Pedro Silva, referia-se com dureza ao seu companheiro de armas napolitano, censurando-lhe à spera-

(32) João Maurício à Câmara da Zelândia, 19 de março de 1638, em J. C. M. Warnsinck, *Van vlootvoogden en zeeslagen* (Amsterdam, 1940), p. 135. Há uma confirmação eloqüente do que aí se lê no soneto em que Quevedo se queixa da indiferença real pelo “El Brasil em poder de luteranos”, impresso em L. A. Marín (ed.), *Obras completas de Dón Francisco de Quevedo Villegas. Edición crítica. Obras en verso* (Madrid, 1932), p. 138; *Kron. Hist. Gen. Utrecht*, XXV, pp. 171-88, 663.

mente o procedimento em sua correspondência com Lisboa e Madri.

Aos observadores de ambos os lados do Atlântico afigurava-se que um ataque decidido à Bahia, coisa que se esperava a qualquer momento, tinha tôdas as probabilidades de ser bem sucedido. Lorde Aston, embaixador da Inglaterra em Madri, relatava em 17 de junho de 1637 ao seu govêrno: "Acha-se em preparação em Lisboa uma grande frota, cujo comandante será o conde de Linhares³³; tem ela por fim pôr ordem nos negócios do Brasil e levará 24 000 soldados de desembarque. Deverá o conde de Linhares estabelecer-se na Bahia, mas é voz corrente que quando êle lá chegar encontrará já os holandeses de posse da cidade." O conde estava muito ansioso por arrendar navios e armamentos para a sua expedição, mas não sortiram nenhum efeito os esforços que fêz para consegui-los³⁴. As autoridades ibéricas recusaram-se a usar o expediente de fretar navios escandinavos e hanseáticos para suprir a deficiência de sua frota, como era de hábito em tais circunstâncias. As cartas e despachos interceptados forneciam de primeira mão tantas informações, aparentemente fidedignas, sôbre a lentidão da Espanha, a procrastinação portugueza e a evidente desmoralização reinante na Bahia, que não se pode censurar João Maurício por se ter arriscado a fazer contra ela uma tentativa, a despeito mesmo de não haverem ainda chegado da Holanda os reforços substanciais por êle insistentemente solicitados e repetidas vêzes prometidos. Largou João Maurício de Recife em 8 de abril de 1638, com uma fôrça de 3 600 europeus e 10 000 ameríndios, embarcados em trinta navios. As tropas foram desembarcadas sem encontrar oposição, e não houve dificuldade em tomar os fortes situados fora da cidade; mas, como mais tarde

(33) Don Miguel de Noronha, vice-rei da Índia portugueza, 1629-35.

(34) *Clarendon State Papers* (ed. Oxford, 1767), I, pp. 763-7.

escreveria João Maurício, a praça “não era nenhum gato que se pudesse pegar sem luvas”. Como observara João Maurício, quiçá com irreverência, Bagnuolo e Pedro da Silva recalçaram as suas prevenções pessoais, “à semelhança do que haviam feito antes Herodes e Pilatos”, e prestaram-se mútuo auxílio na defesa. A guarnição era numéricamente superior aos sitiantes, que logo se aperceberam de que não lhes era possível investir contra a praça, nem tampouco impedir que ela recebesse reforços e provisões. Concluindo que não se conseguiria obrigar a cidade a render-se pela fome, e dispondo apenas de meios inadequados para um sítio, decidiu-se João Maurício a arriscar tudo num assalto desesperado. O ataque foi lançado com ânimo decidido na noite de 17 para 18 de maio, e estêve a pique de ser bem sucedido. Os defensores tinham sido prevenidos por um desertor, mas contentaram-se em ficar firmes, sem fazer qualquer esfôrço para contra-atacar, até que os holandeses afinal se retiraram exaustos, após várias horas de uma luta selvagem, corpo a corpo. Por felicidade, os portuguezes não souberam medir a extensão da vitória alcançada, assinando no dia seguinte um armistício com os holandeses, a fim de que ambos os lados pudessem enterrar os seus mortos. Um dos defensores registrou em seu diário do assédio: “Contamos os seus mortos na ocasião de entregá-los — 237 homens da mais bela aparência entre quantos já tivemos ocasião de ver; davam a impressão de verdadeiros gigantes, e eram sem dúvida a fina flor da tropa holandesa”. João Maurício efetuou uma retirada magistral, embarcando as suas tropas na noite chuvosa de 25 para 26 de maio, sem serem molestadas pelos sitiados, que só no dia seguinte descobriram que o inimigo se havia ido⁸⁵.

(35) A campanha baiana de 1638 está muito bem documentada. Do lado holandês temos utilizado principalmente os despachos do próprio João Maurício, tais como se acham resumidos em Barlaeus-Naber, *Nederlandsch Brazilië*, pp. 92-106 e traduzidos para o português nas “Cartas

Amargurado embora pelo grave revés que acabava de sofrer, e particularmente pela perda de tantos de seus melhores oficiais e soldados, não se mostrava João Maurício demasiado deprimido quando chegou de volta a Recife, em comêço de junho. Êle próprio se ofereceu para auxiliar o almirante Jol com navios, homens e provisões, para uma expedição que ia tentar a repetição da façanha praticada por Piet Heyn no mar das Antilhas, em 1628. Essa tentativa fracassou; mas, antes mesmo de sabê-lo, começara João Maurício a lamentar que ela houvesse partido com homens e provisões de que êle mal podia prescindir. No verão de 1638, a correspondência interceptada dos países ibéricos, de par com outras notícias recebidas da Europa, revelava achar-se em mobilização no Tejo uma armada poderosa, ignorando-se todavia o seu verdadeiro destino. Pensavam João Maurício e seus conselheiros que ela se destinava ao Brasil, mas os Heeren XIX escreveram-lhe dizendo que os espanhóis estavam demasiado preocupados com os ataques dos franceses a Flandres e Navarra, para pensar no envio de uma grande frota de combate à América do Sul³⁶.

O fato é que tanto os reis católicos como Olivares nunca haviam vacilado em sua determinação de arrebatar Pernambuco ao domínio dos holandeses, por mais que isso pudesse custar em sangue e em dinheiro. A dificuldade estava em que durante muito tempo não tiveram à disposição quantidade suficiente de qualquer daqueles elementos essenciais. Era em vão que o rei Filipe se queixava de que desde 1630 não houvesse Portugal entrado com a sua quota em homens, navios e dinheiro,

Nassovanas", *RIAGP*, X, pp. 35-49. Para o lado português utilizamos principalmente a *Relação Didria do cerco da Bahia de 1638 por Pedro Cadena de Vilhasanti* (ed. S. Leite, S. J., e M. Murias, Lisboa, 1941).

(36) Barlaeus-Naber, *Nederlandsch Brazilië*, pp. 111-19; o despacho de João Maurício de 18 de fevereiro de 1639, em *RIAGP*, X, pp. 49-52; J. C. M. Warnsinck, *Van vlootvoogden en zeeslagen*, pp. 136-42.

necessário à reconquista de Pernambuco, ao passo que a coroa de Castela já havia despendido, para aquêles fim, "mais de um milhão e meio". Redargüiam os portugueses que Castela os estava obrigando a derramar o seu sangue na Itália e em Flandres, para servir unicamente aos interesses da Espanha, deixando-os assim sem meios para socorrer as suas colônias na Índia e no Brasil. Aumentavam as dificuldades da Espanha em consequência do rumo que a guerra tomava em tôdas as partes, contrário às forças do *Rey Planeta*. Mas, a despeito da perda de Breda, tomada pelo príncipe de Orange em outubro de 1637, e do cerco de Fuenterrabia pelos franceses, no verão de 1638 não estavam dispostos nem o rei Filipe, nem Olivares, a desviar para o Atlântico norte a armada combinada que com tanto esforço fôra reunida nas águas do Tejo³⁷.

Com geral estupefação, Fuenterrabia foi libertada em 6 de setembro pela retumbante vitória do almirante de Castela sôbre o príncipe de Condé; mas naquele mesmo dia, antes portanto de ser conhecida a sorte de Fuenterrabia, a armada combinada recebera ordem de partir do Tejo, rumo ao Brasil. Havendo o conde de Linhares se desavindo com Olivares, foi êle afastado do comando supremo, que passou a Dom Fernão de Mascarenhas, conde da Torre, e antigo governador de Ceuta e de Tânger. As únicas credenciais dêste último parece terem sido a descendência aristocrática e o fato de que ninguém, a não ser êle, ambicionava o pôsto. A armada era constituída de quarenta e seis navios, inclusive vinte e seis grandes galeões, transportando 5 000 soldados, fora as tripulações. Alguma razão havia para que Olivares se jactasse perante o Cardeal-Infante de que, a despeito de todos os desastres sofridos pouco antes pela Espanha, as suas forças navais eram mais poderosas do que jamais haviam sido, mesmo

(37) Freire de Oliveira, *Elementos*, IV, 302-10, 323-5, 338-40, 342-3, 347-51.

no tempo da Invencível Armada. Para infelicidade dêle, êsse confronto provou mais acertado do que estava imaginando³⁸.

Enganavam-se portanto os Heeren XIX ao afirmar a João Maurício que os espanhóis viviam tão preocupados com os franceses que não poderiam despender muitas energias com o Brasil. Tão confiante, porém, não se sentia João Maurício que, em qualquer hipótese, precisava de grandes reforços para preencher os claros deixados pelos combates e pelas doenças, sem falar nos 600 homens que Jol levava consigo para as Antilhas. “Cruzamos aqui não apenas o Rubicon, porém o Oceano”, lembrava êle aos diretores certa ocasião; e de outra vez, “muito tempo temos levado em fitar diariamente os mares com olhos indagadores, mas de balde, e não sabemos o que pensar disto”. Os portugueses de Pernambuco, que esperavam a “vinda da esquadra espanhola qual nôvo Messias”, estavam convencidos de que os holandeses iam perdendo o domínio dos mares, “para grande descrédito de nossa nação”. Descobriu-se nesta ocasião entre os moradores uma conspiração com o fito de pegarem em armas assim que surgisse a armada; mas o govêrno de Recife conseguiu enganá-la no nascedouro. Tudo isso contribuía naturalmente para aumentar a ansiedade de João Maurício, e foi só com muita dificuldade que êle conseguiu preparar em novembro de 1638 uma pequena esquadra de dez navios, com destino ao sul, para cruzar ao largo da costa da Bahia.

(38) *Correspondance de la Cour d'Espagne sur les affaires des Pays-Bas au XVIIe siècle*, III, pp. 195-6; “Cartas de algunos PP. de la Compañia de Jesús sobre los sucesos de la monarquía entre los años de 1634 y 1638, em *Memorial Histórico Español*, XIII, pp. 79-81, 105-15, 200-1, 275, 350, e XIV, pp. 366-417; A. Rodríguez Villa, *La Corte y monarquía de España en los años de 1636-37* (Madrid, 1887), pp. 83, 115, 124, 175; Cánovas del Castillo, *Estudios del reinado de Filipe IV* (Madrid, 1888), I, p. 168; Fernandez Duro, *Armada Española*, IV, pp. 132-3, 190.

A armada do conde da Tôrre perdeu muito tempo no pestilento arquipélago do Cabo Verde, onde se viu desfalcada em cêrca de 3 000 homens, vitimados por doenças; mas, a 10 de janeiro de 1639, avistou João Maurício trinta e dois navios dessa frota, navegando em direção ao sul, para além de Recife, pelo que não lhe ficou a menor dúvida sôbre a gravidade do perigo que ameaçava Pernambuco. Para espreitar a armada despachou então alguns iates, seguindo êle próprio a cavalo ao longo da praia, acompanhado de tantos homens quantos pôde reunir, com o intuito de impedir o esperado desembarque. Contudo, a exemplo de De Hocês e De Rojas em 1635, o conde da Tôrre recusou-se a seguir o conselho de muitos de seus oficiais, que eram de opinião de que êle deveria desembarcar as suas tropas em algum ponto da costa pernambucana, prosseguindo assim a sua rota em direção à Bahia, onde esperava recrutar o pessoal necessário para substituir os que havia perdido nas ilhas do Cabo Verde³⁰.

Tendo acompanhado a armada até a altura de Pôrto Calvo, convenceu-se João Maurício de que não havia da parte dela a intenção de atacar imediatamente, pelo que voltou para Recife. A 20 de março, surgiu Arciszewski com o primeiro destacamento dos reforços esperados havia tanto tempo (sete navios com cêrca de 1 200 homens); mas, em breve com êle se desavieram João Maurício e seu conselho governativo. Não ficaram bem explicadas as razões pelas quais o governador-geral ficou tão desgostoso com Arciszewski, mas é certo que João Maurício promoveu deliberadamente uma discórdia com o último, mandando-o de volta para a Holanda, como se fôsse um cachorro, mal decorridos dois meses após a sua chegada. De volta

(39) Barlaeus-Naber, *Nederlandsch Brazilijë*, pp. 105-6, 120-4, 219-21; *Kron. Hist. Gen. Utrecht*, XXV, p. 295; J. C. M. Warnsinck, *Van vlootvoogden en zeeslagen*, pp. 137-43.

a Haia, em julho de 1639, procurou Arciszewski obter uma satisfação pela maneira ignóbil com que fôra demittido; mas, embora houvesse sido em parte bem sucedido, não voltou a ser empregado pela Companhia das Índias Ocidentais. Continuou na Holanda até 1646, quando entrou no serviço do rei da Polônia, como comandante-chefe da artilharia. Com a sua coragem e desempenho habituais, entrou em diversas campanhas contra os cosacos, antes de retirar-se para Dantzig, onde morreu em 1656⁴⁰. Apesar de haver João Maurício alcançado o seu objetivo, interrompendo a carreira brilhante de Arciszewski no Brasil, êsse episódio não trouxe benefício algum para êle, nem tampouco para a Companhia. Muito embora os amigos que tinha Arciszewski na Holanda não houvessem criticado públicamente João Maurício, foi provavelmente êste incidente, mais do que o insucesso na Bahia, que motivou a quebra da confiança que tinham os Heeren XIX em seu governador-geral. Por outro lado, murmurava-se na tropa que, se Arciszewski estivesse presente por ocasião do ataque à Bahia em 1638, a expedição provavelmente teria sido bem sucedida. Esta bem pode ter sido uma das razões do imerecido despeito de João Maurício contra o coronel polonês.

Em 25 de maio, contando agora com os reforços trazidos por Arciszewski, João Maurício e o Conselho despacharam para o sul o almirante Loos, com uma frota de 30 navios. Ordens foram dadas a Loos para cruzar ao largo da Bahia e procurar interceptar os suprimentos e reforços que a armada esperava receber dos Açores, do Rio de Janeiro e de Buenos Aires. Nisso êle não foi

(40) Barlaeus-Naber, *Nederlandsch Brazilïë*, pp. 126-48; a longa "Apologia" de Arciszewski, datada de 16 de agosto de 1639 e publicada na *Kron. Hist. Gen. Utrecht*, XXV, pp. 351-92. A ulterior e definitiva versão sobre o assunto é o ensaio de J. C. M. Warnsinck, intitulado "*Christoffel Articheusky*" e dado a lume em *De Laet-Warnsinck, laerlyck Verhael*, IV, pp. XXV — LXXIII.

bem sucedido, visto como todos aquêles contingentes conseguiram insinuar-se na baía de Todos os Santos, cada qual de sua vez; mas conseguiu apresar uma caravela levando a bordo numerosos despachos oficiais, afora correspondência particular. Pelas cartas assim interceptadas, ficaram os holandeses sabedores de que a situação na Bahia era a pior possível. Havia geral descontentamento com a atuação do conde da Torre, a quem chamavam abertamente de covarde, por se haver esquivado, em janeiro, a atacar Recife. As provisões de bôca eram enormemente escassas, fazendo com que os soldados, famintos e maltrapilhos, desertassem aos magotes. Os que ficaram haviam adotado o modo de vida tradicionalmente brutal e licencioso, enquanto o comandante português se mostrava impotente para manter a disciplina, ou indiferente a ela. Mulher nenhuma se achava em segurança nas ruas, algumas tendo sido violadas em suas próprias residências. Com o fito de preencher os vazios abertos nas suas fileiras pelas deserções e pelas doenças, fêz Torre a tentativa de recrutar homens entre os moradores do lugar, bem como nas capitânicas meridionais, onde Salvador Correia de Sá e Benevides, governador do Rio de Janeiro, se esforçava por conseguir pessoal e mantimentos para a expedição⁴¹.

Se as provisões escasseavam na Bahia, as coisas não iam melhor em Recife, onde João Maurício bradava que até os próprios ratos estavam morrendo de fome nos armazéns. Na correspondência trocada por êle com os diretores durante esta época, dizia o governador-geral que a falta de mantimentos chegava a ser mais aguda do que a de navios e soldados, pois seus homens não poderiam combater se lhes faltasse o sustento. "São necessárias rapidez e prontidão", escreveu êle a 10 de julho,

(41) Cf. C. R. Boxer, *Salvador de Sá*, pp. 116-20 e as fontes aí citadas.

“aqui tem applicação o provérbio — quem dá depressa dá duas vêzes. Se Vossas Senhorias nos mandarem homens, sem as provisões, será o mesmo que lhes passar a faca na garganta. Ninguém no conselho de estado espanhol seria capaz de ensinar melhor maneira de lhes ajudar o rei. . . Os nossos armazéns estão completamente vazios e VV. SS. nada nos enviam, de maneira que nada temos com que suprir os nossos fortes e manter no mar os nossos navios”. Apesar da situação critica em que estava a Bahia, êle sabia que o conde da Tôrre esperava dispor possivelmente de uma fôrça de mais cinqüenta navios e 8 000 homens, para atacar Pernambuco. “Em poucas palavras”, escrevia João Maurício, “estamos na expectativa de um golpe que não é pouco para temer, malgrado a nossa vontade de não falhar no propósito de nos comportarmos como homens”⁴². De seu lado, o conde da Tôrre procurava contrabalançar a sua irresolução inicial empreendendo uma política terrorista. No curso dos meses de julho a setembro despachou êle por terra para Pernambuco e Paraíba grandes contingentes de guerrilheiros, sob o comando de chefes experimentados, tais como André Vidal de Negreiros, D. Filipe Camarão e Henrique Dias. Tinham êsses bandos ordem de ocupar no interior de Pernambuco pontos de onde fôsse possível atacar os holandeses pela retaguarda e incitar os *moradores* à rebelião, enquanto a armada fizesse chegar tropas por via marítima. Não deveriam expor-se em ataques prematuros às guarnições holandesas, mas sim contentar-se com a devastação das plantações de cana de propriedade dos holandeses, esperando que a armada chegasse do mar para então dar início a operações de maior envergadura. Sem embargo, a guerra seria desde logo feita sem quartel. “Não se dê nenhuma trégua aos

(42) Despachos de João Maurício datados de 1639, em *RIAGP*, X, pp. 49-52; Barlaeus-Naber, *Nederlandsch Brazilië*, pp. 211-22; J. C. M. Warnsick, *Van Vlootvoogden en zeeslagen*, pp. 141-6.

índios e aos holandeses”, escreveu um dos comandantes mais antigos, Luís Barbalho Bezerra, “entregando-os todos aos tapuias antropófagos”. Todos os engenhos e plantações deveriam ser literalmente arrasados, “sem deixar pedra sobre pedra”. A única restrição admitida nessa política sem piedade inspirar-se-ia na necessidade de obter negros escravos para as plantações de cana da Bahia. “Não quero nenhum saque em dinheiro ou em bens, porém prêtos e mais prêtos”, escrevia Luís Barbalho na véspera da partida da armada. João Maurício ficou ciente do teor destas ordens por intermédio dos prisioneiros, mas a princípio não lhes quis dar crédito, supondo que Tôrre não iria voluntariamente devastar as ricas plantações de cana que devia ter a esperança de reaver para o seu soberano. Não obstante, em face dos despachos confiscados, acabaram os holandeses por se convencer de que a verdade era outra, em consequência do que a peleja se tornou mais renhida do que nunca⁴³.

Graças à chegada de fortes contingentes e suprimentos dos Açores, Rio de Janeiro e Buenos Aires, conseguiu o conde da Tôrre, durante os dez meses de permanência na Bahia, dobrar virtualmente a sua esquadra. Quando, finalmente, em 19-20 de novembro de 1639, se fêz ao mar, suas fôrças eram constituídas de dezoito galeões espanhóis e doze portugueses, afora trinta e quatro navios mercantes armados e adaptados ao transporte de tropas, e vinte e três navios menores, como iates, caravelas e galeotas. Corria o rumor de que a armada trazia a bordo

(43) Muitos dos documentos originais do conde da Tôrre (relativos à armada e à sua estada na Bahia) acham-se agora na biblioteca do Ministério das Relações Exteriores, palácio do Itamarati, Rio de Janeiro, onde tive o ensejo de consultá-los, graças à amabilidade de H. E. Joaquim de Sousa Leão, filho. Cf. também as ordens publicadas no *RIAGP*, n.º 34 (1887), pp. 33-40, de acordo com os originais existentes no Rijksarchief de Haia, e os despachos de João Maurício correspondentes a 1639-40, publicados em português nas “Cartas Nassovianas”, *RIAGP*, X, pp. 49-52, e XII, pp. 533 c ss.

uma tropa de 11 a 12 000 homens; mas estas cifras eram evidentemente espalhadas com o intuito de amedrontar os holandeses, visto como, na realidade, o número não excedia à metade dos acima referidos. Seja como fôr, essa armada era, com os seus oitenta e sete navios, a mais poderosa de quantas haviam sulcado antes os mares do Brasil, pelo que, a despeito da sabida incompetência de seu comandante-chefe, a vitória dela era tida na Bahia como certa⁴⁴.

É de admitir-se que o conde da Tôrre não foi inteiramente responsável pelo fiasco que se seguiu, uma vez que, como disse um panfletário da época, “parecia haver Deus ficado desde o comêço contra a esquadra espanhola e ao nosso lado”. Para principiar, intempestivo vento, soprando do norte, tornara muito vagarosa e desordenada a viagem para Pernambuco. Logo depois, nos primeiros dias de janeiro de 1640, o vento virava subitamente para o sul, forçando a esquadra, arrastada para o norte por uma forte correnteza, a passar além de Recife, e alcançar a Paraíba. Aqui agrupou o conde da Tôrre os seus navios, retrocedendo em marcha lenta rumo a Recife, tendo ainda contra si o vento e as correntes. Enquanto isso, o almirante Loos, que, uma semana antes da partida da armada, havia sido forçado a levantar o bloqueio da Bahia e voltar a Recife em busca de provisões, era informado por navios-patrolhas dos movimentos da armada, achando-se preparado para oferecer combate à primeira oportunidade. A esquadra holandesa englobava uns quarenta ou quarenta e um navios, transportando 2 800 homens, aí incluídos 1 200 soldados que João Maurício arrebanhara de suas fracas guarnições, na certeza de que no mar é que se decidiria a sorte da colônia.

(44) Barlaeus-Naber, *Nederlandsch Brazilië*, pp. 222, 229-30; J. C. M. Warnsinck, *Van vlootvoogden en zeeslagen*, pp. 144-6; e a correspondência do conde da Tôrre citada na última nota.

A 12 de janeiro de 1640 defrontaram-se as duas esquadras ao largo de Itamaracá, travando-se em seguida uma série de batalhas, durante as quais, no curso de cinco dias, continuaram as naus beligerantes a velejar vagarosamente em direção ao norte. Muita pólvora foi queimada de ambos os lados, mas as perdas não foram muito pesadas, embora Loos houvesse sido morto logo no primeiro dia. A armada perdeu um grande navio e nove ou dez navios pequenos, ao passo que os holandeses tiveram um navio pôsto a pique e outro encalhado. Diversos capitães holandeses, ao voltarem para Recife, foram submetidos ao tribunal militar, por covardia, um dêles sendo executado públicamente, enquanto outros foram ignominiosamente destituídos de suas funções, ou sujeitos a pesadas multas, de modo que a nenhum dos dois lados foi dado proclamar uma vitória gloriosa.

A despeito de tudo, do ponto de vista estratégico, as vantagens penderam tôdas para o lado dos holandeses. Quando as duas esquadras partiram do Rio Grande, o conde da Tôrre havia abandonado qualquer pensamento de atacar Recife, e até mesmo de reconduzir a sua esquadra até a Bahia. A esquadra viu-se arrastada, em confusão, para as vizinhanças dos arrecifes do cabo de São Roque, onde encalharam dois galeões e um navio mercante. À vista dos ventos dominantes e da maré, não havia nenhuma esperança de que os ronceiros galeões e transportes fôsem capazes de ultrapassar o cabo de São Roque, crescendo a circunstância de estarem já quase completamente esgotadas as provisões de alimentos e de água potável. Diante desta crítica situação, alvitrou Barbalho encalhar os navios em que ia o grosso das forças expedicionárias e fazê-las marchar daí por terra até a Bahia, atravessando como melhor pudesse o território ocupado pelos holandeses. Aceitando êste alvitre, embarcou o conde da Tôrre num dos navios pequenos,

seguinto de volta para a Bahia em companhia de alguns oficiais superiores, e entregando à sua própria sorte o resto da armada. Alguns dos navios singraram até o Maranhão, outros foram ter aos Açôres, outros ainda prosseguiram a sua rota até as Antilhas, onde alcançaram vários portos e ilhas espanholas. Os que dentre êles se aventuraram a voltar para Lisboa ou Cadiz chegaram nas condições mais lamentáveis, depois de perderem muitos de seus homens, vitimados pela fome, pela sede ou pelas doenças⁴⁵.

Luís Barbalho desembarcou nas proximidades do cabo de São Roque, com cerca de 1 200 a 1 300 homens. Em sua marcha para o sul, foi êle se encontrando sucessivamente com as forças mandadas previamente da Bahia, por terra, sob o comando de André Vidal, João Barbalho, Camarão e outros, com o fim de devastar o território holandês. A marcha dessa coluna desde o Rio Grande do Norte até a Bahia, fazendo um percurso de cerca de 1 200 milhas, através de uma região dominada pelas guarnições holandesas, tem sido comparada muitas vezes à célebre retirada dos 10 000 gregos comandados por Xenofonte, entre o Tigre e o Bósforo. Logo depois de haver começado a sua marcha épica, Luís Barbalho endereçou a João Maurício uma carta "muito humilde e cortês", pedindo ao governador holandês que poupasse os doentes e os feridos que, incapazes de marchar, por força se

(45) Para as operações navais de janeiro de 1640 e subsequente dispersão da armada, cf. os longos despachos de João Maurício, datados de 26 de fevereiro e 2 de março de 1640 e publicados em *Copije ofte cort ende waerachtigeverhael*, & c. (Amsterdam, 1640); *Kron. Hist. Gen. Utrecht*, XXV, pp. 515-29; *RIHGB*, LVIII, pp. 2-56. Cf. também Barlaeus-Naber, *Nederlandsch Brazilië*, pp. 222-8, onde, ao que parece, se acha impresso o despacho de 26 de fevereiro, atribuído, embora erroneamente, a P. van der Maersche, nome evidentemente apenas de algum copista, ou mensageiro. Entre os relatos ulteriores da campanha, o melhor é, de muito, o de J. C. M. Warnsinck, *Van vlootvoogden en zeeslagen*, pp. 147-59. Para a informação bibliográfica, veja-se J. H. Rodrigues, *Historiografia e Bibliografia*, n.os 472-83.

tivesse de abandonar ao longo do caminho. Respondeu João Maurício “enviando-lhe a cópia autêntica de uma carta que êle, Luís Barbalho, havia escrito, juntamente com as cópias das instruções assinadas pelo conde da Tôrre e endereçadas a Camarão e João Lopes Barbalho, instruções em que se ordenava não dar guarida a ninguém, e matar todos os prisioneiros, ou entregá-los aos tapuias, para serem massacrados; acrescentava Sua Exce-lência que a carta do próprio Luís Barbalho indicava a espécie de clemência que êle podia esperar”.

Antes mesmo da apreensão dessa incriminada correspondência portuguesa, numa escaramuça travada em 3 de fevereiro, haviam João Maurício e o seu conselho decidido recusar qualquer complacência com o inimigo, pelos motivos expostos no despacho por êle dirigido aos diretores, em 2 de maio de 1640. Depois de haver relatado a derrota infligida à armada do conde da Tôrre e o aprisionamento do vice-rei português, Antônio da Cunha Andrade, que ia juntamente com 200 homens no *Chagas*, navio inglês alugado, observavam êles: “Êstes prisioneiros representam para nós grande empecilho. É uma lástima que os nossos homens tenham de poupar a todos quantos foram pegados como ratos, tanto mais quanto não vemos como poderemos alimentá-los. Não decidimos ainda sôbre o que se deve fazer com êstes prisioneiros e tampouco sabemos se estamos obrigados a respeitar o quartel que lhes temos dado, visto como, através de rumôres que as cartas apreendidas à armada espanhola vieram depois confirmar, sabemos que tinham ordem de não dar quartel a ninguém, sem exceção absolutamente nenhuma”⁴⁶.

(46) Com respeito à campanha de guerrilhas nos anos de 1639-40, e à marcha de Barbalho através do território holandês, vejam-se os despachos de João Maurício, datados de 2 de março e 7 de maio de 1640 e publicados na *RIHGB*, LVIII, pp. 19, 26-28, 54-58; Barlaeus-Naber, *Nederlandsch Brazilië*, pp. 238-49; Varnhagen, *História Geral* (ed. 1948), II, pp. 352-7, 388-90.

O ter podido Barbalho alcançar o rio São Francisco com o grosso de suas tropas deve-se antes de tudo, como escreveu João Maurício, à cooperação que lhe prestaram os *moradores* do território holandês. “Os portugueses desleais a êste Estado foram a sua principal salvação. Se êles não tivessem auxiliado as tropas inimigas e ludibriado os nossos homens, o adversário não teria vencido distância tão grande. As razões principais de haverem escapado de nossas mãos foram os caminhos longínquos e ermos que seguiram, através do matagal, e a incrível rapidez com que marcharam, abandonando sem olhar sequer para trás os que tombavam à beira do caminho. Contudo, não escaparam incólumes, visto como perderam algumas centenas de homens (inclusive nove capitães, vários tenentes e um alferes), entre os que não puderam suportar os sacrifícios da marcha, ou se deixaram ficar a meio caminho, em procura do que comer, mas foram surpreendidos e mortos pelos nossos”.

De seu lado, perderam os holandeses mais de 150 homens nessa renhida campanha; mas ficaram muito satisfeitos com a lealdade demonstrada pelos seus aliados ameríndios, que “sabiam muito bem que o inimigo não lhes daria quartel, nem a êles nem a nós.” No que toca aos portugueses, houve um momento em que ficaram desapontados com a atitude do seu inestimável Camarão, que parecia disposto a deixar a luta e retirar-se para o sertão, com os seus índios potiguaras. Durou porém pouco essa disposição de ânimo, tendo fracassado em 1640 todos os esforços feitos com o intuito de abrir uma brecha entre aquêlê chefe e os portugueses, tal como havia sucedido dois anos antes⁴⁷. Durante a marcha, os homens de Barbalho incendiaram muitas plantações de

(47) Com referência às frustradas negociações havidas entre Camarão e os holandeses, cf. Barlaeus-Naber, *Nederlandsch Brazilië*, pp. 119-20, e J. A. Gonsalves de Mello, *D. Antônio Filipe Camarão* (Recife, 1954) pp. 33-36.

cana-de-açúcar, mas João Maurício e seus conselheiros afirmaram que os prejuízos disso decorrentes não eram tão grandes quanto se havia espalhado na Holanda. Mais ou menos pela mesma época, vários frades foram pegados naquilo que os holandeses naturalmente consideraram uma correspondência comprometedora com a Bahia. Resultou daí serem mandados para Itamaracá sessenta carmelitas, beneditinos e franciscanos, de onde foram em seguida deportados para a Europa, via Antilhas⁴⁸.

Em março de 1640 chegavam a Recife os almirantes Jol e Lichthart com o grosso dos reforços esperados da Holanda havia tanto tempo, os quais eram constituídos de 2 500 homens, transportados em vinte e oito navios. Eram êles portadores de despachos em que os diretores advogaram um nôvo ataque à Bahia; mas João Maurício sentiu que não se deveria lançar à emprêsa com menos de 6 000 homens. Em vez de um ataque direto à cidade do Salvador, decidiram João Maurício e seus colegas enviar Lichthart com uma expedição destinada a devastar as plantações de cana do Recôncavo, em represália pelos danos infligidos por Vidal, Barbalho e Camarão às lavouras do território ocupado pelos holandeses. Lichthart destruiu nos arredores da Bahia vinte e sete engenhos, e poderia ter arriscado um ataque à própria cidade, não fôsse a chegada de Luís Barbalho e de seus veteranos, ao cabo da longa marcha. Os holandeses investiram ainda contra outros pontos do litoral, mas em parte alguma foram igualmente bem sucedidos. Uma coluna comandada pelo major Van den Brande, que ousara internar-se até o rio Real, teve a sua marcha cortada e prêso o seu comandante. Foi também repellido um ataque do coronel Coen ao Espírito Santo, ao passo que em julho Jol e

(48) Barlaeus-Naber, *Nederlandsch Brazilië*, pp. 248-9. Fr. Manuel Calado (*Valeroso Lucideno*, pp. 45-46, 51-52) dá-nos uma versão de algum modo bastante colorida da deportação desses frades, os quais não foram tão escorraçados quanto geralmente se diz.

Lichthart seguiram para as Antilhas com o grosso da esquadra, fazendo nova e inútil tentativa de repetir a façanha de Piet Heyn, quando aprisionou a frota da prata.

Os reforços recebidos pelos holandeses em março de 1640 foram em grande parte contrabalançados em junho pela chegada de Jorge de Mascarenhas à Bahia, com uma frota que foi avaliada (provavelmente com exagero) pelos prisioneiros em dezoito navios, transportando 2 500 homens. Dera-se a Dom Jorge o título de marquês de Montalvão, e a dignidade de vice-rei (o primeiro que teve o Brasil), para que estivesse assim acima do conde da Tôrre, que caíra das graças. É de presumir-se que essa dupla promoção tenha sido conferida com a idéia de tornar o governador-geral do Brasil português mais capaz de competir com João Maurício, numa época em que se levava tanto em conta a categoria social.

A guerra de represálias que lavrava agora no Brasil, ameaçando de estagnação tôda a economia do país, fêz com que ambos os lados se convencessem de que destruindo cada qual as plantações de cana-de-açúcar do outro, expunham as suas próprias lavouras à mesma ruína. Como em 1633-6, as principais vítimas dessa situação eram os *moradores* do território ocupado pelos holandeses. As ordens originariamente baixadas pelo conde da Tôrre visavam unicamente à destruição dos engenhos de propriedade dos holandeses, ou dos que estivessem em mãos dos que colaboravam com o invasor. Não obstante, na prática, os donos dos canaviais pernambucanos ficaram sujeitos a ser tratados como traidores, ou colaboracionistas, pelos soldados tanto de um lado como do outro, além de serem molestados pelos bandos de desertores armados, negros foragidos e outras castas de bandidos que vagavam pela região. Além disso, a política, oficialmente seguida por ambos os lados, de não

dar quartel ao adversário era algo repugnante tanto para João Maurício quanto para Montalvão, ambos pessoas imbuídas de espírito de humanidade, muito embora, pelo menos o primeiro, pudesse mostrar-se impiedoso em certas ocasiões.

Em outubro de 1640, o vigário-geral, e com êle o clero regular da igreja católica romana que havia permanecido após a expulsão dos frades, submeteram a João Maurício e seus conselheiros uma petição em que se lhes rogava fôsem rescindidas as ordens de recusar quartel (24 de fevereiro) ao inimigo e destruir-lhe todos os engenhos. Alguns escritores portugueses da época eram de opinião de que essa iniciativa havia partido do próprio João Maurício, mas, pelo contrário, o cronista holandês Barlaeus atribuía a Montalvão a paternidade da idéia. Os fatos que se seguiram parecem indicar que a verdade está com a primeira versão; mas, seja como fôr, a petição foi acolhida favoravelmente por João Maurício. Fê-la êste chegar às mãos de Montalvão, na Bahia, como bandeira de paz, acompanhando-a de uma carta em que dizia estar disposto a adotar métodos mais civilizados de guerrear, dado que o vice-rei lhe garantisse reciprocidade. Alegava êle que os holandeses só com muita relutância haviam inaugurado a política de terror, e como inevitável resposta às ordens desapiedadas promulgadas em 1639 pelo conde da Torre e por Luís Barbalho. Ponderava que os holandeses não haviam incendiado os engenhos do Recôncavo, quando sitiaram a Bahia em 1638, e que se isso fizeram dois anos mais tarde foi apenas em represália pelas devastações praticadas no território holandês por Vidal, Barbalho e Camarão⁴⁹.

A isso respondeu Montalvão, por intermédio do bispo da Bahia (a quem mostrava a sua correspondência com

(49) Com respeito às negociações entre João Maurício e Montalvão em 1640, veja-se a correspondência publicada pela *RIAGP*, n.º 35 (1888), pp. 53-77; e também Barlaeus-Naber, *Nederlandsch Brazilië*, pp. 261-3.

João Maurício), que por ocasião do assédio de 1638 os holandeses massacraram a sangue frio muitos civis inocentes, sem distinção de sexo. Acrescentava que se os holandeses não incendiaram os engenhos naquela ocasião, isso se devia unicamente a terem eles se visto forçados a levantar o cerco com tal pressa, e tão às escondidas, que não lhes sobrou tempo para fazê-lo. Lembrava também que nos últimos meses os portugueses haviam muitas vezes dado quartel aos holandeses, como o provava o número de prisioneiros holandeses que estavam em seu poder, declarando que receberia de bom grado na Bahia os emissários com quem pudesse discutir mais largamente o assunto. Em sua resposta às ponderações de Montalvão, admitia João Maurício que se tinham verificado alguns excessos durante o cerco da Bahia; mas declarava que eles haviam sido praticados sem seu consentimento pelos auxiliares ameríndios, ou por soldados indisciplinados, ao passo que as ordens escritas de não dar quartel aos holandeses baixadas pelo conde da Torre e por Barbalho não podiam ser mais categóricas e oficiais. Não obstante, tomada em seu todo, a resposta de Montalvão era suficientemente satisfatória, pelo que João Maurício e seus conselheiros se decidiram a enviar uma Comissão à Bahia, com o fim de negociar um acôrdo.

Para essa Comissão foram escolhidos Codde van der Burgh, membro do conselho governativo, o coronel Coen e dois conselheiros políticos. Pelas instruções recebidas estavam eles autorizados a concordar em que no futuro normalmente se daria quartel, sem qualquer exceção ou reserva, a “tôdas as mulheres, às crianças, ao clero e às pessoas idosas incapazes de pegar em armas, como também aos lavradores de cana (senhores de engenho), aos negociantes e a todos os habitantes e filhos da terra, sem distinção de raça, côr ou outra qualquer qualidade, inclusive os índios, os mulatos e os negros”. Dar-se-ia

também quartel aos marinheiros e soldados que o implorassem, podendo êsses prisioneiros militares e navais ser escolhidos para fins de troca ou resgate, de conformidade com a sua graduação e categoria. Cessaria a destruição implacável das lavouras de cana, das igrejas e dos conventos; poupar-se-iam também, dos dois lados, as igrejas, conventos e casas particulares, a partir da data em que se assinasse o acôrdo em projeto.

Sem embargo, essas disposições liberais e humanas só seriam garantidas sob uma condição essencial, cuja importância era tornada bem clara no seguinte capítulo das instruções ministradas aos membros da Comissão. “Antes de mais nada deverão êles negociar a suspensão da queima dos engenhos e canaviais, visto como é êsse o único fito que temos em vista ao propor êste tratado; isso pôsto, os artigos atinentes à garantia de quartel aos combatentes *et coetera* poderão ser discutidos e decididos como melhor parecer ao consenso dos delegados. Para nós seria muito mais vantajoso conseguir pôr têrmo ao incendiariismo sem a obrigação de dar quartel, a menos que fôsse solicitado, pois isto só por si é de pouca utilidade para a Companhia, sendo de conveniência apenas porque por êsse meio poderemos obter mais fâcilmente o fim da política do incêndio”. Assim, as instruções ministradas à Comissão determinavam que em caso algum se assinasse qualquer artigo relativo à garantia de quartel antes de ter ficado assegurada prèviamente a salvaguarda das plantações de cana, ou, em último caso, que ambas as coisas fôsem acertadas conjuntamente. Com tôda franqueza, estatuíam o governador-geral e o conselho que o seu pensamento era, antes de tudo, salvar a próxima safra de cana, e não o poupar vidas humanas⁵⁰.

(50) As instruções dadas aos membros da Comissão holandesa foram publicadas (em tradução portuguesa) na *RIAGP*, n.º 35 (1888), pp. 70-77. Cf., em particular, a p. 75.

Na véspera da partida da Comissão holandesa para a Bahia com a bandeira de paz, chegava a Recife uma caravela trazendo um despacho de Montalvão datado de 2 de março e cheio de notícias alvoroçantes. Comunicava o vice-rei que a 1.º de dezembro estalara em Lisboa uma revolução, tendo sido o duque de Bragança proclamado rei de Portugal, com o título de D. João IV, e que todo o país havia seguido sem hesitação o exemplo da capital. Quando essas notícias chegaram à Bahia, em 15 de fevereiro de 1641, o marquês de Montalvão obrigou os regimentos espanhóis e napolitanos da guarnição a se desarmarem, sendo proclamado então o rei D. João IV, com o apoio entusiástico do clero, do povo e das tropas portuguesas. Pode acrescentar-se que quase tôdas as possessões portuguesas dos três continentes aderiram subseqüentemente sem qualquer hesitação, ou senão muito pouca, à nova dinastia. Só na ilha Terceira a guarnição resistiu por algum tempo, tendo sido Ceuta a única das possessões portuguesas que permaneceu leal à Espanha.

Não há dúvida de que foi com verdadeiro entusiasmo que a grande maioria dos portugueses, não só do Brasil, como de qualquer outra parte, recebeu com alegria a notícia da queda do regime espanhol na mãe-pátria. Dois anos antes, havia o Dr. Lourenço de Mendonça, administrador do bispado do Rio de Janeiro, prevenido o govêrno de Madri de que grande parte da população era francamente hostil à união com a Espanha. Responsabilizava êle por êsse sentimento os numerosos imigrantes oriundos dos Açores, os quais tinham sempre presente a lembrança de como os seus antepassados haviam resistido em 1580 a Dom Antônio, e nunca se esqueceram da maneira sangrenta com que os subjugara o marquês de Santa Cruz. Não havia nenhuma razão para supor-se que êle estava exagerando. O comandante da guarnição espanhola da ilha Terceira havia, em 1623-4, escrito ao seu rei que a

incoercível aversão da população local era mais para temer do que a agressão declarada dos holandeses. Referia o fato de terem as notícias da tomada da Bahia em 1624 sido recebidas com mal disfarçada satisfação pelos ilhéus. Supunham eles que os holandeses estavam trabalhando em favor do neto de Dom Antônio que, reivindicando a coroa de Portugal, deveria ser prontamente reconhecido por todo o Brasil⁵¹.

O sentimento antiespanhol não se limitava por certo aos açorianos e seus descendentes brasileiros, mas dominava em tôdas as camadas da sociedade portuguesa, e particularmente entre “a classe popular, eterna inimiga de Castela”. E êsse sentimento não deixava de ser retribuído. Tanto a correspondência particular, como a oficial, raramente escondiam a antipatia dos castelhanos pelos portugueses, muito embora as freqüentes referências amáveis feitas aos lusitanos durante o período áureo da literatura espanhola possa dar uma impressão completamente diversa (e de todo enganadora⁵²). Em primeiro lugar, na mente dos espanhóis da época, eram os portugueses associados estreitamente aos judeus, sendo exemplo disso o grosseiro provérbio: “o português nasceu da ventosidade de um judeu”⁵³. Em tôda Espanha e suas colônias americanas as expressões “judeu” e “português” eram virtualmente sinônimas, havendo o supramencionado Dr. Lourenço de Mendonça endereçado em 1630 extenso me-

(51) Memoriais impressos do Dr. Lourenço de Mendonça ao Consejo de Estado de Madrid (1638-9), no British Museum (Pressmark 1324, I, 9 (14) — (15); 8042, c. 31; 4745, f. 11 (12); 1324, I, 2 (24); Cartas de D. Pedro Estêvão de Avila, da ilha Terceira (1622-5), citadas por F. Mendes da Luz, no *Boletim do Instituto Histórico da ilha de Terceira*, VI (Angra do Heroísmo, 1948).

(52) Herrero Garcia, *Ideas de los Españoles del siglo XVII* (Madrid, 1928), pp. 125-68; A. Zamora Vicente “Portugal en el teatro de Tirso de Molina”, em *Biblos*, XXIV (Coimbra, 1948).

(53) J. Howell, *Epistolae Hoeliane, Familiar Letters, Domestic an Foreign* (London, 1645); VI, pp. 25-26.

morial à coroa. protestando com indignação contra êsse difundido hábito⁵⁴.

Embora houvesse exagêro na alegação de que os judeus portugueses (“cristãos-novos” ou “marranos”) monopolizavam o comércio espanhol da América “desde o mais vil negro africano até à pérola mais preciosa”, era fato incontestado que os negociantes portugueses (fôsem eles judeus ou de qualquer outra origem) eram extremamente ativos em todos os vice-reinos, do México ao Peru. Essas atividades, contra as quais protestaram repetidamente a cidade do México, Lima e Buenos Aires, constituíam um desafio ao disposto pelas Côrtes de Tomar em 1581, que haviam legalizado a tomada da coroa portuguesa por Filipe II (de Espanha), sob a condição de continuarem os impérios coloniais entidades administrativamente independentes, e de não se dar aos vassalos de uma coroa a permissão para vigiar ou fixar residência nos domínios ultramarinos da outra. O ressentimento causado aos espanhóis pela penetração dos portugueses em suas colônias atlânticas não era diminuído pelo conhecimento de que os últimos se mostravam muito mais bem sucedidos e enérgicos no propósito de manter o seu próprio império colonial livre de qualquer penetração importante pelos espanhóis. O orgulho nacional, o sentimento anti-semítico e a teoria monopolística de império, tudo isso contribuía para exacerbar a aversão mútua entre espanhóis e portugueses, até que a explosão de dezembro de 1640 veio desfazer para todo o sempre a sociedade mantida pelas nações ibéricas na partilha do mundo.

Mais complicadas foram em 1641 as relações e reações entre os portugueses e os holandeses. As primeiras notícias

(54) Lourenço de Mendonça, *Suplicacion a su Magestad Catolica del Rey, ante sus Reales consejos de Portugal y de las Indias, en defensa de los Portugueses* (Madrid, 1630), especialmente pp. 25-26, 35, 42-43, 51-53.

sôbre a subida do rei D. João IV ao trono de Portugal foram recebidas nas Províncias Unidas com surpreendente satisfação de tôdas as classes sociais, porquanto era óbvio que a Espanha, sua eterna inimiga, devia ficar muito enfraquecida com êsse golpe. As ações da Companhia das Índias Ocidentais subiram de 105 a 128, e em fevereiro de 1641 publicavam os Estados Gerais proclamações proibindo aos seus súditos fazer guerra aos portugueses na Europa, e apresarem os navios. No Brasil holandês a nova não foi recebida com menor entusiasmo, um dos conselheiros de Recife havendo escrito que ela valia mais do que a da captura de uma frota de prata. Não durou todavia muito tempo essa lua de mel⁵⁵.

Em abril de 1641, chegava a Haia Tristão de Mendonça Furtado como emissário de Portugal, levando instruções para firmar uma trégua de dez anos, enquanto seria negociado um tratado de paz e aliança, e bem assim para solicitar a restituição do Brasil holandês, mediante o pagamento de uma soma razoável pela coroa de Portugal, a título de compensação. Depois de meditarem sôbre o caso, resolveram os diretores das duas companhias das Índias opor-se à conclusão da trégua, sugerindo que se continuasse a guerra fora da Europa, o que lhes garantiria a ampliação de suas conquistas em detrimento dos portugueses, ou que se concluísse quanto antes um tratado de paz que os habilitasse a consolidar as suas atuais possessões, e a fazer economias, mediante a drástica redução das guarnições de além-mar. A influência que tinham nos estados provinciais da Holanda, onde a cidade de Amsterdam era largamente representada, era suficientemente poderosa para assegurar a rejeição imediata das propostas de Portugal relativas à restauração do Nordeste

(55) *Kron. Hist. Gen. Utrecht*, XXV, pp. 395-7, 664-7. O que se segue foi extraído de Aitzema, *Saken van staet en oorlogh*, 1633-1644, pp. 754-9; E. Prestage, *Embaixada de Tristão de Mendonça Furtado à Hollanda em 1641*, com documentos elucidativos (Coimbra, 1920).

do Brasil. Não obstante, o príncipe de Orange e os representantes de cinco outras províncias estavam ansiosos por concluir uma trégua com o rei D. João IV, na suposição de que emprestando o seu apoio franco a Portugal desviariam de Flandres as fôrças de Espanha. Além disso, o importante comércio de sal mantido com Setúbal, que tivera permissão para continuar durante a guerra com a Espanha, era um dos esteios da florescente indústria holandesa do arenque, e um incentivo a mais para manter relações amistosas com Portugal⁵⁶.

Depois de demoradas negociações triangulares entre os Estados Gerais, as províncias e o enviado dos portugueses, chegou-se a um compromisso, em virtude do qual a 12 de junho de 1641 foi assinada em Haia uma trégua de dez anos entre Portugal e as Províncias Unidas⁵⁷. Na Europa essa trégua iniciar-se-ia imediatamente (na prática ela já vinha sendo observada), enquanto que no Brasil, na África e nas Antilhas ela esperaria que chegasse até essas regiões a prova pública de sua ratificação. Baixaram-se outras provisões com o fim de garantir o auxílio naval e militar a Portugal contra a Espanha, dar início a negociações para a assinatura, dentro de oito meses, de um tratado de paz permanente, e assegurar o tráfico e o intercâmbio mútuos. O último artigo determinava que dentro de três meses seriam trocadas as ratificações com Haia; mas, por alguma razão inexplicável, o rei D. João IV adiou a sua ratificação até 18 de novembro. De caso pensado ou não, também os Estados Gerais

(56) Cf. V. Rau, *A exploração e o comércio do sal de Setúbal. Estudo de história econômica* (Lisboa, 1951), pp. 151-7.

(57) Para o texto desse tratado consultem-se as edições alistadas por J. H. Rodrigues, em *Historiografia e Bibliografia*, n.os 606, 614, 621-4. É muito para estranhar que Aitzema, que por duas vezes lhe imprimiu o texto completo (*Saken van staet, en oorlogh*, 1633-44, pp. 756-9, e *Verhael vanden Nederlandsch Vredehandeling*, pp. 149-52), o houvesse, tanto numa como noutra, datado erroneamente como de 22, em vez de 12 de junho.

protelaram as suas próprias ratificações por outros dois meses, de modo que as Companhias holandesas acharam uma escusa legal para continuar as hostilidades contra as colônias portuguesas até o ano de 1642. A própria demora na cessação das hostilidades foi considerada desvantajosa para os interesses tanto da Companhia da Índia como da Companhia das Índias Ocidentais, cujas ações caíram durante os meses de negociação de 500 para 400 e de 128 para 114, respectivamente⁵⁸.

Quando João Maurício, em 14 de março de 1641, recebeu de Montalvão a notícia da restauração do trono de Portugal, mais fáceis se tornaram naturalmente as negociações, cujos efeitos se fizeram a princípio sentir na humanização dos métodos de combate e no respeito pelas plantações de cana-de-açúcar e outras lavouras. Montalvão foi deposto no mês de junho, em virtude de má compreensão (ou de um abuso) de ordens secretas enviadas de Lisboa; mas a junta que o sucedeu, à espera da chegada do novo governador-geral, Antônio Teles da Silva, deu prosseguimento às negociações. Trocaram-se reféns entre Recife e Bahia, de ambos os lados restituíram-se prisioneiros, fêz-se cessar as guerrilhas no interior de Pernambuco. Não se tinha assinado formalmente qualquer trégua, mas a luta havia cessado virtualmente no Brasil, enquanto se discutia na Bahia a humanização da guerra. Embora se assinasse um acôrdo neste sentido, João Maurício e seus conselheiros foram decepcionados nas esperanças que tinham de conseguir por esse meio uma safra excepcional de cana-de-açúcar, contentando assim os diretores das Províncias Unidas. Chuvas e enchentes imprevisíveis, de par com uma epidemia de variola entre os escravos, ocasionaram estragos equivalentes aos que as guerrilhas poderiam produzir, em con-

(58) Aitzema, *Saken van staet en oorlogh*, 1633-1644, p. 754.

seqüência do que a safra foi de uma pequenez decepcionante.

Enquanto isso, celebrava João Maurício com festas magníficas a notícia da subida de D. João IV ao trono, delas fazendo parte representações teatrais de algumas comédias francesas, cavalhadas e competições, que se prolongaram por muitos dias no terreiro do seu palácio, perto de Recife. Todos os lavradores mais importantes foram convidados para estas festas em que, naturalmente, tinha parte saliente o próprio conde. Fr. Manuel Calado, testemunha de vista d'esses torneios, afirma que quase todos os prêmios foram arrebatados pelos competidores portugueses, salientando-se entre êles João Fernandes Vieira, que não passava de um mulato de espírito aventureiro, mas era um dos homens mais ricos (e o melhor cavaleiro) da colônia. Mas, se os portugueses eram os melhores cavaleiros, os norte-europeus davam provas de serem os mais valentes comedores nos opíparos banquetes que se seguiam à distribuição dos prêmios, e dos quais nos deu Fr. M. Calado viva descrição⁵⁹.

Conta horrorizado o abstinente português como eram essas longas refeições entremeadas de "muitos brindes, como é costume em sua terra, e com umas cerimônias a modo de jôgo, e quem as errava lhe faziam beber três vêzes em castigo de seu êrro, e tôdas as vêzes que se brindava à saúde d'el-Rei Dom João o Quarto dêste nome Rei de Portugal, tinham obrigação de se levantarem todos os circunstantes com os chapéus nas mãos, e não se tornavam a cobrir, nem assentar, até que o brinde não dava volta a tôda a mesa; e enquanto o brinde durava, não se calavam as trombetas, que eram muitas, nem parava o estrondo das caixas de guerra; e se o banquete era jantar durava a beberria até a noite, e se era ceia

(59) Fr. Manuel Calado, *Valeroso Lucideno*, pp. 108-111 [pags. 223-4 do tomo I da edição "Cultura", 1943 — São Paulo].

até a madrugada; e nestes convites se acharam as mais lindas damas, e as mais graves mulheres, holandesas, francesas e inglêsas, que em Pernambuco havia, e bebiam alegremente melhor que os homens, e arrimavam-se ao bordão de que aquêle era o costume de suas terras”⁶⁰.

Todavia, estas festividades em honra ao nôvo monarca português não impediram João Maurício de planejar o prosseguimento da guerra contra os vassalos de D. João IV, tanto na África como no Brasil. Pretextando não poder cessar as hostilidades sem a autorização dos Estados Gerais e dos diretores, rejeitou polidamente a proposta que lhe fizera Montalvão de uma trégua local e temporária, sem prejuízo das negociações que se faziam na Europa para uma paz definitiva. Em vez de aconselhá-lo a refrear as hostilidades, insistiam aquelas duas entidades em que êle devia pescar em águas turvas e a atirar-se a novas conquistas, antes que a conclusão de uma trégua, ou de um tratado de paz com Portugal, viesse impedir quaisquer futuras hostilidades⁶¹. Os diretores ansiavam mais que tudo pela conquista da Bahia, e isso pelas razões irrefutáveis apresentadas por Adrien van der Dussen, em seu relatório de 10 de dezembro de 1639:

“A experiência nos tem ensinado que os nossos domínios no Brasil se acham constantemente ameaçados pelos da Bahia de Todos os Santos, e enquanto os espanhóis forem donos da Bahia, terão êles muitas oportunidades para molestar-nos, seja por mar, seja por terra. . . Por isso, em minha opinião, para completar-se a conquista do Brasil e consolidar ali a autoridade da Companhia, torna-se absolutamente necessário tomar a Bahia. Só assim destruiremos êsse ninho de formigas de onde saem

(60) Com certeza, o jantar podia começar a qualquer hora, depois do meio-dia.

(61) Barlaeus-Naber, *Nederlandsch Brazilië*, pp. 264-5; Varnhagen, *História Geral* (ed. de 1948), II, pp. 361-3; *Bijdr. Med. Hist. Gen. Utrecht*, III, pp. 358-60.

constantemente tantos bandidos para assolar o nosso território e trazer tudo em sobressalto”⁶².

Antes mesmo de haver recebido ordens para intensificar a guerra contra os portugueses, já João Maurício decidira fazê-la sob sua responsabilidade, mormente depois que, havendo cessado as guerrilhas no interior de Pernambuco, êle se sentia com as mãos muito mais livres. Estava ciente de que a Bahia ainda “não era um gato que se pudesse agarrar sem luvas”, e não se sentia bastante forte para lançar um segundo assalto àquela praça forte. Seu primeiro gesto foi ocupar de novo a capitania de Sergipe del Rei, que fôra abandonada depois da devastação nela praticada por Von Schoppe em 1637, mas lhe parecia apropriada à criação do gado em larga escala, e capaz de suprir assim Recife com a carne necessária ao sustento de sua população. Essa operação militar não apresentou a menor dificuldade, uma vez que a região se tinha virtualmente tornado “terra de ninguém”. Não ficando satisfeito com essa fácil vitória, resolveu João Maurício conquistar o grande entreposto de comércio negreiro de São Paulo de Luanda, situado no outro lado do Atlântico.

Tinha ficado claro que Elmina era antes uma decepção como mercado de escravos, isso principalmente por serem os negros da costa de Guiné (e com especialidade os de Hausa, no interior) muito mais difíceis de reduzir ao cativeiro e mais intratáveis do que os bantos da região do Congo e de Angola. A conquista de Luanda não só daria aos holandeses acesso ao melhor e mais populoso viveiro de escravos, como (assim argumentava não sem razão João Maurício) privaria ainda os espanhóis do pôrto de onde partiam anualmente cêrca de 15 000

(62) Barlaeus-Naber, *Nederlandsch Brazilië*, pp. 150-99, conforme o original existente nos arquivos de Haia. Cf. também a cuidadosa tradução portuguesa de A. van der Dussen, *Relatório sobre as capitanias conquistadas no Brasil pelos holandeses* (1639), pp. 137-8.

escravos, para trabalhar nas minas do México e do Peru⁶³. João Maurício fechava deliberadamente os olhos à possibilidade de os portugueses de Angola se declararem (como de fato fizeram) a favor de D. João, contra Filipe II; mas, em todo caso, a demora na ratificação da trégua de dez anos deu-lhe tècnicamente a escusa de que êle necessitava. No correr dos meses de abril e maio aprestou-se em Recife uma poderosa expedição para a conquista de Angola, Benguela e São Tomé. Comandavam-na o almirante Jol e o coronel Henderson, e era constituída de vinte e um navios, transportando cêrca de 3 000 homens inclusive 240 índios. Nessa ocasião, o caráter de João Maurício novamente se apresenta sob uma face decididamente pouco favorável. Quando os emissários da Bahia, que recebiam tratamento tão hospitaleiro na residência governamental, lhe perguntaram qual o destino daquela expedição, êle, com o maior despudor, respondeu destinar-se ela a fazer o curso contra os espanhóis, no mar das Antilhas.

Jol e Henderson largaram de Recife em 30 de maio de 1641, ancorando ao largo de Luanda em 23 de agôsto. A ocupação da cidade foi levada a efeito três dias depois, tendo o governador, Pedro César de Meneses, após fraca resistência fugido para o norte, rumo ao rio Bengo, juntamente com os moradores da cidade. A conquista de

(63) Havia nisso exagero, visto como em 15 000 é que se avaliava (com otimismo) a média da exportação anual de escravos de Luanda para tôda a América ibérica. Cf. C. R. Boxer, *Salvador de Sá*, p. 225. Não obstante, o número de negros importados para o trabalho das minas do México e do Peru era maior do que geralmente se supõe, "por ser dichos Negros de naturales robustos y fuertes son necesarios para dichas minas e ingenios de açucar etc.", como sentenciava o procurador da cidade do México em 1644, encarecendo a importância vital do tráfico negreiro. Veja-se o seu *Memorial* (British Museum, Pressmark 1324, I, 9 (30), cap. 24, fols. 20-21) e os de Juan de Ibarra Guetzasaen sôbre a importância de Potosí (por volta de 1615), Fr. Pedro de Sosa, O.F.M., e do capitão Juan Gonzalez de Azevedo, todos enfeixados no Brit. Mus. Pressmark C. 62. I. 18 (1-100).

Luanda seguiu-se, em outubro, a ocupação de Benguela e a tomada das ilhas de São Tomé e Ano Bom. Só o Castelo de São Sebastião, em São Tomé, ofereceu resistência séria; mas o clima letal da ilha reclamaria dentro de pouco as vidas do almirante Jol e de muitos de seus companheiros. A ofensiva holandesa na África ocidental foi completada em fevereiro de 1642 com a tomada de Axim, a última fortaleza de Portugal na costa de Guiné⁶⁴.

A última conquista de João Maurício na América foi a ocupação de São Luís do Maranhão, em novembro de 1641. Foi ela levada a efeito por Lichthart e Coen, usando os métodos do "Cavalo de Tróia", combinados com a inépcia do velho governador Bento Maciel Parente. A maneira despejada pela qual foram feitas essas conquistas havia forçosamente de desiludir e enfurecer os portugueses dos dois lados do Atlântico. O rei D. João IV e seus ministros protestaram com veemência contra esta quebra da trégua, mas, como disse Barlaeus, isso "era pregar a ouvidos surdos". Sob o ponto de vista legal, João Maurício podia alegar muitas justificativas em seu favor, visto como a notícia da ratificação da trégua só chegou a Recife em 3 de julho de 1642, onde foi solenemente proclamada dois dias depois; mas, moralmente, a posição dos holandeses era indefensável, uma vez que ao tempo em que João Maurício diligenciava essas conquistas, uma frota holandesa cooperava ativamente em águas européias com a armada portuguesa, ao mesmo tempo que tropas holandesas prestavam serviço no Alentejo, ao lado dos soldados de Portugal. Não

(64) Para mais pormenores sobre essa expedição, cf. Barlaeus-Naber, *Nederlandsch Brazilië*, pp. 266-7. Varnhagen, *História Geral* (ed. de 1948), II, pp. 363-4; K. Ratelband, "De expeditie van Jol naar Angola en São Thomé, Mei-October 1641", reimpresso de *West-Indisch Gids*, XXIV (1943); D. Pedro de Alcega, "piloto y cosmografo-mór de Cantabria", no *Memorial dos serviços por êle prestados* (Brit. Mus., Pressmark 1324. I. 2 (116). Cf. também *Anais do Museu Paulista*, V, pp. 152-3.

admira, pois, que a maneira deslavada com que os holandeses mantinham na Europa uma aliança com Portugal, enquanto se iam apoderando do que possuía esta de melhor em seu domínio colonial, deixasse um legado de ódio e ressentimento que àqueles iria custar caro muito breve.

De qualquer modo, no momento tudo lhes parecia correr favoravelmente. Com a conquista do Maranhão, tinha agora João Maurício sob sua jurisdição sete das quatorze capitanias em que se dividia a América portuguesa. Contra a sua vontade, não foram as possessões holandesas da África ocidental subordinadas ao governo de Recife; mas ficaram sob a administração direta da Companhia, por intermédio de um "General da Costa" residente em Elmina, e de um feitor mais velho, funcionando como diretor, em Luanda. A Companhia das Índias Ocidentais havia atingido então ao seu zênite. Abarcava ela os estabelecimentos do comércio de peles situados ao longo do rio Hudson, alguns postos na Guiana, e as ilhas de Curaçao e Aruba, pertencentes às Antilhas; mas todos os lucros advindos dessas possessões e das da África ocidental não bastavam para cobrir as despesas que a Companhia estava fazendo no Brasil, onde ela ditava leis a tôda uma costa de mais de mil milhas de extensão. Era no Brasil que a Companhia concentrava tôdas as suas energias e era da sorte do Brasil que dependia em última análise a sua solvência e possibilidade de existir.

A maioria dos historiadores modernos é de opinião que a Companhia das Índias Ocidentais era doente desde o comêço, e que a sua emprêsa no Brasil, muito particularmente, estava condenada a malôgro. O professor Geyl, por exemplo, recusa-se a admitir a possibilidade de fundar-se e fazer vingar uma colônia holandesa em Pernambuco, considerando-a "absolutamente quimé-

rica”⁶⁵. Custa-me discordar de autor tão distinto, que entre os vivos é provávelmente o que mais profundamente conhece a história daquela região; mas não me posso furtar à impressão de que existe boa dose de pós-julgamento nesse modo de ver. Seja como fôr, não era assim que pelos idos de 1640-1 a situação se afigurava aos contemporâneos de ambos os lados do Atlântico. Admitia-se que a situação dos holandeses no Brasil não deixava de apresentar muitos pontos fracos, como haveremos de ver no próximo capítulo; mas, naqueles anos críticos, as perspectivas de Portugal e de suas combalidas colônias no Brasil pareciam muito mais duvidosas aos olhos do povo.

Já tivemos a ocasião de observar a forte sensação de frustração e de derrotismo que transparece na correspondência da côrte de Madri com os seus subordinados em Lisboa e Bruxelas, no que diz respeito pelo menos aos esforços feitos em 1630-40 para reaver o Nordeste do Brasil e seria fácil multiplicar as citações referentes ao assunto⁶⁶. Os pressentimentos cada vez mais sombrios que se tinham do outro lado do Atlântico saltam também à evidência no teor da correspondência da Bahia que os holandeses haviam confiscado, consoante já antes tivemos o ensejo de fazer alusão. Esse pessimista estado de ânimo, cristalizado que fôra no dito corrente “Deus não quer a restauração do Brasil”, foi vivamente expresso no famoso sermão proferido na Bahia pelo padre Antônio Vieira, S. J., nas vésperas mesmo da Restauração de Portugal. Este sermão, inspirado nos versículos do salmista, que assim começa — “Desperta! Por que dormes, Senhor? Ergue-te! não nos desampares para sempre” — foi merecidamente considerado pelo padre Reynal como “o mais

(65) P. Geyl, *The Netherlands Divided, 1609-1648*, p. 198.

(66) Freire de Oliveira, *Elementos*, vols. III e IV *passim*; Cuvelier e Lefèvre, *Correspondance de la Cour d'Espagne sur les affaires des Pays-Bas au XVIIe siècle*, vols. II e III *passim*.

veemente e extraordinário de quantos se ouviram de um púlpito cristão”. Dirigindo-se a Deus, cheio de consternação e ira, acusa amargamente o pregador a Divindade de favorecer os hereges holandeses em detrimento dos portugueses católicos, instando para que Ela modifique o seu tratamento, antes que seja tarde demais⁶⁷.

“Se determináveis dar estas mesmas terras aos piratas de Holanda, por que lhas não destes enquanto eram agrestes e incultas, senão agora? Tantos serviços vos tem feito esta gente pervertida e apóstata, que nos mandastes primeiro cá por seus aposentadores, para lhe lavrarmos as terras, para lhe edificarmos as cidades, e depois de cultivadas e enriquecidas lhas entregardes? Assim se hão de lograr os hereges e inimigos da fé dos trabalhos dos portugueses, e dos suores dos católicos? *En queis consevimus agros?* Eis aqui para quem trabalhamos há tantos anos!⁶⁸

“Mas desde que vós, Senhor, o quereis e ordenais assim, fazei o que fordes servido. Entregai aos holandeses o Brasil, entregai-lhes as Índias, entregai-lhes as Espanhas (que não são menos perigosas as conseqüências do Brasil perdido); entregai-lhes quanto temos e possuímos (como já lhes entregastes tanta parte); ponde em suas mãos o mundo; e a nós, aos portugueses e espanhóis, deixai-nos, repudiái-nos, desfazei-nos, acabai-nos. Mas só digo e lembro a Vossa Majestade, Senhor, que êstes mesmos que agora desfavoreceis e lançais de vós, pode ser que os queirais algum dia, e que os não tenhais...

(67) “Sermão pelo bom sucesso das armas de Portugal contra as de Holanda, pregado na igreja de N. S. da Ajuda da cidade da Bahia no ano de 1640.” As citações foram tiradas da edição de A. Sérgio e H. Cidade, *Padre António Vieira. Obras Escolhidas*, X. pp. 42-79. (Nota do tradutor: Na presente tradução seguiu-se o texto de “*Sermões e lugares selectos*”, anotado por Mário Gonçalves Viana, Porto, 1954.)

(68) Versão modificada de Virgílio, *Bucolicas*, I, linha 71-72 (“Vê para quem cultivamos os nossos campos”), como amavelmente me informou o meu colega, Prof. W. S. Maguiness.

“Abrasai, destruí, consumi-nos a todos; mas pode ser que algum dia queirais espanhóis e portugueses, e que os não acheis. Holanda vos dará os apostólicos conquistadores que levem pelo mundo os estandartes da Cruz : Holanda vos dará os pregadores evangélicos, que semeiem nas terras dos bárbaros a doutrina católica, e a reguem com o próprio sangue; Holanda defenderá a verdade de vossos Sacramentos, e a autoridade da Igreja Romana; Holanda edificará templos, Holanda levantará altares, Holanda consagrará sacerdotes e oferecerá o sacrifício de vosso Santíssimo Corpo; Holanda, enfim, vos servirá e vencerá tão religiosamente como em Amsterdam, Meldeburgo e Flissinga, e em tôdas as outras colônias daquele frio e alagado inferno, se está fazendo todos os dias”.

Se assim acontecia com a árvore verde, que se poderia esperar dela sêca? Se o esforço conjunto de Espanha e Portugal não pôde expulsar os holandeses de Pernambuco em 1630-40, que perspectivas havia de que os portugueses pudessem fazê-lo sòzinhos, numa época em que precisavam lançar mão de todos os recursos para se defenderem contra a Espanha? A perda de Luanda e de São Tomé só fêz aumentar as suas dificuldades, visto como daí por diante só de vez em quando podiam esperar receber da costa da África alguns poucos escravos, sabendo-se que sem um suprimento abundante de “marfim negro” as plantações de cana haveriam de decair e morrer. Se se interrogasse um observador imparcial sôbre as suas previsões com referência ao futuro do Brasil quando se declarou a tardia trégua de julho de 1642, êle poderia ter apostado mais depressa na jovem e dinâmica colônia do Nordeste do que nos velhos núcleos aparentemente decadentes das cercanias da Bahia e do Rio de Janeiro.

IV

Um príncipe humanista no Nôvo Mundo

1637 — 1644

HOUVE QUEM CHAMASSE João Maurício “o homem mais notável de quantos já se envolveram na indústria do açúcar”¹, conceito que a obra por êle realizada como governador-geral do Brasil holandês mostra não ser exagerado. Não foi êle apenas um general competente e administrador de primeira classe, mas também um legislador sob muitos aspectos avançado para sua época. Vimos que êle se tomou de amôres pelo Brasil desde o dia em que desembarcou no Recife. Doze meses antes de sua morte, escreveria êle a respeito daquela região com palavras repassadas de nostalgia, chamando-a “ce beau Pay de Brésil, lequel n’a pas son pareil sous le ciel”. Durante os seus sete anos de govêrno, nunca poupou energias nem tampouco o dinheiro da Companhia, em seu esforço em prol do desenvolvimento da colônia. Melhorou e ampliou o Recife de então, dotando-o de novas (e pavimentadas) ruas, estradas e pontes. Na adjacente ilha de Antônio Vaz, lançou os fundamentos de uma nova cidade a que deu o nome de Mauritia, ou Mauritsstad, cuja localização corresponde ao coração da moderna cidade de

(1) N: Deer, *The History of Sugar* (Londres, 1949), I. p. 106.

Recife. Construiu nela duas espaçosas casas de campo, uma das quais provida de um bem sortido aviário, além de um jardim zoológico e outro botânico, onde deu expansão aos seus gostos, cultivando plantas frutíferas exóticas e transplantando árvores tropicais em larga escala. Fundou também o primeiro observatório astronômico e meteorológico do Nôvo Mundo, nêle sendo guardados os registros relativos aos ventos e às chuvas. Teve mesmo em mente a fundação de uma universidade, que seria freqüentada tanto pelos holandeses protestantes como pelos portugueses católicos, projeto que todavia nunca foi além do papel.

Durante a sua permanência no Brasil, rodeou-se João Maurício de um círculo seleta de quarenta e seis homens formados, cientistas, artistas e artífices, trazidos todos dos Países-Baixos e tendo cada um função determinada pela qual percebia vencimentos. Piso estudou as doenças tropicais e seus remédios, Marcgraf fêz coleções científicas sôbre a fauna, a flora, e a geografia do Brasil e de Angola, sem falar nas observações astronômicas e meteorológicas; de seu lado, uma dúzia de pintores, em cujo número estavam Frans Post e Albert Eckhout (êste, discípulo talvez de Rembrandt), enchia os seus álbuns com esboços dos vários aspectos da vida e cultura locais. Apenas uma parte do material reunido por êsses homens foi publicada durante a vida de João Maurício; mas os suntuosos volumes in-folio de Barlaeus, Marcgraf e Piso, mandados imprimir à sua própria custa pelo príncipe após a sua volta à Holanda, contam-se entre os livros mais luxuosos publicados no século XVII. Por mais de 150 anos foram êles, em qualquer língua, as fontes mais importantes de informações sôbre o Brasil, vindo a ser sômente suplantados na primeira metade do século dezanove, pelas publicações de Maximiliano de Neuwied, de Spix e de Martius.

“La belle, très belle et bellissime maison” de Mauritshuis em Haia², bem conhecida de todos os amadores da arte e visitantes da Holanda, foi originariamente construída para João Maurício com base no desenho (ou, pelo menos, com a supervisão) de seu amigo, o célebre arquiteto Pieter Post, cujo irmão o acompanhara no Brasil. Nessa “casa do açúcar”, como a chamavam sarcásticamente os despeitados diretores da Companhia das Índias Ocidentais, foi feito largo uso do pau-brasil, mandado por João Maurício durante a sua governança, não sendo pois para admirar que os seus compatriotas o houvessem apelidado de “Maurício, o Brasileiro”. Possuem ainda os museus de Berlim, Copenhague e Paris valiosas coleções etnográficas e artísticas, que são apenas uma fração das que êle e seus auxiliares reuniram metódicamente no Brasil. Até as grandes expedições do Capitão Cook e seus sucessores, não se viu de nôvo, realizado pelo homem branco nos trópicos, nenhum trabalho científico tão sistemática e inteligentemente dirigido. Com plena justiça, escolheu João Maurício como divisa a frase latina *Qua patet orbis*, “tão vasto como o universo”.

Menos esclarecido não fôra João Maurício no tratamento dispensado aos portugueses da terra. Teve a perfeita compreensão da importância de conciliar os agricultores e moradores com a administração holandesa, havendo os seus esforços neste sentido alcançado êxito bastante considerável, exteriormente pelo menos. Conquanto fôsse protestante convicto, e numa época em que Calvinistas e Católicos tinham-se mutuamente como fadados às penas infernais, resolveu tolerar os padres e frades da igreja Católica Romana (com exceção unicamente dos jesuítas), a despeito da oposição feita pelos ministros calvinistas da colônia e dos que em sua pátria lhes davam apoio. No empenho de evitar os males da

(2) *Briefwisseling van Constantijn Huyghens*, III, n.º 2996.

monocultura e de tornar a colônia auto-suficiente no que dizia respeito aos gêneros alimentícios, incentivou a cultura da mandioca e outras, sem falar na da cana-de-açúcar. Reduziu os impostos e concedeu com liberalidade créditos aos lavradores, no intuito de ajudá-los na reconstrução de seus engenhos e na compra de escravos de Angola. Com a criação de conselhos municipais e rurais, em que podiam prestar serviços tanto os colonos portugueses como holandeses, instituiu uma espécie de governo representativo, muito embora esses esforços para induzir as duas raças a se prestarem leal cooperação não tivessem alcançado qualquer resultado duradouro.

Ao deixar a colônia em 1644, observava Maurício de Nassau que o segredo da administração em Pernambuco era ter em mente que os negociantes holandeses ligavam mais importância ao seu dinheiro e aos seus bens do que à própria vida, ao passo que os moradores portugueses davam mais valor à polidez e à delicadeza de maneiras do que às suas propriedades e riquezas. Os lavradores (disse êle em outra ocasião) eram, na sua maioria, “tão pobres como Job, mas orgulhosos como os Braganças”. Os dentre os portugueses que fossem adeptos dos holandeses, prevenia êle, só poderiam ser favorecidos secretamente, a fim de não provocar a suspeita e o ressentimento de seus compatriotas. Frisava a sua falta de confiança nas provas arrancadas à custa de torturas, ainda que isso fosse sancionado pela lei; salientava ainda a importância que havia em exercer disciplina rígida na guarnição, contanto que fosse paga com pontualidade e bem alimentada. Seja como fôr, não surpreende que frei Manuel Calado, que era hóspede freqüente e bem-vindo do palácio governamental, nos conte que os portugueses de Pernambuco chamavam a João Maurício de seu “Santo Antônio”, comparando-o ao santo mais popular de seu calendário. Sua partida foi chorada com sinceridade em

tôda a colônia, indistintamente pelos calvinistas holandeses, pelos portugueses católicos e pelos tapuias antropófagos³. A produção total de açúcar durante o seu governo foi calculada em 218 220 caixas, valendo 28 milhões de florins, sem falar em que, quando êle o deixou, a indústria do açúcar estava a caminho de completa recuperação. Foi também sob o seu governo que se introduziram em Pernambuco, trazidos das Antilhas, os métodos aperfeiçoados de cultivo da cana e do fumo, métodos que tinham trazido grande impulso ao desenvolvimento econômico das possessões inglesas e francesas do Mar das Antilhas.

Tais foram, em rápido bosquejo, as principais realizações de João Maurício durante os seus sete anos de estada no Brasil; resta-nos agora examinar com maior minúcia até que ponto tinham elas a probabilidade de durar, e como foram contrabalançadas por outros fatores na vida de cada dia da colônia. É fora de dúvida que o maior bem possuído pela Companhia das Índias Ocidentais no Brasil era a personalidade e o caráter do governador-geral, localmente intitulado príncipe de Nassau, por motivos que Fr. Manuel Calado explica com a sua habitual dose de malícia: "... porque assim o tratavam, e o apelidavam os holandeses, e os portugueses por não caírem em sua desgraça, e por granjearem benevolência para com êle, ainda lhe dariam mais altos títulos (se êle os aceitara) a respeito da sujeição de cativos, e o império do Senhor"⁴. Como foi há pouco observado por um historiador brasileiro, era João Maurício um verdadeiro *grand seigneur* que só se sentia bem morando num palácio espaçoso, ou

(3) Cf. o chamado "testamento político" de João Maurício (6 de maio de 1644) em Barlaeus-Naber, *Nederlandsch Brazilij*, pp. 373-83; Calado, *Valeroso Lucideno*, pp. 42 e 129.

(4) Calado, *Valeroso Lucideno*, pp. 46 e 123. João Maurício torna-se príncipe genuíno em novembro de 1652, quando o imperador Fernando III fê-lo príncipe do Santo Império Romano.

num Estado de vastas dimensões⁵. Ele fez construir duas casas de campo na ilha de Antônio Vaz, onde fundou a nova cidade de Mauritsstad, uma das quais ficou sendo chamada, em holandês, "Vrijburg", enquanto a outra recebeu o nome português de "Boa Vista". Nas páginas do *Valeroso Lucideno*, dá-nos Fr. Manuel Calado uma amena descrição de João Maurício e de seus gostos principescos.

"Andava o Príncipe Conde de Nassau, tão ocupado em fabricar a sua nova cidade, que para afervorar aos moradores a fazerem casas, êle mesmo, com muita curiosidade, lhe andava deitando as medidas, e endireitando as ruas, para ficar a povoação mais vistosa, e lhe trouxe a entrar por meio dela, por um dique, ou levada, a água do rio Capivaribe a entrar na barra, por o qual dique entravam canoas, batéis e barcas para o serviço dos moradores por debaixo das pontes de madeira, com que atravessou em algumas partes êste dique a modo de Holanda, de sorte que aquella ilha ficava tôda rodeada de água; também ali fez uma casa de prazer, que lhe custou muitos cruzados, e no meio daquele areal estéril e infrutuoso plantou um jardim, e tôdas as castas de árvores de fruto que se dão no Brasil, e ainda muitas que lhe vinham de diferentes partes, e à fôrça de muita outra terra frutífera, trazida de fora em barcas rasteiras, e muita soma de estêrco, fez o sítio tão bem acondicionado, como a melhor terra frutífera; pôs neste jardim dois mil coqueiros, trazendo-os ali de outros lugares, porque os pedia aos moradores, e êles lhos mandavam trazer em carros, e dêles fez umas carreiras compridas, e vistosas, a modo da alamêda de Aranjués, e por outras partes muitos parreirais, e tabuleiros de hortaliças, e de flôres, com algumas casas de jogos, e entretenimentos, aonde iam as damas, e seus afeiçoados a passar as festas no

(5) Gonsalves de Mello, *Tempo dos Flamengos*, p. 95.

verão, e a ter seus regalos, e fazer suas merendas, e beberetes, como se usa em Holanda, com seus acordes e instrumentos; e o gôsto do Príncipe era que todos fossem ver as suas curiosidades, e êle mesmo por regalo as andava mostrando, e para viver com mais alegria deixou as casas aonde morava, e se mudou para o seu jardim com a maior parte de seus criados.

“Também alí trazia todas as castas de aves, e animais que pôde achar, e como os moradores da terra lhe conheceram a condição e o apetite, cada um lhe trazia a ave, ou animal esquisito que podia achar no sertão; alí trazia os papagaios, as araras, os jacus, os canindés, os jaburus, os motuns, as galinhas de Guiné, os patos, os cisnes, os pavões; de perus e galinhas grande número, tantas pombas, que não se podiam contar, alí tinha os tigres, a onça, a sussuarana, o tamanduá, o bugio, o quati, o sagüí, o aperea, as cabras do Cabo Verde, os carneiros de Angola, a cotia, a paca, a anta, o porco javali, grande multidão de coelhos, e finalmente não havia coisa curiosa no Brasil que alí não tivesse, porque os moradores lhas mandavam de boa vontade, por a boa inclinação que viam de os favorecer, e assim também lhe ajudaram a fazer as suas duas casas, assim esta do jardim onde morava, como a da boa vista sôbre o Capivaribe aonde ia muitos dias passeando para se recrear, porque uns lhe mandavam a madeira, outros a telha, e o tijolo, outros a cal, e finalmente todos o ajudaram no que puderam; e êle se mostrava tão agradecido, e favorecia de sorte aos portuguezes, que lhes parecia que tinham nêle um pai, e lhes aliviava muito a tristeza, e a dor de se verem cativos”⁶.

(6) Calado, *Valeroso Lucideno*, pp. 52-53. Deixei em sua forma portuguesa original os nomes de algumas aves e outros animais que não pude identificar com segurança. [Nota do tradutor. O trecho, aqui literalmente transcrito, acha-se às páginas 119 a 121 do tomo I da edição “Cultura”, São Paulo, 1943].

Frei Manuel Calado não exagerava a popularidade de que gozava João Maurício entre os portugueses de Pernambuco e não foi sem razão que êles apelidaram de Santo Antônio o príncipe herege, mas cheio de humanidade. Como acima ficou dito, o princípio seguido por João Maurício no trato com os moradores era a sua convicção de que se êles fôsem tratados com brandura e consideração seriam mais fáceis de conduzir e obedientes à Companhia do que eram os próprios colonos holandeses. “Sei por experiência”, escreveu êle em seu “testamento político” de 1644, “que os portugueses são um povo para quem as boas maneiras e a consideração têm muito mais valor do que o dinheiro e os bens”⁷. Nisso não andava errado, e sua política deu seguramente bons resultados durante todo o tempo em que êle se manteve no pòsto. Não eram os portugueses ingratos ou distraídos. Pouco depois da restauração da independência de Portugal, mas antes de se saber em Lisboa da traiçoeira conquista de Luanda, o rei D. João IV, com tôda seriedade, pensou em convidar João Maurício para comandante-chefe das fôrças portuguesas e seus aliados na luta contra os espanhóis, que eram o inimigo comum⁸. Mesmo depois de haver João Maurício partido do Brasil, e numa época em que, tanto no papel como na realidade, lavrava a guerra entre Portugal e as Províncias Unidas, nenhuma crítica articularam contra o seu procedimento os mordazes panfletários, que caso contrário não o teriam poupado. Abstraindo das indiretas de Fr. Calado contra a sua inte-

(7) Barlaeus-Naber, *Nederlandsch Brazilië*, p. 378. *RIHGB*, LVIII, p. 230. As particularidades dos portugueses produziram impressão semelhante em outros nórdicos daquela época. Cf. os comentários dos feitôres da Companhia da Índia em Surat, referidos por W. Foster [ed.], *The English Factories in India, 1637-1641*, p. 204; *ibid.*, 1642-1645 (Oxford, 1912-13), p. 210.

(8) O marquês de Montalvão a João Maurício (12 de março de 1642), em Barlaeus-Naber, *Nederlandsch Brazilië*, pp. 306-7; *RIACP*, n.º 34 (1887), pp. 54-55.

gridade em matéria financeira — e ninguém a sério poderá esperar da parte de um governador colonial daqueles dias integridade nesse terreno — as referências feitas a João Maurício nos trabalhos portugueses da época são muito favoráveis, a não ser no caso da conquista traiçoeira de Angola e do Maranhão.

Nada nos dá idéia mais clara da política conciliatória de João Maurício do que as atas da assembléia legislativa que êle tomou a iniciativa de convocar em agosto de 1640, e bem assim o seu testamento político, ou sejam as normas que traçou aos seus sucessores, quando de volta para a Holanda, em maio de 1644. Por essas fontes, bem como pelas minutas das reuniões do consistório calvinista do Brasil, podemos acompanhar o desenvolvimento da política esclarecida de João Maurício no que respeita à tolerância em matéria de raça e de religião, e verificar até que ponto foi ela bem sucedida.

Já demos, páginas atrás (págs. 100-103), um apanhado das reformas e medidas administrativas tomadas por João Maurício para limpar as “cavaliças de Augias” que era a cidade de Recife; todavia, o resultado alcançado não foi tão brilhante como fazem supor Barlaeus e outros panegiristas. Por um relatório enviado aos Heeren XIX, vê-se que muitos dos abusos que se praticavam em 1636 longe ainda estavam de desaparecer nos anos subseqüentes⁹. Com efeito, a denúncia de Quelen, relativa à venalidade da justiça holandesa de Recife, apresenta flagrantes pontos de contacto com a comparação de Olinda com Sodoma e Gomorra, feita por Fr. Calado na década anterior. Quelen teve o cuidado de excluir João Maurício de qualquer participação nesses abusos, afirmando expressamente que tanto os moradores portugueses como os soldados holandeses estavam certos

(9) A. van Quelen, *Kort Verhael vanden staet van Fernambuc* (Amsterdam, 1640). Na edição francesa vinda a lume no mesmo ano, o nome do autor é dado como De Guelen, mas eu preferi a outra forma, visto como tôdas as minhas citações são do holandês.

de obter justiça e benevolência, caso conseguissem chegar até êle. A dificuldade estava em que, de um lado, magistrados corruptos, oficiais de justiça e beleguins se interpunham entre João Maurício e os moradores, enquanto que, do outro lado, os funcionários holandeses mais graduados se esforçavam por impedir que êle mitigasse os rigores do tribunal militar para com os seus homens. Uma das reformas sugeridas por Quelen era que, uma vez por ano, os lavradores mais importantes e moradores outros se reunissem em conclave na cidade de Olinda, ocasião em que se discutiriam os seus agravos e adotasse-iam as medidas necessárias. Se a idéia foi do próprio Quelen, ou (como parece mais provável) se veio de João Maurício, isso não sei responder; o fato é que João Maurício convocou uma assembléia legislativa composta de moradores eleitos representantes das capitânicas de Pernambuco, Itamaracá e Paraíba, a qual funcionou entre 27 de agôsto e 4 de setembro de 1640¹⁰.

Em seu discurso de abertura, fêz João Maurício notar que a vitória de janeiro de 1640, obtida “sem dano para o povo”, havia trazido a paz para Pernambuco. Mas, a despeito de tudo, continuava a colônia inquinada por “muitos abusos, costumes contra a natureza, insolências opressivas, assaltos de ladrões, mau comportamento da soldadesca e desobediência por parte dos moradores. Tudo isso, supomos nós, resultado da pouca estima que os portugueses têm pelos neerlandeses”. João Maurício chegou a dizer que êle e os seus conselheiros, pelo contrário, desejavam ardentemente mostrar a sua boa vontade para com os portugueses. Por êsse motivo é que haviam convocado esta assembléia de influentes notabilidades com o fito de discutir os agravos existentes. “e acudir com os remédios mais eficazes, de acôrdo com a sua

(10) As atas da assembléia foram publicadas na íntegra (em tradução portuguesa) pela *RIAGP*, v, pp. 173-238; cf. *RIHGB*, LVI, pp. 117-39.

aprovação e desejo". Finalizou instando para que todos se pronunciassem sem qualquer constrangimento e pedindo a Deus que os inspirasse.

Isso os representantes prometeram fazer, assinalando-se as deliberações dessa corporação — a primeira (e por muito tempo a única) assembléia legislativa da América do Sul — por uma franqueza e bom senso, que muito recomendavam ambas as partes. Ficou assentado, por exemplo, que se restituíriam aos moradores as armas que lhes tinham sido confiscadas no tempo da armada do conde da Tôrre, a fim de que êles pudessem defender-se e bem assim as suas lavouras, contra os assaltos dos bandidos, dos soldados desertores e dos escravos revoltados. Entretanto, isso não os punha na obrigação de usar essas armas contra os guerrilheiros portugueses, não obstante os prejuízos que êles estavam causando aos holandeses. Firmaram-se também ajustes a fim de que as guarnições holandesas e os donos das fazendas se auxiliassem mutuamente no combate aos salteadores e na captura dos escravos fugidos. As autoridades holandesas prometeram ainda instituir patrulhas permanentes (em parte pagas pelos moradores) encarregadas de coibir as requisições não autorizadas de mantimentos por parte dos seus próprios soldados, e de fazer com que êstes últimos não oprimissem os lavradores. Sabemos por outras fontes que os soldados holandeses, cujos soldos e rações eram pagos geralmente com atraso, cometiam muitas vêzes excessos, tais como a morte de um boi, com fim exclusivo de lhe comer a língua — crime particularmente grave numa comunidade como aquela, em que se dependia pouco menos do trabalho dos bois que do dos negros escravos¹¹.

(11) Quelen, *Kort Verhael*, p. 13. Com referência às relações entre negros e bois, cf. G. Freire, *Nordeste. Aspectos da influência da cana sobre a vida e a paisagem do Nordeste do Brasil* (Rio, 1937), pp. 89, 101-8.

Tomaram João Maurício e seus conselheiros conhecimento das muitas queixas feitas contra os oficiais holandeses subalternos, tais como oficiais de justiça e xerifes, os quais se mostravam muito inclinados a abusar de seus poderes com relação aos moradores, além de serem proverbialmente venais. Medidas coercitivas foram propostas e aprovadas contra êstes tiranetes, embora ficasse provado que era coisa muito diferente, e nada fácil, fazê-las executar. Tomaram-se também decisões com o fito de apressar a administração da justiça nos foros locais e de facilitar as apelações feitas aos tribunais superiores de Recife. Incluíram-se nestas resoluções a redução dos emolumentos e a permissão concedida aos portugueses de demandar em sua própria língua. Foram também tomadas outras resoluções com o fito de simplificar o recolhimento dos impostos e taxas, e de impedir abusos por parte do fisco.

É bem verdade que muitas dessas reformas, conquanto houvesse João Maurício estatuído explicitamente que teriam sanção legal a partir daquela data, só a contragosto puderam ser executadas, ou nem mesmo chegaram a sê-lo; outras dependiam de confirmação pelos Heeren XIX, que nem sempre estiveram de acôrdo. Não há dúvida, porém, de que a situação começou pouco a pouco a melhorar, mormente depois de março de 1641, quando a Bahia deu a ordem para suspender as guerrilhas. De qualquer maneira, a opressão e a extorsão de que se queixavam os moradores no campo judicial, fiscal e administrativo pouco piores eram do que os abusos que eivavam o oficialismo português no Brasil. As normas e as idéias dos administradores coloniais do século XVII eram muito diferentes das dos dias atuais, e a comparação das queixas feitas pelos lavradores do Brasil português com as que fazia a mesma classe no Brasil holandês mostra claramente que é como se num caso se tratasse de seis e no outro de meia dúzia. Quem a êste respeito tiver

dúvidas deverá ler algum dos sermões em que o P.^e Antônio Vieira denuncia a rapacidade de que davam mostras na Bahia os funcionários e legisladores da coroa, ou senão lançar os olhos à *Arte de Furtar*, obra-prima de sátira, atribuída geralmente ao referido jesuíta, mas quase com certeza obra de D. Antônio de Sousa Macedo¹². Os moradores de Pernambuco sabiam que tinham em Maurício um governador geral que se fôsse brasileiro, filho de pais portugueses, dificilmente se preocuparia mais com o seu bem-estar. Pouco se pode duvidar da espontaneidade da petição por êles endereçada aos Heeren XIX por ocasião do conclave de 1640, em que pediam a sua continuação no poder, por tempo indeterminado.

Por tudo isso, a corrupção oficial e a incompetência administrativa não constituíam necessariamente um obstáculo permanente à aceitação do jugo holandês, muito embora esteja fora de dúvida que (tudo o mais sendo igual) o povo aceitaria mais depressa a opressão exercida por um de seus próprios contrerrâneos do que a que lhe fôsse imposta por estrangeiros. Problema muito mais sério era o decorrente da diferença de religião. Isso representava uma linha divisória entre portugueses e holandeses que nem sempre conseguiam apagar a tolerância e o tato de João Maurício, muito embora houvesse êle alcançado mais nesse terreno do que outra qualquer pessoa. Havia inevitavelmente um grande abismo entre os portugueses católicos e os holandeses protestantes; mas a posição de João Maurício se tornava tanto mais difícil quanto a Companhia das Índias Ocidentais era essencialmente uma criação dos calvinistas militantes, ou seja do

(12) "Sermão da visitação de Nossa Senhora" (1640) e "Sermão da domingo vigésima segunda, post pentecosten" (1653), em *Obras Escolhidas* (ed. Sérgio-Cidade), X, pp. 104-10, 130-1; A. Pena Júnior, *A Arte de Furtar e seu autor* (2 vols., Rio, 1946). Cf. também *Atas da câmara da cidade do Salvador, Bahia, 1625-1639* (3 vols., Bahia, 1944-9), *passim*.

partido Contra-Remonstrante, que encarava qualquer tolerância para com o papado como um conchavo com a “Grande Meretriz da Babilônia”.

Verdade é que não só a carta original da Companhia das Índias Ocidentais, como as solenes promessas feitas aos moradores do Brasil em 1624, 1630 e 1635 garantiam enfaticamente aos católicos liberdade de consciência e um certo grau de liberdade de culto. Mas essas concessões foram sempre olhadas de esguelha por muitos calvinistas zelosos, especialmente na Zelândia, onde os devotos da “verdadeira religião cristã” dispunham de forte representação. Uma dessas mais influentes sentinelas postadas nas tôrres de vigia de Sião, o reverendo Godfried Udemans, argumentava em seu *Spiritual Rudder* que era um contra-senso e uma ilegalidade prometerem os holandeses liberdade de culto aos portugueses católicos das colônias arrebatadas à coroa lusitana¹³. Era na verdade uma ironia que os calvinistas mais extremados e rígidos se tivessem tornado senhores no Brasil de uma vasta população de católicos não menos fanáticos do que êles.

Frei Manuel Calado menciona muitos exemplos da brandura de João Maurício com os padres e frades de Pernambuco, ao mesmo tempo que os documentos holandeses nos dão também a prova de como êle rejeitou ou deixou de lado as repetidas solicitações feitas pelo consistório calvinista com o fito de tornar mais efetivo o refreamento da “superstição e idolatria papais”. O próprio João Maurício convidou Fr. Calado a morar em seu palácio, e quando o frade polidamente o recusou, o príncipe insistiu para que morasse perto dêle e o visitasse com freqüência, o que, de fato, Calado passou a fazer. Foi dado também ao frade o consentimento para dirigir missa no recinto fechado pelos portões da casa governa-

(13) G. Udemans, *T Geestlick Roer* (Dordrecht, 1655), pp. 311-13, 375 e ss.

mental. Outros testemunhos eloqüentes da política tolerante e compreensiva de Maurício de Nassau em matéria religiosa são dados pelo vigário-geral Gaspar Ferreira, adversário de Calado, pelos jesuítas (ainda que fôsem normalmente excluídos dos favores dela) e pelos frades capuchinhos. Assim escrevera um dos últimos ao Colégio da Propaganda Fide, de Roma: "Bendito seja Deus por ter dado ao príncipe que governa esta terra uma disposição de ânimo tão benévola que o faz encorajar-nos com a sua brandura, a ponto de, em vez de opor-se aos nossos projetos, esforçar-se, pelo contrário, na medida do possível, para que êles tenham prosseguimento. Ornam indiscutivelmente êsse príncipe tôdas as virtudes naturais, fazendo-o muito compadecido e generoso para com todos. Não manda demolir as nossas igrejas nem dirige ameaças contra os católicos, mas, pelo contrário, mostra-se pacífico e bondoso. Temos que para ser um homem perfeito falta-lhe apenas a luz da verdadeira fé"¹⁴.

Bastante penosa deveria ser naturalmente para João Maurício a tarefa de defender os católicos contra os predicantes, que incessantemente procuravam cercear a liberdade religiosa formalmente garantida aos moradores. O consistório não tinha como recusar-lhes a liberdade de consciência, visto achar-se ela garantida por uma cláusula na carta da Companhia e desfrutarem-na nas Províncias Neerlandesas Unidas os católicos romanos; mas a liberdade de exercer públicamente o culto era algo que não estavam muito dispostos a tolerar. Em 1638, por exemplo, queixou-se o consistório "da grande liberdade concedida aos pápistas, mesmo onde êles se haviam rendido incon-

(14) Calado, *Valeroso Lucideno*, pp. 42, 47-49, 51-52, 62-64, 133; Fr. Colombe de Nantes, O.F.M., Cap., para a Propaganda Fide, 25-VIII-1643, publicado por Fr. F. Leite de Faria, O.F.M., Cap., em *Brasília* (Coimbra, 1954), IX, pp. 63-64; Gonsalves de Mello, *Fr. Manuel Calado do Salvador* (Recife, 1954), pp. 63, 87-93, 105-7; Serafim Leite, S. J., *História*, V. pp. 394-5.

dicionalmente”. Frisavam os predicantes que aos monges e frades era “permitido viver em seus claustros, receber livremente as suas rendas e fazer os casamentos dos neerlandeses etc.” Pediam a João Maurício para sustar essas práticas, uma vez que nenhuma dessas liberdades era concedida aos católicos nas Sete Províncias.

João Maurício adotou uma sábia política de indiferença perante essas queixas, como teve a ocasião de esclarecer em seu testamento político de 1644. Respondendo cortêsmente aos predicantes prometeu coibir tôdas as atividades católicas não autorizadas; mas, na verdade, esquivou-se a providenciar nesse sentido continuando a auxiliar e proteger, de maneira mais ou menos clandestina, tanto Calado como os capuchinhos. Por isso não é de admirar que essas queixas contra o excesso de liberdade concedido aos portugueses para celebrar os ritos de sua religião se repetissem todos os anos durante a administração de João Maurício¹⁵. O govêrno prometera muitas vêzes lançar mão de medidas coercitivas, mas só o fêz muito raramente. Uma dessas raras ocasiões ocorreu em 1640. Havia João Maurício dado aos moradores a permissão de reconstruir a capela de Olinda, que estava em ruínas, apesar de já existirem ali uma igreja e dois conventos. Não obstante, quando o trabalho ficou pronto, os ministros calvinistas tomaram o templo à fôrça para uso dos protestantes, isso, ao que parece, com o apoio de alguns membros do conselho governamental¹⁶.

A tolerância religiosa de João Maurício estendia-se aos próprios judeus, embora fôssem o ódio, a zombaria e o menosprêzo aos judeus o único ponto em que predicantes e frades estavam de acôrdo. Dá-nos Fr. Calado conhecimento de que em Recife os judeus se reuniam

(15) “Classicale Acta van Brazilië, 1636-1644,” em *Kron. Hist. Gen. Utrecht*, XXIX, p. 328, 331-3, 347-8, 361, 363, 375, 393-4, 400-1, 410-11.

(16) “Classicale Acta van Brazilië,” op. cit., pp. 347-363; Quelen, *Kort Verhael*, p. 17.

pùblicamente para o culto, em duas sinagogas; por outro lado, o consistório calvinista protestava contra a tolerância adotada para com as práticas de religião judaica, quase com a mesma freqüência com que o fazia contra a "idolatria papista". Queixavam-se os pregadores de que aos judeus do lugar se permitisse casar com cristãos, converter cristãos ao judaísmo, circuncidar cristãos, empregar êstes últimos como criados em suas casas, e ter como concubinas mulheres cristãs. Entendia o consistório que era obrigação de João Maurício e de seu conselho sustar essas práticas não autorizadas, atento o igual escândalo que provocavam entre protestantes e católicos. Só em Pernambuco, clamavam êles, gozam os judeus de liberdade ilimitada, ao passo que em tôdas as outras partes do mundo estavam sujeitos a certas restrições. João Maurício fingia ignorar êstes e outros protestos subseqüentemente lançados; sem embargo, quando algum judeu se excedia, criticando públicamente a religião católica, a êles se aplicavam severas reprimendas. O juízo dos judeus sôbre a atitude de João Maurício ficou claramente expresso em 1642, quando o seu representante cientificou os Heeren XIX "de que se lhes fôsse necessário pagar a permanência de Sua Excelência nesta terra, nenhum preço achariam demasiado elevado para isso, ainda que se tratasse de seu próprio sangue, contanto que o pudessem reter"¹⁷.

Uma vez que as crenças religiosas dos negros e dos ameríndios (tais como eram) estavam virtualmente fora da interferência das autoridades, pode-se afirmar que durante os anos de govêrno de João Maurício a liberdade

(17) *Classicale Acta van Brazilië*, op. cit., pp. 329, 343, 348, 361, 386, 400; A. Wiznitzer, *The Records of the earliest Jewish community in the New World* (New York, 1954), pp. 23-24; P. J. Bouman, *Johan Maurits*, p. 74; carta dos chefes da comunidade judaica, de 1.º de maio de 1642, reproduzida em fac-simile por A. Wiznitzer em *Aonde Vamos? Semandrio judaico independente do Brasil*, n.º 589 (Rio de Janeiro, 7 de outubro de 1954).

religiosa de que gozava o Brasil neerlandês era maior do que a existente em qualquer outra parte do mundo ocidental¹⁸. Só isso era o bastante para fazê-lo merecedor de fama e renome duradouros. Infelizmente, porém, estava êle muito avançado para a sua época, e apesar de haver conseguido conservar em paz durante sete anos as duas facções rivais da Cristandade, não lhe foi possível, ainda assim, reparar de modo permanente a brecha aberta pela Reforma entre católicos e protestantes. Se houvesse ficado por mais tempo, ou se fôsse sucedido por outro homem da mesma envergadura, maiores teriam sido talvez os resultados alcançados; mesmo assim, é isso duvidoso. Os esforços dos ministros protestantes para converter os moradores, como êles foram os primeiros a reconhecer, falharam completamente, jamais havendo os portugueses olhado para a religião dos intrusos hereges senão com desprezo. Já os frades, pelo contrário, foram muito mais bem sucedidos na conversão de inúmeros holandeses, de um e outro sexo. Os holandeses que se casavam com mulheres da terra, o que aliás muita vez acontecia a despeito dos poucos atrativos que tinham as pernambucanas, adotavam quase sempre a religião de suas espôsas¹⁹. A maior parte dos mercenários da Companhia das Índias Ocidentais eram também católicos romanos, ou são criptocatólicos, de modo que com êles os frades nunca tiveram dificuldades; enquanto isso, muito mais numerosos do que geralmente se pensa eram nessa época os holandeses católicos. Apesar de tudo, permanecia o abismo entre os adeptos de cada um dos dois credos, que mutuamente se excluía e guerreavam. João Maurício havia estendido sôbre êle uma ponte, mas a sua partida para a Europa

(18) Sob êste ponto de vista a maioria dos países asiáticos ficava em situação favorável se comparados aos europeus. Cf. S. Sen [ed.], *Indian Travels of Thevenot and Careni* (Nova Delhi, 1949), pp. XLI-XLII.

(19) Para alguns exemplos concretos veja-se Gonsalves de Mello, *Tempo dos Flamengos*, pp. 166-70.

em 1644 suprimiu essa ponte, dando lugar a que a fenda ficasse mais larga do que nunca.

Outra barreira entre portugueses e protestantes era a constituída pela profunda diferença existente entre os costumes e a vida social de uns e outros. Tomemos, por exemplo, as atitudes que respectivamente adotavam com relação ao vinho e às mulheres. Embora Portugal fôsse uma nação vinícola, os portugueses eram (e ainda o são) tidos como abstêmios. O capelão da feitoria inglêsa em Lisboa no último quartel do século XVII, com tôda justiça, observara: "Penso que nenhum povo da Europa é menos inclinado do que êste ao vício imperdoável da embriaguez, mormente em se tratando de pessoas de qualidade, pois todos quantos prezam o seu nome mostram grande aversão pelo vinho"²⁰. O contrário dá-se com a Holanda, onde apesar de não se produzir vinho algum, é êle mais barato, mais abundante e mais apreciado do que em muitos países em que se usa essa bebida²¹. O famoso governador de certa colônia holandesa, referindo-se aos seus compatriotas do Oriente, escreveu que "a nossa nação precisa beber, para não morrer", enquanto que outro contemporâneo, bastante viajado, observou que a maioria dos funcionários da Companhia das Índias Ocidentais "outra coisa não sabiam senão beber até ficarem embriagados"²². Já vimos com que horror Fr. Manuel Calado presenceava as apostas

(20) J. Colbatch, *An Account of the Court of Portugal* (Londres, 1700), I, pp. 4-5.

(21) *Aenwysinge dat men van de VOC em WIC een compagnie dient the maecken* (Haia, 1644), pp. 8 e 12. Cf. V. Barbour, *Capitalism in Amsterdam in the 17th century*, pp. 92 e 96.

(22) "...want onse natie drincken ofte sterven moeten" (H. T. Colenbrander [ed.], *Jan Pieterzoon Goen. Bescheiden*, I, p. 459); "sulcke narren in't Landt stuerden, die miet en wisten als van droncke drincken" (D. P. de Vries, *Korte Historical*, Hoorn, 1655; ed. Linschoten Vereeniging, p. 178).

entre bebedores, jovialmente presididas por João Maurício, o que não significa que proezas com o copo fôsem a única arte cultivada pelos holandeses no Brasil.

No que tange às mulheres, a atitude dos portugueses em relação ao belo sexo era tida como demasiado zelosa e restritiva até pelos espanhóis, os quais, todavia, à semelhança de seus vizinhos, talvez tenham herdado dos séculos de ocupação mourisca as suas idéias no tocante ao isolamento das mulheres²³. Por outro lado, nas Províncias Unidas as mulheres gozavam provavelmente de mais liberdade do que em qualquer nação européia daquele tempo. Observadores estrangeiros freqüentemente fizeram reparo em que a maioria dos holandeses não só discutem com suas mulheres, na intimidade, assuntos relativos aos negócios e ao Estado, como também bebem livremente com elas, em público²⁴. Isso fazia, por certo, o maior contraste possível com os hábitos portugueses. Em sua *Descrição do reino de Portugal* (Lisboa, 1610), assegura-nos o cronista Duarte Nunes de Leão que as mulheres que bebiam vinho eram postas na mesma categoria das que cometiam adultério. João Maurício e seu conselho escreveram em 1638 que os moradores da terra ocultavam ciumentamente as suas espôsas, “reconhecendo assim que os homens de sua raça eram dados à cobiça das mulheres de seus semelhantes”. As mulheres, via de regra, perdiam os dentes muito cedo e, devido à sua vida sedentária, não eram tão trabalhadoras como as holandesas, andando com os seus *chapins* (sapatos de cortiça, de salto alto),

(23) Cf. Tirso de Molina, *Amor Médico*, citado em *Biblos*, XXIV (Coimbra, 1948), p. 28; Tomé Pinheiro da Veiga, *Fastigimia* (ed. Pôrto, 1911), pp. 37-38, 44, 82-83, 143-7, 153, 268; D. Francisco Manuel de Mello, *Carta de Guia de Casados* (ed. Lisboa, 1615), pp. 76-77, 79-80, 99-100.

(24) Referido por vários observadores da época, entre os quais Fr. Manuel Calado, Francisco de Sousa Coutinho (“seguindo a máxima franga em todos os tempos de dar muita mão à mulher”, *correspondência Diplomática*, II, p. 59) e Sir William Temple.

como se tivessem cadeias nas pernas. Só saíam cobertas, e eram carregadas numa rêde com um tapête estendido por cima, ou senão escondidas dentro de uma cadeirinha, de modo que se enfeitavam para ser vistas apenas pelos seus íntimos. Quando iam fazer visitas, avisavam prèviamente; a dona da casa sentava-se então num bonito tapête turco estendido no chão, à espera das amigas, que se sentavam também ao lado dela, com as pernas cruzadas à moda dos alfaiates, e tendo os pés encobertos, como se tivessem muita vergonha de mostrá-los a quem quer que fôsse”²⁵.

A diferença existente entre holandeses e portuguezes resalta claramente do seguinte episódio, relatado por Fr. Manuel Calado. Uma comissão de mulheres de agricultores procurou João Maurício, pedindo-lhe, de joelhos, para poupar a vida de Dona Jerônima de Almeida, “mãe de nove filhas já quase mulheres perfeitas, e três filhos”, que tinha sido condenada à morte por haver dado abrigo a guerrilheiros. “O Príncipe João Maurício Conde de Nassau recebeu estas mulheres com alegre semblante (que o tinha para todos) e as fêz levantar da terra com muita cortesia, e lhes disse que se soubera que havia de ter tão formosas e honradas hóspedes estaria preparado com um banquete, segundo elas mereciam, porém já que o haviam tomado de sobressalto as convidava a jantar com êle com a sua mesa ordinária; elas lhe beijaram a mão por a mercê, e favor, e lhe responderam, que o banquete que elas vinham buscar a sua casa era, que achando graça em seus olhos, fôsse servido S. Exce-lência de acudir a tão grande crueldade, e perdoar a Dona Jerônima; e que o jantar à sua mesa haviam por

(25) “Somier Discours over de vier geconquesteerde capitánias, 14 de janeiro de 1638”, em *Bijdr. Hist. Gen. Utrecht*, II, pp. 257-317. Cf. pp. 173-4 da tradução portugüesa publicada na *RIAGP* n.º 34 (1887), que é preferível ao original holandês, cujo texto está eivado de erros tipográficos.

recebida a mercê, porém que não era uso, nem costume entre os portugueses comerem as mulheres, senão com os seus maridos, e ainda com êstes era quando não havia hóspedes em casa (não sendo pai ou irmãos) porque nestes casos não se vinham assentar à mesa; porém que aquêlé favor que S. Excelência lhes oferecia tinham elas pôsto no íntimo de seus corações. O Príncipe ficou satisfeito com a cortês e honrada resposta, e as despediu dizendo que no despacho de sua petição faria tudo o que pudesse, e com isto as despediu, vindo-as acompanhando até o tôpo de sua escada; e logo passou um decreto, em como êle perdoava a sentença de morte de Dona Jerônima de Almeida, por autoridade, e poder que tinha de Governador, e Capitão General de Pernambuco, e das mais Capitánias conquistadas, e sujeitas aos Estados de Holanda”²⁶.

Embora muitos holandeses se casassem com pernambucanas, afirma Fr. Calado que não havia um único exemplo de portugueses, que tendo tido relações amorosas com uma mulher herege, viesse a desposá-la. Manuel de Oliveira Lima, historiador brasileiro do século XIX, diz com galanteria estar certo de que o frade fêz neste particular uma injustiça aos seus conterrâneos; mas, seja como fôr, a verdade é que a maioria dos holandeses que se casavam com mulheres da terra mostravam-se inclinados a identificar-se mais depressa com a religião e a pátria de suas espôsas do que com a da sua própria. Não sabemos dizer até onde teria ido êste processo, ou qual dos dois lados da família eventualmente escolheriam os filhos dêsses casais, pois a colônia, em tôda a sua existência, teve apenas uns três anos de paz ininterrupta. Parece todavia provável que êsses casamentos mistos teriam aumentado de número e se multiplicado se a

(26) Calado, *Valeroso Lucideno*, p. 63. [Notas do tradutor: págs. 138 e 139 do tomo I da edição “Cultura”, São Paulo, 1943.]

revolta de 1645 não viesse sustar bruscamente a marcha do processo. Podemos acrescentar que João Maurício, embora houvesse evitado sempre o jugo matrimonial²⁷, não passou sem os seus amôres no Brasil. Se podemos dar crédito ao que a êste respeito nos conta Fr. Manuel Calado, êle atraçou a sua primeira amante, Margaret Soler, com a filha do comandante da guarnição local, disse resultando morrer de tristeza a infeliz Margaret²⁸.

Como é fácil imaginar, João Maurício encontrou muita dificuldade em harmonizar os interêsses dos lavradores portuguezes e dos moradores com os dos invasores holandeses, fôssem êstes últimos funcionários, comerciantes, colonos, ou soldados. Desde que a colônia era virtualmente país ocupado, onde o grosso da população se conservava velada ou abertamente hostil, encarecia João Maurício a necessidade de pagar bem a guarnição, trazê-la bem alimentada e aguerrida. Mostrava que, se isso fôsse feito, os soldados não teriam nenhuma desculpa para assaltar os moradores e poderiam ser mantidos em suas guarnições sob rigorosa disciplina. Infelizmente, os diretores não dispunham de dinheiro suficiente para pagar pontualmente as suas tropas nem para racioná-las como convinha; procuravam por isso economizar, reduzindo as guarnições e atendendo mal às necessidades de substituição. Os pagamentos eram demorados e os atrasados iam conseqüentemente se acumulando; contudo, a culpa disso não lhes cabia necessariamente, mas vinha

(27) "Mauritius nooit vast aen't juk der vrouwen", como contou Vondel em 1660.

(28) Calado, *Valeroso Lucideno*, p. 128. O pai de Margaret, Vincent Joachim Soler, foi a principio um frade valenciano da ordem de Santo Agostinho, que renunciou ao catolicismo, convertendo-se ao calvinismo, de que foi ministro. Sua *Cort ende sonderlingh verhael* (Amsterdam, 1639) é uma das narrativas mais curiosas referentes à colônia. Cf. Gonsalves de Mello, *Tempo dos Flamengos* (índice in voce Soler), e J. H. Rodrigues, *Historiografia e Bibliografia*, n.º 436.

principalmente do fato de não receberem a tempo, ou por inteiro, os subsídios das províncias.

Aos que concluíam o seu tempo de serviço, procuravam os diretores persuadir que continuassem no Brasil como colonos, em vez de tornarem à Holanda para dar baixa, isso com o duplo objetivo de obter colonos afeitos ao clima tropical, e de poupar o dinheiro das passagens de volta. Bom número deles assim fêz, e outros teriam feito o mesmo se houvessem recebido o que se lhes devia, coisa que era raro verificar-se. Era sistema da Companhia segurar uma parte do pagamento, como garantia de bom comportamento de seus homens e precaução contra as deserções, até findar o prazo de serviço (geralmente três anos), ocasião em que, é de supor-se, receberiam o saldo. Na realidade, as contas dos soldados eram muitas vêzes manobradas pelos próprios pagadores, ou pelos funcionários da Companhia, que nelas descontavam roupas e outros pertences, calculados em base fictícia. Em conseqüência disso, muitos soldados que depois de longos e fiéis serviços esperavam voltar para a Holanda com um bom saldo a seu favor, verificavam que pouco ou nada tinham a receber.

É natural que os que voltavam para a Europa freqüentemente se mostrassem indignados, e dissuadissem com as suas queixas os que aspirassem a ser recrutas, aconselhando cada qual a não ir para o Brasil. As normas adotadas na colônia pelo tribunal militar holandês eram por igual excessivamente rigorosas, contando-se que, antes da vinda de João Maurício, “não via êle mais dificuldade em condenar à morte um soldado do que em matar uma galinha”. João Maurício, com algum êxito, esforçou-se por amenizar êste e outros abusos; mas, embora os soldados compreendessem que “a sua bondade e diligência lhes garantiria as vidas e a honra”, a precária situação financeira da Companhia nunca permitiu que os diretores

atendessem satisfatòriamente ao pagamento e manutenção de suas tropas²⁹.

João Maurício zelava muito do bem-estar de seus soldados; mas, se não era um impiedoso *martinet*, nem por isso se mostrava desleixado em matéria de disciplina. Empenhava-se particularmente em impedir que êles roubassem e desrespeitassem os moradores, como de certo estariam dispostos a fazer, se não fôssem coibidos. Os soldados sabiam que a maioria dos moradores havia sempre prestado auxílio e apoio aos bandos de guerrilheiros vindos da Bahia, motivo pelo qual achavam que tinham o direito de se apropriar do gado, ou de algo mais valioso, conforme as circunstâncias. João Maurício nunca acobertou essas represálias extra-oficiais, punindo-as com severidade sempre que elas chegavam ao seu conhecimento.

Tôdas as nações do norte da Europa estavam bem representadas na soldadesca da Companhia. Pierre Moreau disse que os mais numerosos eram os franceses; mas, em 1642, João Maurício escreveu que, quando teve ordem de dispensar todos que não fôssem de origem alemã, holandesa ou escandinava, a maioria era constituída de inglêses, escoceses e franceses³⁰. Houve um tempo em que a guarnição da Paraíba incluía 150 soldados inglêses, sob o comando de um compatriota, o capitão John Goodlad. Os soldados da Companhia das Índias Ocidentais eram recrutados mediante alistamento voluntário, muito embora os encarregados desse serviço não raro arrebanhassem também forasteiros desprevenidos e jovens do próprio país. O botânico e naturalista E. Rumphius, que conquistou grande nomeada na Índia, tinha-se alistado, quando môço, para servir na insolada Itália (segundo

(29) Quelen, *Kort Verhael*, pp. 4-5, 16-17.

(30) P. Moreau, *Histoire des derniers troubles du Brésil entre les Hollandois et les Portugais* (Paris, 1651), p. 14; Gonsalves de Mello, *Tempo dos Flamengos*, p. 195.

êle supunha), mas viu-se a bordo de um navio que se destinava ao ainda mais ensolarado Brasil³¹. Outra fonte permanente de recrutas eram os mercenários dispensados das campanhas da Guerra dos Trinta Anos. Mas os soldados portugueses eram recrutados por meios ainda mais duvidosos, sendo, a libertação dos presos, a maneira habitual de arrebatar alguma carne para os canhões dos campos de batalha coloniais.

Muitos soldados holandeses aquartelados em Pernambuco casaram-se com mulheres filhas do lugar, e, a despeito de seus hábitos sedentários (ou talvez por isso mesmo), era evidente que davam melhores espôsas e mães do que as holandesas. Estas últimas (isso se dizia abertamente) eram dadas à bebida, traíam os seus maridos e desleixavam-se dos filhos. Estado de coisas semelhante verificava-se na Índia, onde as mulheres naturais de Macau e outras eurásianas se tornavam melhores espôsas e mães do que as aventureiras, senão balofas marafonas, que vinham dos Países-Baixos³².

Frederico o Grande observara certa vez que o moral de um exército dependia de seu corpo de oficiais, princípio que foi um pouco mais tarde enunciado por Lorde Cornwallis, quando escreveu da Índia ao seu comandante-chefe: "Vossa Excelência deve saber que tôdas as tropas são boas ou más, conforme o valor e o esforço de seus oficiais". Sob êsse ponto de vista, não faltaram à Companhia das Índias Ocidentais bons comandantes, capazes de conseguir o máximo de seus comandados. Pondo de parte o próprio João Maurício, digno de destaque foi Arciszewski; e depois mesmo da remoção do coronel polonês do cenário brasileiro, puderam ainda os Heeren

(31) S. P. L'Honoré-Naber, *De West Indisch^e Compagnie in Brazilië en Guinee* (1930), p. 22.

(32) Cf. P. Coolhaas [ed.], *Jan Pietersz. Coen Bescheiden omtrent zijn verblijf in Indië*, VII, p. 336; c.f. Gonsalves de Mello, *Tempo dos Flamengos*, pp. 145-7.

XIX contar com alguns oficiais da primeira ordem, tendo mais de dez anos de experiência neste terreno. O alemão Von Schoppe, o inglês Henderson e o holandês Van den Brande eram adversários dignos de qualquer espada inimiga; por outro lado, ainda mais afortunada era a Companhia no que respeita ao serviço naval, visto como possuía combatentes da estatura de Lichthart e Houtbeen. Os acontecimentos subsequêntes vieram mostrar que em terra os comandantes portugueses eram mais do que competidores de seus adversários; mas isso não era ainda perceptível nos anos de 1637 a 1644. Os chefes militares portugueses podiam ser inexcedíveis nas guerras de emboscada, mas em campo raso dificilmente seriam capazes de defrontar e bater os seus inimigos. Nessa, como em tantas outras esferas vitais, parecia que os diretores da Companhia das Índias Ocidentais estavam mais bem servidos do que o recém-empossado, mas eminentemente inseguro, rei de Portugal.

No que tange ao elemento civil, os holandeses do Brasil podiam ser divididos em duas categorias: os que eram empregados da Companhia (*dienaaren*) e os que não o eram (*vrijluiden*). O pessoal do Supremo e Secreto Conselho, o Conselho Político, o Conselho de Justiça e o Conselho Financeiro eram todos tirados de entre os funcionários assalariados da Companhia. Não se imaginou que êsses funcionários se intromettessem no comércio privado, ou applicassem a sua atividade em lavouras de cana, às suas próprias expensas; mas muitos dêles assim fizeram. Ficavam abaixo na escala administrativa os conselhos regionais ou municipais, criados em 1637 por João Maurício, em substituição às câmaras portuguesas. Eram êsses conselhos organizados de acôrdo com o modelo metropolitano, e se compunham de um chefe holandês e de delegados portugueses, escolhidos pelo governador-geral e respectivo conselho das listas eleitorais regionais que lhes eram enviadas anualmente. Essas corporações locais tanto exerciam funções municipais como judiciais, mas estas

últimas se limitavam às demandas em que não estivessem envolvidos mais de 120 florins. Aos litigantes assistia o direito de apelar para o Conselho de Justiça de Recife.

As capitanias conquistadas foram subdivididas em distritos administrativos, seis dos quais pertenciam à de Pernambuco, por ser esta a maior e a mais populosa. Cada distrito era administrado por um *schout* (bailio, xerife), que era um funcionário pago pela Companhia, com a obrigação de ter olhos atentos aos interesses dela no distrito respectivo, e de investigar quaisquer desmandos e abusos. Esses dignitários eram detestados cordialmente pelos moradores, que se queixavam de que eles só faziam uso de sua autoridade para extorquir dinheiro, mediante ameaças de chantagem³³. Dizia-se também que dilapidavam tudo quanto confiscavam em nome da Companhia. Calado dedicou um capítulo e uma poesia a muitos desses delitos, e, embora possa haver exagero em algumas de suas alegações, o próprio João Maurício admitia que em mais de uma ocasião aqueles funcionários abusaram grosseiramente de seus poderes. Esses tiranetes constituíam o elo mais fraco do sistema de governo, e embora o governador-geral e seus conselheiros houvessem uma ou outra vez feito esforços para torná-los mais honestos e eficientes, nunca se chegou a qualquer resultado duradouro. O procedimento intolerável deles foi uma das principais causas do levante de 1645. Finalmente, os ministros calvinistas, os capelães e os ledores-laicos (*krank-bezoekers* e *ziekentrosters*) eram também pagos pela Companhia das Índias Ocidentais, a qual, como tivemos ocasião de ver, era essencialmente uma organização de contra-remonstrantes, ou calvinistas militantes³⁴.

(33) Tal como faziam os seus homônimos com os católicos nas Províncias Unidas. Cf. Barlaeus-Naber, *Nederlandsch Brazilië*, pp. 171, 379-80, 386, 404. Quelen, *Kort Verhael*, p. 22; P. Geyl, *The Netherlands Divided*, p. 81. Para os excessos que se praticavam no Brasil, cf. também Calado, *Valeroso Lucideno*, bk. III, cap. 1.

(34) Para minúcias relativas à administração adotada no Brasil holandês, cf. Barlaeus-Nader, *Nederlandsch Brazilië*, pp. 169-73, 390-4; Wätjen,

Os comerciantes holandeses, os colonos e os artífices que não recebiam diretamente pela Companhia eram chamados *vrijburghers*, ou *vrijluiden* (cidadãos livres). Muitos dêles eram soldados que, havendo concluído o tempo de serviço, se tinham casado e estabelecido como mascates, retalhistas ou pequenos proprietários, que exploravam lotes, ou *partidas*, de cana, com a ajuda de seus escravos. Todos os cidadãos estavam organizados em companhias de milícias, que podiam ser mobilizadas para reforçar as guarnições, em caso de necessidade. Entre os homens de negócio, alguns eram comerciantes vindos da Europa para trabalhar por conta própria, ao passo que outros não passavam de agentes de negociantes holandeses, ou de firmas comerciais. Outros ainda eram pessoas que haviam emigrado dos Países-Baixos para tentar fortuna no Brasil, fôsse como lavradores de cana, fôsse como trabalhadores manuais ou artífices. Operários especializados, como ferreiros, pedreiros, construtores e sapateiros, podiam ter a certeza de viver bem em Recife, onde em 1639 um mestre de carpinteiro podia ganhar seis florins por dia, e seu ajudantê três ou quatro.

Em compensação, falharam quase completamente os esforços feitos para encorajar a imigração de agricultores hábeis, isso por motivos que adiante veremos. O grosso dos imigrantes não se encaminhou para as zonas agrícolas (ou pelo menos nelas não se fixou), onde havia necessidade dêles para substituir os portugueses; estabeleceu-se, pelo contrário, em Recife, cuja população cresceu enormemente, fazendo com que o custo de vida se tornasse desmedidamente elevado. Entre os cidadãos livres havia um bom número de comerciantes prósperos, mas João Maurício se queixava de que entre os imigrantes muitos havia sem nada de seu, ou que para nada serviam. Êstes

Holländische Kolonialreich in Brasilien, pp. 79-215; Gonsalves de Mello, *Tempo dos Flamengos*, pp. 71-77, 135-140.

últimos eram simplesmente um pêso morto para a Companhia, visto como não queriam trabalhar fôsse no que fôsse, salvo ocupações parasitárias, como a de taverneiros³⁵. Sem embargo, os cidadãos livres e os comerciantes eram o principal esteio econômico de Recife, cujo progresso muito dependia de sua indústria e atividade. A maioria das transações comerciais passava por suas mãos, visto que as rendas da Companhia provinham principalmente dos direitos, impostos, taxas e fretes, por ela cobrados sôbre todos os embarques e carregamentos, sem falar no monopólio do comércio negreiro, do de pau-brasil e de munições. Se não fôsem as casas construídas pelos cidadãos de Recife, o lugar seria ainda um montão de areia, foi a exclamação de Quelen em 1640, esquecido talvez da contribuição de João Maurício. A situação próspera dos cidadãos livres e dos negociantes de Recife contrastava com a da classe correspondente em Batávia, onde os empregados da Companhia levavam vantagem sôbre ela, não lhe permitindo alcançar jamais posição equivalente.

A comunidade judaica era também de duas espécies no Brasil holandês. Havia os judeus praticantes emigrados de Amsterdam, e os criptojudeus locais, conhecidos também por cristãos-novos, ou marranos, os quais já eram bastante numerosos sob o domínio português. Muitos da última categoria, mas não todos, haviam renunciado ao catolicismo quando os holandeses se apossaram da colônia, não só aderindo formalmente ao credo judaico, como se submetendo à circuncisão e a outras práticas

(35) Barlaeus-Naber, *Nederlandsch Brazilië*, pp. 157 e 159. Gonsalves de Mello, *Tempo dos Flamengos*, pp. 156-6. Queixas semelhantes eram externadas contra os soldados que haviam terminado o tempo de serviço, e outras pessoas que se haviam tornado cidadãos livres na Índia, onde a de taverneiro era a sua ocupação predileta. Cf. E. Reimers [ed.], *Selections from the Dutch records of the Ceylon government. Memoirs of Rychloff van Goens, 1663-1675* (Colombo, 1932), pp. 24, 34 e 54.

exigidas pelo ritual. Uns tantos cristãos-novos mantiveram-se, pelo menos exteriormente, fiéis ao catolicismo, visto terem dúvida quanto à duração do domínio holandês. Todos eram odiados e menosprezados pelos seus concidadãos cristãos-velhos, fôssem êstes portugueses católicos ou holandeses calvinistas; mas a importância numérica e a influência da comunidade judaica, embora bastante consideráveis, têm sido muito exageradas tanto pelos panfletários da época, como pelos historiadores modernos.

Quelen, em 1640, proclamava que em Recife o número de judeus era quase o dôbro do de cristãos; mas os estudos recentes do Dr. A. Wiznitzer chegaram à conclusão de que, de acôrdo com os recenseamentos e outras fontes fidedignas, o número de judeus do Brasil holandês atingiu o seu máximo em 1644, com um total aproximado de 1 450 almas. A população branca civil de *vrijluiden* era então de menos de 3 000 indivíduos, de modo que os judeus, embora constituíssem uma fração relativamente considerável da comunidade, seguramente não se achavam em maioria. O grosso dêsses israelitas era constituído de judeus hispano-portuguêses (*Sephardim*), mas muitos dos que tinham emigrado das Províncias Unidas eram do grupo germano-polonês (*Ashkenazim*). Ao contrário do que acontecia nas comunidades judaicas de Amsterdam e de qualquer outra parte, os estatutos que regulavam a comunidade judaica de Recife não faziam nenhuma discriminação contra os que não pertenciam ao primeiro grupo — inovação esta muito significativa para a época, como foi observado pelo Dr. Wiznitzer³⁶.

Diziam os escritores portuguêsés, e também os holandeses, que os judeus tinham conseguido monopolizar

(36) Gonsalves de Mello, *Tempo dos Flamengos*, pp. 266-311; A. Wiznitzer, *Records*; idem, "The number of Jews in Dutch Brazil, 1630-1654", reimpresso em *Jewish Social Studies*, XVI (Nova York, 1954), pp. 107-14.

quase todo comércio retalhista e muitos outros ramos de negócio, graças ao conhecimento que tinham dos dois idiomas, o que os fazia indispensáveis como intermediários. Eram relativamente poucos os holandeses que aprendiam a falar o português fluentemente (João Maurício gaguejava sempre que tentava fazê-lo, conta-nos Calado), e não se conhece nenhum exemplo de cristão-velho português, vivendo em Pernambuco, que se tivesse dado ao trabalho de aprender o holandês. A mútua ignorância (ou falta de vontade de aprender) em que ambos estavam da língua falada pelos outros, foi uma das razões do mau funcionamento dos conselhos mistos, constituídos de representantes dos municípios e dos distritos rurais. Podemos acrescentar que nem todos os judeus de Recife eram monopolistas e açambarcadores endinheirados, como se imaginaria ao ler os desabafos de seus detratores católicos e calvinistas. Se alguns chegavam ao Brasil, como diz Fr. Calado, “sem outra coisa mais além das roupas esfarrapadas que usavam”, e conseguiam depois fortuna, muitos havia que mal chegavam a uma situação remediada, enquanto outros permaneciam na mais abjeta penúria.

Como já houve ensejo de dizer, os ameríndios com que os holandeses tiveram contacto pertenciam também a dois grupos. O primeiro era formado pelos índios mais ou menos domesticados pelos portugueses, e que viviam agrupados em comunidades, ou *aldeias*. Cada aldeia era governada por um chefe índio, sob a vigilância de um europeu. Viviam êses índios em choças de palha, onde tinham abrigo de quarenta a cinquenta famílias, sob regime comunal. Todos os seus pertences resumiam-se numa rêde, alguns pratos e cabaças, uma camisa ou camisola de pano de algodão, arcos e flechas. Em volta das aldeias faziam pequenas plantações de mandioca e feijão, sendo todavia muito pouco cuidadosos no trato dessas

culturas, visto como para o seu sustento fiavam-se principalmente no produto da caça e nos frutos silvestres. Eram sobretudo avessos a trabalhar, quer por conta própria, quer pagos pelos europeus, mas faziam longas caminhadas em busca de aguardente e outras bebidas fortes, que eram a coisa que mais prezavam neste mundo. Alguns conheciam os rudimentos da doutrina católica, e grandes esforços fizeram às vêzes os holandeses para convertê-los à religião calvinista. Vários foram mandados para a Holanda, com o fim de receber instrução, havendo casos de se europeizarem a ponto de esquecer a própria língua. Outros, assim que voltavam ao Brasil, caíam de nôvo no estado semi-selvagem, pelo que, certa vez, os ministros calvinistas, desesperados, pensaram em abandonar qualquer esforço para catequizá-los. Contudo, apesar dêsses insucessos, num relatório datado de fevereiro de 1645, dizia-se que prosseguiam os esforços naquele sentido, “e com resultados apreciáveis”.

O segundo grupo de ameríndios era constituído pelos selvagens que andavam inteiramente nus, num estágio de cultura correspondente à idade da pedra. Muitos dêstes eram antropófagos, ao passo que todos, formando pequenos bandos, levavam vida errante nas florestas, alimentando-se exclusivamente do produto da caça e da pesca, de frutas da mata, e de mel. Os selvagens dêsse tipo eram todos conhecidos pela denominação geral de *tapuias*. Repartiam-se êles em numerosas tribos, falando tôdas línguas ditas *travadas*, hoje extintas em sua maioria. São ainda do maior interêsse para os antropologistas os relatos minuciosos sôbre sua natureza e hábitos deixados por holandeses e alemães que viveram no meio dêles, ou com êles tiveram estreitas relações (Baro, Herckmans, Rabbe), sem falar nos notáveis debuxos e pinturas executados pelos artistas de que se havia cercado João Maurício. Êsses canibais jamais consentiriam que os holandeses os

educassem ou civilizassem; mas mostravam-se perfeitamente dispostos a cooperar com êles na luta contra os portuguezes, dando provas de que eram aliados prestadios, embora por vêzes incômodos. Os tapuias tratavam os holandeses e eram por êstes tratados em pé de perfeita igualdade. João Maurício aceitava de bom grado que lhe dessem o título de irmão, e possuía um retrato em que êle próprio aparecia no meio de um grupo de tapuias. Em verdade, mostrava ter por êles a mesma simpatia e compreensão que seria de esperar num antropologista do século XX. Um grupo de tapuias acompanhou João Maurício por ocasião da sua volta para a Holanda, em 1644, e durante muitos anos continuou este último a mandar presentes e cartas aos chefes de seus aliados do Brasil³⁷.

Muitas vêzes se tem dito que os espanhóis e os portuguezes foram mais inteligentes e mais bem sucedidos em suas relações com os ameríndios do que os seus sucessores holandeses e inglêses; mas no que respeita ao período de que nos estamos ocupando, isso não é verdade. Antes pelo contrário, os portuguezes e espanhóis mais perspicazes reconheciam sem reboços que "as nações do norte" tratavam os ameríndios com muito mais tato e resultado do que os *conquistadores* e os *encomenderos*. Em 1621, um frade franciscano, com longa experiência de missionário na América, declarou ao Conselho das Índias que o mau tratamento dispensado pelos espanhóis aos índios do Nôvo Mundo havia facilitado grandemente aos holandeses, que os tratavam muito melhor, o progresso na faixa lindeira das Caraíbas. "Temos fornecido aos hereges um pretexto e um argumento para fortalecer

(37) Barlaeus-Naber, *Nederlandsch Brazilië*, pp. 161-3, 323-32; P. Moreau, *Relation du voyage de Roulox Baro... au pays des Tapuias dans la terre ferme du Brésil* (Paris, 1651); Gonsalves de Mello, *Tempo dos Flamengos*, pp. 231-65; *RIAGP* n.º 31 (1886), pp. 278-88; High Council to Heeren XIX, 13 de fevereiro de 1645 (JHMS).

a sua heresia e mau estilo de vida, bem como para difamar o nosso Evangelho, dizendo aos índios, como dizem, que nós é que somos os hereges e que rompemos com as leis e os mandamentos de Deus, conforme êles podiam julgar por si mesmos, atentando na diferença entre o procedimento de uns e outros³⁸.

A respeito dos índios do estuário amazônico, escreveu em 1654 o Padre Antônio Vieira, S. J.: “Êles têm tomado tanto ódio e aversão à nação portugûesa, que não querem nem paz nem comércio conosco, ao passo que em geral aceitam uma e outra coisa das nações do norte que frequentam aquela região, pois dizem encontrar mais lealdade da parte delas e maior garantia de liberdade”. Quando o Padre Vieira, anos mais tarde, visitou os índios da serra de Ibiapaba, verificou que muitos dêles “haviã nascido e se criado no meio dos holandeses”, e tinham fugido para o interior em seguida à queda do Brasil holandês, em 1654. Possuíã êles livros holandeses que eram capazes de ler, papel veneziano em que escreviã bonitas cartas, que fechavam com lacre, ao passo que alguns ostentavam roupas de sêda dadas pelos holandeses. “Desta maneira”, acrescenta o referido padre, “sabiam os políticos de Holanda como granjear a boa vontade e a sujeição do povo, chamando para si a obediência que êste nos devia prestar. Poderíamos ter impedido isso usando òs mesmos processos, e por muito menos preço; mas, não lhes tendo concedido voluntariamente um pouco, acabamos perdendo tudo, contra a nossa vontade”. Afirma Vieira que êsses índios protestantes haviã transformado a serra de Ibiapaba numa outra Genebra. onde “os habitantes eram, em sua maioria, tão calvinistas e luteranos como se tivessem nascido na Inglaterra ou na

(38) Juan da Silva, O.F.M., *Advertencias importantes acerca del buen gobierno y administracion de las Indias* (Madrid, 1921).

Alemanha”³⁹. Mesmo que se atribua algum exagero à pena exuberante de Vieira, é óbvio que os resultados da propagação e educação religiosa levadas avante pelos holandeses entre 1625 e 1645 foram muito maiores do que imaginavam os ministros de Recife.

Não se deve concluir daí que os holandeses não houvessem cometido excessos e erros em seu trato com os índios. Houve-os particularmente no Maranhão, onde muitos nativos foram aprisionados e reduzidos ao cativeiro, em desafio aos regulamentos da Companhia das Índias Ocidentais, os quais proibiam categoricamente que se escravizasse ou submetesse os índios a trabalhos forçados. Comparada porém com os métodos seguidos pelos portugueses e espanhóis, a atitude dos holandeses no tempo de João Maurício era (falando de modo geral) mais humana, mais sensível e mais profícua. Pode-se acrescentar que em Angola as coisas não se passavam de modo diferente, sendo os portugueses os primeiros a admitir que os holandeses tratavam os negros (que não fossem escravos) com muito mais brandura e compreensão do que êles⁴⁰.

Embora tanto o governo português como o holandês houvessem criado leis em prol da liberdade dos ameríndios, leis que eram razoavelmente observadas, pelo menos sôbre os holandeses, estavam aquêles dois povos de acôrdo sôbre a necessidade de explorar os filhos de Cam, sob pena de perigar a sobrevivência da colônia. “Sem negros e sem bois, nada se poderia esperar de Pernambuco”, foi o que disseram em 1640, com a sua autoridade, os Heeren

(39) *Cartas de Antônio Vieira, S. J.* (ed. Azevedo), I, pp. 393, 478, 569; *Obras Escolhidas* (ed. Sérgio e Cidade), V, pp. 77-82, 89, 114-15. Cf. também as discussões havidas no Conselho Ultramarino em tôrno da proposta para estabelecer no Maranhão (1644-7) emigrantes irlandeses (AHU “Consultas Mistas”, Cod. 13, fol. 79, e Cod. 14, fol. 93).

(40) Carta de Bento Teixeira de Saldanha, Luanda, 10 de abril de 1653 (AHU, “Angola, Papéis Avulsos”, 1653). Cf. C. R. Boxer, *Salvador de Sá*, p. 270.

XIX. E, oito anos mais tarde, escreveria o Padre Antônio Vieira: “Sem negros não existirá Pernambuco, e sem Angola não haverá negros”⁴¹. Não era esta última observação pedantesca e rigorosa, visto como os holandeses podiam obter também negros em Guiné; mas davam preferência aos escravos de Angola, pelos motivos que veremos adiante.

Nem os traficantes holandeses, nem os portugueses, sabiam distinguir umas das outras as numerosas tribos de que procediam os escravos na África ocidental; repartiam-nos porém em vários grupos, a que davam nomes tirados dos pontos da costa africana onde eram buscados. Eram os Ardras, os Minas e os Calabares, oriundos todos êstes da alta Guiné, e os Angolas, que procediam do Congo e de Angola. Nesse período os escravos mais estimados eram os Bantos, de Angola; isso, em parte, porque eram os mais numerosos, e ficava assim mais fácil aos escravos velhos instruir os ignorantes recém-vindos usando a própria língua, ou, pelo menos, uma que fôsse entendida por uns e outros. Além disso, êles se mostravam mais tratáveis e mais fáceis de amansar do que a maioria dos outros escravos. Acresce também que a mortalidade era muito mais elevada nas levas de negros vindas da Guiné do que nas procedentes de Luanda, visto que os navios saídos dêste último pôrto estavam em sua viagem através do Atlântico menos sujeitos às demoras ocasionadas pelas calmarias. Os Ardras, que parece terem provindo principalmente de tribos sudanesas do interior da alta Guiné, não só muitas vêzes se mostravam rebeldes e intratáveis, como não se podiam fazer entender pelos Bantos. Por outro lado, quando os Ardras se decidiam a trabalhar, davam provas de ser mais resistentes e capazes do que os outros, a que excediam em inteligência e robustez.

(41) Quelen, *Kort Verhael*, p. 13; Vieira, *Cartas* (ed. Azevedo), I, p. 243.

Os negros da região compreendida entre a Serra Leoa e cabo Verde eram tidos como preguiçosos, “mas vivos e asseados, especialmente as mulheres, razão por que os portugueses os compravam para servirem como escravos em suas casas”⁴².

O tráfico negreiro era uma das principais fontes de renda da Companhia, embora se dissesse que êle seria ainda mais importante se esta fôsse melhor administrada.

Em seu relatório de 1640, escreveu Quelen aos Heeren XIX que “os produtos do solo só poderiam ser obtidos e armazenados por meio do trabalho dos negros, não havendo a menor dúvida de que quanto mais escravos fôsem importados tanto melhor se cultivaria a terra e tanto maiores seriam os lucros da Companhia, os quais teriam duplicado nos últimos anos se se tivesse importado mais escravos”. Informava que os funcionários da Companhia mantinham as importações em nível baixo, com o fito de conservar a alta dos preços, o que era uma política de vistas curtas. Nos anos de 1636 a 1645 foram importados em Recife 23 163 negros, cuja venda produziu 6 714 423 florins⁴³. Isso, no papel, representava um lucro enorme para a Companhia, uma vez que durante quase tôda essa época os escravos podiam ser obtidos em Guiné em troca de bugigangas, à razão de doze a sessenta e cinco florins por cabeça (? ou por *peça*), sendo depois vendidos no Brasil por um preço que variava

(42) Barlaeus-Naber, *Nederlandsch Brazilië*, pp. 77 e 164; *Ratelband, Vijf Dagregisters van Elmina*, pp. LXIX-LXXXII. A primeira tentativa séria de identificação tribal sistemática foi feita por Afonso de Sandoval, S. J., *Naturaliza de todos Etiopes* (Sevilha, 1627), liv. I, cap. 16; a última, tanto quanto sei, é a de R. Ribeiro, *Cultos Afro-brasileiros do Recife* (Recife 1952), pp. 14-20.

(43) Quelen, *Kort Verhael*, p. 12; Wätjen, *Holländsche Kolonialreich in Brasilien*, p. 311, onde se imprimiu erroneamente Guínoa, em vez de Guiné. Desconfio também que os negros não eram vendidos *per capita*, como dali se depreende, mas por *peça*, cada *peça* podendo incluir dois negros, como três negros constituiriam duas peças, conforme sexo, idade e condição. Cf. C. R. Boxer, *Salvador de Sá*, p. 231.

de 200 a 800 florins, conforme a idade, sexo e condição. Mas os lavradores estavam acostumados a comprar os escravos a crédito, pagando-os em açúcar na ocasião da safra, o que muitos deixavam de fazer, no todo ou em parte. Assim, o montante de dinheiro que entrou para os cofres da Companhia foi muito inferior ao total acusado no papel, embora seja difícil dizer em que proporção. Uma estimativa feita pouco tempo antes da partida de João Maurício (1644) calcula em 840 000 florins o lucro anual dado à Companhia pelo tráfico dos negros, mas a segurança destes dados deixa margem a dúvida⁴⁴.

Para evitar dívidas de pagamento incerto, decretaram em 1644 os Heeren XIX que os escravos só poderiam ser vendidos a dinheiro. Como os lavradores não dispunham de nenhum, o resultado foi que os especuladores judeus, pagando à vista, compravam quase todos os escravos por preço muito baixo. Queixou-se João Maurício de que aquela decisão, longe de aumentar os lucros da Companhia, fêz com que os escravos fôsem vendidos em Recife por preço inferior ao que tinham custado em Luanda. Isso não era mais do que um exagêro, visto como o Supremo Conselho de Recife, escrevendo em março de 1645, afirmava que a intempestiva insistência dos Heeren XIX no tocante à venda dos escravos a dinheiro fêz com que os preços houvessem caído, orçando entre trinta e cinqüenta *patacas*. Enquanto isso, os judeus revendiam os escravos aos lavradores por três ou quatro vêzes o preço que haviam pago, aceitando todavia que o pagamento fôsse feito em prestações (a juros mais altos) ou em açúcar. De seu lado queixavam-se os lavradores de que durante a travessia do Atlântico os escravos eram muitas vêzes obrigados a beber água salgada, em consequência do que vinham a morrer pouco

(44) Apêndice II, no fim do volume.

tempo depois de comprados, dando assim prejuízo aos seus compradores. Isso acontecia principalmente com os escravos da Guiné, aos quais era dada uma provisão insuficiente de água doce e de mantimentos⁴⁵.

A sorte miserável dos negros escravos no Brasil tem sido tantas vêzes descrita que é desnecessário repeti-la aqui com abundância de pormenores. Na sua grande maioria, eram êles vendidos aos lavradores portugueses, que (se dermos crédito a Pierre Moreau) os tratavam de maneira muito mais cruel do que os holandeses. Podemos ter dúvidas a êste respeito, pois dizem outros que os negros preferiam trabalhar como escravos dos portugueses, uma vez que se lhes dava folga não só aos domingos, como nos muitos dias santos festejados pela Igreja Católica. Sob êste ponto de vista, os escravos de senhores judeus eram ainda mais felizes, visto que lhes davam descanso nos sábados da religião judaica e não ousavam fazê-los trabalhar aos domingos, respeitadas pelos calvinistas. A despeito das insistências de Udemans e outros devotados "servos da palavra de Deus", os holandeses não fizeram tentativas muito pertinazes para converter os escravos ao protestantismo. Êsse assunto foi discutido muitas vêzes no consistório calvinista do Brasil, com a sanção dos Heeren XIX da Europa, mas nada se resolveu de concreto, em parte pela falta de pregadores competentes em português⁴⁶.

Durante os anos de tumulto e de guerra anteriores a 1641, muitos dos escravos que combatiam seja do lado

(45) Barlaeus-Naber, *Nederlandsch Brasilië*, pp. 401, 403 e 407 (onde a cifra de 64 000 escravos importados em dezoito meses deve ser corrigida por 6 400); Calado, *Valeroso Lucideno*, pp. 125-6; Gonsalves de Mello, *Tempo dos Flamengos*, pp. 211-12; carta do Conselho Superior aos Heeren XIX, datada de 26 de março de 1645, no JHMS.

(46) P. Moreau, *Histoire* (1651), pp. 40-43; Gonsalves de Mello, *Tempo dos Flamengos*, pp. 204-30. Não pude ver o livro de M. Goulart, *Escravidão Africana no Brasil* (São Paulo, 1949), que suponho trabalho merecedor de confiança.

dos portugueses, seja dos holandeses, obtiveram a liberdade, ao passo que não poucos fugiram, internando-se nas matas. Esses fugitivos fundaram comunidades agrícolas, a que foi dado o nome de *quilombos*, ou levavam uma vida “semelhante à que estavam acostumados em Angola”. De vez em quando, faziam incursões até às lavouras mais retiradas, com o fito de arrebanhar novos recrutas, mulheres e mantimentos, não obstante viverem principalmente à custa de suas bem tratadas plantações. Alguns destes quilombos foram destruídos pelos holandeses ou pelos seus aliados tapuias, mas o maior deles sobreviveu muitos anos após a reconquista de Pernambuco pelos portugueses. Em 1694, depois de haverem sido repelidos muitos ataques, foi necessário, para destruí-lo, uma expedição militar de maior envergadura.

Como fôsem a escravatura e o açúcar os dois pilares de que dependia a existência de Pernambuco, seja-nos permitido lançar uma vista d'olhos sôbre a situação da indústria açucareira nos tempos de João Maurício. O *senhor de engenho*, como eram chamados os donos das fazendas, entregava a maior parte de suas terras a pequenos arrendatários conhecidos pelo nome de *lavradores*, em troca de uma parte da colheita, que variava conforme a plantação fôsse feita com a ajuda do senhor de engenho, ou sem ela⁴⁷. Uma vez plantado, o canavial durava muitos anos, contanto que fôsse bem cuidado, não obstante houvesse Pernambuco, durante essa época, experimentado muitos desastres, ocasionados por causas naturais, ou pela mão do homem. O lavrador fazia cortar a cana pelos seus próprios escravos, transportando-a para a moenda em carros de boi de sua propriedade (ou alugados). O açúcar produzido era repartido com o senhor de engenho, na

(47) Pelo que o senhor de engenho, não era necessariamente um agricultor, na acepção restrita do termo; mas, desde que era o dono das terras, a sua posição social correspondia à dos donos de lavouras canavieiras das Antilhas e da Virgínia.

proporção previamente combinada. Essa proporção oscilava geralmente entre um t \acute{e} rço para o lavrador e dois t \acute{e} rços para o senhor de engenho, e dois quintos para o primeiro e t \acute{r} s quintos para o \acute{u} ltimo, sendo \acute{e} ste o caso mais comum. Os pequenos lavradores donos de suas pr \acute{o} prias terras dividiam habitualmente o a \acute{c} úcar com o senhor de engenho, numa base de cinq \acute{u} enta por cento.

No arrendamento da terra aos lavradores, tomava-se como base de c \acute{a} lculo a quantidade de cana que o engenho podia moer em vinte e quatro horas. Essa quantidade, a que davam o nome de *tarefa*, variava de vinte e cinco a trinta carros de cana para os engenhos tocados por bois, e de quarenta ou cinq \acute{u} enta carros para os movidos a \acute{a} gua. A \acute{a} rea de terra arrendada dos senhores de engenho pelos lavradores era denominada *partido*, calculando-se em c \acute{e} rca de quarenta tarefas anuais a m \acute{e} dia produzida por cada partido. Para chegar a \acute{e} ste resultado o lavrador tinha necessidade de, pelo menos, vinte escravos de boa complei \acute{c} o, e de quatro a oito carros de boi, conforme a dist \acute{a} ncia existente entre o partido e a moenda. Os partidos eram separados uns dos outros por aceiros suficientemente largos para diminuir os riscos de inc \acute{e} ndio. Competia ao lavrador fornecer os instrumentos e utensilios aos negros, bem como incumbir-se da embalagem e transporte do a \acute{c} úcar que lhe cabia, conforme o ajuste firmado entre \acute{e} le e o engenho. A safra come \acute{c} ava em princ \acute{i} pio de setembro e ia at \acute{e} abril.

A cana era espremida pela moenda (*engenho*), de ac \acute{o} rdo com o mesmo princ \acute{i} pio usado pelos enxugadores de roupa, com a diferen \acute{c} a de ficarem os cilindros em posi \acute{c} o vertical, e n \tilde{a} o horizontal. O suco que escorria era conduzido por meio de calhas at \acute{e} a casa-de-ferver, que ficava perto. A \acute{i} era \acute{e} le fervido numa s \acute{e} rie de grandes caldeir \acute{o} es, de mistura com certos ingredientes destinados a fazer com que as impurezas subissem \grave{a} superf \acute{i} cie, de

onde eram retiradas por meio de uma escumadeira. Este xarope era então despejado numa série de caldeiras menores, onde começava a resfriar, tornando-se semicristalizado, embora misturado ainda com melaço. Passava-se agora este último para fôrmas ou moldes de barro, de forma cônica, e providos de um orifício na parte mais baixa. Esses cones, cada um dos quais continha cerca de uma arrôba (32 libras) de açúcar, eram levados no dia seguinte para a casa-de-purgar, com o seu conteúdo já perfeitamente cristalizado. Sôbre cada cone punha-se uma camada de barro úmido, permanecendo êles assim cerca de uma semana na casa-de-purgar. A água do barro infiltrava-se lentamente através do açúcar, libertando-o da maior parte do melaço e clareando o açúcar restante. Para os açúcares de melhor qualidade êsse processo era repetido duas ou três vêzes. Expunha-se então ao sol, para secar, o açúcar branco, livre de melaço, ao passo que o açúcar ainda misturado com melaço, que ficava aderente à superfície interior da ponta do cone, era amontoado separadamente. Este açúcar tinha côr escura e era chamado *mascavado*. Vinham então o lavrador e o cobrador dos dízimos para dividir o açúcar, tanto o branco como o mascavado, de acôrdo com a combinação feita. O mel que escorria das fôrmas era fervido, para produzir um açúcar de baixa qualidade chamado *panela*, que pertencia ao senhor de engenho. Depois de pesado e acondicionado em caixas, era o açúcar remetido para Recife, ou embarcado para qualquer pôrto da Europa, fôsse para ser pôsto à venda, fôsse para ser refinado em açúcar branco, puro⁴⁸.

(48) O que acaba de ser lido baseia-se principalmente na descrição da indústria açucareira de Pernambuco em 1639, dada por A. van der Dussen, em Barlaeus-Naber, *Nederlandsch Brazilië*, pp. 165-8. Para maiores minúcias técnicas e comparação com os processos usados alhures, cf. N. Deerr, *History of Sugar*, I, pp. 108-10; M. Ratekyn, "The Early Sugar-industry in Española", *HAHR*, XXXIV, pp. 1-19.

Um engenho, com as suas plantações de cana, era uma empresa de alto custo, que exigia inicialmente grandes capitais. Era preciso que o senhor de engenho adquirisse muito material pesado para as instalações e contratasse para pô-las em funcionamento muitos técnicos experimentados, sem falar nos escravos. Eram necessários nunca menos de quarenta a cinquenta negros suficientemente robustos, doze a vinte juntas de bois, havendo engenhos em que trabalhavam muitas centenas de escravos, com o restante do pessoal em proporção equivalente. Completavam o conjunto a *casa-grande*, onde morava o fazendeiro com a sua família; a *senzala*, ou moradia dos escravos, e a capela, tudo isso nos sendo familiar graças às pinturas de Frans Post. Parece que os holandeses não introduziram nenhuma inovação na arquitetura rural luso-brasileira e, o que é ainda mais estranhável, na técnica de fabricação do açúcar.

Se dermos crédito a Gaspar Dias Ferreira, português tão habilidoso quanto falto de escrúpulos, que foi o espírito mau de João Maurício, nunca os holandeses conseguiram assenhorear-se das técnicas mais elementares da indústria açucareira. “É certo”, escrevia êle em 1645, “que Deus, ao criar as várias nações de homens, conferiu a cada uma propensão e habilidade para determinadas ocupações, de modo a promover a mútua distribuição e o intercâmbio no mundo que lhes foi dado para habitar, recusando contudo aos holandeses qualquer aptidão no que se refere ao Brasil. Se parecer a alguém injustificada a minha observação, que me mostrem um holandês que tenha sido, até o dia de hoje, bom fabricante de açúcar, ou que tivesse vontade de aprender o necessário para isso, fôsse qual fôsse o encargo a desempenhar no engenho. Ao invés disso, todo engenho tem, afora outros. . . , quatro trabalhadores brancos ocupados somente no fabrico do açúcar — o mestre, o *banqueiro* que o assiste, o escumador

e o purgador. Dedicados à indústria do açúcar ou à manutenção de engenhos, há no Brasil apenas uns poucos flamentos, raros sendo os que dêles são donos, de maneira que tanto os negros como o açúcar têm de passar pelas mãos dos portugueses”. Isto pode parecer (e talvez seja) exagero, mas é Quelen quem escreve, em 1640: “Embora haja presentemente muitos holandeses donos de engenhos, êles ainda não podem, na direção e no andamento dos trabalhos, dispensar os feitôres e camaradas portugueses”. A dependência em que na indústria brasileira do açúcar estavam os holandeses dos lavradores e técnicos portugueses é também atestada por Van der Dussen e João Maurício, em termos quase idênticos⁴⁹.

É sabido que outros pensavam de modo diverso, mas parece que eram uma pequena minoria. Um dêstes, Mathias Beck, escrevendo em 1654, sustentava que no Brasil nunca se tinha feito um açúcar tão bom como o de Barbados, “sem que os portugueses tivessem pôsto as mãos nêle”. Mas é de crer que aqui o dito autor, por seu turno, incorria em exagero. É quase certo que os métodos aperfeiçoados que pelos anos de 1636 a 1650 se introduziram na indústria açucareira de Barbados foram levados pelos agricultores que dali foram a Pernambuco estudar *in loco* os métodos e processos usados no Brasil⁵⁰.

(49) “Cartas e pareceres de Gaspar Dias Ferreira”, em *RIAGP*, n.º 31 (1886), e 32 (1887); Barlaeus-Naber, *Nederlandsch Brazilië*, pp. 161 e 308; Quelen, *Kort Verhael*, p. 18; Gonsalves de Mello, *Tempo dos Flamengos*, pp. 115-8. Com referência a Surinam, dizia-se trinta anos mais tarde que “os holandeses não têm habilidade para fabricar açúcar, tomando de empréstimo o processo inglês, que é dos mais primitivos” (*Calendar of State Papers. Colonial Series. America & West Indies, 1675-1676* n.º 405, p. 154).

(50) Ligon, Beck e outros autores da época citados por A. P. Canabrava em “A influência do Brasil na técnica do fabrico do açúcar nas Antilhas francesas e inglesas no meado do século XVII”, pp. 63-76 do *Anuário da faculdade de ciências económicas e administrativas, 1946-47* (São Paulo, 1947).

Seja como fôr, é inegável que o funcionamento das lavouras de açúcar de Pernambuco dependia precipuamente, se não inteiramente, dos portugueses do lugar e de seus escravos, muito embora houvesse entre os pequenos proprietários uns poucos lavradores holandeses, e mesmo alguns colonos. Parece, todavia, que a maioria dos holandeses que adquiriram plantações no surto verificado em 1637-8 vendeu-as depois a portugueses ou a judeus. Devemos lembrar-nos de que essas plantações (com os escravos e respectivas instalações) eram para ser pagas em várias prestações, com açúcar, na época das safras. Como, em sua maioria, os compradores deixavam de atender, no todo ou em parte, aos seus compromissos, compelidos que foram por uma sucessão de más colheitas, de inundações, sêcas e outras calamidades naturais, sem falar nas guerrilhas dos anos anteriores a 1641, nem a Companhia, nem os credores individuais recebiam muito em dia os seus pagamentos. O resultado foi que a civilização rural da *várzea* continuava sob o domínio dos lavradores portugueses e dos pequenos proprietários, enquanto os funcionários holandeses, os burgueses e os negociantes dominavam a civilização urbana de Recife e de Mauritsstad.

Os modernos historiadores brasileiros não se cansam de fazer o paralelo entre a incapacidade dos holandeses para colonizar o interior do país e o seu êxito em criar uma civilização urbana própria na capital da colônia. Disso tiram êles a conclusão (ou deixam-na implícita) de que Gaspar Dias Ferreira estava certo quando disse que Deus havia negado aos holandeses os requisitos necessários no Brasil, pelo que era de prever o malôgro da colônia. Pode isso ser verdade, mas aqui não me posso furtar à impressão de que deve haver muito pós-julgamento nesta maneira de raciocinar. É fato que os holandeses salvo algumas notáveis exceções não conseguiram

nunca integrar-se na vida rural da colônia, motivo pelo qual quando estourou a revolta de 1645 perderam por assim dizer tudo quanto possuíam fora de suas cidades litorâneas fortificadas, com exceção dos distritos situados ao norte, onde eram auxiliados pelos ameríndios. Mas o seu insucesso em manter domínio efetivo sôbre o interior deveu-se, pelo menos em parte, ao fato de não terem sido mais de três os anos (julho de 1642 a junho de 1645) em que isso foi possível. Durante dezessete dos vinte e quatro anos de existência do Brasil neerlandês nunca cessou inteiramente a luta na *várzea*, havendo ocasiões em que ela era muito intensa. Nestas condições, tornou-se demasiado dispendiosa, se não de todo impraticável, a colonização à custa de trabalhadores agrícolas do norte da Europa, como era repetidamente advogado por João Maurício. Se, durante o govêrno de João Maurício, tivessem os holandeses tido à sua disposição alguns anos mais de paz, é possível que se houvesse conseguido instituir em larga escala a emigração norte-européia. Isso é de admitir-se; mas é igualmente possível que, continuando a dominação holandesa, Pernambuco viesse a ser nada mais do que uma nova Surinam, isto é, uma colônia escravizada, da pior espécie.

Seja como fôr, não podemos atribuir a João Maurício qualquer culpa por aquêle insucesso. Vimos como êle, desde o comêço, insistia sôbre a necessidade da imigração de agricultores holandeses e alemães, e tanto êle, como o seu conselho, por mais de uma vez proclamaram que era êsse "o único meio de garantir a posse do que conquistamos"⁵¹. Nem os Heeren XIX se mostraram tão cegos quanto geralmente se diz à necessidade de estimular êsse tipo de imigrantes. Muito pelo contrário, legislaram

(51) Cartas de João Maurício e do conselho aos Heeren XIX, datadas de 15 de janeiro de 1638, 31 de maio de 1641 e 24 de setembro de 1642. Cf. Gonsalves de Mello, *Tempo dos Flamengos*, p. 141.

frequentemente a favor daqueles colonos em perspectiva, embora sua política a este respeito não se mostrasse sempre firme. Em outubro de 1641, por exemplo, concordaram em princípio os Heeren XIX em que “a prosperidade da Companhia dependia do povoamento da terra”, discutindo a respeito das medidas capazes de atrair para o Brasil soldados, como colonos. Tão longe foram certa vez no seu empenho de encorajar emigrantes do norte da Europa para suplantarem os portugueses, que João Maurício teve de protestar, argumentando que era injusto expulsar os lavradores que se esforçavam por produzir açúcar a despeito das dificuldades inerentes aos anos de guerra compreendidos entre 1635 e 1640, e que por isso mereciam outra consideração por parte da Companhia⁵². A política por ele seguida visava antes conseguir que uma cadeia ininterrupta de agricultores da Europa setentrional viesse fundir-se gradualmente com a população portuguesa já existente, de modo a criar uma nova raça apegada ao solo, raça na qual a influência étnica dos primeiros deveria predominar cada vez mais, garantindo destarte a sua lealdade ao governo holandês. - Em 1642 e 1643 tentara ainda João Maurício estabelecer uma corrente imigratória de agricultores holandeses para Sergipe e Alagoas, mas os diretores estavam preocupados em economizar, e o projeto ficou em nada.

Sobravam aos diretores razões para insistir sobre a necessidade de fazer economias drásticas, pois a situação financeira da Companhia ia de mal a pior; mas essa insistência chegava em má ocasião, à vista dos interesses a longo prazo que tinham os holandeses no Brasil. A principal complicação era quererem os Heeren XIX que João Maurício lhes enviasse carregamentos cada vez

(52) Barlaeus-Naber, *Nederlandsch Brazilië*, pp. 307-8. O mesmo assunto foi abordado por Quelen, em seu *Kort Verhael* de 1640. Cf. também *Bijdr. Hist. Gen. Utrecht*, III, p. 356.

maiores de açúcar, a fim de que com o produto da venda se pudesse ulteriormente suprir Pernambuco de dinheiro e de tudo o mais que êle tanto necessitava. João Maurício, porém, de seu lado, sustentava que não se poderia esperar nenhum aumento considerável da produção enquanto não se libertasse definitivamente a colônia do mêdo da invasão ou da insurreição, tudo isso dependendo da manança de uma boa guarnição. Ambos os lados tinham as suas razões, mas as de João Maurício eram de maior pêso, visto como constituía uma temeridade insistirem os Heeren XIX no seu propósito de reduzir drásticamente a guarnição local, depois de haverem feito provocações tão intoleráveis aos portugueses, atacando o Maranhão, São Tomé e Angola. A revolta do Maranhão em outubro de 1642 valeu como advertência preliminar, culminando ela com a expulsão da guarnição, ao cabo de um ano de luta. Outra revolta ocorreu em São Tomé; mas foi sufocada, uma vez que a guarnição holandesa conservou sob seu domínio não só o pôrto, como o castelo de São Sebastião. Essas rebeliões serviram de pretexto para que os holandeses de Luanda lançassem, em maio de 1643, um traiçoeiro ataque ao arraial que tinham os portugueses na margem do rio Bengo, situado nas proximidades. Êsse ataque foi bem sucedido em sua primeira investida, caindo prisioneiro o governador; mas o resultado foi acirrar ainda mais o antagonismo dos portugueses, tornando-os mais firmes na decisão de pagar aos holandeses com a mesma moeda, na primeira ocasião que se lhes oferecesse⁵³.

Diante do endividamento crônico da Companhia das Índias Ocidentais, e da insistência dos diretores em reduzir

(53) Para mais pormenores sôbre a questão de Angola cf. A. da Silva Rêgo, *Dupla Restauração de Angola 1641-1648* (Lisboa, 1948), pp. 31-85; *Arquivos de Angola*, 2.ª série, I, pp. 99-104; *Kron. Hist. Gen. Utrecht*, XXV, pp. 530-4; A. de Oliveira Cadornega, *História Geral das Guerras Angolanas*, II, pp. 295-343.

a sua guarnição no Brasil, surpreende que estes organizassem em 1642-1643 uma expedição ao Chile, enviando ordens a João Maurício para nela cooperar. Cumpriu este a ordem contribuindo (em janeiro de 1643) com uma força de cinco navios e quatrocentos homens, sob o comando do marujo-poeta Elias Herckmans. Parece ter sido a velha miragem das minas de ouro que levou os diretores a pôr nesta ocasião dinheiro bom em cima de ruim. Sem embargo, é de admitir-se que os holandeses poderiam ter firmado o pé no sul do Chile se a expedição houvesse sido melhor conduzida, uma vez que eles entraram ali em contacto com os índios araucanos revoltados, os quais, conforme reconheceram os próprios espanhóis, lhes ocasionaram muito mais dano do que todos os outros índios do Novo Mundo reunidos. A sofreguidão e a brutalidade de Hendrik Brouwer, ex-governador-geral das Índias Orientais e primitivo chefe da expedição, despertaram a desconfiança dos araucanos e puseram a perder em maio de 1643 uma promissora arremetida, Brouwer foi logo morto, e apesar da reconciliação temporária conseguida por Elias Herckmans, muito mais maneiroso, as desconfianças dos araucanos foram novamente despertadas pela insistente indagação sobre as minas de ouro. Desavindo-se com os seus aliados nativos, cuja cooperação era imprescindível, reembarcaram os holandeses em seus navios, voltando para Recife, onde Herckmans iria morrer em dezembro de 1643, pouco após a sua chegada⁵⁴.

Já antes havia João Maurício concebido o plano, muito mais exequível de se apoderar do pôrto de Buenos Aires, importante do ponto de vista estratégico e desprovido de fortificações. Achava êle que a ocupação

(54) Para a expedição holandesa ao Chile cf. J. H. Rodrigues, *Historiografia e Bibliografia*, n.º 194, 499-501 e 982-3. Foi Herckmans o autor de *Der Zeevaart-lof* (Amsterdam, 1634), poema em louvor dos feitos marítimos das Províncias Unidas neerlandesas, o qual é um dos trabalhos clássicos da literatura holandesa.

é satisfatoriamente exata, mas acha que a primeira está muito abaixo da realidade. Deerr, por outro lado, pensa que as próprias cifras de Wätjen são demasiado baixas, preferindo aceitar as de Barlaeus, como sendo as mais próximas da verdade⁵⁸.

Na minha opinião, é de duvidar que êsses cálculos, como quaisquer outros, mereçam bastante confiança, isso devido à grande freqüência de contrabandos, fraudes e malversações, os quais eram sabidamente levados a efeito por processos semelhantes aos descritos por Quelen, em seu panfleto de 1640. Uma das origens dêsse desfalque estava no grande contrabando praticado pela multidão de pessoas ligadas aos filhos das Índias Ocidentais que tocavam nos portos do Canal Inglês. Talvez fôsse para suprir essa prática usada pelos particulares que os Heeren XIX ordenaram que se preparassem doces para oferecer aos funcionários portuários ingleses — a menos que essa (literalmente) *douceur* tivesse como fito facilitar na Inglaterra o contrabando do açúcar brasileiro por parte dos agentes da Companhia das Índias Ocidentais⁵⁹.

Outros produtos exportados de Pernambuco para a Europa eram o pau-brasil, madeiras de construção, fumo e couros. O comércio do pau-brasil, à semelhança do tráfico dos escravos, era monopólio da Companhia, enquanto que, durante esta época, a exportação de fumo e de couros não era muito importante. No livro de Wätjen poderão ser encontradas estatísticas da exportação dêsses artigos, como também das utilidades e dos artigos em bruto importados da Europa pelo pôrto de Recife. Observa, com justeza, aquêlê erudito professor alemão: "É certo que o comércio, tanto de importação como de

(58) Wätjen, *Holländische Kolonialreich*, p. 330; N. Deerr, *History of Sugar*, I, p. 110. Cf. p. 114, anterior.

(59) Quelen, *Kort Verhael*, pp. 10-12 e 14-16; Gonsalves de Mello, *Tempo dos Flamengos*, p. 172.

exportação, da Nova Holanda, mesmo nos melhores anos, não podia competir com o da Índia. Não obstante, não se pode negar que durante o govêrno de João Maurício o comércio com o Brasil constituiu fator importante da vida econômica das Sete Províncias⁶⁰.

A diferença existente entre as trocas comerciais efetuadas pelas duas Companhias refletia-se no valor das respectivas ações no mercado de Amsterdam. Em julho de 1645 o valor da Companhia das Índias Ocidentais tinha caído de 100 para 46 florins, em parte porque, durante todo o tempo de sua existência, a Companhia havia pago apenas dois ou três dividendos. As ações de 100 florins da Companhia das Índias, que vinha pagando com regularidade dividendos substanciais, eram então cotadas em 460 florins. Havia assim uma grande diferença entre as regiões em que cada uma das duas Companhias realizava respectivamente as suas operações, pendendo as vantagens decididamente em favor da organização mais antiga. As Índias Orientais eram amplamente auto-suficientes em matéria de provisões de bôca; a carne, o arroz, a araca e outros gêneros indispensáveis eram fáceis de adquirir a baixo preço em quase tôda parte. No Brasil neerlandês, pelo contrário, muitos artigos de alimentação tinham de ser importados das Províncias Unidas por preços excessivos. Durante os anos de 1630 a 1640, a concentração da lavoura canvieira, a insuficiência da produção de mandioca assim como a destruição do gado e outras criações, fizeram com que fôsse necessário exportar para o Brasil muito mais carne, farinha de trigo, manteiga, vinho, etc., do que para as Índias Orientais. João Maurício fêz o possível para diminuir os males da monocultura, dando ordem aos sitiantes e lavradores para plantar uma determinada quantidade de mandioca por cada escravo que possuíssem. Os Heeren XIX tentaram tam-

(60) Wätjen, *Holländische Kolonialreich*, pp. 303-31.

bém, por meio de legislação adequada, encorajar o plantio do arroz e outros cereais. Mas êsses esforços produziram relativamente poucos frutos, por causa da oposição teimosa dos lavradores e dos roceiros, que preferiram concentrar-se na lavoura do açúcar, por ser a mais rendosa⁶¹.

Quando havia falta de navios da Europa, o preço dos gêneros de primeira necessidade atingia em Recife níveis astronômicos, motivando queixas constantes de que o Brasil neerlandês era a região mais dispendiosa do mundo, mesmo incluindo os anos relativamente prósperos de 1642 e 1643⁶². Esse estado de coisas permitiu que muitos holandeses e judeus mercadores fizessem fortuna; mas isso não beneficiava a Companhia, cujos representantes não raro se viam na contingência de reabastecer os seus sortimentos recorrendo aos armazéns dos negociantes particulares, e pelos altos preços então em vigor. Essas importações, embora se destinassem, em primeiro lugar, ao consumo dos habitantes holandeses da colônia, encontravam também grande mercado no interior, onde os tecidos e o queijo eram artigos de maior procura⁶³.

É natural que o fato de ser Recife uma das localidades de vida mais cara do mundo fizesse os Heeren XIX ficarem ressentidos com os gastos imoderados de João Maurício. Tinha o "Príncipe de Nassau" méritos incontestáveis como governador, estadista e general, mas faltava-lhe tudo para ser um bom economista ou financeiro. Era pródigo tanto com o seu dinheiro como com o da Companhia, mas nunca se importou de prestar contas à última, ignorando ostensivamente os membros de seu conselho de finanças, com os quais êle raramente se dignava falar⁶⁴.

(61) As provas foram cuidadosamente coligidas por Gonsalves de Mello, *Tempo dos Flamengos*, pp. 175-82.

(62) Wätjen, *Holländische Kolonialreich*, pp. 206 e 308.

(63) Gonsalves de Mello, *Tempo dos Flamengos*, pp. 183-5.

(64) Wätjen, op. cit., pp. 205-8.

Protetor das artes como um príncipe, apaixonado arquiteto e jardineiro-paisagista, dera êle largas às suas inclinações, assim quando erigiu a sua dispendiosa morada em Vrijburg, como quando construiu a ponte entre Recife e Mauritsstad, enviou para a pátria as madeiras destinadas a Mauritshuis, ou manteve em tórno de si, no Brasil, uma constelação de artistas e homens de ciência. Verdade é que uma parte dessas despesas safa de seu próprio bôlso, mas quase sempre iam onerar os cofres da Companhia, desta ou daquela forma.

Na *entourage* de João Maurício a figura preeminente era o jovem cientista alemão George Marcgrave, de Liebstad (1610-44), cuja educação fôra feita em Rostock e Leiden, e estava fadado a morrer em Angola, vítima de febre, aos trinta e quatro anos, na posse plena de suas energias. Observa um moderno cientista americano que se êle tivesse vivido o suficiente para publicar uma parte maior de seus trabalhos, poderia muito bem ter sido o maior naturalista depois de Aristóteles⁶⁵. Dêstes trabalhos muita coisa se perdeu, mas o que dêles sobrevive é de causar impressão. Sem falar nas coleções botânicas e zoológicas que enviou para a Europa em 1644, e que continuaram a ser estudadas até o século XIX, algumas das copiosas notas da história natural por êle deixadas foram editadas e publicadas pelo seu amigo Johannes de Laet na *Historia Naturalis Brasiliae* (Amsterdam e Leiden, 1648). Contém êsse trabalho o primeiro estudo científico da fauna e flora do Brasil, a par da descrição da geografia e da meteorologia de Pernambuco, com o registro

(65) E. W. Gudger, "George Marcgrave, the first Student of American Natural History, *The Popular Science Monthly* (set. de 1912), pp. 250-74. Para uma apreciação minudente do trabalho de Marcgrave, devida a vários cientistas brasileiros, veja-se A. Taunay [ed.], *Jorge Marcgrave. História natural do Brasil. Edição do Museu Paulista* (São Paulo, 1942), onde também se contém (pp. I — XXXVI) a resenha biobibliográfica mais completa sôbre Marcgrave, até hoje publicada.

diário dos ventos e das chuvas⁶⁶, e uma vista d'olhos sôbre as raças ameríndias da região. As ilustrações compreendem 200 xilogravuras de plantas e 222 de animais, aves, insetos e peixes, na sua maioria não descritos anteriormente.

Em 1658 apareceu outra versão do referido trabalho, onde as contribuições de Marcgrave se acham intercaladas com as observações de seu colega, Dr. Piso, sofrendo em conseqüência disso alguns prejuízos⁶⁷. Em compensação, contém essa edição algumas das observações astronômicas pioneiras sôbre o hemisfério austral, inclusive o eclipse do Sol de 1640. Podemos acrescentar que João Maurício auxiliou Marcgrave construindo para êle um observatório nas tôrres de Vrijburg, e dando ordem aos capitães de navio para observarem com cuidado os eclipses do Sol e da Lua, e bem assim outros fenômenos celestes. Além de ser naturalista e astrônomo, era Marcgrave também consumado matemático, agrimensor e cartógrafo; muitos dos mapas da obra verdadeiramente monumental de Barlaeus foram baseados nos dêle. Não era êle o único cartógrafo da comitiva de João Maurício, e as cartas e mapas desenhados por êsses homens nunca se perderão da memória dos vivos⁶⁸.

Mais célebre ainda, conquanto menos eminente como cientista, foi o médico holandês, colega de Marcgrave, Dr. Willem Piso, de Leiden (1611-78). Mais môço um

(66) "São, talvez os primeiros registros de cunho oficial que se conhecem, visto que o mais antigo que consta existir relativamente à Europa, data de 1653, e foi mandado fazer por Fernando II, da Toscana" (N. Deerr, *History of Sugar*, p. 106 n.).

(67) *De India utriusque re naturali et medica Libri quatuordecim quorum contenta pagina sequens exhibet* (Amsterdam, 1658).

(68) Cf. o comentário de Rio Branco, datado de 1891: "Triste é dizê-lo: ainda hoje quem quer estudar zona marítima desde o Rio Grande do Norte até Sergipe, encontra no mapa do ilustre Marcgrave valiosas indicações geográficas, que debalde procuraria nas cartas brasileiras mesmo as mais recentes, tôdas levantadas em muito menor escala". (citado por A. Taunay, *Jorge Marcgrave, História Natural*, p. XXXIV).

ano do que Marcgrave, e educado em Caen, acompanhara João Maurício na qualidade de seu médico particular e voltou com êle para a Holanda, em 1644. Diz Manuel Calado que ambos tiveram uma desavença, tornando-se inimigos irreconciliáveis; mas, se não houve nisso engano completo de sua parte, êle deve ter exagerado⁶⁹. Seja como fôr, Piso continuou como médico do conde depois da volta dêste último para a Europa, sendo os estudos do doutor publicados com a aprovação e o apoio financeiro de João Maurício, tal como tinha sido feito, dez anos antes, com os de Marcgrave. Piso contribuiu para a *Historia Naturalis Brasiliae* com uma longa secção intitulada “De Medicina Brasiliensi”, que ficou sendo trabalho autorizado de medicina e higiene até o século XIX. Devemos a Piso, entre outras coisas, o primeiro conhecimento da ação da ipecacuanha, na cura da disenteria. Piso não se interessava sòmente por assuntos científicos; era membro também do célebre “Muiden-circle,” em que se congregava a nata da sociedade literária e intelectual da Holanda, além de ter sido por duas vèzes deão do Collegium Medicum de Amsterdam.

Muitas das xilogravuras que ilustram os trabalhos de Barlaeus, Marcgrave e Piso procedem de pinturas e esboços de Frans Post e Albert Eckhout. Contavam-se êstes dois entre os seis artistas que João Maurício tinha levado para o Brasil, conforme explicou êle em 1678 a Luís XIV, ao oferecer ao Roi Soleil alguns espécimes de seu trabalho — “ayant eu dans mon service le temps de ma demeure au Brasil, six peintres, dont chacun a curieusement peint a quoy il estoit le plus capable”⁷⁰.

(69) “Outro de quem o Príncipe se mostrou queixoso foi o Dr. Piso, médico seu, e de sua casa, com quem êle comia e bebia, e comunicava de dia e de noite, com muita familiaridade, também a êste deitou logo fora de sua casa, e nunca mais se fiou dêle”. Calado, *Valeroso Lucideno*, p. 62 (135 da ed. de 1943).

(70) Carta de João Maurício a Luís XIV, d. Cleves, 21 de dezembro de 1678.

Albert Eckhout era (1637-64) especializado na pintura de homens e animais, podendo aquilatar-se a qualidade de seus trabalhos pelos esboços reproduzidos por Thomsen e pelos retratos a óleo em tamanho natural, que se acham preservados no museu nacional de Copenhague. Mais conhecido do que Eckhout é seu colega Frans Post (1612-80), de Leiden, pintor paisagista, de cujos encantadores quadros, representando cenas da vida rural brasileira, há exemplos em muitas coleções públicas e particulares. Estes dois artistas têm sido, nos últimos anos, objeto de intenso estudo, mas nada se descobriu com referência aos seus quatro colegas mencionados na carta de João Maurício a Luís XIV.

Não se contentou João Maurício em buscar na Holanda aquêles seis pintores, estimulando também os talentos locais, quando deparava com algum. Tendo sabido que um soldado de Dresden, de nome Zacharias Wagener, era hábil desenhista, fêz dêle seu mordomo e deu-lhe a oportunidade de desenvolver o talento de que era possuidor. É evidente que Wagener trabalhou intimamente com Eckhout, pois muitos dos debuxos incluídos em seu *Thierbuch*, que é um álbum de desenhos de pessoas e animais do Brasil, são cópias em miniatura, ou adaptações de trabalhos de Eckhout. Mais tarde, entrou Wagener para o serviço da Companhia das Índias Orientais, onde galgou sucessivamente os postos de enviado em Cantão, chefe da feitoria holandesa de Nagasaki, no Japão, e governador da Colônia do Cabo, até morrer em Amsterdam, no ano de 1668⁷¹.

(71) Há sobre Eckhout, Wagener e Post, duas excelentes monografias: F. Thomsen, *Albert Eckhout, Ein Niederländischer Maler und sein Gönner Maritz der Brasilianer. Ein Kulturbild aus den 17. Jahrhundert* (Copenhague, 1938), onde as páginas 61 a 78 se ocupam com Zacharias Wagener; J. Sousa Leão Filho, *Frans Post* (Rio, 1948). Cf. igualmente o catálogo ricamente ilustrado, *Maurits de Braziliaan Tentoonstelling 7 April — 17 Mei 1953* Haia, 1953).

Muito é para lastimar que João Maurício houvesse dispersado, antes de morrer (1679), as suas magníficas coleções brasileiras. Sempre grande gastador e, devemos admiti-lo, ambicioso de títulos e de provas outras dos favores dos reis e dos príncipes, começou em 1652 a dispor de seus tesouros, — abrindo mão de uma boa parte dêles em proveito do eleitor de Brandenburg, que lhe deu em troca algumas terras ao longo do Reno. Dois anos depois fazia presente ao rei da Dinamarca de várias telas grandes de Eckhout e outras “curiosidades”, em reconhecimento pelas quais foi galardoado com a cobiçada ordem do Elefante Branco. Finalmente, doze meses antes de morrer, oferecia a Luís XIV número avultado de quadros, sugerindo que por êle se poderiam fazer excelentes desenhos para uma série de tapêtes de Gobelin. O representado nestas *peintures des Indes*, como passaram a chamar-se, incluíam assuntos relativos ao Chile e ao Peru, além dos concernentes ao Brasil e a Angola. Essas tapeçarias, embora reclamassem muito tempo para ser feitas, faziam tanta vista depois de prontas que continuaram a ser reproduzidas nos mesmos teares durante os 120 anos que se seguiram. Em acréscimo ao remanescente das pinturas de Post e Eckhout, promoveu João Maurício a feitura de muitos outros quadros e afrescos, inspirados no cenário brasileiro, alguns dos quais ainda sobreviviam até poucos anos atrás na Saxônia. Infelizmente, a maioria dêles caiu vítima da guerra, ou foi destruída acidentalmente pelo fogo, tal como sucedeu com as de Christiansburg, na Dinamarca, e com as decorações do interior do Maurits-huis, em Haia. Das pinturas que tiveram fim semelhante, a mais interessante era talvez aquela em que Eckhout havia retratado João Maurício, numa roda de tapuias.

O monumento mais duradouro que resta de João Maurício são os volumes in-folio de Barlaeus, Marcgrave

e Piso, que foram publicados sob seus auspícios e vieram abrir um mundo nôvo aos olhos dos europeus. Não se quer dizer com isso que êles não tivessem tido precursores, ou que as obras mais antigas dos sábios espanhóis como as de Hernández de Oviedo, Joseph de Acosta, S. J. e Fr. Francisco Ximenez, O. P., não fôsem, em si mesmas, extremamente valiosas⁷². Elas o foram, o mesmo se podendo dizer dos *Diálogos* de Brandão e dos trabalhos de Fr. Christóvão de Lisboa sôbre a história natural do Maranhão, os quais todavia permaneceram séculos à espera de publicação⁷³. Acontece porém que os trabalhos da equipe de cientistas de João Maurício, além de terem sido orientados e coordenados debaixo de sua supervisão pessoal, foram muito menos prejudicados pelos preconceitos aristotélicos, inspirando-se numa idéia muito mais rigorosa de exatidão científica. Isso foi expressado por Marcgrave, quando disse — “não quero escrever sôbre coisa alguma que eu próprio não tenha visto e observado”.

É muito natural que êsses livros tivessem gozado de grande e persistente sucesso. Assim é que vemos o rei D. João IV escrever ao seu emissário na Holanda, para que lhe obtivesse um exemplar do livro de Barlaeus, poucas semanas após a sua publicação. De outra banda do Atlântico, escrevendo em 1659, da Bahia, refere-se farta vez o cronista jesuíta Simão de Vasconcelos aos livros de Marcgrave e de Piso, chamando-os “hũa cousa

(72) Gonzalo Hernández de Oviedo, *Historia general y natural de las Indias* (Sevilha, 1535); José de Acosta, S. J., *Historia natural y moral de las Indias* (Sevilha, 1590); Fr. Francisco Ximenez, O. P., *Quatro libros de la naturaleza y virtudes medicinales de las plantas y animales en la Nueva España* (México, 1615).

(73) Ambrósio Fernandes Brandão, *Diálogos das grandezas do Brazil* (ed. Rio, 1943). O trabalho de Fr. Christóvão de Lisboa, O. F. M., “História dos animais e árvores do Maranhão”, escrito mais ou menos entre 1625 e 1631, permanece ainda inédito.

grande”⁷⁴. Dois séculos mais tarde, Lichtenstein, Maximiliano príncipe de Neuwied, Spix, Martius e muitos outros sábios dos que escolheram a América do Sul para campo de estudo, chamam freqüentemente a atenção para o rigor e a importância da obra pioneira de Marcgrave e Piso. Em 1912, observou o cientista americano Dr. E. W. Gudger que a *História Naturalis Brasiliae*, de 1648, “foi provavelmente o trabalho mais importante aparecido sobre história natural depois do renascimento das letras, e, até que se conhecessem as explorações de Neuwied, seguramente o trabalho mais importante relativo ao Brasil”. Abaixo destes não ficam os modernos historiadores e cientistas brasileiros no reconhecimento da dívida que tem a sua pátria para com João Maurício e seus colaboradores, como sendo os primeiros que se dedicaram à pesquisa puramente científica no Nôvo Mundo⁷⁵.

Já demos a entender que nem a liberdade com que João Maurício patrocinava as artes e as ciências, nem a sua febril atividade construtora mereciam a aprovação, pouco qualificada, dos diretores de uma companhia comercial ávida de açúcar e de dividendos. É claro que os Heeren XIX deviam achar o seu governador-geral muito dispendioso; mas tal era o prestígio que o cercava em tôdas as classes e raças da colônia, e tão grande o respeito que inspirava aos adversários, que durante muitos anos não ousaram substituí-lo. João Maurício, por outro lado, aborrecia-se continuamente com a má vontade ou incapacidade dos diretores para lhe enviarem suprimentos adequados de mantimentos, dinheiro e homens, tanto assim

(74) Francisco de Sousa Coutinho, *Correspondência Diplomática*, II, p. 286; Simão de Vasconcellos, S. J., *Notícias curiosas e necessárias das coisas do Brasil* (ed. de Lisboa, 1668), pp. 21, 113, 175, 243, 257, 269, 279, 282 e 284.

(75) J. H. Rodrigues, *Bibliografia e Historiografia*, n.º 816 a 842, onde são alistados os títulos de trabalhos relevantes, tanto europeus como americanos.

que em mais de uma ocasião apresentara a sua renúncia. Mas, desde que êle, na mesma época, tomou o cuidado de promover representações da parte de tôdas as comunidades de Recife, solicitando a sua continuação no cargo, é muito improvável que quisesse realmente deixar o Brasil, onde a sua posição era, sob muitos aspectos, a de um príncipe regente⁷⁶.

Podemos duvidar dessas desvanecedoras manifestações; mas, ainda que (como sustentaram os Heeren XIX) fôsem inspiradas por êle próprio, ou por alguém de sua roda, refletiam em todo caso os sentimentos dos portugueses e dos judeus, que sabiam muito bem que se fôsem privados de sua proteção os calvinistas fanáticos achariam mais facilidade para se voltarem contra êles. Por outro lado, era evidente que muitos burgueses flamengos guardavam ressentimento da proteção dispensada aos odiados papistas e desprezíveis judeus, proteção que, com relação aos primeiros pelo menos, ia muito além da simples tolerância. Outro ponto em que o seu modo de proceder provocava geral descontentamento eram as suas estreitas relações com o pouco escrupuloso Gaspar Dias Ferreira. Esse "arquicolaborador" (como seria chamado nos dias de hoje) era detestado tanto pelos católicos como pelos calvinistas; e, na verdade, traía ambos os lados, como era sabido por todos da colônia, com exceção de João Maurício⁷⁷.

Uma vez assinada a trégua com Portugal, concluíram os diretores que não havia mais a necessidade de se sujeitarem por mais tempo a João Maurício, nem de sustentar no Brasil uma guarnição numerosa podendo

(76) Barlaeus-Naber, *Nederlandsch Brazilië*, pp. 310-11 e 371; *Kron. Hist. Gen. Utrecht*, XXV, pp. 534-9; Altzema, *Saken van staet en oorlogh*, II, pp. 899 e 909.

(77) Calado, *Valeroso Lucideno*, pp. 55-77, 59, 61, 65-68, 121-2, 126-8, 130-4; *Journal ofte kort discours nopende de rebelye der Portugeesen in Brasil* (Arnhem, 1647), pp. 176-8.

assim economizar à custa destas duas fontes de despesa. Resolveram por conseguinte, em outubro de 1641, fazer um corte drástico na guarnição e aceitar o pedido de renúncia apresentado por João Maurício. Os Estados Gerais e o príncipe de Orange protestaram contra essas medidas, que achavam prematuras, mas nem protestos nem argumentos puderam demover os Heeren XIX, embora por causa disso a decisão final fôsse adiada por mais alguns meses. Assim, a 18 de abril de 1642, escreveram os diretores a João Maurício, cientificando-o de que a guarnição deveria a partir daí ser reduzida a dezoito companhias, e de que êle podia voltar para a Europa durante a primavera de 1643. Essa decisão foi sem dúvida recebida com desagradável surpresa pelo governador-geral, que em 24 de setembro escrevia aos Estados Gerais, perguntando se eram da mesma opinião dos Heeren XIX, e prevenindo-os dos perigos decorrentes da redução do destacamento. Os diretores antepuseram-se a êste gesto enviando em maio de 1643 uma deputação aos Estados Gerais, pedindo-lhes que concordassem em chamar João Maurício. Assim fêz Sua Alta Potência com muita relutância, resolvendo porém em 9 de maio “escrever ao Conde Maurício de Nassau com palavras atenciosas, pedindo-lhe que voltasse à pátria, a fim de prestar aqui novos serviços à nação”⁷⁸.

João Maurício recebeu a intimação em setembro de 1643, mas protelou sua ida do bem-amado Brasil até maio de 1644. Sua partida não passou despercebida, nem foi pouco lamentada, causando impressão as aclamações por êle recebidas quando partiu a cavalo de Recife para a Paraíba, a fim de tomar o navio. Acompanhado por uma centena de cavaleiros, encontrou a estrada atulhada de gente de tôdas as raças, classes e condições, que tinha

(78) Documentos publicados em *Bijdr, Hist. Gen. Utrecht*, III, p. 352-62, onde a data do primeiro deve ser corrigida para outubro de 1641. Cf. também Barlaeus-Naber, *Nederlandsch Brazilië*, pp. 310-11, 371-3; Nestcher, *Les Hollandais au Brésil*, pp. 126-32; Bowman, *Johan Maurits*, pp. 73-76.

ido testemunhar-lhe o pesar causado pela sua partida. Os ricos e poderosos procuravam apertar-lhe a mão, os pobres e humildes tocar na aba de seu paletó. Durante todo o tempo em que Recife e Mauritsstad estiveram à vista, sofrea João Maurício de quando em quando o animal, para ver ao longe a cidade que havia construído, “enquanto os seus trombeteiros entoavam a velha ária “Wilhelmus van Nassouwen”. Quando êle, afinal, alcançou a praia, uma turba de índios empurrou os brancos para o lado, carregando-o nos ombros através das ondas, até o navio que se achava à espera. No dia seguinte, não foi sem dificuldade que se conseguiu dissuadir várias centenas dêles, que queriam embarcar nos navios; todavia, chamou João Maurício, para acompanhá-lo, uma meia dúzia de tapuias, entre os vinte e três que haviam sido mandados pelo seu chefe Nhanduí, para pedir-lhe que não os abandonasse⁷⁹.

Ao entregar as rédeas do govêrno aos seus três colegas do Supremo e Secreto Conselho, insistiu mais uma vez João Maurício sôbre a necessidade de muito tato e tolerância no trato com os grupos raciais mal irmanados e heterogêneos de que se compunha a população da colônia. Disciplina rigorosa, mas pagamento pontual e rações adequadas para os soldados; respeito, boas maneiras e condescendência para com os habitantes portugueses, com relativa liberdade para o exercício da religião católica; devida consideração com os agricultores no que respeita ao pagamento de suas dívidas, que excediam agora a mais de dois milhões de florins; plena justiça, temperada de clemência, no que tocasse pelo menos ao emprêgo da tortura; correção dos principais abusos da administração local, com vistas mesmo à supressão dos bailios, tão impopulares entre os moradores; conservação cuidadosa das

(79) Barlaeus-Naber, *Nederlandsch Brazilië*, pp. 395-8; Calado, *Valeroso Lucideno*, pp. 131-2; J. Nieuhof, *Gedenkwaardige Brazilianse Reize* (1682), p. 57.

fortificações, entrepostos e armazéns; manutenção de relações amigáveis com as autoridades portuguesas da Bahia, sem excesso de confiança, todavia, tanto nelas como nos moradores de Pernambuco. Tais eram os pontos principais do famoso “testamento político” de João Maurício (maio de 1644), já aqui citado mais de uma vez.

Foi rápida a viagem de volta, embora João Maurício houvesse enjoado muito. Chegando a Haia, não teve êle muita pressa em apresentar o seu relatório aos Heeren XIX; mas achou tempo para entreter os seus amigos numa reunião despida de convenções em Mauritshuis, onde se achavam agora instaladas muitas das suas preciosidades levadas do Brasil. Nesta ocasião, fêz com que os tapuias realizassem uma dança guerreira, completamente nus, à moda selvagem, “ceci a causé beaucoup de raillerie et risée parmi toute sorte de gens”, como conta um dos hóspedes. Outros houve que não ficaram contentes: “os senhores, que vieram assistir à festa com suas espôsas, não acharam aquilo muito bonito”, escreveu um dêles, mais imbuído de espírito crítico⁸⁰.

Num extenso relatório enviado aos Estados Gerais sôbre a sua gestão, expôs novamente João Maurício suas idéias de tolerância e moderação para com os portugueses de Pernambuco e sua religião. Passava em revista a situação da colônia, explicando as razões pelas quais os lavradores viviam endividados, a queda do preço dos escravos, e outros sintomas de mal-estar econômico, sugerindo remédios e medidas. Criticava abertamente os diretores naquilo em que lhe parecia estarem errados, admitindo embora que a falta de dinheiro era o fator principal de perturbação. “Grande império e estreita mentalidade são maus companheiros” era o estribilho desta parte de seu discurso. Queixava-se de que os Heeren XIX não raramente davam mais ouvidos à maledicência dos subalternos des-

(80) *Briefwisseling van Constantijn Huyghens*, IV, 52.

peitados do que aos relatórios oficiais e às solicitações de seu governador-geral e respectivo conselho. Não obstante, concluía com uma nota de otimismo, antevendo a fusão das duas Companhias das Índias, cujos recursos, uma vez somados, dariam aos holandeses os meios para arrebatat ao rei da Espanha tôdas as suas possessões coloniais, desde as Filipinas até o Peru⁸¹. João Maurício voltava mais uma vez à sua divisa, *Qua patet orbis*, "Vasto como o universo".

Talvez essa visão de um Nôvo Mundo Holandês se afigurasse antes quimérica aos ouvidos brancos dos que o ouviam, mesmo quando a bandeira tricolor das Províncias Unidas era a mais familiar nos sete mares, e Amsterdam a capital comercial da Europa. Mas João Maurício não estava sozinho na convicção de que na América do Sul se abria um grande futuro para a Holanda, bastando apenas que ela fizesse uso pleno de seus recursos e oportunidades. Fôsse qual fôsse a debilidade de sua posição no Nordeste do Brasil, maiores ainda eram as dificuldades com que lutavam os seus adversários — ou, pelo menos, assim julgavam muitos espíritos ensoberbecidos da colônia recém-fundada. É, por exemplo, flagrante o contraste entre as amargas recriminações feitas a Deus pelo Padre Antônio Vieira no sermão pregado na Bahia em 1640, e a seguinte resolução proposta em junho de 1644 pelo consistório calvinista de Recife: "Visto que vivemos quietos e em paz nestas conquistas, enquanto na Alemanha, na Inglaterra e em tôda parte, o povo geme sob sangrentas guerras, não devemos nós dar públicamente graças a Deus pelas conquistas de que nos fêz mercê; e orar pela cristandade sofredora da Europa?" Aprovada por unanimidade⁸².

(81) Barlaeus-Naber, *Nederlandsch Brazilië*, págs. 399-411.

(82) "Classicale Acta van Brazilië", 18 de junho de 1644 (*Kron. Hist. Gen. Utrecht*, XXV, p. 417).

V

A “guerra da liberdade divina”

1645 — 1648

CHAMANDO João Maurício e reduzindo de maneira drástica o seu destacamento militar no Brasil, puseram os diretores em risco a segurança da colônia e as relações pacíficas com Portugal. Devemos, por isso, verificar até que ponto êste postulado encontra apoio nos fatos e em que medida haviam os portugueses se conformado com a perda da melhor parte do mais próspero de seus domínios ultramarinos. À primeira vista, é de admitir-se que os diretores tinham algumas escusas para o seu otimismo. Abstraindo de sua indisputável supremacia no mar, estavam os holandeses firmemente instalados em ambos os lados do Atlântico meridional. Possuíam um par de castelos em Cabo Verde (Goeree), e uma série de fortalezas e feitorias ao longo do gôlfo de Guiné e de Angola, onde os portugueses conservavam apenas uma precária posição no interior de Angola, e a ilha de São Tomé. Do outro lado do Atlântico, tinham os holandeses em suas mãos sete das quatorze capitânicas em que se dividiam o Brasil e o Maranhão. Mesmo sem levar em conta as suas possessões no Mar das Antilhas e na América do Norte, cuja importância era mais potencial do que atual, o império que detinham ao sul do Atlântico afigurava-se demasiado sólido para que se enxergasse perigo sério num poderio tão fraco e arrogante como dava a

impressão de ser o de Portugal nos anos de 1641 a 1645. Nos anos que se seguiram à subida de D. João IV ao poder, a situação de Portugal era, com efeito, tão crítica, que essa mal segura monarquia não desejava envolver-se em hostilidades com a potência mais forte do mundo de então. Como não se cansava de bradar o padre Vieira, S. J., uma vez que os esforços conjuntos da Espanha e de Portugal não tinham conseguido deter a maré montante da agressão colonial holandesa, que esperança podia ter Portugal de fazê-lo sozinho num momento em que precisava concentrar todos os seus esforços contra a Espanha? Essas considerações não deixavam de ser feitas pelas Províncias Unidas, onde as duas Companhias das Índias tiravam melhor partido em manter-se em paz com Portugal na Europa, enquanto lhe movia guerra “para lá da linha”, até a tardia proclamação de trégua em Recife (julho de 1642) e em Goa (novembro de 1644).

O rei D. João IV, por intermédio de seus embaixadores em Haia, pedia insistentemente a restituição dos territórios tomados aos portugueses nos anos de 1641 a 1644, estivessem eles no Brasil, na África, ou em Ceilão; mas, como ficou dito, esses protestos diplomáticos foram o mesmo que pregar “a ouvidos moucos”. Acredita-se que os Estados Gerais, ou pelo menos alguns deles, a isso não se mostravam antipáticos, em princípio; mas nada podiam fazer sem o consentimento unânime dos sete estados provinciais, cada um dos quais era soberano em seu próprio território. Como é natural, as duas províncias marítimas (que eram as mais poderosas), ou seja, a Holanda e a Zelândia, mostravam-se fortemente influenciadas pelas suas ligações estreitas com as duas Companhias das Índias, pelo que se opunham firmemente a que se fizessem quaisquer concessões aos portugueses. Tentou mais tarde D. João IV fazer pressão sobre as Companhias, persuadindo os Estados Gerais de que não

deviam renovar as cartas-patentes, as quais deveriam expirar mais ou menos naquela época, a menos que se assinasse um convênio com Portugal. Como era de prever, fracassou também essa tentativa; mas, ao que parece, recorreu o rei à mediação da França. Em agosto de 1644, o embaixador francês protestou enérgicamente perante os Estados Gerais pela sua incapacidade para deter as agressões levadas a efeito pelas duas Companhias, impedindo assim, acentuava êle, que Portugal dizesse a guerra contra a Espanha, na Europa. Essa demonstração causou maior impressão aos holandeses do que tôdas as representações portuguezas puramente diplomáticas; mas os Estados Gerais não se decidiram, ou não se sentiram capazes, de revogar a sua resolução de junho de 1644, pela qual haviam rejeitado finalmente os pedidos de Portugal¹.

Estavam as duas grandes corporações convencidas de que tinham os portuguezes debaixo de seu chicote, e não sentiam nenhuma repugnância em fazê-lo funcionar fôsse o que fôsse que os Estados Gerais pudessem dizer ou fazer. Em 1643, fizeram os Heeren XIX a ameaça de que a Companhia das Índias Ocidentais se lançaria a novas conquistas às expensas da coroa lusitana se os portuguezes não cessassem os pedidos de restituição de Luanda, São Tomé e Maranhão². Anos depois, os representantes da Companhia das Índias Orientais, em Ceilão, se mostravam ainda mais desabridos. Tendo o vice-rei de Goa "enviado um embaixador a Galle para reclamar Negombo, de conformidade com os ajustes entabulados entre o rei de Portugal e os Países-Baixos, o general Maetsuycker, que comandava a praça da parte da Companhia holandesa, disse sem reboços ao embaixador que era verdade que

(1) Aitzema, *Saken van staet en oorlogh*, II, pp. 975-6; Arend, *Algemeene Geschiedenis*, III, (5), pp. 372-4 e 443-51.

(2) Aitzema, *op. cit.*, II, pp. 923 e 976. Para a atitude truculenta das duas grandes companhias veja-se também H. Haecxs, "Dagboek", p. 159.

êles tinham ordem dos Estados Gerais para entregar Negombo a Portugal, mas que não eram servidores nem do Príncipe nem dos Estados, e sim da Companhia, da qual (disseram êles), não haviam recebido nenhuma ordem; e que ainda que tivessem recebido ordens da Companhia, só à fôrça permitiriam que o tomassem”³.

À vista da intransigência da diplomacia da Holanda, não seria surpresa que o govêrno português houvesse pensado, como solução desesperada, em fomentar uma rebelião no Nordeste do Brasil; mas nenhuma prova se tem de que estavam dispostos a fazê-lo. Embora o rei D. João IV fôsse, em teoria, um monarca absoluto, na prática raramente tomava decisão de maior importância sem consultar os seus primeiros conselheiros. Por infelicidade, não foram conservadas (ou, em qualquer hipótese, não puderam ser encontradas) as atas do Conselho de Estado relativas a êsse período, e, por outro lado, as minutas do *Conselho Ultramarino* começam em 1643, data em que fôra criado. Seja como fôr, ainda que D. João IV houvesse chegado à conclusão de que a única solução seria um levante em Pernambuco (algo bastante inverossímil, atento o seu natural pacífico e a necessidade que êle tinha da aliança com os holandeses na Europa), é provável que essa decisão nunca tivesse sido confiada ao papel, mas apenas transmitida confidencialmente aos seus conselheiros mais íntimos. Essa suposição é de tôdas a mais verossímil, à vista do caráter extremamente cauteloso do rei, e das dificuldades por que os holandeses faziam passar os seus súditos, desde o Maranhão até Macau. Com efeito, nos anos de 1643 e 1644 era mais a sorte das terras produtoras de canela de Ceilão do que as plantações de cana de Pernambuco que constituía a principal preocupação do rei e de seus conselheiros.

(3) W. Foster [ed.], *English Factories in India, 1646-1650* (Oxford, 1914), p. 55, carta de M. Bowman, Colombos, 26 de novembro de 1640.

Isso não quer dizer que não houvesse algum desassossêgo em Pernambuco, ou que entre os portugueses de ambos os lados do Atlântico não se cogitasse de expulsar os holandeses do Nordeste do Brasil. Mas as conspirações e projetos porventura incubados achavam-se ainda em estado embrionário, não havendo qualquer prova de que algum dêles, até a partida de João Maurício, houvesse recebido o apoio de D. João IV, se é que então o receberam. Verdade é que João Fernandes Vieira afirmava em 1641 o contrário; mas êsse seu testemunho, não corroborado por outros, carece de grande pêso. Em todo caso nunca deixou de existir em Pernambuco uma atmosfera de desconfiança e suspeição, isso apesar dos esforços sinceros, e não de todo infrutíferos, feitos por João Maurício e seu conselho para reconciliar os moradores com a administração holandesa. Em dezembro de 1642, pediu João Fernandes Vieira uma entrevista com João Maurício e seus conselheiros, cientificando-os de que êle e o sogro, Francisco Berenguer de Andrade, tinham sido denunciados aos Heeren XIX como envolvidos numa conspiração destinada a restituir Pernambuco ao rei D. João IV. Protestou então calorosamente a sua inocência e inabalável fidelidade ao govêrno holandês, aconselhando-os a tomar aos moradores o armamento cujo uso lhes fôra permitido pela assemblêia de setembro de 1640. Assim foi feito, não obstante muitos dêles conseguissem reaver as suas armas sob êste ou aquêle pretexto. Embora o protesto de João Fernandes Vieira não lograsse convencer inteiramente os seus ouvintes, em todo caso os seus atos abrandaram até certo ponto as suas desconfianças, mormente tendo em vista que as acusações que lhe eram feitas poderiam muito bem ser calúnias levantadas pela inveja dos competidores⁴.

(4) Para isso e para o que se segue cf. Nieuhof, *Gedenkweerdige Reize*, pp. 51-56, 63-64; Calado, *Valeroso Lucideno*, pp. 160-78; Gonsalves de Mello, biografia de *Antônio Dias Cardoso*, pp. 14-17, *Henrique Dias*, pp. 28-31, *D. Filipe Camarão*, pp. 36-37.

O êxito da revolta no Maranhão e a partida de João Maurício deram aos portugueses de Pernambuco dois poderosos incentivos para transformarem em ação o surdo ressentimento que alimentavam contra os odiados hereges. Era todavia óbvio que, desarmados como estavam, nada lhes seria possível fazer sem a garantia de pronta e efetiva ajuda da Bahia. Tal garantia tiveram-na em setembro de 1644, quando André Vidal de Negreiros apareceu em Recife, sob o pretexto transparentemente frágil de dizer um adeus ao velho pai, "que era um pobre carpinteiro da Paraíba, a quem estava êle tão ansioso de rever quanto eu estaria de ver o rei do Congo", como sarcásticamente se exprimira um panfletário holandês da época⁵.

Dois anos antes, numa visita a Recife (que se relacionaria ostensivamente com as negociações de tréguas), já Vidal havia sondado Fernandes Vieira; mas agora os arranjos tinham feição mais definida. Após vários conciliábulos secretos entre Vidal, Fernandes Vieira e outros lavradores destacados, ficou assentado que Vieira chefearia no mês de junho seguinte uma revolta geral dos moradores, ao mesmo tempo que da Bahia se despachariam por terra alguns soldados, a fim de apoiar e dirigir os lavradores, em geral possuidores de muito pouca experiência. Esses arranjos foram feitos por instigação do governador-geral da Bahia, Antônio Teles da Silva, que tomara posse do cargo em agosto de 1642, e foi o primeiro a articular a revolta, tal como seria finalmente levada a efeito.

Em fins de 1644 despachou Antônio Teles para Pernambuco um oficial experimentado de nome Antônio Dias Cardoso, com um corpo de quarenta soldados veteranos, que desempenhariam o papel de instrutores e chefes quando os moradores se declarassem em revolta. Fernandes Vieira, não sem razão, achou essa pequena

(5) *Brasilische gelt-saech* (1647).

fôrça insuficiente, recusando-se a desfraldar a bandeira da rebelião enquanto não lhe enviassem reforços mais substanciais. Censuraram-no por isso Varnhagen e outros escritores, mas é difícil saber porquê. Os moradores tinham sido quase completamente desarmados, e a maioria dêles não possuía o mínimo traquejo. Fernandes Vieira tinha conseguido ocultar algumas armas e munições em esconderijos feitos no meio de suas próprias plantações; mas essas armas não estariam em boas condições de prestar serviços, tendo passado meses enterradas no solo tropical, durante a estação chuvosa⁶. Sem o apoio imediato, firme e efetivo de soldados bem armados e aguerridos, ou de guerrilheiros, a rebelião não contava com probabilidades de êxito, de modo que não se pode clamar contra Fernandes Vieira, por ter pedido mais homens.

Teles da Silva procurou satisfazer o pedido de Fernandes Vieira e evitar que surgissem suspeitas entre os holandeses, assentando que o chefe negro Henrique Dias penetraria no interior do território holandês, como se se houvesse desavindo com o governador português. Seria então, com os homens sob seu comando, seguido por D. Filipe Camarão e seus índios, nominalmente em perseguição aos negros fugidos da justiça, mas na realidade com ordens para se porem ao lado dêles e, assim que estourasse o levante, irem juntar-se a Fernandes Vieira e aos moradores. A partida de Henrique Dias deu-se em março de 1645, e a de Camarão em abril do mesmo ano.

Entrementes, nem as conferências havidas em agosto e setembro de 1644 entre Vidal de Negreiros e os lavradores principais, nem as subseqüentes idas e vindas entre Bahia e Pernambuco despertaram a suspeita dos holandeses. O Supremo Conselho que governava o Brasil neer-

(6) Em Pernambuco a estação chuvosa costuma principiar em março ou abril, e termina em julho ou agosto.

landês após a partida de João Maurício foi maldosamente caracterizado por João Fernandes Vieira como sendo constituído de “quatro flamengos tratantes e quatro infames judeus”, quando na realidade era formado só de três membros, visto que o quarto, Dirk Codde van der Burgh, morrera em 1644. Eram êles Hendrik Hamel, negociante de Amsterdam, Pieter Bas, antigo ferreiro de Harlem, e Adriaan Bullestrate, que fôra no comêço mestre de carpintaria em Middelburg. Por mais plebéias que tenham sido as suas origens, haviam sido (por assim dizer) educados na escola de administração de João Maurício, e não eram, de modo algum, tão venais e incompetentes como se tem dito muitas vêzes. Desde 13 de outubro de 1644 que estavam informados dos boatos que corriam, tendo recebido depois muitos avisos não só dos cristãos-novos como dos judeus ortodoxos, mas também dos próprios lavradores locais, que achavam que uma rebelião não contaria com qualquer probabilidade de vitória e não tinham o menor desejo de nela se envolver. Os conselheiros mostraram perante o público pouco caso por êsses boatos, com o intuito de não alarmar ou espalhar o desânimo entre os seus próprios compatriotas; mas, em verdade, tomaram-nos muito a sério, como é fácil verificar pelos seguintes extratos de um despacho oficial enviado aos Heeren XIX, e recebido por esta corporação em 6 de janeiro de 1645.

“Os portuguezes desta terra, como estão de tal modo endividados que, na sua maioria, não podem ter qualquer esperança de pagar as dívidas, por mais que vivam, . . . trazem noite e dia no pensamento a idéia de se revoltar, como fizeram no Maranhão e no próprio Portugal, e de assim se libertarem de nosso govêrno e fugirem ao pagamento das dívidas que têm conosco”. Depois de enumerar vários indícios de que os portuguezes locais estavam preparados para a revolta, acrescentavam os con-

selheiros que para os rebeldes seria relativamente fácil tomar os fortes holandeses de Recife e alhures por meio de um *coup-de-main*, tal como haviam feito os seus compatriotas em 1640 com as guarnições espanholas em Portugal, pois sabem muito bem que os fortes estão mal provisionados e com número insuficiente de homens. Deviam, além disso, sentir os portugueses que lhes assistiam muito mais razões para se revoltarem contra os holandeses do que as que tiveram em qualquer tempo contra os espanhóis, que os tratavam (pensavam êles) melhor do que os holandeses, "além de serem um povo da mesma religião, enquanto que as crenças dêles são para nós motivo de escárnio, . . . de modo que é de temer que façam muito em breve alguma coisa contra nós". A 13 de fevereiro de 1645 voltavam a escrever a respeito do mesmo assunto, e ainda com mais ênfase, para solicitar com urgência o envio de homens e munições⁷.

Em 1645, o conselho de Recife despachou para a Bahia dois emissários com a finalidade ostensiva de protestar contra o asilo dado em território português a devedores relapsos, mas, na realidade, para verificar se algo anormal não estaria ali acontecendo. Êsses emissários, em cujo número estava o major Dirk Hooghstraten, comandante da fortaleza de Nazaré, voltaram a Recife no mês de março, fazendo um relatório, de modo geral, tranqüilizador. Antônio Teles da Silva fôra pródigo em garantias de paz, ao mesmo tempo que no pôrto se viam apenas dois vasos de guerra. Tratava-se de dois galeões reais comandados por Salvador Correia de Sá e Benevides, que seguiam a caminho do Rio de Janeiro, para comboiar uma frota açucareira. Contudo, na realidade, estava Teles da Silva tentando persuadir Salvador Correia a

(7) Cartas do Supremo Conselho em JHMS, fols. 2-66. Importantes extratos da carta de 13 de fevereiro de 1645 foram publicados por Nieuhof, *Gedenkweerdige Reize*, pp. 64-66.

que cooperasse na rebelião que se projetava em Pernambuco. Esperava o governador-geral que êle tocaria em Recife em junho ou julho; se a praça não houvesse caído ainda em poder dos insurretos, devia garantir aos holandeses que tinha ido para auxiliá-los contra os rebeldes, e assim estava pronto para desembarcar as suas tropas. Caso os holandeses fôsem bastante tolos para permiti-lo, poderiam então tomar Recife pelo processo do cavalo de Tróia; se o negassem, a praça seria atacada ou bloqueada pelo lado do mar. A princípio o levante de Pernambuco estava marcado para o dia de São João do ano de 1645; mas na manhã de 30 de maio, alguns conspiradores pusilânimes, que faziam parte dos moradores, delataram anônimamente ao Conselho Supremo de Recife as linhas gerais da revolta⁸.

Percebeu o Conselho que não se tratava meramente de um libelo irresponsável, pelo que tomou as necessárias medidas de proteção. Fernandes Vieira, com a maioria dos cabeças, fugiu para o mato, pois tinham espiões e sentinelas por tôda parte, e recebiam aviso a tempo de escapar. Todavia, entre os que foram presos estava Sebastião de Carvalho, que ficou provado ser um dos signatários da denúncia anônima contra Fernandes Vieira, e que forneceu voluntariamente aos holandeses todos os pormenores que eram de seu conhecimento. A veracidade de seu depoimento foi confirmada pelos de outros, ora livremente, ora mediante tortura.

João Fernandes Vieira, que a 15 de maio enviava secretamente aos moradores uma circular para preparar a revolta, "em nome da liberdade divina", ainda um mês depois⁹ protestava por escrito a sua inabalável lealdade e dedicação aos holandeses, muito embora a descoberta

(8) Nieuhof, *op. cit.*, pp. 58-73 e Calado, *Valeroso Lucideno*, pp. 168-78 são as fontes principais. Para uma lista dos demais cf. J. H. Rodrigues, *Historiografia e Bibliografia*, n.º 489, 502-13, 516-23.

(9) Carta de 13 de junho de 1645, em JHMS, fols. 230-1.

de seus planos o forçasse a lançar-se abertamente à luta, no dia 13 de junho. Logo no primeiro dia, cêrca de 150 homens, na sua maioria mulatos e negros, acudiram à sua convocação, enquanto que outros a êle se foram aliando nos dias subseqüentes; mas o grosso dos moradores ficou impassível, esperando certamente ver qual dos dois lados levaria vantagem na primeira refrega, antes de se comprometerem irremediavelmente. Os holandeses, que só haviam recebido informes a respeito dos movimentos feitos em junho pelas colunas de Camarão e Dias, deslocaram então algumas das guarnições situadas fora, concentrando as suas fôrças em volta de Recife. Organizaram-se colunas volantes sob o comando do coronel Haus (comandante-chefe em exercício) e do capitão Blaer, com o fim de fazer frente, do lado do sertão, a Fernandes Vieira e suas maltas errabundas. Vieira evitou naturalmente entrar em combate enquanto não se juntaram às suas as fôrças de Henrique Dias e Filipe Camarão; de maneira que, embora tivesse havido escaramuças entre alguns destacamentos holandeses e grupos de revoltosos, durante muitas semanas não houve nenhum choque de maior importância. A 26 de junho, escrevendo para sua casa, dizia um oficial holandês que a rebelião parecia ter sido sufocada no nascedouro, acrescentando que se havia prometido perdoar todos os rebeldes que voluntariamente se entregassem (com exceção de apenas certos cabeças), uma vez que a guarnição não era bastante poderosa para lançar-se francamente à ofensiva.

Escrevendo no dia seguinte aos Heeren XIX, não se mostraram tão otimistas os supremos conselheiros. Responsabilizavam pela revolta dos portuguezes a drástica redução de seu poderio militar e naval ordenada pelos diretores: "visto serem de uma nação tão diferente da nossa em religião, língua e costumes, e se acharem além disso pesadamente endividados em consequência das

perdas sofridas durante a primeira guerra, a ponto de não terem a esperança de jamais pagar as suas dívidas, outro meio não há de forçá-los à obediência” senão pela força. Acrescentavam ainda os conselheiros que os rebeldes estavam na expectativa de receber da Bahia trinta e cinco navios com reforços, tudo isso fazendo mais necessário que os diretores enviassem com urgência as tropas e munições tantas vêzes por êles reclamadas¹⁰.

Em julho enviava o Supremo Conselho à Bahia o major Hooghstraten acompanhado desta feita por Balthazar van Voorde, com ordens para protestar perante Teles da Silva contra o visível e culposo incitamento concedido aos rebeldes. O governador português mais uma vez afirmou preempçtòriamente o seu completo alheamento da revolta, lembrando aos holandeses, em resposta, as violações à trégua por êles praticadas em Angola e alhures. Concluiu mostrando-se disposto a enviar da Bahia um destacamento de soldados a fim de chamar à obediência Dias e Camarão, e de pacificar os moradores revoltados com uso da força, caso isso fôsse necessário. Durante sua breve estada na Bahia, foi Hooghstraten sondado por Teles da Silva sôbre a possibilidade da entrega, em momento azado, do forte de Pontal de Nazaré, em troca de boa compensação. Hooghstraten, de volta a Recife, revelou ao Supremo Conselho a sua discussão, garantindo que não tinha a menor intenção de fazer a vontade do governador português, mas que havia procurado dar-lhe impressão completamente contrária¹¹.

Julgando assegurada a cooperação de Hooghstraten, aventurou-se Teles da Silva a dar um passo, a que, se não fôra isso, possivelmente não se animaria. Os holandeses lhe haviam pedido que mandasse ordens para cessar

(10) Carta de Van de Voorde ao Supremo Conselho datada de 26 de junho de 1645, em JHMS, fols. 170-205.

(11) Nieuhof, *Gedenkweerdige Reize*, pp. 87-98; *Bijdr. Hist. Gen. Utrecht*, III, pp. 362-78; Calado, *Valeroso Lucideno*, pp. 185-7.

a revolta de Pernambuco, mas êle tomou êsse pedido como pretexto para enviar tropas, não mais por trilhas escondas através do mato (como os bandos comandados por Camarão e Dias), mas às claras, por via marítima. Sob o comando de Jerônimo Serrão de Paiva, foram embarcados em dezesseis caravelas dois regimentos portugueses da guarnição da Bahia, um pelo veterano combatente-índio Martim Soares Moreno, e o outro pelo coronel André Vidal de Negreiros, filho da Paraíba, ambos destinados à enseada de Tamandaré, onde desembarcaram em fins de julho. Ostensivamente, as ordens eram para cooperar com os holandeses na pacificação dos moradores de Pernambuco; mas as instruções secretas eram para que prestassem auxílio a João Fernandes Vieira. Poucos dias depois de haver Serrão de Paiva partido da Bahia, entrava no pôrto, vindo do Rio de Janeiro, Salvador Correia de Sá, com o destacamento da frota carregada de açúcar, destinado à metrópole. Teles da Silva insistiu vivamente para que êle fôsse juntar-se a Serrão de Paiva, com as suas dezesseis caravelas, atacando Recife pelo lado do mar, de conformidade com o plano preestabelecido. Salvador relutou muito em fazê-lo, mas acabou aquiescendo, embora não fizesse segredo do desgosto que lhe causava aquela incumbência, como externou após a sua partida da Bahia, em conversa com outras pessoas¹².

Passou-se o mês de agosto sem nenhum choque de importância entre os insurretos e os holandeses; não obstante, assinalou-se por um acontecimento que veio azedar ainda mais a animosidade existente entre os dois povos. A prematura descoberta dos planos de Fernandes Vieira deu a entender que o levante se circunscreveria à zona da várzea; mas os holandeses ficaram naturalmente muito nervosos ao pensar que êle poderia propagar-se por tôda a região, pelo que chamaram em seu auxílio os tapuias

(12) *Claer Vertooch* (1647); documentos publicados na *RIAGP*, n.º 32-35, e na *RIHGB*, LXIX, pp. 87-98.

canibais, seus aliados. Esses selvagens acudiram prontamente ao chamado, e um bando dêles, sob o comando do chefe Jacob Rabbe, judeu-alemão "casado" com uma tapuia, massacrrou um punhado de moradores do Rio Grande, sem distinção de sexo e idade. O Supremo Conselho declinou de qualquer responsabilidade por êsse morticínio, mas os portugueses supuseram naturalmente que êle havia sido praticado com sua conivência, senão por ordem dêle, tanto mais que o crime permanecera impune. Os insurretos resolveram pagar aos inimigos na mesma moeda, começando assim um ciclo de mútuas atrocidades, pelas quais cada lado acusava o adversário.

A três de agosto, as colunas combinadas do coronel Haus e do capitão Blaer localizaram João Fernandes Vieira e seu pessoal num cômodo rochoso situado a umas trinta milhas de Recife. Esse reduto natural era chamado Monte das Tabocas, por causa das touceiras espinhosas de plantas daquele nome, que cobriam as suas encostas. Fernandes Vieira não fugiu à batalha, percebendo que não poderia esperar por mais tempo Dias e Camarão, pois alguns de seus homens se mostravam já desanimados, e a maioria dos moradores da *Várzea* se achava ainda impedida. Havia necessidade urgente de uma vitória que viesse incutir confiança em seus homens e dar coragem aos vacilantes. Ademais, embora João Fernandes Vieira tivesse muitos defeitos, entre êstes não estava a covardia. Os holandeses lançaram-se confiantes ao ataque, visto contarem com a flor de seus soldados, enquanto, segundo se disse, os adversários eram "quase todos uma canalha que nada entendia de guerra". Os atacantes eram inferiores em número, porquanto somavam apenas 400 soldados brancos e 300 ameríndios, ao passo que os adversários eram mais ou menos mil. Mas a inferioridade numérica dos holandeses era mais do que compensada pelo fato de o adversário só contar com relativamente poucas armas

de fogo, e fazerem uso, na sua maioria, de chuços, facões, foices e outras armas de emergência. Em compensação, João Fernandes Vieira e Antônio Dias Cardoso (que atuava como chefe do estado-maior do primeiro e dirigia a maior parte das posições defensivas) haviam escolhido uma poderosa fortaleza natural que lhes permitia ficar perfeitamente escondidos.

Num dia de sol ardente de agosto, lançou Haus quatro ataques decididos ao morro, mas em todos êles os seus homens foram repelidos com grandes perdas, embora por duas feitas estivessem a pique de romper as barreiras. Num dos momentos mais críticos, quando os portugueses tinham começado a dar passagem, João Fernandes Vieira prometeu dar liberdade a um bando de seus negros escravos, caso conseguissem deter o ataque dos holandeses. E, de fato, foi a investida dêsses homens, na sua maioria Minas e Ardras de Guiné, que salvou a situação. Ao cair da tarde, quando cessou a ação, estavam os dois lados completamente exaustos, e também quase no fim a magra provisão de munições de que dispunham os insurrectos. Felizmente para êles, durante a noite escura e tempestuosa, Haus bateu precipitadamente em retirada; mas só ao romper do dia tomaram conhecimento da importância do êxito alcançado, e verificaram que Haus se tinha ido. O número de mortos tem sido calculado de modo muito desigual, mas do lado dos holandeses êle teria passado provavelmente um pouco de 200, ao passo que do lado dos defensores, protegidos que estavam, o número de mortos terá sido evidentemente menos da metade¹³.

(13) O melhor relato sôbre a batalha das Tabocas é o de Gonsalves de Mello, *Antônio Dias Cardoso*, pp. 18-21, que dá à estampa o relatório oficial de Haus datado de 4. de agosto de 1645 e inédito até então. Outros pormenores foram colhidos em Nieuhof, *Gedenkweerdige Reize*, p. 104; *Journal ofte Kort Discours, 1645-1647*, agosto de 1646; *Kron. Hist. Gen., Utrecht*, XXV, p. 402.

Fôsem quais fôsem as perdas humanas, a batalha das Tabocas veio alterar completamente o aspecto da luta. Os holandeses estavam agora na defensiva, e não podiam impedir que os insurrectos se juntassem às forças que vinham da Bahia, e convergiam para a *Várzea*. Dez dias depois as levas de Henrique Dias e os índios de D. Filipe Camarão juntavam-se às tropas de João Fernandes Vieira, indo então conjuntamente à procura dos dois regimentos portugueses comandados por Martim Soares Moreno e André Vidal de Negreiros. Enquanto isso, tendo desembarcado as suas tropas em Tamandaré, ocupavam estes últimos o distrito de Serinhaém, sem encontrar ali resistência séria, visto que a guarnição holandesa a 6 de agôsto se rendia. A princípio deu-se aos colonos holandeses que queriam ficar sob o govêrno português a permissão de fazê-lo; mas durou pouco essa atitude tolerante dos vencedores. Roeland Carpentier, o principal lavrador de cana que aceitou a proteção portuguesa, foi acusado de alta traição em janeiro de 1646, e sumariamente executado, tendo tido a mesma sorte, ao que parece, outros conterrâneos seus^{13 bis}.

Depois de ocuparem Serinhaém, avançaram Vidal e Moreno sôbre a enseada do cabo de Santo Agostinho, que, juntamente com o forte de Pontal de Nazaré, caía a 13 de agôsto em seu poder, tendo sido pequena a resistência oferecida por Hooghstraten. Este último, não só se dispôs a servir aos portugueses, como ainda compeliu muitos officiaes e soldados da guarnição a acompanhá-lo nesse procedimento. Muitos dêstes assim fizeram com a secreta intenção de desertarem para o lado de seus compatriotas na primeira ocasião que se lhes oferecesse, coisa que de fato alguns dêles eventualmente conseguiram. Isso fêz naturalmente com que os portugueses perdessem a con-

(13 bis) Para os maus tratos infligidos aos holandeses residentes em Serinhaém e o assassinio de Roeland Carpentier cf. *Journal ofte Kort Discours*, 1645-47, 4 de fevereiro de 1644; Gonsalves de Mello, *Tempo dos Flamengos*, pp. 165-6; *Bijdr. Hist. Gen. Utrecht*, III, pp. 378-84.

fiança nos restantes, que foram desarmados e mandados para a Bahia. Na traição por êle cometida, foi Hooghs-traten ajudado e estimulado por alguns altos officiaes holandeses casados com mulheres nativas, nos quais, como se vê, a dedicação às espôsas era maior do que o seu amor à pátria. Entre êstes vira-casacas destacava-se o capitão-de-cavalaria Jasper van der Ley, cujos descendentes, com o nome de Wanderley, occupam hoje em dia posição preeminente na vida pública do Brasil.

Tendo-se apossado de um pôrto fortificado que lhes possibilitava receber suprimentos da Bahia por mar, marcharam então Vidal e Moreno para o interior, com o fito de fazer junção com as fôrças de Fernandes Vieira, Henrique Dias e Filipe Camarão. Essa junção deu-se a 16 de agôsto, tendo Vidal a princípio representado a farsa de pretender aprisionar o chefe rebelde; mudou porém imediatamente de attitude assim que os soldados vindos da Bahia romperam as suas fileiras, gritando que se juntariam aos insurrectos, fizessem o que fizessem os seus comandantes. Avançaram então as fôrças combinadas para atacar a coluna holandesa punitiva comandada por Haus e Blaer, que se havia aboletado nas vizinhanças do engenho de açúcar conhecido por Casa Forte. Os defensores, que somavam cêrca de 270 europeus, sem contar os índios, apesar de oferecerem resistência vigorosa ao ataque levado a efeito no dia immediato (17 de agôsto), foram afinal compelidos à rendição incondicional. A despeito dos protestos de Fernandes Vieira, insistiu Vidal em que se desse quartel aos holandeses; mas nenhuma objeção fêz ao massacre dos auxiliares ameríndios pelos revoltosos pernambucanos enfurecidos¹⁴.

Houvessem os portuguezes atacado Recife logo após a vitória de Casa Forte e teriam provavelmente tomado a

(14) Mattheus van der Broeck, *Journael ofte Historiaelse Beschrijvinge* (Amsterdam, 1651), *Journael ofte Kort Discours*, 1645-47, 3 de agôsto de 1645; Nieuhof, *Gedenkweerdige Reize*, pp. 133-4; Calado, *Valeroso Lucideno*, pp. 212-30.

praça sem dificuldade, como os próprios defensores foram os primeiros a confessar. Dificilmente poderia ser mais crítica a situação destes últimos, achando-se as poucas tropas que lhes restavam completamente desmoralizadas pela deserção de um sem-número de seus oficiais mais graduados. Precisamente na hora em que Hooghstraten negociava a rendição final do Pontal, surgiram ao largo de Recife Salvador Correia de Sá com o seu comboio de navios, transportando açúcar, e as caravelas de Serrão de Paiva, ancorando então, fora da barra, trinta e sete navios. Os Supremos Conselheiros ficaram em extremo perturbados com êsse acontecimento, mas se recusaram naturalmente a permitir que êle desembarcasse os seus homens, para lhe prestar "auxílio", conforme propôs. Pediram-lhe que prosseguisse a viagem e ordenaram ao almirante Lichthart que atacasse a frota portuguesa (em que havia apenas dois vasos de guerra), caso ela permanecesse ao largo da costa. Verificando que os holandeses estavam de sobreaviso, e ignorando os reveses que haviam êles experimentado noutras partes, apresentou Salvador Correia como desculpa uma ventania que começou a soprar na tarde de 13 de agosto, e prosseguiu viagem, entregando Serrão de Paiva à sua própria sorte. Vendo-se assim abandonado, resolveu êste último voltar para Tamandaré, onde, a 9 de setembro, a sua esquadra foi encurralada e destruída por Lichthart¹⁵.

É indubitável que a vitória de Lichthart salvou o Brasil neerlandês, muito fazendo para restaurar o moral de seus restantes defensores; mas ela não pôde impedir a perda da *Várzea* e da maior parte do interior. As vitórias sucessivas de Fernandes Vieira e Vidal, animaram sem dúvida os moradores até então irresolutos (que constituíam a maioria) a aderir à revolta que, após a capitulação de Haus em Casa Forte, se alastrou, qual incêndio na mata. A 2 de setembro levantaram-se os moradores

(15) C. R. Boxer, *Salvador de Sá*, pp. 206-10 e as fontes ali citadas.

da Paraíba contra os holandeses, ao mesmo tempo que, no outro extremo da colônia, as guarnições de Pôrto Calvo e Forte Maurício (sôbre o Rio São Francisco) se rendiam, a 17 e 18 de setembro, respectivamente. A 22 seguiu-se a rendição de Sergipe del Rei, de modo que ao findar-se o mês os portugueses tinham ficado donos de quase tôda a região situada entre o Rio Grande do Norte e o Rio Real. Em compensação, na ilha de Itamaracá, atacando com decisão, conseguiram os holandeses repeli-los com pesadas perdas (20 a 24 de setembro), ao passo que a 3 de outubro os seus aliados tapuias praticavam entre os infelizes colonos do Rio Grande do Norte um nôvo e atroz massacre. De qualquer maneira, ao terminar o ano de 1645, estavam os holandeses completamente sitiados em Recife, e em mãos dos adversários a maior parte do Brasil neerlandês. Não falando na capital e nos fortes que a rodeavam e protegiam, permaneciam em poder dos flamengos só as ilhas de Itamaracá e Fernando de Noronha, e também os fortes costeiros de Cabedelo (Paraíba) e Ceulen (Rio Grande do Norte). Em comparação porém com a perda da *Várzea* e das capitânicas do sul, essas praças eram de pequena importância.

O curso da pelega era sèriamente agravado pelas histórias, verídicas ou mentirosas, que se contavam sôbre as atrocidades cometidas dum lado e doutro. Os holandeses estavam firmemente convencidos de que quase todos os prisioneiros feitos em Casa Forte e Pontal, e levados para a Bahia por terra, haviam sido assassinados no caminho. É verdade que o capitão Blaer, que tinha sido em tempos de paz um dos opressores mais cruéis dos moradores, assim como alguns outros, fôra morto a sangue frio durante a marcha; mas a grande maioria dos prisioneiros chegou salva à Bahia. Houve muitos que seguiram dali para a Europa, contando-se também alguns,

entre os quais o coronel Haus, que estavam de volta a Recife, ao cabo de doze meses. É natural que tenham sofrido fome e outras privações na marcha para a Bahia; mas, como os próprios vencedores tiveram então muito pouco o que comer, os horrores dessa "marcha da fome" (como seria chamada em nossos dias) eram em grande parte inevitáveis. Inversamente, pensavam os portugueses que os holandeses haviam abandonado todos os seus prisioneiros aos tapuias antropófagos; não obstante, o pior dos algozes, Jacob Rabbe, foi assassinado em abril de 1646 por ordem do major Garstman, comandante do Rio Grande do Norte, cuja mulher era portuguesa e contava muitos parentes mortos nesses massacres. São obscuros os por menores dêsse drama, mas disso resultou que muitos tapuias romperam a sua aliança com os holandeses, embora por tempo, ao que parece, não muito longo. Pode-se acrescentar que ao contarem a história dessas atrocidades mútuas nada era omitido pelos desertores de um e outro lado, pois é natural que se esforçassem por atenuar as suas próprias culpas pintando com as côres mais negras possível as daqueles de cujo lado haviam desertado¹⁶.

As primeiras e vagas notícias da eclosão da revolta chegaram à Holanda em fins de agosto. Elas produziram grande sensação, mas pareceu a princípio que a rebelião, tendo deflagrado prematuramente, seria sufocada mediante uma ação pronta e resoluta¹⁷. Sem embargo, a revolta não poderia ter estourado num momento mais impróprio para a Companhia das Índias Ocidentais. Após vários anos de safras de açúcar decepcionantemente redu-

(16) Carta de Lichthart aos Heeren XIX, datada de 28 de fevereiro de 1646, em JHMS; M. van den Broeck, *Journal ofte Historiæse Beschrijvinge* (1651); *Journal ofte Kort Discours, 1645-47*, 1-5 de setembro, 14 de outubro, 16 de dezembro de 1645 e 2 de fevereiro de 1646; Nieuwhof, *Gedenkweerdige Reize*, pp. 104, 147-9, 153, 164-5; Calado, *Valeroso Lucideno*, pp. 214-15, 277-80.

(17) "Brieven van Doedens" em *Kron. Hist. Gen. Utrecht*, XXV, 400-12.

zidas, era das maiores a que estava prestes a amadurecer em junho de 1645, chegando os mais otimistas a pensar que ela seria bastante grande para habilitar os lavradores portugueses a pagarem as suas dívidas. Isso seria pouco provável, em qualquer hipótese; mas, como estivesse na expectativa de uma enorme safra em 1645-6, havia o conselho governamental de Recife fechado uma série de contratos com muitos dos lavradores mais importantes (e mais endividados), transferindo para a Companhia a responsabilidade das suas dívidas com os comerciantes particulares, servindo de garantia os seus engenhos, com as respectivas instalações, lavouras e bem assim as safras de açúcar. As pesadas dívidas com que arcavam os lavradores em boa parte decorriam, como era reconhecido pelo Conselho, dos juros excessivamente altos cobrados pelos credores, pois eram bastante comuns taxas de 3 por cento ao mês. Com efeito, se dermos crédito ao vice-almirante Witte de With, quando a safra estava próxima, muitas vezes foram cobrados juros de 20 por cento ao mês, ao passo que os juros habitualmente cobrados pelos holandeses em seus empréstimos variavam entre 36 e 48 por cento ao ano¹⁸.

Acresce que os Heeren XIX estavam a meio caminho da reorganização do govêrno do Brasil neerlandês, achando-se ainda em via de formação uma nova e mais forte junta governativa, constituída de quatro conselheiros e um presidente. Para presidente foi escolhido a princípio o capitalista Alexandre van der Capellen, mas, tendo êle declinado da honra, escolheram Walter van Schonenburgh, ex-burgomestre de Groninga e deputado da cidade nos Estados Gerais. Os outros conselheiros foram Michiel van Goch, pensionista de Flussinga; Simon van

(18) Witte de With, diário de 16 de setembro de 1646, em JHMS; M. van den Broeck, *Journael ofte Kort Discours*, junho de 1645; Nieuhof, *Gedenkweerdige Reize*, pp. 47-53; Aitzema, *Saken van staet en oorlogh*, III, pp. 31-32.

Beaumont, ex-diretor da câmara da Zelândia e advogado-fiscal de Dordrecht; e dois negociantes de Amsterdam, Abraham Trouwers (outro ex-diretor) e Hendrik Haecxs. Este último personagem tinha vivido alguns anos em Recife, como negociante particular, sendo o único entre os cinco da junta governativa que tinha experiência pessoal com a colônia¹⁹.

O nôvo conselho prestou juramento perante os Estados Gerais em 18 de novembro, dois dias depois de haver Balthazar van de Voorde chegado de Recife, com o pedido urgente de socorros feito pelo conselho local. Embora houvesse êle deixado o Brasil um dia antes da quele em que foi travada a batalha das Tabocas, vitoriosa para os adversários, as notícias que trazia eram assaz inquietantes. Indicava o relatório trazido que as autoridades da Bahia estavam por detrás do movimento sedicioso, porém as notícias verdadeiramente más só chegaram uma semana mais tarde. A 24 de novembro, vindos de Recife, chegaram dois navios com despachos datados de 17 de setembro, onde eram relatados com minúcia os sucessivos desastres sofridos pelos holandeses e a vitória isolada (ainda assim encorajante) de Lichthart. Não havia agora a menor dúvida de que a revolta era apoiada pela Bahia, se é que não tinha sido organizada diretamente por ela. A correspondência apreendida da nau-capitânia de Serrão de Paiva em Tamandaré (9 de setembro) indicava que o próprio rei de Portugal nela estava envolvido²⁰.

No correr dos meses seguintes ficou claramente evidenciada a debilidade do sistema flamengo de governo

(19) Van der Capellen, *Gedenkschriften*, II, pp. 111-13; H. Haecxs, "Dagboek", pp. 149-54; P. Moreau, *Histoire*, pp. 37-38, 103-5. Moreau assinava na qualidade de secretário de Van Goch.

(20) Relatório de van de Voorde, publicado *in extenso* por Aitzema, em *Saken van staet en oorlogh*, III, pp. 50-52. Cf. também *Glaer Vertooch* (1647) e Francisco de Sousa Coutinho, *Correspondência Diplomática*, I, p. 336.

e da organização da Companhia das Índias Ocidentais. No que respeita ao primeiro, as pretensas Províncias Unidas eram, sob muitos aspectos, meramente províncias aliadas, e, como pode acontecer com aliados, frequentemente se desavinham umas com as outras. Se em alguma coisa estavam unidas era no ciúme com que seis delas olhavam para a sétima, a Holanda, que era, de muito, a mais rica e poderosa. Outras vêzes, as cinco províncias interiores viviam em turra com as duas marítimas, a saber — a Holanda e a Zelândia. Os Estados Gerais não passavam de um órgão governante de poderes limitados, sendo seus membros obrigados a remeter cada problema nôvo às autoridades provinciais que os tivessem nomeado. Para terem validade, tôdas as resoluções que dissessem respeito à "Generalidade", ou à União, considerada como um todo, necessitavam de votação unânime. Tôdas as resoluções de "Sua Alta Potência" deviam ser submetidas às assembléias provinciais, para receber confirmação, nenhuma província se considerando na obrigação de prestar-lhe obediência, a menos que houvesse dado o seu consentimento. É óbvio que se tornava muito difícil a ação conjunta num govêrno dêsses, em que cada província se considerava soberana e independente, e tinha interêsses nem sempre coincidentes com os das demais. De certo modo, o govêrno podia considerar-se como sendo constituído de comissões nomeadas pelas principais facções interessadas. As coisas se complicavam ainda mais por causa da posição do príncipe de Orange como comandante-chefe das fôrças armadas, e monarca presuntivo de uma república oligárquica.

No que toca à Companhia das Índias Ocidentais, tanto Arciszewski como João Maurício haviam criticado acerbamente as delongas e a ineficiência decorrentes da constituição entalhada da emprêsa. As câmaras regionais, do mesmo modo que as províncias em que estavam situadas, mantinham-se independentes e cheias de ciúmes

das outras, negociando com os seus próprios capitais, cuidando de sua navegação e lutando com o pêso de suas próprias dívidas. Admitia-se que aos Heeren XIX cabia coodernar a política geral, mas a autoridade dos diretores era circunscrita às câmaras que os haviam nomeado, de modo que as ordens emanadas dos primeiros não podiam ser obedecidas sem o concurso das últimas. A lei em virtude da qual os diretores eram afastados do serviço mediante rotação, embora não fôsse sempre rigorosamente cumprida, trazia como resultado verem-se muitos homens forçados a resignar justamente quando se iam familiarizando melhor com os deveres do cargo, e serem substituídos por principiantes que tudo tinham que aprender. Isso não favorecia a eficiência da administração e tampouco a continuidade da política, tanto mais quanto não poucos dos Heeren XIX nunca tinham estado no Brasil. A posição deles agravara-se ainda mais entre 1644 e 1645, em consequência das ferrenhas dissensões em tôrno da renovação da carta da Companhia e das incertezas que o seu freqüente adiamento acarretava. O sistema de escrituração adotado pela Companhia enganava os próprios contemporâneos, ao mesmo tempo que o seu crônico endividamento paralisava qualquer ação suasória. Nessa época, como as questões mais urgentes andassem em idas e vindas pelas assembléias provinciais, de um lado Sua Alta Potência e o Príncipe de Orange, e de outro as câmaras regionais e os Heeren XIX, era quase sempre muito tarde para qualquer medida efetiva, de modo que nada se fazia, no fim de contas.

Assim, não é para surpreender que a despeito dos repetidos avisos feitos pelo Supremo Conselho de Recife em seu despacho de janeiro a março de 1645, e da notícia, recebida em fins de agôsto, de que a revolta havia estourado, quase nove meses houvessem decorrido sem que partisse da Holanda qualquer socorro substancial para

o Brasil. Sob a impressão causada pela gravidade das notícias recebidas na última semana de novembro, resolveram os Estados Gerais, de comum acôrdo com os representantes da Companhia das Índias Ocidentais, conceder a esta última um subsídio de 500 000 florins (acrescido em dezembro para 700 000), com o fim de habilitá-la a enviar navios e tropas para o Brasil. Houve um momento em que se encarou a possibilidade de enviar uma frota de trinta e seis navios (inclusive quinze ou vinte navios de guerra do Estado) com uma fôrça expedicionária de 6 000 homens, inclusive um regimento de 1 800 voluntários pagos pelos Estados Gerais. Quanto mais grandiosos haviam sido os projetos no papel, tanto mais modestos se tornaram na prática. As províncias que tinham votado pela remessa de dinheiro mostraram-se, como de hábito, muito vagarosas, senão completamente remissas, na entrega de suas cotas. Soldados e marinheiros apresentavam-se muito relutantes em servir como voluntários no Brasil, ao mesmo tempo que o recrutamento se viu subsequêntemente impedido pelos agentes de Veneza incumbidos de fazer o alistamento de tropas nos Países-Baixos, com o fim de combater os turcos. Por último, de uma geada excepcionalmente forte, abreviada em dezembro de 1645, resultou ficarem quase todos os portos impedidos pelo gêlo, durante vários meses. Alguns navios que haviam deixado a Zelândia em fevereiro e março acabaram ficando retidos várias semanas no Canal da Mancha. O grosso da expedição só pôde partir em maio de 1646, quando o nôvo presidente e os coronéis von Schoppe e Henderson (que estavam na Holanda em gôzo de licença), deixaram finalmente o Escalda. Dos trinta e seis navios e 6 000 homens que se tinham em vista no comêço, seguiram, no correr dos primeiros cinco meses do ano de 1646, ao todo vinte navios, transportando 2 000 homens. Nesse meio havia três vasos de guerra, *Middel-*

burgh, *Vlissingen* e *Veere*) fornecidos pelo almirantado da Zelândia, mediante um convênio especial com a Companhia das Índias Ocidentais²¹. As águas turvas da política doméstica holandesa proporcionaram boas pescarias ao enviado português em Haia, Francisco de Sousa Coutinho, muito embora as suas queixas e as suas intrigas fôsem menos responsáveis pela demora na partida da expedição para Recife do que os "generais janeiro e fevereiro", e os complicados métodos administrativos dos holandeses.

As notícias da rebelião, chegadas a Lisboa no mês de agosto, preocuparam o rei D. João IV e seus principais conselheiros tanto quanto haviam aborrecido Sua Alta Potência em Haia. Ainda que o monarca português tivesse sabido algo de seus antecedentes, sua subsequente maneira de agir mostrou que êle não estava disposto a ajudá-la ou consenti-la, a menos que ela se apresentasse como fato consumado e sob a forma de uma imediata e total expulsão dos holandeses do Brasil²². D. João IV estava antes de tudo ansioso por ver-se incluído nas negociações tendo em vista uma paz geral, as quais se achavam então na fase preparatória do Congresso de

(21) Para a mobilização e viagem da expedição de 1645-6, cf. P. Moreau, *Histoire*, pp. 105-27; "Brieven van Doedens", em *Kron. Hist. Gen. Utrecht*, XXV, pp. 400-31; H. Haecx, "Dagboek", pp. 155-82; Nieuhof, *Gedenkweerdige Reize*, pp. 177-8; Arend, *Algemeene Geschiedenis*, III (5), pp. 599-601 e 691-4. Para as combinações referentes aos três navios de guerra zelandeses, cf. Hoboken, *Witte de With*, cap. I. Assevera Moreau que nada menos de quarenta e cinco navios foram ter ao pórtio de Recife, tendo-se perdido durante a viagem sete dêles, com cerca de 500 homens; essas cifras, porém, parecem exageradas. Os três navios da Zelândia foram comandados pelo almirante Banckert.

(22) Isso foi afirmado categoricamente pelo P.º Antônio Vieira, S. J., em seu famoso (ou infame) *Papel Forte*, de 1648-49. "Responde-se que não consta de tal promessa de Vossa Majestade, e em caso que a houvesse, não tem Vossa Majestade obrigação de a cumprir, com pôr a risco toda a monarquia; principalmente que essa promessa, se a houve, foi fundada na que os homens de Pernambuco fizeram, de haverem de tomar logo o Recife, e em outras informações e esperanças falsas..." (ed. Cidade e Sérgio, *Obras Escolhidas*, III, pp. 35-36).

Munster, pois o apoio das Províncias Unidas era para êle essencial, tanto neste como noutros assuntos. Uma vez que a rebelião irrompera antes do tempo, adotou êle a sua política habitual de inação, em que era mestre; mais tarde, quando não lhe era mais possível deixar de dizer alguma coisa, negou peremptòriamente que tivesse qualquer ligação com os rebeldes — aos quais, de fato, não enviou nenhum auxílio, durante um ano inteiro.

Até meados de novembro, não recebera Sousa Coutinho quaisquer informações ou instruções de seu soberano; mas, enquanto isso, apressara-se em garantir aos Estados Gerais, e a quem quer que o ouvisse, que o rei nada tinha que ver com a revolta, e considerava traidores tanto João Fernandes Vieira como os seus seguidores. Nem as ardorosas negativas do embaixador, nem as tardias evasivas do rei, impressionaram os Estados Gerais, ao mesmo tempo que em Haia, os amigos da Companhia das Índias Ocidentais açulavam a população a que fizessem demonstrações de hostilidade à casa e à pessoa de Sousa Coutinho. Em dezembro, informaram os Estados Gerais a êste último que o rei D. João IV só poderia dar prova de sua sinceridade ordenando a restituição imediata do território perdido, punindo os rebeldes e entregando o traidor Hooghstraten. Rejeitaram também as reiteradas propostas referentes à compra do Brasil neerlandês por Portugal, propostas apresentadas por Sousa Coutinho de acôrdo com as instruções de seu soberano, e em grande parte baseadas nas sugestões do versátil Gaspar Dias Ferreira. Havia perfeita sinceridade na recusa de D. João IV a prestar apoio aos rebeldes, mas é natural que os holandeses disso não estivessem convencidos. Os seus conselheiros de ultramar pediam-lhe instantemente (23 de outubro de 1645) que mantivesse a paz com as Províncias Unidas, a qualquer preço. Frisavam que, se o poderio combinado da Espanha e de Portugal não havia con-

seguido deter entre 1630 e 1640 o ímpeto da conquista holandesa no Brasil, não era concebível que Portugal tivesse a esperança de expulsar os holandeses de Pernambuco justamente quando se achava em guerra contra a Espanha. Parecia-lhes claro que a revolta tinha sido mal inspirada e fadada ao malôgro. Desconhecendo a tomada do Pontal de Nazaré, pensavam-êles que os holandeses tinham ainda em seu poder os portos e ancoradouros, podendo assim receber abundância de reforços e impedir, por outro lado, que chegassem de Lisboa e da Bahia auxílios para os insurrectos²³.

Mais do que os protestos de Sousa Coutinho no tocante à inocência de seu soberano, valeu a campanha de imprensa por êle organizada contra a Companhia das Índias Ocidentais e seus protetores. Inteirado cabalmente das culpas e erros da Companhia no Brasil por intermédio de empregados descontentes de Recife, patrocinara êle a publicação de uma série de panfletos denunciando (com exagêro) os seus abusos, provados e supostos. Essas publicações saíam naturalmente sob a responsabilidade de impressores fictícios, e incluíam uma tradução holandesa do manifesto lançado pelos insurrectos em outubro de 1645 com o fim de explicar o motivo que os levou a pegar em armas, e a pedir a ajuda do rei D. João IV. Não sei dizer até que ponto chegou a influência exercida por êsses panfletos pró-portuguêses; mas é evidente que tiveram algum efeito sôbre a opinião pública, uma vez que a Companhia se viu compelida a dar-lhes resposta com uma publicação semelhante, em que se denunciava a duplicidade de D. João IV e a deslealdade de Portugal. Os Estados Gerais publicaram editais contra os autores dos panfletos difamatórios da Companhia das Índias Oci-

(23) "Cartas e pareceres de Gaspar Dias Ferreira", na *RIAPG*, XXXI (1886), pp. 323-52; *ibid.*, XXXII (1887), pp. 73-117; AHU, "Consultas Mistas", Códice 13, fols. 253-7v, consulta de 23 de outubro de 1645; Sousa Coutinho, *Correspondência Diplomática*, I, pp. 231 e ss.

dentais; parece, todavia, não terem conseguido identificar nem o impressor, nem os holandeses renegados que redigiam esses panfletos para o embaixador português. Depois da publicação, no *Claer Vertooch* de 1647, da correspondência apreendida em Tamandaré no navio-capitânia da esquadra de Serrão de Paiva, quem quer que tivesse o espírito livre de preconceitos não duvidaria que o governador-geral da Bahia era um dos principais promotores da revolta, fôsse qual fôsse a atitude do rei de Portugal. De qualquer maneira, é indiscutível que as invectivas de Sousa Coutinho contribuíram para solapar a posição da Companhia na mãe-pátria, visto que muitos dos abusos denunciados nos panfletos eram provados mediante capítulos e parágrafos de documentos oficiais, e vinham relatados com abundância persuasiva de côr local²⁴.

Experimentou também Sousa Coutinho utilizar-se dos métodos de suborno e corrupção, tão em voga naqueles tempos; mas, nessa esfera as suas promessas foram invariavelmente além do que podia dar. A sua presunção de que todos os segredos de estado poderiam ser comprados com dinheiro era bastante verdadeira, tendo sido repetida, mais ou menos com as mesmas palavras, por Sir Jorge Downing, êsse emissário pouco escrupuloso que os ingleses enviaram a Haia²⁵. Dá-nos Sousa Coutinho uma pitoresca amostra das fases preliminares do "amaciamento" (como hoje se poderia dizer) da pessoa visada. Explica êle que muitos membros dos Estados Gerais e das assembléias provinciais não eram ricos e possuíam muitos filhos. Ao fazer uma visita de cortesia a tal pessoa, e discutir com ela o assunto, "deixa-se cair na

(24) Cf. Asher, *Bibliographical Essay*, pp. 186-99; Sousa Coutinho, *Correspondência Diplomática*, II, pp. 325, 339-40.

(25) Cf. as cartas de Downing datadas de 1661, em N. Japikse, *De Verwikkelingen tusschen de Republiek en Engeland, 1660-1665* (Leiden, 1900), p. 183.

mão de uma das crianças, como por acidente, uma jóia valendo mais ou menos mil cruzados (conforme o padrão de vida e a posição social da dita pessoa)". O pai não obrigaria a criança a restituir a jóia, ficando salva assim a honra e a "face". Acrescenta o embaixador que essa dádiva inicial era como o compromisso de outras maiores no futuro; mas foi aqui que o método falhou, aliás não por culpa sua. O tesouro português estava quase sempre vazio, donde andar sempre em atraso no pagamento do ordenado de Sousa Coutinho, o mesmo acontecendo com os seus colegas de Londres e alhures²⁶. Em consequência, embora vivesse a suplicar a remessa de fundos mais amplos com que pudesse peitar, de acôrdo com a sua categoria, pessoas de maior influência (como Amalia van Solms), nunca chegou a recebê-los. Disso resultou não serem mais levados muito a sério os oferecimentos feitos pelo diplomata português, dos quais se declinava com polidas negativas ou vagas garantias de futura cooperação. Foi isso que fizera João Maurício quando, por uma escura e chuvosa noite, e em circunstâncias verdadeiramente teatrais, foi Sousa Coutinho entrevistá-lo, num bosque dos subúrbios de Haia. Transparece claramente da correspondência do próprio Sousa Coutinho que os seus esforços para protelar o envio de auxílios ao Brasil neerlandês foram muito menos eficazes do que a grande geada de 1645-6 e a emperrada engrenagem da máquina administrativa da Holanda.

É natural que os defensores de Recife estivessem apreensivos com a demora da chegada de auxílios, a despeito das urgentes e reiteradas solicitações feitas à Europa. Conforme foi registrado por um diarista da bloqueada capital, entre julho de 1645 e junho de 1646

(26) Sousa Coutinho, *Correspondência Diplomática*, II, p. 49. Com respeito à penúria em que estavam os portugueses cf. os despachos diplomáticos citados por A. Pena Júnior, em *Arte de Furtar*, I, pp. 248-58.

a ela haviam chegado apenas onze navios da Europa (outros poucos vieram da África ocidental), sendo que um dêles era certo barco da carreira da Índia, *Zas Van Gent*, que foi forçado a mudar de rota. A 28 de maio de 1646, escrevia êle, desapontado: "Não podemos compreender por que motivo durante os dez meses que durou o cêrco, recebemos da mãe-pátria, quando muito, apenas uns poucos navios com provisões, ao passo que antes da guerra nos eram enviados da Holanda suprimentos em quantidade suficiente para abastecer tôda a região". Por essa época, a ração de trigo que cabia a cada cidadão estava reduzida a duas onças diárias, sendo todos os gêneros alimentícios vendidos a preços de fome, em consequência do que, tanto a guarnição como o povo começaram a sofrer seriamente de beribéri e outras moléstias decorrentes da má alimentação. Assim que o cêrco havia começado, apressaram-se os defensores a arrasar o palácio e os parques de João Maurício, pondo também por terra muitos outros edifícios de sua querida Mauritsstad, a fim de abrir espaço para as baterias dos fortes que defendiam Recife e impedir que o inimigo pudesse, por sua vez, fortificar-se na nova cidade. Os sitiantes não possuíam nenhuma artilharia digna de menção, enquanto que os holandeses tinham o domínio completo do mar; mas, o que salvou a capital colonial de render-se pela fome foi a chegada providencial, a 22 de junho de 1646, de dois navios holandeses, o *Golden Falcon* e o *Elizabeth*, no momento mesmo em que, como em mau verso disse o nosso diarista,

*nenhuma ajuda humana, nenhuma esperança de socorro
se podia ver,*

*a água chegava aos nossos lábios e fôrças não tínhamos
para combater.*

Êsses navios trouxeram não só as provisões sem as quais as 8 000 almas encurraladas em Recife não poderiam

sobreviver mais do que alguns dias, uma vez que estavam reduzidas às suas quatro últimas barricadas de farinha, mas também a boa notícia de que vinha perto o restante da frota enviada em seu socorro. O grosso dessa esquadra chegou em julho e agosto, mas os navios desgarrados só em novembro alcançaram Recife²⁷.

A alegria dos sitiados ao se verem salvos no último minuto da undécima hora foi descrita por John Nieuhof e outras testemunhas oculares. Ninguém ficou mais contente do que os membros da comunidade judaica, plenamente convencidos que estavam de que os sitiados não teriam deles qualquer compaixão. Seu chefe, o célebre rabino Aboab da Fonseca, escreveu longo poema em hebraico, intitulado *Zekher asiti leniflaot El* ("Erguei um monumento aos milagres de Deus"), em que celebra o favor recebido em termos que lembram os do salmista²⁸. Sua maior aversão era contra Fernandes Vieira, mas as acusações a esse mulato, cabeça da rebelião, não as faziam apenas os holandeses e os judeus. O comportamento de João Fernandes Vieira durante a campanha deu motivo a que os moradores articularassem contra ele as mais amargas censuras, a ponto de pedirem ao governador-geral que o tirasse do comando. Acusaram-no de haver provocado a rebelião por causa apenas das pesadas dívidas que tinha com os holandeses, e não por qualquer sentimento religioso ou de patriotismo. Os seus detratores pintavam-lhe o caráter com as cores mais negras, acusando-o de assassínios, de roubo e de sedução. Diziam que ele e seus comparsas, bem como os funcionários mais graduados da Bahia, faziam fortuna obrigando os moradores a contribuições, e tomando para si escravos, bois

(27) *Journal ofte Kort Discours*, 26 de maio e 5, 10 e 22 de junho de 1646; Nieuhof, *Gedenkweerdige Reize*, pp. 175-6; H. Haecx, "Dagboek", pp. 183-4.

(28) A. Wiznitzer, *Records*, p. 3, onde se prestam informes concernentes à proveniência do *Zekher asiti leniflaot El*.

e outros bens pertencentes aos holandeses²⁹. Enquanto João Fernandes se queixava de que estava despendendo a sua fortuna particular (que se admite ser grande), afirmavam os seus acusadores que ela estava sendo feita "à custa do sangue dos pobres". Não é necessário ser-se historiador marxista para ponderar que êsse tem sido o processo normal de fazer a guerra desde que existe a divisão de classes; não obstante, tinham muito mais pêso algumas outras alegações. Parece provado que João Fernandes Vieira se aproveitava de sua posição para acertar contas antigas, embora, por outro lado, se tivessem feito várias tentativas para assassiná-lo. Seja como fôr, sentiu Antônio Teles da Silva que as queixas contra Fernandes Vieira tinham suficiente fundamento para ser encaminhadas ao govêrno de Lisboa³³. Como de praxe, procrastinou D. João IV durante vários meses, até que em março de 1647 mandou que as acusações dirigidas contra Fernandes Vieira fôsem arroladas "em algum lugar em que não pudessem ser vistas". Nesse intervalo, em dezembro de 1646, resolveu êle nomear um comandante-chefe, intitulado *mestre-de-campo-general*, com o fim de coordenar as operações dos revoltosos e das fôrças expediçionárias da Bahia. Essa medida há muito vinha sendo solicitada instantemente pelo Conselho Ultramarino; mas passaram-se vários meses antes que os seus reclamos e queixas conseguissem vencer a inata cautela do rei. Não se fêz nenhum alarde dessa nomeação, mas ela de fato significava que o rei, quiçá tardiamente e às escondidas, ia intervir diretamente na guerra de Pernambuco.

(29) Há, em parte, uma confirmação dêsses assertos no *processo* de Manuel de Moraes movido pela Inquisição (1647), e dado a lume na *RIHGB*, LXX, pp. 27-28. Cf. também a carta dos moradores na *RIAGP*, n.º 35 (1888), pp. 32-34.

(30) Os documentos relevantes foram publicados pela primeira vez por A. Lamego na *RIHGB*, LXXV, pp. 23-50. Foram sumariados por C. R. Boxer, em *Salvador de Sá*, pp. 219-20.

A vista da posição precária do trono, as hesitações de D. João IV são compreensíveis, se não justificáveis. Estava êle decidido a evitar um rompimento declarado com a Holanda, se é que isso era humanamente possível; assim, enquanto a Neerlândia não enviasse reforços substanciais para Recife, evitaria D. João IV, de seu lado, remeter qualquer ajuda para Pernambuco. Em verdade, só em março de 1646 se decidiu êle a enviar importantes contingentes para a Bahia, isso a despeito dos pedidos feitos nesse sentido por Teles da Silva, temeroso que estava de que os holandeses lançassem um contra-ataque por mar. Depois de ter recebido a notícia da revolta, considerou o rei a princípio a idéia, a êle sugerida em outubro de 1645 pelo Conselho Ultramarino, de que se deveria fazer os moradores emigrar em massa para a Bahia, levando consigo os escravos e tudo quanto pudessem carregar, após haverem destruído as plantações de cana. Aos holandeses deixar-se-ia uma região devastada que para êles nenhum valor econômico teria; só então seriam trabalhados no sentido de venderem à coroa de Portugal as suas possessões no Brasil. A primeira parte dêste plano foi logo posta de lado, por impraticável, dado que os revoltosos eram demasiado numerosos para se transportarem por via terrestre, e o êxodo por mar estava fora de cogitação. Pediram os moradores ao rei que lhes enviasse 2 000 soldados e quantidade correspondente de armas e munições; mas, embora o Conselho Ultramarino, cessando a resistência que fizera no comêço, insistisse junto a D. João IV para que enviasse quanto antes os socorros que estivessem dentro das possibilidades, respondeu o cauteloso monarca, depois de haver refletido sôbre o problema durante três semanas, que "os têrmos da paz [= trégua] com a Holanda não lhe permitiam qualquer ação nesse terreno". Em julho de 1646, respondendo a novas solicitações do Conselho Ultramarino,

encarou êle pela primeira vez a possibilidade de enviar algum auxilio direto aos insurrectos. É de presumir-se que essa mudança de attitude se deva ao fato de haverem os moradores de Pôrto Calvo e outros pontos de Pernambuco proclamado em têrmos categóricos que, a menos que D. João IV viesse em seu auxilio, iriam prestar a sua assistência e proteção a "outro príncipe cristão"³¹.

A pessoa escolhida pelo rei para o pôsto de *mestre-de-campo-general* foi Francisco Barreto de Meneses, nascido em Callao, no Peru, no ano de 1616, e filho natural de um português com uma crioula espanhola. Êle tinha tomado parte na expedição do conde da Tôrre e na marcha épica de Luís Barbalho do Rio Grande do Norte à Bahia, pelos idos de 1640; mas ao tempo em que foi escolhido para assumir o comando de Pernambuco era um simples comandante de regimento de cavalaria, no Alentejo. Não se sabe bem por que motivo o escolhera o rei, quando podia dispor de officiaes mais antigos e mais experimentados; mas o resultado final justificou a escolha, embora o seu comando tivesse sido muito infeliz no comêço. O recém-nomeado *mestre-de-campo-general* saiu de Lisboa com destino à Bahia em 26 de março de 1647, à frente de uma esquadra de cinco caravelas e duas pinaças, trazendo dinheiro, armas, munições, e alguns soldados. Fazia parte dêsses últimos um contingente fornecido pela cidade do Pôrto, "composto de noventa e seis recrutas, na sua maioria criminosos moços tirados das prisões das proximidades". No dia 6 de maio, a noventa milhas, mais ou menos, da Bahia, foi a esquadra atacada por dois piratas da Zelândia. As caravelas safaram-se sem difficuldade, mas as duas pinaças foram tomadas após uma

(31) AHU, "Consultas Mistas", Cod. 13, consultas de 23 de outubro de 1645, 14 de abril de 1646, 18 de julho de 1646 e 9 de setembro de 1646; *Cartas de D. João IV para diversas autoridades do Reino*, pp. 41-45, 51, 54-56, 63, 142, 159-63.

ação vigorosa e breve, em que Francisco Barreto foi ferido gravemente, e bem assim o seu imediato no comando, Filipe Bandeira de Melo. Os prisioneiros foram levados para Recife, onde se receberam com justificada desconfiança as afirmativas de que se destinavam exclusivamente à Bahia, e não tinham qualquer intenção de seguir depois, por terra, para Recife³².

A situação em Recife havia mudado relativamente pouco depois da chegada da frota de socorro, entre junho e agosto de 1646. Tão precário era o estado da guarnição, e tão pouco adestrados eram também os soldados chegados por último, que não se poderia empreender nenhuma operação de vulto, tendo falhado as surtidas que se tentaram. Com a vinda da frota holandesa, resolveram os insurretos concentrar as suas fôrças na *Várzea*, abandonando a Paraíba, Goiana e Itamaracá. João Fernandes Vieira deu ordem aos habitantes dessas regiões de as devastarem antes de sair, de modo a torná-las imprestáveis para os holandeses; mas, ainda que essas ordens aumentassem a sua impopularidade entre uma parte dos moradores, elas não foram convenientemente executadas³³. Os engenhos foram destruídos, mas os holandeses acharam, em bom estado, muita mandioca, fumo e frutas, que serviram para aliviar durante algum tempo os defensores de Recife. Verificando que os insurrectos se haviam postado muito perto da cidade, voltou Von Schoppe a empregar a estratégia que tão eficaz se mostrara entre 1633 e 1635, atacando-os em diversos pontos, com o fim de dificultar as suas comunicações

(32) AHU, "Consultas Mistas", Cod. 13, 14 de abril, 2 de maio, 18 e 26 de julho de 1646; Gonsalves de Mello, *Filipe Bandeira de Mello*, pp. 21-27.

(33) Cartas de João Fernandes Vieira ao Príncipe Regente e a Feliciano Dourado, maio de 1671, em Boxer, *Salvador de Sá*, p. 219 n.; *Journal ofte Kort Discours*, 25 de setembro e 12 de novembro de 1646.

com a Bahia. Os seus primeiros esforços foram mal sucedidos, e, embora o forte Maurício, no Rio São Francisco, fôsse ocupado em novembro pelo coronel Henderson, a guarnição havia sofrido tanto em mal planejadas surtidas, que a praça foi abandonada no seguinte mês de abril. Mais cheia de conseqüências foi a morte do almirante Lichthart, em novembro de 1646. Sua perda foi o golpe mais sério experimentado pelos defensores do Brasil holandês, significando também um estímulo para o inimigo, de quem era o adversário mais temido.

Cada um dos dois lados fazia os maiores esforços para seduzir os aliados ameríndios do outro, ao mesmo tempo que os seus respectivos chefes nativos, D. Filipe Camarão, do lado dos portugueses, e Pieter Poti, do dos holandeses, trocavam sôbre êsse assunto, em tupi, cartas cheias de acrimônia. Poti lembrava a Camarão que os holandeses tratavam os aborígenes muito melhor do que os portugueses, refutando com indignação a acusação de herege, que lhe era assacada pelo último. "Sou cristão, e cristão melhor do que tu", respondia Poti, "visto que acredito sômente em Cristo, sem manchar-me com a idolatria que praticas". Afirmando que "o mar domina o Brasil", lembra Poti a Camarão a grande supremacia dos holandeses no mar, e a impossibilidade em que estava o rei D. João IV de com ela medir fôrças. Poti havia visitado a Holanda quando môço, e sabia que "lá navios, homens, dinheiro e tôdas as outras coisas eram tão numerosos como as estrêlas do céu". Concluía insistindo para que Camarão se passasse para o lado dêle; mas a lealdade do último aos seus aliados católicos mostrou-se tão firme quanto a de Poti aos seus amigos protestantes. Essa correspondência parece não ter produzido nenhum efeito de monta sôbre a atitude das tribos ameríndias; e a despeito da defecção temporária de alguns tapuias em

conseqüência do assassinio de Jacob Rabbe, a maioria das tribos do norte mantiveram-se fiéis aos holandeses³⁴.

Visto que a reocupação do Forte Maurício, no Rio São Francisco, não surtiu o efeito esperado, decidiu-se o Conselho de Recife por um golpe audacioso, já advogado muito tempo antes por Von Shoppe, e para o qual os Heeren XIX haviam dado em abril de 1646 a sua sanção. Consistia êle na ocupação da ilha de Itaparica, na baía de Todos os Santos, onde Von Schoppe pensava fundar "uma nova Dunquerque", com a qual paralisaria completamente o comércio da Bahia e obrigaria Teles da Silva a chamar as tropas que havia mandado para Pernambuco. A expedição, constituída de vinte e seis navios transportando 2 400 homens, partiu a 4 de fevereiro de 1647, sob o comando de Von Schoppe, Banckert e Beaumont. A imediata ocupação da ponta este-setentrional da ilha, chamada Ponta das Baleias, foi efetuada sem qualquer oposição, pois os portugueses foram apanhados completamente de surpresa; mas a reação não foi a que se esperava. Teles da Silva lançou contra a ilha dois contra-ataques decididos (em 24 de fevereiro e 10 de agosto), mas, embora fôsem êles repellidos com pesadas perdas para os assaltantes, o governador-geral não ordenou a retirada das tropas e levas que haviam sido enviadas a Pernambuco. Mais que isso, as medidas de defesa local por êle tomadas provaram ser tão eficientes que Von Schoppe se viu confinado à ponta da ilha, não se sentindo com fôrças para assolar o Recôncavo, nem mesmo para impedir o tráfico marítimo e as comunicações com a cidade do Salvador³⁵.

(34) Carta de Poti datada de 31 de outubro de 1645, em JHMS, fols. 347-51; "Cartas Tupis dos Camarões", na RIAGP, XII, pp. 281-305.

(35) H. Haecxs, "Dagboek", pp. 159, 217-18; despacho de Teles da Silva, de 15 de dezembro de 1647, em *Cartas del-Rei D. João IV ao Marquês de Niza*, I, pp. 203-7; carta do Supremo Conselho, datada de 26 de fevereiro de 1647, em JHMS.

Por outro lado, tão grave era a ameaça contida na ocupação holandesa de Itaparica, que D. João IV se viu finalmente forçado a intervir abertamente na campanha, e a fazer alguma coisa mais do que despachar umas poucas caravelas mal aparelhadas, com exíguo contingente de homens e munições. Estava o rei disposto, caso fôsse necessário, a fazer o sacrifício de Pernambuco; mas não podia permitir a perda da Bahia, pois a perda da capital da colônia acarretaria inevitavelmente o colapso do que ainda lhe restava desta última. Sem o açúcar do Brasil, não teria Portugal com que pagar os exércitos incumbidos de deter os espanhóis ao longo da fronteira; e, conseqüentemente, a perda do Brasil envolveria o desaparecimento de Portugal como nação independente. Aquêles mesmos que advogavam o que se poderia chamar "a paz com a Holanda a qualquer preço" perceberam isso muito bem; assim, foi com a aprovação do Padre Antônio Vieira (senão, em verdade, por sugestão sua), que D. João IV resolveu lançar mão de uma medida drástica, que foi a de enviar à Bahia a *Armada Real do Mar Oceano*, ou seja a sua esquadra de alto-mar.

A decisão do rei foi tomada no comêço de maio, passando-se mais de três meses antes que os Estados Gerais adotassem medida semelhante, equipando uma poderosa expedição com o fim de pôr têrmo, uma vez por tôdas, à revolta que lavrava em Pernambuco. A Companhia das Índias Ocidentais vinha-se preocupando com os preparativos dessa expedição desde dezembro de 1646, quando já se tornara claro que a fôrça enviada a Pernambuco no comêço do mesmo ano havia falhado em sua missão de libertar Recife. A Companhia era agora como que um joguête à mercê dos interêsses provinciais da Holanda e da Zelândia, donde se passarem nove meses antes de se chegar a qualquer decisão. Insistia a Zelândia em que deveria conceder um auxílio oficial à Companhia das Índias Ocidentais, recusando-se a concordar com a assinatura de um

tratado de paz com a Espanha, a menos que a Holanda concordasse em ajudar a Companhia com homens e dinheiro, em escala conveniente. A Holanda, de seu lado, não queria envolver-se numa guerra contra Portugal por causa da semifalida Companhia das Índias Ocidentais; mas desejava locupletar-se sem empecilhos com os lucros provenientes do comércio pacífico com a península ibérica. A cidade de Amsterdam era a maior responsável por essa atitude, por isso que os seus negociantes tinham muito mais transações comerciais com a Espanha e Portugal do que com o Brasil, muito embora na Companhia das Índias Ocidentais a representação mais importante fôsse a de Amsterdam. Mais ainda, muitos dos negociantes de Amsterdam tinham a esperança de que, se a Companhia viesse à falência, poderiam êles ficar com a parte do leão no comércio oeste-africano do marfim, do ouro e dos escravos, tal como acontecia antes da criação da Companhia, a quem pertencia ainda o lucrativo monopólio do referido tráfico. A maioria das províncias estava do lado da Zelândia, embora a Holanda fôsse eventualmente capaz de fazê-las chegar a um acôrdo, com exceção de Utrecht, que se opunha à projetada paz sem lealdade à aliança com a França, e a Frísia, que, por despeito, se recusava a ajudar, fôsse como fôsse, a Companhia das Índias Ocidentais, uma vez que não tinha qualquer representação na lucrativa Companhia das Índias Orientais.

Outro motivo para o adiamento era a disputa em tôrno da renovação das cartas-patentes das duas grandes companhias de comércio. Este assunto foi afinal resolvido em março de 1647, quando ficou assentado que as duas companhias continuariam independentes, devendo a opulenta Companhia das Índias Orientais fornecer à sua irmã Cinderela um subsídio de 1 500 000 florins, destinados à projetada expedição ao Brasil. Dêste subsídio trezentos mil florins seriam concedidos imediatamente,

parte em dinheiro, parte em mercadorias, enquanto que o restante seria pago em prestações anuais de 300 000 florins, entre 1649 a 1651. Após cinco meses de novas discussões, resolveram os Estados Gerais em 10 de agosto de 1647 equipar uma expedição de doze navios de guerra pertencentes ao Estado, levando uma tropa de 6 000 homens, e correndo as despesas parte por conta do subsídio da Companhia das Índias Orientais, e parte pela contribuição adicional de 600 000 florins, feita pelas províncias. Como complemento a êsse contingente fornecido pela nação, devia a Companhia das Índias Ocidentais entrar com trinta transportes, nove iates ou fragatas, e 1 350 soldados por sua conta. Só com muita dificuldade é que, a 16 de agosto, se obteve a aprovação de Amsterdã para êsse armamento, ficando então expressamente estipulado que os delegados holandeses ao congresso de Munster deveriam fazer pressão no sentido de que se concluísse a paz com a Espanha. Tinha-se confiança plena em que essa grande fôrça expedicionária, a mais poderosa de quantas haviam sido enviadas até então ao Brasil, seria suficiente não só para reconquistar as capitânicas perdidas, como para tomar a Bahia aos portugueses, caso fôsse necessário³⁶.

O comando dessa expedição foi oferecido no comêço a João Maurício; mas êle declinou do convite, que só aceitaria sob a condição de lhe serem concedidos plenos poderes, na qualidade não sòmente de comandante-chefe das fôrças, mas também de governador-geral, afora salários e emolumentos verdadeiramente principescos e uma fôrça expedicionária de 12 000 homens. Ao apresentar as suas condições, disse também João Maurício aos deputados dos Estados Gerais algumas verdades relativas às "estranhas

(36) Van der Capellen, *Gedenkschriften*, II, pp. 188-90. Arend, *Algemeene Geschiedenis*, III (5), pp. 149-50; "Brieven van Doedens", em *Kron. Hist. Gen. Utrecht*, XXV, pp. 481-92; *Resolutien Staten Holland*, agosto-novembro de 1647.

e inadmissíveis, para não dizer atroz, perversidades” cometidas pelos empregados da Companhia, especialmente contra os portugueses do Maranhão, durante a ocupação holandesa de 1642-1644³⁷. Como as condições apresentadas pelo conde fôsem (talvez deliberadamente) muito duras para ser aceitas pela Companhia, abandonou-se o projeto de um comando superior, naval e militar. Confiou-se então o comando das fôrças navais a Witte Corneliszoon de With, um dos melhores da plêiade de almirantes guerreiros da Holanda. Tinha êle prestado muitos serviços nos dois hemisférios, notabilizando-se pelo temperamento violento e modos arrogantes. Por sugestão de João Maurício, o comando das fôrças de terra foi confiado a Von Schoppe, que se achava em Itaparica, e foi promovido a tenente-general. A coordenação dos altos comandos naval e militar foi deixada a cargo dos Conselheiros civis de Recife, nenhum dos quais possuía qualquer experiência nesses assuntos. Em agôsto iniciaram-se ativamente os preparativos da expedição, mas o recrutamento e a mobilização progrediam com muita lentidão, por culpa da habitual impontualidade das províncias na entrega dos subsídios, e da relutância da Companhia das Índias Orientais em entrar com a sua contribuição forçada. Além disso, a Holanda, que era a mais rica das províncias, via-se manietada pela oposição de Amsterdã. Esta cidade havia condicionado sua aquiescência à continuação, por parte da Zelândia, das negociações de paz em Munster, e estas haviam chegado a uma fase crítica.

Entrementes, achando o Grande Conselho que dificilmente estariam as coisas melhores agora do que quando

(37) *Resolutien Staten Holland*, 5, 11 e 12 de setembro de 1647; Aitzema, *Saken van staet en oorlogh*, III, p. 212. Conforme as Resoluções dos Estados da Holanda, de 3 de setembro de 1647, João Maurício pretextou também, como uma das razões de sua relutância em voltar ao Brasil, a “sua natural aversão e indisposição pelo mar”.

êles chegaram, em junho de 1646, e tendo concedido à sorte um valioso refém nas fôrças de Von Schoppe, em Itaparica, resolveu despachar Hendrick Haecxs com o fim de cientificar diretamente Sua Alta Potência e os Heeren XIX da gravidade da situação. Haecxs partiu de Recife em 4 de agosto de 1647, em companhia do coronel Henderson e do almirante Banckert, que veio a morrer durante a viagem para a sua pátria. Chegando à Zelândia em 5 de novembro, uma semana depois apresentava Haecxs o seu relatório aos Estados Gerais e ao príncipe de Orange. Dizia êsse relatório que com a ocupação de Itaparica por Von Schoppe "era chegado o momento de não só nos vingarmos dos revoltosos portugueses pelas perdas que nos fizeram sofrer, mas também de tomar, por bem ou por mal, a Bahia, de cuja praça nos têm êles feito o maior dano, e sem a qual o Brasil deixaria de ter qualquer utilidade para nós. Porque, a menos que tomemos a Bahia, teremos de ficar na expectativa de estragos e desolações, tais como as que a nação portuguesa costuma infligir-nos (como agora), visto que de agora por diante não nos é mais possível confiar ou acreditar em nenhum português"³⁸. Encarecia êle ainda a urgência da medida pleiteada, visto como a 16 de outubro, pelo mestre de um navio de Hamburgo vindo do Pôrto, soubera que a Armada Real portuguesa estava prestes a zarpar para a Bahia.

O informante de Haecxs falava a verdade. Tendo-se finalmente decidido a socorrer o Brasil, resolveu D. João IV arriscar virtualmente tôda a sua esquadra (salvo três vasos de guerra destacados para servir, com os franceses, no Mediterrâneo) num esforço decisivo para libertar a Bahia. A eterna penúria em que se debatia o tesouro

(38) H. Haecxs, "Dagboek", pp. 216-21; "Brieven van Doedens", em *Kron. Hist. Gen. Utrecht*, XXV, p. 445; Van der Capellen, *Gedenkschriften*, II, pp. 213-35.

real foi vencida por meio de um empréstimo tomado a Duarte da Silva e a outros marranos ricos interessados no comércio com o Brasil, servindo o Padre Antônio Vieira de intermediário. Em junho, foi interposto um embargo a todos os navios estrangeiros ancorados nos portos portugueses, trabalhando-se dia e noite no preparo da esquadra, com um entusiasmo que fazia lembrar a “expedição dos vassalos”, em 1624. Voluntários apresentaram-se em grande número, e grande era a atividade dos recrutadores, que alistavam à fôrça camponeses, marinheiros e ex-detentos. Pode-se acrescentar que, como foi observado acrimoniosamente por alguns dos interessados na Companhia das Índias Ocidentais, o aprestamento da armada só foi possível graças ao fato de que muito daquilo que era necessário aos armazéns e ao equipamento tinha sido direta ou indiretamente fornecido pela Holanda³⁹.

Quando, em fins de maio, se decidiu a mandar a Armada Real, imaginou D. João IV que ela poderia partir para a Bahia no comêço de setembro. Êstes cálculos provaram demasiado otimistas; mas, graças a um raro dispêndio de energia da parte de todos, a referida armada deixou o Tejo a 18 de outubro de 1647, sob o comando de Antônio Teles de Meneses, promovido a conde de Vila-Pouca de Aguiar e governador-geral do Brasil. O rei acompanhou em pessoa a armada até a foz do rio distribuindo presentes aos soldados e às tripulações. Baixou ordens para que se celebrassem diàriamente serviços de oração e intercessão em tôdas as igrejas do país, até que se recebessem notícias da chegada da expedição. Essas notícias eram esperadas com muita ansiedade, visto que todo o mundo estava convencido de que sem a libertação

(39) “Brieven van Doedens”, em *Kron. Hist. Gen. Utrecht*, XXV, p. 481; Van der Capellen, *Gedenkschriften*, II, p. 193; *Cartas del-Rei D. João IV para diversas autoridades do Reino*, pp. 172-220.

da Bahia cessaria a existência de Portugal, como nação independente.

As ordens que tinha o conde de Vila-Pouca eram para expulsar os holandeses de Itaparica e libertar a Bahia, mantendo-se fora daí estritamente na defensiva e, muito particularmente, não empreendendo qualquer ação hostil contra Recife. Deveria pôr Antônio Teles da Silva na prisão, por haver infringido as ordens reais, dando assistência aos rebeldes; mas, um parágrafo secreto das instruções (que ficou em branco na cópia que veio até nós) ordenava provavelmente proceder de maneira que o ex-governador-geral, após discreto intervalo, fugisse para a França. A Armada Real era constituída de oito galeões, duas fragatas, três navios mercantes armados e duas caravelas, ou seja, ao todo, quinze navios, transportando 462 voluntários, 2 350 soldados e 1 000 marinheiros⁴⁰.

A 7 de novembro, levando 600 soldados, deixou o Tejo com destino ao Rio de Janeiro outra esquadra, de que faziam parte vários navios ingleses fretados. Essa esquadra era comandada por Salvador Correia de Sá e Benevides, que levava ordens para mobilizar no Rio de Janeiro uma expedição para ir em socorro de Angola, em cujo interior os portugueses se achavam na iminência de sucumbir aos ataques combinados dos holandeses e seus aliados negros. Ulteriormente, mediante ordens verbais do rei, ou disposições escritas que não chegaram até nós, deram-se a Salvador Correia instruções no sentido de evitar o ataque aos holandeses se acaso estivessem muito

(40) Carta de Afonso Barbosa datada de 13 de dezembro de 1647, dada à estampa em *Congresso Histórico, Recife, 1954*; *Cartas de D. João IV para diversas autoridades do Reino*, p. 220; o *Regimento* para o conde de Vila-Pouca, datado de Lisboa, 8 de outubro de 1647, acha-se impresso nos *Anais do IV Congresso de História Nacional* (abril, 1649), editado pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, vol. V (1950), pp. 335-44. Acham-se aí novas provas de que por essa época estava D. João IV conformado em ceder Pernambuco aos holandeses,

fortes, mas de expulsá-los de Luanda, se para isso se apresentasse uma oportunidade favorável⁴¹.

Ao passo que os preparativos para a libertação da Bahia marchavam com excepcional rapidez e eficiência, a expedição de "Double-With" se via impedida pelos contratempos criados pela política doméstica da Holanda. Foi somente em fins de outubro, duas semanas depois da partida da armada portuguesa, que se fêz entrega de uma parte do dinheiro votado em agosto, e se tornou possível o aprestamento dos navios pelos órgãos do Almirantado disso incumbidos. Aliás, não era o problema apenas de ordem financeira⁴². Como no caso da frota de 1645-6, ficou provado que era muito difícil recrutar número suficiente de soldados e marinheiros para prestar serviço no Brasil, em parte por causa da má reputação que tinha a colônia, mas, principalmente, pela falta de dinheiro para pagá-los com pontualidade. As tropas deveriam ser formadas por meio de alistamento voluntário entre oitenta companhias que se vinham mantendo até então graças a um subsídio anual do govêrno francês, subsídio que fôra pouco antes suprimido em consequência das negociações entabuladas pelos holandeses, com o fito de obter uma paz em separado com a Espanha, em Munster. Os que logo se alistaram, muito cedo tiveram motivos para se arrepender. Até 8 de outubro, nenhum dos trinta transportes destinados à expedição se achava pronto, tendo os soldados de ficar amontoados em chatas e nas piores condições sanitárias, enquanto os deputados da Holanda e da Zelândia discutiam sobre se a partida da frota deveria preceder a conclusão da paz com a Espanha, ou vice-versa. A chegada de Haecxs com as

(41) Para os pormenores da organização desta esquadra veja-se C. R. Boxer, *Salvador de Sá*, pp. 246-9.

(42) Maiores minúcias encontrar-se-ão em Hoboken, *Witte de With*, cap. 2. Cf. também "Brieven van Doedens", em *Kron. Hist. Gen. Utrecht*, XXV, pp. 481-96.

notícias de primeira mão relativas à situação crítica dos holandeses no Brasil, concorreu para que se pusesse em novembro um ponto final naquelas discussões. Foi nesse mês que a Holanda e a Zelândia chegaram a um entendimento definido, concordando a primeira em que a expedição devia partir o mais cedo possível, enquanto os zelandeses, tementes a Deus, só com relutância consentiram que se assinasse a paz com a Espanha papista.

Sèriamente assustado com os preparativos da expedição de "Double-With", e mais ainda pela exclusão dos representantes portuguezes nas negociações de Munster, tanto D. João IV como o seu enviado em Haia faziam esforços frenéticos para, no tocante ao Brasil, chegar a um pacto de paz com os Estados Gerais, antes que a esquadra se fizesse ao mar. Como tivessem sido rejeitadas as reiteradas propostas feitas por Sousa Coutinho relativamente à compra de Pernambuco, o rei estava disposto, em desespero de causa, a aceitar quaisquer condições que os holandeses viessem impor. O último oferecimento feito por Portugal abrangia a restauração do Brasil holandês com os limites que êle havia alcançado em 1.º de dezembro de 1640, o pagamento das dívidas dos moradores com a Companhia das Índias Ocidentais, e o emprêgo da fôrça, pela coroa portugueza, contra os revoltosos pernambucanos que se recusassem a submeter-se aos holandeses. Como garantia da execução dessas condições excepcionalmente onerosas, oferecia-se não só a ida de Francisco de Sousa Coutinho para a Bahia, nomeado governador-geral e com plenos poderes para torná-las efetivas, como também, a título de caução, a entrega de uma cidade a uma guarnição holandesa. Essa cidade não seria outra senão o Pôrto, a segunda do reino, em importância. Houve um tempo, na segunda metade do ano de 1647, em que os holandeses poderiam ter conseguido um acôrdo em bases ainda mais favoráveis para êles, assim o houvesse firmemente dese-

jado a oligarquia burguesa detentora do poder. Mas não foi o que se deu.

Instigados pelos diretores da Companhia das Índias Ocidentais, cujos olhos estavam fixos na Bahia, e contraindo à oposição de Amsterdam e do julgamento mais são de alguns dos deputados provinciais, como Alexander van der Capellen, aumentavam os negociadores as suas exigências à medida que os portugueses subiam as suas ofertas. Ao passo que Sousa Coutinho havia oferecido a princípio três milhões de cruzados para resgatar o Nordeste do Brasil, Angola e São Tomé, os representantes da Companhia das Índias Ocidentais pediam só pelo Brasil 28 milhões de florins. Por fim, quando o embaixador português concordou em que os holandeses virtualmente ditariam as suas próprias condições, pediram os holandeses como caução a cidade da Bahia, afora uma indenização exorbitantemente elevada. Como foi referido antes, algumas pessoas mais bem informadas, ou menos gananciosas, estavam de acordo com Alexander van Capellen, que advogava a discussão séria do último oferecimento dos portugueses, sob o fundamento de que “é loucura procurar obter com a espada o que se pode conseguir e desfrutar em paz”; mas as exigências da política doméstica interpuseram-se a esses conselhos da moderação. A Zelândia só concordaria em assinar a paz com a Espanha se a Holanda se dispusesse a sustentar a Companhia das Índias Ocidentais até o fim. Uma vez que, aos olhos da última província, as vantagens da paz com a Espanha sobrepujavam os prejuízos de um possível conflito com Portugal, os advogados de uma política “dura” tinham suas razões, e Amsterdam só com relutância abdicava do direito de ser o último árbitro no que respeitava ao Brasil⁴³.

(43) Sousa Coutinho, *Correspondência Diplomática*, II, pp. 157-277; *Cartas de D. João IV ao Marquês de Niza*, II, pp. 180-1, 209-16; Aitzema, *Vredehandeling* (1671), p. 318; Van der Capellen, *Gedenkschriften*, II, pp. 188-95, 201, 206, 213-35, 250-4; Arend, *Algemeene Geschiedenis*, III (5),

Argumentam alguns escritores modernos, portugueses inclusive, que não se deviam tomar muito a sério os oferecimentos de Sousa Coutinho, visto serem apenas maneirinhos pretextos para ganhar tempo; e, seguramente, estes argumentos foram usados entre 1646 e 1648 pelos patronos da Companhia das Índias Ocidentais. Não se cansavam estes últimos de denunciar a perfídia e a má fé dos portugueses, mas esqueciam muito de indústria que a agressão feita à colônia pelos holandeses entre 1641 e 1644 era a principal, senão única, responsável pelo fato de haverem os portugueses reagido à altura, no Maranhão e alhures. Não será preciso acrescentar que essa desconfiança era recíproca. Se os holandeses estigmatizavam os portugueses como "pérfidos traidores que sustentam a palavra tanto quanto mantêm os cães a fidelidade conjugal"⁴⁴, os portugueses trataram os holandeses de "piratas e canalha do inferno"⁴⁵. Mas por maior que fôsse a aversão e desconfiança em que eram tidos os holandeses, tanto o rei D. João IV como os seus conselheiros estavam certos de que a "paz com a Holanda é absolutamente necessária, e a guerra, por motivos óbvios, impossível"⁴⁶. Foi para provar isso que o Padre Antônio Vieira escreveu no inverno de 1648 o seu célebre *Papel Forte*, num momento em que a sorte de Portugal parecia mais incerta, e mais forte o poderio das Províncias Unidas.

Como veremos no próximo capítulo, o peso dos argumentos do jesuíta fortalecera em D. João IV o desejo de obter, quase a qualquer preço, um tratado de paz com

pp. 750-1; "Brieven van Doedens", em *Kron. Hist. Gen. Utrecht*, XXV, 484-96; J. Poelkekke, *Vrede van Munster*, pp. 456-7 *Resolutien Staten Holland*, agosto a dezembro de 1647.

(44) J. Rosenberg à Câmara da Zelândia, Recife, 27 de junho de 1645, em Wätjen, *Holländische Kolonialreich*, p. 147.

(45) Antônio de Sousa de Macedo, citado em A. Pena, *Arte de Furtar*, I, p. 276.

(46) Citado pelo Pe. Antônio Vieira, S.J., carta da Bahia, datada de 23 de maio de 1689 (Azevedo, *Cartas*, III, p. 568).

as Províncias Unidas; mas havia dois erros graves nos raciocínios do Padre Vieira. Em primeiro lugar, não levavam devidamente em conta a aversão dos moradores de Pernambuco pelos holandeses, e a sua decisão de não se sujeitarem ao jugo dos hereges, fôsem quais fôsem as ordens do rei. Em segundo lugar, quando o jesuíta escreveu — “Finalmente, têm os holandeses a sua energia, a sua diligência, a sua cobiça, o seu amor ao próximo e à felicidade comum; enquanto isso, temos nós a nossa desunião, o nosso despeito, a nossa presunção, a nossa incúria e a nossa perpétua preocupação com os nossos interesses particulares” — ignorava êle a azêda rivalidade existente entre a Holanda e a Zelândia, a animosidade que separava as duas Companhias, e, acima de tudo, a desordem quase incrível que entravava o mecanismo governamental das finanças holandesas.

Por culpa das protelações forçosamente decorrentes dessas causas (e não das intrigas do embaixador português) a frota de Witte de With, que deveria partir em outubro, só largou depois do Natal. Nessa data já o conde de Vila-Pouca tinha alcançado a Bahia, onde logo veio a saber que Von Schoppe havia evacuado Itaparica em 14 de dezembro, oito dias antes de sua chegada⁴⁷. Nem mesmo se achava em boas condições, ao partir, a frota de “Double-With”. Observou o almirante que “em nosso país se dá melhor alojamento aos porcos e cães” do que os dados aos soldados, amontoados em navios fretados, muitos dos quais não aseados devidamente e mal preparados para servirem como transporte. Boa parte do armamento distribuído à tropa verificou-se no último momento que era imprestável, sendo por isso deixado, na esperança de que mais tarde seriam fornecidas armas melhores. Mantimentos, água, medicamentos e provisões

(47) Cf. os seus despachos de janeiro e fevereiro de 1648, em *Cartas de D. João IV ao Marquês de Niza*, II, pp. 238-40.

eram quase todos insuficientes ou pouco satisfatórios, senão uma e outra coisa, evidenciando-se de muitas maneiras os maus resultados da mesquinha economia adotada pelos diretores. Quando, por fim, a esquadra se fêz ao mar, ventos contrários retardaram a sua marcha durante perto de três semanas, no Canal da Mancha, enquanto que mais tarde, ao largo das costas de Portugal, teve ela de lutar com uma violenta tempestade, que dispersou os seus navios aos quatro ventos. Quanto a Witte de With, depois de uma parada em Cabo Verde, conseguiu chegar a Recife em 18 de março de 1648, com doze navios; mas, embora a maioria de seus barcos alcançasse o Brasil nos últimos dias do referido mês, só no fim de agosto chegaram os que se haviam desgarrado⁴⁸.

Apesar de haverem morrido em viagem nada menos de vinte ou trinta soldados, de vários navios, e a maioria dos sobreviventes chegasse a Recife em más condições, o Grande Conselho exigia uma ação rápida, insistindo em que se devia tentar logo uma operação de envergadura. Era opinião geral que a Bahia estava muito forte para ser atacada, mas os oficiais mais graduados do exército sugeriram o assalto ao Rio de Janeiro, provavelmente influenciados pela idéia de que lá encontrariam muito o que pilhar. Preferiam contudo os conselheiros civis que se fizesse um esforço para infligir uma derrota decisiva aos sitiantes de Recife. Após longa discussão, deixaram-se Von Schoppe e seus coronéis persuadir de que era êsse o melhor alvitre. Por fim, a 4 de abril de 1648, ficou decidido "em nome de Deus, fazer as tropas saírem a campo contra o inimigo", na esperança de que os sitiantes seriam derrotados numa batalha decisiva. Falou-se muito em fazer pagamento substancial às tropas

(48) Cf. a descrição pormenorizada em Hoboken, "Een troepentranspoort naar Brazilië in 1647" (*Tijdschrift voor Geschiedenis*, 1949, pp. 100-9), e *Witte de With*, caps. 2 e 3.

da surtida, mas, com singular inépcia, acabou o Conselho resolvendo pagar somente aos oficiais dos regimentos recém-chegados, nada sendo dado aos soldados, novos ou velhos. Isso afetou naturalmente o moral da tropa, muitos de cujos soldados disseram abertamente — “vamos deixar que combatam os que foram pagos; nós não combateremos sem pagamento”⁴⁹.

Dois meses antes da chegada da esquadra de socorro, conseguiram Francisco Barreto e dois de seus principais companheiros evadir-se da prisão em Recife, subornando para êsse fim o filho do carcereiro, que com êles fugiu numa noite escura de janeiro. Barreto soube então que o coronel mais velho, Martim Soares Moreno, havia voltado para a Bahia algum tempo antes e, a acreditar em Calado, sem que os seus colegas e subordinados lamentassem a sua partida. Desde então, o comando geral passou a ser exercido, conjunta e amigavelmente, por Fernandes Vieira e André Vidal de Negreiros, os quais reconheceram devidamente Francisco Barreto como *mestre-de-campo-general*, assim que, em 16 de abril, receberam do conde de Vila-Pouca instruções neste sentido. Tinha agora Barreto sob seu comando cêrca de 3 000 homens nas vizinhanças imediatas de Recife, onde os insurrectos concentraram as suas fôrças ao surgir a frota holandesa de socorro. Compreendiam essas fôrças: o regimento de João Fernandes Vieira, constituído principalmente de mulatos e pessoas recrutadas no próprio Pernambuco; o regimento de infantaria portuguesa, que André Vidal tinha trazido da Bahia; o regimento de índios potiguares chefiados por D. Filipe Camarão e, finalmente, um regimento formado de negros, mulatos e escravos libertos, sob as ordens do negro veterano Henrique Dias. Não se sabe

(49) O relato mais completo e mais documentado das deliberações tomadas em março e abril de 1648 pelas autoridades civis e militares holandesas é o de Hooboken, em *Witte de With*, cap. 3, de onde foram tirados os dados acima.

ao certo o que terá acontecido com o regimento de infantaria português de Martim Soares Moreno, depois da volta dêste para a Bahia. Talvez os seus homens houvessem sido temporariamente distribuídos entre os regimentos de Vidal de Negreiros e Fernandes Vieira, ou senão conservado a sua identidade, sendo utilizados como reserva tática. Podemos acrescentar que a maioria dos moradores não se achava em serviço nesses regimentos, salvo talvez o caso do *térço* de João Fernandes Vieira, que era uma unidade meramente local e podia incluir um número apreciável dêles. Quase todos haviam ficado na Várzea, junto de suas plantações, fiscalizando as safras de cana, muito embora, sendo necessário, pudessem ser chamados ao cumprimento do dever, quando as tropas tivessem de deixar os seus quartéis e seguir para a linha de frente⁵⁰.

Na noite de 17 para 18 de abril de 1648 saiu Von Schoppe a campo com os seus homens, marchando em direção ao sul ao longo da praia, até certa distância, e voltando depois pelo interior, à procura do inimigo. Suas forças, que virtualmente abrangiam todos os homens aptos da guarnição holandesa, mais os auxiliares índios, alcançavam um total de 5 000 homens, mais ou menos. Estavam dispostas em duas colunas, a primeira das quais era comandada pelo próprio Von Schoppe, enquanto a outra estava sob as ordens do coronel Van den Brande, outro veterano das campanhas de João Maurício. Tôdas as tropas levavam em suas mochilas ração para oito dias. A 18, foi surpreendido e batido um destacamento avançado do inimigo, havendo os tapuias matado quarenta portugueses, à custa de apenas dois mortos entre os seus. Quando os sobreviventes levaram a Barreto a notícia dêste desastre, imediatamente reuniu êle um conselho de

(50) Carta do Alto Conselho datada de 26 de fevereiro de 1648, em JHMS; relatórios de Francisco Barreto e Filipe Bandeira de Melo, em Gonsalves de Mello, *Filipe Bandeira de Melo*, pp. 26-28 e 34-35, e RIHGB, LVI, pp. 71-75.

guerra, no qual se decidiu ir ao encalço dos holandeses e atacá-los, não obstante as suas fôrças contarem apenas 2 200 homens, por isso que 300 tinham ficado incumbidos de preparar as defesas do campo.

Na manhã de 19 de abril, domingo da Pascoela, entre sete e oito horas, defrontaram-se os dois lados nos morros chamados Guararapes. A peleja travou-se confusamente durante umas quatro horas, seguindo-se à prévia mosquetaria violento combate corpo a corpo, em que de um lado e de outro nada se ouvia senão os gritos de "morte aos cães". Um oficial holandês fêz a observação de que os portugueses estavam vestidos "à moda descrita nos antigos romanos, com botas de cano até abaixo dos joelhos, meias acima dos joelhos e mangas arregaçadas". Notou também o mesmo oficial que "o general inimigo montava um cavalo branco, mostrando grande coragem à frente de seus combatentes". Logo no comêço da ação, Von Schoppe foi ferido gravemente no pé, sendo levado para fora do campo e ficando a substituí-lo o coronel Van den Brande. O regimento oficial, bem como o do coronel Haulthain, cumpriram o seu dever; mas muitos dos soldados que haviam protestado não combater sem o pagamento, cumpriram o prometido, sendo conseqüentemente destroçados. A ação cessou por volta de meio-dia, por exaustão dos dois lados, estando os portugueses sem comer havia mais de vinte e quatro horas e a maioria dos soldados holandeses mostrando-se incapaz de suportar a guerra nos trópicos.

As duas hostes permaneceram uma defronte da outra, fora do alcance dos tiros de mosquete, até o cair da noite, quando os holandeses bateram precipitadamente em retirada para Recife, onde chegaram no dia seguinte, sem serem molestados. Uma noite de chuva impedira que as patrulhas portuguesas pressentissem a retirada, tal como havia acontecido na batalha das Tabocas. Só no dia

seguinte é que os portugêses puderam dar-se conta da extensão da vitória que haviam alcançado, vendo o campo juncado de equipamentos, armas e munições, abandonadas pelos holandeses. Estes tinham deixado atrás de si 500 mortos, inclusive 48 oficiais, sem contar 556 feridos, inclusive 30 oficiais. Entre os mortos estavam dois de seus coronéis, Haus e Van Elst; um terceiro, Kerweer, ficara prisioneiro, e um quarto, Haulthain, estava ferido. Para completar, haviam perdido dezessete bandeiras, entre elas as de suas côres principais, com as armas dos Estados Gerais e do Príncipe de Orange, afora uma peça de artilharia de campo. Os portugêses não admitiam ter perdido mais de 80 combatentes (incluídos aí os que haviam morrido em consequência da derrota sofrida no dia anterior), além de 400 feridos, cifras muito desproporcionadas de que é lícito suspeitar. Contudo, fôsem quais fôsem as suas perdas, todos os indícios de vitória estavam de seu lado, e o efeito disso no moral das suas tropas está fora de discussão. Quando Barreto destacou Henrique Dias para ocupar de nôvo Olinda (que havia sido abandonada temporariamente com o fim de concentrar as forças em combate), a guarnição holandesa abandonou a praça em fuga precipitada, depois de oferecer apenas fraca resistência. Em 23 de abril escreviam os conselheiros aos seus superiores, na Holanda, que "um bravo major nos disse hoje, cheio de pesar, que não ousaria atacar cem portugêses com mil dêsses soldados"⁵¹. Embora houvesse sido grande o efeito da vitória sôbre o moral dos vencedores, êle não chegou a alterar a situa-

(51) Para a primeira batalha de Guararapes cf. os relatos da época alistados por J. H. Rodrigues em *Historiografia e Bibliografia*, n.º 541-5 e 549-50, a que se deve acrescentar a carta do Alto Conselho de 23 de abril de 1648, publicada em JHMS, e a narrativa de Filipe Bandeira de Melo, dada a lume em Gonsalves de Mello, *Filipe Bandeira de Melo*, pp. 26-37. Entre os muitos relatos secundários, o melhor parece-me ser o de Hoboken, *Witte de With*, cap. 3.

ção existente. Os portugueses sentiam-se muito animados com o seu sucesso, ao mesmo tempo que os holandeses estavam abatidos na mesma proporção — mesmo depois de haver o Grande Conselho feito aos soldados um tardio pagamento. Olinda permaneceu abandonada por ambos os lados, mas o cerco de Recife continuou a ser feito, como dantes, pelo lado de terra, sem que os holandeses se aventurassem a ir além do alcance das armas de suas fortalezas. Em compensação, continuavam os holandeses senhores absolutos do mar, visto como o conde de Vila-Pouca, obedecendo às instruções recebidas, não fez qualquer tentativa de lançar a Armada Real contra a frota de Witte de With. Mesmo depois de ter conhecimento da inesperada vitória dos Guararapes, seu apoio aos insurrectos limitou-se a destacar da guarnição da Bahia um regimento de infantaria recrutado na Madeira e nos Açores, sob o comando de Francisco Figueiroa, regimento que foi juntar-se em agosto aos sitiantes de Recife. Parece que o remanescente do velho regimento de Soares Moreno foi incorporado a essa nova unidade⁵².

A passividade do conde de Vila-Pouca foi uma dolorosa provação para Witte de With, cujo pensamento era chamar a Armada Real à ação. Muito instigado pelo Grande Conselho, decidiu em maio fazer-se ao mar em direção ao sul, a fim de cruzar ao largo da Bahia e fazer o maior mal que pudesse ao inimigo. Viu, porém, que Vila-Pouca havia ancorado os seus galeões pertinho da praia, onde estavam muito bem defendidos para que pudessem ser atacados com resultado. Passou então a cruzar durante várias semanas ao longo da baía de Todos os Santos, conseguindo nesse lapso de tempo fazer algumas prêsas; mas a frota de açúcar que êle esperava interceptar nas alturas da Bahia, em seu trajeto do Rio de Janeiro

(52) Gonsalves de Mello, *Francisco de Figueiroa*, pp. 27-28.

para a mãe-pátria, conseguira escapar, seguindo diretamente para Portugal. Soube mais tarde, por intermédio de prisioneiros, ter ela sido comboiada até certa distância por Salvador Correia de Sá, que a 12 de maio havia partido do Rio de Janeiro para Angola, à frente de quinze navios transportando 2 000 homens, "com o fim de bater o nosso pessoal ali". Assustado com essas notícias, mandou avisar imediatamente o Grande Conselho de Recife, para onde voltou em julho seguinte em busca de reparos, pron-tificando-se a ir para Angola em perseguição a Salvador Correia. Estava certo de que, mesmo que não chegasse a tempo de salvar Luanda, conseguiria destruir facilmente a esquadra de Salvador e, possivelmente, reconquistar a praça.

Com grande desgosto para o oficial holandês, recusou-se o Conselho (conquanto perfeitamente ciente do perigo que Angola corria) a fazê-lo seguir, em parte porque não havia como aprovisionar os navios para uma tal expedição, mas também pelo receio de que durante a sua ausência a Armada Real saísse de seu esconderijo e atacasse Recife. Esse medo, podemos acrescentar, era completamente infundado. Tomando ao pé da letra as ordens de permanecer na defensiva, ancorou Vila-Pouca os seus galeões no rio Matuim, situado no Recôncavo, e onde depois ficaram bem guardados, por meio de barreiras levantadas na bôca do rio. Eram justificados os pressentimentos de Witte de With, visto como em novembro chegavam a Recife as notícias de que Salvador Correia havia reconquistado Luanda aos holandeses. Esse audacioso golpe chegou precisamente a tempo de salvar de completo aniquilamento os portugueses da base de Massangano, no interior de Angola. Ao contrário do que estava acontecendo no Brasil, em Angola os holandeses eram senhores da região, tendo infligido aos por-

tuguêses no interior um sério revés, apenas quinze dias antes da chegada de Salvador Correia⁵³.

Ao chegar a Recife de volta de seu mal-sucedido corso, verificou With que as forças militares à disposição do Grande Conselho somavam 6 000 soldados brancos, mais uma leva de 600 ameríndios e negros. Um quinto, mais ou menos, dos europeus figurava na lista dos enfermos, enquanto outros prestavam serviço nos navios, como marinheiros, de modo que os efetivos não passavam de uns 5 100 homens. Grosso modo, a metade destes era necessária às guarnições das defesas permanentes, ao passo que 200 veteranos, tendo concluído o tempo de serviço, haviam embarcado de volta à pátria. por não se ter com que pagá-los. Depois da derrota dos Guararapes, nenhuma nova ação ofensiva fôra tentada pelos holandeses de Recife, abstração feita de uma expedição do coronel Haulthain a Alagoas, aliás sem resultado.

Durante um conselho de guerra reunido em 15 e 16 de setembro na casa de Von Schoppe, insistiu o Grande Conselho para que se empreendesse uma nova surtida, "porque alguma coisa é preciso arriscar-se nesta guerra" e havia grande ansiedade em vingar a derrota de 16 de abril. Os oficiais de alta patente opuseram-se unânimeamente a essa sugestão, argumentando que mesmo na hipótese de alcançar-se uma vitória, nenhum resultado provávelmente se obteria contra um inimigo sempre pronto para a luta de guerrilhas. Sugeriam novamente que se atacasse o Rio de Janeiro, ou então a enseada do cabo de Santo Agostinho, onde os insurrectos embarcavam o açúcar proveniente da *Várzea*. Por seu turno, opunham-se os conselheiros a essa sugestão, sob a alegação de que

(53) Com respeito à reconquista de Angola por Salvador Correia de Sá cf. C. R. Boxer, *Salvador de Sá*, pp. 253-69; Hoboken, *Witte de With*, cap. 4; cartas do Alto Conselho datadas de 27 de outubro e 19 de dezembro de 1648, em JHMS, fols. 236-79; Cadornega, *História Geral das Guerras Angolanas*, I, pp. 488-528; *ibid.*, II, pp. 1-41.

"quaisquer conquistas não seriam mais do que cargas e crianças-de-peito para a Companhia, a menos que elas pudessem ser usufruídas em paz". Nenhuma decisão de maior importância havia sido tomada quando, a 18 de setembro, chegaram notícias de que três galeões portugueses se haviam aventurado a cruzar ao largo da Bahia, a fim de proteger a navegação. Concordou-se imediatamente em que Witte de With deveria ir atacá-los. Oferecia-se finalmente a esperada oportunidade⁵⁴.

O almirante largou de Recife a 22 de setembro, com sete navios, esbarrando seis dias depois com dois dos galeões, *Nossa Senhora do Rosário* e *São Bartolomeu*. Houve uma breve ação extremamente violenta, no curso da qual o capitão do *Rosário* fez voar o seu navio no momento em que era abordado e em perigo de ser capturado por duas naus holandesas, o *Utrecht* e o *Huys Nassau*. Com a explosão "o *Utrecht* foi reduzido a cem mil pedaços", e o *Huys Nassau* ficou tão avariado que os sobreviventes o abandonaram, deixando-o prestes a afundar. Esse navio foi arrastado para a ilha de Itaparica, onde depois foi salvo e restaurado pelos portugueses, para maior amargura de "Double-With", quando casualmente teve conhecimento do fato. Ambos os lados sofreram gravemente nesta batalha, mas é natural que as perdas dos portugueses fôsem mais pesadas, orçando em mais de 400 mortos, em comparação com cerca de 150 do lado opositor⁵⁵.

A 28 de outubro, dois navios holandeses capturaram um vaso inglês, o *Concordia*, com vinte e oito canhões e cinquenta e quatro homens, o qual transportava armas e munições para a armada da Bahia. Nada mais digno

(54) Hoboken, *Witte de With*, cap. 5.

(55) Hoboken, *ibid.*, só dá uma relação minuciosa e fidedigna da batalha naval de 28 de setembro, ao largo da Bahia. Todas as versões anteriores, tanto portuguesas como holandesas, são de uma confusão desesperadora e grosseiramente inexatas.

de nota ocorreu até 7 de dezembro, quando veio juntar-se a Witte de With uma força expedicionária de trinta navios e 2 000 homens, vindos de Recife sob o comando do conselheiro Michiel van Goch e dos coronéis van den Brande e Haulthain. Tinha esta expedição o objetivo de devastar as plantações de cana-de-açúcar do Recôncavo, incendiando e destruindo tudo quanto não pudessem levar. Essa expedição alcançou os seus fins, pois, entre 11 de dezembro de 1648 e 11 de janeiro de 1649, os contingentes desembarcados queimaram, ao todo, vinte e três engenhos e carregaram consigo 1 500 caixas de açúcar, afora mais alguma prêsa. Não houve nenhuma resistência, visto como os galeões portugueses se haviam novamente refugiado no rio Matuim. Em chocante contraste com a atitude agressiva de Teles da Silva por ocasião da ocupação de Itaparica por Von Schoppe, o conde de Vila-Pouca inexplicavelmente se absteve de fazer qualquer esforço para molestar os corsários durante a estada de um mês na Bahia. Witte de With, com grande desgosto seu, estava nessa ocasião incumbido de proteger comboios, sendo sua mortificação tanto maior quanto teve de assistir, na manhã de 15 de dezembro, à entrada na Bahia do *Santa Catarina*, navio português da carreira da Índia, com um grande carregamento. Embora o almirante criticasse a mencionada expedição, dizendo que ela teve unicamente por fim encher os bolsos de Van Goch e outros comandantes, não há dúvida de que ela muito contribuiu para elevar o moral das tropas, que voltaram para Recife “cheias de coragem e contentamento”⁵⁶.

“O mar domina o Brasil”, como escrevera Poti a Camarão em 1645, e a devastação do Recôncavo apenas

(56) Hoboken, *Witte de With*, cap. 6, fornece um relato plenamente documentado das operações em torno da baía de Todos os Santos, entre outubro de 1648 e janeiro de 1649. Para a escapada do *Santa Catarina*, veja-se a narrativa do próprio capitão, Antônio Pereira, em Frazão de Vasconcellos, *Pilotos das navegações portuguesas dos séculos XVI e XVII* (Lisboa, 1942), p. 15.

sublinha um fato que estava causando grande ansiedade a D. João IV e seus conselheiros. É natural que a insurreiçãõ estalada em 1645 reavivasse imediatamente os ataques dos holandeses à navegação portuguesa do sul do Atlântico. Tampouco se limitava essa atividade aos corsários da Companhia das Índias Ocidentais. Os danos maiores eram os infligidos pelos navios equipados pela Organização Zelandesa de Pirataria (*Zeeuwsche kaperdirectie*), com sede em Middelburg. A princípio, essa companhia tinha como objetivo dar combate aos corsários de Dunquerque, mas depois da queda daquela "Argel do Norte", ocorrida em 1646, aproveitaram os zelandeses a oportunidade para transferir as suas atividades para as águas do Brasil, instalando-se uma ramificação dela em Recife, sob a chefia de Huybrecht Brest. "Uma trampa para o comércio, se temos uma pilhagem a fazer!" era um dito popular na Zelândia; e "os novos mendigos do mar", como foram chamados êsses temíveis piratas, não encontravam dificuldades em encher as suas fileiras com marinheiros de Middelburg e Flushing. Como a Companhia das Índias Ocidentais tinha uma porcentagem nas prêsas feitas pelos zelandeses, é claro que em Middelburg alguns dos diretores da Companhia estavam mais interessados na prosperidade da organização de pirataria do que na sua própria. Mas as duas corporações eram entidades completamente autonômas, possuindo os piratas da Zelândia armazéns, entrepostos e equipamentos próprios, os quais, nisso ou naquilo, eram muito melhor administrados e aprovisionados do que os da Companhia⁵⁷.

(57) Com respeito à organização dos piratas da Zelândia cf. *Witte de With*, cap. 3. Para exemplos da rivalidade entre os seus representantes em Recife e os empregados da Companhia, bem como do interesse ilícito que tinham em Middelburg os diretores da Companhia das Índias Ocidentais nos lucros da organização de pirataria, cf. H. Haecks, "Dagboek", pp. 190-8, 232-5, e Hoboken, *Witte de With*, cap. 3.

Os gravames infligidos por êsses piratas ao tráfico marítimo de Portugal foram enormes. O Padre Antônio Vieira escreveu de Haia, aonde em maio de 1648 fôra em missão diplomática, que entre 1.º de janeiro e 7 de março “os holandeses capturaram vinte e dois navios de Lisboa, Pôrto, Viana, e das ilhas do Atlântico, ficando Recife repleto à custa de seus carregamentos, e provisões com o que muito se beneficiava”. Soube-se que mais da metade das caravelas que partiam da enseada do cabo de Santo Agostinho carregadas de açúcar foi aprisionada pelos holandeses, não devendo surpreender que os moradores de Pernambuco se chamassem a si próprios, com amargor, de “agricultores de Holanda”. Grande parte dos navios que traziam homens e armas de Portugal e dos Açôres para a Bahia e Pernambuco foi também interceptada pelos holandeses. Entre 1.º de janeiro de 1647 e 31 de dezembro de 1648, cêrca de 220 navios mercantes portugueses perderam-se em consequência da ação inimiga, a maioria dêles vítima dos piratas da Zelândia. Isso representava uma proporção muito elevada dos navios interessados no comércio com o Brasil, sendo óbvio que, embora as caravelas custassem relativamente pouco e não houvesse dificuldade em equipá-las, a sua substituição não poderia ser feita se as perdas continuassem nesse nível. Graças à abundância de prêsas feitas, podiam os holandeses não só se sustentar em Recife, como embarcar para as Províncias Unidas vultosas remessas de açúcar⁵⁸.

Em fins de 1648 tornou-se claro que, se êsse estado de coisas se prolongasse por muito tempo, nada valeriam

(58) Antônio Vieira, S. J., carta de 19 de maio de 1648 (*Cartas, I* p. 196); *Journael van de Reyse* (1648); lista das perdas marítimas de Portugal, traduzida mais adiante, no Apêndice III. Como se pode ver, o total ali consignado de 249 navios perdidos inclui mais de vinte duplicatas. Em consequência, é necessário corrigir as listas encontradas em C. Boxer, *Salvador de Sá*, p. 181, e Gustavo de Freitas, *A Companhia Geral do comércio do Brasil*, p. 20.

em última análise tôdas as vitórias alcançadas pelos insurrectos no litoral. Não possuía o Brasil nenhuma indústria própria de armas, e os revoltosos não podiam fiar-se indefinidamente nas que pudessem apreender. Já que não podiam remeter o seu açúcar para ser vendido em Portugal, nem tampouco receber armamentos, munições e suprimentos militares da mãe-pátria, muito cedo teriam de abandonar a luta, submetendo-se aos holandeses ou retirando-se para o sertão distante, onde levariam uma vida semi-selvagem. O problema não era nôvo, mas entre 1630 e 1640 nunca se apresentara tão agudo como de 1646 a 1648. A crise estalou no ano seguinte, não tendo os portugueses outra alternativa senão tomar alguma resolução drástica, ou sucumbir à supremacia do poder marítimo dos holandeses.

VI

“O mar domina o Brasil”

1649 – 1654

NOS TEMPOS em que a arma aérea não havia chegado ao predomínio de que hoje goza, era axiomático que a vitória final caberia sempre a quem detivesse o poder marítimo, fôsem quais fôsem as vicissitudes inevitáveis de uma guerra entre duas nações que, no mais, estivessem em pé de igualdade. Assim teria sido, falando de modo geral; mas os últimos anos da luta no Nordeste do Brasil nos fornecem uma curiosa exceção àquela sentença tão largamente difundida. Essa exceção é tanto mais notável quanto não eram equivalentes as fôrças dos dois contendores, que mais lembravam um gigante contra um anão do que uma baleia contra um leão. Como muitas vêzes nos foi dado observar, os recursos de que dispunham as Províncias Unidas, e bem assim os que tinham em estado potencial, eram muito maiores do que os de Portugal. Nada mais próprio para evidenciar essa disparidade do que a comparação entre as respectivas fôrças navais; aliás, ninguém enunciara essa comparação em têrmos mais claros do que o Padre Antônio Vieira em fevereiro de 1649, no seu já citado *Papel Forte*¹.

(1) Dizem os escritores modernos que o *Papel Forte* foi escrito em 1648; mas, desde que Vieira faz referência às notícias da reconquista de Luanda, como tendo sido recebida dois meses antes, aquêlê documento só pode ter sido concluído em começos de 1649. A notícia da recaptura de Luanda chegou a Lisboa em 25 de novembro de 1648.

Como acentuava êle naquele famoso (ou infame) documento, o reino mais poderoso e mais rico da Europa era a França, e a França havia tomado todo o cuidado em não hostilizar ao mesmo tempo a Espanha e a Holanda. Como poderia então Portugal, que era o reino mais fraco e mais pobre da Europa, alimentar a esperança de combater com êxito contra aquelas duas poderosas nações? A Holanda sôzinha, argumentava êle, poderia esmagar Portugal destruindo o seu império colonial, bastando para isso que pusesse em ação decisiva a sua supremacia nos mares. Homem e dinheiro são os principais nervos da guerra. Em Portugal havia escassez de ambos, ao passo que as Províncias Unidas possuíam um e outro em abundância. Segundo a sua estimativa, os holandeses deviam possuir mais de 14 000 navios capazes de serem usados como vasos de guerra, ao passo que Portugal não teria treze veleiros nestas condições. Os holandeses, afirmava ainda o Padre Vieira, possuíam um quarto de milhão de marinheiros, enquanto Portugal tinha menos de 4 000. Estigmatizava a armada do conde de Vila-Pouca, como o exemplo mais deplorável da fraqueza de Portugal. Necessário foi privar-se Portugal de todos os navios de guerra de suas águas metropolitanas para ter como enviar treze galeões e transportes em socorro da Bahia. A nação estava tão carente de marinheiros, que mesmo essa modesta frota não pôde fazer-se ao mar enquanto não chegou a frota de açúcar do Rio de Janeiro, cujos marinheiros foram recrutados à fôrça. Só se pôde arranjar soldados em número suficiente lançando mão das tropas veteranas que guarneciam as fronteiras das províncias, como só se conseguiu a artilharia necessária utilizando os canhões dos fortes que defendiam o Tejo.

O grande jesuíta, onde quer que applicasse a sua argumentação, não hesitava em utilizar nas suas metáforas a tabuada de multiplicar, não constituindo o *Papel Forte*

exceção a esta regra. Não há estatísticas fidedignas relativas à navegação holandesa nesse período, mas não faltam estimativas imaginosas, como a de Vieira. Um panfletário holandês de 1644, ao que se vê bem informado, calculava-a em cêrca de “dois ou três mil navios de vêrga”, 6 000 barcos de pesca e de navegação interna, e 80 000 marinheiros, acrescentando ainda serem êstes os melhores do mundo². Fôssem quais fôssem os números reais, não há dúvida de que era esmagadora a superioridade dos holandeses, tanto em navios como em marinheiros. Até os que dissentiam do Padre Vieira no tocante à impossibilidade de combater-se simultâneamente a Espanha e as Províncias Unidas, concordavam com a sua opinião de que a Armada Real portugueza não podia fazer frente em alto mar à frota de Witte de With. Pedro Fernandes Monteiro, um dos campeões da ação decidida, e contra cujos argumentos se dirigia mais diretamente o *Papel Forte* de Vieira, via-se forçado a admitir que a Armada Real enviada à Bahia com tanto esforço e sacrificio estava encurralada no rio Matuim, e pedia socorro³.

Diante da superioridade esmagadora dos holandeses no mar, como poderia Portugal impedir as perdas catas-

(2) *Aenwysinge: Datmen vande Oost end West-Indische Compagnien een Compagnie dient te maken* (The Hague, 1644). Em 4 de abril de 1648, Francisco de Sousa Coutinho, escrevendo ao seu soberano, informava que o poder marítimo das Províncias Unidas era maior do que os de tôdas as nações européias juntas, visto como as primeiras poderiam apresentar “quatorze mil embarcações de duas gáveas” (*Correspondência Diplomática*, II, p. 342). Vieira, nos últimos anos, reduziu êsse cálculo a 11 000 (carta ao conde de Ericeira, datada de 23 de maio de 1689). Para outras estimativas cf. W. Vogel, “Zur Grösse der Europäischen Handelsflotten im 15., 16. und 17. Jahrhundert: Ein historisch-statistisch Versuch”, em *Forschungen und Versuche zur Geschichte des Mittelalters und der Neuzeit: Festschrift Dietrich Schäffer* (Iena, 1915).

(3) “...pois vemos que ainda hoje estando só o poder da Companhia tão atenuado, mandando Vossa Magestade huma armada tão poderosa com gente tão luzida, está temendo a Bahia, metendo os galiões em hum Rio sem ouzarem a sahir ao inimigo, e pedindo socorros” (BNRJ, Cod. I — 6 — 2, N.º 39).

tróficas que a sua navegação vinha sofrendo no Atlântico Sul? A medida que acudia antes de tudo à mente era a organização de um sistema de comboios, semelhante ao que os espanhóis tinham pôsto em prática em seu tráfico comercial com o México e as Antilhas. Tal medida foi muitas vêzes sèriamente discutida em Lisboa, chegando mesmo a ser posta em prática, sem entusiasmo aliás, em fins de 1644; mas redundou em fracasso, ao cabo de doze meses. As condições do tráfico entre a Espanha e as suas colônias americanas eram muito diferentes das que prevaleciam no comércio de Portugal com o Brasil. Ao passo qua havia mais de um século que o comércio marítimo da Espanha com as Índias tinha sido centralizado em Sevilha sob o contrôle direto da *Casa de la Contratación*, os navios portugueses com destino ao Brasil partiam não só de Lisboa, mas também de uma porção de pequenos portos situados em Portugal, na ilha da Madeira e nos Açores. A concentração dêsse comércio em Lisboa acarretaria inevitavelmente a ruína dèstes portos subsidiários, muitos dos quais deviam a sua importância à participação que tinham no comércio com o Brasil.

Mais ainda, a organização de um sistema de comboios realmente eficiente pressupunha a existência (ou a aquisição) de navios bem armados, bem como um número suficiente de marinheiros experimentados para equipá-los. Portugal, em que pese à importância de seu poderio no mar, era virtualmente pobre numa e noutra coisa. Verdade é que êle possuía alguns galeões bem artilhados, como o *Bom Jesus*, capitânia de Armada Real, o qual era havido como superior a qualquer dos navios holandeses; mas nove décimos de sua marinha mercante utilizada no tráfico com o Brasil eram constituídos de caravelas indefesas, ou de pinças mal armadas, que no caso de serem atacadas pelos piratas holandeses ou berberes outro

recurso não teriam senão a fuga. Esses navios raramente deslocavam mais de 100 toneladas, muitos dêles até menos. O Padre Antônio Vieira e quantos pensavam como êle, estigmatizavam essas caravelas, tachando-as de "escolas de covardia" para a maruja que a tripulava; nem mesmo as suas pretensas virtudes em matéria de velocidade as livravam de caírem quase sempre prêsas dos ágeis piratas da Zelândia. Vieira não era o primeiro nem foi o último a reclamar uma legislação que proibisse a construção dessas mesquinhas caravelas, e incentivasse o fabrico de navios de maior calado e armamento mais pesado. A partir de 1612 foram apresentadas sugestões neste sentido, mas elas não conduziram a nada de concreto; e pouco mais adveio também da legislação votada em 1644, visando ao mesmo fim. A situação financeira constituía decerto outro grande entrave. Sem recursos mais largos do que os que possuía a coroa, não era possível empreender a construção de uma esquadra ou de uma marinha mercante. O marquês de Montalvão sugeria (dezembro de 1643) que se seguisse o exemplo da Inglaterra instituindo o "ship-money" ("taxa de navegação"); mas em Portugal a classe média não era tão grande para poder suportar o pêso de um tal tributo. Portugal era um país pobre, onde os pequenos comerciantes e proprietários de navios, que constituíam uma boa parte dos que tinham negócios com o Brasil, não possuíam capital suficiente para construir grandes navios e pô-los em serviço depois de construídos. Parece que os cristãos-novos endinheirados que faziam o comércio com o Brasil, à semelhança do que fêz a coroa em muitas ocasiões, preferiam para o transporte de suas cargas fretar navios estrangeiros bem armados, a princípio holandeses, e mais tarde hanseáticos, ingleses e genoveses⁴.

(4) AHU, Lisboa, "Consultas Mistas", Códice 13, fols. 15v-20; cf. também as fontes sumariadas em C. R. Boxer, *Salvador de Sá*, pp. 182-4 e 290-2 (onde, todavia, o parecer de Salvador, referido à pág. 292, n.º 113,

Essa dependência da navegação estrangeira deu origem à proposta de resolver-se o problema dos comboios mediante a concessão de cartas-patentes aos navios estrangeiros que servissem de escolta aos barcos portugueses mal armados. Nos tempos em que estavam unidas as duas coroas ibéricas, foi feita certa vez a sugestão de que se deveria usar para tal fim as fragatas de Dunquerque; mas, embora os flamengos fôsem muito ativos na rapina, os portugueses fizeram oposição à idéia. Em março de 1647, discutiu-se no Conselho Ultramarino uma proposta visando à concessão de cartas a oito navios ingleses bem artilhados, a fim de que dessem comboio às frotas destinadas ao tráfico com o Brasil. Os que advogavam essa proposta enxergavam nela mais uma vantagem, a de serem os ingleses assim facilmente envolvidos numa guerra com as Províncias Unidas, resultado que, do ponto de vista de Portugal, era para ardentemente desejar-se. Outros, porém, reconhecendo embora a coragem e a habilidade dos marinheiros ingleses, acusavam-nos pela sua propensão à pirataria^{4 bis} argumentando que seria muito imprudente oferecer a êsses hereges cheios de ambição e espírito empreendedor a oportunidade de se estabelecerem sôlidamente no Brasil e no Maranhão. Maior número de adeptos mereceu a proposta de utilizar-se como escolta dos comboios navios da Hansa, visto que, segundo se dizia, os mercadores e os proprietários de empresas de navegação alemãs não tinham nenhuma ambição colonial, nem quaisquer segundas intenções no tocante às colônias portuguesas. Por motivos semelhantes, houve quem advogasse a utilização de navios suecos; mas todos os conselheiros

deve ser datado de 15 de dezembro de 1645, e não de 1652) e Gustavo de Freitas, *A Companhia Geral do comércio do Brasil, 1649-1720* (São Paulo, 1951), pp. 16-21.

(4 bis) Como exemplo, o caso do *John*, navio da carreira da Índia, cujo comandante, em set. de 1644, procedeu como pirata do rei Carlos I, desviando os bens de passageiros portugueses de Moçambique, e deixando depois na praia os respectivos donos. Cf. W. Forster, *English Factories in India, 1642-1645* (Oxford, 1913), pp. XIII-XIV, 238-246, 261-65.

estavam de acôrdo em que tanto do ponto de vista da política e do prestígio, como do interêsse econômico, seria preferível, de muito, pôr em execução as leis votadas em 1644 com o fim de desanimar o uso das caravelas, e de organizar em comboio as frotas do Brasil, sob a escolta de navios de guerra portugueses.

D. João IV levou todo um ano para afinal se decidir a agir de acôrdo com a opinião do Conselho Ultramarino, a isso sendo talvez coagido pela situação cada vez mais crítica da navegação. A 7 de março deu êle ordem à sua mais alta autoridade legislativa para que pusesse em andamento duas leis que seriam imediatamente promulgadas. Pela primeira, tratando-se do comércio marítimo com o Brasil, ficava proibida a construção, a concessão de carta, e a compra de qualquer navio, fôsse português ou estrangeiro, que tivesse menos de 350 toneladas. Ficavam excetuados apenas os navios já existentes. Pela segunda estabelecia-se que três anos após a promulgação da primeira lei, não seria dada permissão de navegar entre Portugal e suas possessões ultramarinas a navios que deslocassem menos de 350 toneladas e não possuíssem, pelo menos, dezesseis canhões (com balas de 8 libras). Todavia, durante os três anos intercalares, dar-se-ia carta a navios estrangeiros nos moldes de praxe, e sob as garantias usuais⁵.

Dez meses antes de ser tomada essa decisão, chegaram a Lisboa as notícias da ocupação de Itaparica, a que se seguiu a resolução tomada pelo rei de mandar a Armada Real em socorro da Bahia. Isso significa que não possuía Portugal nenhum navio de guerra que pudesse ser utilizado nos comboios, de modo que havia tôda urgência em descobrir os meios para construir uma nova armada. Mais uma vez veio o Padre Antônio Vieira

(5) AHU, "Consultas Mistas", Códice 14, fols. 26v-32v, para a consulta de 17 de março de 1647. Parece que a lei não foi promulgada antes de 15 de março de 1648. Cf G. de Freitas, *A Companhia Geral do Comércio do Brasil*, p. 71.

acudir à situação, agora com um esquema que já havia sugerido quatro anos antes; embora sem a mesma insistência com que defendera a sua outra proposta de entregar o Nordeste do Brasil aos holandeses.

Consistia êsse esquema na formação, com outorga da devida carta, de uma poderosa companhia de comércio organizada nos moldes das grandes companhias holandesas e inglesas da Índia, causadoras de tantos danos ao império colonial português. O plano primitivo de Vieira previa a criação de duas companhias, uma de leste e outra de oeste; mas a primeira nunca foi além do papel. A idéia principal era que o capital dessas duas companhias legalizadas seria fornecido pelos cristãos-novos (ou cripto-judeus) magnatas das finanças em Lisboa, bem como pelos judeus-sefárdicos portugueses que se haviam estabelecido na França, nas Províncias Unidas e na Alemanha, com o fito de fugir aos rigores da Inquisição ibérica. O principal tropêço surgido contra ela foi haver Vieira proposto atrair o capital judaico para a sua projetada Companhia do Brasil, isentando os que para ela subscrevessem de terem as suas propriedades e os seus capitais confiscados, no caso de serem presos pela Inquisição, por crimes de "heresia, apostasia e judaísmo". Essa concessão, a que chamavam *isenção do fisco*, porque os dinheiros iam para o Santo Ofício por intermédio do fisco da Coroa, foi combatida enèrgicamente pelos inquisidores, que disseram categòricamente que não continuariam a exercer as suas funções sem os fundos que lhes adinham daquela fonte. Mais que isso, o inquisidor-geral do poderoso ramo português do Santo Ofício chamou a atenção para o fato de que a confiscação era uma das penalidades mais temidas pelos cripto-judeus; porque o estigma formal de judaísmo significava para êles pouca coisa, restando-lhes a possibilidade de evitar a pena de morte por meio de uma retratação. "E se com uma penalidade tão pesada", como escreveu Dom Francisco de Castro,

“por mal de nossos pecados, o judaísmo continuava a florescer nos últimos anos, que irá acontecer quando êle se vir imune?” Apesar de tudo, em fins de 1648 a situação tornou-se tão crítica que Vieira conseguiu afinal convencer o rei de que o Santo Officio da Inquisição devia ser pôsto à margem, graças ao que a Companhia do Brasil era formalmente incorporada três meses depois⁶.

É interessante fazer a comparação dos estatutos da *Companhia Geral para o Estado do Brasil*, tais como foram publicados no alvará de 8 de março de 1649, com os da empresa rival, a Companhia das Índias Ocidentais. O preâmbulo, dirigido ao rei, reflete claramente a concepção original do Padre Antônio Vieira. A esfera de atividade da Companhia devia abranger tôda a extensão compreendida entre o Rio Grande do Norte e São Vicente, êste inclusive, compreendendo assim o território ocupado pelos holandeses. Pessoas de tôdas as classes e nacionalidades podiam ser escolhidas para acionistas da Companhia, sob a condição de contribuírem com um mínimo de vinte cruzados e pelo espaço de vinte anos, a começar do dia da Páscoa de 1649. Estipulava-se também em condições idênticas a opção para uma prorrogação por dez anos. Comprometia-se a Companhia a construir e equipar uma frota de trinta e seis navios de guerra, tendo cada um, pelo menos, de vinte a trinta canhões. Essa frota seria dividida em duas esquadras de dezoito belonaves, devendo cada esquadra fazer uma viagem anual ao Brasil. Todos os navios mercantes que partissem de Portugal ou das ilhas deveriam ser comboiados por uma dessas esquadras, tanto na ida como na volta. Em Lisboa, a lista estaria aberta durante um mês, para todos quantos quisessem subscrever, concedendo-se três meses para o

(6) Tenho-me baseado principalmente no Museu Britânico, Add. MS. 20951, cujo codex contém transcrições seiscentistas de muitos documentos relevantes, concernentes aos anos de 1645 a 1654. Cf. também J. L. Azevedo, *História dos Christãos Novos portugueses* (Lisboa, 1922), pp. 244-57; G. de Freitas, *A Companhia Geral do Comércio do Brasil*, pp. 21-28.

resto de Portugal, sete meses para as ilhas portuguesas do Atlântico e um ano para o Brasil, após o que a inscrição seria encerrada. Todos os assinantes deveriam pagar na bôca do cofre um têrço da importância investida, ao passo que o saldo seria liquidado em duas prestações, com quatro meses de intervalo.

A junta governativa da Companhia era composta de nove diretores (*deputados*), oito dos quais negociantes, e um representante da municipalidade de Lisboa, pertencente por igual à comunidade mercantil de Lisboa. Todos os diretores deveriam subscrever individualmente com um mínimo de 1 000 cruzados, podendo prestar serviços durante três anos consecutivos. Oito dêles eram eleitos pelo voto majoritário dos acionistas; o nono era nomeado pelo juiz e pelo senado da municipalidade lisbonense. Como complemento, a comunidade mercantil de Lisboa nomearia sete conselheiros, os quais seriam convocados para as reuniões da mesa tôda vez que isso se tornasse necessário, cabendo-lhes o mesmo direito de voto que aos nove diretores. Todos os funcionários da Companhia deviam ser escolhidos e nomeados pelos diretores, podendo ser demitidos ou removidos a seu bel-prazer. Normalmente, as nomeações eram para um período de três anos. As contas do tesoureiro deviam ser conferidas pelo serviço de contabilidade e por dois dos diretores. Isso significa que os acionistas nem mesmo um simulacro de fiscalização tinham sôbre as finanças da Companhia, pelo que, sob êste aspecto, a Companhia do Brasil diferia do seu protótipo holandês. As reuniões do corpo administrativo realizavam-se numa grande mesa redonda, a fim de se evitarem discussões por motivo de lugar ou de precedência.

Ficou categòricamente estipulado que a junta administrativa seria completamente independente de tôdas as côrtes e tribunais da coroa, e bem assim da interferência

da Inquisição. A junta governativa trienal teria de prestar contas de seus atos exclusivamente ao rei e à junta que a iria suceder. Neste particular ela gozava de muito mais liberdade de ação do que os Heeren XIX — ou, mais propriamente, gozaria, se os seus estatutos tivessem sido propriamente postos em execução. Os assuntos legais seriam tratados por um *Juiz Conservador*, espécie de funcionário investido de amplos poderes, que em muitas ocasiões poderia decidir sumariamente. As pendências em que estivessem envolvidas somas consideráveis seriam julgadas pelo referido juiz numa côrte especial nomeada pelo rei, e constituída de funcionários judiciais escolhidos pelos diretores — tribunal tendencioso, na melhor hipótese. Em idênticas condições, seria nomeado um procurador-fiscal.

Conferiram-se facilidades especiais à Companhia para aquisição do material necessário à construção dos navios, mão-de-obra inclusive, sendo-lhe permitido conceder cartas de navegação a estrangeiros, debaixo das garantias habituais⁷. Reconhecia-se ao serviço marítimo da Companhia situação de paridade com os da coroa, podendo ser utilizados nêles os estaleiros e os armazéns pertencentes ao rei. Nenhum navio, fôsse qual fôsse, podia partir de Portugal, da Madeira ou dos Açores para o

(7) Para a larga utilização que faziam os portugueses dos navios ingleses em seu comércio com o Brasil, veja-se o meu artigo dado a lume no *Mariner's Mirror*, vol. XXXVII, pp. 197-230. As fontes ali mencionadas deve acrescentar-se a clássica apreciação do Secretário Thurloe sobre a rivalidade anglo-holandesa, dada primeiramente à estampa na *English Historical Review*, vol. XXI, pp. 319-27. Segundo Thurloe, nas malogradas negociações feitas em 1650 em prol de uma aliança Anglo-Holandesa, os holandeses propunham que "se poupassem tôdas as mercadorias do inimigo encontradas em navios de uma nação amiga, ao passo que deviam ser apreendidas tôdas as mercadorias de uma nação amiga encontradas em navios do inimigo... excetuando-se apenas as que Portugal levava da Europa para a Ásia, a África e a América, ou trazia destas partes do mundo, visto como no comércio em questão é uso serem utilizados os navios ingleses". (*ibid.* pág. 326).

Brasil, e vice-versa, sem que fizesse parte de um dos comboios bianuais da Companhia. Abria-se exceção sòmente para os barcos incumbidos da entrega de despachos urgentes, navais ou militares. A partida de cada combôio tinha de ser anunciada com dois meses de antecedência, mediante a afixação de editais em todos os portos mais importantes. A princípio era Lisboa o único pôrto terminal na Europa, enquanto que no Brasil se contavam os do Cabo de Santo Agostinho (em substituição ao de Recife, ocupado pelos holandeses), a Bahia e o Rio de Janeiro; mas, muito breve, essa norma teve de ser alterada. O comandante de navio que viajasse para o Brasil, ou de lá viesse, sem fazer parte de um dos comboios regulares, teria a sua licença cassada e o navio confiscado. Conferiu-se à Companhia do Brasil uma bandeira própria, tendo as armas reais num dos lados, e a figura de Nossa Senhora da Imaculada Conceição no outro, com as duas inscrições — *Sub tuum praesidium* e *Pro fide pro patria mori* — de escolha aliás um tanto irônica, dado que a Companhia era constituída quase exclusivamente de judeus.

Fazia parte dos privilégios comerciais da Companhia o monopólio do suprimento do Brasil em quatro dos mais importantes artigos de importação da colônia, a saber, vinho, farinha de trigo, azeite de oliva e bacalhau, e a preços por ela própria estipulados. Quanto aos carregamentos trazidos de volta, como açúcar, tabaco, algodão, couros, etc., estava a Companhia autorizada a cobrar taxas sôbre cada caixa, fardo, ou amarrado importado, de conformidade com uma tabela de preços que ia de 100 réis por couro, a 3 400 réis por caixa de açúcar. Foi-lhe concedido ainda o monopólio de todo o pau-brasil exportado pelas capitâneas do Rio de Janeiro, Bahia, Ilhéus e Pernambuco, cobrando-se em Lisboa uma taxa de importação sôbre êste negócio.

Uma vez investido na Companhia, o capital não pode mais ser retirado, podendo todavia os acionistas transferir a outros os seus títulos no todo ou em parte, pelo preço corrente no mercado. Só aos acionistas que tivessem feito investimentos superiores a 5 000 cruzados assistia o direito de voto nas eleições trienais dos oito diretores. Os capitais investidos na Companhia do Brasil, quer por portugueses, quer por estrangeiros residentes no país, eram especificamente isentos de confisco pela Inquisição, ou outro qualquer tribunal. Mesmo no caso de guerra entre Portugal e o país de nascimento do investidor, não era permitido tomar-se a êste último o seu investimento, nem os seus dividendos⁸. Todos os comerciantes estrangeiros mais importantes de Portugal eram obrigados a subscrever com liberalidade para a Companhia, sob pena de não se lhes permitir ter negócios com quaisquer colônias portuguesas. Não se sabe com quanto participaram êsses negociantes estrangeiros, mas o grosso da quantia subscrita (1 255 000 cruzados), grande parte da qual sob a forma de empréstimo compulsório, proveio dos principais negociantes cristãos-novos de Lisboa. Podemos acrescentar que no final das contas a Companhia do Brasil não se mostrara mais lucrativa para os que nela fizeram investimentos do que o tinha sido para os seus acionistas a Companhia das Índias Ocidentais. Enquanto esta última, entre 1623 e 1674, ano em que foi dissolvida, apenas três vezes distribuiu dividendos, a Companhia do Brasil

(8) A súmula dos estatutos conferidos à Companhia em 1649 foi tirada da raríssima *Instituição da Companhia Geral para o Estado do Brasil*, que tem a data de 8 de março de 1649, juntamente com o *alvará de confirmação* de D. João IV, que é datado de 10 de março de 1649, e foi publicado em Lisboa por Antônio Alvares (março de 1649). Um exemplar dêste último acha-se no Museu Britânico, Add. MS. 20 951. Cf. também *HAHR*, XXIX, pp. 487-90; G. de Freitas, *A Companhia Geral do Comércio do Brasil*, pp. 29-36; *Andrade e Silva, Collecção chronologica, 1628-1656*, pp. 31-41.

pagou um único dividendo (de 15 por cento) antes de sua reorganização, entre 1662 e 1664.

A organização da Companhia do Brasil coincidiu com um segundo choque entre sitiados e sitiadores, choque este cujo resultado teve efeito decisivo sobre o curso ulterior da guerra. Muito animados pelo sucesso fácil da expedição que devastara o Recôncavo em fins de 1648, apressou-se o Grande Conselho de Recife em forçar uma nova surtida, assim que as tropas vieram de volta. E tanto mais ansiosos estavam por levar isso avante quanto os Heeren XIX não cessavam de insistir para que isso fosse feito. Von Schoppe e seus coronéis teriam preferido atacar o Rio de Janeiro; mas a 4 de fevereiro de 1649 foi afinal decidido por um conselho de guerra "sair em nome de Deus ao encontro do inimigo e desafiá-lo para uma batalha, na esperança de que Deus há de ajudar"⁹. As forças destacadas para essa surtida eram constituídas de 3 060 soldados brancos, 250 marinheiros e duzentos índios, somando mais ou menos 3 500 homens, ao passo que ao do passado mês de abril totalizavam 4 500. Como Von Schoppe não estivesse ainda completamente curado do ferimento no pé, o comando foi confiado ao coronel van den Brinck. As ordens que levava eram ocupar os Guararapes e dar batalha ao inimigo, onde quer que fosse encontrado. Os soldados tinham em suas mochilas rações para oito dias, e os marinheiros levavam consigo cinco ou seis peças de artilharia de campo.

A força holandesa partiu de Recife a 17 de fevereiro, ocupando os Guararapes no dia seguinte, sem dificuldades. Francisco Barreto saiu a campo logo que soube do avanço inimigo, marchando com cerca de 2 600 homens, pronto a aceitar o desafio. Só após o cair da noite do dia 18 alcançou êle o matagal e os brejos das faldas dos

(9) Citação tirada do original das atas, por Hoboken, *Witte de With*, cap. VII.

Guararapes; mas manteve os holandeses em armas durante tôda a noite, assustando-os com falsos alarmes. Ao amanhecer de 19 de fevereiro, enviaram os holandeses uma patrulha de combate para forçar os portugueses à ação; todavia, depois de examinar cuidadosamente a sua posição, esquivou-se Barreto a enfrentá-la num ataque prematuro. Manteve os seus soldados no vale, ao abrigo da vegetação, enquanto os holandeses morriam de sede sob o sol tropical, no cume pelado do morro. Pelo meio-dia o calor se tornou insuportável, de maneira que, reunindo-se às pressas um conselho de guerra, decidiram os últimos, depois de longa discussão, retirar-se para uma granja leiteira situada perto de Recife. A retirada do grosso da tropa começou às 3 horas da tarde¹⁰, ficando o coronel van den Brande no alto do morro, com o regimento que lhe pertencia, enquanto o de Van der Elst e os marinheiros, com a sua artilharia, permaneciam na retaguarda, para garantir a retirada. Era o movimento a cuja espera estava Francisco Barreto.

Quando o grosso das tropas atingiu a senda estreita, ou desfiladeiro existente no pé do morro, os portugueses irromperam do matagal, caindo sôbre a sua retaguarda. A princípio os holandeses combateram com denôdo, mas perderam por fim o moral, debandando em confusão morros acima, seguidos de perto pelos portugueses. A retaguarda de Brande entrou então em ação; mas os seus soldados logo entraram em desordem, de modo que a luta se converteu numa balbúrdia generalizada, cujo resultado foi transformar a retirada dos holandeses em

(10) De acôrdo com as fontes holandesas. As versões portuguesas dão 2 horas, ou por volta disso. No que respeita à segunda batalha dos Guararapes, tenho-me fiado principalmente no relatório de Michiel van Goch, datado de 22 de fevereiro e transcrito em *JHMS*. Os principais relatos holandeses e portugueses acham-se compilados em Varnhagen, *História Geral*, III (3.^a ed.), pp. 91-95 e 128-39. Cf. também J. H. Rodrigues, *Historiografia e bibliografia*, n.^{os} 548 a 554a; *Hoboken, Witte de With*, cap. VII.

fuga precipitada. Inúteis foram os esforços dos oficiais para reconduzir os combatentes que fugiam em tôdas as direções. Os que conseguiram escapar de seus perseguidores tomaram à noite o caminho da granja leiteira, de onde os remanescentes da derrota rumaram para Recife no dia seguinte, seguindo ao longo da praia. Para felicidade dêles, puseram-se os vencedores a saquear os mortos e feridos, deixando de continuar a perseguição com o encarniçamento que estava em suas mãos pôr em prática, muito embora João Fernandes Vieira e alguns cavaleiranos hajam abatido muitos dos fugitivos. Se a perseguição houvesse continuado até o fim, as fôrças holandesas teriam sido completamente destruídas, como francamente reconhece o conselheiro van Goch, testemunha ocular, em seu relatório sôbre o desastre.

Assim mesmo, a derrota de agora foi muito mais grave e desmoralizante do que a do ano anterior. Naquela ocasião, os holandeses mantiveram, pelo menos, a sua posição no campo, retirando-se sòmente depois de cair a noite. Desta vez, verificou-se que as perdas foram de 957 homens mortos e 89 prisioneiros, incluindo-se nesse total cêrca de 100 oficiais. Entre os mortos estavam o coronel van den Brinck e o capitão-de-mar-e-guerra Matthijs Gillissen, que era o imediato de Witte de With no comando. Fazia parte dos prisioneiros o chefe potiguar calvinista Pieter Poti, que, embora tratado com desumanidade pelos seus captores, se recusou a passar para o outro lado e a mudar de religião. Foi pôsto a ferros e mandado para Portugal, mas morreu durante a viagem. Admitiram os portugueses que as suas baixas somaram ao todo 250 homens, feridos em sua grande maioria¹¹.

(11) Para os maus tratos infligidos a Poti, cf. *Twee verscheydenen Remonstrantien... door Antonio Parãupãba* (Haia, 1657), pp. 11-13. Com respeito à pertinácia e coragem demonstradas por João Fernandes Vieira na segunda batalha dos Guararapes, veja-se a passagem de Francisco Barreto ("...o vio proceder com assinalado valor, sendo o primeiro que

O epílogo desastroso da segunda batalha dos Guararapes convenceu até os Heeren XIX de que os portugueses eram adversários temíveis, coisa que até então se haviam recusado a admitir. Os planos traçados em 1624 pela Companhia das Índias Ocidentais para a conquista do Brasil baseavam-se largamente na suposição de que os portugueses eram maus soldados em comparação com os espanhóis, e também no conhecimento de que não tinham nenhuma experiência de guerra contra as tropas disciplinadas da Europa. Essa crença persistiu durante muito tempo nas Províncias Unidas. Depois mesmo da primeira batalha dos Guararapes, um escarminho panfletário holandês escrevia que os portugueses eram proverbialmente covardes e que os "seus inimigos nunca os consideravam mais do que galinhas"¹². Os conselheiros de Recife, e com referência à matéria o almirante Witte de With, contradisseram explicitamente esta asserção. Fizeram êles o possível para que as suas repetidas admoestações sôbre "o denôdo e a coragem dos portugueses" fôsem ouvidas pelos seus superiores na Europa, aos quais pouco depois da primeira derrota experimentada nos Guararapes escreveram como a seguir veremos.

"Os portugueses tornaram-se tão experimentados nesta guerra que podem fazer frente aos soldados mais veteranos, como ficou provado tanto nos encontros que antes tivemos com êles, como nas nossas escaramuças diárias. Agora, depois de receberem uma descarga, sustentam firmemente as suas posições, caindo depois sôbre os nossos homens. Sabem também como tirar a maior

rompeo o inimigo pelo lado esquerdo, indo matando nelle distancia de duas legoas...", discutida a 9 de julho de 1649 no Conselho Ultramarino (AHU, "Consultas Mistas", Cod. 14, fols. 175v-176).

(12) *Brasilsche Oorloghs Overwegingh* (Delft, 1648). Cf. com o inglês do século dezessete, que disse "quem é tão covarde como Portugal?" (W. Foster [ed.], *The voyage of Thomas Best to the East Indies 1612-44*, London, 1934, p. 120).

vantagem do terreno, armando emboscadas e precipitando-se súbitamente do mato sôbre os nossos soldados, aos quais infligem pesadas perdas. Acham-se bem providos de armamento e sabem como fazer uso dêle. Em fôrça física, autodomínio e caráter, podem rivalizar com os nossos soldados veteranos. Sabem também como viver na maior escassez de meios, e muito melhor do que os nossos homens, que precisam andar sempre carregando as suas mochilas, ou receber de contínuo as rações que se lhes enviam."

Mais enfático ainda é o relatório de Michiel van Goch sôbre a derrota sofrida na segunda batalha dos Guararapes. "Os combatentes inimigos, por natureza ágeis e de grande firmeza nos pés, são capazes de avançar ou bater em retirada com grande rapidez. Mostram-se também formidáveis por causa de sua ferocidade natural, constituídos que são de brasileiros, tapuias, negros, mamelucos, etc., todos filhos da terra; e também de portugueses e italianos,¹³ cuja constituição os habilita a se adaptarem rapidamente aos lugares, a ponto de poderem com notável destreza e agilidade varejar matas, cruzar pântanos, galgar ou descer morros, obstáculos êstes todos aqui muito numerosos. Nossa gente, pelo contrário, está acostumada a combater em fileiras cerradas, à moda de sua pátria, além de ser vagarosa e molenga, e assim imprópria para esta espécie de países"¹⁴.

Enquanto tais fatos ocorriam em Portugal e no Brasil, cada vez pior e mais confusa ia ficando a política adotada pelas Províncias Unidas no que se refere à Com-

(13) Esses italianos eram provavelmente veteranos das levas de napolitanos trazidos por Bagnuolo.

(14) Despacho do Alto Conselho datado de 9 de julho de 1648, e relatório de Van Goch, datado de 22 de fevereiro de 1649 (JHMS). Confronte-se com a derrota infligida a Braddock por franceses e índios peles-vermelhas na mata vizinha do Forte Duquesne (julho de 1755), sem falar em outras comparações mais modernas sugeridas pela matéria.

panhia das Índias Ocidentais e às possessões por ela conquistadas. Em sua clássica obra *Observation upon the United Provinces*¹⁵, referindo-se às assembleias provinciais, mostra-se William Temple muito admirado, achando “que unidas por laços de interesses comuns, e tendo tôdas como único fito o bem público, deviam elas após longos debates chegar fàcilmente a uma resolução, curvando-se à fôrça da razão onde quer que ela fôsse clara e convincente; e pôr de parte tôdas as paixões e interesses particulares, de modo que a minoria só raramente persistisse em contestar o que fôsse decidido pela maioria”. Esta observação particular não se aplica muito bem ao problema representado pelo Brasil no período de 1648 a 1652, quando à teimosia da Zelândia se contrapunha a obstinação da Holanda, sendo longe de esperar-se que chegassem “fàcilmente a quaisquer resoluções”.

As assembleias provinciais altercavam acrimoniosamente umas com as outras, ao mesmo tempo que, segundo parece, a opinião pública se dividia rigidamente no que se refere à questão da guerra ou paz com Portugal. Havia os que advogavam uma ofensiva total, com a aliança da Espanha caso necessário, a fim de conquistar a Bahia e todo o Brasil português. Esta era a política defendida com mais calor pelos diretores da Companhia das Índias Ocidentais; mas não faltavam críticas que os acusassem de estarem enganando-se a si próprios¹⁶. Havia ainda os que advogavam manter-se a defensiva no Brasil, fiados em que a intensificação da guerra de pirataria no mar forçaria Portugal a dobrar os joelhos, como consequência do desmantêlo de seu comércio marítimo. Sugestão esta particularmente popular na Zelândia, onde se calculava que mais de um quinto dos habitantes das três maiores

(15) A pág. 107 da edição de 1676.

(16) "...de begerlicheyt van de Bewinthebbers soodanigh, dat sy alles wilden begapen ende bedingen, ofte verliessen" (Van der Capellen, *Gedenkschriften*, II, p. 251).

idades, a saber Middelburg, Flushing e Veere, eram acionistas da Companhia das Índias Ocidentais, e para a qual (como ficou dito atrás) a pirataria era a principal indústria. Outros, por fim, inclusive a importante cidade de Amsterdam, eram favoráveis à reabertura das negociações de paz com Portugal, sob a condição de ser formalmente por êle reconhecido o Brasil neerlandês, com os limites que tinha em julho de 1641, e garantido um suprimento de escravos de Angola¹⁷.

As notícias da perda de Luanda foram recebidas em fins de 1648, causando a maior sensação, e contribuindo (embora temporariamente) para fortalecer os partidários da guerra, entre os quais acontecia estar o jovem estadtouder Guilherme II, apesar das suas relações cordiais com os franceses aliados de Portugal. Em janeiro de 1649, cinco províncias (com a Frísia de lado, e a Zelândia advogando a intensificação da guerra de pirataria) concordaram em que se devia enviar a Sousa Coutinho um ultimato, exigindo de Portugal o imediato reconhecimento do Brasil holandês e do ocidente africano holandês com os limites que tinham em 1641, incluindo portanto Angola e São Tomé. Se houvesse recusa, como era de esperar, insistiam as cinco províncias em que se deveria agir de conformidade com o seguinte esquema, constituído de seis pontos. Deveria a Companhia das Índias Orientais reembolsar-se, às expensas dos portugueses da Ásia, dos 1 500 000 florins pagos em 1647 como subsídios, à companhia irmã; dever-se-ia autorizar os navios piratas a operar contra a navegação portuguesa onde quer que fôsse, e não apenas ao sul da linha equinocial, como (em teoria) vinha sendo feito até então; as tropas aquarteladas no Brasil, somando uns 3 500 homens, seriam tôdas pagas pelos Estados Gerais; todos

(17) *Amsterdams Dam-praetje, van wat outs en wat nieuws en wat vreemts* (Amsterdam, 1649), p. D3; Aitzema, *Saken van staet en oorlogh*, III, p. 297; Van der Capellen, *Gedenkschriften*, II, pp. 250-2.

os subsídios provinciais em atraso, devidos à Companhia das Índias Ocidentais, cujo montante excedia então a mais de 6 500 000 florins, seriam pagos em prestações regulares; todos os acionistas da Companhia deveriam contribuir com mais 12 por cento sôbre o seu investimento; a Companhia reexaminaria as suas finanças e seus livros de contabilidade, instituindo a economia drástica recomendada antes por uma comissão dos Estados Gerais¹⁸.

Sousa Coutinho não rejeitou liminarmente o ultimato, dando uma resposta protelatória e pretextando que certos artigos, tais como a cessão de Angola e São Tomé não poderiam ser aceitos sem a autorização do rei. Não obstante, a agressiva resolução dos seis pontos não foi posta em execução, visto como não se conseguiu a unanimidade das províncias, nem que estas entrassem com os atrasados, ao mesmo tempo que Amsterdam se opunha terminantemente à guerra com Portugal. As notícias do segundo desastre de Guararapes seguiu-se a volta do Conselheiro Beaumont e do coronel Haulthain, chegados em julho de Recife, com informações pormenorizadas sôbre a situação de desespêro em que se achava o Brasil neerlandês. Receberam-se também do Alto Conselho de Recife e do almirante Witte de With relatórios extremamente pessimistas com referência à deterioração rápida que experimentavam os navios de guerra e à alarmante penúria a que haviam chegado todos os suprimentos e provisões. Faziam sentir com clareza que, a menos que os Estados Gerais estivessem preparados para enviar uma força expedicionária de 12 000 homens e uma esquadra de quarenta navios (tal como havia sido inicialmente sugerido por João Maurício), nada se poderia fazer no Brasil sem uma ação drástica contra Portugal na Europa.

(18) Sôbre este assunto e o que se segue cf. Aitzema, *Saken van staet en oorlogh*, III, pp. 297, 338-40, 415, 646-9-684.

Em julho de 1649 resolveram os Estados Gerais enviar doze navios de guerra para acudir ao mau estado da esquadra de Witte de With, e bloquear o Tejo com uma outra frota de vinte e cinco navios, caso a coroa portuguesa não concordasse em restaurar o que a Companhia das Índias Ocidentais havia perdido no Brasil e na África ocidental depois de 1645. Amsterdam, contudo, recusou-se a dar o seu consentimento a essa resolução, salvo dentro de umas tantas condições precisas. A primeira destas condições era conseguir previamente um acôrdo com a Dinamarca no tocante ao tratado que se negociava então sobre a isenção dos direitos por ela cobrados dos navios holandeses que passavam pelo estreito de Sonda¹⁹.

O assim chamado "tratado de redenção" dinamarquês foi assinado em outubro de 1649, sendo logo enviados ao Brasil seis navios de guerra do Estado e seis iates, os quais chegaram ao seu destino em maio de 1650. Apesar de tudo, Amsterdam e outras cidades da Holanda do norte continuavam a se opor ao envio de uma esquadra ao Tejo, visto como grande era a sua relutância em sacrificar o importante comércio que tinha com Portugal. Os amsterdameses faziam ver que havia sempre ancorados nos portos de Portugal cerca de uma centena de navios mercantes holandeses, os quais seriam todos confiscados por D. João IV, se até lá chegasse a provocação. Em vista disso a Zelândia recusava-se a ratificar o tratado de 1649 com a Dinamarca, a menos que a Holanda se dispusesse a mandar antes uma esquadra para bloquear o Tejo. Mas a Holanda, instigada por Amsterdam, negava-se por seu turno a tomar essa medida, enquanto a Zelândia não ratificasse o tratado. Estabeleceu-se assim um impasse seme-

(19) Um "precipitant ende scadelick contract", conforme Alexander van der Capellen, *Gedenkschriften*, II, p. 269. Para um relato circunstanciado sobre as negociações do tratado em aprêço veja-se G. W. Kernkampff, *De Sleutels van de Sont* (Haia, 1890).

lhante àquele que havia surgido em 1647, por ocasião da insistência da Holanda em obter a garantia da anuência da Zelândia ao tratado de paz com a Espanha, antes de despachar para o Brasil a esquadra de Witte de With. Desta vez o impasse durou muito mais tempo, visto como a crise política que sobreveio no verão de 1650 e culminou com a tentativa infrutífera da tomada de Amsterdam por Guilherme II, relegou para segundo plano o Brasil e os negócios da Companhia das Índias Ocidentais. A morte subitânea do jovem estatouder, ocorrida em novembro de 1650, seguiu-se a subida do partido dos Estados ao poder, partido que, sendo contrário ao estatouder, dava à província da Holanda a oportunidade, logo aproveitada, de assumir de novo o predomínio da União. Finalmente, em março de 1651, decidiu-se a Zelândia a ratificar o tratado com a Dinamarca, em troca do consentimento da relutante Holanda para a mobilização de uma expedição naval contra Portugal.

Mal havia a Zelândia ratificado o tratado, quando entra a Holanda no jôgo com o seu trunfo. A mais rica das províncias recusava-se agora a pagar a parte que lhe cabia na projetada expedição, a menos que tôdas as outras províncias entrassem primeiro com as suas contribuições e bem assim com os atrasados referentes aos subsídios devidos ao Brasil! Isso não estavam elas em condições de fazer; e como a Zelândia não dispunha mais de nenhum *quiproquó* para oferecer à Holanda, continuou o empate até que, em maio de 1652, a irrupção da guerra com a Inglaterra veio tornar impraticável qualquer ação quer contra Lisboa, quer contra a Bahia²⁰.

É natural que rixas interprovinciais e a conseqüente ausência de qualquer política resoluta com relação ao

(20) Em Elias, *Voorspel*, II, pp. 148-50, há um relato claro e conciso da pendência surgida em 1649-52 entre a Zelândia e Amsterdam por causa das questões relativas ao Brasil e à Dinamarca; mas, melhor que qualquer outra é a exposição encontrada em Hoboken, *Witte de With*, cap. VII.

Brasil neerlandês repercutissem desastrosamente sobre a infeliz colônia. Tanto os empregados da Companhia como os burgueses livres viam-se esquecidos pelo governo da mãe-pátria; os soldados e os marinheiros viam-se ainda em pior situação, com os seus vencimentos sempre em atraso e as suas rações não raro suprimidas. O almirante Witte de With queixava-se em agosto de 1649 de que havia recebido apenas uma carta dos Estados Gerais desde sua chegada em Recife, quinze meses antes, carta que era simplesmente o comunicado formal da conclusão da paz com a Espanha²¹. Ele também não vivia muito às boas com os seus colegas civis do Grande Conselho, não só porque os depreciava, chamando-os de estrategistas amadores, mas também porque não os mantinha bem a par de seus planos e, mais que tudo, pelo fato de considerar-se responsável primeiramente perante os Estados Gerais e o Príncipe de Orange, ao passo que os conselheiros entendiam que ele antes lhes devia prestar obediência e aos Heeren XIX²².

As dificuldades inerentes à situação em Recife não impediram que os holandeses ocupassem de novo o Ceará, que se tinha tornado terra-de-ninguém desde fins de 1643, quando se deu o massacre da guarnição local pelos tapuias. Uma expedição comandada por Mathias Beck, que ali desembarcou em abril de 1649, fundando um novo forte, que foi chamado Schonenburgh, não encontrou oposição; mas, embora houvesse Beck feito muitas excursões pelo interior, à procura dos ricos depósitos de minério de prata que se dizia existir, e cujo descobrimento era o objetivo principal da expedição, nada foi

(21) Witte de With aos Estados Gerais, 26 de agosto de 1649, em Hoboken, *Witte de With*, capítulo X.

(22) As disputas entre o almirante e o Alto Conselho acham-se cabalmente documentadas em Hoboken, *Witte de With*, capítulos IX e X.

encontrado²³. Seja como fôr, os holandeses lá continuaram, sem serem molestados, até a capitulação de Recife, cinco anos mais tarde. Em maio de 1649, empreendeu o almirante Witte de With o bloqueio do Rio de Janeiro, com o fito de interceptar a frota metropolitana do açúcar; mas os seus navios não tiveram ânimo de entrar na baía, de modo que o almirante se viu em fins de junho compelido a voltar para Recife, com as mãos vazias²⁴.

A deficiência crônica de tôda espécie de suprimentos e provisões com que lutava a praça forte sitiada impediu que os holandeses tirassem tôdas as vantagens de sua superioridade no mar. Tanto o almirante como o Conselho, por maior que fôsse a antipatia de um pelo outro, convinham em que a situação em Recife era tão má “que pena alguma seria capaz de descrevê-la”²⁵. Os soldados da guarnição, escreveu o Grande Conselho, acham-se, para bem dizer, “completamente sem roupa”, ao mesmo tempo que o almirante informava de seu lado que eles “pareciam minhocas, tão lastimável era o seu aspecto. Penso que, se se lhes cortassem as orelhas, delas não escorreria uma gôta de sangue”. Informavam ainda os conselheiros que os soldados desertavam aos magotes de dez ou doze, à luz clara do dia, o que mostra que eles próprios estavam de acôrdo com o almirante, quando pintava Recife como o “covil da inanição”. Isso a despeito do

(23) Diz Elias (*Voorspel*, II, 130, n.º (4)) que nenhum dos historiadores holandeses informa a data da reocupação do Ceará. Pode ser que isso aconteça, mas o episódio se acha plenamente documentado pelo barão de Studart no volume XVII, pp. 325 e segs. da *Revista do Instituto do Ceará*, de conformidade com os registros originais do Rijksarchief. O forte fundado ali em abril de 1649 por Mathias Beck foi chamado Schonenburgh ou Schoonenborch, em atenção ao presidente do Grande Conselho.

(24) Para uma descrição pormenorizada do mal sucedido cruzeiro de Witte de With ao largo do Rio de Janeiro, veja-se Hoboken, *Witte de With*, cap. VIII.

(25) Cartas do Alto Conselho datadas de 23 de julho, e de 2 e 11 de novembro de 1649 (JHMS); Hoboken, *Witte de With*, cap. X e fontes a que ali se remete.

fato de se encontrarem os próprios sitiantes em situação de penúria, e de serem também relativamente freqüentes, ao que parece, as deserções entre êles. Os marinheiros da esquadra de Witte de With viviam em condições um pouco melhores, por isso que o almirante insistia em que as suas rações deviam ser medidas pelas da esquadra metropolitana, e não (como queria o Conselho) à maneira somítica da Companhia das Índias Ocidentais. Em junho de 1648, um navio em má hora batizado de *Getrouven Herder*, ou seja *Fiel Pastor*, que levava reforços para Luanda, foi tomado pela soldadesca e a marinhagem amotinadas, e conduzido para o Rio de Janeiro. Outros navios, sob êste ou aquêle pretexto, iam esconder-se nas Antilhas, enquanto que, em maio de 1649, um dos navios de guerra de Witte de With, o *Dolphijn*, foi também tomado pela tripulação sublevada, que o levou de volta à Holanda²⁶.

O aprovisionamento de Recife tinha de ser feito quase inteiramente pelas Províncias Unidas, pois redundaram em fracasso os esforços feitos no sentido de cultivar mandioca e outras plantas alimentícias na Paraíba, em Itamaracá, no Rio Grande do Norte, no Ceará, e na ilha de Fernando de Noronha, infestada de ratos. No empenho de aliviar os efeitos disso sôbre as suas finanças em desordem, fêz a Companhia maiores concessões no regulamento que havia estabelecido para o comércio e a navegação com o Brasil neerlandês. Devemos nos lembrar de que êsse comércio havia sido em parte liberado em 1638; mas dêle só podiam participar os negociantes que fôssem acionistas da Companhia, devendo todos os carregamentos ser transportados em navios a ela pertencentes, ou por ela fretados. De acôrdo com as reformas introduzidas no regulamento promulgado em agôsto de

(26) Com referência ao motim do *Dolphijn* cf. Hoboken, *Witte de With*, cap. IX.

1648, o tráfico com o Brasil estava aberto (mediante o pagamento de uns tantos direitos à Companhia) a todos os negociantes e navios holandeses em geral, com exceção do comércio de munições e de pau-brasil, que continuava a ser monopólio da Companhia²⁷. O comércio negreiro, que anteriormente entrava também neste número, foi liberado nessa ocasião, pois com a perda das culturas da *Várzea* diminuíra muito a procura de escravos no Brasil holandês.

Como era fácil prever, os resultados da liberdade de comércio foram decepcionantes. Para tentar os homens de negócio a pôr dinheiro bom em cima de ruim, não mais havia os empreendimentos, nem as perspectivas ainda mais sedutoras, do período relativamente áureo de João Maurício. Recife estava completamente cercado por terra, e os outros pontos ainda em poder dos holandeses pouco ou nada ofereciam capaz de atrair mercadores ou empresários. O abastecimento de Recife continuava a ser feito quase inteiramente pela Companhia, ao mesmo tempo que as dívidas crônicas desta última corporação outrora poderosa, eram a principal razão de nunca haver abundância de gêneros e utilidades na sitiada capital. Amsterdam usara também de sua influência para que se abrisse o comércio com a Guiné; mas nisso foi menos bem sucedida, embora houvesse obtido algumas concessões. De qualquer maneira, houve a partir de 1645 um declínio acentuado nos lucros proporcionados por êsse comércio, embora o ouro da Guiné, em mais de uma ocasião, houvesse socorrido Recife nas suas aperturas²⁸.

(27) *Reglement Bij de West-Indische Compagnie... over het openstellen van den hande op Brazil* (Haia, 1648). Cf. *Groote Plakaatboek*, I, pp. 614-18.

(28) Sobre o declínio experimentado neste período pelo comércio com a Guiné veja-se Ratelband, *Vijf Daghregisters*, pp. XXVII e XXVIII, XL e XCVI. Para a cunhagem (não autorizada), em Recife, de moedas de ouro da Guiné, vejamos os excertos tirados por Alfredo de Carvalho da "Dagel Notulen" e publicados em *RIAGP*, XII, pp. 160-8 ("Moedas Obsidionaes cunhadas no Recife em 1645, 1646 e 1654").

Ao voltar do mal sucedido curso ao largo do Rio de Janeiro, teve Witte de With uma visão sombria das perspectivas que se abriam para o Brasil holandês. Os tapuias e potiguaras, aliados da Companhia, estavam ficando descontentes com o tratamento que lhes era dispensado, ou assim supunha êle. As fortificações, na sua maioria feitas de terra, achavam-se muito arruinadas, motivo pelo qual o inimigo, "que são bastante destemidos", se sentia ainda mais encorajado. A guarnição era constituída de quatro regimentos, sob o comando de Von Schoppe, Van den Brande, Haulthain e Kerweer, formando um total de 4 000 homens, "em sua maioria de qualidade inferior e carentes de tirocínio", incluídas naquele número quatro companhias da Paraíba e uma do Rio Grande do Norte. A Companhia dispunha sòmente de três navios de bom tamanho, dois dos quais foi preciso enviar pouco antes à Holanda, e o terceiro à Guiné. Nenhum de seus iates poderia ser aparelhado para novos serviços dentro de um ano, e nos próprios navios de guerra havia grande míngua de pertences e provisões. A isso pode acrescentar-se que em fevereiro o Grande Conselho havia assinalado que o almirante não poderia fazer-se com êles ao mar, a menos que utilizasse as velas tomadas ao navio inglês *Concordia*. No que toca ao inimigo, possuía êle no cabo de Santo Agostinho dezesseis ou dezoto veleiros; na Bahia, cinco ou seis galeões reais, oito navios inglêses, um navio da carreira da Índia, de nome *Santa Catarina*, e oito ou nove navios menores, sem falar em cêrca de trinta veleiros, na sua maioria caravelas, pertencentes à frota do açúcar, no Rio de Janeiro²⁰.

Igualmente pessimistas se mostraram os Conselheiros, ao escrever para a pátria cêrca de seis semanas depois. Assustaram-se êles com a volta dos navios de guerra de

(29) Manuscrito de Witte de With, "Journael", 23 de abril de 1649 (JHMS). Sòbre a utilização do veleiro *Concordia*, veja-se "Dagel Notulen", de 26 de fevereiro de 1649, em Hoboken, *Witte de With*, cap. VIII.

Witte de With, “os quais deviam estar necessitando de tudo, e uma vez que aqui não há como supri-los, teriam de permanecer no pôrto, sem prestar o mínimo serviço”. Acusavam os Heeren XIX de desleixo na remessa do dinheiro e dos suprimentos tantas vèzes solicitados, chamando a atenção para a desmoralização e o descontentamento que isso acarretava em todos os empregados da Companhia. Melhor coisa não poderiam esperar do que serem dispensados dos encargos que pesavam sôbre os seus ombros e terem a permissão para voltar à pátria³⁰. Beaumont renunciara ao seu pôsto no Conselho assim que chegou à Holanda, não se encontrando ninguém que quisesse substituí-lo. Os seus três desditosos colegas de Recife solicitavam a demissão tôdas as vèzes que escreviam para a pátria; mas, como não se encontrasse ninguém para ocupar os seus lugares, foram forçados a ficar onde estavam. Todos quantos tiveram a possibilidade de fazê-lo, deixaram a colônia em qualquer navio que se lhes oferecesse; mais de 250 pessoas seguiram em fins de agôsto de 1649, a bordo do *Coning David*. Entre êstes felizardos achavam-se o cronista Johan Nieuhof e o veterano coronel Van den Brande; mas o Grande Conselho acautelou-se contra a chusma de solicitações dos militares, dando ordem aos oficiais de campo para indeferirem automaticamente todos os pedidos. Com uma estreiteza típica de vistas, os Heeren XIX tinham também dado ordens para que a ninguém que devesse algum dinheiro à Companhia se desse permissão para voltar, antes de liquidar essas dívidas. Isso só serviu para aumentar o número de bôcas inúteis que o estafado Grande Conselho tinha de alimentar em Recife.

Em julho de 1649, em resposta às repetidas e instantes representações de Witte de With, concordou o Grande

(30) Carta do Grande Conselho datada de 7 de junho de 1649 (JHMS).

Conselho, com relutância, em permitir que aquêlê almirante retornasse à pátria, com três de seus melhores navios (*Brederode*, *Guelderland* e *Coning David*), deixando os outros seis em Recife; mas o Conselho dava-se conta de que com a partida dêle a sorte do Brasil ficaria como suspensão "por um fio de sêda". Seja como fôr, no princípio de agôsto, chegou ao conhecimento dos conselheiros, por intermédio de prisioneiros e de desertores, que Francisco Barreto havia escrito para a Bahia, pedindo que se mandassem os galeões da Armada Real para socorrer os navios inglêses bloqueados na angra do cabo de Santo Agostinho e quiçá atacar Recife, juntamente com êstes últimos. Alarmados com essa notícia, voltaram êles atrás em sua decisão anterior, resolvendo fazer seguir o *Coning David* só no fim do mês, e segurar por mais algum tempo o almirante, com os outros dois navios. Witte de With protestou com veemência contra essa mudança de attitude, argumentando (com muito acêrto) que os galeões da Bahia estavam em condições ainda piores do que os seus navios, e que êles "evitariam expor-se ao fogo por tanto tempo quanto fôsse possível". Seus protestos foram rejeitados pelo Conselho, cuja attitude se tornou ainda mais rígida quando se recebeu uma carta dos Heeren XIX comunicando que estava sendo preparada uma nova frota de doze navios, para ir em socorro da esquadra do almirante, e que, enquanto êsses novos vasos não chegassem, de modo algum permitiriam que os seus navios voltassem para a pátria.

Como se disse antes, o almirante Witte de With não se considerava empregado da Companhia das Índias Ocidentais, mas sim, no que respeita à segurança de seus navios, diretamente responsável perante os Estados Gerais e o príncipe de Orange. Por fim, percebendo que tôda a sua argumentação era inútil para convencer os conselheiros de Recife, resolveu a despeito da opposição dêstes

voltar para a Europa, com o *Brederode* e o *Guelderland*. Se êsses navios permanecessem por mais tempo no Brasil, escreveu êle, “iam servir apenas como lenha para o forno dos padeiros”. Depois de abastecê-los à custa dos navios que faziam o bloqueio do cabo de Santo Agostinho, partiu êle de Recife a 8 de novembro, para chegar à Holanda, com o *Brederode*, nos fins de abril de 1650, depois de várias semanas de tormenta no mar da Irlanda e no Canal de São Jorge. O exemplo dado pela nau capitânia foi prontamente seguido pelos seus companheiros de destino. Em verdade, havia ela sido precedida já por alguns dêstes, tais como, sem falar no rebelado *Dolphijn*, o *Overijssel* e o *São Bartolomeu*, navio apresado, os quais se haviam feito ao mar rumo à pátria, sem esperar ordens nem do almirante, nem do Grande Conselho de Recife. Depois da partida do almirante, em novembro e dezembro de 1649, a tripulação dos cinco restantes navios do Estado (*Witte Eenhoorn*, *Haerlem*, *Eendracht*, *Zutphen* e *Wapen van Nassau*) amotinou-se, forçando os respectivos capitães a velejar para a Holanda³¹. No curto espaço de dois meses havia assim mudado completamente tôda a situação estratégica no Atlântico sul. Ficavam os portugueses senhores do mar, sem dar um só tiro de canhão, ou movimentado para isso conseguir um só navio sequer.

É fácil de imaginar a consternação em que ficou o Grande Conselho, nisso acompanhado por tôdas as classes e camadas da população de Recife. Até o próprio Von Schoppe, que sempre vivera em boas relações com o seu colega naval, aliou-se aos conselheiros civis, pedindo que se applicasse castigo exemplar ao almirante evadido e aos seus capitães, assim que chegassem à pátria. De outro modo, qualquer um na colônia haveria de seguir o exemplo dêles, na primeira oportunidade que se apresentasse.

(31) Para maiores minúcias veja-se Hoboken, *Witte de With*, capítulos X e XI, bem como as fontes ali citadas.

Depois da ida dos navios de guerra, ficou o Conselho só com um, fora alguns iates imprestáveis; de modo que, embora alguns piratas da Zelândia estivessem em operações na costa, êle não alimentava qualquer esperança de resistir a um ataque dos portuguezes, feito por mar. Considerava o Conselho que havia o perigo de serem atacados não só pelos galeões reais da Bahia e pelos poderosos vasos inglêses do cabo de Santo Agostinho, como também pela primeira armada da Companhia do Brasil, cuja vinda era esperada. Havia o Conselho sido prevenido desta possibilidade por um despacho dos Heeren XIX, datado de 17 de julho de 1649, e também por cartas que se tinham interceptado. Agradecendo o aviso enviado pela Companhia, retrucaram os conselheiros dizendo que o que esperavam não eram sedições novidades, mas navios de guerra novos, que os habilitassem a suplantar a superioridade do poderio naval dos portuguezes, "visto como não faltam aqui ao inimigo homens, navios e coragem suficientes para lançarem uma ofensiva contra nós". Queixavam-se finalmente de que Witte de With estava muito melhor provido do que disse quando partiu, pois alguns marinheiros seus tinham vendido em terra o excesso das rações³².

A primeira armada da Companhia do Brasil deixou o Tejo, rumo à Bahia, em 4 de novembro de 1649. Compreendia ela sessenta e seis navios mercantes, comboiados por dezoito galeões e vasos de guerra. Dez, pelo menos, dêstes oitenta e quatro navios eram inglêses, possuidores de carta, sem contar outros comprados pela Companhia ou pelos comerciantes particulares que faziam parte do comboio. O general, ou comandante-chefe, era o conde de Castelo-Melhor, que hasteou sua bandeira no galeão *São Paulo*, acabado de construir no Pôrto. O

(32) Cartos do Grande Conselho datadas de 17 de julho, 2, 11 e 29 de novembro, e 13 de dezembro de 1649 (JHMS).

almirante, imediato no comando, era Pedro Jaques de Magalhães, que ia no *São Pedro*, outro galeão recentemente construído na referida cidade. Chegando à Bahia, assumiu o conde de Castelo-Melhor o governo da colônia, a cargo até então do conde de Vila-Pouca, que devia voltar para Lisboa no ano seguinte com a Armada Real e o comboio da frota da Companhia do Brasil³³. Era o conde de Vila-Pouca, sem nenhuma dúvida, bastante desleixado em matéria de disciplina, visto como ao governo pátrio chegaram inúmeras queixas contra os desregramentos praticados pelos seus soldados e marinheiros na Bahia, inclusive ultrajes por êles infligidos aos moradores. Como havia acontecido na Bahia em 1639, durante a longa permanência da armada do Conde da Torre, os cidadãos exasperados bradavam que prefeririam suportar uma nova ocupação holandesa a sofrer excessos da soldadesca portuguesa, brutal e licenciosa³⁴.

A viagem de Castelo-Melhor foi das mais longas e difíceis, gastando o vagaroso comboio duas vezes mais tempo do que o normalmente necessário para alcançar o Recife, isso em consequência dos ventos e correntes contrárias com que teve de lutar depois de deixar a ilha da Madeira, único porto oficial da escala. Devido a essas circunstâncias fortuitas, forçoso foi fazer uma arribada imprevista bem ao norte de Recife, a 19 de fevereiro de

(33) Minúcias sobre a armada de Castelo-Melhor e as ordens transmitidas aos seus capitães poderão ser encontradas nos documentos transcritos no BNRJ, Cod. 1-4-1-62, e publicados pelo *IV Congresso da História Nacional*, pp. 317-22 e 354-59. Por infelicidade, as próprias ordens dadas pela Coroa em 14 de outubro de 1649 ao Conde de Castelo-Melhor ("Regimento que trouxe o Conde de Castel-Melhor sobre a Armada da Companhia Geral de que veyo por General"), contidas no mesmo codex, foram inadvertidamente omitidas nessa publicação.

(34) AHU, "Consultas Mistas", Cod. 14, fol. 282v. Cf. também os relatórios do conde de Castelo-Melhor relativos aos anos de 1650 a 1652, que se acham incorporados a muitas outras consultas desse códice, e bem assim a sua correspondência durante aqueles anos, em "Bahia, Papéis Avulsos", *passim*.

1650. Em seu *Journal*, descreve Haecxs como três grandes navios inglêses pertencentes ao comboio, "armado cada um, como ficou dito, com quarenta bôcas-de-fogo, e tendo a bandeira vermelha da Inglaterra à pôpa e uma flâmula à proa", fizeram "uma grande bravata" contra os seis navios holandeses que estavam no pôrto de Recife. O combate travado então entre inglêses e holandeses pareceu bastante rijo aos expectadores ansiosos da praia, mas não sabemos que tenha havido mortes em qualquer dos dois lados. A esquadilha holandesa, comandada por Goevertsz. Cop³⁵, não só deixou de impedir que um contingente da armada entrasse na angra do cabo de Santo Agostinho e libertasse assim o navio inglês e outros que ali se encontravam, como foi ainda incapaz de apresar uma fragata portuguêsa, a *Santa Luzia*, que se havia desgarrado da armada, e resistido a todos os ataques que teve de experimentar em dois dias sucessivos. Os navios holandeses puseram-se na perseguição do restante do comboio durante tôda a semana que êle gastou para alcançar a Bahia, mas a vigilância dos portuguêses mostrou-se tão boa que apenas conseguiram capturar um navio desgarrado. O restante da armada de Castelo-Melhor alcançou a Bahia em 7 de março de 1650.

No mesmo mês em que a armada da Companhia do Brasil fêz a sua indesejável aparição ao largo de Recife, escrevia o Grande Conselho aos Estados Gerais e ao príncipe de Orange uma nova série de despachos pessimistas, na esperança decerto de que aquêles augustos podêres

(35) Cop só assumiu o comando dos navios de guerra da Companhia das Índias Ocidentais, como força independente dos Estados Gerais e dos piratas zelandeses, depois da partida de Banckert para a Zelândia (carta do Grande Conselho datada de 28 de agosto de 1647, publicada em JHMS). Para o que diz respeito às minúcias das ações levadas a efeito entre 19 e 23 de fevereiro de 1650, cf. a carta do Grande Conselho datada de 26 de fevereiro de 1650 (JHMS); *Dagboek van Hendrik Haecxs*, pp. 284-6; *Relaçam dos successos da armada que a Companhia Geral do Brazil expedia o anno passado de 1649* (Lisboa, 1650); *HAHR*, XXIX, pp. 492-3.

fizessem mais por êle do que os seus próprios diretores. O quadro que se pintava das condições locais exprimia, como agora é costume, só tristeza e desalento. A guarnição era constituída de cêrca de 3 000 homens maltrapilhos e esfomeados, dos quais só menos de 1 200 se achavam preparados para o desempenho dos deveres em tal emergência. A maioria dos soldados estava literalmente em farrapos, “alguns dêles não têm com que cobrir as partes pudendas, . . . arrastando-se pelas ruas da cidade como mendigos, e comendo as sobras encontradas nas sarjetas”. Tanto os soldados como os civis voltariam imediatamente para a Europa, bastando que houvesse para isso suficientes navios e provisões. Os soldados sem pagamento chegaram a entrar à fôrça nos dormitórios dos conselheiros, reclamando os atrasados. Não é de surpreender que êsses heróis houvessem escrito “estamos todos aqui forçados a um tormento contínuo”.

Afora essa desmoralizada guarnição, havia cêrca de 4 000 civis brancos, aí incluídas pessoas dos dois sexos e de tôdas as idades, e uma comunidade judaica aproveitável de 600 almas. Havia também ainda cêrca de 3 ou 4 000 ameríndios e negros. Essas 10 000 pessoas estavam vivendo às custas das magras rações dos armazéns da Companhia, os quais ficariam completamente esgotados dentro de sete semanas. Se durante êsse período não chegasse da Holanda algum socorro, não haveria outra alternativa a não ser a rendição incondicional “às mãos do inimigo sanguissedento”. Se tal acontecesse, todos provàvelmente seriam massacrados, a despeito das promessas de lhes dar quartel, tal como fizeram com muitos dos prisioneiros holandeses durante a caminhada para a Bahia. Com a “deserção” de Witte de With e a chegada da armada da Companhia do Brasil, “estamos todos agora, como carneiros no matadouro, indefesos diante dos nossos inimigos sedentos de sangue”. Por outro lado,

depois das duas vitórias dos Guararapes, o inimigo tornou-se muito "forte, destemido, arrogante e corajoso", na certeza de que poderia continuar indefinidamente o cerco de Recife, ainda que devesse bastar-se com os recursos do lugar e não recebesse qualquer ajuda de Portugal. Mais ainda, "tal é a sua constituição, que para êle é possível adiantar-se aos pequenos magotes, por terra ou por mar, exatamente ao contrário do que acontece com os de nossa nação"³⁶.

Mesmo admitindo que haja exagêro propositado nessas informações, é claro que a situação de Recife era agora muito mais crítica do que em fevereiro de 1650; mas as ordens dadas a Castelo-Melhor, tais como as do conde de Vila-Pouca, forçavam-no a manter-se estritamente na defensiva em face dos holandeses. Como sempre, estava D. João IV muito preocupado em evitar a extensão dessa guerra não oficial, e exclusivamente americana, que sustentava contra as Províncias Unidas. Abstraindo de qualquer outra coisa, temia êle que a extensão do conflito pudesse acarretar a perda de suas mal defendidas possessões na Ásia, as quais estavam à mercê da grande superioridade do poderio marítimo da Companhia das Índias Orientais. Acresce ainda a circunstância, ignorada, é bem verdade, dos moradores de Pernambuco, de que depois mesmo das duas vitórias dos Guararapes e da retirada de Witte de With, tanto o rei D. João IV, como alguns de seus principais conselheiros, estavam dispostos a autorizar a entrega de Pernambuco aos holandeses. Em tal emergência, esperavam êles induzir João Fernandes Vieira e seus seguidores a emigrar para Angola³⁷. Por

(36) Cartas do Grande Conselho datadas de 15 e 26 de fevereiro de 1650 (JHMS). A cifra referente à comunidade judaica foi tomada de A. Wiznitzer, "The Number of Jews in Dutch Brazil, 1630-1654", reimpresão dos *Jewish Social Studies*, XVI (1954), pp. 107-14.

(37) Parecer do conde de Odemira, datado de 11 de novembro de 1650 e pertencente aos arquivos de Cadaval (gentilmente confiados por D. Virgínia Rau).

isso, a armada da Companhia do Brasil não fêz nenhuma tentativa para atacar por mar a vacilante praça forte holandesa, dando tempo para que a crise iminente fôsse conjurada pela chegada, em abril e maio, do coronel Haulthain, trazendo da Holanda bom número de navios de guerra. Tal como acontecera com as frotas de Von Schoppe e Witte de With, tiveram os navios de Haulthain de arrostar com o mau tempo durante a viagem. Embora êsses navios houvessem recebido ao sair da Holanda provisões para dezesseis meses, como a maioria dêles gastou cêrca de cinco meses para fazer a viagem, ao chegar só traziam a bordo provisões insuficientes para um ano³⁸.

A versão, propalada pelo Grande Conselho, de que os sitiantes estavam certos de tomar Recife, mesmo que não lhes chegasse novos reforços de Portugal, era um grande engano, ou exagêro deliberado. O fato é que a situação na Bahia era pouco melhor do que a de Recife, visto como os sitiantes da capital holandesa não se achavam menos maltrapilhos e famintos do que os que a defendiam, embora menos desanimados. O sistema de comboios adotado pela Companhia do Brasil impediu, sem dúvida, que os holandeses fizessem tantas prêsas como anteriormente³⁹; mas a chegada à Bahia de mais de oitenta veleiros trouxe como resultado uma grande fome no dito pôrto, que já não tinha como abastecer satisfatoriamente a Armada Real, ainda ancorada na baía. Uma sêca de dois anos veio tornar ainda mais crítica a situação (muito embora os efeitos da sêca fôssem igualmente sentidos pelo Brasil neerlandês), ao mesmo tempo

(38) *Graef Willem, Princes Amelia, 't Huys Nassau, Westfriesland, Nimegen, Breda, Tetholen, Hollantsen Tuyn, Wajen van Hoorn, Vergulden Dolsijn*, de acôrdo com as cartas do Alto Conselho datadas de 1.º de abril, 9 de maio e 8 de junho de 1650 (JHMS).

(39) "alsoo den vijant miet als in vlooten sijne schepen af ende toebrengt, on welke tegens te gaen geen gecombineerd suffisant scheeps-macht connen uijtbrengen" (carta do Grande Conselho datada de 1.º de abril de 1650, em JHMS).

que o monopólio das importações de farinha de trigo, azeite de oliva, vinho e bacalhau, exercido pela Companhia do Brasil, era motivo de enorme descontentamento. Como o marquês de Niza escrevera de Paris a D. João IV quando se discutia ainda sobre a fundação da Companhia, "o monopólio dos artigos de primeira necessidade provou sempre ser altamente prejudicial aos monarcas que o autorizaram, visto como por maior que fôsse o benefício disso auferido pelo tesouro real, os danos infligidos ao povo sobrepujavam de muito aquela limitada vantagem". Não tardou que os portugueses moradores no Brasil inundassem a coroa com as suas queixas de que a Companhia importava quantidades absolutamente insuficientes dos quatro principais artigos de que necessitavam, carregando ao mesmo tempo no preço dos que faziam vir. O conde de Castelo-Melhor achava estas queixas perfeitamente justificadas, ressaltando claramente de sua correspondência que nem o governador-geral, nem o Conselho Ultramarino aprovavam o procedimento da Companhia do Brasil⁴⁰.

Além disso, os sitiante de Recife, corajosos e decididos como sem dúvida eram, lutavam também desesperadamente com a escassez de munições, roupas e alimentos, bombardeando a Bahia e Lisboa com pedidos insistentes de auxílio imediato. Logo depois de chegarem as notícias da primeira vitória dos Guararapes, lembrava o Conselho Ultramarino a D. João IV que os holandeses haviam pouco tempo atrás aprisionado trinta caravelas, muitas delas carregadas de munições e suprimentos, de que se apossaram os vencedores. O Conselho insistia sobre a

(40) Com respeito à situação na Bahia e às queixas contra a ineficiência e cupidez da Companhia do Brasil, cf. AHU, "Consultas Mistras", Cod. 14, fols. 229v, 240, 242-5, 265v, 266v, 262-4, 293v, 301v, 309-11. 351v, 353; G. de Freitas, *A Companhia Geral do Comércio do Brasil*, pp. 38-39, 73-79. A consulta de Niza datada de 26 de novembro de 1648 foi publicada no *IV Congresso da História Nacional*, V, pp. 310-15.

necessidade urgente de enviar provisões frescas, “se possível, em navios ingleses”. Dois meses mais tarde o Conselho Ultramarino entrevistou uma testemunha ocular da batalha, sabendo por ela que embora a vitória houvesse sido maior do que se supôs a princípio, e fôsse alto o moral dos soldados, “achavam-se êles tão carentes de vestimenta e mal providos de tudo quanto é necessário, que viviam como que por milagre, pois em sua maioria não dispunham de roupas para se cobrirem, e quando se lhes distribuía uma ração para três dias, ela era constituída de um pouco de mingau de farinha e uma meia libra de bacalhau, caso êste existisse, o que era raro”.

Tão desesperados ficaram êses homens após a segunda batalha dos Guararapes que chegaram ao ponto de se amotinarem, dizendo-se que o seu comandante-chefe se havia apoderado do dinheiro e das roupas que lhes foram remetidas pelos navios recém-chegados da Europa. Francisco Barreto (que a princípio acusara João Fernandes por êstes distúrbios, mas depois retirou as suas alegações) sufocou o motim, fazendo enforçar imediatamente os seus sete cabeças; ainda assim, não chegou a negar que os seus homens estavam lamentavelmente desprovidos de tudo quanto lhes era necessário⁴¹.

Intercalado de crises periódicas, tanto no Recife como na Bahia, durou êsse empate da segunda batalha dos Guararapes à capitulação de Tabora, cinco anos depois. Durante quase todo êste periodo nenhum dos dois lados se julgou no Brasil com fôrças suficientes para vibrar no adversário o último golpe, tanto um como outro apelando sem cessar para os respectivos governos, na esperança de que lhes fôsem enviados reforços suficientes para aplicar o *coup de grâce* ao lado oposto. Os conse-

(41) AHU, “Consultas Mistas”, Cod. 14, fols. 122, 132v, 177, 203 e 204. Despacho de Francisco Barreto datado de 28 de fevereiro de 1649, em Varnhagen, *História Geral*, III, p. 139.

lheiros de Recife descreviam a situação como ela se lhes apresentava e a seguir se lerá. Só havia dois caminhos para pôr novamente de pé o Brasil holandês: ou lançar uma ofensiva vigorosa contra o inimigo, ou firmar com êle uma paz duradoura. Como a última alternativa era impraticável, uma vez que nunca se poderia confiar nas promessas dos portugueses, restava apenas a primeira. Para esta havia muitas probabilidades de êxito, "mormente se fôsse completada com a recusa de dar quartel, quer em terra, quer no mar, o que sem dúvida chamaria os portugueses à razão"⁴².

Não era esta a primeira vez, nem foi a última, que se pedia a volta à *lex talionis*, que havia vigorado em 1640. A seguir, propuseram os conselheiros que se applicasse o mesmo tratamento à marinagem dos navios inglêses e de outras nacionalidades, utilizados pelos portugueses no comércio do Brasil. Tanto os diretores como os Estados Gerais se mostraram relutantes em autorizar oficialmente um procedimento tão drástico; mas manifestaram claramente que não faziam nenhuma objeção a que os conselheiros de Recife baixassem tais ordens, sob sua exclusiva responsabilidade. Contudo, queriam os últimos receber de seus superiores legais uma ordem formal neste sentido, do que resultou nunca a proposta ter sido posta em execução⁴³, embora tivesse sido sèriamente discutida. Parece que os portugueses não cogitaram de negar quartel ao adversário, muito embora os holandeses estivessem piamente convencidos do contrário; mas Diogo Lopes de Santiago, cronista da época, não duvida de que seria muito difícil aos oficiais superiores impedir que os negros das levas de Henrique Dias matassem todos os

(42) Carta do Grande Conselho datada de 20 de novembro de 1651 (JHMS).

(43) Cartas dos diretores datadas de 8 de fevereiro e 20 de julho de 1648, e 8 de maio de 1653; cartas do Grande Conselho, de 21 de novembro de 1650, e 20 de novembro e 5 de dezembro de 1651 (JHMS).

prisioneiros e os mutilassem depois de mortos⁴⁴ — sendo possível que nem sempre tivesse havido muito empenho da parte daqueles para consegui-lo.

Em 1650, embora os sitiante de Recife houvessem conquistado uma inegável ascendência sôbre o adversário nos campos de batalha, isso não significa que a situação dos holandeses no Brasil fôsse completamente desesperadora. As coisas na América podiam ainda experimentar uma dramática reviravolta, como aconseqüência do que se passava na Europa, onde a posição de Portugal era mais crítica do que nunca. Por causa da hospitalidade concedida por D. João IV aos príncipes realistas Rupert e Maurice, então fugitivos, viu-se Portugal envolvido em hostilidades com a Commonwealth britânica, ainda depois de 1650. Essa desditosa guerra só terminou depois da abjeta submissão do rei D. João IV às duras condições impostas por Cromwell e pelo Parlamento, as quais foram de uma severidade sem exemplo⁴⁵. O almirante Blake, durante o bloqueio do Tejo entre maio e outubro de 1650, infligiu grandes prejuízos à navegação para o Brasil. Começou Blake por impedir a saída dos navios da Companhia do Brasil, com carregamentos, e deter nove navios ingleses que viajavam com carta, e constituíam a parte principal (senão o total) do comboio. Em setembro, interceptou êle a frota carregada de açúcar procedente do Rio de Janeiro, a qual, contrariando as ordens dadas originalmente a Castelo-Melhor, em sua viagem de volta não havia tocado na Bahia, para ser comboiada. Blake destruiu um navio dessa esquadra e capturou sete, ao passo que o seu colega Popham e mais alguns piratas da Zelândia que cruzavam ao largo do Tejo, aprisionaram mais três, de modo que sômente nove dos navios portu-

(44) Lopes de Santiago, *História da guerra de Pernambuco* (edição de 1943), p. 651.

(45) Prestage, *Diplomatic Relations*, pp. 111 a 127.

guêses alcançaram sãos e salvos Setúbal e Lisboa. Para felicidade dos portugueses, as armadas do conde Vila-Pouca e da Companhia do Brasil, que haviam largado da Bahia em julho de 1650, cheias de carga, viram-se forçadas duas semanas depois a ficar atrás, em consequência dos ventos e marés contrárias, escapando assim de serem interceptadas por Blake. Quando, em setembro, recommençaram a viagem, não tardou que uma violenta tempestade as colhesse na altura dos Açores, acarretando o naufrágio de quatro dos galeões reais, com grande perda de vidas. O resto das duas esquadras combinadas alcançou Lisboa em janeiro de 1651 sem mais acidentes, ficando o mar durante algum tempo livre dos ingleses. A chegada destas frotas provavelmente terá salvado Portugal de completo colapso, pois setenta navios, mais ou menos, que entraram no pôrto, estavam repletos de carga⁴⁶.

Em 1650, a ruptura das relações com a Inglaterra forçou a Companhia do Brasil a abandonar temporariamente sua preferência em conceder carta a navios ingleses, e a fretar em lugar dêles vasos genoveses, franceses e mesmo holandeses. Acresce que, na segunda metade de 1650, a chegada da frota de Haulthain, de par com a atitude estritamente defensiva mantida pelos portugueses na Bahia, fêz com que o domínio do oceano passasse mais uma vez para os holandeses. Tanto os vasos de guerra de Haulthain, como os piratas que operavam nas costas do Brasil, fizeram muitas prêsas, incluindo-se no número destas um grande navio francês chamado *Villeroy*⁴⁷, que navegava com carta. Mas o grosso das frotas da Companhia do Brasil conseguira iludi-los, pelo que os des-

(46) C. R. Boxer, "Blake and the Brazil Fleets in 1650", *Mariner's Mirror*, XXXVI, pp. 212-28.

(47) Cartas do Grande Conselho datadas de 21 de novembro de 1650 e 21 de março de 1651 (JHMS); carta de Castelo-Melhor à Câmara do Rio de Janeiro, datada de 25 de novembro de 1651, em *Documentos Históricos, 1648-1711*, XXXIII, p. 261.

pojos foram muito poucos em comparação com os anos gordos de 1647 e 1648.

A despeito das perdas navais infligidas nos anos de 1650 e 1651, quer pelos navios de guerra ingleses e holandeses, quer pelos piratas, a Companhia do Brasil conseguiu meios para equipar uma nova esquadra de sessenta veleiros, que surgiu diante de Recife em 25 de fevereiro de 1652. Os oito vasos de guerra de Haulthain formaram o núcleo de uma frota respeitável de doze navios que então foram despachados para espreitar a armada portuguesa, com o fim de pilhar algum navio que se desgarrasse, ou forçar uma parte dela a entrar em ação, caso surgisse uma oportunidade favorável. Entre 26 de fevereiro e 3 de março, deu-se um encontro, ou antes uma série de batalhas, entre os navios de Haulthain e os da armada portuguesa. Um dos maiores galeões portugueses pegou acidentalmente fogo, afundando em consequência da explosão dos paióis de pólvora, "não se podendo aproveitar d'êle nem uma lasca de madeira". De acôrdo com o relatado por alguns, a armada portuguesa se manteve em formação tão cerrada que não foi possível aos atacantes infligir-lhe mais algum dano. Dizem outros que os portugueses ficaram muito perturbados com a explosão do grande galeão, mas que neste momento crítico Haulthain se retirara do campo da luta por haver a nau capitânia recebido um tiro na linha d'água. Os conselheiros ficaram convencidos de que Haulthain deixara escapar duas oportunidades, pelo menos, de lançar-se vitoriosamente ao ataque, muito embora os seus homens estivessem de ânimo forte e nada mais desejassem senão abordar o inimigo⁴⁸.

(48) "Kort Verhael van't geene gepaseert is omtrent de Portuguese Vloote geduerende alhier op de kuste tusschen de Recife ende Cabo St. Augustijn sich heeft onthouden desen 25 Feb. 1652", "Verklaringen van de naervolgende Capiteinen van Oorloge", Recife, 11 de março de 1652, ambos em JHMS; *Dagboek van Hendrik Haecxs*, pp. 287-90 e 308-10.

Por êsse tempo, os navios de guerra do Estado trazidos por Haulthain dois anos antes achavam-se em tão más condições como as em que tinham estado os de Witte de With quando se foram embora. Embora, quando voltaram à Holanda, tivessem sido submetidos a processo êste almirante e os seus capitães, e houvesse o promotor público solicitado para êles a pena de morte, a morosidade dos trâmites legais fêz com que virtualmente se acabasse por conceder a absolvição à maioria dêles. Encorajados talvez por êsse desfecho tanto Haulthain como o seu pessoal insistiam agora em voltar para a pátria, de modo que as restantes belonaves do Estado seguiram para a Holanda em março e abril de 1652, sem permissão do Conselho e sem esperar os prometidos socorros da Europa. Haulthain não quis acompanhá-los. Fôsse por lealdade à Companhia, fôsse por se achar desiludido com a sua experiência na marinha, resolveu reverter à sua anterior categoria como militar, feito comandante da fortaleza da Paraíba. Esta segunda deserção em massa dos navios de guerra do govêrno foi, entre tôdas, a que motivou maiores apreensões ao Conselho, tanto mais quanto se soube, pelos prisioneiros espanhóis escapados e por outros desertores, que a situação na Bahia se tinha novamente tornado extremamente crítica, e que a praça não se achava em condições de suportar um ataque lançado com decisão⁴⁹.

Com a partida não autorizada dos navios de Haulthain, o domínio do mar passou pela segunda vez para os portuguezes, sem que êstes houvessem lançado mão de quaisquer medidas ofensivas para conseguí-lo; mas ainda desta vez não souberam fazer uso dessa oportunidade. O Conselho naturalmente percebeu que não era possível

(49) Cartas do Conselho datadas de 28 de março e 3 de abril de 1652; Declaração de Don Pedro de Vivera e Alexandre de Hinjosa, contida nas cartas do Conselho datadas de 10 e 13 de abril de 1652 (JHMS).

contar indefinidamente com a passividade de Portugal, e censurava os Estados Gerais por se descuidarem de mandar alguns navios, no momento em que “era esperada de Portugal uma poderosa esquadra inimiga, composta de um número maior de navios do que o total dos que a Companhia possuía então”⁵⁰. Em agosto e setembro de 1652, estando mais uma vez no fim os mantimentos e provisões, escreveram os conselheiros, em tom de desespero, que, se Recife fosse atacado por mar (como se esperava) pela frota da Companhia do Brasil comandada por Salvador Correia de Sá, outra alternativa não teriam senão a rendição incondicional. Por felicidade, não recebera Salvador qualquer ordem neste sentido, de modo que a sua armada, composta de mais de sessenta navios, passou pelo Recife em agosto, sem se aproximar do porto⁵¹. A crise em questão, que lembrava a dos dias críticos de junho de 1646, foi pouco depois acudida pela oportuna chegada de seis navios da Holanda, bem como pelas chuvas extemporâneas, mas nem por isso menos bem-vindas, que em dezembro vieram pôr fim a dois anos de seca e favorecer as plantações de mandioca.

Recobrando ânimo, voltaram os conselheiros de Recife a escrever aos seus superiores, instando para que não entregassem a colônia ao rei “idólatra” de Portugal. Batendo numa tecla de calvinismo extremado, afirmavam os referidos conselheiros que “todo mundo sabe que em toda Cristandade foi o reino de Portugal o mais ardoroso insuflador da idolatria, e que, com todos os poderes da Inquisição, fogueiras, etc., está contra a verdade e a claridade da santa palavra de Deus”. Acrescentavam que nenhum compromisso de paz era possível com “portuguêses

(50) Do Grande Conselho aos Estados Gerais, em 18 de maio de 1652 (JHMS).

(51) Do Grande Conselho aos Estados Gerais, em 12 de agosto e 5 de setembro de 1652; Aitzema, *Saken van staet en oorlogh*, III, pp. 872-3; C. R. Boxer, *Salvador de Sá*, pp. 288-9.

rebeldes", que de seu lado estavam firmemente decididos a combater até a vitória final. Alguns prisioneiros portugueses haviam contado que, numa das últimas reuniões das Côrtes (ou Três Estados) de Lisboa, muitos deputados se mostraram inclinados a aceitar um tratado de paz com as Províncias Unidas, mediante a entrega de Pernambuco aos holandeses. Essa sugestão só não teria sido apoiada pelo conde de Penaguião, que, acompanhado pelo clero, apresentara contra ela muitas objeções de pêso, graças às quais ficou resolvido que jamais se permitiria que a heresia firmasse os pés no Brasil; "mostrando-se assim", concluíram com relutância os conselheiros, "mais zelosos pela honra de seus ídolos, do que seríamos em assuntos referentes ao nosso Deus e à nossa religião"⁵². Nessa ocasião, bradaram os conselheiros que no caso de se recuperar, no todo ou em parte, o Brasil neerlandês, fôsse por meio de um tratado, fôsse pelas armas, em hipótese nenhuma se deveria conceder, como no tempo de João Maurício, liberdade de religião aos portugueses locais. O mais que se lhes poderia permitir, acrescentavam êles, era a liberdade de consciência, e nas mesmas condições em que era ela permitida nas Províncias Unidas. Mesmo essa limitada concessão encaravam-na com desconfiança, pois teriam preferido banir por completo o Cristianismo romano.

Os conselheiros chegaram a ponto de ameaçar a República das Províncias Neerlandesas Unidas de, no caso de não poderem, ou não estarem dispostos a ir em seu auxílio, recorrer a alguma "potência vizinha" que dissesse fôsse capaz e o quisesse. Qualquer coisa seria melhor do

(52) Do Grande Conselho aos Heeren XIX, em 20 de dezembro de 1652. Daí se infere que as Côrtes foram as convocadas em maio, depois da morte do príncipe Teodósio; mas o conde de Penaguião seguiu para a Inglaterra, como embaixador extraordinário, em julho. Terá havido engano de nome, ou a anedota se solucionará com a anterior reunião das Côrtes, em 1646.

que sujeição à “bárbara e cruel nação portuguesa, sob o domínio da qual não podemos viver (e tampouco qualquer outra nação do mundo), visto a sua antipatia natural por qualquer nação cujo modo de vida, no que respeita à família, ao governo da casa ou aos negócios, difira em algum ponto do dela”. Nessa desabrida misiva, que trazia à mente as ameaças feitas a D. João em 1645-6 pelos patriotas pernambucanos, não se fazia menção de nomes; mas é óbvio que o pensamento do Conselho estava voltado para a Inglaterra e para as monarquias escandinavas. Os conselheiros ficaram também muito sobressaltados com as notícias da guerra irrompida entre as Províncias Unidas e a Inglaterra, em consequência do encontro de Tromp com Blacke, ao largo de Dover, em maio de 1652. Tinham êles a esperança de que a paz fôsse assinada o mais depressa possível, pois imaginavam que de outro modo os navios e suprimentos destinados ao Brasil neerlandês seriam desviados para o mar do Norte, como teatro mais importante.

O fato é que a guerra de 1652 a 1654 não trouxe grande dano, como freqüentemente se diz, para as comunicações entre as Províncias Unidas e o Brasil holandês. É verdade que os ingleses apresaram alguns navios que iam para Recife ou de lá voltavam; mas a maioria dêles conseguiu escapar, indo para o norte. A própria crise trazida pela guerra no mar do Norte não impediu que os holandeses enviassem em 1653 a Recife um total de vinte e um navios, cuja comparação pode ser feita com os dezesseis enviados em 1652, quinze em 1651, e vinte e cinco em 1650, muito embora o Conselho se queixasse de que alguns daqueles navios tinham sido mal escolhidos⁵³.

(53) Despachos do Grande Conselho datados de 17 de janeiro, 3 de março, 21 de maio, 13 e 30 de junho, 10 e 21 de novembro de 1653 (JHMS); estatística da navegação, em Wätjen, *Holländische Kolonialreich in Brasilien*, pp. 333-4.

Renovavam também os conselheiros uma velha queixa ao escrever que muitos daqueles navios chegavam sem trazer uma só carta, fôsse dos Estados Gerais, fôsse dos Heeren XIX, provando assim que o que estava acontecendo no Brasil merecia pouca atenção da parte do governo da mãe-pátria. Por outro lado, estavam os conselheiros muito a par da situação do inimigo, graças não só aos informes fornecidos pelos desertores, mas também às referências muito mais seguras, colhidas dos despachos interceptados nos navios portugueses capturados. Por intermédio de um destes é que em junho de 1653 ficaram sabedores não só de que tanto no Rio de Janeiro como na Bahia as coisas não iam muito bem, como também de que os portugueses de Angola eram vítimas das desavenças entre os civis. Supunham os conselheiros que todo o Brasil português poderia ser ainda conquistado, bastando para isso que se assinasse a paz com a Inglaterra; e que, em qualquer hipótese, às Províncias Unidas seria possível retomar o grande entreposto africano de escravos, "quase sem perigo e com muito pouca despesa"⁵⁴.

Estava sua Alta Potência demasiado preocupada com a luta de vida-e-morte com a Inglaterra para pensar em atacar nessa conjuntura quer a Bahia, quer Luanda, e era fora de dúvida que o Brasil holandês tinha os seus dias contados. Em junho de 1651, expirada a trégua luso-holandesa de dez anos, teriam sem dúvida os Estados Gerais podido declarar guerra a Portugal, tal como pleiteavam com insistência os que sustentavam a Companhia das Índias Ocidentais e a maioria dos zeelandeses. Contudo, como ficou dito (página 307), a Amsterdam repugnava pôr em risco o importante comércio de sal com

(54) Do Grande Conselho aos Heeren XIX, em 13 de junho de 1653 (JHMS); AHU, "Consultas Mistas", Cod. 15, fols. 35, 63v, 82, 89; *ibid.*, 1653", contendo a correspondência das autoridades de Luanda e Massangano datada de março a maio de 1653, em que se encontra a confirmação das alegações do Conselho de Recife.

Setúbal, pois muitos dos seus negociantes e proprietários de navios achavam ser indiferente que aquêlê comércio fôsse feito à sombra da bandeira da Holanda ou da de Portugal. Em novembro de 1652 piratas da Zelândia capturaram na altura do rio Formoso um navio de Amsterdam, que estava a serviço da Companhia. Sete meses mais tarde, quatro navios holandeses fretados faziam parte de uma esquadra que partiu do cabo de Santo Agostinho para Lisboa, carregada de açúcar⁵⁵. Esses exemplos típicos da tradicional disposição dos holandeses para negociar com o próprio Demônio, no Inferno, se pudessem evitar que as velas de seus navios ali pegassem fogo, causavam naturalmente grande desgosto aos conselheiros de Recife; mas êles nada podiam fazer contra isso. Mesmo pondo à margem a oposição de Amsterdam, temiam provavelmente os Estados Gerais que, se fôsse declarada guerra a Portugal, os corsários de tôdas as nações não tardariam a enxamear no Mediterrâneo e no Atlântico Norte, saqueando os navios holandeses, acobertados pelo pavilhão e pelas cartas de corso de Portugal⁵⁶.

De seu lado, D. João IV, intensificando embora cada vez mais a ajuda clandestina aos patriotas pernambucanos (geralmente via Bahia), hesitou durante anos em autorizar a armada da Companhia do Brasil a atacar Recife por mar como, depois de 1648, tantas vêzes haviam aconselhado Francisco Barreto e João Fernandes Vieira. Percebia êle claramente que, se desse êsse passo, Recife sem dúvida cairia, mas estava quase certo de que teria de defrontar com o bloqueio rigoroso do Tejo pelos holandeses. Por êste motivo, é de presumir-se, fêz êle ouvidos surdos aos reclamos de seus comandantes no Brasil, que

(55) Cartas do Grande Conselho datadas de 20 de dezembro e 13 de junho de 1653 (JHMS).

(56) E. Prestage, *Diplomatic Relations*, pp. 208 e 210; Knuttel, *Catalogus*, n.º 6473, p. 18. Foi o Dr. van Hoboken quem chamou a minha atenção para esta última fonte.

em mais de uma ocasião instaram para que se aproveitasse a fraqueza dos holandeses no mar, enviando uma esquadra para atacar Recife⁵⁷. Esta sua prudência só podia ter aumentado com a experiência desastrosa de 1650, com a esquadra de Blake. Por isso, na Europa, tanto um como outro lado recorreram à contemporização e às negociações diplomáticas, quase sempre insinceras, enquanto que na América e na Ásia, com o fim da trégua em 1651, prosseguia a guerra no plano meramente colonial.

Em maio de 1652, com a irrupção da guerra anglo-holandesa ficou mais fácil resolver o impasse estratégico no Brasil. Agora, por mais que fôsem provocados na América, não havia mais para os holandeses a possibilidade de bloquear Lisboa, e os portugueses não tardariam a perceber essa oportunidade. A 1.º de julho, sugeriu o Conselho Ultramarino ao rei que era a ocasião de aceitar as repetidas propostas feitas por Francisco Barreto de um ataque combinado contra Recife, dando-se ordem à próxima frota da Companhia do Brasil "para cercar Pernambuco e tentar a sua recuperação, ou, pelo menos, apoderar-se dos navios carregados que estivessem no porto"⁵⁸. A sugestão não pôde ser utilizada no ano em questão, talvez porque D. João IV supusesse ainda possível uma assinatura de paz entre a Inglaterra e as Províncias Unidas⁵⁹. No ano seguinte, parece que êle tinha a impressão de pisar em terreno mais firme. Seja como fôr, em outubro de 1653, os emissários enviados a Lisboa pelos holandeses, a fim de tentar um acôrdo relativo à partilha do Brasil neerlandês, preveniram os seus chefes em Haia

(57) Carta de Antônio Teles da Silva escrita da Bahia em 25 de novembro de 1649; interceptada e decifrada, faz parte do *Archief der Staten-General* n.º 5 777 (cópia gentilmente fornecida por Hoboken); AHU, "Consultas Mistas", Cod. 14, fols. 175, 225, 352v e 355.

(58) AHU, "Consultas Mistas", Cod. 15, fols. 3v, 10.

(59) Embora já em maio se tivessem trocado ao largo de Dover os primeiros tiros entre Blake e Tromp, a guerra só tomou caráter mais sério em outubro de 1652.

de que alguma coisa estava no ar. É crível haverem êles dado conhecimento de que o recém-nomeado nôvo governador-geral da Bahia, Dom Jerônimo de Ataíde, conde de Atouguia, se estava preparando para seguir com a próxima armada da Companhia do Brasil, disposto “a fazer o cêrco de Recife por mar e por terra e a tomar a praça de assalto, numa ação rápida. E, escreviam êles, o melhor meio de se sair bem nessa empreitada, é levar o governador consigo muito dinheiro, com o fito de com êle subornar o governador e os soldados da outra praça, os quais já estavam descontentes, visto não receberem daí nenhum dinheiro”⁶⁰.

Quando, a 20 de dezembro de 1653, os setenta e sete navios da armada da Companhia do Brasil fizeram a sua aparição ao largo de Recife, os defensores da praça não ficaram lá muito assustados. As frotas de carga do Brasil já tinham aparecido em 1650 e 1652, mas em ambas ocasiões contentaram-se em desembarcar no cabo de Santo Agostinho suprimentos para os insurrectos, proseguindo depois sua viagem para a Bahia. No comêço, as manobras pareciam indicar que assim procederiam também agora, e foi somente quando o grosso da esquadra tomou posição para bloquear Recife, deixando que doze ou quinze veleiros seguissem para o sul, que os comandantes holandeses se deram conta de que o inimigo desta vez estava disposto a agir. Segundo a clássica exposição feita por Dom Francisco Manuel de Melo em suas *Epanaphoras*, Pedro Jaques de Magalhães e Francisco de Brito Freire deixaram-se persuadir por Francisco Barreto e seus comparsas de que deviam prestar auxílio direto às fôrças de terra; mas, diante do que em outubro haviam

(60) “A Letter of Intelligence from Holland, dated The Hague, 18-20 november 1653”, em *State Papers of Thurloe*, I p. 594. Os dois emissários enviados a Lisboa foram G. Rudolphi e W. van Hooven. Sobre a sua mal sucedida missão, veja-se Aitzema, *Saken van staet en oorlogh*, III, pp. 873-4 e Prestage, *Diplomatic Relations*, pp. 214-15.

informado os emissários enviados a Lisboa, é muito mais provável que os dois comandantes navais tivessem recebido ordens da coroa para cooperar com os sitiantes. Seja como fôr, tanto o comandante das fôrças de mar como o das de terra perceberam que uma oportunidade como aquela não mais se repetiria, e que, se ela não fôsse aproveitada, os moradores de Pernambuco, extenuados pela guerra, poderiam abandonar a luta, retirando-se desgostosos para o interior⁶¹.

Havia sete navios holandeses no pôrto de Recife, e outros ao longo da costa, inclusive o *Westfriesland*, poderosa unidade da navegação da Índia, que ficara retido na Paraíba, em consequência de um motim surgido a bordo, quando levava carregamento para Batávia. Em junho de 1653, uma esquadra de cêrca de trinta navios carregados de açúcar e procedentes da Bahia foi interceptada por três piratas da Zelândia, que fizeram um saque de 1 600 caixas de açúcar. Se os navios de guerra tivessem sido em maior número, todo o comboio, escreveu o Grande Conselho, teria sido fâcilmente aprisionado, visto como os portugueses não ofereceram praticamente qualquer resistência. A chegada, durante as últimas semanas, de alguns navios com suprimentos da Holanda, deu ao Conselho a oportunidade de reabastecer os seus armazéns, que passaram a contar com provisões suficientes para dez ou doze meses. Havia assim um contraste chocante com as anteriores crises de junho de 1646, fevereiro de 1650 e agôsto de 1652, quando os armazéns se achavam praticamente vazios; mas agora havia cessado a vontade de combater, não se achando a guarnição preparada para oferecer senão fraca resistência. A maioria dos soldados havia

(61) *Breve Relação dos ultimos successos da guerra do Brasil, restituição da cidade Mauricia, Fortalezas do Recife de Pernambuco, e mais praças que os Olandeses occupavão naquelle Estado* (Lisboa, 1654). O esgotamento de fôrças dos moradores de Pernambuco é também admitido nas "Consultas Mistas", Cod. 14, fols. 136, 309-11, 351 v-2, 355-6, 379v, 391.

prestado serviços por duas ou três vêzes mais tempo do que para o qual tinham sido engajados, e tal era o atraso em que estavam os seus pagamentos que já antes da chegada da armada portugueza estavam prestes a amotinar-se. Dos Grandes Conselheiros vindos em 1647 só restavam Schonenburgh, já bastante idoso, e o enfermiço Haecxs, pois o dinâmico Van Goch havia sido em março enviado à Holanda, incumbido de representar aos Estados Gerais e aos Heeren XIX o estado crítico em que se achava a colônia. Assim, a defesa tinha ficado a cargo daqueles dois civis e de Van Schoppe, que aliás era mais temido do que estimado pelos seus soldados. O comportamento dêste triunvirato foi alvo de críticas acerbas da parte de panfletários hostis, segundo cujas alegações Recife poderia muito bem ter resistido se tivesse à testa de seus destinos um govêrno mais decidido; pois, diziam, era bastante elevado o moral dos cidadãos-livres, e se podia contar com o oferecimento de Huybrecht Brest, que pusera à disposição os recursos da agência local dos piratas da Zelândia. Apesar dessas alegações, há sobejas provas de que a guarnição (ou pelo menos a maior parte dela) já se achava tão desanimada antes de se iniciar o cêrco, que qualquer resistência firme e decidida estava fora de discussão⁶².

(62) Os últimos dias do Brasil holandês, e de Recife em particular, acham-se plenamente documentados no inquérito aberto subsequentemente em Haia para apurar o procedimento de Schonenburgh, Haecxs e Von Schoppe. Suas atas, bem como as da côrte marcial que julgou o último, acham-se transcritas em JHMS. As acusações contra o Conselho acham-se contidas em Cort, *Bondigh ende Waerachtigh Verhael van't schandelijck overgeven van Brasil* (Middelburg 1655). Cf. também Aitzema, *Saken van stael en oorlogh*, III, pp. 116-25; *Dagboek van Hendrik Haecxs*, pp. 295-303; *Inventario das armas e petrechos belicos que os Holandeses deixaram em Pernambuco e dos predios edificados ou reparados até 1654* (Recife, 1940); *Documentos Históricos*, XXI, pp. 49-60. Do lado dos portuguezes, mais merecedores de confiança do que a retórica *Epanaphora triunfante* (dada à impressão pela primeira vez em 1660, e depois editada por E. Prestage, *Epanáforas de vária história Portugueza*, Coimbra, 1933, pp. 372-418) de D. Francisco Manuel, são a narrativa citada na nota

Também os sitiantes não deixavam de experimentar as suas dificuldades. Sem falar em quase completa inesperienza em matéria de cerco, não possuíam eles sequer um oficial com bastante tirocínio de engenharia para dirigir os trabalhos das trincheiras. Para felicidade dêles, aconteceu que havia a bordo de um dos navios portugueses um engenheiro francês cujos serviços se mostraram inestimáveis⁶³. Sob a direção dêle, e com a participação ativa de João Fernandes Vieira, André Vidal e Henrique Dias, todos pessoalmente empenhados em inculcar coragem aos seus homens nas trincheiras da linha de frente, os sitiantes intensificaram o ataque do lado de terra com grande habilidade e decisão. O bloqueio pela armada da Companhia do Brasil, conquanto eficiente, não pôde impedir que da Paraíba viesse por mar, protegido pelas trevas da noite, um destacamento de 150 homens para reforçar a guarnição; mas o efeito moral sobre a desencorajada soldadesca foi muito grande. As defesas externas foram isoladas e tomadas uma a uma, de modo que a 22 de janeiro de 1654 o Grande Conselho resolveu solicitar um entendimento. Francisco Barreto estava plenamente disposto a conceder a rendição em condições honrosas, pelo que, depois de algumas conversas preliminares, foi a 26 de janeiro de 1654 assinada a Capitulação de Taborda.

Esse convênio não incluía apenas Recife e a cidade Maurícia, mas também todos os pontos do Brasil ocupados pelos holandeses, isto é, as ilhas de Itamaracá e Fernando de Noronha, bem como as capitânicas da Paraíba,

precedente, a *Relaçam Diaria do sitio e tomada da forte praça do Recife* (Lisboa, 1654) e a relação de Francisco de Brito Freyre recentemente descoberta nos arquivos de Cadaval, e cujo conhecimento devo à amabilidade de D. Virginia Rau. Cf. também Varnhagen, *História Geral*, III, pp. 100-6, 139-48, e J. H. Rodrigues, *Historiografia e Bibliografia*, n.os 680-9.

(63) V. Rau [ed.], "Relação inédita de Francisco de Brito Freire sobre a capitulação do Recife", *Brasília*, IX, pp. 1-17; AHU, "Consultas Mistas", Cod. 15, fol. 95v.

do Rio Grande do Norte e Ceará. Prometeu Barreto fornecer os navios suficientes para evacuar todos quantos desejassem abandoná-las, garantindo-lhes que não seriam molestados, e dando-lhes tempo de se desfazerem dos bens e propriedades que tivessem de deixar após si. A todos os cidadãos que desejassem permanecer no Brasil seria para isso dada a permissão, devendo ser tratados como se fôsem súditos de Portugal. Os que fôsem protestantes ficariam sujeitos, no que respeita ao exercício público de sua fé, às mesmas restrições impostas em Portugal aos negociantes estrangeiros adeptos do referido credo. Parece que aos próprios judeus ortodoxos foi dada a permissão de ficarem, se assim o desejassem; mas, naturalmente, nenhum quis fazer uso dela. Foi decretada a anistia para tôdas as ofensas e atrocidades cometidas, ou que se supunha terem sido cometidas, pelos holandeses, desde o comêço da guerra, salvaguardando-se expressamente as suas pessoas contra quaisquer represálias por parte dos portuguezes vitoriosos, pelos seus atos ou palavras. A todos os holandeses que quisessem deixar o país dar-se-ia um prazo de três meses para porem em ordem os seus negócios, devendo durante êsse período tôdas as questões legais entre os holandeses ser submetidas aos seus próprios tribunais. Outras cláusulas dispunham sôbre a navegação e as condições especialmente estipuladas para a guarnição. O grosso da artilharia devia ser entregue aos portuguezes, mas foi permitido a Von Schoppe levar consigo vinte canhões de bronze e canhões de ferro em número suficiente para a defesa de seus navios durante a viagem para a Europa⁶⁴.

Francisco Barreto fêz a sua entrada triunfal no dia 28 de janeiro de 1654. Tratou o vencido com a maior

(64) As condições de rendição acham-se na íntegra em J. H. Rodrigues, *Historiografia e Bibliografia*, n.os 680-1. A Capitulação de Taborda passou a assim chamar-se porque o lugar em que ela foi assinada havia outrora pertencido a um pescador daquele nome.

cortesia e consideração, acompanhando pessoalmente Von Schoppe até a sua casa, após haver recebido das mãos do veterano soldado alemão as chaves da cidade. Barreto deveria ter experimentado grande satisfação ao lembrar-se, como sem dúvida se lembrou, da última vez que havia trilhado as ruas de Recife, fugindo como um evadido da prisão, naquele janeiro de seis anos atrás. Como Von Schoppe, era ele um disciplinador severo, sendo decerto temido pelos seus comandados. Hendrik Haecx registrou em seu diário a entrada, no dia anterior, das vanguardas de João Fernandes Vieira nos subúrbios de Recife: "Eram todos homens de terrificante aspecto, marchando em tão perfeita ordem, e tão bem armados, como jamais se viu". Outra testemunha ocular, mais hostil, foi constrangida a admitir: "O Mestre-de-Campo-General, Francisco Barreto, instituiu em tudo tão rígida disciplina que nenhum cidadão sofreu o mínimo insulto ou ofensa, o que é muito para espantar, tendo-se em vista acharem-se juntas raças tão diversas, brancos, mulatos, brasileiros [= tupis], negros e tapuias, todos tão despídos e andrajosos como se tivessem sido tirados da força"⁶⁵.

Embora ficasse assim provado que não haveria razão para o medo, tantas vezes manifestado pelos conselheiros, de que os portugueses trucidassem sem piedade toda a população da cidade de Recife, caso algum dia viessem a tomá-la, os holandeses em toda parte foram vítimas de sua própria propaganda. Certo oficial⁶⁶ que fugira de

(65) *Dagboek van Hendrik Haecx*, p. 301; *Cort, Bondigh ende Waerachtigh Verhael* (1655), para. 78. Contrastando com Hendrik Haecx, diz esse escritor anônimo que, embora os sitiados vitoriosos dispusessem de bastante pólvora, tinham muita falta de balas, não possuindo a maioria dos homens mais do que três ou quatro.

(66) Claes Claeszoon. Era um dos que haviam entrado a serviço dos portugueses após a traiçoeira rendição de Hooghstraten no Pontal, e ulteriormente desertara para o lado dos holandeses (*Journal ofte Kort Discours nopende de Rebellie 1645-1647*, sob 14 de novembro de 1645;

Recife numa jangada, na noite que precedeu a capitulação, levou a notícia do que estava acontecendo aos estabelecimentos de Itamaracá e Paraíba, ainda firmemente em poder dos holandeses. Disse ainda, provavelmente para justificar o seu modo de proceder, que os vencedores sanguissedentos ignorariam tôdas as condições a que haviam dado o seu assentimento, matando todos quantos viviam em Recife. Isso produziu tal pânico entre as guarnições do norte, que sem esperarem ser atacados, ou saber se elas se achavam incluídas nas cláusulas da capitulação, embarcaram quase tôdas às pressas nos primeiros navios de que puderam lançar mão, fugindo para as Antilhas. O exemplo foi seguido pelo anfíbio coronel Haultain, que entregou aos próprios prisioneiros portugueses a bem aprovisionada fortaleza da Paraíba, fazendo-se à vela rumo ao mar das Caraíbas, e levando consigo, de passagem, a guarnição do Rio Grande do Norte.

A retidão de Francisco Barreto pode ser melhor apreciada pelo tratamento por êle dispensado à comunidade judaica de Recife, que mais do que qualquer outra tinha razões para temer a reconquista portuguesa, e não podia esperar qualquer consideração da parte dos católicos-romanos fanáticos. Para sua felicidade e surpresa, o procedimento de Barreto para com êles não poderia ter sido mais correto. “Deus onipotente, com a sua fôrça infinita, influenciando o coração do Governador Barreto, protegeu as suas criaturas, livrando-as de todos os perigos iminentes. Proibiu aquêlê governador que se tocasse ou molestasse qualquer pessoa pertencente à nação hebraica, estabelecendo castigos severos para os que infligissem essa proibição. E não ficou nisso, pois permitiu que os judeus vendessem as suas mercadorias e

RIAGP, n.º 32, p. 159). É óbvio que êle se tinha na conta de pessoa marcada, havendo por poucas escapado de ser morto ou recapturado pelos portugueses na segunda batalha dos Guararapes, onde comandava um regimento de Von Schoppe.

embarcassem para a Holanda mais de seiscentas pessoas de nossa nacionalidade, que ali se achavam presentes"⁶⁷. Nem todos êsses judeus voltaram para as Províncias Unidas. Não há dúvida de que a maioria assim fêz; mas alguns seguiram para a França (Nantes), e outros para as Antilhas, onde foram dar nôvo impulso à próspera indústria açucareira das colônias do mar das Caraíbas. Um navio cheio dêles aconteceu chegar em New Amsterdam, tornando-se o ponto de partida da comunidade judaica norte-americana⁶⁸.

Francisco Barreto foi ainda mais cavalheiro com os chefes holandeses vencidos, pois concedeu a Von Schoppe e à sua espôsa levarem boa quantidade de pau-brasil, sem pagar quaisquer direitos, afora os favores pessoais feitos a Schonenburgh e Haecxs⁶⁹. Ao chegarem à Holanda, no mês de julho, êsses altos personagens foram levados à prisão e submetidos a processo, mas minguaram provas contra êles, não se chegando a nenhuma conclusão. Isso provávelmente porque se tornou patente (a despeito dos panfletários hostis) que eram as autoridades da Holanda, mais do que os seus subordinados em Recife, as principais responsáveis pela perda do "menosprezado Brasil" (*verzuimd Brazil*), como a colônia ficou ulteriormente sendo chamada nas publicações holandesas. Von Schoppe foi julgado por um tribunal militar, recebendo sentença semelhante à lavrada quatro anos antes contra o almirante Witte de With — a perda de todos os proventos a partir da data da rendição. Com referência ao almirante, isso valeu praticamente por uma absolvição,

(67) Saul Levy Mortera, "Providencia de Dios con Ysrael, y Verdad y Eternidad de la Ley de Moseh y Nulidad de los demas Leyes", traduzido em A. Wiznitzer, *Jewish Social Studies*, XVI, pp. 112-13.

(68) A. Wiznitzer, "The exodus from Brazil and arrival in New Amsterdam of the Jewish Pilgrim Fathers", em *Publications of the American Jewish Historical Society*, XLIV, pp. 80-97.

(69) AHU, "Consultas Mistas", Cod. 15, fol. 98v; "Dagboek van Hendrik Haecxs", p. 301.

ou por aquilo que modernamente se chamaria entre nós de *farthing damage* (perdas nominais). Os processos contra os seus colegas civis parece terem caído no esquecimento, com a intenção de fazer de Hendrik Haecxs o bode expiatório. Os que lerem o seu diário devem ficar contentes de saber que tudo deu evidentemente em nada, visto como em 1658 iremos encontrá-lo casado com uma senhora holandesa e estabelecido, como burguês endinheirado, em Amsterdam⁷⁰.

Com respeito aos vencedores, muito divergem os historiadores no que se refere a qual de seus chefes devemos atribuir importância. Os cronistas da época são unânimes em conceder a primazia a João Fernandes Vieira, que desde o primeiro dia até o último serviu ininterruptamente à chamada "Ilíada Pernambucana", e cujos feitos foram, em vida d'ele, trazidos à publicidade, por panegiristas pagos⁷¹. Uma reação foi iniciada por Francisco Adolfo Varnhagen, que dá preferência a André Vidal de Negreiros, brasileiro nato, "tão grande homem que somente um Plutarco lhe poderia fazer a devida justiça", preferência essa que vem ganhando rapidamente terreno nos dias de hoje. Como acentuara na época Pedro Jaques de Magalhães, e foi repetido muitos anos depois pelo Padre Antônio Vieira, poder-se-ia argumentar que sem a armada da Companhia do Brasil nada se teria conseguido. Pode-se também sustentar que Francisco Barreto foi o principal arquiteto da vitória, pelo menos nos últimos seis anos de luta; mas é preciso considerar que, na hora do triunfo (1.º de fevereiro de 1654), foi o próprio comandante-chefe que escreveu: "...bem presente é a Vossa Magestade como o mestre-de-campo João

(70) Hoboken, *Witte de With*, cap. I.

(71) Fr. Manuel Calado, *O Valeroso Lucideno ou Triumpho da Liberdade* (Lisboa, 1648); Fr. Rafael de Jesus, *Castrioto Lusitano* (Lisboa, 1679).

Fernandes Vieira é a primeira causa do bem que hoje goza a Casa de Portugal em se ver adornada com a joya da capitania de Pernambuco"⁷².

É evidente que a capitulação de Taborda constituiu uma surpresa para a maioria dos contemporâneos; isso a despeito da série de relatórios pessimistas enviados pelo Grande Conselho de Recife a partir da revolta de junho de 1645, e malgrado a intensa aversão que mostravam a prestar serviço no Brasil neerlandês todos quantos ali estiveram durante aquêlo período. A resistência das fortificações de Recife e da cidade Maurícia era muito superestimada na Europa, talvez por causa de livros como a *Histoire* de Pierre Moreau, onde se descreve a praça de Recife como uma das mais poderosas do mundo. O fato é que a maior parte dos fortes era construída de terra socada, que se deteriorava rapidamente sob a ação das chuvas. Os tapuias e potiguaras, aliados dos flamengos, ficaram particularmente desgostosos com o colapso da colônia, censurando acerbamente os holandeses por haverem entregado tão facilmente as suas fortificações, deixando os seus amigos ameríndios à mercê da vingança dos portugueses⁷³. Na outra banda do mundo, quando os prisioneiros holandeses da Índia portuguesa levaram a Goa essas notícias, ninguém quis acreditar nelas, respondendo que "os portugueses poderão um dia tomar Amsterdam, mas Recife nunca"⁷⁴. Nos Países-Baixos,

(72) AHU, "Consultas Mistas", Cod. 15, fol. 94. Verdade é que Francisco Barreto teceu elogios igualmente calorosos aos serviços prestados por André Vidal (Consultas Mistas, Cod. 15, fol. 94v). O seu ilimitado aprêço por êsses dois chefes seus subordinados, é tanto mais merecedor de crédito, quanto haviam êles feito antes queixa contra êle à coroa (Cod. 14, fol. 345).

(73) . *Twe verscheydenen Remonstrantiën* (1657); cf. também a carta de Mathias Beck, escrita de Barbados (8 de outubro de 1654) e citada por Varnhagen, *História Geral*, III, p. 105, nota.

(74) Fernão de Queiroz, S. J., *Conquista temporal e espirital de Ceylão* (ed. Colombo, 1916), p. 968. Em 24 de janeiro de 1655, escrevia à coroa Dom Braz de Castro, governador-geral da Índia portuguesa: "Não havia nada que convencesse os holandeses dêsses sucessos, e quando os

acham as novas gerações que êsse desastre marcou o declínio da idade de ouro da expansão colonial holandesa, a qual tivera seu início em 1619, com a fundação de Batávia por Jan Pieterszoon Coen, no lugar em que ficava a Jacatra dos javaneses:

*Na antiga Jacatra começou a vitória,
Na conquista de Recife a derrocada.*

cientificávamos disso por intermédio de nossas fortificações mais próximas, ainda assim recusavam-se a acreditar. Mesmo os que estavam ali como prisioneiros afirmavam que seria mais fácil conquistar a Holanda do que capturar Recife" (Arquivo Histórico do Estado da Índia, Goa, "Livros das Monções", tomo XXIV, fol. 228). Abraham de Wicquefort, cronista da época, quando soube da capitulação de Recife, escreveu: "Cette place est dans une assiette si avantageuse que l'on peut dire que c'est la plus forte de toutes celles des deux Indes, comme elle est sans doute la plus importante de tout le Brésil" (*Histoire des Provinces Unies*, ed. Utrecht, 1864, II, p. 324). Cf. também *Hollandtze Mercurius*, fevereiro de 1654 (ed. Haarlem, 1675), pp. 24-26.

VII

Epílogo diplomático

1655 – 1669

TANTO NO PAPEL, como de fato, a capitulação de Taborde selou a sorte do Brasil holandês; mas, na época, não era óbvio esse desfecho. O colapso da colônia coincidiu virtualmente com a assinatura do tratado de Westminster, que assinalou o fim da primeira guerra anglo-holandesa. Isso significa que os Estados Gerais dispunham agora de fôrças navais suficientes, fôsse para bloquear o Tejo, fôsse para atacar o Brasil, bastando para isso que se pudessem arrecadar os atrasados dos subsídios votados para a marinha e para a Companhia das Índias Ocidentais. Mas, como sempre, o nó estava nas finanças. Conquanto possa ter havido exagêro quando se disse que ao terminar a luta com a Inglaterra crescia o capim nas ruas de Amsterdam, esta cidade não podia de modo algum empenhar-se em outra guerra, mesmo que fôsse contra o odiado e menosprezado Portugal. Paz e comércio proveitoso era o que acima de tudo desejavam os seus comerciantes-oligarcas. Preferiam os lucros reais que lhes dava o comércio de sal com Setúbal, às vantagens problemáticas de uma guerra de represálias contra os “inimigos refalsados e infiéis”, conforme não cessavam de clamar os calvinistas cheios de zêlo, na Zelândia e alhures¹.

(1) Aitzema, *Saken van staet en oorlogh*, III, pp. 1 037 e 1 125. “Trouwloose ende meyneedige” era a injúria preferida dos holandeses contra os portugueses.

“Os negócios com Portugal são detestados neste país”, escrevia no ano de 1651, em Haia, o cronista Aitzema; e é natural que êles se tornassem ainda mais impopulares após o ignominioso colapso da Nova Holanda. Antes mesmo de haverem as coisas chegado a êsse clímax, os mantenedores da Companhia das Índias Ocidentais se queixavam de que o rei de Portugal estava sujeitando as Nações Unidas a mais “escárnios, afrontas, vitupérios e desonra” do que os que jamais lhes infligira qualquer outra potência, aí incluída a arquiinimiga Espanha, muito embora D. João IV devesse aos Estados Gerais “mais obrigações do que quantos cabelos tinha na cabeça”². O partido belicista era demasiado forte para não ser tomado em consideração, mesmo por Amsterdam, com as suas disposições pacíficas. Por isso, em 1654, discutiu-se sèriamente nos Estados da Holanda, de maneira intermitente embora, a possibilidade de ser declarada guerra a Portugal, bloqueando-se o Tejo com uma frota de vinte e cinco ou trinta navios (dezesseis ou dezessete dos quais a serem fornecidos por Amsterdam e dez pela Zelândia), caso D. João IV se recusasse a restaurar o Brasil holandês, senão em sua totalidade, pelo menos na sua maior parte³. Mas os embaraços financeiros dos conselhos provinciais do almirantado, de par com a situação praticamente de bancarrota em que se encontrava a Companhia das Índias Ocidentais, impediram que se fizesse qualquer coisa antes que a atenção do público se voltasse para o Báltico, onde pelo verão de 1655 irrompera mais uma crise das que eram freqüentes entre a Suécia e a Dinamarca. Fôsse qual fôsse o valor dos interêsses comerciais dos Países-Baixos com Portugal e o Brasil, era êle

(2) *Vertoogh over den toestant der West-Indische Compagnie* (Rotterdam, 1651).

(3) *Secrete Resolutien van de Ed. Gr. Mog. Heeren Staten van Hollandt en West-Vrieslandt*, 7 e 9 de maio, 7 e 8 de agosto, 28 de novembro e 4 de dezembro de 1654.

pequeno em comparação com a dependência em que estavam do comércio com o Báltico. Era ainda este último a coluna mestra da prosperidade das Províncias Unidas em geral e, muito particularmente, de Amsterdam e dos portos da Holanda do Norte.

Enquanto a agressão por parte da Suécia não havia desviado os navios holandeses para o Báltico, é natural que o governo português estivesse apreensivo com o que poderia acontecer. Em junho de 1654, D. João IV informou aos seus governadores no Brasil de que a Inglaterra e as Províncias Unidas dispunham agora de uma frota de mais de cem navios. Como essas duas potências marítimas tinham grandes queixas contra o governo de Portugal, era possível que tentassem utilizar essa frota num ataque ao Brasil. Nesta difícil conjuntura, nem o conde de Atouguia, na Bahia, nem Francisco Barreto, em Recife, se sentiram muito confortados com a afirmação feita pelo rei de que teria muito gosto em lhes enviar reforços, mas que para tal, por infelicidade, não dispunha de tempo, nem de homens, nem de dinheiro. Isso criava para eles uma situação tanto mais embaraçosa quanto os recursos de que localmente dispunham se achavam quase completamente esgotados⁴. Embora alguns bravos, a quem o Padre Vieira chamou de *valentões de Portugal*, se dissessem perfeitamente dispostos a lutar, tanto contra os ingleses, quanto contra os holandeses e espanhóis⁵, o rei não tinha ilusões sobre a loucura que seria envolver-se

(4) AHU, Lisboa, "Consultas Mistas", Cod. 15, fols. 120, 158, 162v, 167, 225v. Cf. também a correspondência trocada por Lisboa com a Bahia e o Recife, dadas a lume em BRNJ, *Documentos Históricos*, IV, pp. 237-42; *ibid.*, LXVI, pp. 57-63, 70-72, 84-87, 91.

(5) O protagonista dessa doutrina foi o Dr. Antônio de Sousa Macedo, decerto por causa das desagradáveis experiências que colhêra como enviado à Inglaterra e à Holanda, entre 1641 e 1651. Cf. as suas exposições na *Harmonia Política* (Haia, 1651); A. Pena, *Arte de Furtar*, pp. 273-6; E. Brazão, *Alguns documentos da Biblioteca de Ajuda sobre a Restauração* (Lisboa, 1940), pp. 67-68.

numa luta contra as potências marítimas, e fazia o máximo empenho em se entender com elas. Além do mais, os esforços feitos em 1656 para mobilizar uma esquadra foram contrariados pela oposição dos cidadãos de Lisboa. Estes se recusaram a votar os subsídios necessários, sob o pretexto de que o dinheiro que haviam dado para a armada tinha sido desperdiçado pela côrte em outras aplicações⁶. Foram inúteis tôdas as tentativas para conseguir acomodar as coisas com os holandeses; mas, no que tange pelo menos à Inglaterra, as aflições de Portugal foram mitigadas pelo adiantamento da ratificação (maio de 1656) do tratado impôsto por Cromwell dois anos antes, e pelo subseqüente desvio da frota de Blake, para dar combate à Espanha.

A morte, ocorrida em novembro de 1656, de D. João IV, ficando o príncipe herdeiro, com apenas três anos de idade, aos cuidados da rainha regente, Dona Luísa de Gusmão, bem como a temporária trégua na crise em que permanentemente viviam os países bálticos por volta de 1650, sopraram nas Províncias Unidas um vento fresco sôbre as velas do partido belicista. Haviam os holandeses se refeito com espantosa rapidez dos desastres sofridos na guerra contra a Inglaterra, ao mesmo tempo que um surto de prosperidade comercial permitia vencer temporariamente a oposição de Amsterdam. Despachos interceptados no Atlântico sul pelos piratas da Zelândia davam a entender que era crítica a situação no Brasil. Pelas cartas de João Fernandes Vieira e de outros, apreendidas então, ficou parecendo que os vencedores de 1654 se

(6) Para o decreto real de 21 de fevereiro de 1656 e as críticas desabridas das associações de Lisboa, veja-se Freire de Oliveira, *Elementos para a história do município de Lisboa*, V, pp. 541-594. Relatórios ingleses enviados de Lisboa entre 1656 e 1657 registravam que a Armada Real portuguesa se compunha de "treze bravos homens de guerra... seus navios são bons, os soldados mal pagos, os marinheiros em número pequeno e inúteis." (Thurloe, *State Papers*, IV, pp. 112-15, VI, pp. 559-60.)

havam desentendido entre si. As levas de mulatos, negros e ameríndios, que de 1645 a 1654 haviam sofrido as torturas e fadigas da guerra, estavam agora muito descontentes com o tratamento que depois lhes estava sendo dispensado, parecendo estarem prontas para a revolta⁷. Havia também geral descontentamento com as exações da Companhia do Brasil e com a sua incapacidade para cumprir os termos do seu contrato. O sistema de comboios não funcionava muito satisfatoriamente, enquanto, por outro lado, os piratas da Zelândia haviam bloqueado impunemente a Bahia em várias ocasiões, entre 1655 e 1658. Acrescia ainda que os privilégios concedidos à Companhia do Brasil haviam sido reduzidos drasticamente em 1657, sendo em 1664 incorporados à coroa⁸.

No verão de 1657, estimulados sem dúvida por êstes e outros indícios da debilidade de Portugal, resolveram os Estados Gerais declarar guerra a Portugal, caso a coroa não concordasse em restituir imediatamente o Brasil holandês, Angola e São Tomé. Essas duras condições significavam uma volta às que D. João IV estava disposto a aceitar em 1648; mas eram muito mais severas do que as que haviam sido oferecidas em 1653 pelos próprios

(7) *Twee Verscheyden Remonstrantien... door Anthonio Parâupaba*, pp. 18-20. A carta de João Fernandes Vieira, datada de 22 de setembro de 1655, cuja tradução ali se dá, foi endereçada a Marcos Rodrigues Tinoco, secretário do Conselho Ultramarino, de Lisboa. Numa carta anterior, com data de 6 de março de 1652, já êle insistia sôbre a necessidade de "sobretudo tratar bem os negros, índios e mais gentio, que com suas vidas e fazendas sustentavam a guerra" (original nos arquivos de Cadaval e confiados gentilmente por D. Virgínia Rau).

(8) E. Prestage, "O Conselho de Estado, D. João IV e D. Luísa de Gusmão", *Arquivo Histórico Português*, XI, pp. 21-24; id., "Três Consultas do Conselho da Fazenda de 1656 a 1657", *Revista de História*, XI, pp. 51-54, 75-86; *RIHGB*, XXV, pp. 459-64; *Documentos Históricos*, LXVI, veja-se também G. de Freitas, *A Companhia Geral do Comércio do Brasil*, pp. 51-54, 75-86; *RIHGB*, XXV, pp. 459-64; *Documentos Históricos*, LXVI, pp. 127-30; *Atas da Câmara da Bahia*, III, pp. 90-91, 156-7, 163, 198-200, 288-90, 320-2, 378-83, 403-6.

holandeses. Naquela época, sob a influência da guerra com a Inglaterra, sugeriram êles uma indenização e a divisão do território disputado no Brasil. Agora ter-se-ia de deixar à Companhia das Índias Ocidentais a posse do Recife, da cidade Maurícia, de Olinda, e bem assim das capitâneas de Itamaracá, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará; mas as negociações foram rompidas, uma vez que os holandeses se recusaram a restituir quaisquer das conquistas feitas na Ásia. Os dois emissários que, em setembro de 1657, levaram a Lisboa o ultimato, seguiram na frota comandada por Wassenauer van Obdan, à qual mais tarde, ao largo da bôca do Tejo, foi juntar-se a esquadra do Mediterrâneo, comandada por De Ruyter. Se a rainha rejeitasse o ultimato holandês, os emissários levavam instruções para apresentar uma declaração formal de guerra, devendo os comandantes das fôrças navais bloquear o Tejo, e tentar interceptar a frota carregada do Brasil⁹.

Em que pese à sabida fraqueza de Portugal e à situação crítica em que êle se achava, tanto a rainha como os conselheiros rejeitaram corajosamente o ultimato holandês, renovando os anteriores oferecimentos relativos a uma adequada indenização e compensação generosa para a Companhia das Índias Ocidentais. Essa decisão recebeu o apoio unânime da opinião pública, concordando tôdas as classes em que Portugal não poderia sobreviver sem o Brasil, e fazendo, por conseguinte, com que a guerra estalasse em fins de outubro. Durante a primeira semana de novembro, apoderava-se De Ruyter de parte da esquadra que trazia carregamentos do Brasil, capturando vinte e um navios, de um total de trinta e quatro, e infligindo assim maiores prejuízos do que Blake, sete

(9) Aitzema, *Saken van staet en oorlogh*, IV, pp. 107-9; *Hollandzke Mercurius*, agosto de 1657, pp. 83-92 (ed. 1679).

anos antes¹⁰. Todavia, o mau tempo obrigou logo depois os navios de guerra holandeses a voltar para os portos da mãe-pátria, do que resultou ter o custo da expedição ultrapassado consideravelmente o valor do açúcar confiscado nesses aprisionamentos. Apesar disso, não quis a Armada Real aventurar-se a desafiar a esquadra holandesa em pleno mar, e foi graças principalmente à pressão diplomática exercida pela França e pela Inglaterra que o governo português pôde safar-se desta crise. Cada lado apresentou as suas razões em bem argumentados panfletos, mas as de Portugal eram seguramente as mais fortes¹¹.

Ao se prepararem para a guerra contra Portugal, sabiam os Estados Gerais que o governo português haveria de procurar a ajuda da França e da Inglaterra contra as Províncias Unidas. Tentaram interpor-se a êsse recurso, oferecendo a Cromwell e a Mazarin garantias mais persuasivas de que o bloqueio do Tejo não tinha como fim, direta ou indiretamente, auxiliar a Espanha, mas tão-sòmente obter satisfações com referência ao Brasil¹². Essas garantias, naturalmente, não chegaram a convencer. Tanto o governo da França, como o da Inglaterra, manifestaram-se contra a atuação dos Estados Gerais, oferecendo logo a sua mediação. A

(10) Aitzema, *op. cit.* pp. 109-16. Outras fontes dão apenas quinze prêsas. Cf. P. J. Blok, *Michiel Adriaanszoon de Ruyter* (Haia, 1928), pp. 142-5; J. de Graaf, *Scheepsjournal van Admiraal Jacob van Wassenaer van Obdan, betreffende een reis van Hellevoesteluis naar Lissabon en terug in 1657* (Deventer, 1923).

(11) *Razam da guerra entre Portugal e as provincias Unidas dos Paizes Baixos: com as noticias da causa de que procedeo* (Lisboa, 1657), cuja autoria se atribui geralmente ao Dr. António de Sousa Macedo e respectiva réplica pelos holandeses, *Manifest ofte Reden van den oorlogh tuschen Portugal ende de Vereenichde Provintien van de Nederlanden. . . Mitsgaders Manifestatie van de leugenen ende valsgheden waermede het is vervult* (Haia, 1659).

(12) *Secreten Resolutien Hollandt en West-Vrieslandt*, 8 e 6 de outubro, 21 e 22 de novembro de 1657.

França não podia consentir que se fortalecesse a Espanha à custa do colapso de Portugal, ao passo que o interesse que tinha a Inglaterra no comércio com Portugal era tão grande que não lhe era possível tolerar qualquer interferência nesse intercâmbio, particularmente lucrativo. A princípio, os Estados Gerais rejeitaram polidamente as representações anglo-francesas; mas, depois que estas foram renovadas com mais ênfase, e que Amsterdam e os portos da Holanda do norte reiteraram também a sua anterior oposição à guerra, concordaram eles em reabrir as negociações para um ajuste no tocante a tôdas as disputas que tinham com Portugal.

As negociações tiveram um ativo comêço em julho de 1658, por ocasião da chegada a Haia de D. Fernando Teles de Faro, enviado português; mas tornaram-se muito complicadas diante das costumeiras divergências de opinião entre as várias províncias. A Holanda mostrava-se inclinada a concordar com a perda do Brasil, recebendo em troca uma vultosa indenização e grandes privilégios no comércio com Portugal e suas colônias, à semelhança dos que Cromwell havia obtido em 1654-1656. A Frísia seguiu o seu exemplo; mas a Zelândia, com o apoio da Guêrlândia, de Utrecht e de Groningen, persistiu em sua oposição a qualquer acôrdo em que se incluísse a restituição de todo, ou pelo menos da maior parte, do Brasil holandês. Durante êsse verão despachou-se uma esquadra para cruzar as costas de Portugal, sob o comando de De Ruyter; porém, o menos que se pode dizer do bloqueio do Tejo é que êle foi feito sem nenhum entusiasmo. O resultado mais visível que dêle adveio foi fazer com que uma parcela maior do comércio de Portugal com o Brasil lançasse mão do frete de navios ingleses¹³.

(13) *Ibid.*, 26 de janeiro e 16 de março de 1658; P. J. Blok, *M. A. De Ruyter*, pp. 145-7; *Mariner's Mirror*, XXXVII, pp. 212-15.

Os esforços de Portugal para conseguir a paz com as Províncias Unidas, e assim evitar que a Companhia das Índias Orientais se apossasse do restante de seus estabelecimentos na Ásia, eram prejudicados não só pela intransigência da Zelândia calvinista, mas também pela ganância comercial da Inglaterra. A maioria dos ingleses da era seiscentista encarava a competição holandesa como muita gente encara hoje a alemã ou a japonêsa. Para êles era artigo de fé que nunca poderiam competir com os holandeses em igualdade de condições, visto que os últimos venderiam sempre mais barato, ou ofereceriam melhores preços. Acharam um defensor zeloso e loquaz em George Downing, êsse pouco escrupuloso enviado de Inglaterra em Haia, a quem Comminge, seu colega francês, chamara de *un assez désagréable personnage*. Êsse conceito só pode ser qualificado como uma obra-prima de caracterização; a despeito, porém, de se lhe ajustar ainda melhor a descrição de Pepy, quando o chama de “companheiro incômodo”, “pérfido tratante” e “desagradabilíssimo vilão”, não se pode negar que Downing era um missivista verdadeiramente delicioso e dos mais competentes. Os seus despachos contam-se entre os mais finos e penetrantes que jamais foram redigidos por qualquer diplomata, sendo necessário ter-se muita fôrça de vontade para resistir ao desejo de fazer dêles citações extensas¹⁴.

Em 1658, George Downing, na qualidade de mediador ostensivo, comunicava a Londres que estava fazendo tudo para impedir a assinatura do projetado tratado luso-holandês, pelo qual seria permitido a Por-

(14) Japikse, *Verwikkelingen*, pp. 115 a 127; K. Feiling, *English Foreign Policy, 1660-1672* (Londres, 1930), pp. 111-16, 121-3. O *Diary* de Pepy (ed. Weathley) sob 28 de junho de 1660, e 12 e 17 de março de 1661-2. Era notória a aversão de Downing pelos holandeses, mas era ainda maior a sua antipatia por certos povos mais chegados à sua pátria: “Sabe Deus o que a Inglaterra tem perdido naturalizando os gauleses e os escoceses, e ainda êsses são pobres nações que nada possuem em matéria de arte ou engenho.” (Downing a Bennett, 24 de janeiro de 1664.)

tugal o frete de vinte navios holandeses para o comércio com o Brasil. Thurloe, secretário de Estado de Cromwell, observava em sua resposta cifrada: “Observais com muito acêrto que a proposta que fêz o embaixador de Portugal de ser dada a êste a permissão de alugar vinte navios para o comércio com o Brasil é inteiramente contrária ao nosso tratado com o rei de Portugal, pelo que não deveis permitir que ela faça parte dêsse tratado com os Estados Gerais, mas sim escrever ao rei de Portugal, representando contra ela”¹⁵. Sem falar nesta interferência da Inglaterra, as negociações luso-holandesas foram ainda embaraçadas pela espetaculosa deserção, em abril de 1659, do enviado português em Haia, para o lado dos espanhóis. Até o fim dêsse ano não lhe fôra dado substituto, pois foi só então que o conde de Miranda chegou de Lisboa, para reatar as discussões, em janeiro de 1660.

A restauração de Carlos II no trono da Inglaterra, e o subsequente contrato de seu casamento com Catarina de Bragança, fêz com que aquêle rei tomasse interêsse pessoal na obtenção da paz entre Portugal e as Nações Unidas; mas a atitude da Inglaterra com relação à competição holandesa continuou inalterada. Clarendon, embora fôsse sinceramente grato à Casa de Bragança pelo que D. João IV havia feito em benefício dos Stuarts, estava de acôrdo com Thurloe em recusar aos holandeses os mesmos privilégios no tocante ao comércio luso-brasileiro: “O mais que posso dizer com relação ao comércio de Portugal é que o Rei não deve suportar que os holandeses desfrutem os mesmos privilégios que êle em matéria de comércio”. Downing, mais uma vez mediador ostensivo entre os negociadores holandeses e portugueses, mas também, ainda uma vez, antes fonte de discórdia do que de conciliação, forçou Miranda a introduzir uma cláusula

(15) Thurloe, *State Papers*, VII, pp. 18, 22, 30, 465, 467; Japikse, *Verwikkelingen*, 122 nota.

na redação final do tratado, estipulando que êle ficaria sem efeito se viesse em qualquer tempo contrariar a aliança anglo-portuguêsa assinada por ocasião do casamento de Carlos II com a “filha de Portugal”.

Como tantas vêzes tem acontecido com estadistas eminentes, muito nebulosos eram os conhecimentos de Clarendon em geografia. Ficou patente que durante as negociações estava êle sob a impressão de que Bombaim, que entrava como parte do dote de Catarina, estivesse “a uma distância muito pequena do Brasil”¹⁶, de modo que a sua aquisição habilitaria a Inglaterra a participar mais largamente no cobiçado comércio brasileiro.

Pondo à margem essa mediação da Inglaterra, de modo algum desinteressada, as violentas turras entre as diferentes províncias constituíram entre 1660 e 1661 outras tantas razões da lentidão com que se processavam as negociações em Haia. Desprezando as provisões da União de Utrecht, pelas quais tôdas as questões deviam ser resolvidas por unanimidade, os deputados da Holanda, levados pelo Grande Pensionário, Johan de Witt, resolveram empurrar o tratado em projeto por intermédio dos Estados Gerais, arrostando embora com a opposição da Zelândia, da Guerlândia e de Groningen, a hesitação de Miranda, e as intrigas de Downing. Em fins de 1661, enviaram a Miranda um ultimato exigindo a assinatura dentro do prazo de dez dias, ou senão a sua retirada do país. A assinatura foi aposta por êle em 6 de agosto, provocando a fúria mal disfarçada de Downing. Diante da opposição da Inglaterra, a rainha regente recusou-se a princípio a ratificar o tratado; mas, tão pessimistas foram as informações que sôbre a situação em Portugal recebera Carlos II do Sr. Richard Fanshawe, seu enviado a Lisboa, que êle resolveu retirar as suas objeções, reservando-se o direito de exigir compensações dos portuguezes, fôsse onde

(16) *Life of Clarendon* (ed. Oxford, 1842-3), pp. 1037 e 1046.

fôsse. Isso permitiu que a coroa de Portugal ratificasse o tratado em 24 de maio de 1662, e que os Estados Gerais fizessem o mesmo seis meses depois, rejeitando os repetidos e incômodos protestos da Zelândia¹⁷.

Foram as seguintes as cláusulas principais do tratado em questão: Portugal devia pagar às Províncias Unidas, dentro do prazo de 16 anos, a indenização de 4 milhões de cruzados pela perda do Brasil holandês, e também restituir tôda a artilharia pertencente às armas holandesas, ali apreendidas. Aos holandeses era assegurado o direito de comércio e de residência em Portugal e suas colônias ultramarinas, e em condições idênticas às que desfrutavam os inglesês no presente, ou viessem a desfrutar no futuro. As reclamações dos holandeses que haviam residido no Brasil holandês deviam ser atendidas por uma comissão mista, um de cujos membros seria escolhido como árbitro, e teria voto decisivo no caso de existir discordância entre os demais. O tratado devia ser ratificado dentro de três meses e publicado dentro de seis; entretanto, devido às disputas e protelações que se seguiram, só em março e abril de 1663 teve êle publicação formal.

A fim de facilitar o pagamento da colossal indenização e completar o generoso dote de Catarina de Bragança, instituiu o govêrno português uma taxa especialmente para êsse fim, metade da qual devia ser arrecadada no Brasil. Essa taxa continuou a ser cobrada até muito depois de decorridos os dezesseis anos estipulados no tratado. Sob êste ou aquêle pretextto, até 1830 pagavam-na ainda os brasileiros¹⁸. O pagamento do que era devido,

(17) V. o texto do tratado de 6 de agosto de 1661 em Aitzema, *Saken van staet en oorlogh*, IV, pp. 774-80; os textos latinos e portuguêsês em J. F. J. Biker, *Collecção de tratados e concertos de pazés*, IV (Lisboa, 1884), pp. 80-117. Cf. também J. H. Rodrigues, *Historiografia e Bibliografia*, n.os 690-8.

(18) Varnhagen, *História Geral*, III, p. 264. Para a imposição original dessa taxa, vejam-se os *Documentos Históricos*, LXVI, pp. 190-2, 242, 255-6 e 337.

ou reclamado, pelos antigos colonos holandeses de Pernambuco, não ofereceu dificuldade. Embora pesassem sobre João Fernandes Vieira algumas grandes dívidas que êle podia ser chamado a pagar a Stachouwer ou aos seus herdeiros, parece não terem aparecido mais do que três ou quatro reclamantes. Essas dívidas particulares foram finalmente liquidadas mediante pagamentos feitos aos respectivos herdeiros, em novembro de 1692¹⁹.

Mesmo depois da tardia publicação do tratado, na primavera de 1663, os assuntos não estavam resolvidos em definitivo, cada lado continuando a acusar o outro de lhe estar infringindo as disposições. Os portugueses reclamavam a restituição das suas fortificações na costa de Malabar, produtora de pimenta, as quais haviam sido tomadas pela Companhia Holandesa das Índias Orientais, no intervalo decorrido entre a assinatura e a publicação do tratado de paz. Queixavam-se os holandeses de que Portugal estava em falta no tocante ao pagamento da indenização, e fugia ao cumprimento das cláusulas comerciais. Em 1667, ameaçaram os Estados Gerais recommençar a guerra, ameaça esta que, embora provavelmente não passasse de uma farsa, ocasionou grande sobressalto, tanto em Portugal como no Brasil²⁰. Apelou-se novamente para a intervenção diplomática da França e da Inglaterra, resultando dessa pressão, em parte, um tratado suplementar, assinado em Haia nos fins de julho de 1669. De acôrdo com êste tratado, garantia-se o pagamento da indenização, concedendo preempção aos holandeses nas rendas provenientes dos impostos cobrados sobre o sal

(19) AHU, "Consultas Mistas", Cod. 15, fols. 140v e 197v; *Documentos Históricos*, IX, pp. 235-6; Varnhagen, *História das Lutas*, pp. 394-401. Varnhagen não cita o nome de um reclamante em favor do qual foi acrescentado um artigo suplementar no tratado luso-holandês de 1661; foi êle Huybrecht Brest, antigo representante do conselho zelandês de pirataria em Recife (Aitzema, *Saken van staet en oorlogh*, IV, p. 781).

(20) AHU, "Consultas Mistas", Cod. 15, fols. 278, 297v; *Documentos Históricos*, IX, p. 284 e ss.; *ibid.*, XLVII, p. 17.

de Setúbal. Mesmo assim, até a primeira década do século XVIII não tinha sido ainda possível a Portugal completar o pagamento da indenização; mas, afinal, ficou êle na posse indisputada do Brasil²¹.

A Companhia Holandesa das Índias Ocidentais nunca mais pôde refazer-se da perda do Brasil neerlandês. Já em 1655, alguns credores começaram a penhorar propriedades da Companhia; mas os Estados Gerais intervieram, pondo um paradeiro nisso. Outro abalo experimentado pela Companhia foi a perda (1664), em favor dos ingleses, do estabelecimento, modesto, mas promissor, que ela possuía na ilha de Manhattan, estabelecimento aliás em prol de cujo desenvolvimento havia ela feito muito pouco depois da perda de Pernambuco. Em 1674, uma parte das rendas que couberam aos holandeses nos impostos sôbre o sal de Setúbal foi distribuída à Companhia, o que habilitou esta última a pagar algumas de suas dívidas, e equilibrar-se durante mais algum tempo. Todavia, tão sem esperanças ficou a sua situação em 1674, que os Estados Gerais a submeteram a uma drástica reorganização, sob a garantia de uma nova carta²². A Companhia passava a ser agora, mais que tudo, uma organização destinada ao tráfico de negros exportados pela África ocidental para as Antilhas, fugindo, suas ulteriores vicissitudes, ao quadro do presente trabalho.

Por que não teriam os holandeses ficado na posse de, pelo menos, uma parte do Brasil neerlandês, numa

(21) Cf. os textos franceses e holandeses do tratado de 30-31 de julho de 1669 no panfleto sem data alistado em Knuttel, *Catalogus*, II (2), n.º 9 752; textos portuguêsês e latinos em J. Biker, *Collecção de tratados e concertos de pazes*, IV, pp. 140-69. Cf. também *Documentos Históricos*, LXVII, pp. 123-6. Para o acôrto relativo à preempção dos holandeses nas rendas provenientes do sal de Setúbal, veja-se V. Rau, *Os holandeses e a exportação do sal de Setúbal nos fins do século XVII* (Coimbra, 1950).

(22) O. van Rees, *Staathuishoudkunde*, II, pp. 218-20.

época em que dispunham de muito mais recursos do que Portugal e (salvo alguns breves intervalos) eram senhores do mar? De modo algum é convincente a razão ordinariamente invocada para explicar o fato, a saber, a quase bancarrota e as imperfeições inerentes da Companhia das Índias Ocidentais, muito embora êsses tenham sido, decerto, fatores coadjuvantes. O fato é que a partir de 1645 o Brasil holandês (ou aquilo que dêle restava) estava, na prática, sob a responsabilidade dos Estados Gerais, que suportavam todo o custo da guerra, e decidiam sobre a política que se devia adotar com relação a Portugal. Se Sua Alta Potência houvesse seguido entre 1645 e 1650 uma política mais clara e consistente, os acontecimentos bem poderiam ter tomado rumo muito diferente.

A luta pela posse de Pernambuco foi travada até o fim, devendo-se sem dúvida atribuir ao valor e à tenacidade dos sitiados de Recife o papel mais importante na vitória. Mas não lhes teria sido possível sustentar a luta durante tanto tempo sem as armas e os suprimentos que recebiam de Portugal e da Bahia, ainda que muita coisa se perdesse no caminho. Se os Estados Gerais houvessem feito aquilo que muitos insistiam para que fizessem, isto é, bloquear o Tejo e atacar a Bahia, difícil é imaginar como a revolta poderia ter sido sustentada. Os sitiados de Recife, privados de receber suprimentos, ver-se-iam forçados a abandonar a luta ou a se internar pelo sertão. Naquele período de 1645 a 1650 nenhuma potência estrangeira estava em condições de ir em seu auxílio, mesmo que o desejasse, o que é aliás pouco provável. No Brabante, a Espanha preferiu entregar os seus súditos católicos ao regime dos hereges a pôr em perigo as negociações que conduziram ao tratado de Munster. Ela, decerto, não iria arriscar as inestimáveis vantagens de uma paz por causa dos *mazombos* (como eram cha-

cados por Francisco Barreto) do Brasil²³. A Inglaterra achava-se ainda atarefada com os restos da guerra civil, a França com as desordens da Fronde, e os suecos por demais absorvidos na Alemanha. Que foi então que impediu os Estados Gerais de empreender uma ação drástica contra Portugal, nessa época em que nenhuma outra potência europeia teria nisso interferido? Resposta: Amsterdam.

Nenhuma certeza é possível quanto às possibilidades da História, mas estar-se-ia provavelmente com a verdade se se dissesse que, se Amsterdam houvesse querido arranjar dinheiro, uma poderosa força expedicionária teria bloqueado Lisboa, ou tomado a Bahia, ou até feito uma e outra coisa, antes de estourar, em 1652, a guerra com a Inglaterra. Neste caso, podemos apostar que Portugal teria sido forçado a entregar os insurrectos à sua própria sorte; o que, aliás, sabemos que D. João IV estava disposto a fazer, embora contra a vontade. Em consequência, é mais que provável que a rebelião iria perdendo pouco a pouco o seu ímpeto, fôsse pela falta de suprimentos, fôsse pela desilusão, ou por estafa; os holandeses teriam, pelo menos, conseguido contê-la e limitá-la. A partir de 1651, era decerto muito tarde para isso. Quando, em 1657, se decidiram os Estados Gerais a adotar uma política mais “dura” com relação a Portugal, já a Inglaterra e a França estavam de novo unificadas, e eram potências de primeira classe. Ambas tinham as suas intenções com relação a Portugal, não se sentindo por isso

(23) De Francisco Barreto a Pedro de Melo, Bahia, 29 de abril de 662: “a lastima de differença que ha de vencer Castelhanos, a lidar com Mazombos” (*Documentos Históricos*, V, p. 146). Pelos artigos 5 e 6 do tratado de Munster reconhece a Espanha explicitamente o domínio dos holandeses sobre todo o território por eles conquistado no Brasil, aí incluídas as regiões retomadas pelos portugueses depois de junho de 1645. O enviado francês a Haia em 1647 observara que os espanhóis ansiavam tanto pela paz com os holandeses que, “se fôsse necessário crucificariam de novo o Cristo, para obtê-la”:

dispostas a ficar de lado e assistir ao esmagamento daquele reino, em proveito da Espanha e das Províncias Unidas²⁴.

Pretendem alguns historiadores, entre os quais o falecido Professor Prestage pode ser citado como exemplo, que o motivo principal de não haverem os holandeses lançado mão de uma ação drástica contra D. João IV, no tempo em que podiam fazê-lo postar-se de joelhos, foram as intrigas e as maquinações do enviado português em Haia²⁵. Estou convencido de que há nisso grande exagêro. Ao denunciar a corrupção e a ineficiência da Companhia das Índias Ocidentais, estava Sousa Coutinho pregando a convertidos. Havia na Holanda, e particularmente em Amsterdam, muita gente de influência que não gostava, em princípio, da Companhia das Índias Ocidentais, não tendo por isso nenhuma intenção de salvá-la do atoleiro em que estava ela metida no Brasil²⁶. Não foram as peitas, os argumentos e protestos de Sousa Coutinho que exerceram influência decisiva sôbre os Estados Gerais, mas sim a noção que tinha Amsterdam de seus próprios interesses. Devemos lembrar-nos de que entre 1647 e 1648 êsses interesses não eram os mesmos que

(24) Cromwell pensou certa vez em dividir o Brasil com os holandeses; mas quando viu essa idéia de um tratado de Tordesilhas protestante ser rejeitada pelos últimos, o maior interêsse da Inglaterra foi preservar a independência de Portugal, visto a importância que tinha para ela o comércio ultramarino dêste último. Cf. o projeto apresentado em 1653 por intermédio de Cornelis Vermuyden, e publicado por Thurloe, *State Papers*, II, pp. 125-6. J. Elias, *De Tweede Engelsche Oorlog als het keerpunt in onze betrekkingen met Engelande* (Amsterdam, 1930), pp. 8-9, 20-21.

(25) Prestage, *Diplomatic Relations*, p. 209.

(26) A Companhia das Índias Orientais, muito poderosa em Amsterdam, olhava decerto com despeito para a das Índias Ocidentais; mas o grau dessa rivalidade tem sido evidentemente exagerado. Naquele tempo dava-se muito crédito às alegações de que os diretores da primeira sabotavam deliberadamente a última, mas provavelmente não havia muita base para êsses boatos, se é que eles não eram inteiramente destituídos de fundamento. Como exemplo dessas balelas, veja-se a anedota de Duarte Ribeiro Macedo, reproduzida por A. Sérgio na *Antologia dos Economistas Portugêses* (Lisboa, 1924), pp. 379-81.

entre 1649 e 1651; mas se Amsterdam, para dar as suas passadas, sabia escolher os momentos críticos, eram também os Estados Gerais peados pela sua própria política.

Os recursos materiais de Portugal eram sabidamente inferiores aos das Províncias Unidas, mas sob certos aspectos levava aquêlo pequeno reino uma grande vantagem sôbre as últimas. Não precisava D. João IV mortificar-se muito para obter o concurso do Algarve, ou do Alentejo, antes de pôr em execução o que houvesse sido decidido pelo seu Conselho de Estado. Essa forma unificada de govêrno contrastava com a situação caótica e *sui-generis* das Províncias Unidas. Tinha tôda razão Downing quando em 1664 escrevia de Haia, para o govêrno de sua pátria: "Contaís com infinitas vantagens, visto a forma de govêrno dêste país, que tem alguma coisa de fragmentário e dividido; pois mesmo que o restante das províncias dê os seus votos à Holanda, nada é mais certo e evidente do que ser a Holanda quem deve carregar o fardo. A própria Zelândia muito pouco pode fazer. por ser demasiado pobre, e, quanto às outras províncias, elas não podem, nem querem"²⁷. A própria província da Holanda dependia quase tanto de Amsterdam quanto as demais províncias dependiam dela. Em última análise, era Amsterdam quem pagava a osquestra e lhe ditava a toada.

Outra questão é o que teriam feito os holandeses do Nordeste do Brasil, caso tivessem conseguido ficar na posse dêle, no todo ou em parte. João Maurício havia indicado como no seu tempo se poderiam obter bons emigrantes, tendo-o acompanhado outros, mais tarde, em suas opiniões. É todavia muito duvidoso que os Estados Gerais teriam a habilidade necessária para agir de acôrdo com elas. Como escrevera Violet Barbour, as opiniões

(27) Downing a Bennett, em 24 de janeiro de 1664, citado por Japikse, em *Verwikkelingen*, p. LIV.

dêsse jaez mereciam pouca atenção da parte de Amsterdam, cujas grandes emprêsas de comércio preferiam o domínio sôbre o tráfico e a expectativa de bons lucros às remotas compensações advindas da colonização^{27 bis}. Com o rumo que as coisas tomaram, seria difícil pôr em prática essa política migratória durante os anos de guerra, de que aliás se constituiu a maior parte da vida da colônia. Não se chegou a colhêr frutos de um império holandês no Atlântico sul, como pareceu a pique de realizar-se em 1644. Todavia, êsse fracasso não era, como se tem dito muitas vêzes, uma conclusão a que se poderia ter chegado antecipadamente. Tal como a batalha de Waterloo, a luta épica pela posse de Pernambuco só “por um triz não teve outro desfecho”.

(27 bis) V. Barbour, *Capitalism in Amsterdam in the seventeenth century*, pp. 139-140. Os diretores da Câmara da Companhia das Índias Ocidentais, em Amsterdam, não se mostraram, todavia, inacessíveis a opiniões mais esclarecidas. Cf. atrás, p. 145.

APÊNDICE I

Personalia

I. *Holandeses*

DE WITH, WITTE CORNELISZON (1599-1658). Nasceu em março de 1599, perto de Den Briel, de pais menonistas adeptos do pacifismo, e entrou no serviço da Companhia das Índias Orientais em 1616. Dentro de pouco, foi feito mordomo e alabardeiro do famoso governador-geral Jan Pieterszoon Coen, tomando parte na defesa de Jacatra e na fundação de Batávia, em 1618-19. Voltando à Holanda em 1620, ingressou no serviço naval dos Estados Gerais, fazendo em 1621 o cruzeiro do Mediterrâneo e das costas de Portugal. Entre 1623 e 1626, tomando parte na frota de Nassau, fêz uma viagem de circunavegação à volta do mundo, no pôsto de capitão do *Delft*, nau capitânia do vice-almirante Schapenham; em 1628 foi capitão de navio na esquadra de Piet-Heyn, que aprisionou a frota mexicana da prata na baía de Matanzas. De 1630 a 1632 foi comandante da escolta da “grande pescaria”, no Mar do Norte; em 1637 tornou-se vice-almirante, sob as ordens de M. H. Tromp, de quem muito breve se tornaria acérrimo inimigo pessoal. Muito se distinguiu no combate travado contra a armada de Oquendo no Canal da Inglaterra e na subsequente destruição da esquadra espanhola ao largo de Dover, em setembro e outubro de 1639. Em 1640 aprisionou Matthias Rombout, vice-almirante de Dunquerque, e um dos corsários

mais temidos daquela base. Em 1641, comboiou até a Inglaterra o príncipe Guilherme II, que ia casar-se com Maria Stuart, cruzando no Canal durante os anos seguintes, para defendê-lo dos ataques dos dunquerqueuses. Em 1644, conduziu até o Báltico, através do estreito de Sonda, um comboio de 42 navios de guerra e 900 mercantes, façanha que repetiu no ano seguinte, levando 800 navios mercantes. Em 1646, pela sua participação na tomada de Dunquerque, foi feito cavaleiro pelo rei Luís XIV, e nos fins de 1647, fêz-se à vela para o Brasil. Em fevereiro de 1651, após a sua virtual quitação, reassumiu o seu serviço na marinha, combatendo de 1652 a 1654 em tôdas as grandes batalhas da primeira guerra contra a Inglaterra. Sucumbiu na batalha de Sonda (8 de novembro de 1658), quando foi mortalmente ferido ao defender o seu navio contra fôrças muito superiores. Morreu a bordo de uma capitânia sueca, lançando desafios até o fim, mais ou menos à maneira de Sir Richard Grenville. Entre 1616 e 1654 servira Witte Corneliszoon de With em mais de cinquenta operações de guerra, tanto em terra como no mar, tendo transposto vinte e quatro vêzes a linha equatorial. Embora muitos marujos o detestassem por ser um rijo disciplinador, gozava de popularidade no seio de seus co-provincianos da região de Maas, tendo sido, sem dúvida, um dos maiores almirantes do século áureo da Holanda.

MARCGRAF, GEORG (MARCRAVE) (1610-44). Nascido em Liebstadt a 10 de setembro de 1610, estudou botânica e medicina com o Prof. S. Pauli (1603-80) na Universidade de Rostock, e astronomia com L. Eichstadt, na Universidade de Stettin. Como não poucos compatriotas seus, devido à Guerra dos Trinta Anos, Marcgrave prosseguiu mais tarde os seus estudos na atmosfera mais calma das Províncias Unidas. Em setembro de 1636, matriculou-se na Universidade de Leiden, onde durante quinze meses

estudou medicina, botânica, astronomia e matemática. Foi ali que se tornou amigo do douto Johannes de Laet, graças a cuja influência pôde embarcar para o Brasil, juntando-se ao séquito de cientistas que acompanhou João Maurício. Embarcou no dia de Ano-Bom de 1638, e alcançou Recife na véspera da partida de João Maurício para atacar a Bahia. Marcgrave não esperou muito para aprender o português, língua em que já durante o cerco da Bahia endereçava notas a João Maurício, parecendo assim ter tomado parte nele. Como ficou dito antes, João Maurício construiu para Marcgrave o primeiro observatório astronômico instalado no Novo Mundo, o qual estava localizado numa das tôrres do palácio de Vrijburg. O príncipe forneceu também a Marcgrave uma escolta de soldados sob o comando do coronel Mansvelt, a fim de acompanhá-lo em tôdas as excursões zoológicas e botânicas pelo interior. Os exemplares vivos por êle coligidos eram postos em cativério no espaçoso parque de João Maurício, enquanto que os mortos eram cuidadosamente dessecados, ou secos, prensados e catalogados, por Marcgrave.

Em seu prefácio à *Historia Naturalis Brasiliae*, data de 1648, explica Johannes de Laet que Marcgrave havia reunido tôdas as suas observações matemáticas e astronômicas numa obra intitulada *Progymnastica Mathematica Americana*, que se compunha de três partes. Tratava a primeira da óptica, incluindo: uma lista de tôdas as estrélas observadas entre o trópico de Câncer e o Pólo Sul; muitas observações sôbre todos os planétas, e bem assim sôbre os eclipses do Sol e da Lua; “teorias novas e verdadeiras” com respeito a Vênus e Mercúrio, baseadas tôdas em observações próprias; a teoria das refrações e paralaxes; observações sôbre as manchas solares, afora muitos outros dados astronômicos. A segunda parte, concernente à geografia e à geodésia, continha também

uma discussão da teoria das longitudes e dos métodos para calculá-las, e ainda uma refutação dos “erros dos geógrafos antigos e modernos”. A terceira continha uma série de tábuas astronômicas, sob o título de *Tabulae Mauritii Astronomicae*. Por infelicidade, êsse trabalho não logrou chegar até nós em sua forma completa, e apenas algumas das notas fragmentárias e memorandos usados na compilação delas foram deixados por De Laet e Golius, para serem decifrados.

Das numerosas excursões botânicas e zoológicas feitas por Marcgrave no interior, só nos ficaram dados relativos às empreendidas entre 1639 e 1640; sabe-se todavia que realizou muitas outras. O material por êle colecionado nessas jornadas, trazido depois para a Europa por João Maurício, serviu durante um século e meio de base ao estudo da fauna, flora e antropologia do Brasil. Marcgrave teve a intenção de voltar para a Europa com João Maurício, em 1644; mas no último instante mudaram-se os seus planos, seguindo, pelo contrário, para Angola. Lá morreu êle de um ataque de febre, pouco tempo depois de sua chegada em Luanda, em julho ou agosto de 1644. Para maiores minúcias sôbre os trabalhos que deixou e o alto conceito em que é tido pelos cientistas modernos dedicados às mesmas especialidades, deve o leitor recorrer ao “Escôrço Biográfico” de A. Taunay.

JOÃO MAURÍCIO, de Nassau-Siegen (1604-79). Descrita que já foi a sua anterior carreira militar nos Países-Baixos e sua atuação como governador do Brasil (capítulos III e IV), dar-se-á a seguir um resumo de seu currículo após a volta para a Europa, em 1644. Dentro de pouco, foi nomeado locotenente-general de cavalaria e comandante da guarnição holandesa de Wezel, participando além disso das campanhas da Flandres, entre 1644 e 1646. Nos últimos anos da guerra com a Espanha, a luta nessa frente foi travada sem muito entusiasmo da parte dos

holandeses, muitos dos quais se sentiam cada vez mais preocupados com o poderio dos franceses aliados. A João Maurício foi possível passar uma boa parte do tempo disponível em Haia e na Alemanha, onde a sua presença em Siegen era reclamada, por questões de família com os católicos-romanos de suas relações.

Durante o verão de 1647, foi êle convidado a voltar ao Brasil, na qualidade de comandante-chefe das forças de mar e terra; mas a proposta deu em nada, pelos motivos já explanados no capítulo V. Devemos acrescentar que Sousa Coutinho duvidava da sinceridade do que dizia João Maurício sôbre a sua boa vontade para com os moradores de Pernambuco; mas, pela correspondência do próprio conde e pelos comunicados por êle feitos aos Estados Gerais em 1647, sabemos que neste ponto o enviado português não tinha razão. Já antes, entre 1644 e 1645, tentara Sousa Coutinho chamar a si João Maurício, mas êste se esquivara, com polidas evasivas. Isso aborreceu Sousa Coutinho, que, não querendo compreender que João Maurício não tinha nenhum desejo de atraiçoar seu país de adoção, mostra a sua irritação no relatório que enviou a D. João IV, em 16 de janeiro de 1645: “Desde a primeira vez que me avistei com o conde Maurício persuadi-me de que pouca coisa poderemos esperar dêle, e cada dia que passa só faz reforçar a minha convicção neste particular. Visto como, embora não tenha nascido na Holanda, foi êle educado pelos holandeses, cujo caráter em grande parte assimilou”. Quanto à idéia de que se poderia induzir João Maurício a entrar para o serviço de Portugal, “uma vez que êle voltando à pátria aliou-se à súcia de beberrões de sua terra, não pensava mais nisso”. Esse mau conceito sôbre o caráter de João Maurício não impedia que Sousa Coutinho o tivesse em alta conta, porquanto, dois anos depois, induzia o Conde a não retornar ao Brasil. Em setembro de 1647, escrevia

êle: “É muito importante que êste homem não vá, pois é êle de tal modo estimado tanto nestas províncias como nas do Brasil, que levaria para lá os melhores oficiais, os quais a princípio estavam dispostos a ir, mas disso desistiram depois de haver êle declinado. No outro lado do Atlântico êle pode dar motivo a uma reviravolta na atitude dos moradores, se não de todos, pelo menos dos que já estejam cansados com a guerra”. Um mês depois, voltava a escrever: “Tê-lo feito desistir desta emprêsa foi o meu melhor serviço prestado a Vossa Majestade”. Como se viu antes, o motivo real de haver João Maurício se recusado a voltar para o Brasil foi não lhe terem dado plenos poderes e o número completo de homens por êle pedido. É todavia possível que falasse com o coração quando afirmou a Sousa Coutinho que voltaria de bom grado para Pernambuco como governador, vivendo ali em paz o resto de sua vida, acrescentando contudo que não tinha o menor desejo de retornar a uma colônia devastada pelas guerras.

Como falhasse o projeto de voltar ao Brasil, aceitou jubilosamente João Maurício o oferecimento que lhe fêz Frederico Guilherme, Eleitor de Brandeburgo, do cargo de estatouder de Cleves, uma das possessões dos Hohenzollern ao longo do Reno. Durante os vinte anos que se seguiram viveu êle a maior parte do tempo no referido lugar, embora fazendo longas e freqüentes visitas a Haia, Berlim e outras cidades. Em 1652, foi promovido por Fernando III a Grão-Mestre do distrito brandeburguense da ordem de São João de Jerusalém. Durante a sua estada na Alemanha, dedicava longo tempo aos seus empreendimentos favoritos de arquitetura e ajardinamento, vendendo ao Grande Eleitor uma parte das coleções trazidas do Brasil, em troca de certa propriedade territorial. Tomou-se também de vivo interêsse pela fundação da Universidade Protestante de Duisburgo. Em 1651, recusou

nova tentativa de fazê-lo voltar para o Brasil, parecendo ainda que no ano seguinte se pensou seriamente em lhe confiar o comando naval durante o período transitório em que, no curso da guerra contra a Inglaterra, o locotenente-almirante M. H. Tromp caíra das boas graças do governo. Seja como fôr, escrevendo em julho de 1652 à rainha Cristina, da Suécia, assim se expressou o bem informado Abraham de Wicquefort: “Mesme on esté en deliberation de faire election d'un General de mer et conferer cette charge a M. le Comte Maurice, mais puisque S. E. ne peut pas bien souffrir la mer, ie crois qu'elle s'en excusera: aussi l'affaire n'a pas esté portee encore a l'Assemblée des Etats Generaux”. Em 1658 atuou como representante do Brandeburgo na eleição e coroação do imperador Leopoldo, em Francfort.

Enquanto estêve na Alemanha, manteve-se João Maurício em seu pôsto de locotenente-general da cavalaria holandesa e de comandante da guarnição de Wezel, com os respectivos emolumentos; mas vivia ansioso por alcançar o de marechal-de-campo, que vagara em consequência da morte de Brederode, em setembro de 1655. Por causa dessa vacância deixou-se tomar de rivalidade, desprimorosa aliás, contra seu primo Willem Frederik, estatouder da Frísia, lembrando aos Estados Gerais a parte saliente tomada por êste último, cinco anos antes, no ataque mal sucedido do príncipe Guilherme II contra Amsterdam. Nenhum desses dois príncipes de Nassau conseguiu alcançar então a cobiçada dignidade, por isso que a província da Holanda, sob a liderança de Johan de Witt, manifestou-se contrária ao preenchimento da vaga, opondo-se a todos os esforços feitos no sentido de conseguí-lo, durante os doze anos que se seguiram. A isso poder-se-á acrescentar que João Maurício, apesar de seu grande interêsse prático pelos assuntos militares, superintendendo pessoalmente provas de artilharia nas praias

de Scheveningen, a ponto de inventar um nôvo sistema de transporte para as peças de artilharia montada, não era um grande comandante.

Quando Carlos II estêve em Haia, depois de ter sido convidado durante o verão de 1660 a reassumir o trono da Inglaterra, foi no Mauritshuis que se hospedou. Nos últimos anos, João Maurício tornou-se jactancioso (“foi em minha casa que Carlos II se tornou rei”), provocando com sua pompa a admiração dos cortesãos da Inglaterra. Êstes se mostraram particularmente impressionados com a escadaria principal, “uma das mais belas e mais caras de tôda a Europa, visto ser dupla, muito larga e inteiramente construída de uma madeira raríssima das Índias (= Brasil)”, como consta da coeva *Relation*, de Sir William Lower. Mais ainda, em sua qualidade de representante do Brandeburgo, foi João Maurício a primeira pessoa, entre as que tinham a categoria de príncipe, a congratular-se com Carlos II pela sua acessão, motivo pelo qual foi recebido da maneira mais afetuosa por aquêle monarca. Na primavera do ano seguinte, talvez na esperança de tirar partido dessa impressão favorável, foi João Maurício enviado à Inglaterra como chefe de uma missão do Brandeburgo, tendo como colega Daniel Weimann, o mais íntimo conselheiro do Grande Eleitor. Tinha essa embaixada o tríplice objetivo de discutir a tutela do jovem Guilherme de Orange, a possibilidade do casamento de Carlos II com Maria de Orange (esta última, filha solteira de Amália Von Solms) e a assinatura de uma aliança com a Inglaterra, a fim de fazer face à agressão sueca. O projeto de casamento tornou-se natimorto em virtude do noivado de Carlos II com Catarina de Bragança, ao mesmo tempo que a tutela do príncipe de Orange não sofreu muita alteração; mas, em julho de 1661, foi concluída uma aliança defensiva entre o Brandeburgo e a Inglaterra.

Em 1665, a irrupção da segunda guerra anglo-holandesa e o ataque do belicoso bispado de Munster às Províncias Unidas, fêz com que João Maurício fôsse nomeado comandante-chefe da frente oriental. A sua atitude meramente defensiva e inoperante na rápida campanha foi severamente criticada por Johan de Witt. Mas o próprio Grande Pensionário merecia bastante ser censurado pela magra assistência dispensada ao exército holandês nos anos de 1665 e 1666, visto que o mêdo das tendências monárquicas da Casa de Orange-Nassau o havia feito despreocupar-se deliberadamente do exército. Acresce que a iniciativa de João Maurício foi cerceada pela presença em seus quartéis-generais de deputados dos Estados Gerais, cuja prévia sanção era indispensável a qualquer ação militar. Em todo caso, recebeu mais tarde João Maurício uma paga de 10 000 florins pela sua participação na campanha, sendo finalmente promovido a marechal-de-campo, em janeiro de 1668.

Muito maior foi o papel desempenhado por João Maurício nas campanhas de 1672 a 1674, quando estiveram em jôgo os próprios destinos das Províncias Unidas. Distinguiu-se êle particularmente na batalha de Senef (11 de agosto de 1674), onde, conforme ulteriormente dissera a Sir William Temple o príncipe de Orange, sob cujas ordens tinha servido, “fêz êle o mais que pôde, procurando sempre morrer gloriosamente em combate, sem todavia conseguilo, para grande mágoa sua”. “Não me admiro disso”; acrescentava o embaixador, “considerando-lhe a idade de cêrca de sessenta e seis anos e os seus velhos achaques de gôta e pedra.” Sua saúde precária impediu-o de tomar parte ativa na guerra com a França, e embora tenha sido nomeado governador de Utrecht, viveu a maior parte do tempo em Haia. Em 1676 voltou definitivamente para a sua propriedade territorial no Reno, onde fêz o desenho e superintendeu a construção do próprio túmulo, situado nas suas idílicas cercanias. Fisicamente combalido, mas

na posse plena de suas faculdades, expirou em paz, a 20 de dezembro de 1679.

VAN DEN BRANDE, CORNELIS (VAN DER BRANDEN, VAN BRANDT, etc.). Não pude achar a data de seu nascimento, nem a de sua morte, e tampouco a de sua vinda para o Brasil; mas foi um dos veteranos da guerra colonial em causa. Devia estar já desde algum tempo no país quando, em 1634, se lhe deu o pôsto fixo de capitão na guarnição do forte Frederik Hendrik, situado nos arredores da cidade Maurícia. Destacou-se por ocasião da vitória alcançada por Arciszewski em Mata Redonda, e depois no cêrco da Bahia, onde capturou o vizinho forte de São Filipe, na fase inicial da campanha. Em 1639 comandava o forte Maurício, na margem do rio São Francisco; mas, no ano seguinte, à testa de uma desastrada expedição de pilhagem ao longo do rio Real, foi derrotado e aprisionado por D. Francisco de Moura. Durante algum tempo estêve como prisioneiro na Bahia, e é de presumir-se que tenha sido libertado após a declaração de paz de 1642. Em data incerta, voltou para as Províncias Unidas, sendo comissionado em setembro de 1647 comô um dos coronéis dos cinco regimentos destacados para prestar serviços no Brasil. Portou-se com muita bravura na primeira batalha dos Guararapes, e, se se pode dar crédito ao que escrevera alguém de seu próprio regimento, à sua chefia, depois da retirada de Von Schoppe, ferido, em grande parte se deve o não ter sido ali a derrota pior do que foi. Graças ao conhecimento que tinha do terreno nos arredores da Bahia, tomou parte, como companheiro de Van Goch, no comando da expedição que assolou o Recôncavo, em dezembro de 1648. Pelejou na segunda batalha dos Guararapes, não podendo todavia desta vez impedir a completa *débâcle*, e sendo muito feliz em escapar com vida. Posteriormente, em 1649, percebendo, sem dúvida, que o Brasil holandês não

tinha qualquer futuro, resignou o seu pôsto, voltando para a pátria. Não me foi possível, porém, saber o que aconteceu com êle daí por diante.

Pelo teor de seus despachos e relatórios, que se contam entre os mais dignos de ler-se dos do Brasil holandês, parece ter sido calvinista zeloso; ainda assim, não deixou de ter seus detratores. O *Brasyls Schuittpraetjen* (1649) acusa-o de peculato, covardia e incompetência, acrescentando: “No memorando oficial de João Maurício é êle tratado de mentiroso, e embora os zelandeses queiram fazer dêste homem um santo, isso não é possível, porquanto a covardia e falsidade de suas ações são demasiado conhecidas de tôda gente.” Não é preciso dizer que o autor dêste panfleto, que se apresentava como “imparcial”, podia ser tudo, menos um espírito desprevenido, embora talvez se possa concluir dêste desabafo (como também do *Journal* de Haecxs, correspondente a 7 de novembro de 1647) que Van den Brande era zelandês. No livro do Dr. J. van Hoboken sôbre *Witte de With in Brazilië* há um retrato dêle, feito na época.

VAN DER DUSSEN, ADRIAEN JACOBSZ (1585-1642). Tendo nascido em Delft, no ano de 1585, já em 1602 ia para as Índias Orientais com a frota de Wybrant van Warwijck. Também, com certeza, seguiu para lá em fins de 1607, como ajudante da esquadra da Companhia das Índias Orientais, comandada pelo almirante P. W. Verhoeff. Durante dois anos ficou em Banda, nas Molucas, mas estêve condenado a ser demitido do serviço da Companhia por crime de adultério (o governador-geral Both escreveu que o môço Van der Dussen era *abdomatissimo mette hoererije*). Tendo prometido corrigir-se, foi quase imediatamente reconduzido, graças não só às suas relações com pessoas influentes de Delft, como também às suas capacidades incomuns de administrador. Como falasse bem a língua malaia, destacaram-no em 1614 para

ficar em Johore; mais tarde, prestou serviços em muitos outros pontos do arquipélago indonésio tornando-se em maio de 1616 locotenente-governador das ilhas Banda. Um ano depois, precisamente, foi novamente sentenciado por “adultério e libertinagem”; mas ainda desta vez não tardou a ser reempregado e mandado de volta a Banda. Na tomada de Jacatra (Jakarta), em fins de maio de 1619, comandava uma companhia, e dois meses depois era nomeado *opperhoofd*, ou chefe da agência da Companhia, em Jambi, na ilha de Sumatra, onde permaneceu até fins de 1623. Em 1624 voltou para a Holanda, estabelecendo-se em Rotterdam, onde entre 1629 e 1636 ocupou vários cargos municipais importantes. Não sei que parentesco tinha êle com “o traidor Van der Dussen, de Rotterdam”, cujas propostas de submeter os holandeses à vassalagem do rei da Espanha (1628) foram publicadas na *Kron. Hist. Gen. Utrecht*, XXV, pp. 159-66. Todavia, penso não se tratar da mesma pessoa, visto como o autor da proposta de 1628 estêve em sua pátria (pelo menos temporariamente) em 1618. Em julho de 1632, Adriaen van der Dussen foi nomeado diretor da Câmara da Companhia das Índias Ocidentais, em Rotterdam, onde, depois de sua volta do Brasil, em 1640, passou novamente a residir, até a sua morte, em 1642.

VAN GOCH, MICHIEL (1603-1668). Nasceu em 1603, em Flushing, e estudou medicina na Universidade de Leyden (sem, ao que parece, conquistar o diploma). Viajou também muito pela Europa, no intuito de completar a sua instrução, parecendo ter sido bom lingüista. Quando, em 1645, foi designado membro do Grande Conselho de Recife, já era magistrado e pensionário em Flushing, além de deputado pela província da Zelândia, nos Estados Gerais. Como foi dito antes (pág. 247) essa sua viagem para o Brasil, entre 1645 e 1646 foi singularmente difícil e tormentosa. Se dermos crédito ao seu

secretário, Pierre Moreau, muito bem se houve Van Goch durante essa viagem. Foi êle quem dominou dois motins surgidos a bordo da nau capitânia, um no Canal da Mancha e outro ao largo das costas de Portugal, isso graças a um misto admirável de tato e de energia. Teve também uma desavença com o seu colega holandês Simon van Beaumont, por motivos de precedência, o que reflete a típica e contínua rivalidade existente entre a Holanda e a Zelândia; mas teve a satisfação de ser o primeiro membro do nôvo govêrno a alcançar Recife.

Durante os seis anos que se seguiram, foi Michiel van Goch, de muito, o mais ativo e mais notável dos membros do Grande Conselho. Schonenburgh estava velho, e nunca cessava de lamentar a vinda para o Brasil; Haecxs era muito mais môço, mas ocupava-se principalmente com assuntos comerciais e financeiros, e foi por muitas vêzes acometido de prolongadas moléstias. Por outro lado, Van Goch estêve sempre à frente em momentos de agitação. Foi êle quem organizou e chefiou a expedição que devastou o Recôncavo em dezembro de 1648, tendo sido também “deputado-de-campo” na segunda batalha dos Guararapes, em fevereiro de 1649. Quando o Grande Conselho precisou enviar alguém à Paraíba para protestar contra o rabugento almirante Witte de With, foi Van Goch o escolhido. Quando o mesmo Conselho teve necessidade de escolher alguém para reprimir os motins nos navios de guerra do Estado e impedir que os fizessem voltar para a Europa, foi ainda Van Goch quem se ofereceu voluntariamente para essa tarefa difícil, havendo êle, na segunda dessas ocasiões pelo menos, corrido pessoalmente grande risco. Foi também Van Goch o enviado à mãe-pátria em junho de 1653, com o fim de, antes que fôsse tarde demais, dirigir um último e desesperado pedido de socorro, fazendo ver que a situação podia ser ainda conjurada e invertida, caso fôsem

enviados a tempo reforços para Recife, ou empreendida uma ação drástica contra Portugal. As complicações decorrentes da guerra com a Inglaterra, como também a oposição de Amsterdam, impediram que se fizesse alguma coisa antes de chegarem as notícias do colapso da colônia. Pelas referências feitas por Aitzema a essa missão, ficamos sabendo que Van Goch mostrava birra particular contra os portugueses, que êle tinha na conta de “a nação mais falsa, mais cruel e mais desonesta do mundo”.

Não podendo voltar a Recife, reassumiu Van Goch em 1655 o seu cargo de Pensionário de Flushing, tornando-se mais tarde auditor-geral da Zelândia. Foi membro da delegação enviada pelos Estados Gerais para congratular-se com Carlos II pela sua subida ao trono, e nomeado em 1664 embaixador dos Países-Baixos na Inglaterra. Chama-o o professor Keith de “o fraco e jactancioso Van Goch”, mas parece-me injusta essa maneira de caracterizá-lo. A tarefa de Van Goch era das mais difíceis, se não de todo impossível, visto como o govêrno não podia, nem queria fazer concessões no tocante aos pontos principais envolvidos na disputa. “Coûte que coûte”, disse a Van Goch o honrado George Monk, conde de Albemarle, “a Inglaterra deve ter a sua parte no comércio mundial.” Outro capitão-de-mar-e-guerra, ainda mais honesto, foi ainda mais rude ao anunciar o motivo fundamental: “O comércio mundial é demasiado pequeno para nós ambos, pelo que um de nós terá de ser excluído dêle.” Van Goch permaneceu na Inglaterra durante os doze meses que se seguiram à explosão da guerra, enviando ao govêrno de seu país relatório sôbre a situação, tal como, em Haia, vinha fazendo Downing, em seu saboroso estilo. Voltou finalmente à pátria em dezembro de 1665, reassumindo o pôsto de auditor-geral da Zelândia e, em janeiro de 1667, passando a conselheiro de Flushing. Faleceu no ano de 1668.

II. *Luso-brasileiros*

MORAIS, MANUEL DE (*c. 1596 — c. 1651*). Tendo nascido em São Paulo por volta de 1596, trazia provavelmente Manuel de Moraes, como a maioria dos filhos daquela região, boa dose de sangue ameríndio nas veias, e falava fluentemente o tupi. Depois de estudar no Colégio dos Jesuítas da Bahia, ordenou-se padre, fazendo os votos de costume perante aquela Companhia, e tornando-se superior de um dos aldeamentos de índios de Pernambuco, onde se achava por ocasião da invasão holandesa. Tinham os seus superiores tôdas as razões para estar assim satisfeitos com êle, lendo-se num relatório confidencial datado de 1631 referências as mais abonadoras às suas capacidades intelectuais. Como ficou dito no texto, até janeiro de 1635, quando foi feito prisioneiro perto da Paraíba, combateu êle os invasores hereges, à testa de seus selvagens paroquianos. Mas, para grande desapontamento de seus compatriotas e correligionários, bandeou-se então abertamente para o lado dos holandeses, sem que se saiba bem por que motivo. Passou a trajar-se como os leigos, professando ostensivamente o protestantismo e escarnecendo dos prisioneiros portugueses por não comerem carne na sexta-feira santa. Pouco antes de sua deserção para o lado dos holandeses, haviam chegado aos seus superiores, na Bahia, relatórios inquietantes a respeito de seus desregramentos no tocante ao sexto mandamento. Como conseqüência, foi expulso da Companhia e, como de praxe, queimado em effígie num auto-de-fé, em Lisboa (6 de abril de 1642). Os inimigos paulistas dos jesuítas, chamaram-no de “o maior herege e apóstata que a Igreja de Deus tem nos dias de hoje”, responsabilizando-o diretamente pela morte de milhares de inocentes, homens, mulheres e crianças, às mãos dos holandeses hereges e dos tapuias antropófagos, seus

aliados. Seu nome ficou sendo odiado, e êle um réprobo para a Companhia de Jesus. Essa espetaculosa apostasia era comparada com a de Cristóvão Ferreira, jesuíta e Provincial no Japão, o qual, depois de apostatar em 1633, sob tortura, casou-se com uma japonêsa e desempenhou o papel de conselheiro na Inquisição anticristã.

Depois de passar algum tempo no Recife, Manuel de Morais foi enviado à Holanda, onde se casou duas vêzes, em ambas com mulher calvinista, tendo como conseqüência três filhos. Após a morte da primeira mulher, em Harderwijk, casara-se com “uma das mulheres mais lindas do país”, que “morava nas proximidades da biblioteca da Universidade de Leiden”. Era pessoa familiar aos estudantes e à faculdade daquela universidade, tendo sido apadrinhado por Johannes de Laet, a quem prestara informações valiosas sôbre o Brasil. Começara, êle próprio, a redigir um trabalho sôbre o mencionado país, mas parece não ter ido muito longe nessa tarefa. Durante os anos passados na Holanda, tinha encontros freqüentes com os prisioneiros portugueses de Amsterdam, supondo alguns que êle era um criptocatólico, enquanto outros o tinham na conta de legitimo calvinista. Fôsse o que fôsse, numa coisa era ainda filho de Loyola. No curso de uma azêda discussão com certo frade capuchinho do Brasil, dissera êle ao último que “um cozinheiro da Companhia de Jesus sabe mais do que um franciscano formado”.

Abandonando a segunda mulher e os filhos (conforme êle próprio declarou), voltou para Pernambuco em começos de 1643, onde se entregara ao comércio do pau-brasil, derrubando as árvores no interior e transportando-as para Recife. Pouco depois de estourar a revolta, foi aprisionado por João Fernandes Vieira, mas salvou a pele, bandeando-se novamente, sem demora, para o outro lado. Por espontânea deliberação, funcionou como cape-

lão na batalha das Tabocas, mas foi prêso depois por Martins Soares Moreno, que o mandou para a Bahia, de onde o embarcaram para Lisboa, a fim de ser interrogado e julgado pela Inquisição. No curso desse processo, adotou a linha de apresentar-se como tendo sido sempre, no íntimo, um legítimo católico romano, que só exteriormente se havia conformado com o calvinismo. Não lhe causava embaraço nem o fato de haver sido formalmente expulso da Companhia de Jesus. Concordou em que havia prestado ocasionalmente serviços ao calvinismo, mas alegava não conhecer nenhum holandês, e nunca haver entendido uma só palavra daquilo que diziam. Quanto aos seus casamentos, jamais considerou qualquer deles como um estado de santo matrimônio, mas apenas como concupiscência carnal por mulheres hereges, pecados de que se dizia arrependido e dos quais pedia perdão. Suas declarações foram aceitas em substância pelos inquisidores, pelo que, embora sentenciado à prisão, foi libertado ao cabo de pouco tempo, em março de 1648, sob o fundamento de moléstia crônica. Parece ter morrido em 1651, sendo o seu caso um dos mais singulares entre quantos se deram em qualquer tempo nos anais do Santo Ofício.

FERREIRA, GASPAS DIAS (C. 1595 — C. 1656) Nascido em Lisboa por volta de 1595, emigrou para o Brasil em 1618, onde consta que era (a) abastado lavrador, e (b) apenas um pobre comerciante, quando se deu a invasão holandesa, em 1630. Segundo Calado, cujas alegações no *Valeroso Lucideno* devem ser recebidas decerto com reserva, descendia de cristãos-novos, motivo pelo qual, em 1643, se recusara o bispo da Bahia a ordenar um de seus parentes. Gaspar Dias Ferreira negava, com indignação, que fôsse marrano, mas a sua negativa é tão suspeita quanto a alegação de Calado. Esse despeitado frade, mas ainda assim bem informado, diz ter sido Gaspar Dias

Ferreira o primeiro morador a passar-se voluntariamente para o lado dos invasores, fixando residência em Recife, com sua mulher e filhos, e dando aos holandeses as informações mais minuciosas sobre os seus compatriotas. Isso pode muito bem ser verdade, embora só depois da vinda de João Maurício êle se tivesse tornado realmente um arquivolaborador. Mais tarde, Francisco de Sousa Coutinho apelidou-o de *Nayre* de João Maurício, tornando-se êle rapidamente aquilo que hoje em dia se chamaria o principal "contact-man" do governador-geral. Durante a expedição de 1638 à Bahia, desempenhou o papel de conselheiro de João Maurício, que parece ter ouvido muitas vezes a sua opinião em assuntos relativos aos moradores de Pernambuco. De 1637 a 1640, foi conselheiro municipal de Olinda e da cidade Maurícia, tendo tomado parte em 1644 na construção da ponte que unia Maurícia a Recife. Graças à estreita colaboração prestada aos invasores, acabou ficando muito rico, e dono de, pelo menos, duas lavouras de cana-de-açúcar. Diz Calado que êle se aproveitava de sua posição para extorquir açúcar e dinheiro dos moradores e do clero católico, fazendo constar que era para subornar João Maurício e os membros do Grande Conselho, muito embora ficasse com a maior parte do que auferia por êstes meios. Essas alegações foram plenamente confirmadas por várias fontes, inclusive pelas queixas dos frades beneditinos e carmelitas. Meteu-se também num contrabando de escravos em Cabo Verde, isso com a colaboração de João Maurício, que sofreu uma polida repreensão dos Heeren XIX, quando o escândalo veio à tona.

Em 1644, Gaspar Dias Ferreira acompanhou seu protetor durante a viagem à Holanda, sendo até certo ponto o homem mais odiado da colônia, a julgar pelo que disseram tanto os holandeses como os portugueses. Continuou sendo o conselheiro em quem João Maurício mais

confiava em se tratando de assuntos relativos ao Brasil, tendo sido sem dúvida graças aos bons ofícios de seu patrono que em fevereiro de 1645 conseguiu naturalizar-se oficialmente cidadão das Províncias Unidas. Instruído por João Maurício, ofereceu-se para auxiliar Barlaeus na redação do *Rerum per Octennium*, mas não se tem certeza se chegou a prestar essa colaboração. A despeito de todos os favores que recebia dos holandeses, Gaspar Dias Ferreira entretinha por êsse tempo desleal correspondência não só com Sevilha, como com Lisboa. Por infelicidade, um navio que levava a bordo algumas dessas correspondências comprometedoras foi capturado em agosto de 1645 pelos piratas da Barbária, e levado para Argel. Um mercador judeu da localidade teve a atenção despertada pela importância delas, pelo que as remeteu para Amsterdam, onde as fizeram chegar imediatamente às mãos dos Heeren XIX. A 26 de outubro de 1645, foi Gaspar Dias Ferreira pôsto na prisão, acusado de alta traição, e submetido a processo alguns meses depois. Teve muita sorte em escapar da sentença de morte, sendo condenado a perder a sua recém-adquirida nacionalidade, a pagar uma multa de 30 000 florins, à prisão com trabalhos forçados durante sete anos e, em seguida, ao banimento. O encarceramento não o impediu de protestar sua inocência perante os holandeses, nem de enviar periódicamente de sua cela, a Francisco de Sousa Coutinho, conselhos e informações relativas aos holandeses no Brasil.

Na noite de 17 para 18 de outubro conseguiu fugir espetaculosamente da prisão, deixando como justificativa de seus atos uma elegante carta escrita em latim, com enderêço aos Estados Gerais. Escapando à grita e ao tumulto que se erguia em seu encalço, tomou o rumo de Portugal, onde foi bem recebido, muito embora houvesse sido já publicado, apenas doze meses atrás, o *Valeroso Lucideno* de Fr. Manuel Calado, onde êle era denunciado

em termos descomedidos. O marquês de Montalvão advogou sempre a sua causa junto à côrte de Portugal, ao passo que Sousa Coutinho, que a princípio o denunciava como um traidor sem escrúpulos tanto de um lado como de outro, mudou finalmente de opinião, “porque não há ninguém com mais experiência do que êle nos assuntos referentes ao Brasil”. O rei D. João IV acreditou nas suas mentirosas alegações de que só por causa de sua influência havia Maurício tolerado os frades e o clero secular em Pernambuco, em consequência do que se fêz silêncio sôbre as diatribes de Calado. Apesar do seu real ou suposto sangue judeu, deram-lhe entrada na Ordem de Cristo, bem como a um de seus filhos, sendo-lhe conferido o fôro de fidalgo-cavalheiro em 1652 ou 1654. Fazendo-se esquecido de que havia em 1645 denunciado João Fernandes Vieira como um pérfido mulato, teve em setembro de 1652 a petulância de escrever ao chefe dos revoltosos, solicitando-lhe a nomeação para seu representante oficial em Lisboa. Ainda em 1655 vivia e desfrutava boa situação; mas foi-me impossível acompanhar daí por diante a traça dêste aventureiro, que dava prova de singular habilidade para caçar com os cães holandeses e correr com a lebre portugêsa. Vale a pena recordar que embora Fr. Rafael de Jesus houvesse reproduzido (aliás sem mencionar a fonte) em seu *Castrioto Lusitano* (1679) muitas das acusações feitas contra Gaspar Dias Ferreira no *Valeroso Lucideno*, o cronista beneditino teve o cuidado de evitar qualquer referência nominal a êsse colaborador, a quem apenas se refere como sendo judeu.

VIEIRA, ANTÔNIO, S. J. (1608-1697). Nascido em Lisboa a 6 de fevereiro de 1608, era de descendência humilde, pois sua avó materna era uma mulata que servira como criada no solar dos condes de Unhão, e seu pai um armeiro. Aos seis anos foi com todos os seus para a Bahia, onde o pai, Cristóvão Vieira Ravasco, fôra ele-

vado ao pòsto de secretário do supremo tribunal de justiça. Educou-se o menino Vieira no Colégio dos Jesuítas da mencionada cidade, não tardando a destacar-se como aluno distinto, e entrando para a Companhia aos quinze anos de idade, como noviço. Foi testemunha ocular da invasão holandesa, entre 1624 e 1625, da qual nos transmitiu a melhor e mais completa narrativa. Mais tarde, viveu algum tempo em Olinda, em cujo Colégio dos Jesuítas foi lente de retórica. Voltando para a Bahia, antes do ataque holandês de 1630, ao ordenar-se em 1635 gozava já da fama de eloqüente pregador. Em 1638, estimulou com o seu fervor os defensores da cidade contra João Maurício, tendo sido o escolhido para pregar o sermão da vitória, após a expulsão dos holandeses. Em 1641, foi a Portugal em companhia dos emissários que levavam a notícia da adesão da colônia a D. João IV, cujo interesse e proteção conseguiu assegurar e de cuja côrte em breve ficou sendo pregador. O rei deixou-se sem dúvida fascinar pelo gênio multiface de Vieira, considerando-o sob muitos aspectos “o maior homem do mundo”. Vieira retribuiu essa amabilidade devotando-se de todo coração ao nôvo monarca, em cuja pessoa queria ver a realização das profecias do Sebastianismo, tão difundidas em Portugal, onde depois de sua morte em 1656, a ressurreição de D. Sebastião foi esperada confiantemente durante muitos anos.

O rei ouvia Vieira em tôdas as questões de maior importância, mormentê nas que se relacionavam com o Brasil, impressionando-se tanto com o conhecimento que o jesuíta tinha da colônia que imaginava ter êle nascido nela. Entre fevereiro e julho de 1646 estêve incumbido (disfarçado em leigo) de uma missão diplomática confidencial na França e na Holanda, a qual se relacionava principalmente com a tentativa frustrada de obter um acôrdo com os holandeses no tocante à compra de Per-

nambuco. Apesar da inutilidade de seus esforços, foi encarregado no ano seguinte (de agosto de 1647 a outubro de 1648) de missão semelhante, a qual tinha em mira a entrega imediata de Pernambuco aos holandeses. Tinha então ordem também para estudar a possibilidade de obter em França um casamento conveniente para o infante Dom Teodósio; mas falharam ambos os objetivos. Em caminho para a Holanda, passou Vieira algumas semanas na Inglaterra, visitando em setembro de 1647 Londres e Dover, ao passo que, uma vez na Holanda, promoveu a compra de navios de guerra e de equipamento naval para a marinha de Portugal. Entre janeiro e julho de 1650, esteve incumbido de uma missão secreta em Roma, em parte para sondar a viabilidade de um casamento espanhol para Dom Teodósio, e em parte para atizar a fogueira da revolta de Nápoles contra a suserania da Espanha. Nada foi capaz de alcançar com respeito a êsses objetivos, vendo-se até forçado a sair precipitadamente de Roma, para não ser assassinado, por ordem do embaixador espanhol. Êsses reveses sucessivos dissuadiram-no decerto de sua vocação e tino para a diplomacia, visto como dois anos mais tarde rejeitava o convite do conde de Penaguião para acompanhá-lo, como capelão, em sua embaixada à Inglaterra.

Em fins de 1652, enviaram-no os seus superiores ao Maranhão, na qualidade de missionário, posição que ocupou durante nove anos, exceção feita apenas de uma visita breve a Portugal, entre junho de 1654 e abril de 1655. Já em seus tempos de môço, ao catequizar os índios dos aldeamentos próximos da Bahia, havia aprendido o tupi, cujos dialetos locais estudava agora, com igual facilidade. Apesar de só com muita relutância haver saído de Lisboa, uma vez na colônia, empregava na conquista das almas a mesma energia, o mesmo zêlo e o mesmo ardor de que havia antes feito uso no exercício

da sabedoria mundana. Fêz longas viagens pelo interior, tendo deixado relatórios escritos sôbre muitas tribos que viviam ao longo do Amazonas e de alguns de seus tributários. Por causa de sua oposição tenaz ao desejo que tinham os colonos de reduzir os índios à escravidão, chamou contra si a viva hostilidade dos moradores, que o prenderam e deportaram em setembro de 1661, juntamente com todos os jesuítas do Pará e do Maranhão.

Ao voltar assim forçado a Lisboa, foi Vieira recebido a princípio com a simpatia e os favores da côrte; mas a revolução palaciana que em 1662 levou ao poder o conde de Castelo-Melhor parece ter tido como consequência o exílio, ou a queda, tanto de Vieira, como de seus amigos. Havia bastante tempo que a Inquisição o tinha como suspeito, não só por causa de suas convicções messiânicas e de seu sebastianismo, mas também, e muito principalmente, em virtude do calor com que preconizava tolerância para com os detestados marranos, ou cristãos-novos. Sob várias acusações, foi êle processado por êsse temido tribunal. Tendo feito a sua própria defesa com muito tino e pertinácia, foi finalmente sentenciado em dezembro de 1667 a perder a licença para pregar, e a ser prêso num convento. A fase final do processo coincidiu com uma nova revolução em palácio, da qual resultou a queda de Castelo-Melhor, a deposição de Afonso VI, o acesso de Dom Pedro ao pôsto de príncipe-regente e a subida de seus amigos ao poder.

Vieira foi logo libertado da prisão; mas, não conseguindo recuperar plenamente a posição de que gozava na côrte, sacudiu dos pés o pó de Lisboa, seguindo em agosto de 1669 para Roma, tanto para defender ali a sua própria causa, como a dos marranos, pelos quais mostrava tanta dedicação. Obteve do Papa um salvo-conduto que o livrava de qualquer interferência ulterior da parte da Inquisição de Portugal; mas os seus esforços

foram infrutíferos no que respeita à obtenção de maior tolerância para com os marranos, o que não impediu que as suas atividades houvessem causado grande preocupação ao ramo português do Santo Offício. Em Roma alcançara grande sucesso como pregador, tornando-se o orador favorito não só da rainha Cristina, da Suécia, como de Oliva, Geral da Companhia de Jesus. Permaneceu em Roma até maio de 1675, quando voltou para Portugal; mas, para grande e mal disfarçada decepção de sua parte, jamais conseguira exercer sob Dom Pedro a mesma influência de que gozava junto ao pai do príncipe-regente. Por fim, desiludido da política da corte voltou em 1681 para a Bahia, onde se deixou ficar até a sua morte, dezesseis anos mais tarde. Morreu em completa decadência física, mas com as faculdades mentais perfeitamente íntegras até o momento derradeiro.

Pondo de parte a sua atividade febril de missionário e diplomata, o lugar de Vieira na história de Portugal e do Brasil ficou assegurado para todo o sempre. Como já há muito tempo observara Southey, nunca houve alguém que escrevesse melhor o português do que esse homem notável. As cartas e sermões que d'ele nos ficaram são ainda hoje tão dignos de ler-se quanto o foram trezentos anos atrás; e sabemos quão poucos são os escritores daquela era dos quais se pode dizer a mesma coisa. Os críticos literários mais competentes estão todos acordes em que os escritos de Vieira são o exemplo mais perfeito de prosa portuguesa, e em que êle e Camões foram os dois escritores que souberam extrair o máximo do gênio, estilo e estrutura da língua de Portugal.

VIEIRA, JOÃO FERNANDES (16??-1681). As dúvidas relativas à discutidíssima figura de João Fernandes Vieira começam com o seu nascimento em incerta data e lugar certo da ilha da Madeira. Frei Rafael de Jesus, seu biógrafo oficial, diz no *Castrioto Lusitano* (1679) que êle nascera em Funchal, no ano de 1613; mas o próprio

Fernandes Vieira nos dá duas datas diferentes para esse acontecimento. Em 1647, depondo perante a Inquisição, informa ter então “trinta e sete anos de idade, mais ou menos”; mas, em 1672, ao escrever para a Misericórdia de Funchal, afirma ter ali nascido, no ano de 1602. Sua parentela é ainda mais duvidosa, visto como não só é próprio, como os três que à época lhe fizeram o panegírico, Fr. Manuel Calado, Fr. Rafael de Jesus e Diogo Lopes de Santiago, evitaram sempre fazer qualquer menção aos nomes dos pais do nosso biografado, contentando-se com a informação, vaga e completamente vazia, de que êle descendia de sangue nobre. Os alvarás oficiais de 1649 a 1652 dão-lhe ao pai o nome de Francisco de Ornellas Moniz; mas, na petição que redigiram em 1646 com o intuito de fazê-lo remover do comando, dão os moradores a entender que aquêle homem era apenas um pai suposto, afirmando categóricamente que a mãe era uma mulata prostituta e bem feita de formas (“filho de hũa mulata Rameira a quem chamão a bemfeitinha e de hũ homem que lhe dão por pay”). Que era mulato, atestam-no vários contemporâneos que o conheceram de perto, entre os quais o rabino Isaac Aboab da Fonseca, em seu poema épico *Zeker asiti leniflaot El*, assim como vários panfletários holandeses, bem informados a respeito. Gaspar Dias Ferreira, rival de João Fernandes Vieira na aspiração ao pôsto de mais fiel colaborador dos holandeses, em carta endereçada ao seu protetor João Maurício, em novembro de 1645, chama-o de “scelere et perfidia illius mulati Vieira”. Por outro lado, os dizeres da petição feita por um de seus filhos naturais com o fim de armar-se cavaleiro da Ordem de Cristo, dão a entender que João Fernandes Vieira apresentava a exigida pureza de sangue; mas como os autos do processo que lhe diz respeito desapareceram dos arquivos da Ordem, aquêle testemunho isolado não apresenta muito pêso em face dos muitos depoimentos jurados em contrário.

A data em que Vieira deixou a ilha da Madeira, emigrando para Pernambuco é objeto também de vagas e discordantes suposições; mas não há dúvida de que por ocasião da invasão holandesa, em 1630, achava-se em situação de grande penúria. É de crer que durante os cinco anos que se seguiram tenha êle tomado parte nas guerrilhas; mas, em 1635, quando se deu a rendição do arraial do Bom Jesus, é certo que não passava de um "butcher-boy, de quem se poderia obter qualquer coisa, em troca de uma sopa ou de uma baforada de fumo", se é que devemos acreditar no autor do *Brasylsche Bredebyl* (1647). Contudo, a partir de então a sua ascensão foi espantosamente rápida.

É provável que foi por haver mostrado a Stachouwer onde estavam escondidas as riquezas do infeliz marrano Pantaleão Monteiro, que João Fernandes Vieira se tornara pessoa da confiança daquele influente membro do governo local. Em poucos anos ficou êle sendo não apenas o protegido de Stachouwer, mas sim seu sócio visto como o holandês em questão, ao voltar para a Holanda, deixou-o como procurador, e com plenos poderes para tratar de todos os seus negócios. Colaborando ativamente na instalação e funcionamento do governo holandês, exerceu Vieira as funções de conselheiro municipal da cidade Maurícia (1641-1643), contratador dos dízimos sobre o açúcar e o pau-brasil, encarregado do governo na captura dos escravos fugidos e (o que é mais importante que tudo o mais) capitão de um corpo constituído dos mais prósperos fazendeiros locais, os quais eram em sua maioria, senão na totalidade, holandeses. Em 1645, era proprietário de, pelo menos, cinco lavouras de cana-de-açúcar, embora se saiba que não haviam ainda sido pagas. Vieira estava em segundo lugar na lista dos que, na colônia, mais deviam aos holandeses, a sua dívida de 321 000 florins sendo apenas ultrapassada pela de

Jorge Homem Pinto, que passava de um milhão. Em que pese às afirmações de Calado e de Rafael de Jesus, e a despeito mesmo das alegações ulteriormente feitas pelo próprio Fernandes Vieira, não há qualquer prova convincente de que antes de 1643 e 1644, quando se começou a fazer pressão sobre os devedores da Companhia das Índias Ocidentais, houvesse êle tomado parte ativa no preparo de uma revolta contra os holandeses. Por outro lado, é provável que não somente motivos de ordem financeira houvessem influído sobre êle. Não há nenhuma razão para que se duvide da sinceridade de suas convicções religiosas, e tampouco de que, uma vez resolvido a assumir a chefia da revolta, jamais houvesse vacilado em sua decisão de expulsar os hereges do solo brasileiro. Em minhas notas de rodapé, já indiquei fontes bastantes para refutar a opinião de Varnhagen, segundo a qual o papel desempenhado por Fernandes Vieira nos anos de 1644 a 1654 foi menos importante do que o de André Vidal de Negreiros. Pelas notícias deixadas pelos holandeses, como também pelas minutas do Conselho Ultramarino de Lisboa, vê-se claramente que a direção militar de Vieira não foi um ceitil sequer inferior à de André Vidal, e que sendo o primeiro o homem mais rico e influente do lugar, a êle devia ter cabido a maior parte no custo da campanha.

De 1655 a 1658 foi Vieira governador da Paraíba, sendo então transferido dali para Angola. Nesta colônia oeste-africana (1658 a 1661), o fato mais notável de seu governo foi a luta violenta que êle teve de sustentar contra os jesuítas da localidade. Ao contrário da grande maioria de seus compatriotas, não era Vieira admirador dos filhos de Loyola, sendo bastante significativo que êle se desse muito melhor com os frades. Numa carta endereçada à coroa em 20 de setembro de 1659, achava Vieira que era desnecessário fazer grandes dotações anuais aos

jesuítas de Angola. Segundo dizia, entre os jesuítas somente cinco diziam missa no respectivo colégio, muito embora possuíssem na região cinquenta grandes propriedades das quais tiravam grandes lucros todos os anos. Informava também que êles tinham para mais de 10 000 negros escravos, além de possuírem muitas casas e embarcações. Calculava em mais de um milhão de cruzados o capital possuído pelos jesuítas, argumentando que êstes estavam demasiado atarefados na direção de suas fazendas, estâncias e bens, para se ocuparem na conversão dos gentios. Concluía a denúncia lembrando que afora os seus muitos escravos, dispunham ainda os jesuítas de muitos homens livres que para êles trabalhavam sem pagamento, quando poderiam ser muito melhor aproveitados no serviço do rei e na guerra. Como Vieira havia sido excomungado pelos jesuítas, em consequência de uma disputa bem pouco edificante em tôrno de alguns porcos fugidos do colégio dos últimos, não podemos tomar muito a sério tôdas essas acusações; mas há provas de que a de Angola não se contava entre as missões jesuíticas mais merecedoras de elogios.

Voltando ao Brasil, passou João Fernandes Vieira a residir quase sempre numa ou noutra das fazendas que tinha na Paraíba, embora dispusesse de muitas propriedades aqui e acolá, inclusive algumas boas casas no Recife, casas que havia ocupado em 1654 e depois se recusara a restituir aos legítimos donos. Em certo documento datado de 1668 afirma-se que êle era o maior proprietário rural do Brasil, "possuindo ali dezesseis engenhos de açúcar". Diz a mesma fonte que Vieira havia obtido da coroa grandes extensões de terra (sesmarias) em zonas ainda não cultivadas, para a criação de gado. Por outros documentos, datados de 1675 a 1678, ficamos sabendo que êle promovera ativamente a emigração da ilha da Madeira e dos Açôres para o Brasil, não raro chamando ainda a

si o encargo de sustentar os recém-vindos com a sua própria bolsa, até que fôsem bem colocados. Levava uma vida de príncipe em suas fazendas, onde mantinha uma banda de música e um par de hábeis pintores, cujos nomes e obras infelizmente não chegaram até nós. Em recompensa pelos serviços prestados entre 1644 e 1654, fôra feito membro ausente do Conselho de Guerra de Lisboa, recebendo ainda duas comendas da Ordem de Cristo. Depois de sua volta de Angola foi também nomeado superintendente de tôdas as fortificações existentes na costa do Brasil, entre Alagoas e Maranhão. A despeito de tôdas essas mostras dos favores reais, Vieira nunca cessou de inquietar a coroa com pedidos de novas recompensas, pondo em paralelo os serviços que prestara com os de Duarte Pacheco Pereira na Índia, e proclamando que havia sido o primeiro e único fator “da felicidade de que desfruta agora Portugal”. Morreu em Olinda, a 10 de janeiro de 1681, deixando expressas as suas últimas vontades num longo testamento, muito interessante de ler-se. A franqueza, pode-se quase dizer a complacência, com que faz a confissão de suas irregularidades no terreno sexual, além de outras faltas, mostra claramente que havia mais verdade em certas alegações de seus inimigos pessoais do que nos panegíricos de Calado e de Rafael de Jesus, que o pintam como perfeito cavalheiro. Todavia, fôsem quais fôsem os seus defeitos difficilmente a rebelião de 1645 teria sido bem sucedida sem êle, tornando-se assim o seu um nome imorredouro na história luso-brasileira.

APÊNDICE II

Tentativa de balanço das contas do Brasil e da Costa Ocidental Africana neerlandesas em 1644¹

Cálculo das rendas e das despesas com o Brasil

	<i>florins</i>
Tributos sôbre as rendas auferidas pelo Brasil ²	400 000
Fretes concernentes às mercadorias exportadas para a mãe-pátria	400 000
Direitos ³ sôbre o açúcar exportado pelo Brasil, ou sejam cêrca de 3 000 caixas a 200 florins por caixa	600 000
Direitos sôbre as mercadorias exportadas para o Brasil, com base no que se recebia nos últimos tempos	250 000
Fretes, taxas de comboio, novos impostos criados sôbre o açúcar exportado pelos negociantes particulares, tudo com base no que se recebera até então.....	1 000 000
Lucros provenientes do pau-brasil exportado	50 000
	2 700 000

Foram excluídos dêsse cômputo o proveniente das obrigações a longo prazo, como o arrendamento de casas e terras cultivadas, os direitos relativos aos engenhos, terras, etc., vendidos em leilão anteriormente⁴, e bem

(1) *Hollandtze Mercurius*, janeiro de 1669, pp. 8-10, onde o documento é datado erradamente de 1634. Infere-se do contexto que a data real deve ser pouco posterior à partida de João Maurício, em maio de 1644. Há no original alguns outros erros tipográficos evidentes, que procurei corrigir, com a ajuda do professor Engel Sluiter.

(2) Dêstes tributos os mais importantes eram os dzimos.

(3) No original está *recognitie* (ao pé da letra, "reconhecimento"). Esses direitos eram pagos à Companhia pelos comerciantes particulares e negociantes livres como recompensa pela permissão de negociar em artigos que constituíam originariamente monopólio da Companhia. Variavam no que respeitava à categoria, ao tempo e ao lugar, mas podiam em certos casos subir a 10 ou 20 por cento.

(4) Principalmente entre 1637 e 1638.

assim outras dívidas vencidas, as quais alcançavam elevada soma, sem falar na taxa de 40 pence sobre os bens de raiz.

Cômputo das despesas realizadas

	<i>florins</i>
36 navios, fazendo viagens de ida e volta, capaz cada um de carregar mais de 18 000 caixas, valendo 15 000 florins	540 000
12 navios fretados, à razão de 6 000 florins cada	72 000
2 700 soldados, inclusive sargentos e cadetes, à razão de 15 florins por mês cada um, inclusive despesas	486 000
50 oficiais, à razão de 100 florins mensais cada um	60 000
200 pessoas de serviço civil ⁶	192 000
Salário dos membros do Supremo Conselho	30 000
Consumo e desgaste da munição e outras despesas	50 000
	<hr/>
	1 430 000
	<hr/>
	<i>Crédito</i> 1 270 000
	<hr/>
	<i>Total</i> 2 700 000

São as tabelas acima uma estimativa das rendas que o Brasil devia assegurar, rendas que se supunha destinadas a crescer anualmente, como resultado da importação, cada vez maior, de negros africanos⁶.

Rendas da Costa Ocidental Africana

A Guiné pode receber anualmente mercadorias orçadas em 600 000 florins, à vista do que calculava a Companhia auferir, pela importação e exportação	150 000
Adiantamentos sobre fretes de importação e exportação..	50 000

(5) Compreendiam artífices, armadores, despenseiros e mais pessoal empregado em misteres atualmente atribuídos aos corpos de serviço do exército, ou outros equivalentes.

(6) O que todavia não ocorreu, por motivo da revolta de junho de 1645.

Anualmente, uns 2 000 escravos podiam ser negociados em Ardra e Calabar, e deve-se calcular em 50 florins os direitos cobrados sobre as mercadorias para lá exportadas, à razão de 10%, com a taxa de comboio.....	6 000
Direitos sobre 2 000 escravos, à razão de 40 florins	80 000
Adiantamentos para a exportação dos ditos, à razão de 40 florins por cabeça, a metade sendo paga adiantadamente (o que dá 20 florins por escravo)	40 000
Um ou dois navios que visitavam anualmente a chamada Grain-Coast, e pagavam de direitos anualmente....	20 000
Adiantamentos de fretes pagos por Cabo Verde, Serra Leoa, Cacheu, Arguin, Venegal e Rio Gâmbia, inclusive direitos e taxas de comboio	100 000
Loango, pelo comércio de marfim, cobre e escravos: direitos sobre a importação e a exportação, adiantamento de frete e despesas de comboio.....	50 000
São Tomé: direitos, sobre cerca de 100 arrôbas de açúcar, taxas sobre mercadorias ali exportadas, adiantamentos de fretes e taxas de comboio	100 000
São Paulo de Luanda fornecia anualmente 15 000 negros; hoje, porém, apenas cerca de 1 200, pagando cada um de direitos 49 florins	480 000
Adiantamentos para a exportação de escravos, à razão de 20 florins por cabeça	240 000
Direitos e taxas de comboio sobre mercadorias exportadas pela referida colônia, calculando-se o seu valor em 600 000 florins	66 000
	<hr/>
	1 382 000

Despesas com a Costa Ocidental Africana

Guarnição de 400 homens em São Paulo de Luanda, 130 na Guiné e 30 no Cabo Verde, juntamente com 40 homens de serviço (num total de 600 homens, à razão de 20 florins por mês cada um) e a oficialidade....	144 000
	<hr/>
<i>Crédito</i>	1 238 000

APÊNDICE III

Lista dos navios mercantes portugueses utilizados no comércio com o Brasil e capturados pelos holandeses em 1647 e 1648¹

Navios perdidos quando iam para o Brasil ou dêle voltavam, desde o começo de 1647 até o fim de 1648.

1647

<i>Procedência</i>	<i>Destino</i>	<i>Tipo²</i>	<i>Nome do navio</i>	<i>Comandante</i>
1. Lisboa.....	Rio de Janeiro	navio	N. S. ^a da Conceição	Leonardo Rodrigues
2. Lisboa.....	Pernambuco	caravela	N. S. ^a de Nazaré	Antonio Gonçalves Guaresma
3. ✱ Bahia.....	Portugal	navio	Jesus	João Luis Brabo ³
4. ✱ Bahia.....	Lisboa	navio	(em branco)	José Gomes Branco
5. Lisboa.....	Pernambuco	(em branco)	N. S. ^a da Piedade	João Franco
6. Viana.....	Pernambuco	navio	N. S. ^a do Carmo ⁴	João Gonçalves Fúza
7. Ilha Terceira.....	Rio de Janeiro	navio	As Almas	Gaspar Afonso
8. Viana.....	Bahia	navio	Anjo da Guarda ⁵	Domingos Gonçalves da Costa
9. Lisboa.....	Pernambuco	navio	N. S. ^a do Rosario	João Martins Guedes
10. Viana.....	Pernambuco	caravela	(em branco)	Gaspar Marques
11. Lisboa.....	Cabo de Santo Agostinho (em branco)	navio	N. S. ^a do Rosario e S. Antonio ⁶	Simão Jácome
12. ✱ Pernambuco.....	(em branco)	caravela	Santo Christo	Salvador Louzada
13. Lisboa.....	Pernambuco	caravela	Espirito Santo e N. S. ^a de Nazaré ⁷	Manuel Cardoso
14. Lisboa.....	Pernambuco	caravela	N. S. ^a do Bom Sucesso	Salvador Pereira
15. Lisboa.....	Pernambuco	nau	Santa Catarina	Manuel André Vareiro
16. Lisboa.....	Bahia	nau	N. S. ^a do Rosario	Pantalião Jácome
17. ✱ Bahia.....	Portugal	navio	N. S. ^a do Rosario	Manuel Ferreira
18. Viana.....	Bahia	navio	N. S. ^a da Piedade	Gaspar Álvares
19. ✱ Bahia.....	Lisboa	caravela	(em branco)	Agostinho Franco Grojão ⁸

20. Lisboa.....	Cabo de Santo Agostinho Pernambuco	caravela	Santo Antonio N. S. ^a da Graça	Antônio Gomes Bocanegra
21. Lisboa.....	Pernambuco	caravela	N. S. ^a do Rosario e Almas	Brás Afonso
22. Mondego.....	Pernambuco	caravela	(em branco)	Gaspar de Matos
23. ✠ Bahia.....	Portugal	caravela	Porto Santo	Agostinho Francisco
24. ✠ Bahia.....	Lisboa	caravela	S. Sacramento e N. S. ^a do Rosario	Luis Nunes
25. Lisboa.....	Pernambuco	caravela	N. S. ^a da Conceição e Bom Despacho	Jorge Pinheiro
26. Vila do Conde...	Pernambuco	navio	N. S. ^a da Conceição	João Pestana
27. Lisboa.....	Brasil	caravela	N. S. ^a do Rosario	Antônio do Vale
28. Madeira.....	Rio de Janeiro	caravela	N. S. ^a da Vida	Manuel Velho
29. Lisboa.....	Pernambuco	navio	N. S. ^a da Conceição	Manuel de Brito
30. Lisboa.....	Pernambuco	navio	Anjo da Guarda ⁹	Manuel Lopes Anginho
31. Viana.....	Bahia	navio	Santo Antonio e Fiéis de Deus ¹⁰	Domingos Gonçalves
32. ✠ Pernambuco...	Portugal	caravela	N. S. ^a do Amparo ¹¹	Pedro Carvalho
33. Lisboa.....	Pernambuco	navio	N. S. ^a de Nazaré	João Lopes
34. Lisboa.....	Pernambuco	navio	N. S. ^a do Rosario	Tomé Correia
35. Lisboa.....	São Tomé	navio	N. S. ^a da Ajuda	Antônio Machado
36. Lisboa.....	Bahia	navio	N. S. ^a da Piedade ¹²	Miguel Álvares
37. Pôrto.....	Bahia	navio	N. S. ^a da Boa Viagem	Miguel Álvares Figueira
38. ✠ Pernambuco...	Portugal	caravela	N. S. ^a da Piedade	Francisco Fernandes
39. Pôrto.....	Bahia	navio	São Francisco Xavier	Manuel Figueira
40. Pôrto.....	Bahia	navio	N. S. ^a das Neves	Francisco Luis Sol
41. Lisboa.....	Bahia	navio	São João	Pedro Pires
42. Pôrto.....	Bahia	navio	São Pedro	Luis Álvares
43. Lisboa.....	Maranhão	caravela	N. S. ^a da Penha de França	Manuel Álvares
44. Pôrto.....	Bahia	navio	(em branco)	Miguel Afonso
45. Lisboa.....	Brasil	caravela	N. S. ^a da Piedade	Antônio Martins
46. Lisboa.....	Bahia	caravela	São Francisco	Miguel Francisco
47. Pôrto.....	Bahia	navio	N. S. ^a da Boa Hora	Francisco Luis
48. ✠ Pernambuco...	Portugal	caravela	N. S. ^a dos Remedios	João Afonso
49. ✠ Bahia.....	Lisboa	caravela	N. S. ^a do Monte do Carmo	Francisco Madeira
50. Viana.....	Bahia	navio	N. S. ^a da Piedade	Simão Gonçalves Fúza ¹³
51. ✠ Rio de Janeiro.	Lisboa	navio	N. S. ^a dos Remedios e S. Antonio	Manuel Velho
52. Lisboa.....	Maranhão	caravela	São João Baptista e Almas ¹⁴	João Luis
53. Viana.....	[Pernambuco]	navio	N. S. ^a da Piedade ¹⁵	Manuel Fernandes Siqueiros
54. Pôrto.....	Bahia	navio	N. S. ^a de Nazaré	Miguel Álvares
55. ✠ Bahia.....	Portugal	caravela	N. S. ^a do Rosario e S. Nicolau	Domingos Branco
56. Lisboa.....	Bahia	caravela	São Francisco	Antônio Ribeiro
57. ✠ Bahia.....	Portugal	caravela		Antônio Francisco

(Continua)

(Continuação)

Procedência	Destino	Typo	Nome do navio	Comandante
58. ✕ Rio de Janeiro.	Lisboa	navio	N. S. ^a do Rozario	Manuel Ribeiro Maia
59. Viana.....	Bahia	navio	São João Baptista	Pedro Francisco
60. Lisboa.....	Pernambuco	caravela	N. S. ^a do Rozario	Antônio Mendes
61. I. Terceira.....	[Pernambuco]	navio	N. S. ^a da Ajuda	Estêvão Caiado
62. ✕ Bahia.....	Portugal	caravela	N. S. ^a do Livramento	Manuel de Morais
63. ✕ Bahia.....	Portugal	caravela	N. S. ^a dos Remedios e S. Boaventura	Agostinho Francisco Madeira
64. ✕ Bahia.....	Portugal	caravela	São Francisco Xavier ¹⁴	Francisco Fernandes Rios
65. ✕ Bahia.....	Portugal	caravela	Santo Antonio	Manuel Monteiro
66. Viana.....	Bahia	navio	N. S. ^a da Boa Hora	Simão Álvares
67. Madeira.....	Rio de Janeiro	caravela	N. S. ^a dos Remedios	Manuel Vaz
68. Madeira.....	Bahia	caravela	Espírito Santo	Agostinho Francisco
69. ✕ Bahia.....	Portugal	caravela	N. S. ^a dos Remedios	André dos Santos
70. ✕ Bahia.....	Portugal	caravela	São Francisco Xavier ¹⁷	Francisco Fernandes
71. Lisboa.....	Bahia	caravela	São Francisco	Antônio Mendes
72. ✕ Bahia.....	Portugal	caravela	N. S. ^a dos Remedios	Antônio Francisco Grojão ¹⁸
73. Viana.....	Bahia	navio	São João Baptista	Manuel Fernandes
74. ✕ Bahia.....	Portugal	caravela	As Almas ¹⁹	Clemente Pires
75. ✕ Rio de Janeiro.	Portugal	navio	N. S. ^a das Angustias	Manuel Godinho
76. Pôrto.....	Bahia	navio	São Francisco	Francisco Vaz
77. Lisboa.....	Bahia	navio	N. S. ^a dos Remedios	Antônio Ribeiro
78. Lisboa.....	Bahia	navio	N. S. ^a da Piedade	Francisco Afonso
79. ✕ Bahia.....	Lisboa	caravela	São João	Manuel Martins de Morais
80. ✕ Rio de Janeiro.	Lisboa	caravela	Santo Antonio	Alberto Machado
81. ✕ Rio de Janeiro.	Lisboa	caravela	Santo Antonio	Antonio Alvares
82. ✕ Maranhão.....	Lisboa	navio	As Almas	Gaspar Gonçalves
83. ✕ Rio de Janeiro.	Lisboa	nau	Santissimo Sacramento	Manuel Dias de Figueiredo
84. ✕ Rio de Janeiro.	Portugal	nau	N. S. ^a dos Remedios	Manuel Lourenço
85. Pôrto.....	Bahia	caravela	N. S. ^a do Rozario e Almas	João Rodrigues Taborda
86. Lisboa.....	Rio de Janeiro	navio	Santo Antonio das Chagas ²⁰	João Domingues "o fole"
87. Lisboa.....	Rio de Janeiro	navio	Santo Antonio das Chagas ²⁰	João Domingues
88. Lisboa.....	Brasil	caravela	N. S. ^a da Assumpção	Manuel Lourenço Franco
89. Lisboa.....	Pernambuco	caravela	São Martinho	Antônio Luis, o moço
90. Faisl.....	Rio de Janeiro	navio	São João	Manuel Godins
91. Pôrto.....	Bahia	navio	N. S. ^a da Piedade	Miguel Gonçalves
92. Pôrto.....	Brasil	navio	N. S. ^a da Ajuda	Miguel Álvares
93. ✕ Bahia.....	Portugal	navio	Santo Antonio e N.S. ^a da Boa Viagem	Manuel Martins

94. Lisboa.....	Rio de Janeiro	caravela	São João	Lourenço Afonso
95. Lisboa.....	Rio de Janeiro	nau	N. S.ª do Rozario	Francisco Neto
96. Lisboa.....	Bahia	caravela	São Francisco	Antônio Ribeiro
97. Lisboa.....	Pernambuco	caravela	São Bento e S. Antonio	Antônio Martins "mil ameiras"
98. ✕ Bahia.....	Portugal	caravela	N. S.ª do Rozario e S. Leonardo	Vicente Jorge Caria
99. Cabo Verde.....	Portugal	caravela	Bom Jesus	Filipe Gomes
100. ✕ Bahia.....	Portugal	navio	N. S.ª do Rozario	Manuel Rodrigues Serrabodes
101. Lisboa.....	Pernambuco	caravela	N. S.ª de Nazaré e S. Francisco	Francisco Luís Calvo ¹¹
102. Pôrto.....	Pernambuco	caravela	Bom Jesus e Almas	Salvador Leão
103. Viana.....	Pernambuco	navio	Anjo da Guarda ²²	Domingos Álvares
104. Pôrto.....	Pernambuco	caravela	(em branco)	Ambrósio Carneiro
105. Lisboa.....	Pernambuco	caravela	Espírito Santo	Afonso Louzada
106. ✕ Espírito Santo	Bahia	caravela	Jesus Maria José	Francisco Fernandes
107. Lisboa.....	Rio de Janeiro	navio	N. S.ª da Conceição	Leonardo Rodrigues
108. Aveiro.....	Brasil	caravela	N. S.ª do Rozario	Manuel Ribeiro Lemos
109. Vila do Conde..	Cabo de Santo Agostinho	navio	N. S.ª da Conceição	João Pestana
110. Lisboa.....	Rio de Janeiro	navio	N. S.ª do Rozario	Francisco Rodrigues
111. Lisboa.....	Rio de Janeiro	navio	N. S.ª da Conceição	Francisco Afonso
112. Lisboa.....	Rio de Janeiro	navio	N. S.ª do Rozario	Simão dos Santos
113. Lisboa.....	Pernambuco	navio	N. S.ª do Amparo ²³	João Lopes
114. Lisboa.....	Rio de Janeiro	caravela	N. S.ª da Conceição	Lourenço Afonso Penso
115. Terceira.....	Pernambuco	navio	N. S.ª da Ajuda	Estêvão Cazado
116. ✕ Bahia.....	Portugal	caravela	N. S.ª de Nazaré	Francisco Fernandes
117. ✕ Pernambuco..	Portugal	caravela	São João	Francisco Batista
118. ✕ Bahia.....	Lisboa	navio	N. S.ª da Ajuda	Simão dos Santos

1648

1. ✕ Pernambuco..	Portugal	caravela	Santo Antonio ²⁴	Pedro Carvalho
2. ✕ Cabo de Santo Agostinho....	Portugal	caravela	Sacramento	Francisco Vicente Aleixo
3. Lisboa.....	Pernambuco	caravela	São Jorge do Espírito Santo	Afonso Louzada
4. ✕ Bahia.....	Portugal	navio	N. S.ª da Penha de França e S. Sacramento	João Luís Bravo ²⁵
5. Lisboa.....	Pernambuco	caravela	N. S.ª de Nazaré e Espírito Santo ²⁶	Manuel Cardoso
6. Lisboa.....	Pernambuco	caravela	N. S.ª da Encarnação	Antônio Anes do Vale

(Continua)

(Continuação)

<i>Procedência</i>	<i>Destino</i>	<i>Tipo</i>	<i>Nome do navio</i>	<i>Comandante</i>
7. ✠ Rio de Janeiro	Lisboa	navio	S. Espirito do Monte de Piedade e Santo Antonio	Manuel de Sousa Pedro Simões da Costa
8. ✠ Pernambuco..	Portugal	caravela	São Leonardo	Gaspar do Vale
9. Terceira.....	Brasil	navio	Santo Antonio e Almas	Manuel Fernandes Sequeiros
10. Setúbal.....	Brasil	navio	São João e Almas ¹⁷	Amador de Araújo
11. Viana.....	Pernambuco	navio	N. S. ^a da Esperança	Francisco Lopes
12. Arrábida.....	Pernambuco	caravela	Santo Antonio e Almas	Manuel Rodrigues
13. Pôrto.....	Bahia	navio	N. S. ^a do Rozario	Pascoal da Silva
14. ✠ Maranhão.....	Lisboa	navio	N. S. ^a da Ajuda e Almas do Purgat.	Francisco Jorge
15. Lisboa.....	Bahia	navio	São João Baptista	Diogo das Povoas
16. ✠ Bahia.....	Portugal	navio	São Mathews	Sebastião Francisco
17. Lisboa.....	Bahia	caravela	N. S. ^a da Visitação e S. Boaventura	Manuel Francisco Miguéis
18. Lisboa.....	Pernambuco	navio	Santo Antonio e Almas	Gaspar de Matos
19. Aveiro.....	Pernambuco	patacho	N. S. ^a do Rozario e Almas	Salvador Pereira
20. Lisboa.....	Brasil	caravela	N. S. ^a do Bom Sucesso	João da Costa Lima
21. ✠ Bahia.....	Lisboa	navio	N. S. ^a da Ajuda	Antônio Pires
22. Arrábida.....	Brasil	caravela	Santo Antonio	Pedro de Lemos
23. Lisboa.....	Bahia	caravela	N. S. ^a do Rozario	Simão Jácome
24. Lisboa.....	Pernambuco	navio	N. S. ^a do Rozario ¹⁸	Francisco Fernandes
25. Lisboa.....	Bahia	caravela	São João	Manuel Velho
26. ✠ Bahia.....	Lisboa	caravela	Almas	Jorge Rodrigues
27. Lisboa.....	Bahia	caravela	N. S. ^a de Nazaré	Lúcia da Silva
28. Lisboa.....	Bahia	nau	Jesus Maria e Almas	Manuel da Freitas
29. ✠ Bahia.....	Portugal	caravela	N. S. ^a da Graça e Corpo Sa nto	Rodrigo Miguéis ¹⁹
30. ✠ Bahia.....	Portugal	caravela	N. S. ^a da Penha de França	Manuel Fernandes
31. ✠ Bahia.....	Portugal	caravela	N. S. ^a da Graça	André Luis Parola
32. ✠ Bahia.....	Portugal	caravela	N. S. ^a do Rozario	Bernardo da Fonseca
33. Pôrto.....	Bahia	nau	N. S. ^a da Boa Hora	Pedro de Cristo
34. ✠ Pernambuco..	Portugal	caravela	São Lourenço	Pedro Peres
35. ✠ Bahia.....	Portugal	caravela	N. S. ^a das Neves	João Nunes
36. Lisboa.....	Pernambuco	navio	N. S. ^a da Estrella e Almas	Manuel Loucano
37. Pôrto.....	Bahia	navio	N. S. ^a do Rozario	Pedro Carneiro
38. ✠ Pernambuco..	Portugal	caravela	Santo Antonio	João Martins Bezerra
39. Lisboa.....	Pernambuco	navio	N. S. ^a do Rozario	Pascoal Coelho
40. ✠ Maranhão.....	Lisboa	navio	Piéis de Deus	Brás Franco
41. Lisboa.....	Pernambuco	caravela	São Francisco Xavier	

42. Lisboa.....	Cabo Verde	caravela	N. S. dos Remedios	Pascoal Francisco
43. ✠ Bahia.....	Lisboa	caravela	São Francisco	Domingos Afonso
44. ✠ Pernambuco..	Portugal	navio	N. S. do Rozario	Marinho Dias Pereira
45. ✠ Cabo de Santo Agostinho.....	Lisboa	caravela	Santo Antonio	Pedro Simoens
46. ✠ Bahia.....	Portugal	caravela	Santo Antonio e Almas	Rodrigo Afonso
47. ✠ Espinha.....	Portugal	patacho	Santa Maria	José Gomes
48. ✠ Pôrto Calvo..	Portugal	navio	N. S. do Rozario e Santas Almas	Gaspar Gonçalves
49. ✠ Bahia.....	Portugal	caravela	São Mathias	Matias de Sousa
50. ✠ Bahia.....	Portugal	navio	N. S. da Boa Hora	Domingos de Tôrres
51. Lisboa.....	Bahia	nau	N. S. de Nazaré	Jorge Rodrigues
52. Madeira.....	Bahia	nau	Santo Sacramento	João Luís Bravo ²⁰
53. ✠ Bahia.....	Portugal	navio	Santa Maria Maior	João Gomes Branco
54. ✠ Pernambuco..	Portugal	nau	(em branco)	Antônio Francisco Grojão ²¹
55. Lisboa.....	Bahia	navio	N. S. do Rozario	Manuel Rodrigues
56. Pôrto.....	Bahia	navio	N. S. do Rozario	Pedro Fernandes
57. ✠ Bahia.....	Portugal	navio	N. S. das Neves	Pedro Fernandes
58. ✠ Bahia.....	Portugal	caravela	Santo Antonio	Rodrigues Miguéis ²²
59. ✠ Bahia.....	Pôrto	caravela	São Bento	Antônio Bonia
60. ✠ Bahia.....	Portugal	navio	N. S. da Penha de França	João Lopes
61. ✠ Bahia.....	Portugal	caravela	N. S. do Rozario e S. Antonio	André Luís de Alfama
62. ✠ Bahia.....	Portugal	caravela	N. S. de Nazaré	Matias Rigau
63. ✠ Espírito Santo	Portugal	navio	Santo Antonio	Afonso Verga
64. ✠ Pôrto Calvo..	Portugal	navio	N. S. do Rozario e Almas	Gaspar Figueira
65. ✠ Bahia.....	Portugal	navio	São Pedro	José Gomes
66. ✠ Pernambuco..	Lisboa	navio	N. S. da Estrella	Lourenço Domingues Durão
67. Pôrto.....	Bahia	navio	Jesus Maria José	Luís da Silva
68. ✠ Bahia.....	Portugal	navio	N. S. do Rozario	Lopo Simões
69. ✠ Pernambuco..	Lisboa	caravela	Santo Antonio	Pedro Carvalho
70. Pôrto.....	Bahia	nau	Jesus Maria José e Almas	Luís da Silveira
71. Arrábida.....	Pernambuco	caravela	N. S. do Socorro	João Lopes
72. Lisboa.....	Pernambuco	navio	N. S. da [Boa] Hora	João Martins
73. ✠ Rio Feroso..	Portugal	caravela	N. S. da Boa Hora	Ambrósio Carneiro
74. Lisboa.....	Bahia	caravela	N. S. das Candeas	Domingos Franco
75. ✠ Bahia.....	Portugal	caravela	N. S. da Graça	Manuel de Fróis
76. ✠ Bahia.....	Portugal	caravela	São Francisco Xavier	Brás Dorta
77. ✠ Bahia.....	Portugal	fragata	Nazaré	Antonio Ferreira
78. ✠ Bahia.....	Lisboa	caravela	N. S. da Guia	Manuel de Freitas
79. Viana.....	Bahia	navio	N. S. da Ajuda	João da Costa
80. Pôrto.....	Rio de Janeiro	caravela	Santo Antonio e S. Boaventura ²³	João da Costa

(Continua)

(Continuação)

<i>Procedência</i>	<i>Destino</i>	<i>Tipo</i>	<i>Nome do navio</i>	<i>Comandante</i>
81. ✠ Bahia.....	Portugal	navio	N. S. ^a do Rozario	Pedro Fernandes
82. ✠ Bahia.....	Portugal	caravela	São Francisco	André Dias
83. ✠ Espírito Santo	Portugal	navio	Santo Antonio	Afonso Dias
84. ✠ Cabo de Santo Agostinho	Portugal	caravela	Fiéis de Deus	Pedro Carvalho
85. Pôrto.....	Brasil	navio	Almas ²⁴	Clemente Peres
86. ✠ Pernambuco..	Portugal	caravela	N. S. ^a de Nazaré ²⁵	Francisco Luís Calvo
87. ✠ Cabo de Santo Agostinho	Lisboa	caravela	(em branco)	Diogo de Paz
88. ✠ Pernambuco..	Portugal	navio	N. S. ^a da Ajuda	Domingos Fernandes Pedra
89. Pôrto.....	Bahia	navio	N. S. ^a da Conceição	Manuel Cardia
90. Cabo Verde.....	Lisboa	caravela	N. S. ^a dos Remedios	Manuel de Araújo
91. Pôrto.....	Bahia	navio	N. S. ^a da Conceição	Antônio Dias Picão
92. ✠ Pernambuco..	Portugal	navio	N. S. ^a da Ajuda	Gaspar Marques
93. Pôrto.....	Rio de Janeiro	caravela	Santo Antônio e S. Boaventura ²⁶	João da Costa Carvalho
94. Madeira.....	Bahia	caravela	Espírito Santo ²⁷	Antônio Franco Grojão
95. ✠ Pernambuco..	Portugal	navio	N. S. ^a do Rozario	Marinho Dias
96. ✠ Bahia.....	Lisboa	navio	N. S. ^a das Neves	Pedro Seixas
97. ✠ Rio de Janeiro	Portugal	navio	N. S. ^a da Conceição	Francisco Álvares
98. Pôrto.....	Bahia	navio	Bom Jesus	Luís Nunes
99. ✠ Bahia.....	Portugal	caravela	N. S. ^a da Assunção	Mateus Rodrigues
100. ✠ Bahia.....	Portugal	caravela	N. S. ^a dos Remedios e S. Antônio	Diogo Neto Ponce
101. ✠ Rio de Janeiro	Portugal	navio	N. S. ^a da Conceição	Manuel Lopes
102. Pôrto.....	Rio de Janeiro	caravela	Santo Antonio	João de Carvalho
103. ✠ Espírito Santo	Lisboa	navio	Santo Antonio	Manuel da Veiga
104. Pôrto.....	Pernambuco	navio	Santa Maria	João Diniz
105. ✠ Bahia.....	Lisboa	caravela	(em branco)	Afonso Louzada
106. ✠ Bahia.....	Portugal	caravela	N. S. ^a do Rozario e S. Vicente	Manuel de Paiva
107. Angola.....	Rio de Janeiro	navio	N. S. ^a do Rozario e S. João de Deus	Antônio Vaz de Oliveira
108. Madeira.....	Bahia	caravela	N. S. ^a das Necessidades	João Rolão
109. Lisboa.....	Bahia	caravela	N. S. ^a dos Remedios e S. José	André Leitão
110. ✠ Bahia.....	Portugal	navio	São Pedro	Gaspar Rodrigues
111. ✠ Bahia.....	Portugal	caravela	São José	Pedro Gonçalves
112. ✠ Pernambuco..	Portugal	caravela	(propriedade dos frades mercenários)	(em branco)
113. ✠ Bahia.....	Portugal	navio	N. S. ^a dos Remedios	Antônio Fernandes
114. Pôrto.....	Bahia	navio	N. S. ^a do Rozario	Francisco Álvares

115. ✠ Rio de Janeiro	Portugal	caravela	(em branco)	Gonçalo Pires de Carvalho
116. ✠ Rio de Janeiro	Portugal	navio	(em branco)	Roque Garcia
117. Lisboa.....	Bahia	caravela	São Pedro	Francisco Domingues
118. Pôrto.....	Bahia	navio	N. S.ª do Rozario	Manuel Gonçalves Tojeiro
119. Pôrto.....	Rio de Janeiro	navio	Bom Jesus de Boucas	Francisco Alvares
120. Pôrto.....	Bahia	caravela	Santo Antonio e N. S.ª do Rozario	Manuel Prêto
121. Lisboa.....	Bahia	caravela	N. S.ª da Ajuda	Jorge Rodrigues Calvo
122. Madeira.....	Bahia	caravela	(em branco)	Antônio Franco
123. Pôrto.....	Bahia	navio	N. S.ª da Conceição	Antônio Dias Pausado
124. Madeira.....	Bahia	nau	Santo Antonio	Matias Gomes
125. ✠ Bahia.....	Portugal	caravela	São Francisco	Mateus Dias
126. Lisboa.....	Bahia	caravela	São João	Francisco Fernandes Bonito
127. ✠ Bahia.....	Portugal	caravela	São Matheus	Diogo Lopes
128. Pôrto.....	Bahia	navio	N. S.ª da Conceição	Antônio Vilela
129. Lisboa.....	Maranhão	fragata	N. S.ª da Ajuda	Francisco de Pina
130. Madeira.....	Brasil	caravela	N. S.ª das Necessidades	Antônio Dias Pereira
131. Madeira.....	Bahia	caravela	(em branco)	Antônio Farto
132. ✠ Bahia.....	Portugal	navio	(em branco)	Antônio Velho
133. Madeira.....	Bahia	caravela	(em branco)	Simão Farto
134. Lisboa.....	Bahia	caravela	N. S.ª da Boa Viagem	Domingos Machado
135. Pôrto.....	Bahia	navio	N. S.ª do Desterro	João da Rocha
136. ✠ Pernambuco..	Portugal	navio	Santissimo Sacramento	Antônio Barbosa
137. ✠ Bahia.....	Portugal	caravela	São José	Antônio Gomes
138. ✠ Nazaré.....	Portugal	caravela	N. S.ª de Nazaré	Antônio Vaz Coresma
139. ✠ Cabo de Santo Agostinho.....	Portugal	caravela	N. S.ª das Mercês	João Jorge
140. ✠ Bahia.....	Portugal	caravela	N. S.ª da Ajuda	André da Fonseca
141. Madeira.....	Bahia	caravela	N. S.ª dos Remedios	Manuel Leitão

No ano de 1647 perderam-se 108 navios

No de 1648 141 navios

Total das perdas 249 navios

Dos navios perdidos em 1647, trinta e cinco voltavam do Brasil para o reino. Achrom-se assinalados com ✠, de modo que se lhes pode identificar os comandantes.

Dos perdidos em 1648, sessenta e três acham-se no mesmo caso, tendo sido também precedidos do sinal ✠. Isso perfaz um total de 108 navios perdidos em 1647 e 1648, na sua viagem de volta do Brasil⁸⁸.

NOTAS

1. Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa: "Bahia, papéis avulsos, 1651", documento anexado às minutas da reunião do Conselho Ultramarino de 2 de maio de 1651.
2. A grande maioria era constituída de *navios* e *caravelas*, barcos pequenos deslocando menos de 150 toneladas. Muito poucas *naus*, como eram chamados os grandes navios, acham-se incluídos na lista, e mesmo êsses eram provavelmente dos menores de seu tipo, deslocando entre 400 e 500 toneladas. Os poucos patachos e fragatas eram igualmente navios pequenos, pois a *fragata* portuguesa daquela época era um navio muito menor do que as famosas fragatas de Dunquerque, protótipo dos navios de guerra do mesmo nome. Os *patachos* deslocavam provavelmente cêrca de 150 a 300 toneladas.
3. Se não houve confusão no tocante ao nome, êste homem terá sido capturado* três vêzes pelos holandeses, no prazo de dois anos. Cf. os n.ºs 4 e 52 de 1648.
4. Em duplicata no n.º 50.
5. O navio e respectivo comandante aparecem em triplicata. Cf. os n.ºs 31 e 103.
6. Repetido no n.º 24 de 1648.
7. Em duplicata. Cf. o n.º 5 de 1648.
8. Idem (cf. o n.º 72). Cf. também o n.º 54 de 1648.
9. Cf. os n.ºs 8 e 103, em que há duplicação.
10. Navio e comandante aparece em quadruplicata. Cf. os n.ºs 1 e 69 de 1647, e 84 de 1648.
11. Em duplicata (cf. o n.º 113).

12. Navio e comandante estão em triplicata (cf. os n.ºs 39 e 54).
13. Em duplicata (cf. o n.º 6, anterior).
14. Idem (cf. o n.º 10 de 1648).
15. Idem (cf. os n.ºs 37 e 39, anteriores).
16. Idem (cf. o n.º 70).
17. Idem (cf. o n.º 64).
18. Cf. os n.ºs 19 de 1647 e 54 de 1648.
19. Em duplicata (cf. o n.º 85 de 1648).
20. Duplicatas.
21. Cf. o n.º 86 de 1648.
22. Cf. os n.ºs 8 e 31, anteriores.
23. Duplicata do n.º 33.
24. Cf. o n.º 32 de 1647 e os n.ºs 69 e 84.
25. Cf. os n.ºs 3 de 1647 e 52 de 1648.
26. Duplicata do n.º 13 de 1647.
27. Idem do n.º 53 de 1647.
28. Cf. o n.º 11 de 1647.
29. Cf. o n.º 58 de 1648.
30. Cf. os n.ºs 4 de 1648 e 3 de 1647.
31. Cf. o n.º 94 de 1648 e 19 de 1647.
32. Cf. o n.º 30 de 1648.
33. Duplicata do n.º 93 de 1648.
34. Duplicata do n.º 74 de 1647.
35. Cf. o n.º 101 de 1647.
36. Duplicata do n.º 80.
37. Cf. os n.ºs 19 e 72 de 1647.
38. Tôdas essas cifras estão eivadas de êrro. Como se vê por estas notas, muitos navios foram registrados em duplicata, alguns em triplicata e um em quadruplicata. O total verdadeiro é provavelmente o fornecido pelos diretores da Companhia do Brasil, que calculavam em 220 barcos as perdas sofridas em 1647 e 1648. É curioso que os Conselheiros Ultramarinos, divergindo desta cifra e elevando o total a 249, não houvessem lido com cuidado essas listas em que se basearam, e onde se encontram erros tão flagrantes e duplicatas que saltam aos olhos.

APÊNDICE IV

Notas bibliográficas

Não é necessário dar a bibliografia completa de todos os manuscritos e publicações utilizados neste livro. No que diz respeito aos trabalhos impressos, em quaisquer idiomas, todos os livros e artigos vindos à luz antes de 1949 foram alistados (e, via de regra, apreciados) por José Honório Rodrigues, em sua bibliografia crítica do assunto, *Historiografia e Bibliografia do domínio Holandês no Brasil* (Rio de Janeiro, 1949), trabalho definitivo. Posso dizer, sem exagero, que praticamente li, pelo menos passei os olhos, em todo o material ali arrolado. Fi-lo seguramente quanto aos de importância capital. É essa bibliografia indispensável a quem estudar o assunto a sério, podendo ser recomendada como guia quase infalível. É também de muita importância o retrospecto bibliográfico, com a discussão das fontes, encontrada nas págs. 1 a 24 de Wätjen, *Das holländische Kolonialreich in Brasilien*; isso apesar de a opinião de Wätjen nem sempre ser tão justa na apreciação dos fatos, quanto a de J. H. Rodrigues.

Como sejam êsses repertórios bibliográficos plenamente satisfatórios, limitei-me aqui a discutir por alto as fontes em que particularmente me baseei, inclusive trabalhos publicados depois de 1949, e dois outros inadvertidamente omitidos por J. H. Rodrigues. Suponho que a maioria de meus leitores deve ter uma visão panorâmica do que foi o século XVII, dêste e doutro lado do Atlântico. Aos que se sentirem com deficientes conhe-

cimentos a respeito pode-se recomendar o trabalho de G. N. Clark, *The Seventeenth Century* (Oxford, 1929) e os seguintes, mais diretamente ligados à história holandesa: P. Geyl, *The Netherlands Divided, 1609-1648* (Londres, 1936); G. J. Renier, *The Dutch Nation. An historical study* (Londres, 1944); B. H. M. Vlekke, *Evolution of the Dutch Nation* (Nova Iorque, 1945), pp. 124 a 240. Para o que era então o Brasil, devêr-se-ia consultar os trabalhos do historiador e sociólogo pernambucano Gilberto Freyre, intitulados *Brazil. An interpretation* (Nova Iorque, 1945) e *The Masters and the Slaves*¹. Comparar também Bailey W. Diffie, *Latin-American Civilization. Colonial Period* (Harrisburg, 1947), pp. 633-73.

(a) *Fontes em manuscrito*

As fontes manuscritas para a história da Companhia das Índias Ocidentais no Brasil são constituídas dos documentos que conseguiram sobreviver e se acham presentemente conservados nos arquivos coloniais do Algemeen Rijksarchief, em Haia. Pensou-se a princípio que o vandalismo próprio do século fôsse o responsável pela infrene destruição, praticamente em sua totalidade, dos registros da Companhia das Índias Ocidentais. Hoje se sabe que, embora a maioria desses documentos houvesse sido destruída, ao que parece, por ocasião da reorganização da Companhia em 1674, grande número deles escapou à destruição, e muito particularmente os assentamentos da câmara da Zelândia relativos ao Brasil durante os anos de 1630 a 1654. Os documentos que sobreviveram foram descritos por José Higinio Duarte Pereira na *Revista do Instituto Archeologico e Geographico Pernambucano*,

(1) Tradução do original brasileiro *Casa Grande e Senzala* (Rio de Janeiro, 1933).

n.º 30 (Recife, 1886), pp. 7 a 110 e 131 a 170, e também por H. Wätjen, *Das holländisch Kolonialreich in Brasilien*, pp. 1 a 4. Mais resumidamente enumerou-as ainda M. A. P. Meilink-Raelofsz, em "A survey of archives in the Netherlands pertaining to the history of the Netherlands Antilles", pp. 1 e 2 da reimpressão de *De West-Indische Gids*, XXXV (1954). Não há motivo, por isso, para que aqui se repitam essas informações. É-me apenas necessário explicar que onde faço citações de documentos dos arquivos coloniais de Haia, não as tiro diretamente dos originais (salvo as que me foram fornecidas pelo Dr. W. J. van Hoboken), mas sim das transcrições feitas em 1885 e 1886 por José Higino Duarte Pereira, ou para êle, transcrições cujo particular interesse e importância são apontados por J. A. Gonsalves de Mello, às páginas 19 a 27 do prefácio ao seu *Tempo dos Flamengos* (Rio de Janeiro, 1947). Pude consultar tôdas essas transcrições durante a visita que fiz ao Recife em 1949, isso graças à amabilidade do diretor e mais funcionários do Instituto Histórico onde se acham guardadas. As citações que fiz dêsses documentos acham-se assinaladas pelo prefixo JHMS; mas, uma vez que tôdas estão datadas, é fácil a quem quer que por isso se interesse identificar-lhes os originais no *Rijksarchief*.

No que diz respeito aos documentos pertencentes aos arquivos de Portugal, os principais repositórios em que se encontram dados importantes acham-se alistados nos artigos de Bailey W. Diffie e D. Virginia Rau constantes das páginas 181 a 213 dos *Proceedings of the international Colloquium on Luso-Brazilian Studies, Washington*, 15 a 20 de outubro de 1950 (Vanderbilt University Press, Nashville, 1953). No presente trabalho tomei principalmente por base a série conhecida como "Conselho Ultramarino, Consultas Mistas", pertencentes ao Arquivo Histórico Ultramarino (anteriormente Arquivo Colonial),

em Junqueira, Lisboa. Os códices 13 a 15 dessa volumosa coleção abrangem os anos de 1644 a 1654, coincidindo assim com a última década da colônia holandesa. Está agora em curso de publicação um excelente inventário desses documentos pela *Revista do Gabinete de Estudos Ultramarinos*, cujos n.ºs 1 a 8 aparecem entre 1951 e 1954.

Nas citas de documentos e transcrições tirados da secção de manuscritos da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, usaram-se como prefixo as iniciais BNRJ. O grosso, porém, dos documentos dos arquivos brasileiros que citei, foi tirado de coleções impressas, tais como *Documentos Históricos*, publicados pela Biblioteca Nacional, do Rio de Janeiro (de 1928 até a presente data), e as *Atas da Câmara da Cidade do Salvador* (3 volumes, Bahia, 1944-9). Para maiores informações no tocante às principais fontes portuguesas e brasileiras, veja-se o meu livro *Salvador de Sá and the struggle for Brazil and Angola, 1602-1686* (Londres, 1952), pp. 407-11.

(b) *Trabalhos impressos*

No que toca às publicações em holandês, os quatro filões principais para o historiador, ou para o estudante do Brasil neerlandês são as narrativas, escritas na época, de De Laet, Barlaeus, Nieuhof e Haecxs.

A *Histoire ofte Iaerlyck Verhael van de West-Indische Compagnie* (Leiden, 1644) de Johannes de Laet descreve-nos quase uma a uma, as campanhas que ocorreram no Brasil entre 1630 e 1636, inclusive ainda grande número de informações, geográficas e outras, sobre a região em aprêço. Dá-nos também um excelente apanhado das operações preliminares da Companhia das Índias Ocidentais entre 1621 e 1630, de modo que neste trabalho realmente se encontra a história daquela organização, desde as suas

origens até fins de 1636. Sendo um dos diretores da Câmara de Amsterdam e, durante certo tempo, membro do Conselho dos Dezenove, teve De Laet oportunidades excepcionais para examinar todos os papéis e documentos que desejasse, como de fato os examinou, em sua maioria. Era o ilustrado antuerpense um homem de espantosa erudição, cuja curiosidade tanto se voltava para o Velho Mundo como para o Nôvo. Fêz parte do Sínodo de Dordrecht, publicando em 1625 o *Nieuwe Wereldt of Beschrijvinghe van West-Indien*, trabalho muitas vêzes reeditado, e que, traduzido para o francês e para o latim, ficou sendo durante muito tempo a obra básica para o conhecimento da América e das Antilhas. Possuía Laet vasta leitura das fontes, tanto espanholas, como portuguezas, tendo escrito também vários tratados sôbre geografia, história natural e etnologia. Apesar de nunca haver saído da Holanda, redigiu uma obra fundamental sôbre a Índia mongólica, intitulada *De Imperio Magni Mogolis sive India vera commentarius* (Leiden, 1631), cuja exatidão foi tida em alto apreço por um crítico tão competente como W. H. Moreland. Para exemplificar ainda melhor o grau de sua ilustração, não preciso mais do que mencionar as suas copiosas anotações à parte de Marcgrave na *História Naturalis Brasiliae* (Leiden, 1648) e a célebre controvérsia que sustentou com Grotius sôbre as origens dos índios da América. A sua *Iaerlyck Verhael* obedece rigorosamente à ordem cronológica, e é escrita em estilo que se pode ler, embora sem vivacidade. Como ficou dito, neste meu trabalho tôdas as citações da *Iaerlyck Verhael* foram feitas da edição em quatro volumes preparada para a Linschoten Vereeniging por S. P. L'Honoré Naber e J. C. M. Warnsinck (1931-1937).

O livro de Caspar van Barle, intitulado *Casparis Barlaei, rerum per octennium in Brasilia et alibi nuper gestarum subpraefectura Illustrissimi Comitissae I, Maurittii*,

Nassoviae & c. Comitibus, nunc Vasaliae Gubernatoris e Equitatus Federatorum Belgii Ordd, sub Auriaco Duc-toris, historia (Amsterdam, 1647), começa onde termina o trabalho de De Laet, cobrindo todo o período da governança de João Maurício (janeiro de 1637 a maio de 1644), com respeito ao qual será sempre a primeira autoridade, em letra de fôrma. Como De Laet, Barlaeus nunca saíra da Holanda, mas provavelmente tivera acesso aos documentos originais; no caso vertente, antes de quaisquer outros, aos papéis e despachos de João Maurício, embora os completasse à custa de outras fontes. O trabalho é redigido em tom confessadamente encomiástico; mas Barlaeus não se deixa cegar pelo culto do heroísmo. Ao se referir à controvérsia havida entre João Maurício e Arciszewski, que se pode apontar a título de exemplo, permite êle que o malsinado polonês fale à vontade em sua própria defesa, dando a impressão de que muita coisa poderia ser alegada a favor dêle. Defeito mais grave é ser sempre muito vago no tocante às datas. Não poucas vêzes faz êle longas citações de despachos originais, sem datá-los, ou então combina vários despachos de datas diferentes para formar um todo, sem nos dizer que assim procedeu. Por motivos de que tinham melhor conhecimento, tanto Edmundson como Wätjen preferiram à edição original em latim as em alemão e em latim dadas a lume em 1659 e 1660, inferiores à primeira. Tive a vantagem de utilizar a soberba tradução holandesa de S. P. L'Honoré Naber, intitulada *Nederlandsch Brazilië onder het bewind van Johan Maurits Grave van Nassau, 1637-1644* (Haia, 1923), a qual tem o mérito particular de incorporar, em sua forma original, muita coisa que Barlaeus abreviou ou suprimiu. As estampas de cenários brasileiros, reproduzidas dos esboços feitos por Frans Post (alguns dos quais se acham no Museu Britânico), tornam êste livro o primeiro publicado na Europa em que as representações da cena tropical são tiradas diretamente de

desenhos feitos *in loco* por artista profissional. Johan Nieuhof, em trabalho póstumo intitulado *Gedenkweerdige Brasiliaense Zee — en Lant-Reize. Behelzende al het geen op dezelve is voorgevallen. Beneffens een bondige beschrijving van gantsch Neerlants Brasil* (Amsterdam, 1682, começa para todos os fins na partida de João Maurício, em maio de 1644 e abrange todo o período subsequente até a partida do próprio Nieuhof para a Europa, em julho de 1649. É um trabalho de valor singularmente desigual; mas para os anos de 1644 a 1647, e com especialidade para os de 1645 a 1646, tem êle sem dúvida muito valor, trazendo farta documentação com base nas fontes originais, e reproduzindo grande parte da correspondência trocada pelos holandeses residentes no local com as autoridades portuguesas. Nesta parte inclui-se também copioso extrato das minutas (*Notulen*) das reuniões do Supremo Conselho de Recife naquele período crítico. Depois da libertação de Recife, em junho de 1646, o trabalho começa a tornar-se lacunoso, sendo tão superficial e inexata a narrativa que faz Nieuhof dos acontecimentos desenrolados entre 1648 e 1649, que passa a ser pior do que imprestável. O autor chega a confundir as duas batalhas dos Guararapes, embora se achasse ainda em Recife quando elas se verificaram. É de presumir que êle não havia dado ainda forma definitiva a essa parte do livro quando, em 1672, morreu na ilha de Madagáscar, de viagem para as Índias Orientais. Ao irmão, que preparou os seus papéis para publicação, caberia nisso uma parte da culpa. Era Nieuhof um observador inteligente e sagaz, pelo que o seu livro, apesar de todos os defeitos, não é indigno de emparelhar com os de De Laet e Barlaeus, merecendo sem dúvida um pôsto de maior relêvo do que o que desdenhosamente lhe concedera S. P. L'Honoré Naber, em seu inventário das fontes mais importantes de dados (*De West-Indische Compagnie in Brazilië en Guinee*, p. 18).

O diário de Hendrik Haecxs (1645 a 1654) publicado por S. P. L'Honoré Naber sob o título de "Het Dagboek van Hendrik Haecxs, lid van den Hoogen Raad van Brazilië", nos *Bijdragen en Mededeelingen van het Historisch Genootschap gevestigd te Utrecht* XLVI (Utrecht, 1925), pp. 127-303, forma, no que respeita aos trabalhos impressos, o último elo da cadeia de fontes primárias holandesas atinentes ao Brasil neerlandês. Essa valiosa fonte era desconhecida de Netscher e Wätjen, o que talvez explique a maneira superficial pela qual ambos trataram os últimos anos da colônia. É evidente que Haecxs redigiu seu diário sem muita regularidade, e pulando às vezes por cima de períodos relativamente longos. Há, por exemplo, um claro entre 19 de agosto de 1646 e 3 de setembro de 1647; e outro entre 6 de outubro de 1650 e 25 de fevereiro de 1652. Em compensação, o jornal é particularmente minucioso para o período que vai de 3 de setembro de 1647 à primeira batalha dos Guararapes, em abril de 1648. O depoimento de Haecxs é particularmente valioso na parte que diz respeito à sua permanência na pátria (novembro e dezembro de 1647); êle nos leva aí para o outro lado das cenas, mostrando-nos a rivalidade existente entre as diversas câmaras da Companhia das Índias Ocidentais, a mútua prevenção entre civis e soldados, as maquinações dos aproveitadores da guerra, e outros fatos que contribuem para lançar luz sobre o declínio do Brasil holandês. Foi dada uma tradução portuguesa, acompanhada de notas, no tomo LXIX dos *Anais da Biblioteca Nacional* (Rio de Janeiro, 1950), págs. 19 a 153.

A importância e o interesse da coeva literatura holandesa de panfletos na história do Brasil neerlandês já foi acentuada por Asher, Wätjen e, sobretudo, por J. H. Rodrigues. Naber propende a subestimar o valor desses panfletos quando os trata depreciativamente como sendo,

“na sua maioria, peças difamatórias não livres de paixão”. É certo que a inveja, o ódio, a maldade e toda espécie de malquereças não se acham ausentes da maioria dêles; mas, de qualquer modo, algumas das acusações ali feitas não seriam lá muito graves hoje em dia. Quando, por exemplo, lemos que um dos crimes dos Conselheiros de Justiça de Recife era o hábito que tinham de mudar de roupa todos os dias, havemos de convir que êsse procedimento seria considerado agora normal para um país tropical, ao invés de ser tido como um luxo desabusado. O asseio e o temor a Deus têm se tornado melhores companheiros um do outro do que o foram no século dezessete da Cristandade, quando a preocupação com a hygiene corporal era tida como algo descabidamente extravagante ou pecado manifesto. Mais ainda, são essas réstias de luz sôbre o modo de vida e as preocupações de cada dia que permitem ao leitor fazer idéia clara da atmosfera da época. Sob êste ponto de vista, os panfletos (chamados pelos holandeses “livros azuis” porque a princípio saíram em papel azul), fôssem ou não injuriosos, constituem uma fonte tão valiosa quanto divertida. Outros “livros azuis”, tais como o *Claer Vertooch* (1647), são muito importantes por trazerem copiosos extratos de documentos oficiais, ou pela correspondência interceptada que nêles se transcreve. Uma terceira categoria, a que pertence o *Journal ofte kort discours nopende de rebelle ende verradelijcke desseyen der Portugesen alhier in Brasil* (Arnhem, 1647), contém informações que ao historiador compete sempre consultar, ainda que nem sempre se possa depositar plena confiança naquilo que dizem.

É bem conhecida de todos os estudiosos da história holandesa a compilação, verdadeiramente monumental, de Leeuw van Aitzema, intitulada *Saken van staet en oorlog in ende omtrent de Vereenigde Mederlanden*

(6 partes em 7 volumes, Haia, 1669-72). Nesse trabalho, os dados relativos à Companhia das Índias Ocidentais são de algum modo esporádicos; contudo, certos episódios, como a Capitulação de Taborda, acham-se abundantemente documentados. As *Gedenkschriften van Jonkheer Alexander van der Capellen . . . beginnende met den jaere 1621, en gaande tot 1654* (2 vols., Utrecht, 1777-8) constituem útil complemento ao trabalho de Aitzema, e também uma das raras omissões cometidas na *Bibliografia* de J. H. Rodrigues. Tanto Alexander van der Capellen como o seu irmão foram dos primeiros a fazer investimentos na Companhia das Índias Ocidentais, sendo que o último foi durante algum tempo membro do Conselho dos Heeren XIX. Como ficou dito (pág. 243), Alexander foi convidado a ir para o Recife na qualidade de presidente do nôvo Supremo Conselho que assumiu a governança da colônia após a volta de João Maurício. Embora declinasse dessa honraria embaraçosa, mostrando sua disposição de não deixar a pátria, continuou interessado na Companhia, prestando muitas vêzes serviços nas comissões dos Estados Gerais (de que fazia parte, como representante de Guelderland) que se ocupavam dos negócios àquela relativos.

No que respeita às *Resolutien* dos Estados provinciais da Holanda e da Frislândia Ocidental, já Asher nos deu a lista das que têm importância para a história da Companhia das Índias Ocidentais no Brasil em seu *Bibliographical and Historical Essay on the Dutch books and pamphlets relating to New-Netherland and to the Dutch West-India Company and its possessions in Brazil, Angola, etc.* (Amsterdam, 1854-67). Por infelicidade, as "Secrets Resolutions" só tiveram início em fevereiro de 1653; mas essa imensa coleção de mais de 300 volumes precisa decerto ser consultada por todos os que estudam aquêlê período. Há na sala dos documentos oficiais do

Museu Britânico uma coleção que está completa no que toca aos anos correspondentes às atividades da Companhia das Índias Ocidentais no Brasil. A parte publicada das *Resolutien* dos Estados Gerais só começa em 1721, sendo que as dos Estados provinciais da Zelândia, relativas ao mesmo período, não foram publicadas.

Há uma obra mencionada por Asher mais omitida por Wätjen e J. H. Rodrigues, que merece ser aqui lembrada pela constituição que presta à compreensão do ponto de vista calvinista tão acentuadamente representado na Companhia das Índias Ocidentais. Trata-se de *'T Geestelich Roer*, do calvinista predicante Rev. Goodfried Udemans, cujo extenso título explica a finalidade tida em vista no trabalho, e pode ser traduzido da seguinte maneira: *O leme espiritual do navio mercante. Isto é: notícia verdadeira sôbre como um mercador e viajante deve conduzir-se nos negócios quer nos tempos de paz, quer durante a guerra, em face de Deus e dos homens, assim no mar como em terra, e especialmente entre os pagãos das Índias Orientais e Ocidentais, para honra de Deus, solidez de sua congregação e salvação de sua alma; e também para a felicidade temporal de sua pátria e de sua família.* Este trabalho gozou decerto de muita popularidade em sua época, visto ter tido três edições, publicadas em Dordrecht, respectivamente em 1638, 1640 e 1655. Foi dedicado aos diretores das Companhias das Índias Orientais e Ocidentais, e pretendia ser, principalmente, um manual de consciência para os seus empregados. O livro está longe de oferecer leitura fácil, e arqueja sob o péso das citações bíblicas; mas dá boa amostra do que era a mentalidade do partido Contra-Remonstrante, e da aplicação de suas idéias e teorias aos negócios coloniais. As atividades das duas Companhias das Índias são ali justificadas por meio de capítulos e versículos da Bíblia e de outras autoridades. O trabalho de Udemans cons-

titui a contrapartida dos tratados católicos-romanos, tais como o *De Justo Imperio Lusitanorum Asiatico* de Fr. Serafim de Freitas, que reclamava a sanção divina para os impérios coloniais ibéricos.

Concluindo esta breve resenha de algumas das principais fontes holandesas, devo chamar a atenção mais uma vez para a tese do Dr. W. J. van Hoboken, *Witte de With in Brazilië*, surgida durante a impressão deste meu livro. Como foi explicado no prefácio (pág. XVI), êste bem documentado trabalho é particularmente importante para o que se refere ao estudo crítico dos anos de 1647 a 1649, quando se decidiu a sorte última da colônia.

No que respeita às publicações em português (ou melhor, luso-brasileiras), abstraindo das coleções de documentos dados a lume, baseei-me principalmente nos seguintes autores: Duarte de Albuquerque, Fr. Manuel Calado do Salvador, padre Antônio Vieira, S. J., Francisco Adolfo de Varnhagen e José Antônio Gonsalves de Mello, neto.

Duarte de Albuquerque Coelho compôs o diário de sua participação nas campanhas de 1631 a 1638, diário que, com as notas do irmão, lhe serviram para a compilação da metódica e inestimável narrativa intitulada *Memorias Diarias de la Guerra del Brasil, por discurso de nueve años, empeçando desde el de MDCXXX* (Madrid, 1654). Wätjen não fez uso deste livro, chegando mesmo a omitir qualquer referência a êle; omissão tanto mais surpreendente quanto já Varnhagen e Edmundson lhe haviam acentuado a importância. Duarte de Albuquerque, quarto donatário da capitania de Pernambuco, tomou parte na campanha da Bahia em 1625, tendo aportado pela primeira vez em Pernambuco com a armada de Oquendo, em setembro de 1631. A partir de então, e até a grande retirada para o sul, em 1637, serviu como voluntário, e sem qualquer atribuição no comando, embora fôsse com

frequência consultado. Estava assim em boa posição para escrever uma narrativa circunstanciada das lutas em Pernambuco, não obstante pender naturalmente a favor de seu irmão, Matias de Albuquerque. Participou da defesa da Bahia contra João Maurício (maio de 1638), voltando para a península ibérica no fim do mesmo ano. Fixou-se desde então em Madri, mantendo-se fiel (voluntariamente ou não) à coroa espanhola, mesmo depois da revolução portuguesa de 1640. Seus manuscritos já em 1644 estavam prontos para o prelo, mas tiveram a publicação adiada por toda uma década, em consequência dos protestos de críticos hostis. Uma das objeções que se faziam a esse trabalho era que ele glorificava o caráter e o tino militar de Matias de Albuquerque, que foi em 1644 o comandante-chefe das forças portuguesas da frente do Alentejo. Utilizei-me tanto da edição original como da tradução publicada em Recife, em 1944. Visto serem muito raras essas duas versões, fiz todas as minhas citações pelas datas, em vez de por capítulo e página, até porque o trabalho obedece estritamente à ordem cronológica.

O Valeroso Lucideno e Triumpho da Liberdade (Lisboa, 1648) de Fr. Manuel Calado do Salvador é outra obra igualmente valiosa no tocante ao nosso assunto. Wätjen comete grave erro quando condena desdenhosamente o livro, como sendo um trabalho altamente tendencioso, com direito apenas a um posto secundário entre os dos demais autores da época. É sabido que Calado não tinha o espírito livre de preconceitos, e tampouco era escritor desapaixonado. Escreveu entre setembro de 1645 e julho de 1646, sob o calor da refrega, e não raro com o ruído dela junto aos seus ouvidos. Mas, por isso mesmo, o seu trabalho só pode ser mais fiel e sugestivo; muito daquilo que nêle se lê dá a impressão de despachos enviados da linha de frente por um correspondente de

guerra de primeira classe. Sem falar no brilhante relatório do primeiro ano da insurreição em Pernambuco, à qual estêve tão intimamente ligado, dá-nos êle uma facinante descrição da colônia nos tempos de João Maurício. Gozando da intimidade do tolerante governador-geral, conheceu de perto Von Schoppe, Lichthart, Arciszewski e outros chefes holandeses do movimento. Foi aquilo que hoje se chamaria um colaborador, e nisso muito bem sucedido. Fêz o que pôde para captar as boas graças de ambos os lados, e esquivar-se a essa lealdade no momento propício. A intenção do livro, que já em outubro de 1647 (um ano, mais ou menos após a sua volta para Portugal) estava pronto para o prelo, era estimular o povo e o mundo oficial para que viessem em socorro dos patriotas pernambucanos, donde ser, naturalmente muito parcial. Em face dessas circunstâncias, êle não podia ser diferente do que é, como não é possível esperar-se jamais objetividade completa de quem quer que se considere envolvido numa guerra santa. Relevadas que sejam as suas deliberadas distorções (de que é exemplo o relato da vitória de Lichthart em Tamandaré, no livro IV, cap. 3, p. 234 da edição de 1648), o seu malévolo anti-semitismo (o caso dos dois infelizes judeus, relatado no cap. 4 do mesmo livro) e as decididas preferências ou antipatias de frade, aliás excepcionais, o livro de Calado é ainda hoje absolutamente indispensável. Mais do que isso, e a despeito das restrições de Wätjen, é êle escrito em estilo correntio e de fácil leitura, excetuando-se alguns arroubos, antes desnecessários, de má versificação.

Calado chegou mesmo, conforme a ocasião, a fazer justiça aos detestados *predicantes* holandeses (cf. o seu agradecimento às atenções dêles recebidas, no fim do Livro II, capítulo 4), não se preocupando em esconder a sua admiração por João Maurício, sem coonestar contudo as faltas do príncipe. Os maldosos retratos a bico

de pena que traçou daqueles de que não gostava, como os do comandante italiano, Bagnuolo, o mercador Gaspar Dias, tido como marrano, e o infortunado vigário da Várzea, padre Gaspar Ferreira, podem ser classificados como verdadeiras obras-primas de odiosidade. Surpreende que a obra conseguisse escapar à censura, visto como bispos e jesuítas viram-se muitas vêzes sob seu látego; isso foi algo inusitado num país tão dominado pelo clero como o Portugal do século XVII. É verdade que ela foi posta no Index em novembro de 1655; mas teve uma nova edição em 1668. Ao contrário do que informa J. H. Rodrigues (por culpa, evidentemente, de algum exemplar defeituoso existente na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro) em sua *Bibliografia* (item n.º 540), não há nenhuma diferença entre os textos da primeira e da segunda edição, até porque ambas foram impressas pelas mesmas chapas. A única diferença que há entre elas está nas respectivas páginas de rosto, e nas que se lhes seguem, contendo odes congratulatórias, sonetos e outras coisas somenos.

Tôdas as minhas citações e referências foram tiradas da edição de 1648, devendo os leitores desejosos de conhecer melhor o contundente frade e sua obra procurar o estudo definitivo de J. A. Gonsalves de Mello, neto, intitulado *Frei Manuel Calado do Salvador, Religioso da Ordem de São Paulo, pregador apostólico por Sua Santidade, cronista da Restauração* (Recife, 1954). Tomando essa monografia por modelo, verão êles que os dois outros cronistas portugueses da guerra, a saber, Diogo Lopes de Santiago, em sua *História da Guerra de Pernambuco*, e Fr. Rafael de Jesus, em seu *Catrioto Lusitano*, forragearam largamente no livro de Calado, quase sempre sem fazer a isso a mais leve referência.

Outra fonte de inestimável valor para o estudo da época, e omitida por Wätjen, são os sermões, as cartas

e os trabalhos avulsos do grande jesuíta padre Antônio Vieira. É tripla a importância dos escritos de Vieira sobre o assunto que nos ocupa. Em primeiro lugar, por ter ele vivido muitos anos no Brasil, sendo testemunha ocular do cerco da Bahia, em 1624-5 e, novamente, em 1638; em segundo, porque foi um dos conselheiros mais chegados a D. João IV, rei de Portugal, tomando parte ativa na orientação política adotada por esse monarca em relação ao Brasil, e nas negociações diplomáticas entabuladas para sustentá-la. Em terceiro lugar, o ser a coletânea de seus trabalhos provavelmente a melhor fonte isolada para a compreensão do "clima de opinião" que reinava durante o século XVII em Portugal, no Brasil e no Maranhão. Numa época em que o púlpito desempenhava o papel que hoje cabe à imprensa como orientadora da opinião pública, foram os sermões de Vieira dos que gozaram de maior fama e influência, fama que não se restringia a Portugal e ao Brasil. Thomas Maynard, cônsul da Inglaterra, escrevendo de Lisboa em 1666, disse que os sermões de Vieira se vendiam tão logo vinham a público, e eram remetidos para todas as partes da Espanha, da Itália e da França. Conquanto tenha consultado a edição original dos *Sermões* de Vieira, publicada em Lisboa entre 1679 e 1710, as minhas referências e citações foram tiradas da edição selecionada de Hernâni Cidade e Antônio Sérgio, nos *Clássicos Sá da Costa* (Lisboa, 1954). As citações de *Obras Várias* foram, por igual, colhidas da última edição; mas as referências relativas à correspondência, busquei-as nas *Cartas*, edição em três volumes, por J. Lúcio de Azevedo (Coimbra, 1925-8).

A *Historia das Lutas com os Hollandeses no Brazil desde 1624 a 1654* (1.^a edição, Viena, 1871; 2.^a ed., Lisboa, 1872) foi durante muito tempo o livro clássico sobre o assunto, podendo ainda ser consultado com proveito, assim como o trabalho de P. M. Netscher, *Les Hollandais au Brésil, Notice Historique sur les Pays-Bas et le*

Brésil au XVII.^e siècle (Haia, 1853). Boa parte do contido nas *Lutas* foi incorporada por Varnhagen em sua *História Geral do Brasil antes de sua separação e independência de Portugal*, que foi publicada originariamente em dois volumes (Rio de Janeiro, 1854-7) e tem tido ao todo quatro edições, tôdas elas muito diferentes umas das outras. A terceira edição da *História Geral*, com muitas notas e apêndices da autoria de dois grandes historiadores brasileiros, Capistrano de Abreu e Rodolfo Garcia, foi publicada pela Companhia Melhoramentos de São Paulo, em cinco volumes; infelizmente, tudo foi feito para impedir o leitor de apurar a data em que êsses volumes foram dados à estampa. Uma quarta edição foi publicada em São Paulo pela mesma firma, entre 1948 e 1949. O exemplar que possuo dessa obra compreende os volumes I e II da quarta edição, ambos com a data de 1948, e os volumes III, IV e V da terceira edição. O prefácio do quinto volume, da lavra de Afonso d'Escragnonle Taunay, traz a data de 25 de maio de 1936, donde se conclui que o referido volume foi publicado no mesmo ano, ou pouco depois. Não há meio para acertar-se com as datas em que foram publicados os volumes III e IV; mas, a julgar pelo contexto de algumas notas, o volume III *deve* ter sido dado a lume em 1928, e o IV em algum dos primeiros anos subseqüentes a 1930. Quaisquer que tenham sido as datas de publicação, as citações da *História Geral* que faço em meu livro foram tiradas da quarta edição (1948), se referentes aos volumes I e II, enquanto que as relativas aos volumes III e IV foram tiradas da terceira (?1928-36?). Nem sempre a *História Geral* se avanteja às *Lutas*, pois se contém muita matéria nova, especialmente no tocante às numerosas citações, traduzidas, de documentos holandeses, apresenta também algumas importantes omissões. Por isso, devem os dois livros ser consultados pelos que estudam o assunto a sério. As notas e a documentação acrescentadas por Capistrano de Abreu

e Rodolfo Garcia na terceira e quarta edições da *História Geral* inclinam-se em alguns casos a superpor o Pelion ao Ossa; mas, seja como fôr, pode-se aplicar às suas duas edições do livro a velha e veneranda chapa: “uma verdadeira mina de informações”.

O livro de José Antônio Gonsalves de Mello, neto, *Tempo dos Flamengos, Influência da Ocupação Holandesa na Vida e na Cultura do Norte do Brasil* (Rio de Janeiro e São Paulo, 1947) é obra padrão no que respeita à história da colônia holandesa, e parece que assim há de ficar. Tendo muito por base as minutas diárias das reuniões do Grande Conselho de Recife (*Dagelijksche Notulen der Hooge Raden in Brazilië*), assenta êsse livro sôbre documentos da época não utilizados, ou, pelo menos, mal utilizados, por Netscher e Varnhagen, e tampouco por Wätjen. Assim como o livro de Wätjen vale como trabalho definitivo para a história econômica e financeira do Brasil holandês, é o *Tempo dos Flamengos* a obra definitiva sôbre a vida de cada dia levada pelos colonos. Não sòmente dos colonos holandeses, podemos nós acrescentar, mas também dos moradores portugueses, da comunidade judaica, dos ameríndios e dos negros escravos, pois todos submete o Dr. Gonsalves de Mello ao seu microscópio. Tôdas as minúcias da vida social em Recife, tanto nas épocas de fartura e prosperidade, como durante o cêrco e a fome, foram ali meticulosamente registradas para a posteridade. Como declara o Dr. Gonsalves de Mello em sua introdução, aproveitou-se êle dêsse material por causa do interêsse social e humano que envolve, “fitando com olhos de míope tudo quanto tenha interêsse meramente político, administrativo, ou simplesmente cronológico”. Dentro dêstes limites pré-traçados, porém, dificilmente poderia o livro ser melhor, pelo que sua leitura será sempre indispensável para tudo quanto diga respeito ao Brasil holandês.

Lista dos autores principais

Como ficou dito nas Notas Bibliográficas (pág. 410), há em J. H. Rodrigues, *Historiografia e Bibliografia do domínio Holandês no Brasil* (Rio de Janeiro, 1949) uma completa resenha crítica da literatura concernente ao Brasil Neerlandês. Por isso, na presente lista serão incluídas apenas as obras citadas abreviadamente em nossas notas marginais.

- Aenwysinge: dat men vande Oost- en West-Indische Compagnien, een Compagnie dient te maken. Mitsgader twintich consideratien op de trafyque, zeevaert en commertie deser Landen.* Haia, 1644.
- AITZEMA, Leeuw van, *Saken van staet en oorlogh, in ende omtrent de Vereenigde Nederlanden, 1621-1668.* 6 vols. Haia, 1669-72.
- *Verhael vande Nederlandsche Vrede-handeling. Op nieuws gecorrigeert, en met eenige stucken vermeerdert.* Haia, 1671.
- ALBUQUERQUE, Duarte de, *Memorias Diarias de la guerra del Brasil, por discurso de nueve años, empeçando desde el de M.D.C.XXX.* Madrid, 1654.
- *Memórias Diárias da guerra do Brasil, 1630-1638.* Recife, 1944.
- Amsterdams Dam-Praetje van wat outs en wat nieuws en wat vreemts.* Amsterdam, 1649.
- Anais da Academia Portuguesa de História. Ciclo da Restauração de Portugal.* 11 vols. Lisboa, 1940-9.
- Anais do IV Congresso. . . . Veja IV Congresso.*
- Anais do Museu Paulista.* São Paulo, 1922 em diante.
- ANDRADE E SILVA, José Justino, *Collecção Chronológica da legislação portugueza, 1603-1674.* 8 vols. Lisboa, 1854-6.

ARCISZEWSKI, Crestofle d'Artischau, "Missive van den kolonnel Artichofsky aan Graaf Maurits en den Hoogen Raad in Brazilië, 24 Juli 1637", *Kroniek Historisch Genootschap Utrecht*, xxv (1869), pp. 222-48.

— "Memorie door den kolonnel Artichofsky, bij zijn vertrek uit Brazilië in 1637 overgeleverd aan Graaf Maurits en zijnen Geheimen Raad", *op. cit.*, pp. 253-349.

— "Apologie van Artichofsky tegen de beschuldiging van den Raad van Brazilië, ingeleverd aan de Staten Generaal in Augustus 1639", *op. cit.*, pp. 351-92.

AREND, J. P., *Algemeene Geschiedenis des Vaderlands, 1581-1795*, IIIe Deel, 5e Stuk. Amsterdam, 1874.

Baseado quase exclusivamente nas Resoluções dos Estados Gerais e nos Estados provinciais da Holanda.

ASHER, G. M., *A Bibliographical and Historical Essay on the Dutch books and pamphlets relating to New Netherland and to the Dutch West-India Company and its possessions in Brazil, Angola, etc.* Amsterdam, 1854-67.

AZEVEDO, João Lúcio de, *História dos Christãos Novos Portugueses*. Lisboa, 1922.

— *Cartas do Padre António Vieira*. 3 vols. Coimbra, 1925-8.

BAHIA, Prefeitura Municipal do Salvador, *Documentos históricos do Arquivo Municipal. Atas da Câmara, 1625-1659*. 3 vols. Bahia, 1949.

Existe um volume 4.º, correspondente aos anos de 1660 a 1664, mas não tivemos oportunidade de vê-lo.

BARBOUR, Violet, *Capitalism in Amsterdam in the seventeenth century*. Baltimore, 1950.

BARLAEUS, Caspar [e S. P. L'Honoré Naber, editor e tradutor], *Nederlandsch Brazilië onder het bewind van Johan Maurits Grave van Nassau, 1637-1644. Historich-Geographisch-Ethnographisch. Naar de Latijnsche uitgave van 1647 voor het eerst in het Nederlandsch bewerkt door S.P.L'H.N. Haia*, 1923.

Tradução alemã, com alguns acréscimos, do livro de Barlaeus, *Rerum per octennium in Brasilia*, Amsterdam, 1647.

Bijdragen en Mededeelingen van het Historisch Genootschap gevestigd te Utrecht. Utrecht, 1878 em diante.

Antes de 1878 o título começa com *Kronieck*, q. v. Os volumes II (1879), III (1880), X (1887), XXI (1900), XXVII (1906), XLVI (1925), XLVII (1925) e XLVIII (1926) são particularmente úteis, visto a quantidade de documentos que contêm.

BOUMAN, D. J., *Johan Maurits van Nassau, de Braziliaan*. Utrecht, 1947.

BOXER, C. R., "Blake and the Brazil Fleets in 1650," *The Mariner's Mirror*, vol. xxxvi (1950).

— "English shipping in the Brazil Trade 1640-65", *The Mariner's Mirror*, vol. xxxvii (1951).

— *Salvador de Sá and the struggle for Brazil and Angola, 1602-1686*. Londres, 1952.

Brasilia. Revista de assuntos brasileiros. Coimbra, 1942 em diante. O volume IX (1954-1955) é particularmente rico em documentos relevantes.

Brasilsche Gelt-Sack, Waer in dat klaerlijck vertoont wort, waer dat de participanten van de West-Indische Compagnie haer geldt ghebleven is. n.p., 1647.

Brasyls Schuyt-praetjen, gehouden tusschen een officier, een Domine, en een coopman, noopende den Staet van Brasyl: Mede hoe de officieren en soldaten tegenwoordich aldaer ghetraecteert werden, en hoe men placht te leven ten tyde doen de Portugysen noch onder het onverdraeghlijck Iock dar Hollanderen saten. n.p., 1649.

Briefwisseling van Constantijn Huyghens, 1608-1687, vols. ii-iv. Haia, 1913-15.

BROECK, Matheus van den, *Journal ofte Historiale Beschrijvinge van Matheus vanden Broeck. Van 't geen hy selfs ghesien ende waerachtigh gebeurt is, wegen 't begin ende revolte van de Portugese in Brasiel, als mede de conditie en het overgaen van de fortien aldaer*. Amsterdam, 1651.

CADORNEGA, Antônio de Oliveira de, *História Geral das guerras Angolanas*. 3 vols. Lisboa, 1940-2.

Os volumes I e II foram editados por José Matias Delgado; o vol. III, por Manuel Alves da Cunha. Os originais foram escritos em Luanda entre 1860 e 1861.

CALADO DO SALVADOR, Manuel, *O Valeroso Lucideno e triumpho da Liberdade. Primeira Parte. Composta por o P. Mestre Frei Manoel Calado da Ordem de S. Paulo primeiro Ermitão, da Congregação dos Eremitas da Serra d'Ossa, natural de Villauçosa.* Lisboa, 1648.

Nunca saiu publicada uma segunda parte.

CANABRAVA, Alice Piffer, *O Comércio português no Rio da Prata, 1580-1640.* São Paulo, 1944.

CAPELLEN, R. J. van der (ed.), *Gedenkschriften van Jonkheer Alexander van der Capellen, 1621-1654.* 2 vols. Utrecht, 1777-8.

CARDIM, Fernão, S. J., *Tratados da terra e gente do Brasil. Introduções e notas de Baptista Caetano, Capistrano de Abreu, e Rodolpho Garcia.* Rio de Janeiro, 1925.

Os originais datam de 1584 a 1601.

Cartas de El-Rei D. João IV ao Conde da Vidigueira (Marquês de Niza) Embaixador em França. 2 vols. Lisboa, 1940.

Abrangem o período de maio de 1642 a março de 1649. Editadas por P. M. Laranjo Coelho.

Cartas de El-Rei D. João IV para diversas autoridades do Reino. Lisboa, 1940.

Abrangem o período de outubro de 1645 a agosto de 1651. Editados por P. M. Laranjo Coelho.

Claer Vertooch vande verradersche en vyantlijcke acten en proceduren van Poortugaal, in't verwecken ende stijven van de rebellie ende oorloghe in Brasil. Beweesen ynt de brieven en geschriften van het selve rijck ende hare ministers, door een lief-hebber by een versamelt, tot wederlegginge van de frivole excusen tot der Portugijsen onschult voort gebracht. Amsterdam, 1647.

IV Congresso de História Nacional, 21-28 Abril de 1949. Anais. 10 vols. Rio de Janeiro, 1950-1.

Editados pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. O volume V é particularmente abundante em documentos de importância.

CUVELIER, J., & LEFÈVRE, J. [eds.], *Correspondance de la Cour d'Espagne sur les affaires des Pays-Bas au XVIIe siècle*, vols. II-III. Bruxelas, 1927-30.

Esses dois volumes abrangem o período compreendido entre 1621 e 1647, inclusive.

- DEERR, N., *The History of Sugar*. 2 vols. Londres, 1949-50.
- Documentos Históricos*. Rio de Janeiro, 1928 em diante. Publicados pela Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro.
- DOEDENS, H., *Origineele Brieven van H. Doedens aan Ant. van Hilten, betreffende de West-Indische Compagnie, 1641-1648*", *Kroniek van het Historisch Genootschap Utrecht*, vol. xxv (1869).
- DUSSEN, Adrian van der, *Relatório sobre as capitânicas conquistadas no Brasil pelos holandeses (1639). Suas condições econômicas e sociais. Tradução, introdução e notas de José Antônio Gonçalves de Mello, neto*. Rio de Janeiro, 1947.
- EDMUNDSON, George, "The Dutch Power in Brazil, 1624-1654", *English Historical Review*, vol. xi (1896); vol. xiv (1899); vol. xv (1900).
- "The Dutch in Western Guiana", *English Historical Review*, vol. xvi (1901).
- "The Dutch on the Amazon and Negro in the seventeenth century". *English Historical Review*, vol. xviii (1903); vol. xix (1904).
- "Early relations of the Manóas with the Dutch, 1606-1732", *English Historical Review*, vol. xxi (1906).
- ELIAS, Johan, E., *Het Voorspel van den eersten Engelschen Oorlog. II, Het Britsch-Nederlandsch antagonisme buiten Europa*. Haia, 1920.
- FERNÁNDEZ DURO, Cesáreo, *Armada Española desde la unión de los reinos de Castilla y de Aragón*, vol. iii. Madrid, 1898.
- FREIRE DE OLIVEIRA, Eduardo, *Elementos para a história do município de Lisboa*. 19 vols. Lisboa, 1882-1943.
- Os volumes III a IV abrangem os anos de 1621 a 1669.
- FREITAS, Gustavo de, *A Companhia Geral do Comércio do Brasil, 1649-1720. Subsídios para a história econômica de Portugal e do Brasil*. São Paulo, 1951.
- GEYL, Pieter, *The Netherlands Divided, 1609-1648*. Londres, 1936.
- GONSALVES DE MELLO NETO, José Antônio, *Tempo dos Flamengos. Influência da Ocupação Holandesa na Vida e na Cultura do Norte do Brasil*. Rio de Janeiro, 1947.

- *Francisco de Figueroa. Mestre de campo do Têrço das Ilhas em Pernambuco.* Recife, 1954.
- *Antônio Dias Cardoso. Sargento-mor do Têrço de infantaria de Pernambuco.* Recife, 1954.
- *Henrique Dias. Governador dos Prêtos, Crioulos e Mulatos do Estado do Brasil.* Recife, 1954.
- *D. Antônio Filipe Camarão. Capitão-mor dos Índios da costa do Nordeste do Brasil.* Recife, 1954.
- *Filipe Bandeira de Melo. Tenente de Mestre de Campo General do Estado do Brasil.* Recife, 1954.
- *Frei Manuel Calado do Salvador. Religioso da Ordem de São Paulo, pregador apostólico por Sua Santidade, cronista da Restauração.* Recife, 1954.

Veja-se também DUSSEN, ADRIAEN VAN DER.

HAECXS, Hendrik, "Het Dagboek van Hendrik Haecxs, Lid van den Hoogen Raad van Brazilië, 1645-1654". *Bijdragen en Mededeelingen Historich Genootschap Utrecht*, vol. XLVI (1925). Editado por S. P. L'Honoré Naber.

Hispanic-American Historical Review. Baltimore e Durhan (N.C.), 1918 em diante. Editado pela Duke University Press.

Historia Naturalis Brasiliae, Auspicio et Beneficio Illustriss. I. Mauritii Com. Nassau. Leiden, 1648.

Com contribuições de Marcgrave, Piso e De Laet. Cf. *Taunay*, mencionado mais adiante.

HOBOKEN, W. J. van, *Witte de With in Brazilië, 1648-1649.* Amsterdam, 1955.

Instituição da Companhia Geral para o Estado do Brazil. Lisboa, 1649.

JAPIKSE, N., *De Verwikkelingen tusschen de Republiek en Engeland, 1660-1665.* Leiden, 1900.

JONGE, J. K., de, *Oorsprong van Nederlands bezittingen op de kust van Guinea.* Haia, 1871.

Journal ofte kort discours, nopende de rebellye ende verradelijcke desseynden der Portugesen, alhier in Brasil voorgenomen, 't

welck in Junio 1645 is ontdeckt. Ende wat vorderdaernaeghepasseert is tot den 28 April 1647. Beschreven door een Liefhebber, die selfs uit begin der rebillye daer te lande is gheweest, ende aldaer noch residerende. Arnhem, 1647.

Journael van de reyse van de vlote yut de Vereenighde Nederlanden na Brasilien, vervattende alles 't gene is voorgevallen; mitsgaders de batalie tusschen den Heere Ghenerael Sigismundus Schoppe, ende den Ghenerael van de Portugiesen. Beginnende van den 17 January anno 1648 tot den 17 May. Alles beschreven door een capiteynlyutenant van het legher van den voorsz. Heer Generael Sigismundus Schoppe. Amsterdam, 1648.

Kort, bondigh ende waerachtigh verhael van't schandlijck overgeven ende verlaten vande voornaemste conquesten van Brasil, onder de regeringe vande Heeren Wouter van Schonenburgh, President, Hendrick Haecxs, Hoogen Raet, ende Sigismundus van Schoppe, Luytenant Generael over de Militie, 1654. Middelburgo, 1655.

KNUTTEL, W. P. C., *Catalogus van de pamsletten-verzameling berustende in de Koninklijke Bibliotheek, 1486-1688.* 4 vols., Haia, 1889-95.

Kroniek van het Historich Genootschap gevestigd te Utrecht. 31 vols. Utrecht, 1846-75.

Os volumes XI (1855), XIV (1858) e XXV (1869) são particularmente prestadios. O título foi ulteriormente mudado para *Bijdragen*, q. v.

LAET, Johannes de, *Iaerlyck Verhael van de Verrichtinghen der Geotroyeerde West-Indische Compagnie... uitgegeven door S. P. L'Honoré Naber*, 4 vols. Haia, 1931-7.

O volume IV foi editado por J. C. M. Warnsinck. A edição original, num único volume, foi publicada em Leiden, 1644.

LEITE, Serafim, S. J., *História da Companhia de Jesus no Brasil.* 10 vols. Lisboa e Rio de Janeiro, 1938-50.

LOPES DE SANTIAGO, Diogo, *História da guerra de Pernambuco e feitos memoráveis do mestre de campo João Fernandes Vieira, herói digno de eterna memória, primeiro aclamador da guerra.* Recife, 1943.

Os originais foram escritos em vida de João Fernandes Vieira, mas quase a metade do trabalho é uma cópia servil do *Valeroso Lucideno* de Manuel Calado.

MOREAU, Pierre, *Histoire des derniers troubles du Brésil, entre les Hollandois et les Portugais*. Paris, 1651.

Geralmente enfeixada com outras narrativas, constituindo o todo um volume, com página de rosto referente ao conjunto.

NABER, S. P. L'Honoré, & WRIGHT, Irene A. [eds.], *Piet Heyn en de Zilvervloot. Bescheiden uit Nederlandsche en Spaansche archieven bijeenverzameld en uitgegeven*. Utrecht, 1938.

Vejam-se também *Barlaeus, Laet e Haecxs*.

NETSCHER, P. M., *Les Hollandais au Brésil. Notice historique sur les Pays-Bas et le Brésil au XVII^e siècle*. Haia, 1853.

NIEUHOFF, Johan, *Gedenkweerdige Brasiliaense Zee- en Lant-Reize. Behelzende al het geen op dezelveisvoorgevallen. Beneffens een bondige beschrijving van gantsch Neerlants Brasil... En inzonderheit een wijtloopig verhael der merkwaardigste voorvallen en geschiedenissen, die zich, geduurende zijn negenjarigh verblijf in Brasil, in d'oorlogen en opstant der Portugesen tegen d'onzen, zich sedert het jaer 1640 tot 1649 hebben toegedragen*. Amsterdam, 1682.

PENA JÚNIOR, Afonso, *A Arte de Furtar e o seu autor*. 2 vols. Rio de Janeiro, 1946.

POELHEKKE, J. J., *De Vrede van Munster*. Haia, 1948.

PÓRTO SEGURO, Barão de. Veja VARNHAGEN.

PRESTAGE, Edgar, *The Diplomatic Relations of Portugal with France, England, and Holland from 1640 to 1668*. Waterford, 1925.

QUELEN, A. van, *Kort verhael vanden staet van Fernambuc, Toegeygent de E. Heeren Gecommitteerde ter Vergaedinghe vande Negentien inde Geoctroyeerde West-Indische Compagnie ter Camere van Amstredam*. Amsterdam, 1640.

RAFAEL DE JESUS, Fr., O.S.B., *Castrioto Lusitano Parte I. Empresa, e Restauração de Pernambuco, e das capitánias aconfinantes. Varios e bellicos sucessos entre Portuguezes e Belgas, acontecidos pello discurso de vinte e quatro annos, e tirados de noticias, relações e memórias certas*. Lisboa, 1679.

A parte II nunca foi publicada, acrescentando que o trabalho se baseia quase exclusivamente nos de Fr. Manuel Calado e Diogo Lopes de Santiago, q. v.

- RATELBAND, K., *Vijf Dagregisters van het kasteel São Jorge da Mina (Elmina) aan de Goudkust, 1645-1647*. Haia, 1953.
- RAU, Virgínia, "A primeira batalha dos Guararapes descrita por André Vidal de Negreiros". *Brasília*, vol. IX (1955).
- "Relação inédita de Francisco de Brito Freire sobre a capitulação do Recife". *Brasília*, vol. IX (1955).
- REES, O. van, *Geschiedenis der Staathuishoudkunde in Nederland tot het einde der achttiende eeuw*. 2 vols. Utrecht, 1865-8.
- O vol. II tem título próprio: *Geschiedenis der Koloniale politiek van de republiek der Vereenigd Nederlanden*.
- Resolutien van de Staten van Holland en West Vriesland van het jaar 1524 tot het jaar 1795*. 277 vols. n. d. n.p.
- As passagens de maior interêsse no tocante ao Brasil durante os anos de 1621 a 1664 acham-se inventariadas em G. M. Asher, *Bibliographical and Historical Essay*, pp. 40-69.
- Revista de História. Publicação trimestral*. 16 vols. Lisboa, 1912-28. Editada por Fidelino de Figueiredo.
- Revista de História. Publicação trimestral*. São Paulo, 1950 em diante. Editada por E. Simões de Paula.
- Revista do Instituto Archeológico e Geográfico Pernambucano*. Recife, 1863 em diante.
- Revista Trimensal do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, 1838 em diante.
- RODRIGUES, José Honório, *Historiografia e Bibliografia do domínio holandês no Brasil*. Rio de Janeiro, 1949.
- Secrete Resolutien van de Edele Groot Mog. Heeren Staten van Hollandt ende West-Vrieslandt, beginnende met den jare 1653*. 17 vols. n. d. n. p.
- SÉRGIO, Antônio, e CIDADE, Hernâni [eds.], *Padre Antônio Vieira. Obras Escolhidas*. 12 vols. Lisboa, 1951-4.
- SOUSA COUTINHO, Francisco de, *Correspondência diplomática de Francisco de Sousa Coutinho durante a sua embaixada em Holanda, 1643-1648*. 2 vol. Coimbra, 1920-6. Editado por E. Prestage & Pedro de Azevedo.

TAUNAY, Afonso de E. [ed.], *Jorge Marcgrave. História Natural do Brasil. Edição do Museu Paulista*. São Paulo, 1942.

Tradução brasileira da parte de Marcgrave na *História Naturalis Brasiliae*, Leiden, 1648.

THOMSEN, Thomas, *Albert Eckhout. Ein Niederländischer Maler und sein Gönner Moritz der Brasilianer. Ein Kulturbild aus dem 17. Jahrhundert*. Copenhagen, 1938.

Tijdschrift voor Geschiedenis, Groningen, 1886 em diante.

THURLOE, John, *A Collection of the State Papers of John Thurloe*. 7 vols. Londres, 1742.

Twee verscheyden Remonstrantien ofte vertogen overgegeven aen de Heeren Staten Generael door Anthonio Paräupaba, in syn leven geweest Regidoor vande Brazilianen inde Capitanía van Rio Grande. Ende met de laetste ongeluckigh verlies van Brazyl, vande gantsche Braziliaenche Natie afgesonden aen hare Ho: Mo: om derselver Natie erbermelijcken en jammerlijcken toestant te vertoenen ende meteenen hulp ende bystant te versoecken. Haia, 1657.

UDEMANS, Godfried, *'T Geestlyck Roer van't Coopmans schip. Dat is: Trouw bericht hoe dat een coopman en coopvaerder, hem selven dragen moet in syne handelinge in pays ende in oorloge, voor Godt ende de menschen, te waler ende te lande, insonderheyt onder de heydenen in Oost- ende West-Indien...* Den derden druck, verbeteret ende vermeerdert by den Autheur. Dordrecht, 1655. Dedicado aos diretores das Companhias das Índias Orientais e Ocidentais.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de, *História Geral do Brasil antes da sua separação e independência de Portugal*. 4 vols. São Paulo, 1928-48.

Como foi explicado antes, nas notas bibliográficas, as citações dos vols. I e II foram feitas pela 4.^a edição (1948); as dos volumes III e IV, pela 3.^a edição (1928-36?).

— *História das lutas com os Holandezes no Brazil desde 1624 a 1654. Nova edição melhorada e acrescentada*. Lisboa, 1872.

Contém um *post facio* das xv páginas, com data de maio de 1874.

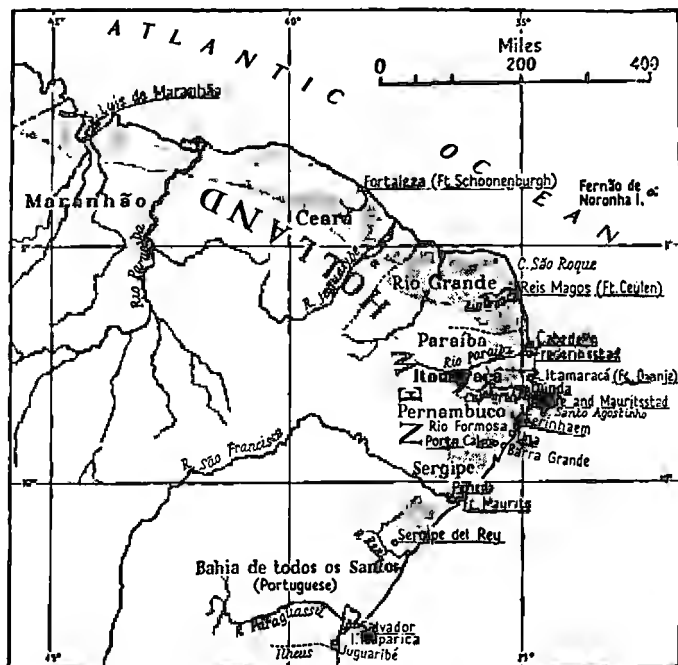
Vertoogh over den Toestant der West-Indische Compagnie, in haer begin, midden, ende eynde. Met een remedie tot redres van deselve. Rotterdam, 1651.

436 — LISTA DOS AUTORES PRINCIPAIS

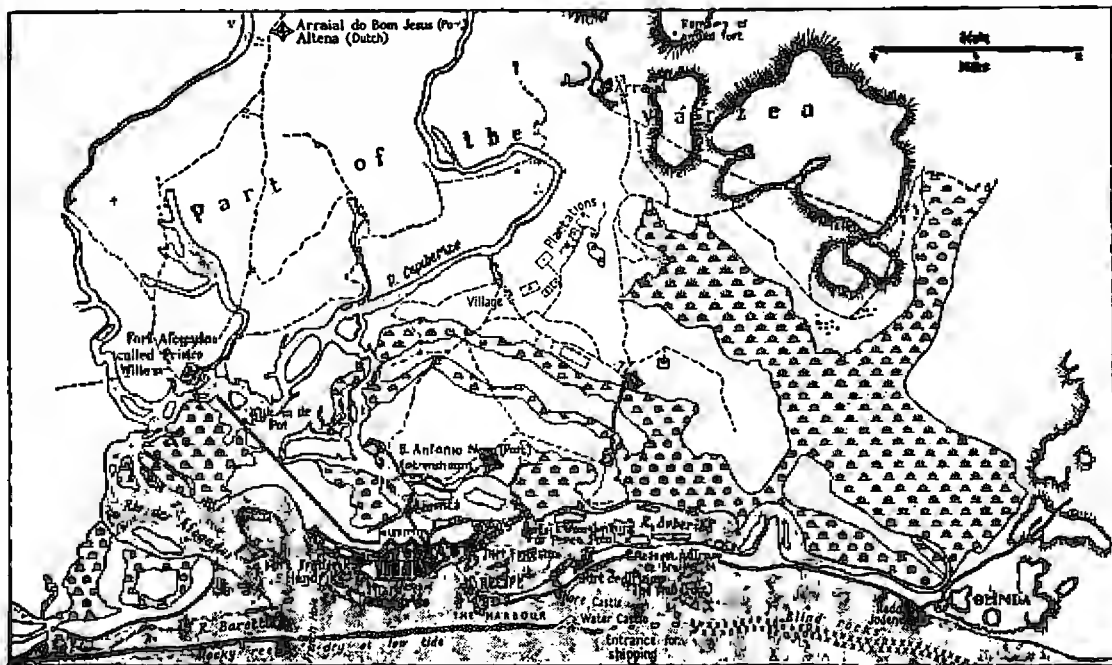
- VIANNA, Hélio, *Estudos de História Colonial*. São Paulo, 1948.
- VICENTE DO SALVADOR, Fr., O.F.M., *Historia do Brasil por Frei Vicente do Salvador, natural da Bahia. Terceira edição. Revista por Capistrano de Abreu e Rodolpho Garcia*. São Paulo, 1931.
Os originais foram escritos em 1627.
- WARNSINCK, J. C. M., *Van Vlootvoogden en Zeeslagen*. Amsterdam 1940. Pp. 129-59: 'Een mislukte aanslag op Nederlandsch Brazilië'.
- Veja também Laet-Naber, *Iaerlyck Verhael*.
- WASSENAER, Nicholas van, *Historisch Verhael aldaer ghedencwerdichste geschiedenisse, die hier en daer... van den beginne des jaers 1621 voorgevallen syn*. 21 vols. Amsterdam, 1622-32.
- WÄTJEN, Hermann, *Das holländische Kolonialreich in Brasilien. Ein Kapitel aus der Kolonialgeschichte des 17. Jahrhunderts*. Haia e Gotha, 1921.
- WIZNITZER, Arnold, *The Records of the earliest Jewish Community in the New World*. Nova Iorque, 1954.



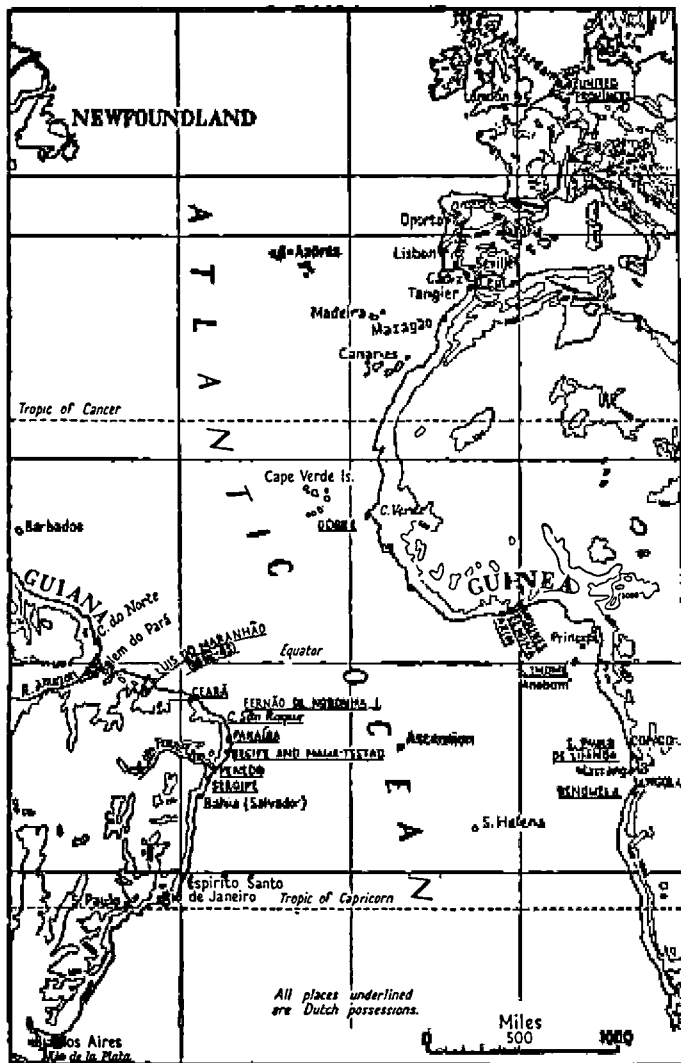
1. *Capitanias do Brasil, 1630.*



2. Brasil Neerlandês, 1643.



3. Recife e cercanias, 1648.



4. O Império da Companhia das Índias Ocidentais no Atlântico Sul, 1643.

Indice analitico

Aboab da Fonseca, Isaac, primeiro rabino do Nôvo Mundo, 254, 390

Açúcar: exportado pelo Brasil, 4, 20, 207; indústria do açúcar no Brasil, 24, 25, 32, 42, 45, 46-7, 147, 160, 197, 202; comércio com Portugal, 26-27, 28, 29, 45-46, 49, 54-55; dito com as Províncias Unidas, 27-28, 29, 93, 107, 111, 115-116, 147, 160, 206, 207-208, 284; navios transportando açúcar capturados pelos holandeses, 40-41, 42, 46-47, 48, 50-51, 327, 353, 398-407, 408; safra excepcional esperada em 1645, 242-243; usado como instrumento de suborno, 50-51, 178, 207-208; direitos sobre êle, 60-61, 62, 115-116, 395; o açúcar de São Tomé, 396

Afogados, 71-72

Aitzema, Leeuw van, diplomata e cronista: importância de sua obra, 417; citações, 69 n. 613-362 n. *passim*.

Alagoas, 83, 84-85, 87-88, 90, 120, 205, 279-280, 394

Albuquerque, Matias de (1590-1647): caráter, 53, 54-55; governador-geral do Brasil, 53

n.; enviado a Pernambuco, 53; defesa de Olinda e de Recife, 56, 64-65; organiza a resistência à invasão holandesa, 56, 57-58, 69, 70, 73-74, 76, 79, 420; recaptura de Pôrto Calvo, 84-85, 89; chamado de volta, 87-88; atitude dos moradores para com êle, 67-68, 69, 79, 87-88; comand.-chefe no Alentejo, 420; sua correspondência, 32 n., 43 n., 50-51, 52 n.

Albuquerque Coelho, Duarte (1591-1658); valor de suas *Memórias Diárias*, 418 a 420; citações, 52, 99-100 *passim*.

Almeida, Dona Jerônima, 177, 178.

Amazonas, 6-7, 17-18, 19-20, 25, 190-191, 387

Ameríndios, tipos de, 25, 26-27, 188, 189; cativo dos 25, 26-27, 192, 388; jesuítas e, 25, 26-27, 80, 81, 82, 388, holandeses e, 37-38, 71-72, 73-74, 90, 118-119, 120, 136, 188, 192, 202; auxiliares dos portugueses, 73-74, 87-88, 89, 90, 136, 275, 341-342, 350; auxiliares dos holandeses, 140, 151, 237, 240, 275, 279-280, 299, 312-313, 320, 345.

- Veja também* Tapuias, Tupis, Potiguaras.
- Amsterdã: atitude no tocante ao Brasil, 108, 112-113, 145-146, 262 a 264, 269-270, 271, 305, 308, 333, 334, 347, 350, 353, 361-362, 364; e o Tratado da Redenção Dinamarquesa 306-307, 308; e o comércio do sal de Setúbal, 306-307, 333; participação na Comp. das Índ., Ocíd., 11, 12, 13-14, 18, 262; participação no comércio com a Guiné, 262; tendência para comerciar com o inimigo, 110, 333, 334.
- Angola: tráfico negreiro em, 26-27, 34-35, 36, 150, 151, 192, 195, 397; ataque frustrado dos holandeses a, 36, 118-119; tomada da costa pelos holandeses, 151; batalha entre holandeses e portugueses em, 205, 223, 266-267-268, 279-280; retomada pelos portugueses, 278, 279-280, 305; tratamento dispensado aos negros pelos holandeses em, 192; projeto holandês de reconquista de, 333; crítica aos jesuítas de, 392-393. *Veja também* Luanda.
- Ano Bom, 151
- Antônio Vaz, ilha de, 56, 69, 157-158, 161-162
- Arciszewski, Crestofle d'Artischa, coronel polonês (1592-1656); escôrcço biográfico, 69, 70, 127; comandante do Forte Orange, 69; progressos na campanha de guerrilhas, 75, 90, 182; captura do Arraial, 83; reocupação de Pôrto Calvo, 84-85; visto por Fr. Manuel Calado, 84-85, 86, 420; vitória na Mata Redonda, 89; pretensão a governador-geral, 91-92, 93; regresso à Holanda, 105, 111; advoga o livre-tráfico, 111, 114; boas relações com Von Schoppe, 75; sua opinião a respeito dos moradores, 105, 111, 112-113; cai das graças de João Maurício, 127, 413; últimos anos, 127, 128-129; suas críticas à Comp. das Índ. Ocíd., 91-92, 245
- Ardra, negros escravos, 193-194, 195, 237, 396
- Arguin, 396
- Armada (s) para a reconquista da Bahia em 1624-5, 34-35, 37-38, 59; para a retomada de Pernambuco, 59, 63, 64-65, 67-68, 77-78, 79, 86, 87-88, 121, 122, 124, 133; de socorro à Bahia em 1647, 261, 265, 266-267, 288; idem, em 1648-9, 12, 286-287, 288; portuguesa de 1656, 350. *Veja também* Companhia do Brasil.
- Arraial do Bom Jesus, 56, 57-58, 64-65, 67-68; ataque mal sucedido ao, 73-74; sua capitulação, 83, 391.
- Ataíde, Dom Antônio, conde de Castro-Daire e Castanheira, 46, n., 63 n., 77-78
- Ataíde, Dom Jerônimo de, conde de Atouguia, 336, 348-349.
- Atrocidades e crimes de guerra, 241, 242-243, 320, 234 a 326, 340, 341-342.

- Aviário, construído por João Maurício, 157-158, 161-162, 163, 252-253
- Axim, 151
- Açôres: hostilidade da população aos espanhóis, 141-142, 143; regimento recrutado para o Brasil 278; comércio com o Brasil, 284, 288, 289, 295, 296; emigração para o Brasil, 143, 394.
- Bagnuolo, Giovanni Vicenzo de San Felice, conde de: críticas a êle, 67-68, 75, 79, 98, 121, 122, 422; derrotado em Porto Calvo, 83, 98; retirada para Sergipe, 99-100; evacuação de Sergipe, 120; defendendo a Bahia, 123.
- Bahia de Todos os Santos: projetam os holandeses atacá-la, 22, 64-65, 150, 265, 333, 361-362; ataque holandês, 30-31, 37-38, 40-41, 121, 122, 123, 139, 140; armadas combinadas, 34-35, 37-38, 128-129, 132, 323, 327; posição-chave, 121, 150, 265; sitiada por João Maurício, 121, 122, 123; indisciplina da guarnição, 128-129, 318; condições ali reinantes, 121, 122, 123, 128-129, 318, 323, 329, 333; bloqueio por Von Schoppe, 259-260, 265, 292; idem pelos piratas da Zelândia, 352; batalha naval ao largo da costa, 281. *Vêja também* Salvador.
- Banckert (Joost van Trappen), almirante zelandês, 248-249 n., 259-260, 265, 318 n.
- Bandeira de Melo, Filipe, 258
- Barbados, 201, 343
- Barbalho Bezerra, João, 135
- Barbalho Bezerra, Luís, 130, 133, 134, 135, 137-138, 139, 140
- Barbour, Violet, 364
- Barlaeus (Caspar van Baerle, 1584-1648), 15, 101, 105, 139, 152-153, 159, 165-166, 207-208, 213; valor de seu livro, 411, 412, 413; citações do dito, 99-100, 222 n. *passim*.
- Baro, Roelof, 189, 190-191 n.
- Barra Grande, 67-68, 89
- Barreto de Menezes, Francisco: escolha para comandante-chefe, 257; aprisionado pelos holandeses, 258; sua fuga, 273-274; vence a primeira batalha dos Guararapes, 275, 278; vence a segunda batalha dos Guararapes, 299, 301; interfere em favor dos navios ingleses, 315-316; sufoca um motim, 324; reclama um ataque a Recife, por mar, 334, 336, 337; toma Recife, 338-339, 341-342; cavalheirismo para com os judeus e os holandeses, 340-343; arqui-teto da vitória, 344; governador de Pernambuco, 348-349; governador-geral da Bahia, 361-362.
- Bas, Pieter, 230
- Beaumont, Simon van, Grande Conselheiro, 244, 259-260, 306-307, 314, 378.
- Bebedeira, em Pernambuco, 148-149, 175-176.

- Beck, Mathias, 200, 201, 309-310, 345 *n.*
- Belém do Pará, 6-7
- Benedictinos, monges: 26-27, 80, 137-138, 382-383.
- Berenguer de Andrade, Francisco, 227
- Bickers, família regente de Amsterdam, 13-14
- Bispo do Brasil (Bahia): atitude para com o clero católico do território ocupado, 79, 82, 104; guerra de represália, 138, 139, 140, 141.
- Blaer, capitão Jan, 233, 238-239, 241
- Blake, almirante Robert: intercepção de uma frota brasileira, 326, 327, 334, 353.
- Boa Vista, 161-162, 163, 252-253.
- Bragança, Catarina de, 356, 357, 359.
- Brande, coronel Cornelis van den, 137-138, 182, 275-276, 277, 282, 299, 301, 312-313, 314; esboço biográfico, 375, 376.
- Brasil: colonização, 22, 27-28; prosperidade, 4, 23-24, 25; motivos do ataque holandês, 19-20, 22, 43, 45; comércio clandestino com os holandeses, 27-28, 29; comércio negreiro oeste-africano, 26-27, 156, 192, 196-197, 396; importância para Portugal, 23-24, 27-28, 32, 60-61, 77-78, 79, 86, 87-88, 223, 261, 266-267, 284, 285; importância para a Espanha, 32, 62, 76, 77-78, 86, 362 *n.*; comércio como o Peru, 49 *n.*; guerra luso-holandesa para possuí-lo, *passim*.
- Breda, 33-34, 59, 62, 124.
- Brest, Huybrecht 282, 338-339, 359 *n.*
- Brinck, coronel van den, 299, 301
- Brito Freire, Francisco de: almirante da esquadra do Brasil, 336, 338-339 *n.*
- Buenos Aires: entreposto do comércio brasileiro com o Peru, 49 *n.*; intenções dos holandeses a seu respeito, 64-65, 206; em socorro da Bahia, 128-129, 132.
- Bullestrate, Adriaan, 230.
- Burgueses, de Pernambuco, 185, 186, 202, 217-218, 219, 233, 252-253, 308, 320, 338, 339, 341-342.
- Cabedelo, 70, 73-74, 75, 80, 241, 341-342.
- Cabo de Santo Agostinho, 70, 73-74, 75, 83, 238-239, 281, 284, 296, 312-313, 315-316, 317, 320, 334, 336, 398, 406
- Cabo Verde, 20, 27, 28, 52, 54-55, 127, 223, 272, 382-383, 396, 397
- Cadena de Vilhasanti, Pedro, 124 *n.*
- Calabar (na Guiné), 193-194, 381
- Calabar, Domingos Fernandes, 70, 71, 72, 74, 82, 84-85

- Calado do Salvador, Fr. Manuel (1600-54): valor de sua obra, 71 *n.*, 420, 421, 422; colaboração com os holandeses, 80, 86 *passim*, 420; amizade pessoal com João Maurício, 147, 148-149, 160, 161-162, 170, 171, 178; citações, 49 *n.*, 242-243 *n. passim*.
- Calvinismo: influência sobre os projetos coloniais, 5-6, 6-7, 170, 347, 418; opinião dos calvinistas sobre o tráfico dos negros, 117, 118-119; força dos calvinistas na Zelândia, 18, 108, 170, 268, 347, 354-355; ministros calvinistas em Pernambuco, 170, 174, 185, 422; conversão dos ameríndios ao calvinismo, 189, 190, 248-249; conversão dos negros, 196-197; calvinistas e “contra-remonstrantes”, 8, 9-10, 15, 170, 185, 330
- Camarão, Dom Filipe (Poti): chefe potiguar (1600-1648), 73-74, 89, 130, 135; derrota-o Arciszewski, 90; negocia com os holandeses, 136; enviado em socorro aos revoltosos, 228, 233, 234; junção com Fernandes Vieira, 237, 238-239; discussão com Pieter Poti, 259-260; na primeira batalha dos Guararapes, 275.
- Câmaras (*Kamers*) da Companhia das Índias Ocidentais, 11, 111, 120, 245, 262.
- Canaviais: Comprados pelos holandeses, 84, 85, 104, 115-116; devastados pelos holandeses, 79, 120, 137-138; destruídos pelos portugueses, 130, 131, 132, 136; acôrdo para poupá-los, 138, 139, 141-142, 147; restaurados por João Maurício, 160, 206, 207-208; cuidados com o seu cultivo, 196-197, 202
- Capellen, Alexander von der: suas memórias, 417; declina da presidência do Brasil, 244; advoga negociações com Portugal, 269-270; citações, 29, 34-35, 39, 42 e 43 — 306-307 *passim*.
- Capitânicas do Brasil, 23-24, 152-153, 223, 352.
- Capuchinhos, frades: 171
- Caravelas, debilidade das, 46-47, 60-61, 75, 76, 284, 289, 323; legislação a elas contrária, 289, 292; quantas foram capturadas pelos holandeses entre 1648 e 1649, 398, 405-406
- Cardim, Fernão, S. J. (1549-1625), citações, 48, 49
- Carlos II (da Inglaterra), 356, 357, 372-373, 379
- Carmelitas, frades, 26-27, 137-138, 382-383
- Carpentier, Roeland, 238-239
- Carpentier, Servatius, 75
- Casa Forte, batalha da, 238-239, 240
- Casamento entre português e holandeses, 174, 178, 182, 238-239, 241, 381.
- Castelo-Melhor, João Rodrigues de Vasconcelos e Sousa, conde de: general da Frota do Brasil de 1649, e governador-

- geral (1650-54), 317, 319, 321, 323, 326
- Castro, Dom Francisco de, inquisidor-geral de Portugal, 293-294.
- Ceará, 25, 72-73 *n.*, 311, 352; ocupação holandesa, 120; massacre da guarnição holandesa, 309-310; reocupação 309-310, rendição, 340
- Ceilão, 76, 224-225, 226
- Ceulen, Mathias van, 72, 74, 96
- Ceulen, forte, 72, 241
- Chile, expedição holandesa ao, 205, 206.
- Claeszoon, capitão Claes, 341
- Clarendon, conde de, 356-357
- Clark, G. N. 409
- Clero católico de Pernambuco, 80, 81, 104, 139, 170, 173
- Codde van den Burgh, Grande Conselheiro, 230
- Coelho, Domingos, S. J. (1564-1639), 32
- Coen (Koin), coronel Hans: tomada de Elmina, 119; derrota no Espírito Santo, 137-138; como emissário à Bahia, 140; ocupa o Maranhão, 152-153
- Colombo de Nantes, Fr. O. F. M. Cap. 104 *n.*, 171.
- Comboios, e propostas no sentido de serem adotados por Portugal, 46-47, 48, 289, 292; a Companhia do Brasil os utiliza, 295, 296, 317, 319, 326, 327, 336, 351
- Comércio do sal, 146, 306-307, 308, 333, 347, 359, 360
- Companhia das Índias Ocidentais (1621-1674): origem, 2-3-8; carta-patente e organização, 8, 13-14; obra antes de tudo dos calvinistas flamengos, 15; participação dos judeus nela, 14, 15; participação dos estrangeiros, 18; seus diretores (veja-se Heeren XIX); capital próprio, 18, 305; posição financeira, 18, 93, 97, 144, 147, 209, 305, 311, 312-313, 347, 360, 359, 397; crítica, 16-17, 18, 97, 108, 110, 112-113, 360; empregados, 102-103; monopólio por ela exercido, 9-10, 106, 107, 108, 114; modificações nesse monopólio, 305, 311, 312-313, 361-362; ações da Companhia e seu valor, 145, 147, 209; dividendos, 43, 299; atitude dos portugueses, 144, 147, 148-149, 222, 226; seu zênite 153, 154; renovação da carta-patente, 225, 262, 360; sugerida sua fusão com a Companhia das Índias Orientais, 222; rivalidade com a sua similar, 262, 272, 363 *n.*; subvenção da Companhia das Índias Orientais, 262, 264; debilidade a ela inerente, 245, 247, 347, 360, 363; projeto de partilha do Nordeste do Brasil, 352; pressão em contrário, 250, 251, 363; aberto o Brasil ao comércio mundial, 311, 312-313; decli-

- nio de sua frota, 312-313; 317, 330; bancarrota e reorganização, 361; remunerações e salários por ela pagos, 102, 183-184, 185, 274, 320, 337, 396, 397
- Companhia das Índias Orientais (VOC): comparação com a Comp. das Índias Ocidentais, 3, 9-10, 12, 13-14, 17, 18, 93, 102, 112-113, 209; expansão, 6, 112-113, 321, 354-355, 359; dificuldades com os investidores, 16-17, 18; subvenção forçada à sua colega, 262, 263, 305, 306; sugestão para a fusão de ambas, 222; autorização para atacar Portugal, 305; rivalidade entre ela e a Comp. das Índias Ocidentais, 272-363 n.
- Companhia do Brasil: sua formação, 292, 293-294; estatutos e organização, 293, 294, participação dos judeus, 296, 297, 298; dividendos, 298; suas armadas, 295, 317, 330 *passim*, 336, 338-339, 344; reorganização, 298, 352; sua impopularidade, 323, 350.
- Conselho dos XIX (*veja* Heeren XIX)
- Conselho dos Dezenove (*veja* Heeren XIX)
- Conselho Político (*Politiek Raad*): inauguração, 52, 69; seu funcionamento, 71-72, 75; organização, 97; pessoal, 183-184
- Conselho Ultramarino; inauguração, 226; aconselha a evacuação de Pernambuco, 250, 255; advoga o auxílio aos insurrectos, 257, 323, 324, 334, 336; aversão à Companhia do Brasil, 323; durante a crise da navegação, 291, 292, 406 n., 405-406; documentário, 409
- Conselho Zelandês de Pirataria e seus cruzeiros, 282, 285, 289, 304, 305, 317, 319 n., 326, 327, 337, 338-339, 350, 351, 352
- Cop. comandante Goevertz, 318
- Correia de Sá e Benevides, Salvador: derrota os holandeses no Espírito Santo, 36; governador do Rio de Janeiro, 128-129; general da frota do açúcar, 231-232; tentativa frustra de ataque a Recife, 231-232, 234, 235-236, 240; expedição para libertar Angola, 266-267, 268; reconquista de Luanda, 278, 279; expectativa de um ataque seu a Recife, 330
- Criação de gado, 24, 120, 150, 393
- Cristãos-nôvos, *veja* Marranos
- Cromwell, Oliver, 326, 353, 354, 356, 363 n.
- Cunha de Andrade, Antônio, 135
- Curaçao, 153.
- Den Bosch (Hertzenbosch, ou Bois-le-Duc), 43, 59, 104; Deserções, frequência das, 79, 123, 129, 238, 242, 311, 333, 341-342 n.

- Dias, Henrique († 1662): chefe negro, 89, 130, 325; enviado em socorro aos revoltosos, 228, 233, 234; junção com Fernandes Vieira, 237, 238-239; na primeira batalha dos Guararapes, 276; expulsa os holandeses de Olinda, 276-277; papel na retomada de Recife, 338-339
- Dias Cardoso, Antônio, comandante português, 228, 237
- Dias Ferreira, Gaspar, colaboracionista e elemento de ligação, 178, 200, 202, 218, 249; escôrcço biográfico, 382-383, 385
- Diffie, Bailey W., 3 n., 23, 409, 410
- Dillenburg, 95
- Dividendos: da Comp. das Índias Ocidentais, 12, 43, 110, 217, 299; da Comp. das Índias Orientais, 16-17, 209; da Comp. do Brasil, 298
- Doedens, Hendric, correspondência citada, 242 n., 271 n.
- Dorth, coronel Jan van, 29, 30, 35
- Downing, (Sir) George, 251, 355, 357, 364
- Dussen, Adriaen van der, 96, 111, 149, 376, 377
- Eckout, Albert, pintor holandês, 158, 213, 214, 215
- Edmundson, G. M., VII, 42 n., 52 n., 66, 67 n., 71 n., 76 n., 430
- Elmina (São Jorge da Mina): sua importância, 7, 150, 153; . repellidos os holandeses, 38, 39; tomada pelos holandeses, 118-119; escravos dela procedentes, 193-194, 237
- Elst. Colonel van (ou van der), 277, 300
- Emigração para o Brasil: defendida por Usselinckx, 4, 5-6, 21, 22; dos holandeses, 101, 108, 111, 114, 117, 179-180, 185, 186, 203-204, 205, 364; dos portugueses, 20-21, 23-24, 25, 143, 394
- Escravidão e comércio negreiro: opinião de Usselinckx a respeito, 5-6; condições no Brasil, 50-51, 192, 196; atitude dos holandeses em relação a ela, 115-116, 118-119, 192, 196-197, 396; navios negreiros capturados pelos holandeses, 90; monopólio exercido pela Comp. das Índias Ocidentais, 114, 396; extinção do referido monopólio, 311, 312-313; tráfico negreiro com Angola, 50-51, 150, 151, 192, 196-197, 397; a escravidão na América espanhola, 144-151
- Espanhóis: aversão pelos portugueses, 143, 144; ansiosos da paz com os holandeses, 362 n.
- Eyssens, Ippo, 75, 92
- Filipe IV de Espanha (III de Portugal), 33-34, 34-35, 39, 59, 63, 77-78, 80, 86, 121, 124
- Fernandes Monteiro Pedro, 288.

- Fernandes Vieira, João: colaborador dos holandeses, 83, 148, 227, 390, 391; chefe revoltoso, 227, 233; vence a batalha das Tabocas, 236, 238; junta-se a Vidal de Negreiros, 238-239, 240; censurado pelos moradores, 254, 255, 258; abandona a Paraíba e Goiana, 258; na primeira batalha dos Guararapes, 273-274; na segunda batalha, 301; imaginada a sua possível emigração para Angola, 321; atuação na Tomada de Recife, 338-339, 341-342, 344; interceptação de sua correspondência, 350; relações com Stachouwer, 83, 359; escôrcço biográfico, 389-394
- Fernando de Noronha, ilha de, 241, 311, 339
- Fidalgos: relutância ao voluntariado em Pernambuco, 77-78; alistado à revelia para socorrer a Bahia, 34-35, 265
- Figueiroa, Francisco de, 278
- Franceses: expulsão do Rio de Janeiro, 23-24; do Maranhão, 25, 73-74; frades franceses em Pernambuco, 104, 171; comédias francesas em Recife, 148; navios no tráfico com o Recife, 327; oficial engenheiro na Tomada de Recife, 339; intervenção diplomática em favor de Portugal, 224-225, 353, 359, 363
- Franciscanos, frades: 26-27, 136-137
- Freyre, Gilberto, 167 n., 408
- Frísia, 11, 12, 262, 354
- Garstman, major Joris, 242
- Geyl, professor Pieter, 64 n., 153, 184 n., 409
- Gijsselingh, Johan, grande-conselheiro e embaixador, 72, 74, 96, 107 n.
- Gado bovino, 167, 192
- Goch Michiel van, grande-conselheiro e embaixador, 243, 282, 301, 303, 338; escôrcço biográfico, 376, 377
- Gorce, 223
- Goiana, 76, 79, 258
- Gonsalves de Mello Neto, José Antônio, 64 n., 73 n., 102 n., 104 n., 107 n., 136 n., 162 n., 171 n., 174 n., 179 n., 210 n. *passim*; importância de seu trabalho, XX, 419, 422, 425
- Goodlad, capitão John, 181
- Grande e Secreto Conselho (*Hooghen en Secreten Raad*) inauguração, 96, 97; pessoal, 183-184, 337; recebe o governo das mãos de João Maurício, 220-221; previne a incipiente rebelião, 230, 233; reorganização, 243, 244; sua atitude belicosa, 265, 272, 273-274, 279-280, 281, 299, 330, 333; desavença com Witte de With, 279-280, 309-310, 314, 315, 317; relatórios pessimistas de Recife, 302, 306-307, 309-310, 314, 320, 321, 330; ansioso de renunciar, 314; advoga a recusa de quartel, 324, 325, 326; opõe-se à tolerância para com os católicos, 331-332; ameaça solicitar a proteção estrangeira,

- 331-332; entrega Recife, 338-339, 340; medidas legais contra êle, 343, 344; salários dos conselheiros, 396
- Groningen, 11, 12, 108, 354, 357
- Guararapes: primeira batalha, 276, 278, 323, 324; segunda batalha, 299, 304, 324
- Guelderland, 354, 357
- Guerrilhas, 56, 57-58, 71-72, 89, 91-92, 120, 130, 131, 138-139, 147, 150, 165-166, 167, 168, 177, 181, 182, 183, 202
- Guiana, 4, 6-7, 152-153
- Guiné: comércio holandês e estabelecimento ali fundados, 6-7, 8, 18, 115-116, 120 *passim*, 150, 151, 223, 312-313, 396, 397; ataques infligidos pelos holandeses, 37-38, 39, 118-119; tráfico de negros, 192, 195, 237, 396
- Gusmão, Dona Luísa de, regente de Portugal, 350, 352, 357
- Haecxs, Hendrick, grande-conselheiro, 244, 265, 268, 319, 337, 341, 344, 378, 415
- Hamel, Hendrick, grande-conselheiro, 230
- Hansa: navegação para o Brasil, 122, 291
- Haulthain, coronel: na primeira batalha dos Guararapes, 276-277; em Alagoas, 279-280; no Recôncavo, 282; na segunda batalha dos Guararapes, 301; volta para a Holanda, 306-307; enviado ao Recife, 321; seu regimento, 312-313; chegada de sua frota, 306-307, 321; partida da dita, 329-330; como comandante da frota, 327, 329; comandante na Paraíba, 329, 341-342; fuga para as Antilhas, 341-342; lista dos navios de sua frota, 322 *n.*
- Haus, coronel Hendrick: sua derrota na batalha das Tabocas, 233, 236, 237, 238; aprisionado em Casa Forte, 237-239, 240; retorno a Recife, 242; morre em combate, 277
- Heeren XVII, 13-14, 18, 226
- Heeren XIX, 12-13, 20, 22, 35, 37, 40-41, 42, 43, 51, 69, 71-72, 107; relações com João Maurício, 93, 95-96, 97, 101, 121, 124, 126, 128, 159, 205, 210-211, 217-218, 221; chamam de volta João Maurício, 219; atitude para com a colônia, 102-103, 205, 206, 209, 223, 317, 333; legisla contra a monocultura, 209; consideram os portugueses péssimos soldados, 65, 302; atitude com relação ao livre-tráfico, 105, 107, 110, 115-116 *passim*; atitude truculenta com relação a D. João IV, 224-225, 226; atitude para com os colonos emigrados, 203-204, 205, 364; posição no tocante ao comércio negreiro oeste-africano, 117, 118-119, 192, 193-194, 195; política com relação a Portugal, 269-270, 304; em face

- da rebelião de 1645, 242-243, 247; seu pouco caso do Recife, 314; no que respeita à recusa de quartel, 326
- Henderson, coronel James, 151, 182, 247, 258, 265
- Hendrickszoon, almirante Boudewijn, 36-37
- Herckmans, Elias, 189, 206
- Heyn, almirante Piet Pieterszoon: na tomada da Bahia, 29-30, 32; ataque frustrado a Angola, 35, 36; repellido no Espírito Santo, 36; cruzeiro no mar das Antilhas, 39; destrói navios na Bahia, 40-41, 46-47; aprisiona a frota da prata, 42, 59; seu cavalheirismo, 32; morte 43
- Historia Naturalis Brasiliae* (1648), e seu valor, 211, 213, 217-218, 368, 412
- Hoboken, W. J. van, 248 n., 273 n., 316 n. *passim*, 334 n., 410; importância de sua obra, IX, 419
- Hoces y Córdoba, D. Lope de, 87-88, 127
- Holanda, província da: de tôdas a mais rica e poderosa, 245, 262, 308, 365; disputa o Brasil com a Zelândia, 261, 264, 268, 272, 304, 308, 333, 334, 347, 350, 354-355, 357, 363, 364
- Homem Pinto, Jorge, 392
- Hooghstraten, major Dirk, 231-232, 234, 238-239, 240
- Hoon, 10, 11, 111
- Houtbeen, veja Jol.
- Igaraçu, 71-72
- Ilhéus, 120, 297
- Inquisição, Santo Officio da, 22, 27, 27-28, 51 n., 330; em face da Companhia do Brasil, 294, 295, 298; atitude com relação a Manuel de Moraes, 381, 382
- Intervenção diplomática da Inglaterra, 353, 359 *passim*.
- Isabel, arquiduquesa, 33-34, 34-35, 64 n.
- Ita, almirante Pieter Adrianszoon, 57
- Itamaracá, ilha, 69, 72, 133, 165-166, 241, 258, 311, 339, 340, 341-342, 352
- Itaparica, ilha: ocupação pelos holandeses, 260, 261, 264, 265, 272
- Jardim botânico, obra de João Maurício, 157, 158, 161, 162, 252, 253
- Jardim zoológico de Recife, 157-158, 161-162, 163, 252, 253
- Jesuítas: sua força e influência no Brasil, 23-24, 26-27; recusa de colaboração com os holandeses, 80-82; atitude com respeito ao comércio negreiro, 117; posição em face de João Maurício, 160, 171; críticas de João Fernandes Vieira, 392-393; menosprezo pelos frades das outras ordens, 381. *Veja também* Vieira, P.^o Antônio.
- João Maurício de Nassau-Siegen (1604-79): nascimento e educação, 94, 95-96; em ser-

viço de Flandres, 95-96, 369-370, 374; governador e comandante-chefe no Brasil, 93, 95-96, 97; viagem e chegada, 97, 98; campanha de Pôrto Calvo, 98, 99-100; reorganiza o governo de Recife, 101, 104, 183-184; venda de plantações de açúcar, 104, 160, 202; advoga a liberdade do comércio, 114; dá ordens para a captura de Elmina, 118-119; conquista de Sergipe, 120, 149; ocupação do Ceará, 120; dita do Maranhão, 152-153; dita de Luanda e São Tomé, 150, 151; ataque mal sucedido à Bahia, 121, 124; pendência com Arciszewski, 127, 128-129; repele a armada do conde da Torre, 130 e segs.; decide não dar quartel, 135, 136; tolerância para com a Igreja Católica, 104, 159, 160, 165-166, 170, 174, 220-221, 331-332; negociações com Montalvão, 139, 142, 147, 149; celebra a accessão de D. João IV ao trono de Portugal, 147, 148-149; faz progredir o Recife e a cidade Maurícia, 157-158, 161-162, 163, 186, 210-211; estimula a indústria do açúcar, 160, 206, 207-208; convoca a assembléia legislativa, 165-166, 168; "testamento político", 164, 165-166, 220-221; atitude para com os soldados, 160, 165-166, 179, 180, 181, 220-221; sua hospitalidade, 148-149, 151, 163, 175-176, 177, 220-221; fomenta as artes e as

ciências no Brasil, 157-158, 159, 212, 217-218, 367, 368, 369-370; seu palácio em Haia (Mauritshuis), 95-96, 159, 210-211, 220-221, 372-373; popularidade entre os moradores, 102-103, 104, 114, 117, 136, 159, 165-166, 168, 179-180, 203-204, 219, 220-221, 369-370, 371; tratamento que dispensava aos ameríndios, 99-100, 104, 189, 190-191, 216, 219, 220-221, atitude com relação aos negros escravos, 104, 105, 117, 195; esforços para estimular a imigração, 101, 114, 117, 203-204, 205, 364, 365; planos para a conquista de Buenos Aires, 206; legisla contra a monocultura, 160, 210; diferenças de opinião no tocante aos diretores, 205, 217-218, 219, 222; renúncia e volta à pátria, 217-218, 220-221; relatórios dirigidos aos Estados-Gerais, 220-221, 222; advoga a fusão das duas companhias das Índias, 222; carreira ulterior na Europa, 369-370, 374; sua amizade com Gaspar Dias Ferreira, 192, 200, 218, 382-383, 384-385; mãos-abertas nos gastos, 95-96, 158, 161-162, 210-211, 217-218; dispersão de suas coleções, 215, 216, 371; sofrimentos causados pelo enjôo de mar, 221, 264 n. 372; atitude com relação às mulheres, 177, 179; Príncipe do Sagrado Império Romano, 161 n., 371; fascinação pelo Brasil, 98, 99-100, 101, 157-158, 371;

- patrocina com liberalidade publicações sobre o Brasil, 158, 212, 213, 216; cognominado "o Brasileiro", 159; sua divisa, 159, 222; coragem demonstrada na batalha de Senef, 374
- João IV (Dom), rei de Portugal (1640-1656): acessão, 141-142; insegurança de sua posição, 183-184, 223, 326, 348-349, 350; negociações com os holandeses com relação ao Brasil, 144, 147, 152-153, 224-225, 269-270, 271, 348-349, 350, 361-362, 363; supostas afrontas feitas aos holandeses, 347; atitude com relação ao levante de Pernambuco, 226, 248-249, 250, 255, 256, 257, 271, 321, 334, 336, 361-362, 363; envia a Armada Real à Bahia, 261, 265, 266-267; manda Salvador Correia a Angola, 266-267, 268; situação crítica da navegação, 284; amizade com o P.e Antônio Vieira, 385, 386, 387, 389, 423; seu interesse pelo livro de Barlaeus, 216; morte, 350
- Jol (Houtbeen), almirante Cornelis, 124, 137-138, 151, 182, 183
- Judeus: os portugueses geralmente tidos como tais, 143, 144; em Pernambuco, 172, 173, 186, 187, 188, 320, 345; os judeus e o tráfico dos escravos, 195, durante a revolta de 1645, 230; seus investimentos na Companhia das Índias Ocidentais, 14, 15;
- idem na Companhia do Brasil, 293-294, 298; bem tratados por Francisco Barreto, 340, 343; emigração para New Netherlands (atual Nova Iorque), 343; *veja também* Marranos
- Kerweer, coronel, 276-277, 313
- Koin, *veja* Coen.
- Laet, Johannes de (1582-1649): sua formação universitária, XVII, 211, 411; um dos Heeren XIX, 13-14, 15, 411; seus dados sobre a exportação do açúcar, 207-208; citações, 9 n., 13 n., 19 n., 37-38 n., 41 n., 43 n., 93 n. *et passim*.
- Lam, Jan Dirkszoon, 37-38
- Lampsens (os), família regente da Zelândia, 13
- Lavradores, 196-197, 202 *passim*
- Ley, Jasper van der, 238-239
- Lichthart, almirante Jan Corneliszoon, 107, 183; seu alegado criptocaticolicismo, 83; nas campanhas de Pôrto Calvo, 83, 86, 98; incursão em Ilhéus, 120; devastação do Recôncavo, 137-138; insucessos da tentativa para aprisionar a frota da prata, 137-138; ocupação do Maranhão, 152-153; vitória em Tamandaré, 240; morte, 259
- Linhares, Dom Miguel de Noronha (conde de), 122, 125-126

- Lisboa:** estado de depressão do comércio, 62, 77-78, 86; intercâmbio comercial com o Brasil, 284, 289; quartel general da Companhia do Brasil, 293-294, 298; críticas dirigidas ao govêrno, 62 n., 350
- Loncq,** almirante Hendrick Corneliszoon, 52, 53, 55, 56, 57-58, 64-65, 69
- Loos,** almirante Willem, 128-129, 132, 133
- Lopes de Santiago, Diogo,** 325, 390, 422
- Luanda (São Paulo de Luan-da),** 36, 118-119, 195; ocupação holandesa, 150, 152-153, 156, 164, 224-225, 268; reconquista pelos portugueses, 266-267, 268, 278, 279-280, 305; situação crítica nela reinante, 333; escravos por ela exportados, 397; guarnição holandesa ali sediada, 397
- Madeira (ilha da),** 23-24, 278, 289, 296, 318, 393
- Magalhães, Pedro Jaques de:** almirante da frota do Brasil, 318; general da dita frota, 336, 344
- Mansvelt,** coronel, 368
- Manuel de Melo, Dom Francisco de,** 336, 337, 338-339 n.
- Maranhão,** 25, 73, 134; ocupação holandesa, 152-153, 192, 223, 224-225; revolta contra os holandeses, 205, 226; culpas dos holandeses, 192, 264; expulsão dos jesuítas locais, 388
- Marcgrave (Marcgraf, Jorge,** 157-158, 159, 210-211, 212, 215, 216, 367, 368, 369
- Marranos (ou criptojudeus),** 14, 19-20, 22; quinta-colunistas, reais ou supostos, 19-20, 27-28, 29, 30-31, 32, 50-51; na Companhia do Brasil, 293-294, 298; no comércio negroiro e do açúcar, 26-27, 144, 195; empréstimos compulsórios, 63, 298; situação sob o domínio dos holandeses, 186
- Mascarenhas, Dom Jorge de (Conde de Castelo-Nôvo e marquês de Montalvão):** presidente do Senado de Lisboa, 62; governador-geral do Brasil, 137-138; negociações com João Maurício, 138, 139, 141-142, 147, 148-149; proclama a subida de Dom João IV ao trono de Portugal, 141-142, 147; destituído da governança, 147; advoga a criação de uma "taxa de navegação", 291; patrocina Gaspar Dias Ferreira, 384-385
- Mata Redonda,** batalha da, 89
- Matuim (rio),** 279-280, 282, 288
- Maurícia (cidade):** sua construção por João Maurício, 157-158, 161-162, 163, 210-211, 219, 252-253, 345; parcialmente demolida, 252-253; sua rendição, 340-345
- Maurício (forte),** 99-100, 241, 258, 259-260

- Mauritshuis (palácio de João Maurício): construção e embelezamento, 95-96, 159, 215, 372-373; partido sem convenções, 220-221; Carlos II, de Inglaterra, nêle se hospeda, 372-373
- Mauritsstad, *veja* Maurícia.
- Mazarin, Cardeal, 353
- Mendoça, Dr. Lourenço de, 142, 143
- Mendonça Furtado, Diogo de, 30-31
- Mendonça Furtado, Tristão de, 145
- México, 19, 21, 41, 77, 151, 289
- Mina, *veja* Elmina.
- Miranda, Dom Henrique de Sousa de Tavares (conde de), 356, 357
- Moerbeek, J. A., 17 *n.*, 19 *n.*
- Monocultura: esforço para mitigar os seus males, 160, 209, 311
- Monopolistas e atravessadores, 110, 115-116, 188, 323
- Montalvão, *veja* Mascarenhas.
- Monteiro, Pantaleão, 83, 391
- Moradores: sua attitude para com os holandeses, 57, 67-68, 76, 79, 90 *passim*, 102-103, 104, 114, 126, 136, 160, 164, 168; sofrimentos infligidos pelas guerrilhas, 90, 91-92, 130, 131, 132, 136, 139; seu endividamento, 210-211, 220-221, 230, 242-243, 269-270; devoção pelo catolicismo, 104; massacrados pelos tapuias, 235-236, 241; esforços dos holandeses para apaziguá-los, 105, 111, 112-113, 114, 164, 168; favorecidos por João Maurício, 159, 160, 181, 203-204, 220-221, 369-370, 371; apelidados por êles próprios "lavradores da Holanda", 48, 284; críticas que faziam, 99-100, 101, 105, 108, 111, 112-113; revolta de 1645, 230, 233, 235-236, 240, 241, 248 *n.*, 250; pouca parte tomada na luta, 275; propostas que fizeram para a evacuação em massa, 255, 256, 321; ameaçam recusar a fidelidade ao governo de Portugal, caso não viesse em seu socorro, 257, 331-332; despesas com a guerra, 337, 371
- Morais, Manuel de, 82, 380, 381
- Moreau, Pierre, 181, 196, 244 *n.*, 345, 378
- Moreno, *veja* Soares Moreno.
- Moura, Dom Francisco de, 35, 375
- Mouree, 7
- Munster, Tratado de (no que respeita ao Brasil), 248-249, 261, 262, 263, 264, 268, 271, 361-362
- Naber, Samuel Pierre L'Honoré: sua edição de De Laet, 412; de Barlaeus, 413; de Haecxs, 415; livros e artigos de sua autoria citados em notas, *passim*.

- Mulheres, contraste entre as holandesas e as portuguesas, 175-176, 178, 182**
- Nassau-Siegen, veja João Maurício.
- Navegação inglesa no comércio português com o Brasil, 121, 281, 291, 296 n., 314, 315-316, 317, 320, 324, 325, 326, 327, 328, 354-355; batalha ao largo de Recife, 318
- Navegação genovesa no comércio brasileiro, 290
- Navegação hanseática para o Brasil, 121, 122, 123, 291
- Navios (excetuados os mencionados no Apêndice III):
- Bom Jesus*, 289
 - Breda*, 322 n.
 - Brederode*, 315-316
 - Chagas*, 135
 - Concórdia*, 281, 313
 - Coning, David*, 314, 315
 - Delft*, 366
 - Dolphijn*, 311, 316
 - Eendracht*, 316
 - Elizabeth*, 253
 - Getrouwden Herder*, 311
 - Golden Falcon (Gouden Valk)*, 254
 - Graef Willen*, 322 n.
 - Grypende Arend*, 19
 - Guederland*, 315-316
 - Haerlem*, 316
 - Hollandia*, 30
 - Hollantsen Tuyn*, 321 n.
 - Huys Nassau (1)*, 281 n.
 - Huys Nassau (2)*, 322 n.
 - John*, 291 n.
 - Middelburg*, 247, 248
 - Nimegen*, 322 n.
 - Nossa Senhora da Guia*, 42
 - Nossa Senhora do Rosário*, 281
 - Overijssel*, 316
 - Princes Amelia*, 322 n.
 - Prins Willem*, 67
 - Provincie Utrecht*, 67
 - Santa Catarina*, 282, 313
 - Santa Luzia*, 319
 - Santiago*, 67
 - São Bartholomeu*, 281, 316
 - São Paulo*, 317
 - São Pedro*, 318
 - Tertholen*, 322 n.
 - Utrecht*, 281
 - Veere*, 248
 - Vergulden Dolfijn*, 322 n.
 - Villeroy*, 327
 - Vlissingen*, 248
 - Wapen van Hoorn*, 322 n.
 - Wapen van Nassau*, 316
 - Westfriesland* (navio de guerra), 322 n.
 - Westfriesland* (navio das Índias Orientais), 337
 - Witte Eenhoorn*, 316
 - Zas van Gent*, 253
 - Zeelandia*, 29
 - Zutphen*, 316
- Nazaré, 74, 84, 238-239, 250
- Negros: escravidão no Brasil, 20-21, 27-28, 34-35, 36, 45, 50-51, 90, 117, 118-119, 130, 167, 192, 196-197, 396; na América espanhola, 144, 151 n.; tipos de escravos, 150, 396; derrotam os holandeses em Elmina, 37-38, 39; parte que lhes coube na batalha das Tabocas, 237; deserções para o lado dos holandeses, 70, 105
- Nhandui (Jandui), 73-74, 220-221

- Nieuhof, Johan, 254, 314, 414
- Niza, Dom Vasco Luís da Gama, conde e marquês de Vidigueira, e embaixador de Portugal em Paris: sua opinião sobre os monopólios, 323 *n.*; correspondência citada, 270 *n. e seg.*
- Obra científica dos holandeses no Brasil, XVII-XVIII 157-158, 159, 210-211, 217-218, 367, 368, 369-370
- Oldenbarneveldt, Johan van (1549-1619), 6, 8, 9
- Olinda, 25, 50-51, 56, 57-58, 63, 64-65, 69, 166, 172, 277, 278, 352
- Olivares, conde e duque, 8, 9, 58, 76, 87, 124, 125
- Oliveira, Diogo Luís de, 40, 87
- Oquendo, Dom Antônio de: bate-se com Pater, 66, 67
- Orange, príncipes de: Maurits, 8; Frederick Hendrik, 43, 95, 100, 125, 146, 219, 226, 245, 246; Guilherme I (o "Taciturno"), 94, 95; Guilherme II, 305, 308, 309, 315, 319, 372-373; Guilherme III, 374, 375, 376
- Ouro: de Guiné, 8, 39, 40-41, 115-116, 312-313; no Chile, 207
- Papel Forte, 271, 286-287, 288
- Parafba, 66, 116, 121, 130, 132, 166, 311, 352, 380, 393; ataque mal sucedido dos holandeses, 70, 74; conquistada pelos holandeses, 75, 76; condições favoráveis oferecidas aos moradores, 76, 80, 83; embarque de João Maurício para a Europa, 219, 220-221; reconquistada pelos portugueses, 241; evacuada pelos portugueses, 258; guarnição holandesa, 312-313, 329, 338-339, 341-342; rendição, 340, 341-342
- Pater, almirante Adriaen Janszoon, batalha com Oquendo, 66, 67-68
- Pau-Amarelo, 55
- Pau-brasil, 24, 28, 40, 93, 115, 208, 297, 312, 343, 395
- Penedo, 100
- Pernambuco: rápida prosperidade, 25, 48, 49; na véspera da invasão holandesa, 49, 50-51; ataque holandês, 54-55, 56; campanha de guerrilhas, 56, 57-58, 64-65, 70, 76, 89, 91-92, 107, 130, 136; conquistado pelos holandeses, 71-72, 99-100 *passim*; produção de açúcar, 45, 50-51, 104, 111, 115-116, 160, 196-197, 202, 207-208, 395; comércio negro, 50-51, 115-116, 117, 118-119, 192, 196-197, 396; durante o governo de João Maurício, 98, 222, *passim*; rebelião contra os holandeses, 226 e segs.; reconquistado pelos portugueses, 340 e segs.; veja também *Moradores*.
- Picard, major Alexander, 84-85

- Pirataria, 9-10, 40-41, 42, 46-47, 48, 59, 282, 285, 304, 305, 317, 318, 326, 327, 337, 338-339
- Piso, Dr. Willem, 158, 212, 213, 217
- Plantações de cana-de-açúcar (*veja* Canaviais).
- Pontal de Nazaré, 74, 84, 238, 250
- Pôrto, 27-28, 29, 46, 257, 265, 269, 284, 317, 399, 405 *passim*.
- Pôrto Calvo: queda em poder dos holandeses, 82-83; reconquistado pelos portugueses, 84-85, 89, 241; tomado de novo pelos holandeses, 84-85, 86; vitória de João Maurício ali, 98
- Portugal: forma com Castela uma só monarquia, 4; dissensões com Castela, 59, 63, 66, 77-78, 79, 124; revolta-se contra Castela, 141-142, 144; trégua de dez anos com as Províncias Unidas; 144, 147, 224-225, 226, 334; guerra com a Inglaterra, 326, 334; aliança com a Inglaterra, 356; paz com as Províncias Unidas, 357, 360
- Portugueses: antipatia pelos espanhóis, 141-142, 144; aversão aos holandeses, 152-153, 165-166, 167, 170, 174, 233, 271, 331-332; hábitos de temperança, 148-149, 174, 175-176, 321, 324; sua suposta xenofobia, 331-332; segregação das mulheres, 175-176, 178; orgulho e pauperismo, 160; tidos como covardes, 19-20, 64-65, 302, 337; reconhecimento de sua coragem, 64-65, 302, 303, 304, 317, 320, 330, 341-342
- Post, Frans, 159, 199, 213
- Post, Pieter, 159
- Poti, Pedro (chefe índio calvinista), 259, 282, 301
- Potiguaras, 73-74, 136, 301, 312-313, 345
- Potosi, 49 *n.*, 151 *n.*, 207
- Prata: importância das minas peruanas, 19-20, 20-21, 32; notícias sobre a existência de minas desse metal, 86, 309-310; ataques frustrados à frota mexicana da prata, 37-38, 39, 124; captura de uma por Piet Heyn, 40-41, 42; naufrágio consecutivo a um furacão, 76
- Prestage, professor Edgard, 145 *n.*, 326 *n.*, 334 *n.*, 336 *n.*, 338 *n.*, 351 *n.*, 363 *n.*, 363
- Prisioneiros de guerra, e tratamento a eles dispensado, 130, 134, 135, 136, 139, 141-142, 238-239, 241, 324, 325, 326, 340, 341-342
- Punta de Araya, 10, 231
- Quelen (Guelen), A. van, 165-166, 186, 187, 193-194, 201
- Quevedo, 121 *n.*
- Rabbe, Jacob, 189, 236, 242, 260

- Rafael de Jesus, O. S. B., 91, 344 n., 385, 389, 394, 422
- Rainha-regente de Portugal, 350, 351, 352, 357
- Rau, Virgínia, XIX, 146 n., 321 n., 339 n., 351 n., 360 n., 410
- Real de água* (taxa), 60, 63
- Rebello ("Rebelinho"), Francisco, 89, 92
- Recife: ocupação pelos holandeses, 56, 57-58; transformado em quartel-general dos holandeses, 69; crescente prosperidade, 101, 102-103, 115, 116, 186, 219; progressos experimentados sob João Maurício, 157-158, 161-162, 163; sinagoga dos israelitas locais, 173; penúria e escassez, 128-129, 252-253, 309-310, 311, 312-313, 320, 321, 330; civilização urbana, 202; alto custo de vida, 209, 210-211; cerco da cidade, 252-253, 258, 273-274, 278, 309-310, 312-313, 320, 321, 322, 326; libertação do cerco, 254, 272, 321, 333; queda da cidade, 336, 340
- Recôncavo: definição, 30-31; devastação de que foi vítima, 137-138, 139, 140, 282
- Reis Magos, 72
- Renier, professor G. J., XIX, 409
- Represálias, 79, 90, 120, 130, 131, 132, 137-138, 141-142, 147, 152-153, 235-236, 241, 242-243, 324, 325, 326
- Richelieu, 86
- Rio Formoso, 70, 72, 334
- Rio Grande do Norte, 70, 72, 73, 75, 76, 79, 121, 236, 241, 311, 313, 340, 342, 352
- Rio de Janeiro, 24, 25, 128, 131, 273, 278, 280, 287, 299, 310, 313, 333; intercepção da frota de lá proveniente, 326
- Rodrigues, José Honório, 17 n., 46 n., 52 n., 71 n., 73 n., 108 n., 109 n., 134 n., 146 n., 179 n., 206 n., 217 n., 232 n., 300 n., 339 n., 340 n., 358 n., 422; valor dessa obra, XX, 408, 415, 434
- Rojas y Borgia, Dom Luís de, 87-88, 89, 127
- Rotterdam, 11, 108, 111
- Ruiters, Dierick, 22 n.
- Ruyter, almirante Michiel Adrianszoon de: intercepção da frota do Brasil, 352; bloqueio do Tejo, 354
- Salvador (Bahia): capital do Brasil colonial, 24; tomada pelos holandeses, 30-31, 32; retomada pelos portugueses, 34-35, 37-38; sitiada por João Maurício, 123; em situação crítica, 121, 128-129, 323, 329, 333; bloqueada pelos holandeses, 128-129, 259-260, 261, 281, 282; *veja também* Bahia.
- Sandoval, Alonso de, S. J., 117
- São Luís do Maranhão, 25, 152-153

- São Paulo de Luanda, *veja* Luanda.
- São Paulo de Piratininga, 25, 26, 82
- São Tomé, 24, 152, 156, 205, 206, 207, 223, 305, 351, 397
- Schonenburgh, Walter von (presidente do Grande Conselho), 243, 309, 337, 343
- Schoppe, Sigismund von (soldado alemão mercenário): ocupa Itamaracá, 72; nomeado comandante da praça, 75; ocupa de nôvo Porto Calvo, 84-85, 86; retirada para Serinhaém, 89; exige a unificação do comando, 93; assola Sergipe, 120, 150; volta ao Brasil, 247, 258; ocupa Itaparica, 260, 261, 264, 265; abandona a referida ilha, 272; feito comandante-chefe, 264; derrotado nos Guararapes, 273-274, 278; ferido, 277, 299; suas relações com Witte de With, 317; disciplinador severo, 338-339, 340, 341-342; entrega Recife, 340, 343; submetido ao conselho de guerra, 338 n., 343
- Schotte, Willem, 75
- Schouten, Albert, 35, 44
- Schouten, Willem, 35, 44
- Sergipe del Rei, 99-100, 119, 120, 150, 203-204, 241
- Serinhaém, 84, 89, 238
- Serrão de Paiva, Jerônimo, 235, 240, 244, 251
- Setúbal, *veja* Comércio do sal.
- Silva, Duarte da (negociante marrano), 266
- Silva, Dom Pedro da (governador da Bahia), 87, 121, 123
- Silva e São Payo, Dom Pedro da (bispo do Brasil), 79, 80, 81
- Sluiter, Professor Engel, 2 n., 47 n., 395 n.
- Soares Moreno, Martim: como índio combatente, 73, 235; na rebelião Pernambucana, 235, 237, 238-239, 274, 278; prende Manuel de Morais, 381
- Soeiro, Manuel, 33
- Soldadesca da Companhia das Índias Ocidentais, 123, 179-180, 182, 247, 268, 273-274, 276-277, 278, 302, 304, 311, 312-313, 320, 337, 338-339; dita de Portugal, 19-20, 64-65, 67-68, 69, 87-88, 89, 98, 128-129, 136, 182, 302, 318
- Soler, Joachim Vincent, 179 n.
- Soler, Margaret, 179
- Sousa Coutinho, Francisco de (enviado de Portugal em Haia), 248-249, 252, 269-270, 271, 305, 306, 363, 370, 371; correspondência citada, 176 n., 244 n., 270 n. *passim*, 288 n., 370, 371
- Sousa Leão, filho, Joaquim, 131 n., 214 n.
- Sousa de Macedo, Dr. Antônio de (enviado de Portugal na Inglaterra e na Holanda), 169, 271 n., 349 n., 353 n.
- Southey, Roberto, XVI-XVII, 389
- Souto, Sebastião de, 85

- Stachouwer, Jacob: Grande
Conselheiro, 75, 83; patrono
e parceiro de João Vieira,
83, 359, 391; derrota Rebe-
linho, 89-90
- Suécia, 86, 348-349, 362; nave-
gação sueca, 122, 291
- Taborda, capitulação de, 339,
345
- Tamandaré, 240, 244, 251
- Tapuias, 25, 26-27; coopera-
vam, em sua maioria, com
os holandeses, 71-72, 73-74,
98, 99-100, 104, 118-119, 120,
123, 136, 189, 190-191, 235-
236, 345; alguns foram ami-
gos dos portugueses, 71-72,
130, 341-342; estima de João
Maurício por eles, 189, 190-
191, 203-204, 219, 220-221;
dança guerreira em Maurit-
shuis, 220-221; atrocidades
por eles cometidas, 235-236,
241; alguns desertam tempo-
rariamente dos holandeses,
242-243, 259-260
- Taxa de consulado, 60-61
- Teixeira, Dom Marcos, 30, 34-
35
- Teles de Faro, Dom Fernandes,
354
- Teles de Menezes, *veja* Vila-
Pouca
- Teles da Silva, Antônio (go-
vernador-geral), 147; orga-
niza a insurreição, 228, 231,
234, 235, 244; atitude para
com João Fernandes Vieira,
255; temor de que os holan-
deses atacassem a Bahia,
255; em face da ocupação de
Itaparica pelos holandeses,
260; sua substituição, 266-
267
- Temple, Sir William, 176 *n.*,
304, 374
- Thurloe, John, 296 *n.*, 356,
363 *n.*
- Toledo e Osório, Dom Fradi-
que de, 34, 52, 68 *n.*, 77-78,
86
- Tordesilhas, Tratado e Linha
de: 22, 23-24, 363 *n.*
- Tôrre, Dom Fernão de Mascaren-
has, conde da: a armada
sob seu comando, 125-126,
127, 130, 132; juízo crítico
sobre ele, 128-129; suas or-
dens para recusar quartel,
130, 135, 140; sua derrota
em Itamaracá, 132, 133; Cain-
do em desgraça, é recam-
biado, 137-138
- Trouwers, Abraham, 244
- Tráfico livre: advogado, den-
tro de certo limite, 105, 115-
116; concessões ulteriores,
311, 312-313
- Tratado dinamarquês de Re-
denção, 306-307, 308
- Trégua: trégua de Doze Anos
(1609-1621), 1-2, 2-3, 5-6, 6-7,
8; trégua de Dez anos (1641-
1651), 145-146, 147, 152-153,
224-225; ruturas na trégua,
148-149, 150, 151, 152-153,
224-225; ratificação da tré-
gua, 152-153, 224-225; tér-
mino da trégua, 333, 334
- Tupis, 25, 26-27, 188, 189; co-
operando com os português-
ses, 73-74, 136, 341-342

- Udemans, Rev. Godfried, 117, 118-119, 170, 418
- Usselinx, Willem (1567-1647): advoga a expansão colonial, 2-3, 5-6, nos Açôres, 5-6; seu ponto de vista com respeito à emigração, 4, 5-6, 34-35; idem quanto à Companhia das Índias Ocidentais, 2-3, 9, 13, 15, 16-17, 20-21, 22; idem com relação ao cativo dos negros, 5-6, 34-35, 115-116
- Utrecht, 111 n., 262, 354-355, 357
- Varnhagen, Francisco Adolfo de (Visconde de Pôrto Seguro), 52 n., 59 n., 67-68 n., 79 n., 99 n., 135 n., 149 n., 229, 300 n., 324 n., 344, 419, 424, 425
- Várzea: sua definição, 66; conquistada pelos holandeses, 83, 84-85, 107, 115-116; devastada pelas guerrilhas, 90, 91-92, 130, 132, 136, 202; os portugueses são senhores de sua posição econômica, 202; reconquistada pelos portugueses, 235-236, 237, 240, 241; concentram-se nela os insurrectos, 258; ocupam-na de novo os lavradores, 275; vigário local, 422
- Veron, almirante Andries, 36, 37-38, 119
- Vlekke, B. H. M., 409
- Viana do Castelo, 27-28, 29, 46-47, 48, 49, 284, 398, 405-406 *passim*.
- Vicente do Salvador, O.F.M., 53
- Vidal de Negreiros, André: comandante luso-brasileiro, 130, 134, 137, na rebelião pernambucana, 227, 228, 229; comandante de regimento, 234; ocupa Serinhaém, 238-239; vitória de Casa Forte, 238-239 tomada de Pontal, 240; na primeira batalha dos Guararapes, 273-274; na segunda, 300, 301; na tomada de Recife, 338-339, 344; elogio de sua personalidade, 344; comparação com João Fernandes Vieira, 392-393
- Vieira, P.e Antônio, S. J.: inectivando Deus num sermão famoso, 154, 156, 222; denuncia a corrupção do governo colonial, 169; crítica à política de Portugal com relação aos índios, 190-191, 192; advoga a paz com os holandeses, 223, 292, 348-349; seu *Papel Forte*, 248 n., 271, 286-287, 288; sua influência no caso da armada de 1647, 261, 265, 288; suas críticas às caravelas, 289; seu papel na criação da Companhia do Brasil, 292, 293-294, 344; escôrcço biográfico, 386, 389; importância de suas cartas e sermões, 422, 423
- Vila-Pouca, Antônio Teles de Menezes, conde de: governador-geral do Brasil, 266-267; armada sob seu comando, 266-267, 288, 292; liberta a Bahia, 272; recebe ordens para manter-se na defensiva,

- 266-267, 278, 279-280, 282, 321; envia um regimento a Pernambuco, 278; confirma Francisco Barreto no comando, 273-274; sua substituição, 318; viagem de volta para a pátria, 327; fraco disciplinador, 318
- Vinho, consumo da bebida, 48, 90, 148-175
- Voorde, Balthazar van de, 234, 244
- Vrijburg, 162, 163, 211, 212, 368
- Waerdenburgh, coronel Diederic van, 52, 56, 65, 69; toma Igarauçu, 69, 70; regressa à pátria, 71-72
- Wagener, Zacharias, 214
- Warnsinck, J.C.M., 70 n., 121 n., 124 n., 127 n., 130 n., 132 n., 134 n.
- Wassenaer, Nicholaes van, 18, 19, 38, 51
- Wassenaer van Obdam, almirante Jacob van, 352, 353
- Watjen, Hermann, XV, 15 n., 94 n., 97 n., 102 n., 116 n., 184 n., 194 n., 207-208 n., 209 n., 408, 410, 415, 418, 420, 421
- Wicquefort, Abraham de, 346 n., 372
- Willekens, almirante Jacob, 29, 30, 35, 36
- With, almirante Witte Corneliszoon de, 264, 366-367; demora em aprontar a sua frota, 264, 268, 272; viagem a Recife, 272; cruzeiro frustrado ao largo da Bahia, 278; perda de Luanda, 278, 279-280; ação naval ao largo da Bahia, 281; saqueia o Recôncavo, 282; sua opinião sobre os portugueses, 302; dita sobre as dívidas dos moradores, 242-243; suas queixas, 306-307, 308, 311, 312-313; bloqueio mal sucedido do Rio de Janeiro, 309-310; regressa à pátria sem autorização, 314, 317, 320; é submetido a conselho de guerra, 329, 343
- Witt, Johan de, Grande Pensionário, 357, 372
- Wiznitzer, Dr. Arnold, 173 n., 187, 254 n., 321 n., 343 n.
- Wyntgens, Balthasar, 75
- Zelândia e zelandeses: a atitude para com a Companhia das Índias Ocidentais no Brasil, 18, 108, 114, 120, 261, 304, 347, 348-349, 354-355, 364; dissensões com a Holanda, 261, 264, 268, 272, 304, 308, 347, 348-349, 354-355, 364; 364, 378; enviam três navios de guerra ao Brasil, 247, 248 n.; investidores importantes na Companhia das Índias Ocidentais, 18, 305; sua pobreza relativa, 364; pirataria, 282, 285, 289, 304, 305, 317, 319 n., 326, 327, 337, 338-339, 350, 352.
- Zekher asiti leniflaot El*, 254, 390
- Zuylen Philips van, 36

